

Prémio
Nacional de
Sustentabilidade
2030
negocios

Esta revista é parte integrante do Jornal de Negócios e não pode ser vendida separadamente.

Somos apenas hóspedes do planeta.

No Pestana Hotel Group trabalhamos todos os dias para honrar esse compromisso.

Viaje connosco nesta jornada de sustentabilidade e descubra como cada gesto conta, sempre que visitar um dos nossos mais de **100 hotéis** espalhados por **16 países.**

PESTANA
HOTEL GROUP

PLANET GUEST
PESTANA SUSTAINABILITY



MIGUEL BALTAZAR

MARCELO REBELO DE SOUSA,
Presidente da República Portuguesa

SUSTENTABILIDADE

Felicito uma vez mais o Jornal de Negócios pela 4ª edição do Prémio Nacional de Sustentabilidade, pela diversidade, qualidade, inovação, impacto e potencial de escalabilidade dos projetos e iniciativas a concurso, apresentados para as 10 categorias definidas (Descarbonização; Economia Circular; Preservação do Capital Natural; Mobilidade Sustentável; Igualdade, Diversidade e Equidade; Bem-Estar e Cidades Sustentáveis; Saúde e Bem-Estar nas Organizações; Comunicação de Sustentabilidade; Finanças Sustentáveis; Transformação Digital em Sustentabilidade), distinguindo mais uma vez empresas e organizações pelas suas boas-práticas de sustentabilidade e pelo compromisso com a responsabilidade social corporativa.

Se quando surgiu, em 2020, o Prémio Nacional de Sustentabilidade já era de toda a oportunidade assumido como um desafio a 10 anos para incentivar e inspirar na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, das Nações Unidas, hoje torna-se cada vez mais relevante, face não só ao crescendo de exigências regulamentares relativas à sustentabilidade das empresas e ao seu reporte não financeiro, baseado no seu desempenho ambiental, social e de governação (ESG), mas também à crescente relevância dada, em especial pelos mais jovens, à cultura e ao propósito das empresas, com foco na sua sustentabilidade, determinante para a atração e fixação de talento.

O Prémio Nacional de Sustentabilidade, por meio do envolvimento ativo das empresas e sociedade civil, contribui para a compreensão da necessidade de canalização de investimento privado para o cumprimento dos ODS e dos compromissos expressos no Pacto Ecológico Europeu, indo ao encontro das políticas sobre finanças sustentáveis que a Comissão Europeia tem avançado, desde 2018, nas exigências da "taxonomia europeia", conduzindo a decisões de investimento mais informadas e ao aumento da transparência, combatendo o greenwashing.

Num momento de incerteza internacional e a que se assiste a um risco de retrocesso das metas ambientais, apesar da crescente urgência no combate às alterações climáticas e no restauro da biodiversidade, da necessidade de erradicação da pobreza e da exclusão social e de reforço do envolvimento das comunidades e da cooperação, para um processo de transição justo e equilibrado, iniciativas como esta ganham uma maior relevância ao alcançar diferentes públicos e ao ajudar na compreensão da importância de um desenvolvimento sustentável.

IMPOSSÍVEL É SÓ MESMO NADA FAZER



Miguel Baltazar

DIANA RAMOS
Diretora do Jornal
de Negócios

Vivemos em 2023 o ano mais quente de que há memória, as temperaturas muito elevadas ameaçam significativamente as metas fixadas nos Acordos de Paris e existe um longo caminho pela frente que demonstra o quão difícil será conjugar, no médio prazo, os objetivos de sustentabilidade com o enquadramento geopolítico.

A Europa tem dado passos relevantes na fixação de compromissos sérios que permitam reduzir de forma eficiente e sustentável as emissões de gases com efeito de estufa em todos os setores de atividade económica, ainda que, à medida que as mudanças alteram a vida quotidiana das populações, um maior sentimento de contestação se materialize.

É o caso dos mais recentes protestos dos agricultores, que se repetiram pelas diferentes capitais europeias e que centraram a discussão na necessidade de fazer uma transição sem deixar ninguém para trás e apoiando setores que, pela sua importância económica e social, serão cruciais para chegarmos a bom porto.

Se a guerra na Ucrânia tinha agitado consciências acerca da necessidade de salvaguardar a dependência energética dos Estados, a crescente tensão geopolítica fez-nos regressar à dura realidade de que a paz não é eterna e a segurança e a defesa nacional são determinantes para assegurar plenamente os direitos que se constituem como pilares das democracias liberais.

Em tempos de indefinição, é normal que nos questionemos sobre o caminho, mas é crucial que nem um só passo seja dado atrás. O investimento na transição ambiental e digital é o garante do bem-estar social, pelo que qualquer travagem neste caminho comprometerá o futuro das gerações seguintes.

Os exemplos que tantas empresas e instituições dão a cada ano neste prémio são prova de que é possível transformar, inovar e avançar rumo a sociedades mais equilibradas, justas e economicamente mais sólidas.

A cada ano, o Jornal de Negócios aqui estará com a Iniciativa Negócios Sustentabilidade 20|30 e com o Prémio Nacional de Sustentabilidade, lembrando-o de que o caminho se faz passo a passo e destacando, pelos bons exemplos, que impossível é só mesmo nada fazer.

AON

Capacite a sua força de trabalho para o futuro

Diversidade, Equidade & Inclusão

Faça download do relatório completo para descobrir as principais tendências em matéria de Diversidade, Equidade e Inclusão.

Para mais informações contacte os nossos especialistas em HR Solutions:

PT.HRSolutions@aon.pt
+351 21 000 1000



A URGÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE



AFONSO ARNALDO
Partner e Sustainability & Climate Leader da Deloitte

A urgência da sustentabilidade, em particular ambiental, é hoje globalmente evidente. De acordo com o "Stockholm Resilience Centre", citado no estudo "The Circularity Gap Report, 2024" da Deloitte com a Circular Economy Foundation, seis das nove fronteiras planetárias que medem a saúde de terra, água e ar foram já quebradas (contavam-se três em 2009 e quatro em 2015). Tal facto tem por base uma economia global essencialmente baseada na linearidade e em crescente extração de materiais virgens do planeta. Alerta aquele estudo para o facto de o peso da circularidade na nossa economia vir a diminuir, representando apenas 7,2% em 2023 (era de 9,1% em 2018). E a quantidade de materiais extraídos continua a subir. Só nos últimos seis anos foi quase tanto como em todo o século XX…

Esta forma de consumo crescente e linear de materiais implica graves consequências ambientais. Março de 2024 foi o décimo mês seguido em que a temperatura média do planeta foi a mais alta registada em meses homólogos, desde que existe medição. Os desastres climáticos são constantes por todo o planeta.

De um ponto de vista social, as consequências fazem-se sentir. Segundo a OMS, 3,6 mil milhões de pessoas vivem hoje em zonas altamente expostas às alterações climáticas e, de acordo com o Institute for Economics and Peace, perto de 4 mil milhões (metade da população mundial) vivem em zonas de alta ou severa insegurança alimentar, derivado das alterações climáticas.

Os desafios são enormes e urgente é a sua resolução, sendo fundamental o envolvimento das empresas na busca das soluções que permitam atingir os objetivos traçados (cada vez de mais difícil alcance). De acordo com o estudo "The Turning Point: A Global Summit" da Deloitte, se a humanidade conseguir inverter a tendência atual e evitar que se ultrapasse a subida da temperatura média acima dos 2º, conseguirá um efeito positivo a longo termo (2070) na economia equivalente a 43 biliões de dólares. Em se mantendo a trajetória de subida da temperatura, ultrapassando-se os 3º, as consequências serão desastrosas e implicarão uma perda económica estimada em 178 biliões de dólares. Na Europa, Portugal é um dos quatro países que serão mais afetados.

A União Europeia tem optado por uma política mista de imposição de regras e de atribuição de incentivos financeiros com vista à transição energética e descarbonização. O caminho vai-se fazendo e a Europa quer liderar pelo exemplo. As empresas portuguesas dividem-se em três grandes grupos: (i) aquelas que lideram na procura de soluções inovadoras, investindo claramente neste esforço e indo além das imposições legais; (ii) as que limitam a sua atuação à preparação da resposta ao legalmente obrigatório; e, finalmente, (iii) aquelas que estão claramente atrasadas nesta preparação. Inclui-se nesta última categoria grande parte do tecido empresarial português de pequena e média dimensão, com maior dificuldade para efetuar o investimento necessário.

Contudo, o sistema montado pela União Europeia implicará que todos os agentes económicos acabem por ter de caminhar no sentido da sustentabilidade, por implicação da "contaminação" das regras por via das empresas maiores com as quais se relacionam as mais pequenas.

Por outro lado, não estando Portugal isolado no mundo, mesmo que cumpra as suas metas de descarbonização, tal não implicará necessariamente que consiga evitar as consequências negativas das alterações climáticas. É também, por isso, urgente preparar-se o país e, por conseguinte, as empresas para tais efeitos. Para tal alerta o recente estudo "Megatendências 2050" da Replan (Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública), no qual se pode ler: "No contexto nacional, políticas e estratégias de adaptação às alterações climáticas são tão ou mais relevantes do que políticas de mitigação."

No mês de maio, será dado a conhecer o estudo que o Jornal de Negócios e a Deloitte efetuaram sobre o "Retrato da Sustentabilidade" em Portugal, através de informação recolhida junto do setor empresarial português. Será tempo de avaliar o caminho que levamos.

● cascais.pt

UM CARTÃO PARA VIVER CASCAIS



Benefícios exclusivos para quem vive Cascais

- **Transportes municipais gratuitos**
- **Teleconsultas gratuitas**
- **Estacionamento gratuito**
- **Desconto em eventos**

Adira já

CASCAIS

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA

Diretora: Diana Ramos - dianaramos@negocios.pt

Diretor adjunto: Celso Filipe - cfilipe@negocios.pt

Colaboraram nesta revista

Textos: Alexandra Costa, Bárbara Silva, Diana do Mar, Diogo Mendo Fernandes, Fábio Carvalho da Silva, Inês Santinhos Gonçalves, Joana Almeida, Leonor Mateus Ferreira, Lúcia Crespo, Marta Velho, Raquel Oliveira, Sara Ribeiro, Sílvia Abreu, Tiago Sousa, Sónia Santos Dias, Susana Marvão.

Fotografia: Bruno Colaço, David Cabral Santos, José Gageiro, Miguel Baltazar, Pedro Catarino e GettyImages.

Capa: Luís Mileu

Curadora do Prémio Nacional de Sustentabilidade 20|30 Negócios: Helena Garrido

Coordenação da revista: Carlos Marçalo

Textos das candidaturas: Mad Brain

Coordenação do Negócios Sustentabilidade 20|30: Carlos Marçalo, Hélder Graça, Joana Santana, José Manuel Gomes, Maria Franco, Maria Pires, Sofia Talefe.

Paginação: Mad Brain (Bruno Campos, Marco Freitas e Rui Dias)

Revisão: Joana Ambulate

Secretariado: Teresa Nunes - teresanunes@negocios.pt

Assinaturas: Mónica Oliveira (coordenadora) e Helena Morgado

Telefone: 210 494 999 · Fax: 210 493 140 · e-mail assine@medialivre.pt (dias úteis das 09h00 às 18h00) Correio: Remessa Livre 11258 - Loja da 5 de Outubro - 1059-962 Lisboa (não precisa de selo) ou escreva para: Medialivre-Serviço de Assinantes - Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 2.º Piso - 1549-023 Lisboa

Presidente: Domingos Matos; **Vogais:** Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.

Principal Acionista: Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%)

Propriedade/Editora: Medialivre, S.A.

Capital Social: €22.523.420,40.

Sede: Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa

TEL. +351 210 494 000

Contribuinte N.º 502 801 034, C.R.C. de Lisboa N.º 502 801 034

Diretor-Geral Editorial: Carlos Rodrigues

Diretor-Geral Comercial: Luís Ferreira

Diretor de Informática: Rui Taveira

Diretora Financeira: Ivone Nunes

Diretor de Pessoas e Organização: David Pinto

Diretor de Circulação: João Ferreira de Almeida

Diretor de Marketing e Reader Revenue: João Aleixo

Diretora de Research: Ondina Lourenço

Diretor Técnico Online: Nuno Alves

Diretor de Desenvolvimento Digital: Luis Amorim

Acionista
Medialivre, S.A. (100%)
Contribuinte: 502801034
CRC de Lisboa 502801034

Depósito Legal 531506/24

Periodicidade Anual

Pré-impressão
Ricardo Salgado

Impressão
Lidergraf, Artes Gráficas, SA
Rua do Galhano, 15 – 4480-089 Vila do Conde

Distribuição
Vasp - Distribuição de Publicações SA
Telef.: 214 398 500 - Fax 214 302 499

Propriedade/Editora
Medialivre, S.A.
Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3
1549-023 Lisboa TEL. +351 210 494 000 FAX +351 213 309 41

...medialivre









3 Sustentabilidade

4 Impossível é só mesmo nada fazer

6 A urgência da sustentabilidade

12 Sandrine Dixson-Declève: "A extrema-direita está a semear dúvidas sobre a transição climática"

18 É preciso manter a rota!

24 Peter Bakker: "Contradição entre lucros e sustentabilidade não existe"

DESCARBONIZAÇÃO

30 "Estamos no fim da estrada." Para onde caminhamos agora?

36 Kristian Ruby: "O custo de não fazer nada para descarbonizar é o maior de todos"

40 Andrew Winston: "Durante muito tempo, mais economia significou mais energia e emissões"

44 Hidrogénio, offshore e lítio ainda são "miragens" em Portugal

48 Joana Portugal Pereira: Liderando a transformação com iniciativas rumo à neutralidade climática

ECONOMIA CIRCULAR

94 Circularidade exige (re)pensar papel das empresas no mundo

100 Matthew Fraser: "A legislação ambiental tem um longo historial de não ser bem-sucedida"

104 Circularidade: Estado pode dar o sinal necessário para tirar Portugal da cauda da Europa

108 Paulo Lemos: Uma nova geração de instrumentos legislativos para promover a economia circular







MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

148 Mobilidade urbana ainda com muita estrada para andar

156 Karen Vancluysen: Cidades estão a ser reorganizadas para a multimobilidade

160 Planear é necessário para acelerar a mudança na mobilidade

166 Hélder Pedro: Mobilidade sustentável em Portugal: desafios e soluções para um futuro mais verde

PRESERVAÇÃO DO CAPITAL NATURAL

186 Planeta aproxima-se de vários pontos de rutura

194 Matthew Gianni. "Há metais suficientes em terra para assegurar a transição verde"

198 Património natural de Portugal está a degradar-se

203 Maria de Jesus Fernandes: Preservar o capital natural, um imperativo de sobrevivência e uma oportunidade para o desenvolvimento e crescimento económico

BEM-ESTAR E CIDADES SUSTENTÁVEIS

228 Os desafios agigantam-se nas cidades, mas a missão não é impossível

236 Aitor Varea Oro: "É imperativo que nem voltemos para trás, nem nos conformemos com o que temos"

240 A resiliência nacional, em nome da habitação

244 Nelson Lage: Inspirar a mudança para um futuro mais verde e sustentável

IGUALDADE, DIVERSIDADE E EQUIDADE

258 O despertar para a diversidade

266 Joana Moreira: "Todas as pessoas têm talentos para partilhar"

272 Portugal e a diversidade: um longo caminho a percorrer

276 Maria de Belém Roseira: Sustentabilidade social

SAÚDE E BEM-ESTAR NAS ORGANIZAÇÕES

296 Nativos digitais, adeptos do trabalho remoto e mais cientes do seu tempo. Vai a Geração Z mudar o mundo do trabalho?

304 Serge da Motta Veiga: "O jovem tem menos essa ideia de 'Eu quero o dinheiro e mais nada'"

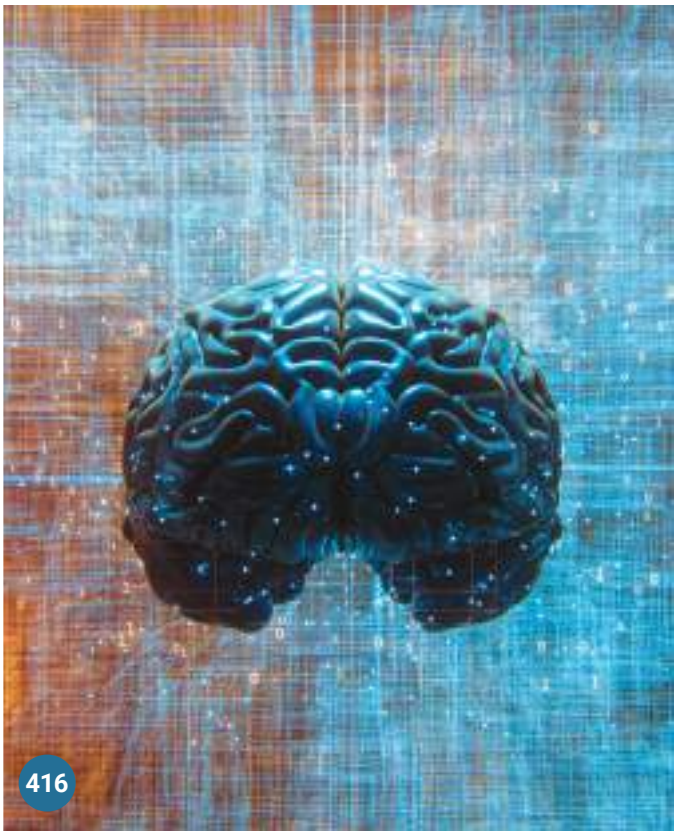
308 Bem-estar (físico, mental e não só) centra cada vez mais atenções nas empresas nacionais

314 Ana Rita Martins: A importância de dar prioridade ao bem-estar social no ambiente de trabalho

SUMÁRIO







COMUNICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

338 Definir a sustentabilidade

344 Margarida Couto: Greenwashing, uma mentira que mina a confiança

348 Verdade e transparência: essenciais na comunicação

352 Maria Domingas Carvalhosa: Por um mundo mais sustentável: comunique-se!

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

384 Rating é a nova arma contra o greenwashing

392 Jennifer Wu: "O entusiasmo em torno do ESG acabou. O trabalho duro começa agora"

398 PRR deve manter emissão de dívida verde de Portugal na gaveta

404 Cristina Casalinho: Finanças sustentáveis ou como responder ao desafio da sustentabilidade

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EM SUSTENTABILIDADE

416 Estará a inteligência artificial a olhar para o lado errado?

424 Arlindo Oliveira: Empresas que falhem adoção de IA "vão tornar-se menos competitivas e poderão mesmo ficar em risco"

428 As PME portuguesas e a corrida à era da revolução industrial

CANDIDATURAS AO PRÉMIO NACIONAL DE SUSTENTABILIDADE

50 DESCARBONIZAÇÃO
52 Altri
54 Ana Aeroportos
56 Bondalti
58 Caixa Geral de Depósitos
60 CUF
62 Ecoambiente
64 Fundación Repsol
66 Infraestrutura de Portugal
68 Infraestrutura de Portugal
70 Infraestrutura de Portugal
72 Klepierre
74 Leroy Merlin
76 Pestana Hotel Group
78 Porto Business School
80 PRF
82 Secil
84 Sonae Sierra
86 Tetra Pak
88 The Light Rebar Company
90 Transtejo
92 Trivalor

110 ECONOMIA CIRCULAR
112 BPI
114 Continental
116 Corticeira Amorim
118 DST Group
120 EDP
122 Electrão
124 Fnac Portugal
126 Infraestruturas de Portugal
128 Infraestruturas de Portugal
130 Inokem
132 Lipor
134 Metropolitano de Lisboa
136 Miranda & Irmão Lda
138 Noohd Services Portugal
140 Porcelanas da Costa Verde
142 Saint-Gobain Portugal
144 Sociedade Ponto Verde
148 Tetra Park

168 MOBILIDADE SUSTENTÁVEL
170 Cascais Próxima
172 Cofidis
174 EVIO
176 Greenvolt
178 McRetail
180 Muvnext
182 Repsol Portuguesa
184 Transportes Metropolitanos de Lisboa

204 PRESERVAÇÃO DO CAPITAL NATURAL
206 Águas do Norte
208 Altri
210 Aquapor Serviços
212 BCSD Portugal
214 Bel Portugal
216 Cascais Ambiente
218 Eurest Portugal
220 Fundação António Manuel Mota
222 Mota Engil ATIV
224 Secil
226 Sociedade Central de Cervejas e Bebidas

246 BEM-ESTAR E CIDADES SUSTENTÁVEIS
248 Cascais Ambiente
250 EDP
252 Grupo Casais
254 Leroy Merlin Portugal
256 QDF

278 IGUALDADE, DIVERSIDADE E EQUIDADE
280 Greenvolt
282 Grupo Ageas Portugal
284 Joyeux Portugal
286 MC
288 MCMKT BRANDS
290 MEO
292 Sabseg Seguros
294 Worten

316 SAÚDE E BEM-ESTAR NAS ORGANIZAÇÕES
318 Ageas Portugal
320 Altri
322 Cascais Ambiente
324 CUF
326 Gres Panaria Portugal
328 Jerónimo Martins
330 L'Oreal Portugal
332 SATA
334 Savills Portugal
336 Vieira de Almeida

354 COMUNICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE
356 Altri
358 BCSD Portugal
360 Bondalti Portugal
362 Câmara Municipal de Cascais
364 EDP
366 Fundação Santander Portugal
368 NATIXIS
370 Saint-Gobain Portugal

406 FINANÇAS SUSTENTÁVEIS
408 Bankinter
410 Caixa Geral de Depósitos
412 Fundação Ageas
414 Greenvolt Group

434 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EM SUSTENTABILIDADE
436 Águas e Energia do Porto
438 Cascais Ambiente
440 EDP
442 NESTBITTEAM
444 Ordem dos Engenheiros
446 Parques de Sintra
448 REYNAERS
450 Santander Totta
452 Sociedade Ponto Verde
454 Transportes Metropolitanos de Lisboa
456 Turismo de Portugal

A Deloitte é o Knowledge Partner do Prémio Nacional de Sustentabilidade. É a entidade que avalia o perfil de todas as candidaturas e verifica a sua elegibilidade e adequabilidade.

Deloitte.



D.R.

SANDRINE DIXSON-DECLÈVE

“A EXTREMA-DIREITA ESTÁ A SEMEAR DÚVIDAS SOBRE A TRANSIÇÃO CLIMÁTICA”

Reconhece que há países e empresas a agir a favor da descarbonização do planeta, mas a visão de Sandrine Dixson-Declève, copresidente do Clube de Roma, sobre o caminho para a neutralidade carbónica é tudo menos positiva. Garante que estamos “atrasados” e que vamos seguramente “ultrapassar a temperatura global em mais do que 1,5 °C”. Pior do que isso, deixa um alerta muito sério: “Na Europa, estamos numa situação que reflete a década de 1930. Se não tivermos uma liderança corajosa, podemos encaminhar-nos para a terceira guerra mundial.” Bárbara Silva

Ao lado da sul-africana Mamphela Ramphele, Sandrine Dixson-Declève foi uma das primeiras mulheres a liderar o Clube de Roma, em mais de meio século. Desde 2018 à frente da organização não governamental – fundada em 1968 por um grupo de cientistas, académicos, diplomatas e líderes –, não hesita em fazer ouvir a sua voz e usar palavras duras para criticar quem não age a favor da transição climática e energética. Diz que as Conferências do Clima da Organização das Nações Unidas (COP) se transformaram num “circo” e, juntamente com outros especialistas mundiais, escreveu uma carta ao secretário-geral da ONU, António Guterres, a pedir negociações pelo clima mais frequentes, mais “humanas” e sem influências externas.

Como vê a atual trajetória rumo à descarbonização global? Estamos no caminho certo ou profundamente atrasados?
Estamos definitivamente atrasados. Já sabemos que vamos ultrapassar a meta de 1,5 °C. E precisamos de começar a pensar em como nos vamos preparar para um mundo que está acima dos seus limites. Já no ano passado, em novembro, superámos os 2 °C de aumento na temperatura mundial em vários dias. O problema é quando esse aumento for constante. Há previsões de que isso pode acontecer já em 2030. Neste momento estamos já 1,2 °C acima e isso é motivo de grande preocupação, tendo em conta os impactos que já estamos a sentir em termos de secas, inundações e incêndios. Ficou bem claro que países como Portugal, Itália, Espanha, Grécia, no Sul da Europa, terão cada vez mais

Este é o momento perfeito para a evolução na Europa. A começar pelo excesso de regulamentação e burocracia, e pela necessidade de simplificação. Claro que com 27 países a UE tem dificuldade em fazer o mesmo que os EUA com o Inflation Reduction Act.

restrições em termos agrícolas, do que podem ou não produzir por causa da falta de água. No Norte da Europa, vemos cada vez mais inundações. Isto tem impactos sociais para as pessoas que vivem nesses países, mas também em termos de fluxos migratórios. Já não falamos apenas dos refugiados vindos de África, mas de potenciais migrações do Sul para o Norte da Europa, o que criará ainda mais tensão social e conflitos.

Precisamos de atualizar o Acordo de Paris e de metas novas mais realistas?
Ultrapassar o aumento de 1,5 °C na temperatura mundial não é só um conceito abstrato, é algo muito real. Sabemos que há impactos diretos dos aumentos da temperatura, não apenas em termos de eventos climáticos, mas também nos meios de subsistência dos cidadãos. Portanto, é extremamente importante que levemos isso a sério.

É preciso que o cenário se torne realmente dantesco para que empresas e governos comecem a agir para travar o aquecimento global?
A Europa, através do Green Deal e das suas metas para a neutralidade carbónica, já criou um horizonte de mudança, o que tem sido muito importante. Mas agora estamos a viver um período muito difícil, com múltiplas crises ao mesmo tempo, que me deixam muito preocupada. Além da crise económica, temos de lidar também com a ascensão de movimentos políticos de extrema-direita na Europa, que estão a semear dúvidas no caminho para a descarbonização, mesmo com os piores impactos climáticos a que já assistimos. Isso levanta questões sobre a capacidade humana e dos líderes mundiais para enfrentar as mudanças. Não estamos a saber aproveitar as oportunidades para agir no momento certo.

Qual teria sido o momento certo?
Já o devíamos ter feito depois da crise pandémica, mas logo a seguir veio a guerra da Ucrânia, que trouxe uma crise energética, inflação, juros altos, e depois ainda o conflito armado entre Israel e o Hamas em Gaza. Existem muitas soluções que podiam ser adotadas já neste momento e que resolveriam alguns dos problemas sociais e ambientais. A questão é que a extrema-direita e, em particular, aquela que já está no poder, e também as empresas que não querem mudar, encontram agora a oportunidade perfeita para travar e questionar a mudança para uma economia descarbonizada. E é aqui que faço o meu apelo para que os líderes mundiais não retrocedam.

A extrema-direita é mais um entrave de peso na luta contra as alterações climáticas?
Está a proliferar por toda a Europa. Não é só num país ou noutro. É uma ameaça nos dias de hoje. E é uma ameaça que surge sempre que há instabilidade económica. É só olhar para a década de 30 do século XX, quando a extrema-direita também usou a oportunidade que surgiu nessa altura para semear dúvidas. Agora fazem o mesmo com a transição energética e climática. A questão é que a mudança é boa para as pessoas e para as empresas, porque estamos a inovar e a apostar em novas tecnologias, em vez de ficarmos agarrados ao passado. Quanto mais nos apegamos às práticas antigas, mais difícil é evoluir. Portanto, este é o momento perfeito para a evolução na Europa. A começar pelo excesso de regulamentação e burocracia, e pela necessidade de simplificação. Claro que com 27 países a UE tem dificuldade em fazer o mesmo que os EUA com o Inflation Reduction Act.

Como é que essa diferença entre a Europa e os EUA pode ser ultrapassada?
Temos de nos questionar: como é que a Europa pode unificar-se na transição para a descarbonização? Como podemos garantir que temos linhas elétricas com capacidade para absorver as renováveis em Portugal, Espanha e França? Como podemos garantir que os tempos de licenciamento sejam muito mais curtos? Os caminhos que existem para otimizar as nossas economias são absolutamente viáveis, incluindo a eliminação de fatores perversos, como os subsídios à indústria petrolífera e do gás e à agricultura industrial, que vão contra as práticas de descarbonização. Temos muitos instrumentos, ferramentas e mecanismos no nosso leque de soluções. A questão é se estamos prontos neste momento para usá-los. Esse é o meu apelo aos líderes: esta é a hora de mostrarem uma liderança inteligente e corajosa. E não ser como um animal encadeado pelos faróis de um carro e não fazer nada, ou então seguir a narrativa da direita radical.

A descarbonização deve ser um objetivo global ou é mais bem alcançada com uma soma de esforços locais?
Todos estão a contribuir de alguma forma para a ação global. Não podemos subestimar a importância do Inflation Reduction Act, nem o facto de os chineses estarem a investir em força nas renováveis e a migrar para a eletrificação. Há mudança e vê-se, mesmo que não seja rápida o suficiente. O maior bloqueio está nas negociações políticas, em que vemos ainda uma grande dose de hipocrisia. Os 100 mil milhões decididos na COP, que deviam ter



D.R.

Temos muitos instrumentos, ferramentas e mecanismos no nosso leque de soluções. A questão é se estamos prontos neste momento para usá-los.

sido dados aos países do Sul, ainda não estão devidamente distribuídos. Muitos dos fundos acordados, por exemplo, em termos de proteção da floresta, ainda não chegaram ao Brasil e, em particular, aos povos indígenas. Há países profundamente endividados que não conseguem investir em tecnologias de transição. Em vez de mais empréstimos do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional, podia pensar-se (com ressalvas, claro) em cancelar as dívidas de alguns destes países. Temos de pensar numa nova arquitetura financeira para permitir que os países do Sul e as economias mais pobres também façam a transição, como a Europa e os EUA.

Grandes fóruns mundiais como Davos ou as COP ainda fazem sentido existir?
Temos de voltar a humanizar as negociações novamente. Eu estive em Davos e fiquei a pensar que nada daquilo devia existir, e muito menos ali, naquele local. Estamos sempre a pensar que temos de estar na sala certa, para ter uma voz. Predomina um sentimento de "fear of missing out", que é promovido por todos. Se não estivermos no palco principal, então somos demasiado pequenos e não importamos. Essa arrogância e hipocrisia só vai perpetuar os problemas. Este é o melhor momento para mostrar que podemos ser sábios e humanos, como aconteceu com a COP de Paris.

O que fez dessa COP mais especial?
Nesse ano, a capital francesa estava sob ameaça de um ataque terrorista, mas mesmo assim os líderes de todo o mundo estiveram presentes. Decidimos não permitir que o medo dominasse e continuámos com as negociações. Isso criou muita solidariedade e foi possível chegar a um acordo no final. Nunca mais vi isso acontecer da mesma forma. Agora estamos a fazer reuniões em países que têm interesses na produção de petróleo e gás, como o Dubai, ou que não são 100% democráticos, como o Azerbaijão. Eu e outros responsáveis escrevemos uma carta à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) a pedir que parem as COP, tal como elas estão pensadas atualmente, e que se repensem as negociações do clima. Não podem ser meros fóruns e feiras comerciais, com espaço para os lóbis que querem impedir qualquer progresso. As COP transformaram-se num circo. Mas agora, finalmente, fomos ouvidos. Demorou um ano, mas já foi criado um conselho consultivo para introduzir reformas nas negociações com reuniões de menor escala e mais humanas.

Onde vê a descarbonização mais e menos avançada: da energia aos transportes, aos edifícios e à indústria?
A maior culpada neste momento é a indústria dos combustíveis fósseis. Estou completamente furiosa. Passei grande parte da minha carreira nessa indústria nos anos 90 e 2000. Nessa altura, as empresas de petróleo e gás estavam a falar e a fazer mais pela promoção das renováveis, e queriam realmente fazer parte da solução. Muito mais do que hoje. Agora estão só voltados para os seus lucros extraordinários. É um escândalo absoluto. Estamos a falar de lucros de 2,8 mil milhões por dia. Deviam ser presos. Ninguém disse que a transição energética seria fácil, mas lucrar desta forma às custas da pobreza energética de muitos é desprezível. Já não estão interessados na mudança e tentam empatar ao máximo a transição para fontes energéticas limpas.

Há bons exemplos?
Existem outros setores a avançar e empresas mais progressistas. Por exemplo, vemos a mudança a acontecer na Suécia, em torno do aço verde. Vemos a Noruega a investir em alumínio verde também. O mesmo para a indústria cimenteira. São setores muito difíceis de descarbonizar, que dependem muito da energia fóssil, mas estão a mexer-se. Já os fabricantes de automóveis estão a recuar um pouco nas promessas de eletrificação e a opor-se à decisão da UE de proibir os carros com motor de combustão interna. Por outro lado, as grandes elétricas europeias estão a ir na direção certa. Em Portugal, a EDP é um bom exemplo. Fiz parte do conselho da empresa até muito recentemente e pude assistir a isso em primeira mão. Querem ser verdes e já começaram a transição, com o fim do carvão no país.

Como vê a transição energética e climática em Portugal?
Não acredito que os portugueses vejam as energias renováveis como uma ameaça. A principal ameaça é que há muito tempo as pessoas não recebem salários justos e isso é um problema. Quando há desigualdade económica prolongada, proliferam as tensões sociais e os partidos políticos extremistas ganham espaço, seja à direita ou à esquerda. Portugal devia ter previsto isso. É preciso um contexto económico que permita que os cidadãos prosperem e não apenas sobrevivam. E mesmo que os vistos gold e a chegada de muitos estrangeiros a Portugal tenham sido uma boa ideia do ponto de vista económico, não se pode fazer isso sem garantir que o povo está bem. Foi aqui que começaram os problemas e a crise imobiliária, especialmente em Lisboa, com as pessoas a não conseguirem pagar as suas casas porque os salários são muito baixos. Faz-me lembrar uma cidade com uma ponte parecida: São Francisco. Não vamos fazer de Lisboa a nova São Francisco, que tem hoje uma das maiores crises de sem-abrigo e de dependência de drogas. Tudo porque o milagre de Silicon Valley e das dot.com



D.R.

As COP transformaram-se num circo. Mas agora, finalmente, fomos ouvidos. Demorou um ano, mas já foi criado um conselho consultivo para introduzir reformas nas negociações com reuniões de menor escala e mais humanas.

não chegou às pessoas. Isso criou instabilidade e uma mudança em direção a governos mais radicais.

Que mensagem deixa aos líderes de todo o mundo?
Gostava que os governos entendessem que a instabilidade e a desigualdade são más para todos. A minha mensagem para os cidadãos é: cuidado com o que desejam. Podem eleger um governo mais radical (seja ele de esquerda ou de direita, mas isso não significa que vão promover uma mudança económica real que permitirá que os cidadãos prosperem. Por norma usam narrativas que capturam a emoção do cidadão, mas não investem necessariamente onde é absolutamente fundamental. Neste momento, na Europa, estamos numa situação que reflete muito a década de 1930. Se não tivermos uma liderança corajosa para fazer a transição para a descarbonização e entender a importância dos efeitos desta policrise, podemos encaminhar-nos para uma terceira guerra mundial. A radicalização não é boa para a estabilidade. E muitas vezes vem com líderes muito arrogantes que pensam que têm soluções, mas estas são mais para si mesmos do que para as pessoas.



GettyImages


2024
É PRECISO
MANTER A ROTA!

O aquecimento global e as emissões de gases com efeitos de estufa continuam a bater recordes, os movimentos anti-ESG ganham escala e a instabilidade social e económica trava muitas das políticas climáticas. Num mundo que parece meio perdido nos seus objetivos, o Negócios continua a acompanhar a trajetória da sustentabilidade.

Sónia Santos Dias

Tem nas suas mãos a nova edição da revista anual do Negócios Sustentabilidade 20|30, em que fazermos o ponto de situação daquela que é uma das maiores transformações que a sociedade já teve de fazer. E, de ano para ano, os números que vão enquadrando essa trajetória parecem piores, demonstrando que, salvo raras exceções, não estão a ser implementadas as transformações necessárias para garantir um futuro ambiental, social e economicamente próspero para as novas gerações. Os números não mentem. O último Relatório sobre o Défice de Emissões das Nações Unidas, publicado em novembro de 2023, mostra que as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) estão a atingir máximos históricos quando deveriam estar a diminuir. Num ano, houve um aumento de 1,2%, quando deveria ser o oposto. O relatório conclui também que, a menos que os países intensifiquem a ação climática e cumpram mais do que o prometido nos seus compromissos para 2030, o mundo caminha para um aumento da temperatura de 2,5 a 2,9 °C acima dos níveis pré-industriais. "As tendências atuais estão a conduzir o nosso planeta a um beco sem saída de aumento de temperatura de 3 °C. O fosso das emissões é mais um desfiladeiro de emissões", declarou na altura António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas. E acrescentou: "É um desfiladeiro repleto de promessas não cumpridas, vidas destruídas e recordes não atingidos. Tudo isto é uma falha de liderança, uma traição aos vulneráveis e uma enorme oportunidade perdida."

Com o aumento das temperaturas globais e as emissões de GEE a atingirem níveis sem precedentes, são necessárias "medidas climáticas drásticas" para afastar o mundo das alterações climáticas descontroladas e alinhá-lo com os objetivos do Acordo de Paris. Para voltar ao caminho do aumento de temperatura de 2 °C acima dos níveis pré-industriais, as emissões devem ser reduzidas em pelo menos 28% em comparação com os cenários atuais. Para que não se atinja o limite de 1,5 °C, será necessária uma redução de 42%. Portanto, quanto a emissões de GEE, estamos enquadrados.

Por outro lado, para conduzir o mundo à rota de desenvolvimento sustentável é preciso, ao mesmo tempo, fortalecer a natureza. Como estamos nesta parte? Segundo o Relatório Global dos Pontos de Rutura, divulgado também no final de 2023, devido ao aquecimento global, o planeta está a aproximar-se de pelo menos cinco pontos de rutura do sistema terrestre, incluindo o colapso de grandes camadas de gelo e a mortalidade generalizada dos recifes de coral de águas quentes, com "consequências catastróficas" previstas pelos cientistas para o capital natural e a sociedade. Poderá saber mais sobre este ponto na secção Capital Natural desta revista. Mas só a título de exemplo, no que toca à biosfera, os pontos de rutura estão a expandir-se numa série de ecossistemas, podendo levar à extinção da floresta amazónica, à extinção dos recifes de coral e dos mangais e ao colapso de algumas pescarias.

Estes são apenas dois dos muitos relatórios que todos os anos a comunidade científica disponibiliza para dar conta do estado do planeta, para servir de base à tomada de políticas a nível nacional e internacional, no âmbito da Agenda 2030 nas Nações Unidas. Mas são estas informações tidas em conta?

VIRAGEM POLÍTICA

Para se implementarem políticas climáticas, é necessário que os governos dos países as decidam implementar. As cores da geografia política estão a mudar, com uma tendência de viragem à direita, tradicionalmente menos defensora de políticas ambientais. A tendência está a disseminar-se em diversos países europeus e o mesmo se prevê que venha a acontecer no Parlamento Europeu, nas próximas eleições, que terão lugar em junho deste ano. De acordo

com um estudo encomendado pelo grupo de reflexão do Conselho Europeu de Relações Externas (CERE), o resultado das eleições europeias poderá dificultar a aprovação de políticas ambientais, caso se verifique uma "viragem acentuada à direita". Esta análise apurou que as próximas eleições europeias deverão levar a que os partidos populistas de direita radical ganhem



GettyImages

António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas

> **É um desfiladeiro repleto de promessas não cumpridas, vidas destruídas e recordes não atingidos. Tudo isto é uma falha de liderança, uma traição aos vulneráveis e uma enorme oportunidade perdida.**
>
> **António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas**

votos e lugares em toda a União Europeia (UE) e os partidos de centro-esquerda e verdes percam votos e lugares.

Tendo em conta que a eleição vai apurar a representação partidária para 705 assentos parlamentares que, juntamente com os representantes dos países-membros, aprovam novas políticas e leis para a União Europeia, o resultado pode dar origem a uma coligação "antiação política climática" no Parlamento.

Em termos de impacto desta viragem nas políticas ambientais, o CERE exemplifica com a Lei do Restauro da Natureza, aprovada em 2023 e que obriga os Estados-membros a restaurar pelo menos 20% das terras e mares da UE até 2030, com metas vinculativas para restaurar pelo menos 30% dos habitats degradados até 2030, aumentando para 60% até 2040 e 90% até 2050. Algo que seria diferente se fosse aprovada com um parlamento mais de direita. No momento de fecho desta revista, a Lei do Restauro da Natureza sofreu um revés, com o recuo da Hungria, impedindo a maioria necessária à sua aprovação. Um impasse incomum nesta fase de aprovação. Sobreviverá a lei à viragem à direita em junho? Veremos.

Na realidade, o mundo está em acelerada mudança e muita coisa mudou desde que, em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU), perante um mundo repleto de desigualdades e em declínio ambiental acelerado, decidiu que era hora de corrigir a trajetória da humanidade. E de forma rápida. Assim, representando uma vontade global, definiu a Agenda 2030, com 17 metas a atingir no tempo recorde de 15 anos. Uma ambição sem paralelo de transformar o mundo para que este se torne num local mais equilibrado para todos, o que implica "virar o mundo do avesso" e transformar sociedades, economias, tecnologias e mentalidades.

A Agenda 2030 reconhece que acabar com a pobreza deve andar de mãos dadas com estratégias que promovam o crescimento económico e atendam a uma série de necessidades sociais, incluindo saúde, educação, proteção social e oportunidades de emprego, ao mesmo tempo que se combatem as alterações climáticas e se promove a proteção ambiental. Na realidade, já vamos a meio de uma trajetória que tem por ambição mudar o mundo até 2030.



GettyImages

Parlamento Europeu

O PAPEL DO NEGÓCIOS

Como líder na informação económica e financeira, o Jornal de Negócios assume o seu papel nesta missão coletiva, totalmente alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, ao promover as melhores práticas de sustentabilidade através de uma série de iniciativas a decorrer ao longo da década. Com a iniciativa Negócios Sustentabilidade 20|30, o jornal agrega várias ações dentro daquele que é um projeto editorial único no país, que promove a sustentabilidade assente nos critérios ESG (ambiente, sociedade e governação/economia) e na necessidade de mudança dos hábitos dos cidadãos, das empresas e do Estado.

Esta revista que tem nas mãos é uma delas, mas não só. Notícias diárias a acompanhar a realidade nacional e internacional, grandes conferências, talks temáticas e um Prémio Nacional de Sustentabilidade que distingue o que de melhor se faz em Portugal contribuem para enriquecer o debate e clarificar o caminho da transformação sustentável.

O Jornal de Negócios lançou, pelo quarto ano consecutivo, o maior ciclo de conferências sobre sustentabilidade, contando com a participação de 74 oradores distribuídos por três conferências temáticas e uma grande conferência final. À volta das três conferências temáticas orbitaram nove talks que deram a conhecer a visão de 33 oradores de empresas e organizações.

A presente edição arrancou em outubro de 2023, com a conferência dedicada à temática ambiental e que teve como título "Água e resíduos, os desafios de Portugal", contando com 12 oradores. John Elkington, criador do tripé da sustentabilidade e autor de 21 livros, considerou que o mundo está apenas a começar aquela que será uma revolução sem precedentes. O também chamado Padrinho da Sustentabilidade reconheceu que a temática já se está a massificar, mas referiu que ainda não existe uma compreensão do que tal realmente significa.

Duarte Cordeiro, ministro do Ambiente e da Ação Climática de então, e Randi Charno Levine, embaixadora dos Estados Unidos em Portugal, participaram também como oradores na conferência, debatendo temas como a escassez da água, a gestão de resíduos e a economia circular. As três talks integradas nesta conferência abordaram os efeitos das alterações climáticas na economia, o papel da economia circular e o caminho para descarbonizar o futuro, com a participação de 11 oradores.

No mês seguinte foi a vez de se debater a temática social do

pilar ESG na conferência "Habitação e envelhecimento, os desafios de Portugal", com a participação de 11 oradores. Tim Marshall, jornalista especializado em geopolítica, foi o keynote speaker. O especialista acredita que a multipolaridade que se vive atualmente vai ser ultrapassada e que os EUA vão continuar a ser a maior potência mundial. A geografia, disse o especialista em geopolítica, impõe-se ao desenvolvimento da Rússia e da China. O jornalista mostrou uma visão macro da política, salientando a importância da geografia para a definição das estratégias dos países no xadrez político mundial. A conferência contou ainda com a abertura institucional de Marina Gonçalves, ministra da Habitação na altura.

As três talks associadas a esta conferência debateram, com a participação de 11 oradores, temas como a saúde mental nas organizações, a qualidade da construção em Portugal e o preço da descarbonização dos imóveis e ainda o impacto do turismo nas cidades e no bem-estar.

Já em janeiro de 2024, a temática da conferência centrou-se na governação, sendo intitulada "Da inteligência artificial às novas regras europeias". Stephanie Hare, investigadora e autora do bestseller "A Tecnologia Não é Neutra", alertou que a discussão sobre inteligência artificial não está a abordar os riscos para a sustentabilidade e o clima. Nomeadamente, referiu que "o custo ambiental da IA é o segredo mais bem escondido da indústria", uma vez que os servidores usados pela IA generativa consomem de 100 a 1000 vezes mais energia do que uma pesquisa no Google.

A conferência contou com a participação de 16 oradores, entre os quais António Costa Silva, ministro da Economia e do Mar à época. Também João Moreira Rato, presidente do Instituto Português de Corporate Governance, e Luís Capão, diretor de Ambiente e Sustentabilidade da Câmara Municipal de Cascais, trouxeram as suas visões de governação à conferência.

A governação nas empresas familiares, a diversidade multivariável nas empresas e a retenção de talento e a descarbonização do crédito foram as temáticas das três talks que gravitaram à volta desta conferência, contando com um total de 11 oradores.

A presente edição da iniciativa termina com a Grande Conferência e o Prémio Nacional de Sustentabilidade, a decorrer em maio de 2024. O conhecido Nobel da Economia Joseph Stiglitz abre os trabalhos de um encontro que contará com a participação da vice-governadora do Banco de Portugal, Clara Raposo, e um conjunto de painéis em que líderes de empresas vão debater os atuais temas da sustentabilidade, num total de 35 oradores. O caminho da descarbonização, a recuperação da natureza, os novos investimentos e negócios ESG, a inteligência artificial, a economia circular e os compromissos de abril de 1974 na perspetiva dos ODS das Nações Unidas são os grandes assuntos em cima da mesa.

Neste dia são finalmente premiados os projetos que mais se destacaram nas várias vertentes da sustentabilidade, integrados no grande Prémio Nacional de Sustentabilidade, que conta com um júri de renome composto por 82 personalidades nacionais. Com o Alto Patrocínio do Presidente da República, o Jornal de Negócios conta com a Deloitte como "knowledge partner" do prémio na validação e avaliação das candidaturas.



Bruno Colaço

John Elkington, um dos criadores do tripé da sustentabilidade



Pedro Ferreira

Stepanhie Hare, investigadora e autora do bestseller "A Tecnologia Não é Neutra".


Getty Images

Tim Marshall, jornalista especializado em geopolítica e autor do bestseller "Prisioneiros da geografia".

PETER BAKKER

"CONTRADIÇÃO ENTRE LUCROS E SUSTENTABILIDADE NÃO EXISTE"

Peter Bakker considera que cada vez mais a contradição entre resultados financeiros e formas de sustentabilidade não existe. O líder do WBCSD, nomeado um dos 100 líderes climáticos mais influentes do mundo na área dos negócios pela revista Time, assinala que há transformações a acontecer no seio das empresas e não tem dúvidas de que são elas que, apesar da estrada acidentada, se vão afirmar como timoneiras da mudança. Diana do Mar

O presidente e CEO do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) ou Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, em português, defende que o capitalismo tem de ser reinventado para regressar ao modelo em que o capitalismo financeiro coexiste com o capital natural, humano e social. Em entrevista, Peter Bakker diz que cada vez mais as empresas vão acordar para o facto de que se não investirem em minimizar os riscos associados ao clima, à natureza ou à desigualdade, o impacto, ao final do dia, também será económico.

O World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) tem um projeto denominado "Visão 2050: Tempo para Transformar" à luz do qual, até essa data, mais de 9 mil milhões de pessoas serão capazes de viver bem dentro dos limites planetários (identificados por um grupo de cientistas liderados pelo sueco Johan Rockström). Mas esta visão carece de uma transformação em escala. Quais são as mudanças necessárias para atingir esse objetivo? Por onde começar?

O que fizemos foi olhar para os impactos que os grandes sistemas – como o alimentar, a energia ou os transportes – têm essencialmente nos grandes tópicos do clima, natureza, desigualdade, e perceber que soluções podem as empresas desenvolver para os limitar ou melhorar o estado do mundo. O problema é que qualquer visão de 2050 está tão longe que, certamente, muitos de nós não estaremos cá por essa altura e muitos responsáveis por empresas ou governos já terão deixado de o ser. Serve por isso como um bom ponto no horizonte, como uma ambição pela qual todos devemos lutar, embora seja pouco útil enquanto quadro de ação no sentido de mobilizar as pessoas a fazerem coisas. Assim, o que fizemos foi perceber quais são os tipos de transformações necessárias e desenvolvemos, de uma forma muito clara, uma agenda para 2030 deixando claro o que é preciso para que haja hipótese de alcançarmos a Visão 2050. A nossa organização trabalha principalmente para as empresas e é interessante constatar que hoje em dia qualquer conversa estratégica no seio das administrações é uma conversa de 2030, que qualquer investimento que faça, qualquer firma que compre, qualquer produto que lance, é um investimento de 2030. E, portanto, se pudermos educar administrações e líderes de empresas no sentido de lhes indicar quais são os passos transformadores que terão de ter tomado até 2030, então, teremos as empresas no caminho certo para avançar em direção à Visão 2050.



Bruno Colaço

Sente que nos últimos anos as empresas fizeram progressos reais? Persistem conflitos internos, ou seja, uma certa resistência de investidores/acionistas. Qual é a sua perceção?
Não há uma resposta única para isso. Não reivindico que todas as empresas fizeram progressos, mas as líderes, aquelas com as quais trabalhamos [230 em todo o mundo], mudaram drasticamente a sua forma de pensar. Há dez anos tínhamos um grande debate sobre a meta para as alterações climáticas e esse debate parou, fixando-se o objetivo de conter o aquecimento global até 1,5 graus Celsius, depois tivemos um grande debate sobre os objetivos das emissões que era necessário estabelecer e esse debate também parou, com a conclusão de que precisamos de alcançar a neutralidade carbónica até 2050. Em síntese: tudo isso foi aceite e encontra-se plasmado na Science Based Targets initiative, estando a ser implementado nos quadros de divulgação como o International Sustainability Standards Board (ISSB) ou no caso da União Europeia, por via da Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), que define as regras e os requisitos para as empresas relatarem impactos, oportunidades e riscos relacionados com a sustentabilidade. Penso que hoje em dia uma empresa não é mais considerada séria se não tiver uma meta para a neutralidade carbónica e um plano de transição para lá chegar. E, atualmente, diria que as metas de biodiversidade ou ao nível da natureza também começam a fazer parte das conversas, se bem que estão três ou quatro anos atrasadas em relação ao clima – que é o mais urgente dos nossos desafios. Já as relativas ao impacto social, isto é, debruçadas sobre a desigualdade, estarão também mais dois ou três anos atrás.
É um caminho em linha reta? Não. É relativamente fácil escrever um relatório como a Visão 2050, não é muito difícil fazer com que as empresas se interessem por essas transformações, mas depois, na realidade, fazer essas transformações é incrivelmente complexo.

Porquê? Quer dar um exemplo?
A maioria das pessoas compreenderá que temos de deixar de utilizar motores de combustão e que temos de começar a mudar para os carros elétricos. Todas as construtoras automóveis do mundo, seja na Europa, na China ou nos Estados Unidos estão de olhos postos nessa mudança, mas essa transição requer, por exemplo, muitos pontos de carregamento. Quem vai colocar os pontos de carregamento em Lisboa ou em Portugal? E será que a rede elétrica pode realmente aguentar? Certo é que temos a primeira geração de carros elétricos e todas as construtoras estão a investir fortemente em baterias melhores ou em motores mais eficientes, por exemplo, e a anunciar que vão lançar um modelo com maior autonomia ou algo do género, o que leva eventualmente as pessoas a seguirem um raciocínio idêntico ao que têm para com o telemóvel: têm um iPhone 14, poderiam comprar o 15 mas, se calhar, vão esperar pelo 16. Só que isso nunca se aplicou no caso da indústria automobilística, porque como a maior parte da tecnologia era relativamente estável não importava quando compravam um carro. Agora, de repente, importa, porque talvez queiram esperar pelo carro da próxima geração. Acontece que manter os volumes estáveis requer reservar muito dinheiro para investir nas novas tecnologias e deixa os acionistas muito nervosos, que considerando que talvez o carro elétrico não esteja a "descolar" tão rápido como o desejado, mantêm os motores a combustão por mais tempo no portefólio e, subitamente, todo o sistema começa a ficar instável. Em síntese: precisamos de uma transformação em massa do sistema. Tudo tem de mudar, desde a energia que usamos aos meios de transporte até à forma como utilizamos os edifícios ou produzimos alimentos, mas estando tudo interligado, a transformação para chegar a essas soluções não é linear. É um caminho muito acidentado, em que algumas pessoas sairão vencedoras e outras nem por isso.

Um dos fatores dissuasores relativamente aos carros elétricos é o preço. Como se consegue o equilíbrio de, por um lado, oferecer um veículo mais acessível chegando a mais consumidores e, por outro, deixar os investidores satisfeitos?
Um exemplo interessante é a Tesla. Tem dez anos, começou com um pequeno carro desportivo, muito caro, que apenas algumas pessoas podiam comprar, mas isso deu-lhes fluxo de caixa para construírem um grande carro também para poucos, mas acessível a mais pessoas do que o anterior e fazê-lo sucessivamente até chegarem ao Tesla Model Y – hoje o carro mais vendido em todo o mundo. Isso deu-lhe lucro e um balanço financeiro para poder avançar para um elétrico de 25 mil dólares que aparentemente será lançado neste ou no próximo ano, tendo a Renault feito também um anúncio semelhante. Não quero com isto dizer que toda a gente tem capacidade de pagar 25 mil dólares, mas é muito melhor do que 60 ou 70 mil. É o eterno problema da economia: é preciso escala para reduzir o custo e quando uma categoria de produto é nova leva algum tempo.

Foi nomeado um dos 100 líderes climáticos mais influentes do mundo na área dos negócios em 2023 pela revista Time. A Cimeira sobre as Alterações Climáticas (COP 28) foi um sucesso ou um fracasso?
Aprendi a dizer que as COP – estive em 12 ou 13 – são sempre um copo meio cheio, meio vazio. Acabam por nunca serem suficientemente ambiciosas, porque as Nações Unidas adotam este sistema de que todos os países têm de concordar com quase todas as palavras no documento final – e os países são muito diferentes seja nas suas visões ou estados de desenvolvimento – e, portanto, alguém como nós, que está realmente a envidar grandes esforços em lutar contra as alterações climáticas, desejaria um texto muito mais forte na parte em que temos de acabar com os combustíveis fósseis. No entanto, dado que a ONU tem de concordar unanimemente com o texto, o facto de nesta COP se falar, pela primeira vez, numa redução gradual dos combustíveis fósseis, é um enorme avanço, pelo que, desse ponto de vista, foi um sucesso muito maior do que parecia ser até três dias antes. Mas se for um passo mais adiante, diria que nem a ONU nem as COP vão salvar o mundo. Precisamos delas? Sim, porque precisamos de políticas e de regulamentos que as apoiem, mas para mim é o poder de inovação das empresas, combinado com os mercados de capitais, que precisará de ser o motor da mudança no mundo.

Tem defendido que precisamos de reinventar o capitalismo. Em que sentido?
Não há nada de errado com o capitalismo, mas cometemos um erro nas últimas décadas que foi fazer com que o capitalismo se tornasse só capitalismo financeiro, pelo que precisamos de voltar à posição em que coexiste com capital natural, com o capital hu-



Bruno Colaço

Peter Bakker, presidente e CEO do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)

Tudo tem de mudar, desde a energia que usamos aos meios de transporte até à forma como utilizamos os edifícios ou produzimos alimentos, mas estando tudo interligado, a transformação para chegar a essas soluções não é linear.

mano, com o capital social, ou seja, ao paradigma em que todos os capitais carecem de fazer parte do capitalismo. Há 25 ou 30 anos inventou-se o tripé "pessoas, planeta, prosperidade". É um conceito que muitas pessoas ligadas à sustentabilidade ainda usam e que é ótimo não fosse o facto de o dinheiro pesar muito mais do que o resto. Portanto, o que estamos a defender é que precisamos integrar o desempenho climático, o desempenho ao nível na natureza e, ao longo do tempo, também o desempenho no plano social, no desempenho dos negócios.

Está otimista em relação a isso?
Está a acontecer.

Mas ainda existe muito "greenwashing".
Sim. E porquê? Porque as histórias que as empresas podiam contar não eram baseadas em informações padronizadas. Uma empresa conta uma história, outra conta outra história e ambas soam bem, mas não sabemos se podemos compará-las. Só que, agora, temos um International Sustainability Standards Board (ISSB) ou uma Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD) que descreve como devem divulgar as suas emissões ou outros impactos, pelo que o poder de ter dados padrão permite ver quem está a fazer um melhor trabalho. Ou seja, passa a haver uma espécie de regra contabilística para esses impactos como



Bruno Colaço

O desempenho de sustentabilidade impulsiona o desempenho financeiro. Veja-se o caso da energia: a partir do momento em que uma empresa se começa a concentrar em reduzir as emissões, começará a apostar mais na eficiência, a investir em fontes renováveis e, portanto, a economizar.

há, por exemplo, para se calcular lucros. E quando tivermos dados comparáveis, os investidores podem perceber, por exemplo, que determinada empresa tem melhor desempenho climático. É claro que precisamos de olhar para o desempenho financeiro, porque as empresas precisam ter fluxo de caixa que as permita operar, mas também integrar o desempenho ao nível do carbono, da natureza e do ponto de vista social. Penso, aliás, que no clima há coisas a acontecer. Por um lado, acho que nos estamos a aproximar de um mundo onde as divulgações climáticas serão obrigatórias e, por outro, começamos a perceber que os riscos associados às alterações climáticas estão aqui e agora e têm impacto económico. Temos a avaliação europeia do risco climático, mas agora precisamos de trazer isso para o patamar das empresas. Se estiver na agricultura, por exemplo, a sua produção será menor por causa de fenómenos como secas ou golpes de calor, pelo que terá de pagar mais por matérias-primas que precisa para as suas culturas. Se estiver na indústria e precisar de transportar bens de e para uma fábrica, pode não ser capaz de usar barcos por não haver água suficiente no rio durante o verão e, por isso, ser obrigado a fechar essa unidade. Ou seja: se conseguirmos que as empresas entendam melhor esses riscos, de como são reais, de repente, elas têm não apenas um problema moral ou climático, mas também um caso financeiro para resolver. E, depois, se esses riscos forem comunicados aos investidores, os mercados de capitais apoiarão esses investimentos e,

O clima é como a covid, com a diferença de que vai ser muito pior quando realmente se tornar mau.

assim, teremos o capitalismo a apoiar a ação climática em vez de resistir a ela. Mas tudo começa – mais uma vez – com dados comparáveis, os quais teremos a partir de 2025.

Nesta estrada acidentada, como referiu, receia que mudanças no cenário geopolítico – este ano há eleições na Europa e nos Estados Unidos e temos duas guerras em curso – possam trazer uma reversão em alguns domínios?
Estamos a fazer uma verdadeira trapalhada no mundo e isso não facilitará a implementação de um quadro regulamentar político consistente. Certo é que, independentemente dos resultados que as eleições trouxerem ou de qualquer que seja o conflito, o risco das alterações climáticas só se vai agravar, mas chegará uma altura em que não poderemos mais negar que temos de mudar – e radicalmente. Tenho esperança de que iremos mudar antes de atingirmos esse ponto. Embora não seja o argumento mais convincente, costumo fazer um paralelismo com a pandemia. Quando a covid apareceu fomos todos apanhados de surpresa, mas pusemos o nosso cérebro coletivo a funcionar e no espaço de um ano tínhamos vacinas quando, em circunstâncias normais, seriam precisos sete ou oito. O clima é como a covid, com a diferença de que vai ser muito pior quando realmente se tornar mau. Mas – novamente – estou otimista que as empresas assumirão a liderança. E quanto mais participarem – e a maneira de o fazer é por via das comunicações obrigatórias dos impactos –, mais rápido poderemos avançar. É certo que os regulamentos são realmente dolorosos para algumas empresas e há um grande lóbi contra, o que exige muita vontade política para o fazer, mas uma divulgação obrigatória não vai fazer mal a ninguém e acredito que vai acabar por acontecer.

A economia circular desempenha um papel importante nesta transformação, mas apesar de o conceito estar mais na moda do que nunca, segundo o Circularity Gap Report de 2023, a circularidade no mundo encontra-se em declínio. Devemos culpar as empresas por isso?
A economia circular tem sido, durante demasiado tempo, um conceito muito promissor, mas sem levar a metodologias implementáveis. Também aqui entendo que o avanço passa por medir quão circular é uma empresa ou uma indústria. A nossa organização está a trabalhar num protocolo de circularidade – tal como fizemos há 20 anos quando criámos o relativo aos gases com efeito de estufa – que apresentará métricas. Veremos depois como poderemos direcioná-las para um ISSB ou outra estrutura de divulgação de dados comparáveis. Penso que quando começarmos a fazer isso iremos assistir a uma enorme aceleração. Detesto o termo "greenwashing", mas esta é uma área em que é fácil contar a versão de uma história, mas difícil provar que é a correta. Além disso, durante muito tempo, o movimento de sustentabilidade foi um movimento ideológico de salvar o mundo. Nada contra – é ótimo, adoro pessoas apaixonadas por isso –, mas para mudar um negócio é preciso trazer factos para cima da mesa.

Como convencer uma grande empresa a pôr princípios da economia circular à frente de resultados financeiros?
O que vemos cada vez mais é que a contradição entre resultados financeiros e formas de sustentabilidade não existe. Porquê? Porque o desempenho de sustentabilidade impulsiona o desempenho financeiro. Veja-se o caso da energia: a partir do momento em que uma empresa se começa a concentrar em reduzir as emissões, começará a apostar mais na eficiência, a investir em fontes renováveis e, portanto, a economizar. No WBCSD, por exemplo, a forma de convencer as empresas a seguir nessa direção passa pelos critérios de adesão. Temos cinco e anualmente elaboramos uma tabela em que as pontuamos com base no desempenho que têm em cada um desses parâmetros. Ora, ninguém gosta de fazer má figura e o mesmo acontece com as empresas. Na mesma lógica, se tivermos um conjunto de dados comparáveis de divulgação obrigatória nenhuma empresa quererá ter uma nota pior do que os seus pares seja em matéria de emissões ou ao nível de outro tipo de impactos. Mais: no final do dia, se uma empresa não fizer determinadas mudanças, considerando os riscos associados ao clima, à natureza e à desigualdade, arrisca um duro golpe nas contas. Por razões de confidencialidade não posso revelar o nome, mas para dar um exemplo conheço uma empresa que produz produtos de base agrícola com proventos de 1,2 mil milhões ao ano, que fez uma análise, nas zonas do mundo onde cultiva, sobre como o clima pode impactar o rendimento dos produtos. A conclusão a que chegou é que a médio prazo pode ver os lucros voarem como resultado do aumento dos preços como consequência de uma produção menor devido ao clima. Essa empresa está agora a olhar para esses dados, porque hoje é uma empresa com enorme sucesso, mas dentro de cinco anos pode deixar de o ser. É verdade que os resultados poderão sair beliscados à conta dos investimentos que terá de efetuar para encontrar novas soluções, mas o cenário será muito pior caso não os faça. E acho que mais e mais empresas vão acordar para isso.

Como mencionou, muitas vezes, na transição para um mundo mais sustentável, há um forte lóbi, como no caso dos combustíveis fósseis, a travar políticas nessa direção. Como se equilibra esse jogo?
Não se equilibra. Há uma pequena percentagem de grandes empresas que publicam relatórios em que informam, por exemplo, das organizações das quais são membros, mas é um facto que temos de tornar a atividade de lóbi muito mais transparente. No nosso caso, exigimos às empresas que a estratégia de lóbi seja consistente com a sua estratégia de sustentabilidade. Por outras palavras: não pode reivindicar pela frente ser totalmente a favor das energias renováveis e depois, por trás, fazer lóbi contra elas.



C



“ESTAMOS NO FIM DA ESTRADA.” PARA ONDE AMINHAMOS AGORA?

GettyImages



GettyImages

Os relatórios das principais entidades mundiais não deixam margem para dúvidas: 2023 foi o ano mais quente de sempre e as emissões poluentes atingiram novos recordes históricos. No ano passado, a temperatura média global esteve já 1,45 °C acima da linha dos níveis pré-industriais. "Estamos a rebentar todas as escalas possíveis", avisou o secretário-geral da ONU, António Guterres. Quem o está a ouvir?

Bárbara Silva

No espaço de apenas 15 segundos – o tempo mínimo dos vídeos da rede social TikTok, usada por 1,5 mil milhões de pessoas no mundo – são emitidas para a atmosfera cerca de 30 mil toneladas de gases com efeito de estufa. No "relógio" online que mede permanentemente as emissões poluentes globais, criado pelo World Data Lab, o cronómetro não pára. Nunca pára. Nos primeiros três meses de 2024, os gases emitidos ascendiam já a mais de 13,7 gigatoneladas, com previsões de chegar, até ao final do ano, bem perto das 60 gigatoneladas de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso. A confirmar-se, este será um novo recorde histórico, depois das 59 gigatoneladas de 2023, como reporta o Fórum Económico Mundial com base na análise do think thank Brookings Institution e nos cálculos do World Data Lab.

Por setor, o energético foi o mais poluente em 2023 (21,5 gigatoneladas), seguido pela indústria (14,4 gigatoneladas), agricultura (11,8 gigatoneladas), transportes (8,1 gigatoneladas) e edifícios (3,2 gigatoneladas). Feitas as contas, em cada segundo do ano passado foram libertadas cerca de 2.000 toneladas de poluição atmosférica. E cada cidadão a habitar o planeta emitiu, em média, 7,4 toneladas, sendo que em Portugal as emissões per capita não foram além das 5,8 toneladas, três vezes menos do que as emissões de cada americano (16,7 toneladas).

"Esta tendência de aumento das emissões significa que estas estão já um terço acima dos níveis que teriam permitido limitar o aquecimento global a 1,5 °C. As emissões per capita têm de ser reduzidas obrigatoriamente para cinco toneladas até 2030 e para 2,5 toneladas até 2040", refere o Fórum Económico Mundial.

As más notícias em termos de recordes históricos batidos em 2023, no que diz respeito a gases com efeito de estufa, aumento das temperaturas, acidificação dos oceanos, aumento do nível do mar e recuo dos glaciares, foram também confirmadas pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), das Nações Unidas. Segundo o seu mais recente relatório – "State of the Global Climate 2023" –, publicado em meados de março, ondas de calor, inundações, secas, incêndios florestais, tempestades e outros eventos climáticos extremos foram responsáveis por perdas económicas avaliadas em milhares de milhões de dólares. "2023 foi o ano mais quente já registado em 174 anos, com a temperatura média global 1,45 °C acima da linha dos níveis pré-industriais. 2014 a 2023 foi o período mais quente de sempre, 1,2 °C acima da média de 1850 a 1900", alerta o mesmo relatório.

"ESTAMOS A REBENTAR TODAS AS ESCALAS POSSÍVEIS"

Perante estas conclusões, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, voltou agora a endurecer o tom dos seus avisos, depois de já ter dito na COP28, no Dubai: "Estamos numa corrida contra o tempo, e o relógio não pára. O nosso planeta está a minutos da meia-noite do limite de 1,5 °C. Não podemos continuar a pontapear a lata pela estrada fora. Estamos no fim da estrada e quase sem tempo", afirmou em dezembro. E acrescentou ainda: "Não podemos salvar um planeta em chamas com uma mangueira de combustíveis fósseis."

Em março, Guterres voltou a frisar que "as sirenes de alarme estão a soar em todos os principais indicadores de crise. Estamos a rebentar todas as escalas possíveis e as mudanças climáticas não param de acelerar."

Da mesma forma, numa reunião recente, o presidente do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC), Jim Skea, avisou que "não estamos a conseguir cumprir os objetivos do Acordo de Paris". E questionou: "O mundo está realmente a ouvir os cientistas? O que tem de mudar para que deixemos de parecer um disco riscado? Não podemos continuar a dizer o mesmo para

sempre. O mundo está a ouvir? Eu diria que sim, mas talvez as nossas mensagens não tenham sido abraçadas de todo o coração." Por seu lado, a secretária-geral da OMM, Celeste Saulo, confirmou também que "nunca estivemos tão perto do limite de 1,5 °C". "O que testemunhámos em 2023, com ondas de calor sem precedentes nos oceanos, o maior recuo dos glaciares desde 1950 e a perda de gelo na Antártida mais acentuada de sempre (equivalente ao território de França e Alemanha), é motivo de grande preocupação", disse Saulo. A isto somam-se impactos socioeconómicos de monta: 333 milhões de pessoas afetadas por insegurança alimentar no mundo, em 78 países monitorizados pelo Programa Alimentar Mundial (antes da pandemia eram 149 milhões, menos de metade).

Além disso, "os riscos climáticos continuaram a desencadear fluxos migratórios mundiais em 2023, criando novas ameaças às populações mais vulneráveis", refere ainda o relatório da OMM, ressalvando: "Há, no entanto, um vislumbre de esperança", trazido sobretudo pelas energias renováveis, depois de em 2023 as adições de nova capacidade solar e eólica terem aumentado 75% em relação a 2022, para um recorde anual de 540 gigawatts (GW), a taxa mais elevada observada nas últimas duas décadas. Já as vendas de carros elétricos aumentaram 35%: foram comprados 14 milhões em todo o mundo.

RENOVÁVEIS ATINGEM RECORDE E CARVÃO CAI PARA NÍVEIS DE 1900

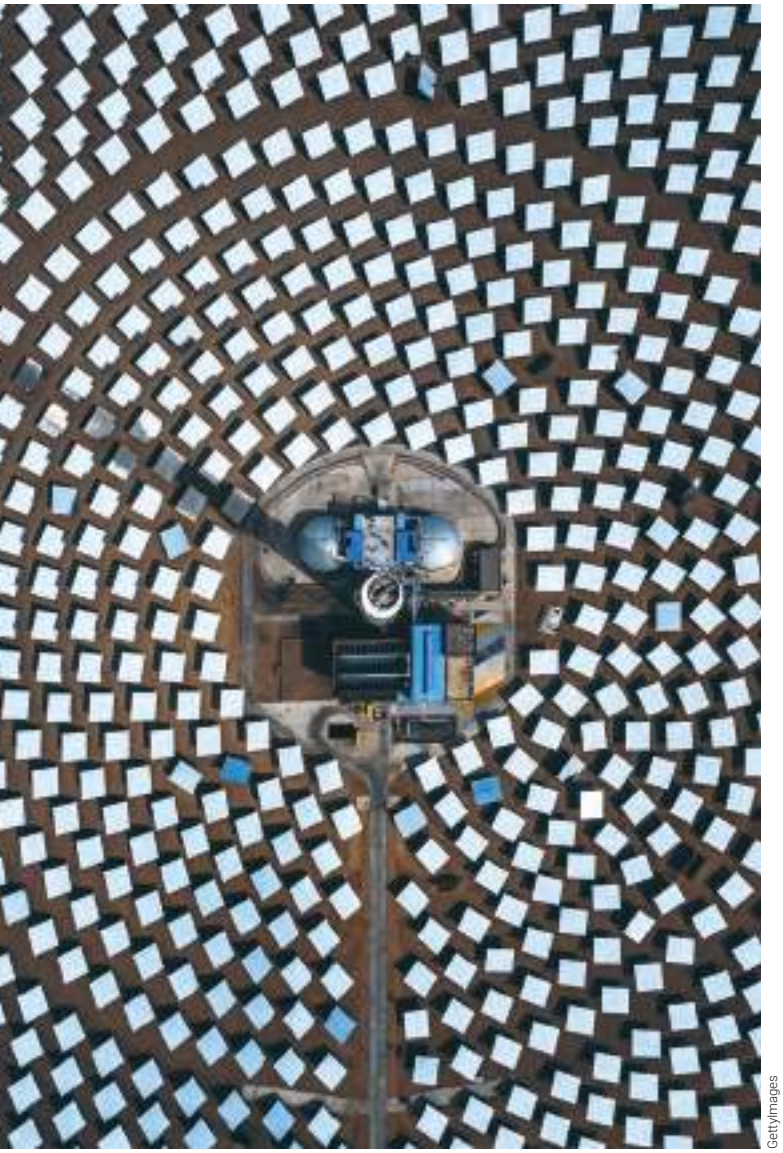
Sendo a energia aquela que mais contribui para as emissões poluentes mundiais (cerca de 75%), o último relatório da Agência Internacional para a Energia, publicado em março, confirma um aumento no CO_2 libertado pelo setor, mas sublinha que a subida de 1,1% (mais 410 milhões de toneladas, para um novo recorde de 37,4 gigatoneladas) em 2023 foi inferior à registada em 2022 (+1,3%), "graças à expansão de tecnologias como a solar, eólica, nuclear e veículos elétricos". Em sentido contrário, a procura de carvão caiu para "níveis nunca vistos desde o início do século XX". "Sem energia limpa, o aumento global das emissões de CO_2 nos últimos cinco anos teria sido três vezes maior", frisa a AIE. Aliás, não fosse pelo "défice excecional registado na energia hidroelétrica produzida em 2023, devido a secas extremas, na China, Estados Unidos e noutros países – que levou a um maior consumo de combustíveis fósseis –, as emissões globais de CO_2 provenientes da produção de eletricidade já teriam diminuído no ano passado", garante a entidade liderada por Fatih Birol.

"As energias renováveis passaram por vários testes nos últimos cinco anos e mostraram a sua resiliência. Pandemia, crise energética e instabilidade geopolítica, todas tinham o potencial de inviabilizar a transição. Em vez disso, vimos o oposto em muitas economias. A transição para a energia limpa continua a acelerar", disse recentemente o diretor executivo da AIE.

Em 2023, as economias avançadas e a China representaram 90% das novas centrais solares fotovoltaicas e eólicas a nível mundial, e 95% das vendas de veículos elétricos. O gigante asiático adicionou tanta capacidade solar no ano passado como o mundo inteiro em 2022, mas ainda assim conseguiu aumentar as emissões poluentes do seu setor energético em cerca de 565 milhões de toneladas (+15%). O mesmo aconteceu com a Índia, que emitiu



GettyImages



Gettyimages

mais 190 milhões de toneladas de gases com efeito de estufa em 2023 e ultrapassou a União Europeia.

Ainda assim, e tal como a OMM e a AIE, também o Fórum Económico Mundial reconhece "boas notícias nas projeções" em termos de emissões poluentes: "Se os países cumprirem as promessas feitas, 2023 poderá ficar para a História como o ano em que as emissões poluentes atingiram o seu pico, antes de começarem a cair. A velocidade da mudança pode ser demasiado lenta e desigual entre países, mas a experiência recente mostra que a mudança para uma economia de baixo carbono é tecnológica e economicamente viável". A análise mostra que quase todo o hemisfério norte regista neste momento uma rota decrescente nas emissões globais, incluindo a China e os Estados Unidos, os dois maiores poluidores do mundo (seguidos pela Índia e a UE). Ao todo, existem agora 42 Estados que estão numa "trajetória de declínio constante das emissões", incluindo Portugal. "Estes países estão a pôr fim a dois mitos: mostram que o crescimento económico pode ser alcançado com menos emissões; e que as políticas que visam os setores mais poluentes, como a energia e os transportes, são importantes", refere ainda o Fórum Económico Mundial. Pelo contrário, quase todos os países em desenvolvimento estão a crescer nas suas emissões per capita (sobretudo pelo aumento da produção agrícola e consequente desflorestação), sendo já responsáveis por mais de 40% das emissões globais: "Sem ajuda às economias em desenvolvimento, há poucas hipóteses de o mundo atingir a sua meta de 1,5 °C."

A QUESTÃO QUE VALE UM MILHÃO DE DÓLARES

A pergunta paira na mente de todos: conseguirá o mundo cumprir o limite de 1,5 °C? Há outras que se juntam: as metas do Acordo de Paris ainda fazem sentido? Estamos no caminho certo para a descarbonização global ou profundamente atrasados? Para começar, diz a Organização Meteorológica Mundial, existe uma grande lacuna no financiamento climático. Isto apesar de em 2021/2022 os fluxos financeiros globais relacionados com o clima terem atingido quase 1,3 biliões de dólares, quase duplicando os valores de 2019/2020. Feitas as contas, para manter a trajetória de 1,5 °C, o financiamento climático terá de crescer mais de seis vezes, atingindo quase 9 biliões até 2030 e mais 10 biliões até 2050. Já o custo da inação é ainda maior, diz o Fórum Económico Mundial: "Agregando o período entre 2025 e 2100, este custo é estimado em 1.366 biliões de dólares."

Carlos Fulgêncio, o primeiro Climate Reality Leader português a ser formado pelo ex-vice-presidente americano por Al Gore, é otimista e diz que "a transição para uma economia de baixo carbono está a acontecer um pouco por todo o mundo e é imparável e irreversível". Porém, cita o seu mentor: "Como Al Gore referiu há uns meses, a dúvida permanece: vamos resolver a tempo de evitarmos os piores efeitos das alterações climáticas?" Para o atual coordenador europeu do The Climate Boot Camp, os avanços são assimétricos e a descarbonização segue a ritmos distintos à escala global. "A UE e os EUA partiram à frente nesta corrida e lideram o processo – impulsionados por macropolíticas públicas como o Pacto Ecológico Europeu e o Inflation Reduction Act. Da China chegam notícias sobre investimentos volumosos em tecnologias de baixo carbono e o compromisso de atingir a neutralidade carbónica em 2060, uma década depois da baliza do IPCC, o que pode comprometer o objetivo de 1,5 °C", diz Fulgêncio, voltando a citar outro especialista mundial, desta vez Johan Rockström, diretor do Potsdam Institute: "Está a ir devagar demais, mas está a acontecer, e não há volta a dar."

Apesar da perigosa proximidade do limite de 1,5 °C de aumento da temperatura mundial – o limiar a partir do qual os cientistas do IPCC estimam que será atingido o ponto de não retorno –, Carlos Fulgêncio garante que "o Acordo de Paris é ainda o melhor instrumento jurídico de que dispomos para limitar os piores efeitos das alterações climáticas. Não podemos desistir dele", diz, acreditando que "a meta de 1,5 °C ainda é alcançável". "Para tal, devemos reduzir as emissões globais para metade até 2030 e atingir a neutralidade carbónica um pouco antes de 2050. Mas o intervalo para o conseguirmos é cada vez mais curto. Há uma janela de oportunidade que se fecha rapidamente, como é afirmado,

Em cada segundo de 2023 foram libertadas cerca de 2.000 toneladas de poluição atmosférica.



GettyImages

no último do IPCC, publicado há precisamente um ano", explica. De acordo com o especialista, num cenário climático para 2100 (com base no simulador do MIT Sloan Sustainability Initiative) no qual se cumpram à risca os objetivos determinados até 2030 pelos Estados que fazem parte da UNFCCC, no final da década as emissões terão baixado para 52 gigatoneladas (face às atuais 58 gigatoneladas). "Apesar deste achatamento da curva de emissões, a temperatura global continuaria a aumentar até 2 °C em 2100. Temos de ser ainda mais ambiciosos e aumentar os compromissos nacionais no âmbito da revisão prevista para 2025", diz Carlos Fulgêncio. Tal como disse recentemente o secretário executivo para as Alterações Climáticas das Nações Unidas, Simon Stiell, "a próxima ronda pode originar os documentos mais importantes deste século". Esperam-se, por isso, objetivos mais ambiciosos e mais pragmáticos, para que possam ser postos em prática no terreno, pelos agentes económicos".

À ESPERA DAS "DECISÕES OUSADAS QUE TÊM FALTADO" NAS COP

Quanto à COP28, no Dubai, Fulgêncio diz que terminou com o "compromisso possível", mesmo com as manchetes mundiais a darem conta do "início do fim da era dos combustíveis fósseis". "Na declaração final é feito o apelo às partes para abandonarem os combustíveis fósseis nos sistemas energéticos, uma afirmação vaga para podermos assumir que é o início do fim. Vale sobretudo como argumento para os Estados deixarem de subsidiar as indústrias de combustíveis fósseis", argumenta, destacando o apelo para "triplicar a capacidade global em energias renováveis até 2030". Olhando já para o Azerbaijão e para a COP29, defende que este ano "a questão-chave será o financiamento climático". "Será a segunda reunião consecutiva num 'petroestado', mas as expectativas estão já todas dirigidas para a COP30 em 2025, no Brasil e no coração da Amazónia, onde se esperam as decisões ousadas que têm faltado. Estaremos então a meio da década decisiva", diz Carlos Fulgêncio.

Por seu lado, António Vallêra, professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e autor do livro "The Transition", diz que, em relação à transição climática e energética, "estamos onde conseguimos estar". "Sem pânico (que é mau conselheiro), temos de continuar a conceber, estudar, testar, avaliar e aplicar políticas de descarbonização. Se formos sérios, conseguiremos resultados e a adesão de uma fração cada vez maior da humanidade. A solução está na ciência e nas boas tecnologias", garante, dando como exemplo a cada vez maior penetração da energia solar fotovoltaica.

Sublinhando o "contínuo desvirtuamento do que é mais importante, nas sucessivas COP", o especialista defende que os países precisam de atualizar as suas "metas, políticas e tecnologias" para 2030. "As metas são instrumentos importantes para as políticas nacionais e sobretudo para os acordos internacionais. Mas têm de ser continuamente revistas, tendo em conta a realidade, o que se vai sabendo sobre o clima e os resultados da experiência adquirida", acrescenta, sublinhando que a descarbonização deve ser tanto um objetivo global como a soma de esforços locais. "Tem de haver um acordo internacional, mas deve-se também avançar localmente, sem estar à espera dos outros. Descarbonizar é economicamente vantajoso. Não há razão para atrasos, à espera de acordos globais", remata.



DR

KRISTIAN RUBY

“O CUSTO DE NÃO FAZER NADA PARA DESCARBONIZAR É O MAIOR DE TODOS”

O secretário-geral da Eurelectric, Kristian Ruby, defende um maior “foco na eletrificação a nível geopolítico” e pede mais investimento de Bruxelas para dar resposta ao aumento da oferta e da procura de energia elétrica renovável.

Bárbara Silva

O secretário-geral da Eurelectric, federação do setor elétrico europeu que fala em nome de mais de 3.500 empresas e 33 associações, não tem dúvidas: a Europa não está no bom caminho para cumprir as suas metas de descarbonização até 2050. Kristian Ruby avisa que é “preciso acelerar”.

Para um planeta verdadeiramente descarbonizado, a eletrificação dos consumos e o aumento das energias renováveis é fundamental. Até 2050, mais de 60% da energia consumida no mundo deverá ser elétrica, de forma a atingir a neutralidade carbónica. Estamos no bom caminho para atingir esta meta na Europa?

A resposta é não. Não estamos no caminho certo. Temos de garantir que há um foco muito claro na eletrificação da economia. Por isso, apelamos à nova Comissão Europeia para que lance nos seus primeiros cem dias de mandato um novo Plano de Ação para a Eletrificação, baseado na mais recente legislação comunitária e que tenha como objetivo acelerar o ritmo de implementação. Algo muito concreto que se pode fazer desde já é exigir que os planos nacionais de energia de cada país usem um indicador de desempenho comum a todos para garantir os 35% de renováveis no consumo até 2030. Já há muitas empresas na Europa a trabalhar a sério para instalar capacidade renovável. Mas quanto mais oferta, mais temos de garantir que do lado da procura esse movimento é acompanhado. Nos últimos dois anos temos visto que, apesar do consenso generalizado que temos de descarbonizar e eletrificar, a percentagem de eletricidade nos consumos globais se tem mantido estável. Se queremos afastar as fontes fósseis e ver progresso, temos de agir urgentemente. A UE já tem muita legislação, não precisamos de mais leis, mas sim de ação. Por isso pedimos um plano de ação a Bruxelas que inclua também fundos europeus para projetos críticos de eletrificação. Como, por exemplo, a construção de redes públicas de carregamento de veículos elétricos em países (sobretudo do Leste europeu) onde a maioria dos carros ainda são a gasolina ou a gasóleo. O financiamento pode ser direcionado também para projetos de interconexões transfronteiriças ou de digitalização das redes elétricas em países que não tenham orçamento para tal. Em breve teremos a discussão sobre o próximo Orçamento da UE, que terá 1,2 biliões de euros para sete anos. Neste contexto, seria bom analisar como podemos impulsionar a eletrificação com dinheiro europeu. Outra aposta passa pela indústria, em que muitos consumos podem ser já eletrificados, em vez de se ficar à espera do hidrogénio verde para substituir o gás natural.

Nesse caso, Bruxelas teria de tomar um partido claro, entre eletrificação e hidrogénio verde. A Comissão Europeia irá avançar com este plano de ação?

A descarbonização e a transição energética têm de incluir várias tecnologias. Defendemos que a eletrificação é melhor em ter-

O dilema que enfrentamos hoje tem a ver com o passo lento da descarbonização e da transição energética, e o tempo que tudo está a demorar a mudar. Principalmente quando a necessidade de mudança é enorme.

mos de custo e eficiência energética, o que não quer dizer que não se deve apostar também no hidrogénio verde, pelo contrário. Até porque o hidrogénio verde exige uma enorme quantidade de energia renovável para ser produzido. Reconhecemos a necessidade de outras energias limpas, mas defendemos a melhor em termos de custo. As metas europeias para 2040 não incluem, por exemplo, a eletrificação direta de alguns usos energéticos na indústria. Há espaço para melhorias. Aqui, a Comissão Europeia tem oportunidade de dar o exemplo e apoiar projetos-bandeira, que inspirem as empresas. A indústria europeia já mostrou vontade em eletrificar e isso tem muito a ver com o preço elevado do hidrogénio. Usar eletricidade para produzir hidrogénio implica a perda de 40% de energia, que poderia estar a ser consumida diretamente, sem impactar as margens financeiras.

O facto de estarmos atrasados na descarbonização por via da eletrificação é sobretudo culpa do licenciamento demorado e da falta de ligações à rede?

A Comissão Europeia ouviu as queixas e criou leis importantes como a Diretiva para as Energias Renováveis. No entanto, quando falamos com os agentes do setor energético, ainda ouvimos falar da frustração de não conseguirem obter os licenciamentos em tempo útil. Há várias explicações para isto, a nível europeu, nacional e sobretudo municipal, nas regiões que têm de lidar com estes temas. Na energia eólica, a WindEurope criou um projeto-piloto com um software que integra todo o processo de licenciamento numa única aplicação móvel. Esta solução foi testada no Norte da Dinamarca e também na Polónia. Na Dinamarca resultou bem, mas na Polónia nem tanto, porque no país é obrigatório entregar os projetos renováveis em papel nas câmaras municipais. O formato digital não é aceite. O que mostra bem as diferenças de burocracia entre os vários países da UE. Nas redes, o problema é ainda pior porque o licenciamento demora muito mais, 10 anos por vezes. Não é sustentável. São necessários investimentos substanciais no reforço, modernização e extensão das redes atuais, que fazem parte de um sistema muito mais complexo do que no passado. Na Alemanha, por exemplo, a E.On é a responsável pelas redes elétricas. Hoje registam mais de um milhão de pontos de injeção de energia na rede, quando há 30 anos eram algumas centenas, apenas. Temos as bombas de calor e os carros elétricos do lado da procura, e o solar descentralizado do lado da oferta. Em 2030, vão existir 75 milhões de carros elétricos na Europa. Serão fluxos muito mais complexos. Neste momento, assistimos em muitos países europeus a uma "corrida ao ouro" em relação às renováveis, com muitas empresas a atrair investidores estrangeiros e a entregar centenas de pedidos de ligações às redes, que são operadas por empresas reguladas, o que aumenta a complexidade. É uma barreira acrescida e a forma de regulação das redes elétricas deveria mudar. É necessário que haja mais margem de manobra, com formas mais ágeis de atender às necessidades de todos os interessados, e de permitir aos operadores que façam investimentos por antecipação, sem terem de esperar sempre pela luz verde do regulador.

Que investimento prevê que seja necessário fazer nas redes europeias, para fazer expandir as renováveis?

Estamos a falar de 60 a 70 mil milhões de euros por ano. É muito dinheiro. A principal forma de financiar o investimento nas redes é sobretudo através das tarifas de acesso, que são pagas nas faturas dos consumidores, além do preço da energia, dos impostos e taxas. É dessa forma que as empresas financiam a expansão das redes. Além disso, os operadores de rede poderiam também levantar capital junto do mercado ou recorrer a empréstimos bancários. É um desafio. Os investimentos em redes estão em 34 mil milhões de euros a nível europeu, mas o valor tem de ser o dobro, o que pressiona os operadores para aumentar o capital disponível e desenvolver mais projetos.

Pagar a expansão das redes através das faturas não é uma medida popular.

O dilema que enfrentamos hoje tem a ver com o passo lento da descarbonização e da transição energética, e o tempo que tudo está a demorar a mudar. Principalmente quando a necessidade de mudança é enorme. Para as famílias e empresas, é complicado verem as suas faturas de eletricidade aumentar para pagar as novas redes para abarcar as renováveis. Mas também temos de olhar para o que se poupa. Podemos pagar mais pela eletricidade, mas vamos poupar na fatura do gás e dos combustíveis, porque já não vamos conduzir o carro a gasolina ou a gasóleo, nem vamos aquecer a casa com gás natural. Quem compra um carro elétrico, por exemplo, tem de investir um valor mais alto no início, mas depois carregar as baterias é mais barato do que ir à bomba abastecer. Estamos a fazer isto porque queremos descarbonizar o sistema energético e ter mais renováveis, que por sua vez são mais baratas. E depois há o custo de não fazer nada para descarbonizar, que é o maior de todos. Estamos a fazer isto para mitigar a crise climática. Neste momento, as alterações climáticas são responsáveis por inúmeros estragos



DR

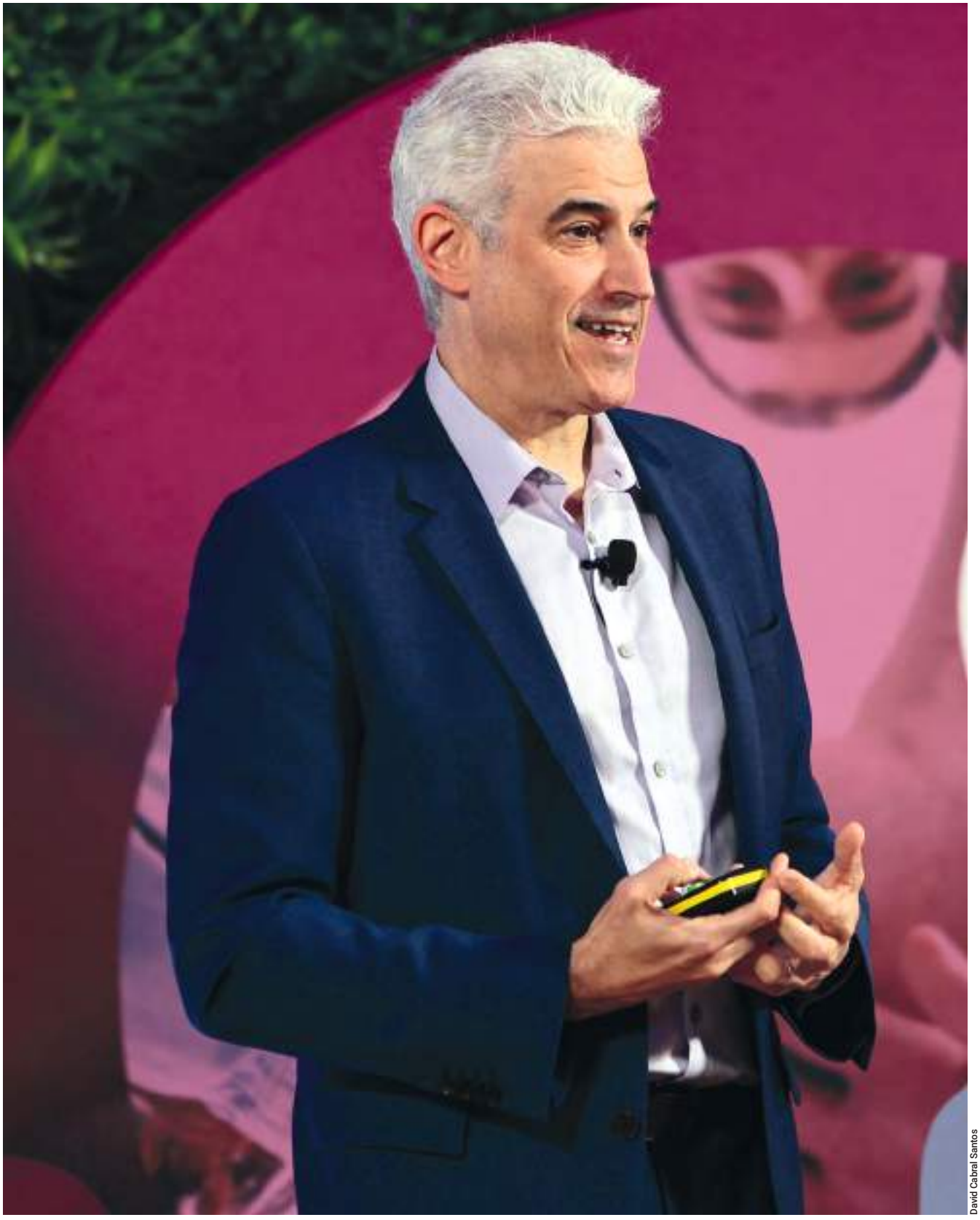
Kristian Ruby, secretário-geral da Eurelectric

A indústria europeia já mostrou vontade em eletrificar e isso tem muito a ver com o preço elevado do hidrogénio. Usar eletricidade para produzir hidrogénio implica a perda de 40% de energia, que poderia estar a ser consumida diretamente.

por toda a Europa, com secas prolongadas, inundações, eventos climáticos extremos de todas as formas e feitios. Temos de agir. Outra questão é o facto de continuarmos dependentes de combustíveis fósseis produzidos por países com regimes pouco democráticos. Esse também é um custo económico importante. Se compramos carvão, petróleo ou gás, há que ter em conta também os valores sociais.

Que visão tem sobre Portugal e acerca da corrida às renováveis no Sul da Europa?

Quando olho para Portugal, comparado com outros países europeus, vejo que é um dos mais avançados. Fez escolhas claras ao nível das empresas e do poder político para incentivar as renováveis e a transição para uma economia mais verde. Estamos atentos a projetos de solar flutuante em Portugal, por exemplo, que é uma tecnologia muito interessante e que pode ser aproveitada por outros países. Agora, o facto de irem mais à frente significa também que vão enfrentar os desafios antes dos outros, como, por exemplo, maximizar o uso da rede existente, com projetos híbridos de solar e eólico. O país está no bom caminho.



David Cabral Santos

ANDREW WINSTON

"DURANTE MUITO TEMPO, MAIS ECONOMIA SIGNIFICOU MAIS ENERGIA E EMISSÕES"

"O mundo está melhor porque o seu negócio existe?" Esta é a pergunta que Andrew Winston – especialista norte-americano em negócios sustentáveis, consultor e autor de vários livros sobre alterações climáticas, sustentabilidade e inovação – deixa às plateias que o ouvem por todo o mundo, incluindo Portugal. Bárbara Silva

Sobre a transição energética e climática em curso, Andrew Winston diz que "é um trabalho em progresso", mas alerta que "temos de ir mais longe, e muito mais depressa". Pobreza e alterações climáticas serão os maiores desafios da humanidade, na sua opinião.

Como vê o caminho rumo à descarbonização global? Estamos na rota certa ou profundamente atrasados?

O IPCC (organismo científico climático global) instou o mundo a reduzir as suas emissões poluentes para metade até 2030, e totalmente até 2050, de maneira a evitar piores resultados. Mas embora a descarbonização esteja a acelerar, o facto é que as emissões continuam a aumentar. Não estamos no caminho certo, tendo em conta o que a ciência exige. O mundo agiu tarde demais para evitar os impactos climáticos – muitos deles já estão aqui. Mas algumas tendências da economia limpa – como a adição de energias renováveis e a aquisição de veículos elétricos – estão a avançar exponencialmente na direção certa.

A redução das emissões é compatível com o crescimento económico?

Certamente pode ser. Durante muito tempo, mais economia significou, logicamente, mais utilização de energia e, portanto, mais emissões. Mas em muitas partes do mundo as emissões estão a diminuir ou a aumentar muito mais lentamente do que a taxa de crescimento económico. Chama-se "desacoplamento" e resulta do aumento da eficiência e da mudança para tecnologias limpas.

A descarbonização deve ser um objetivo global ou é mais bem alcançada como uma soma de esforços locais?

Precisamos de ambos. A descarbonização total do mundo exigirá enormes mudanças nos sistemas económicos (cadeias de abastecimento, redes, etc.), que são inerentemente globais. Mas o papel da política e ação local é fundamental. As cidades e os estados têm as suas próprias leis para incentivar a transição. E a economia



David Cabral Santos

> **Todas as regiões estão a fazer os seus progressos, mas talvez o maior mito seja o de que a China está atrasada. Não há país no mundo que invista mais na economia limpa.**

limpa é muito descentralizada – a única forma de pôr energia solar em todos os telhados é localmente.

A meta de 1,5 °C ainda é alcançável e o Acordo de Paris ainda é válido? Ou precisamos de metas novas e mais realistas?
Penso que a maioria dos cientistas e decisores políticos diria que a meta de 1,5 °C é quase impossível de cumprir neste momento. Como disse, as emissões continuam a aumentar. É bom que as empresas e os países ainda almejem o corte de 50% até 2030, porque quanto mais rápido avançarmos, melhor. Mas mesmo com um grande número de entidades a perseguir esse objetivo, o sistema total não está no caminho certo para chegar lá.

A COP28 foi um sucesso em termos de compromisso dos países para começar a eliminar gradualmente os combustíveis fósseis?
Em teoria, houve uma vitória importante para o clima mundial na declaração conjunta final sobre a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis. Mas não há prazos ou requisitos reais em torno dessa meta. Uma declaração como essa há 10 anos ou mais talvez fosse boa o suficiente, mas agora não é. Existem diferentes ritmos por região, dependendo em grande parte do nível de crescimento das economias. Mas os compromissos globais estão a unir-se em torno da neutralidade carbónica até 2050, e alguns países pretendem demorar um pouco mais.

O que será crucial na COP29?
Cada reunião tem de continuar a lutar por compromissos mais agressivos e mais relatórios de progresso. Além disso, estas reuniões devem ser utilizadas para fomentar parcerias sérias entre setores, cadeias de valor e regiões.

Onde vê a descarbonização mais e menos avançada: da energia aos transportes, aos edifícios, à indústria?
Há um movimento sólido em todos os setores. A energia e os transportes estão a avançar rapidamente. Quase toda a nova capacidade elétrica presente na rede a nível mundial é renovável. E as vendas de veículos elétricos estão a aumentar exponencialmente – em 2023, mais de 35% das vendas de automóveis na China foram elétricos. As tecnologias de construção estão a avançar também, mas não tão rápido, eu diria. A tendência mais interessante é o movimento das indústrias pesadas para abraçar novas tecnologias. A indústria siderúrgica, por exemplo, está a construir fábricas de baixo carbono utilizando os chamados fornos elétricos de arco.

O papel das empresas será ainda mais importante do que o papel dos governos?
Todas as vertentes da sociedade – empresas, governo e sociedade civil – são vitais. É um sistema. Mas o papel das empresas tornou-se mais importante e complicado. A sociedade espera cada vez mais que as empresas desempenhem um papel importante na resolução dos maiores problemas. Mas parte do seu papel é ajudar – e não lutar contra – os governos na definição de metas agressivas de redução de carbono.

Quem são os campeões da descarbonização: a Europa e os EUA?
Todas as regiões estão a fazer os seus progressos, mas talvez o maior mito seja o de que a China está atrasada. Não há país no mundo que invista mais na economia limpa. A China produz uma grande parte do equipamento solar e eólico do mundo e está a desenvolver rapidamente a sua própria capacidade. É líder na construção e venda de veículos elétricos. Estimativas recentes dizem que o país atingirá o pico do consumo de petróleo muito em breve e poderá atingir o pico das emissões totais dentro de alguns anos. Dito isto, cerca de 90% da tecnologia limpa está na UE, nos EUA e na China. O resto do mundo tem muito pouco, pelo que o potencial de crescimento, em particular no fornecimento de energia a locais sem infraestruturas, é grande.

ANA AEROPORTOS DE PORTUGAL

POWERED BY VINCI AIRPORTS



10 ANOS DE PARTIDAS E CHEGADAS.
LIGAÇÕES FORTES.

É possível uma mobilidade mais sustentável? Os aeroportos portugueses estão na linha da frente da descarbonização do setor da aviação. Com um plano de ação assente na estratégia ambiental da VINCI Airports somos o **primeiro país a atingir a acreditação ambiental ACA 4+ em todos os aeroportos, e ainda três aeroportos certificados com o nível ACA 5,** e temos resultados concretos: -6% de emissões de carbono; - 25% de redução dos consumos de energia, -7% de consumos de água, 85% de valorização de resíduos, 7000 árvores plantadas.

Estamos comprometidos com as pessoas e com o futuro.



GettyImages

HIDROGÉNIO, OFFSHORE E LÍTIO AINDA SÃO "MIRAGENS" EM PORTUGAL

O potencial da transição energética é sinónimo de investimentos de 75 mil milhões de euros em projetos de energia renovável em Portugal, com as maiores fatias deste bolo prometidas para o hidrogénio verde, eólico offshore e lítio. No entanto, os projetos são ainda uma miragem, que tarda em sair do papel e tornar-se realidade. Bárbara Silva

No mapa que mede o desempenho das economias mundiais no combate às alterações climáticas, Portugal surge a verde, cor que indica a sua "elevada performance" e que em 2024 lhe valeu o 13.º lugar no ranking do Climate Change Performance Index (CCPI). Criado em 2005 pela organização independente Germanwatch, este índice avalia as principais políticas de proteção ambiental de 63 países do mundo e dos 27 Estados-membros da União Europeia. De acordo com a avaliação do CCPI, o país regista uma pontuação média nas categorias "política climática" e "energias renováveis", com notas mais altas no "uso de energia" e "emissões de gases com efeito de estufa".

Com a versão final prevista entrega em junho de 2024, no ano passado, o Governo apresentou já à Comissão Europeia um projeto revisto do seu Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030), com uma meta mais ambiciosa de reduzir as emissões nacionais em 55% até ao final da década (por comparação com 2005). Para lá chegar, Portugal terá de se esforçar para reduzir as suas emissões em, pelo menos, 4% ao ano. Para estar alinhado com o limite de 1,5 °C do Acordo de Paris, o país teria de ser neutro em carbono até 2040, dez anos antes da meta estabelecida.

No que diz respeito à nova capacidade instalada de energias renováveis, o Governo estabeleceu metas ambiciosas: mais 35 GW até 2030 de base solar, eólica, hidroelétrica, geotérmica, biomassa e ondas, e 5,5 GW de eletrolisadores. Ainda assim, o CCPI deixa um aviso: "Como o aumento da energia renovável será sobretudo para produzir hidrogénio verde para exportação, um processo altamente ineficiente, esta capacidade adicional de energia renovável não se traduzirá substancialmente em reduções de emissões."

Ambicioso é também o objetivo nacional de atingir, até 2026, uma quota de 80% de energias renováveis na produção de eletricidade, reconhece o ranking. Os especialistas da CCPI assinalam como positivo o facto de o país ter removido o carvão do seu cabaz energético em 2021, mas criticam os planos do Governo de apenas eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis em 2030. Má nota também para a decisão de suspender o agravamento da taxa de carbono sobre os produtos petrolíferos, como parte dos apoios para mitigar o aumento do custo de vida.

PORTUGAL ATRASADO NA DESCARBONIZAÇÃO DOS TRANSPORTES

No que diz respeito aos transportes, a análise sublinha que Portugal "precisa de melhorar os seus esforços", sendo que poucas cidades têm planos de mobilidade urbana sustentável e os automóveis continuam a encher as estradas, com uma utilização de transportes públicos extremamente baixa. Na indústria, a nova estratégia verde para o setor estava prevista para fevereiro de 2024, mas ainda não avançou, e na agricultura a tendência nas emissões é "crescente". "Portugal tem políticas e metas sólidas. Embora a implementação possa ser melhorada, o país compara bem no contexto europeu", conclui a CCPI.

A mesma opinião é partilhada pelo Climate Reality Leader português e coordenador europeu do The Climate Bootcamp, Carlos Fulgêncio. "No panorama global, o país está bem posicionado rumo à descarbonização. Foi o primeiro a assumir a meta da neutralidade carbónica em 2050 – na COP22, em Marraquexe, em 2016. Há dois anos, no Egito, o país disse que vai tentar antecipar para 2045 esse resultado", diz o especialista, sublinhando que se



GettyImages

trata de "um objetivo ambicioso, que nos posiciona na liderança da transição climática, em linha com os objetivos da União Europeia". Para isso, defende, "foi decisivo o encerramento das duas centrais termoelétricas, a carvão, de Sines e do Pego, assim como a refinaria de Matosinhos".

Nos pontos fortes do país rumo à transição climática e energética, Fulgêncio destaca: o envolvimento das empresas (incluindo os setores agrícola e silvícola) e da sociedade civil, o enquadramento legislativo, a taxa de penetração de energias renováveis – "com um crescimento sustentado e em expansão" –, e o abandono dos combustíveis fósseis na produção de eletricidade, "que só falta chegar ao gás". Já os pontos fracos, diz que "são muitos", e enumera: falta de regulamentação dos instrumentos legislativos em vigor ("veja-se o recente decreto-lei sobre o mercado voluntário de carbono"); baixos indicadores de eficiência energética, com fracos resultados alcançados nos últimos anos ("são inadmissíveis os níveis de pobreza energética e a percentagem elevada de desconforto térmico nas habitações em Portugal"); gestão da floresta com destruição de sumidouros naturais e o aumento de emissões decorrentes dos incêndios rurais; indefinição sobre o futuro da refinaria de Sines; e opção de continuar a refinar hidrocarbonetos em Portugal.

Em termos de emissões poluentes, o especialista sublinha que continuam a aumentar no setor dos transportes, sobretudo "porque não há alternativas eficazes em transportes públicos que deem oportunidade às pessoas de abandonar o automóvel". Quanto à ferrovia, Carlos Fulgêncio diz que, "apesar de todas as intenções, permanece uma miragem, quando devia ser uma prioridade". "Descarbonizar o setor dos transportes é crítico para a



Gettyimages

descarbonização da economia portuguesa, porque representa mais de um quarto do volume total de emissões em Portugal", refere o especialista.

1,9 TONELADAS DE GASES POLUENTES POR SEGUNDO

A afirmação é comprovada pelos dados sobre Portugal registados pelo "relógio" de emissões mundiais do World Data Lab: em 2024, o país já emitiu 58,4 megatoneladas de gases poluentes, com um total de 4,6 gigatoneladas registadas desde 1850. Cada português emite para a atmosfera 5,8 toneladas de emissões, a uma média nacional de 1,9 toneladas por segundo. Ao contrário da tendência mundial, a energia não é o setor mais poluente em Portugal (16,8 megatoneladas), mas sim a indústria (19,2 megatoneladas) e os transportes (17 megatoneladas). Os edifícios emitem 3,1 megatoneladas e a agricultura 2,3 megatoneladas.

Feitas as contas, diz a ZERO, reduzir este volume global de emissões permitiria a Portugal uma poupança de 16 mil milhões de euros, o equivalente a cerca de quatro vezes o PIB português, de acordo com um relatório divulgado no início deste ano e elaborado no âmbito do projeto europeu "LIFE Together 1.5". "Em Portugal, há um setor crítico que tem vindo a aumentar as emissões, na trajetória oposta ao cumprimento das metas dos planos nacionais, representando todos os anos uma maior percentagem das emissões nacionais — o dos transportes", refere a associação ambientalista. No seu mais recente relatório, o Tribunal de Contas Europeu conclui também que Portugal foi o quinto país da Europa que menos reduziu as emissões de gases com efeito de estufa no setor dos transportes entre 2010 e 2020, sendo que apenas a Croácia, Letónia, Irlanda e Lituânia tiveram um pior desempenho.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA VAI ATRAIR INVESTIMENTOS DE 75 MIL MILHÕES

Na energia, as notícias são melhores. De acordo com o anterior Governo, a estratégia de transição energética no país representa um potencial de 75 mil milhões de euros de investimento em projetos de produção de energia verde (eletricidade e gases re-

O país tem uma combinação de recursos naturais (sol, vento, água) que nos permitem imaginar uma descarbonização profunda e rápida com custos baixos.

António Vallêra, professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

nováveis). "Este investimento terá um efeito multiplicador, tanto a montante – com novos projetos industriais de fornecimento dos equipamentos e serviços necessários à sua instalação – como a jusante – em resultado das novas indústrias verdes. Estes novos investimentos contribuem também para a coesão social e territorial, potenciando a criação de emprego", referiu o Executivo de António Costa na apresentação do novo PNEC 2030.

A encabeçar a lista de investimentos que serão atraídos para o país está o hidrogénio verde, o eólico offshore e o lítio. No entanto, todos os projetos nestas três áreas são ainda uma miragem, que tarda em sair do papel e tornar-se realidade. Lançada já em 2020, a Estratégia Nacional do Hidrogénio foi entretanto atualizada face a uma maior ambição, mais do que duplicando a capacidade prevista de eletrolisadores até 2030: de 2,5 GW para 5,5 GW. O objetivo passa por descarbonizar a indústria nacional; atrair novas indústrias que produzem derivados do hidrogénio verde, como metanol e amoníaco; e exportar hidrogénio verde para a União Europeia. Compradores já há, com o porto de Roterdão a mostrar-se interessado em comprar todo o hidrogénio verde que Portugal consiga produzir e que possa ser exportado a partir do porto de Sines.

Neste contexto, e de acordo com a Pasta de Transição Pública do antigo Executivo, o leilão para a compra centralizada de biometano e hidrogénio verde "encontra-se pronto para lançamento". O objetivo é "potenciar a nova fileira dos gases renováveis, de elevado valor acrescentado e potenciadora da descarbonização do país", estimando-se que o apoio à produção de gases renováveis corresponda a 140 milhões de euros. "As peças concursais encontram-se preparadas e as condições referentes aos auxílios de Estado já foram negociadas com a Comissão Europeia", revelou o documento.

Para o novo Governo liderado pelo PSD e por Luís Montenegro ficará também o muito aguardado leilão de energia eólica offshore. Depois de concluído o diálogo com as empresas nacionais e internacionais que integram os 49 consórcios e que manifestaram interesse em participar no primeiro leilão de energias eólica offshore em Portugal, a seguinte fase de pré-qualificação e licitação deste procedimento concursal deverá avançar "ainda durante o primeiro semestre do ano".

O leilão eólico offshore, que chegou a estar previsto para avançar até ao final de 2023, terá assim o seu pontapé de saída até junho de 2024, com cerca de seis meses de atraso. A pasta de transição revelou que a próxima fase arrancará "assim que sejam definidos os termos do leilão, com base nos contributos do grupo de trabalho técnico criado para o efeito". "49 consórcios manifestaram o seu interesse no leilão nacional, demonstrando o potencial do nosso país e a confiança dos investidores", refere o documento.

O Ministério do Ambiente e Ação Climática, que tutela a energia, tinha já feito um balanço dos principais temas que vai deixar para serem tratados – e acima de tudo decididos – pelos próximos ocupantes da Rua do Século. No lítio, o grupo de trabalho criado para propor o modelo de operacionalização do novo Centro de Inovação para a Valorização do Lítio em Boticas já entregou a primeira versão do relatório, e está pronto para aprovação o diploma que assegura o pagamento do equivalente a 100% dos royalties aos municípios, refere a pasta de transição.

Autor do livro "The Transition", que aborda a descarbonização simultânea dos transportes terrestres e do sistema elétrico em Portugal, o professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, António Vallêra confirma que Portugal está bem posicionado rumo à descarbonização. "O país tem uma combinação de recursos naturais (sol, vento, água) que nos permitem imaginar uma descarbonização profunda e rápida com custos baixos. Existe de facto a possibilidade de descarbonização total simultânea do sistema elétrico e dos transportes terrestres, e de uma via aberta para a descarbonização de muitas outras atividades humanas. Desde que as nossas políticas não desbaratem o capital e escolham os caminhos errado", diz o professor, referindo-se ao hidrogénio verde. Na sua opinião, apostar neste gás renovável para descarbonizar os transportes e substituir gás natural não é, de todo, a melhor opção para o país, devendo o seu papel ser mantido nos adubos (para fazer amoníaco), na refinação petrolífera, na produção de gorduras alimentares (margarinas) e alargado à produção descarbonizada do aço.

"Nos transportes, o hidrogénio teria um sobrecusto anual na ordem de 3% do PIB relativamente à solução mais eficiente: veículos elétricos com um sistema de troca de baterias. O hidrogénio terá futuro, mas é caro, e não devemos avançar em grande escala, sem garantias de escoamento e à custa de subsídios brutais", defende na sua obra. Já em relação ao lítio, argumenta que "todo o processo foi mal conduzido, desde o princípio". "Arriscamo-nos a perder uma possibilidade de intervir à escala europeia na fileira das baterias, que será importantíssima", remata.

LIDERANDO A TRANSFORMAÇÃO COM INICIATIVAS RUMO À NEUTRALIDADE CLIMÁTICA

O aquecimento global está a amplificar os riscos no continente europeu, afetando a segurança energética e alimentar, a saúde pública, a infraestrutura urbana, o sistema financeiro e a sustentabilidade dos ecossistemas.

JOANA PORTUGAL PEREIRA
investigadora, professora do Programa de Planeamento Energético no Rio de Janeiro e no Instituto Superior Técnico em Lisboa, investigadora na Universidade Nova de Lisboa, coautora dos relatórios de avaliação (AR6) do Grupo de Trabalho III do IPCC e coautora do "Emissions Gap Report" (Cap. 4), da ONU, e presidente do júri na categoria Descarbonização do Prémio Nacional de Sustentabilidade.



As alterações climáticas são uma inevitabilidade. Ano após ano, temos vindo a bater recordes de temperatura e caminhamos para um futuro incerto, no qual os modelos climáticos têm grande dificuldade em antecipar o que nos reserva. Nos últimos três anos, atingiram-se consecutivamente níveis de temperatura nunca antes vivenciados e intensificaram-se os eventos extremos de secas e inundações. Um recente relatório da Agência Europeia do Ambiente confirma que o aquecimento global está a amplificar os riscos no continente europeu, afetando a segurança energética e alimentar, a saúde pública, a infraestrutura urbana, o sistema financeiro e a sustentabilidade dos ecossistemas. Por cá, em Portugal, não somos poupados. Nas últimas quatro décadas, o nosso país perdeu cerca de 15 mil milhões de euros devido ao clima e ocorreram mais de 10 mil mortes, principalmente devido a ondas extremas de calor.

O grau de vulnerabilidade climática e necessidade adaptativa do futuro depende exclusivamente das medidas que adotarmos hoje para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa (GEE). Até ao passado mês de fevereiro, 71 países da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas anunciaram compromissos de neutralidade climática até 2050. Em paralelo, muitas das maiores empresas e instituições financeiras do mundo estabeleceram alianças para reduzir emissões de GEE associadas às suas atividades e para tornar as suas carteiras de investimento neutras em carbono. Um grupo de grandes fabricantes de automóveis comprometeu-se a deixar de vender veículos a gasolina até 2035. Recentemente, a parceria Missão Impossível, um grupo apoiado pelas principais indústrias mundiais, anunciou o desenvolvimento de mapas de descarbonização para os setores de difícil descarbonização, entre os quais, transporte marítimo e rodoviário de carga, aviação, indústrias pesadas e petroquímica.

Sem dúvida, estamos no bom caminho. Multiplicam-se os relatórios de sustentabilidade de várias empresas, com capas verdes e até em papel reciclado. Uma análise recente da New South Pole Research concluiu que, dentro de cerca de 70.000 empresas globais avaliadas, menos de 8% possuem um objetivo corporativo de "neutralidade climática" em vigor. Isso sugere que a ambição climática do setor privado ainda é lamentavelmente insuficiente se pretendemos alcançar emissões líquidas zero até 2050. Além disso, a maioria das empresas que afirmam ter atingido a neutralidade climática não se comprometeu com metas baseadas na ciência – atualmente consideradas a forma mais credível de demonstrar a implementação efetiva de estratégias para redução e remoção de emissões de gases de efeito de estufa, assente em dados científicos.

Diante da emergência climática, torna-se imperativo adotar uma abordagem abrangente que integre esforços efetivos de todos nós, sendo o setor privado particularmente essencial nesse processo. Nesse contexto, a iniciativa "Negócios Sustentabilidade 20|30", do Jornal de Negócios, especialmente na categoria de clima, representa um incentivo significativo para reconhecer as empresas e organizações em Portugal que estão a incorporar considerações climáticas nas suas operações e processos de decisão. Somente assim poderemos assumir uma posição de liderança na corrida pelo combate às alterações climáticas.

Abreu advogados



A sustentabilidade é um valor essencial para a Abreu Advogados e está sempre presente na sua visão da advocacia e em toda a sua atividade.

A Abreu Advogados tem orgulho em ser uma sociedade com um papel pioneiro, contínuo e consistente nessa área, com ações e projetos realizados que ajudam, cada vez mais, a construir um mundo melhor.

Somos sustentabilidade, somos o futuro em prática.

Thinking about tomorrow?
Let's talk today.

abreuadvogados.com



JÚRI

PRESIDENTE DO JÚRI



JOANA PORTUGAL PEREIRA
Investigadora, professora do Programa de Planeamento Energético no Rio de Janeiro e no Instituto Superior Técnico em Lisboa



FILIPE DUARTE SANTOS
Presidente do Conselho Nacional do ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. Professor Catedrático, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa



JOSÉ EDUARDO MARTINS
Sócio e Coordenador da Área de Público e Ambiente, Abreu Advogados



LUÍS URMAL CARRASQUEIRA
Managing Director, SAP Portugal



PEDRO AMARAL JORGE
Presidente da Direção da APREN

DESCARBONIZAÇÃO

Nesta categoria foram aceites iniciativas, serviços, projetos ou produtos que criam um impacte positivo na redução das emissões de gases com efeito de estufa, que promovem a luta contra as alterações climáticas e a transição para uma economia com garantia de abastecimento de energia e, primordialmente, livre de combustíveis de origem fóssil.
São valorizadas candidaturas que integram soluções tecnológicas ou que resultam de reengenharia de processos inovadoras, e que promovem a alteração dos comportamentos da sociedade civil, a industrialização inclusiva e sustentável, a melhoria da gestão das infraestruturas existentes, com vista a torná-las mais sustentáveis e que resultem numa menor pegada carbónica.



PEDRO MARTINS BARATA
Vice President, Environmental Defense Fund e Partner, Get2C



TERESA BRANTUAS
CEO, Allianz Portugal

NASCEU A PRIMEIRA FÁBRICA VERDE DE FIBRAS CELULÓSICAS

A Caima, em Constância, será a primeira unidade fabril na Península Ibérica a produzir este material sem recurso a combustíveis fósseis. Foram investidos 50 milhões de euros, captados através da emissão de obrigações verdes pela Altri.



100%

da energia primária consumida nas unidades industriais da Altri deverá ser de origem renovável em 2030

125 000

toneladas de fibra celulósica para aplicação têxtil de baixas emissões de CO_2 que podem ser exportadas através da inovação na unidade fabril da Constância

20 000

toneladas de CO_2 evitadas anualmente



Apoiar o processo de descarbonização da indústria têxtil e acelerar o caminho da Altri rumo à neutralidade carbónica são os principais objetivos do projeto Caima Go Green. Aliás, para a empresa este é mais um passo importante para continuar a redução das emissões de gases com efeito de estufa de âmbito 1 e 2 (-51%) e de âmbito 3 (-25%) até ao final desta década. A ambição é chegar a 2030 com uma produção totalmente verde.

"Este é um projeto com foco no futuro, baseado no que são os pilares da inovação, da sustentabilidade e da melhoria contínua associados à economia circular", garante a empresa. Mas como é que isto se fez? A Altri quis transformar a Caima, em Constância, na primeira fábrica de fibras celulósicas da Península Ibérica a operar sem recurso a combustíveis fósseis e para isso instalou uma nova central a biomassa florestal residual.

Vale a pena assinalar que a unidade de Caima celebrou, em 2023, o seu 135º aniversário.

Esta central conta com uma nova caldeira que permite eliminar o consumo de gás natural, assegurar as necessidades de vapor da fábrica e permite ainda maximizar a geração e a venda de energia elétrica para a rede.

A entrada em funcionamento desta nova infraestrutura "representa um passo decisivo no desenvolvimento de uma produção com base em energia renovável e consolida a aposta na inovação e na transição energética", explica



a Diretora Industrial da Caima. Esta aposta permite eliminar a emissão de cerca de 20.000 toneladas de CO_2 por ano e servirá de exemplo a outras unidades fabris do grupo, mas também como fator de motivação a outras empresas do setor.
O financiamento do Caima Go Green foi assegurado pela emissão de 50 milhões de euros em obrigações verdes, em parceria com uma instituição bancária, com prazo de cinco anos.

CONTRIBUIR PARA UM BEM MAIOR

Para lá dos efeitos práticos e concretos desta estratégia na redução da pegada ambiental da atividade da unidade Caima, com este projeto a Altri está também a apoiar o esforço nacional para a redução das emissões de CO_2. Recorde-se, a este propósito, que Portugal está comprometido em atingir a neutralidade carbónica até 2045, mas que ainda antes disso, em 2030, pelo menos 85% da energia produzida no país deve ter origem em fontes renováveis.
Ao fazer a mudança para biomassa florestal residual, a Caima está a reduzir as emissões de CO_2 que seriam geradas com a queima de combustíveis fósseis, além de estar a aumentar o seu contributo renovável para a rede elétrica nacional. Aliás, a injeção de energia na rede nacional subirá dos atuais 9.200kVA para 11.400kVA, indica o Grupo. Por outro lado, o trabalho desenvolvido em Constância permite agora a exportação anual de cerca de 125.000 toneladas de fibra celulósica solúvel de baixas emissões de CO_2.
O projeto, explica a Diretora Industrial da Caima, tem forte potencial de escalabilidade e é previsível que venha a ser alargado às restantes unidades industriais da empresa.
As novas tecnologias utilizadas aceleram a reindustrialização em Portugal e na Europa com base em tecnologias verdes e ajudam à sensibilização do setor para a relevância da aposta em energias renováveis.

altri

Empresa: **Caima, S.A.**

Nome do projeto: **Caima Go Green**

Data de início: **01/12/2021**

Data de conclusão: **25/03/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **indústria têxtil e rede elétrica nacional**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA





O CAMINHO SUSTENTÁVEL DOS AEROPORTOS PORTUGUESES

A ANA está empenhada, até ao final desta década, em reduzir a pegada carbónica dos aeroportos que gere, tendo vindo a implementar um conjunto de iniciativas que a colocam na vanguarda da descarbonização do setor da aviação em termos mundiais

O combate às alterações climáticas e seus efeitos é uma prioridade e ao mesmo tempo um desafio para a empresa que gere os 10 principais aeroportos em Portugal (Lisboa, Porto, Beja, Faro, Madeira, Porto Santo, Ponta Delgada, Flores, Horta e Santa Maria).
Para monitorizar a redução da sua pegada carbónica, a ANA aderiu de forma voluntária, em 2008, à iniciativa ACA – Airport Carbon Accreditation – da ACI Europe, que corresponde à única norma global de gestão de carbono especificamente direcionada para a indústria aeroportuária, com cinco níveis e dois subníveis (níveis plus) de maturidade em matéria de descarbonização. Desde então, tem vindo a calcular a Pegada de Carbono dos seus aeroportos, que é verificada externamente, e a implementar, em função dos resultados, estratégia e medidas que visam a diminuição das emissões.

RECONHECIMENTO MUNDIAL

Em maio de 2023, conquistou a certificação de nível 4+ (Transition) da ACA para a totalidade dos seus aeroportos, sendo o primeiro país do mundo a conseguir acreditar toda a sua rede no nível mais elevado do programa. Uns meses depois, durante a COP28, em dezembro de 2023, anunciou que os aeroportos da Madeira, João Paulo II, em Ponta Delgada e Beja superaram os esforços já implementados, alcançando o quinto e último nível, "premiando" o resultado da estratégia implementada.
De referir que a acreditação nível 4+ reconhece a redução das emissões absolutas e a compensação das emissões residuais com projetos de recompensação validadas pela ACA, assim como o desenvolvimento de um plano de parcerias com os stakeholders. Já a acreditação nível 5 suplanta os critérios do nível 4+, quando se verifica uma redução da pegada de carbono em 90% ou mais (Net Zero).
Em 2023, atendendo à prestação global ANA/VINCI e face a 2022, foi conseguida uma redução de -8,5% de quilotoneladas de CO2 equivalente nos âmbitos 1 e 2 de acordo com o Protocolo de Gases de Efeito Estufa (GHG Protocol), uma estrutura internacionalmente reconhecida para quantificar e relatar as emissões de gases de efeito estufa.

PRINCIPAIS MEDIDAS IMPLEMENTADAS E A IMPLEMENTAR

Para chegar aos valores anunciados foram e ainda estão a ser tomadas no horizonte 2030, medidas de eficiência energética, adotadas tecnologias com zero emissões e formas de colaboração com projetos de inovação na área das tecnologias limpas. Entre elas incluem-se a substituição e instalação de sistemas de iluminação LED, a substituição de sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado por equipamentos mais eficientes, a otimização das temperaturas de aquecimento e de arrefecimento, a instalação de sistemas de monitorização e gestão de edifícios, a eletrificação da frota, a aposta em energias renováveis como sistemas solares fotovoltaicos, a compra de garantias de origem de fontes renováveis e promoção de combustíveis alternativos. A ANA lidera esforços para tornar a produção e uso de combustíveis sustentáveis uma realidade em Portugal, pelo que iniciativas futuras incluem estudos de hidrogénio verde e projetos-piloto de biocombustíveis. A promoção da mobilidade sustentável e parcerias com entidades são igualmente fundamentais para que esses esforços sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo. Ao liderar iniciativas de pesquisa e implementação de tecnologias limpas e a dar seguimento a parcerias estratégicas, a ANA está na vanguarda para alcançar metas ambiciosas de sustentabilidade e preparada para enfrentar os desafios globais das mudanças climáticas.

ANA AEROPORTOS DE PORTUGAL
POWERED BY VINCI AIRPORTS

Empresa: **ANA Aeroportos de Portugal, S.A.**

Nome do projeto: **Descarbonização dos Aeroportos ANA**

Data de início: **01/01/2023**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **a comunidade aeroportuária e as comunidades vizinhas de cada aeroporto**

41 t
de CO_2/ano evitadas com a eletrificação, desde 2022, de parte da frota

7
centrais fotovoltaicas a instalar para autoconsumo até ao final de 2024

2030
Net Zero emissões (no âmbito 1 e 2 do GHG Protocol)

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



INOVAÇÃO NA CADEIA DE VALOR DAS BATERIAS ELÉTRICAS



A Bondalti Capital tem em curso um projeto que se "propõe a revolucionar" o setor, a contribuir para a transição energética e a diminuir o impacto ambiental da produção de baterias.

A emergência climática forçou a sociedade mundial a desenhar estratégias, a implementar planos e medidas concretas para reduzir a exposição aos riscos ambientais. A União Europeia (UE) tem-se afirmado como líder na transição verde através de regulação apertada em vários setores de atividade e pela definição de metas a alcançar até 2050, o ano em que todos os Estados-membros devem ser neutros em carbono. Uma das principais ferramentas para avançar nesta jornada tem sido a eletrificação das economias, priorizando a utilização de energias renováveis e uma redução da pegada ambiental.

Na Bondalti Capital, a descarbonização é um assunto sério. Este que é o maior grupo português no setor da indústria química criou o projeto ElectroLithium, uma iniciativa inovadora focada no desenvolvimento de tecnologias avançadas para a refinação de lítio sustentável. "O projeto propõe revolucionar a cadeia de valor das baterias de veículos elétricos", assegura a empresa na candidatura ao Prémio Nacional da Sustentabilidade 2024. O ElectroLithium baseia-se não apenas na experiência acumulada da Bondalti, como também em mais de dois anos de pesquisa dedicada à eletrólise de lítio.

BONDALTI
TOMORROW MATTERS®

Empresa: **Bondalti Capital, S.A.**

Nome do projeto: **ElectroLithium**

Data de início: **01/09/2023**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **setores automóvel, da energia renovável, da indústria química e farmacêutica e armazenamento de energia**

Mas do que trata, afinal, esta ideia? O projeto representa, afirma a organização, "um avanço notável na descarbonização" da indústria do lítio por introduzir métodos de produção inovadores, nomeadamente a eletrólise de cloreto de lítio utilizando sobretudo energia renovável. Em simultâneo, a substituição da utilização intensiva de reagentes químicos do processo convencional por energia elétrica, esta inovação permite uma redução de cerca de 90% dos resíduos gerados.

Por outro lado, uma vez que o processo utilizado na refinação reduz as emissões de carbono em cerca de 50%, é possível apoiar a descarbonização do setor. Mas há ainda um outro elemento diferenciador na proposta da Bondalti: a implementação de conceitos de economia circular. Diz a empresa que pretende utilizar materiais provenientes de baterias em



fim de vida, o que permite não apenas evitar o desperdício de materiais críticos, como também contribuir para alguma independência da UE na obtenção deste tipo de matérias-primas.
A empresa não tem dúvidas de que, para lá do impacto positivo no ambiente, o projeto representa um efeito social e económico relevantes. A unidade industrial instalada em Estarreja permitirá a criação de 150 a 200 empregos diretos e o fornecimento de hidróxido de lítio para mais de 500 mil veículos elétricos anualmente. A intenção é criar duas fábricas para a refinação de 50 mil toneladas de lítio em Estarreja, numa tentativa de posicionar a Bondalti como líder na inovação na cadeia de valor do lítio.

COLABORAÇÃO COM A ACADEMIA

A inovação alimenta-se de avultados investimentos em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D), mas também da colaboração entre empresas e a academia. É esse também o caso do ElectroLithium, que conta com um investimento de cerca de 1.200 milhões de euros e com parcerias estratégias que estão a ser desenvolvidas com atores chave do sistema científico e tecnológico nacional.
As aplicações deste processo inovador são particularmente dirigidas aos setores da indústria automóvel e das energias renováveis, mas também à indústria química e farmacêutica, assim como ao setor das baterias e do armazenamento de energia.

50%

é a redução de emissões de CO_2 que o novo processo de refinação permite até 2030

150

número mínimo de postos de trabalho a criar em Estarreja, onde será instalada a unidade industrial

58%

é a poupança de água com a produção de hidróxido de lítio por via eletroquímica



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



LIDERAR A TRANSIÇÃO VERDE NO SETOR BANCÁRIO

A Caixa Geral de Depósitos foi o primeiro banco em território nacional a divulgar um Plano de Transição para a Neutralidade Carbónica 2050. Além da redução das emissões próprias, a instituição está apostada em aumentar o financiamento sustentável.

Diminuir o impacto ambiental das atividades humanas é um desígnio comum que convoca todos os agentes – cidadãos, empresas e Estado – a agir. Ao nível da União Europeia, os Estados-membros estão obrigados a cumprir metas intermédias para a redução de emissões de CO_2, enquanto Portugal como objetivo atingir a neutralidade carbónica até 2045. O setor da banca é um dos que tem mais obrigações e maior regulação para o cumprimento de regras na atribuição de financiamento, que deve ser progressivamente mais verde e favorecer atividades com menor prejuízo para o ambiente.

Na Caixa Geral de Depósitos (CGD), este caminho começou há vários anos e foi reforçado com a apresentação pública da Estratégia de Sustentabilidade 2021-2024, que estabelece que o banco público deve "tornar-se líder do financiamento sustentável e motor da descarbonização da economia portuguesa". Em linha com o Acordo de Paris e a limitação do aumento da temperatura média global a 1,5 graus até 2030, a CGD desenvolveu ainda o seu Plano de Transição para a Neutralidade Carbónica 2050 (PTNC), um documento de planeamento estratégico e uma ferramenta para a gestão dos riscos climáticos e ambientais.

Para concretizar a intenção de se afirmar como líder, a CGD definiu, neste novo plano, uma série de abordagens comerciais por setor de atividade. No que diz respeito às hipotecas comerciais, o financiamento ao segmento residencial terá de ver a intensidade carbónica em 53%, enquanto no segmento de serviços a diminuição será de 64%. Na produção de eletricidade, a CGD terá de cortar as emissões financiadas em 71% e aumentar a sua exposição a energias renováveis. Já na produção de cimento, a intensidade carbónica tem de decrescer em 21%.



Caixa Geral de Depositos

Empresa: **Caixa Geral de Depósitos**

Nome do projeto: **Plano de Transição para a Neutralidade Carbónica**

Data de início: **01/01/2022**

Data de conclusão: **31/12/2030**

Principais beneficiários da iniciativa: **clientes, fornecedores e sociedade**

MUDANÇA DE SEDE

Este é um período de transformação para a CGD, não apenas pelos esforços desenvolvidos na transição para um modelo de negócio assente em critérios ESG, como também pela mudança de sede que se avizinha. O banco público vai deixar o edifício do Campo Pequeno, em Lisboa, e mudar-se para o Parque das Nações. Para o novo espaço já está desenhada uma ambição de "desempenho energético e de sustentabilidade, nomeadamente ser neutro em carbono, autossuficiente energeticamente, ser um projeto bandeira na gestão da água, ter certificação energética A+ (...) e oferecer soluções de mobilidade





partilhada/sustentável".
No entanto, enquanto a mudança não acontece, é preciso diminuir a pegada ambiental do atual edifício. Para isso, o banco implementou várias medidas no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental que permitiram reduzir as emissões de âmbito 1 e 2 em 60% desde 2019.
Do plano fazem parte a expansão da produção de energia renovável, a conversão da frota automóvel para veículos elétricos e híbridos ou ainda a substituição de produtos intensivos em carbono. E porque as alterações climáticas e os seus efeitos não conhecem fronteiras geográficas, a CGD afirma que irá, no decorrer deste ano, expandir o seu PTNC a mais seis setores de atividade e a todas as localizações do grupo, nomeadamente em Cabo Verde, Moçambique, Angola, França, Macau e Brasil.

42%
de redução das emissões de CO_2 provenientes da sua atividade própria até 2030

-64%
de emissões de âmbito 1 e 2 (método location-based) face a 2019

7.690t
de CO_2 de emissões de âmbito 1 e 2 (método location-based) em 2023



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

7 Energias renováveis e acessíveis
8 Trabalho digno e crescimento económico
9 Indústria, inovação e infraestruturas
11 Cidades e comunidades sustentáveis
12 Produção e consumo sustentáveis
13 Ação climática
16 Paz, justiça e instituições eficazes
17 Parcerias para a implementação dos objetivos

O PROJETO COLABORATIVO QUE É PIONEIRO NA DESCARBONIZAÇÃO DE BLOCOS CIRÚRGICOS



A CUF está empenhada em reduzir a pegada de carbono das suas operações com projetos que desempenhem um papel importante nesse sentido, garantindo, ao mesmo tempo, a segurança dos seus pacientes

A saúde, enquanto setor vital para o bem-estar humano, encontra-se também associada a um impacto significativo no ambiente, sendo responsável por quase 5% das emissões globais de gases com efeito estufa. Essas emissões são provenientes de diversas fontes dentro das instalações hospitalares, desde o consumo de energia até ao tratamento de resíduos. Um dos pontos críticos está nos blocos operatórios que geram 70% dos resíduos hospitalares e contribuem com até seis vezes mais emissões de carbono em comparação com outras áreas hospitalares. Entre esses resíduos, a componente anestésica representa uma das principais fontes de poluição, contribuindo com 50-60% de todas as emissões associadas a esses espaços. A maior parte dos gases anestésicos utilizados não é metabolizada pelos pacientes e é exalada para o exterior, acabando na atmosfera. O desflurano foi identificado como um dos mais prejudiciais em termos de emissões.

Em resposta a esse desafio ambiental, a CUF, enquanto empresa de renome no setor da saúde em Portugal, implementou um projeto colaborativo entre diversas equipas internas, incluindo Sustentabilidade, Farmácia, Anestesiologia, Compras e Logística, assente na descontinuação do uso do desflurano, substituindo-o pelo sevoflurano, que possui uma pegada de carbono significativamente menor. Essa mudança resultou numa redução de quase

Empresa: **CUF, S.A.**

Nome do projeto: **Bloco cirúrgico + verde**

Data de início: **01/04/2022**

Data de conclusão: **31/12/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **clientes CUF**



mil toneladas de CO2 emitidas, demonstrando o compromisso da CUF com a sustentabilidade ambiental.

PREOCUPAÇÃO COM AS PESSOAS E O AMBIENTE

A empresa reconhece que a sua prioridade primordial é a prestação de cuidados de saúde de excelência à comunidade, mas também assume a responsabilidade de garantir o uso adequado de recursos e a minimização do impacto ambiental da sua atividade, monitorizando regularmente as suas operações incluindo a sua pegada de carbono.

A decisão de descontinuar o uso do desflurano nos blocos operatórios foi baseada em recomendações de sociedades científicas de anestesiologia e na procura contínua da sustentabilidade. A implementação dessa mudança ocorreu de forma gradual, começando com um piloto no Hospital CUF Tejo em 2022, sendo posteriormente adotado em 85% dos hospitais do grupo com bloco operatório até ao final de 2023. Prevê-se atingir, em breve, os 100% da rede.

Os benefícios diretos dessa iniciativa foram significativos, com uma redução substancial verificada nas emissões de carbono. Além disso, a empresa identificou benefícios indiretos, incluindo uma maior consciencialização ambiental entre as equipas clínicas, promovendo uma cultura de práticas mais sustentáveis.

A CUF orgulha-se de ser a primeira rede de hospitais privados em Portugal a implementar esta mudança nos gases anestésicos, reafirmando o seu posicionamento distintivo e inovador no setor da saúde. Este projeto ficou concluído em finais do ano passado, com a intenção de, até março de 2025, definir metas de redução como parte integrante da sua estratégia de descarbonização.

-800 t

de CO_2 emitidas para a atmosfera após a conclusão do projeto

14%

peso dos gases anestésicos nas emissões globais da empresa, o mesmo que o da frota, em 2021, antes da implementação do projeto

70%

dos resíduos hospitalares são gerados pelo bloco operatório

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

3 Saúde de qualidade

13 Ação climática





MISSÃO: TORNAR A RECOLHA DE RESÍDUOS MAIS SUSTENTÁVEL

Trocar os veículos pesados de recolha de resíduos, da sua frota, movidos a gasóleo por outros movidos a energia elétrica foi a forma que a EcoAmbiente encontrou para reduzir a sua pegada carbónica. A empresa pretende criar a sua Unidade de Produção de Energia para Autoconsumo para alimentar a frota.

Depositar os resíduos nos contentores do lixo orgânico ou da reciclagem é um gesto quotidiano repetido por milhões de portugueses. Mas, quantas vezes já pensou no que acontece depois? A recolha dos resíduos é apenas uma das primeiras fases da sua gestão e é aqui que a EcoAmbiente tem procurado soluções para contribuir para a jornada da sustentabilidade.

No final do ano passado, a organização que se dedica ao setor da economia verde deu início ao projeto Recolha Sustentável de Resíduos com Zero Emissão de CO2, que prevê a introdução de veículos 100% elétricos na sua frota. Ao substituir camiões movidos a gasóleo, a empresa consegue reduzir as emissões associadas ao funcionamento dos veículos, mas também poupar recursos. Para que se tenha uma ideia do impacto, numa frota de 12 camiões gastar-se-ia cerca de 600 mil litros de gasóleo ao longo de um período de 10 anos, segundo contas feitas pela empresa.

45

toneladas de CO_2 é o volume de emissões evitadas, por cada camião, num ano

600 000

litros de gasóleo são poupados numa frota de 12 camiões ao longo de 10 anos de utilização

26

toneladas é o peso de cada veículo de recolha de resíduos utilizado neste projeto

O objetivo central é diminuir a pegada ambiental e tornar a operação "altamente sustentável", uma ambição alcançável também com a otimização de rotas de recolha e com a redução da distância entre os locais de geração e os centros de tratamento. Porém, alimentar o motor elétrico de um veículo com cerca de 26 toneladas exige, também, muita eletricidade. Por isso mesmo, a EcoAmbiente está a promover a instalação de uma Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) que vai permitir abastecer a frota com energia produzida através de painéis fotovoltaicos.

Através de uma combinação entre mobilidade sustentável, produção de energia verde e o armazenamento dessa energia, consegue-se uma maior eficiência energética e poupanças ao nível dos gases com efeito de estufa emitidos.

A aposta na produção e no autoconsumo é essencial para a atividade desta empresa portuguesa, que se assume como



estando num "compromisso sério com a sustentabilidade". O projeto teve início em dezembro, altura em que apenas um dos camiões 100% elétricos estava em operação – ainda assim, a organização conseguiu evitar, em 2023, a emissão de aproximadamente 10,5 toneladas de CO2.

EFEITO MULTIPLICADOR

Não há dúvidas de que cada contribuição para a jornada da sustentabilidade, independentemente da sua dimensão, tem um papel importante neste que é um desígnio comum: descarbonizar a economia. No caso do projeto desenvolvido pela EcoAmbiente, são muitos aqueles que beneficiam das medidas em implementação. Desde logo, a própria empresa por via da reputação e da diminuição dos custos operacionais, mas também as comunidades locais, os consumidores, as autoridades municipais e o governo e os órgãos reguladores. "Essa abordagem integrada representa uma solução sustentável que atende a múltiplos objetivos, incluindo eficiência operacional, redução de custos e impacto ambiental positivo", afirma a gestão.

Empresa: **EcoAmbiente – Serviços e Meio Ambiente, S.A.**

Nome do projeto: **Recolha Sustentável de Resíduos com Zero Emissão de CO2**

Data de início: **04/12/2023**

Data de conclusão: **17/03/2032**

Principais beneficiários da iniciativa: **empresas de recolha de resíduos, comunidade e entidades públicas**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 7 Energias renováveis e acessíveis
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática

REFORÇO DA PENÍNSULA IBÉRICA COMO GRANDE RESERVATÓRIO DE CARBONO DA EUROPA GERA EMPREGO INCLUSIVO

Motor Verde +Floresta é uma iniciativa pioneira da Fundação Repsol e do Grupo Sylvestris para a compensação de emissões de CO_2, baseada na reflorestação e na regeneração florestal em grande escala, com fortes impactos sociais, ambientais e económicos.



A descarbonização do planeta deve incluir medidas para evitar e reduzir as emissões e para capturar carbono atmosférico, algo que as florestas têm feito desde o início dos tempos. Além disso, a desflorestação é um fator preocupante a nível mundial, especificamente no sul da Europa e na faixa do Mediterrâneo, devido aos grandes incêndios que estão a devastar as massas florestais, como os que ocorreram em Portugal em 2017. Atualmente, o país é o número um do mundo no desmatamento e assiste, em simultâneo, a uma migração da população das zonas rurais para as cidades, o que tem feito crescer o despovoamento e a falta de coesão rural, principalmente devido à falta de trabalho e de serviços nestas zonas rurais, muitas delas quase abandonadas.

Neste contexto, a iniciativa Motor Verde +Floresta, lançada em Portugal, em abril de 2023, pela mão da Fundação Repsol, em parceria com o Grupo Sylvestris, tem como objetivo reforçar os reservatórios de carbono da Península Ibérica, que são já dos maiores da Europa. Em simultâneo, o projeto, que existe há três anos em Espanha, destaca-se pelo emprego inclusivo e pelo impacto social que gera.

ABORDAGEM HOLÍSTICA COM TRIPLO IMPACTO

Desde a sua conceção, a iniciativa Motor Verde +Floresta prevê um conjunto de impactos sociais, ambientais e económicos, possíveis e potenciados graças à sua abordagem holística. Por um lado, o projeto promove o emprego inclusivo para a plantação e manutenção das florestas, formando e contratando as pessoas através de entidades sociais, como a Cruz Vermelha e a Ajuda Em Ação. Por outro, reforça a biodiversidade através da recuperação de solos, água, plantações de florestas mistas e resilientes com espécies autóctones nativas (em vez de monoculturas de crescimento rápido), ou da incorporação de tecnologia por satélite para a proteção contra incêndios e pragas, gestão florestal sustentável e, a longo prazo, como motor de bio economia florestal, da coesão rural digital (instalando acessos Wi-Fi de banda larga em áreas remotas).

Esta iniciativa ajuda igualmente a mitigar o risco de incêndios rurais, a deflorestação e o despovoamento rural.

A iniciativa Motor Verde +Floresta está também inserida nos mercados voluntários de carbono (Acordo de Paris, COP26), com ações de absorção de CO_2 através da reflorestação e regeneração natural assistida, promovendo uma gestão sustentável, agora também previstas e regulamentadas em Portugal através do Decreto-Lei nº4/2024 que institui o mercado voluntário de carbono.

No que se refere ao modelo de negócio do projeto, a Fundação Repsol acredita que a relação benefício/custo do Motor Verde +Floresta é bastante positiva. Neste conceito, a propriedade e a produtividade da terra permanecem com os proprietários (sejam públicos ou privados) e são as empresas que fornecem os meios para as plantações e gestão do território, em troca da compensação de parte da sua pegada de carbono. Desta forma, gera-se um modelo win-win tanto para os proprietários, como para as empresas compensadoras, para o país e para o planeta.

MOTOR VERDE +Floresta

10 000 ha

Reflorestação prevista até 2027. A longo prazo a meta é 100.000 ha

25

Milhões de toneladas de CO_2 absorvidas

REPSOL Fundação

Empresa: **Fundação Repsol**

Nome do projeto: **Motor Verde +Floresta**

Data de início: **14/04/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **Meio Ambiente, sociedade, proprietários de terras, empresas, administração pública**

Sylvestris NATURAL ENGINEERING

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



ELETRIFICAÇÃO DA FERROVIA IMPULSIONA DESCARBONIZAÇÃO DO SETOR

Rede Ferroviária Nacional estende-se por mais de três mil quilómetros ao longo de Portugal, já funcionando maioritariamente com energia elétrica. Esforços para descarbonização ainda não terminaram, mas há objetivos concretos em execução.

Portugal está a avançar a passos largos para descarbonizar o setor dos transportes com a implementação do Programa de Eletrificação da Rede Ferroviária Nacional (RFN).
A estratégia ambiciosa levada a cabo pela Infraestruturas de Portugal prevê reduzir as emissões de dióxido de carbono associadas ao transporte ferroviário, mas também melhorar o desempenho dos serviços, atrair mais passageiros e carga para a ferrovia, e promover a sustentabilidade ambiental.
O processo de eletrificação permitirá aos operadores ferroviários substituir os comboios a diesel por comboios elétricos, reduzindo significativamente as emissões de CO2. Além disso, os sistemas de frenagem regenerativa de energia, serão potenciados o que possibilita a recuperação e reintrodução de até 10% da energia consumida pelos comboios.

INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL

A RFN em exploração tem uma extensão total que se aproxima dos 3132 quilómetros de vias, dos quais cerca de 74%, correspondentes a 2332 quilómetros, já estão eletrificados. O objetivo do programa é aumentar os níveis de eletrificação para os 88% até ao final de 2024, através do programa Ferrovia2020, que prevê um investimento de 2250 milhões de euros.
Contudo, o progresso não fica por aqui, uma vez que até 2030 a Infraestruturas de Portugal pretende que 97% da RFN esteja eletrificada, o que será possível recorrendo ao Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI2030).

2332
quilómetros da Rede Ferroviária Nacional já são eletrificados

2250
milhões de euros em investimento até ao final de 2024

152
mil toneladas de emissões de CO_2 evitadas por ano com o programa Ferrovia 2020



Este é um avanço "notável" que não apenas
Neste programa estão previstos 8800 milhões de euros de investimento na ferrovia, distribuídos no período temporal entre 2021 e 2027. Entre os principais investimentos do programa Ferrovia 2020 consta a eletrificação de troços cruciais como Nine–Valença, na Linha do Minho, Caíde-Marco de Canaveses–Régua, na Linha do Douro, Covilhã-Guarda, da Linha da Beira Baixa e Faro-Vila Real de Santo António e Tunes-Lagos, na Linha do Algarve, entre outros.
Contabilizando apenas os investimentos realizados no âmbito do programa Ferrovia2020, estima-se que a redução anual de emissões de gases com efeitos de estufa (GEE) chegue às 152 mil toneladas de CO2 equivalente, número que reflete a transição energética do material circulante ao passar da tração a diesel para a elétrica (poupança de 7 quilogramas de CO2 equivalente por quilómetro, entre tração diesel e elétrica, considerando as emissões na produção e no consumo)



DESCARBONIZAR PORTUGAL

Além dos benefícios ambientais inerentes à eletrificação da RFN, o projeto alinha-se com a estratégia de sustentabilidade da Infraestruturas de Portugal, contribuindo ativamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para a redução das emissões de GEE já validadas pela Science Based Targets Initiative.

Desta forma, a eletrificação da RFN não é apenas uma modernização da infraestrutura existente, mas antes uma transformação fundamental para um sistema ferroviário mais eficiente, sustentável e competitivo.

À medida que Portugal avança nesta direção, torna-se claro que os esforços de eletrificação da ferrovia desempenharão um papel crucial na descarbonização do setor dos transportes como um todo, mas também na construção de um futuro mais limpo e sustentável para toda a sociedade.

Ainda com a descarbonização em mente, a Infraestruturas de Portugal está a apostar na autoprodução de energia solar para a RFN, contribuindo para que até 2030 seja possível atingir a meta de ter 100% dos consumos de energia de tração assegurados por energia renovável.

Infraestruturas de Portugal

Empresa:
Infraestruturas de Portugal, SA

Nome do projeto:
Programa de Eletrificação da Rede Ferroviária Nacional

Data de início:
26/02/2016

Data de conclusão:
31/12/2024

Principais beneficiários da iniciativa: **ferroviários, passageiros e donos de carga em particular. Setor dos transportes como um todo, contribuindo para a sua descarbonização**



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

7 Energias renováveis e acessíveis

9 Indústria, inovação e infraestruturas

13 Ação climática

INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL TESTA PILOTO DE PRODUÇÃO FOTOVOLTAICA PARA AUTOCONSUMO NA REDE FERROVIÁRIA

Incentivar os operadores ferroviários a substituir o material circulante com tração diesel por material com tração elétrica através de energia verde mais barata, permitirá prestar melhores serviços e garantirá impactos positivos na descarbonização do setor.

A Rede Ferroviária Nacional (RFN) é muito dependente de energia, consumindo globalmente 300GWh/ano em energia de tração. Com a construção de novas linhas férreas eletrificadas e com a eletrificação de troços existentes, o consumo de energia continuará a aumentar. Face às metas estabelecidas nas novas obrigações legais para o consumo de energia de tração para o transporte ferroviário, consumo de 75% de energia renovável até 2025 e de 100% até 2030, a Infraestruturas de Portugal (IP) entendeu ser necessário procurar soluções que permitissem reduzir a dependência de energia fóssil e também da contratação energética externa com selo de energia verde. Assim nasceu o projeto piloto de autoprodução de energia renovável para a tração que tem como principais objetivos a redução das emissões de gases com efeitos de estufa (GEE) e a promoção da competitividade nos preços de fornecimento de energia aos operadores ferroviários.

Com o piloto será assegurado o consumo de energia verde na ordem dos 2,5%, pretendendo a IP, após consolidar o conceito, ganhar escala e obter no futuro garantias de consumo de energia renovável até 35% do total consumido na RFN.

A empresa gestora da ferrovia nacional prevê igualmente que o valor mais baixo da energia incentive os operadores a optar gradualmente pelo uso de locomotivas elétricas em alternativa às diesel, reduzindo-se também, por essa via, as emissões de GEE do sistema ferroviário.

75%

Consumo de energia renovável de tração para o transporte ferroviário até 2025

5MWp

Potência máxima de produção da central piloto, o que permitirá uma produção de 7,7GWh/ano (2,5% do consumo da RFN)

1863 t

Redução anual de GEE para a produção máxima da central

As estimativas de poupança anual de GEE, baseado em emissões market based, estimam-se entre 1.559 tonCO2 (relativas a 6,4GWh/ano) para o consumo direto da RFN e 1.863 tonCO2 (relativas a 7,7GWh/ano) para a produção máxima da central. Paralelamente, o custo da energia será também mais baixo, uma vez que os custos de autoprodução por MWh serão bastante abaixo dos valores de comercialização de energia em mercado SPOT.

Um outro benefício que importa salientar é o de aproveitamento de terrenos sem qualquer uso que se encontram inseridos em Domínio Público Ferroviário (DPF), que de outra forma não teriam qualquer fim destinado e que assim ganham um propósito de uso sendo rentabilizados sem custos para a empresa, uma vez que já são parte integrante do património da IP.

DEPOIS DO PILOTO, A META É ESCALAR

Construir centrais idênticas ou maiores, que permitam suprir no futuro pelo menos até 35% das necessidades do consumo energético em energia de tração ferroviária é o objetivo desta iniciativa que, para já, visa validar o conceito.

A IP estima que a central piloto tenha uma potência máxima de produção de 5MWp, o que permitirá uma produção de 7,7GWh/ano (2,5% do consumo da RFN) com um investimento





previsto de cerca de 11M€. Tendo em conta um tempo de vida médio de 30 anos, o custo médio final da energia será de 48€/MWh, que compara com o custo homólogo no mercado SPOT de 98€/MWh, o que se traduz numa poupança a rondar os 387.000€ anuais.

O fator de inovação da iniciativa proposta é a do fornecimento de energia produzida por uma central fotovoltaica para alimentação direta da energia de tração ferroviária, por via da injeção no primário de uma Subestação de Tração da RFN, com recurso a sistemas de gestão e controlo de carga diferentes dos habituais. Recorde-se que, atualmente, os parques solares fotovoltaicos funcionam apenas para venda direta à rede energética (no caso dos grandes parques) ou para autoconsumo (residencial ou industrial), não havendo, para já, qualquer registo do desenvolvimento de uma solução deste tipo para alimentação da energia de tração em Portugal.

Infraestruturas de Portugal

Empresa:
Infraestruturas de Portugal, S.A.

Nome do projeto:
Piloto de Produção Fotovoltaica para Autoconsumo de Energia de Tração na Rede Ferroviária Nacional (RFN)

Data de início:
14/07/2022

Data de conclusão:
30/09/2025

Principais beneficiários da iniciativa: **operadores ferroviários e sociedade em geral**



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

7 Energias renováveis e acessíveis

9 Indústria, inovação e infraestruturas

13 Ação climática

MAIS AUTOPRODUÇÃO DE ENERGIA PARA DESCARBONIZAR

Infraestruturas de Portugal instalou unidades de produção de energia solar para autoconsumo e venda em edifícios e estações, mas continua a estudar novas formas de implementação de energia renovável em vias rodoviárias e ferroviárias.

A Infraestruturas de Portugal está a caminhar em direção à sustentabilidade energética e à redução das emissões de dióxido de carbono (CO_2), através de diversos investimentos na produção de energia renovável.
O objetivo passa pela redução dos consumos energéticos e da intensidade carbónica, mas possibilita também o cumprimento de regulamentos e metas nacionais e internacionais para a descarbonização de que são exemplos o Regulamento ECO.
AP 2030 e as Metas Climáticas da IP até 2030, validadas pela Science Based Targets Initiative.
Além disso, a iniciativa tem impacto positivo na redução da fatura energética da empresa, substituindo parte dos seus consumos energéticos adquiridos à rede elétrica por energia renovável de autoprodução e permitindo, ainda, vender para a rede pública.
CONSUMO RESPONSÁVEL
A Infraestruturas de Portugal tem adotado várias medidas no âmbito da sustentabilidade energética, em que se inclui a produção de energia renovável, especialmente por se tratar de uma empresa com consumo elevado que chega aos 331 462 gigajoules (GJ) por ano, excluindo a energia de tração. Neste caso, a energia elétrica corresponde a 92% do total consumido e os combustíveis líquidos a apenas 8%.
Precisamente para reduzir os seus consumos e descarbonizar a sua operação, a IP promoveu a instalação de 33 unidades de produção solar em coberturas de estações e edifícios, com capacidade de 976 Kilowatts de potência (kWp), que utiliza tanto para venda à rede pública como para autoconsumo. Para o efeito e nalguns casos, empresa concedeu a utilização parcial das coberturas de edifícios e estações, tendo o investimento sido efetuado por promotores Privados. Os ganhos obtidos com a venda de energia são partilhados entre promotores e a Infraestruturas de Portugal. Já nas unidades de produção para autoconsumo, o investimento é 100% realizado pela IP e a energia é totalmente utilizada na sua operação.
Ao nível do autoconsumo, a empresa já contabiliza um total de 907 028 kilowatts hora (KWh) produzidos, que se traduzem, aproximadamente, em 220 toneladas de emissões de CO_2 evitadas. Já na vertente de produção de energia renovável para venda à rede pública, são produzidos anualmente cerca de 1 097 673 KWh, o que corresponde



33
Unidades de produção solar instaladas em coberturas de estações e edifícios

907 028
Kilowatts de energia produzida para autoconsumo

220
Toneladas de CO_2 evitadas através da produção de energia para autoconsumo





a uma quantidade de emissões evitadas de 265 toneladas de CO_2.
Considerando os próximos investimentos previstos pela empresa para a autoprodução de energia solar, é expectável que até 2030 as emissões totais de CO_2 evitadas possam quintuplicar.

AUTOSSUFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Além das coberturas de edifícios e estações, a empresa também instalou unidades de produção solar em parques de estacionamento, integradas em sistemas Carport e equipadas com postos de carregamento de veículos elétricos. Estes sistemas proporcionam sombreamento, produção de energia e carregamento elétrico de veículos simultaneamente.
Os investimentos realizados em produção de energia solar fotovoltaica têm oferecido diversos benefícios, tais como previsibilidade no preço da energia consumida, autoconsumo de toda a energia produzida e rentabilização de espaços e rentabilidade financeira com períodos de retorno de investimento curtos.
Analisando os resultados obtidos até agora, conclui-se que a energia renovável produzida pela empresa proporciona níveis de autossuficiência entre os 10% e os 25% da energia total consumida em determinadas instalações.
Para medir o impacto das soluções que tem vindo a implementar, a Infraestruturas de Portugal tem utilizado ferramentas como aplicações de monitorização de produção de energia e de faturação energética para avaliar o impacto da produção de energia solar na sua atividade.
A empresa continua a estudar novas formas de implementação de sistemas de produção de energia renovável, incluindo a instalação em vias rodoviárias e ferroviárias, pórticos rodoviários e na proximidade de subestações de tração ferroviária.

Empresa:
Infraestruturas de Portugal, SA (IP)

Nome do projeto:
Produção de energia renovável em edifícios e instalações da IP

Data de início:
01/06/2012

Data de conclusão:
em curso

Principais beneficiários da iniciativa:
Infraestruturas de Portugal e os seus utentes, mas também empresas de serviços energéticos e o país como um todo, na ótica da contribuição para a redução de emissões de forma global

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

7 Energias renováveis e acessíveis

13 Ação climática



INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL E TECNOLOGIA SÃO APOSTA PARA CENTROS COMERCIAIS MAIS VERDES

Utilização de energia limpa, consciencialização da sociedade civil e novas soluções baseadas em tecnologias inovadoras, é o caminho seguido pela Klépierre para tornar mais sustentáveis os centros comerciais que gere em Portugal.

A batalha contra as alterações climáticas trava-se em várias frentes e a ação transversal da Klépierre nas grandes superfícies comerciais que gere no Porto, em Guimarães e em Portimão, já permitiu reduzir em mais de 80% as suas emissões de gases com efeito de estufa. Este é apenas um dos resultados da iniciativa Act4Good, o programa de responsabilidade social que a empresa pôs em marcha no início do ano passado.

Um dos principais pilares é a redução das emissões de CO2 através do programa Boost, uma estratégia global implementada para reduzir o consumo de eletricidade, gás e água nas infraestruturas comerciais, sendo esse efeito alargado também à sociedade civil através da instalação de postos de carregamento para veículos elétricos em todos os centros comerciais em Portugal.



80%

Diminuição de emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa

30%

Autoconsumo da energia gerada por painéis solares nos centros comerciais

5

milhões de euros de investimento na instalação de painéis solares e postos de carregamento

MEDIDAS IMPLEMENTADAS E METAS ALCANÇADAS

Entre janeiro e outubro de 2023, foram aplicadas mais de 70 boas práticas com vista a minimizar o impacto ambiental, que se traduziram em poupança, mas também em maior eficiência nas superfícies comerciais e sua utilização por parte dos lojistas que as integram. Iluminação LED, detetores de presença, chillers de alta eficiência, painéis solares e instalações fotovoltaicas tornaram os edifícios mais verdes, enquanto os postos de carregamento para automóveis elétricos instalados em todos os centros comercias geridos pela Klépierre em Portugal, permitem que os utilizadores se desloquem até aos centros em veículos de emissões reduzidas. Essa aposta na mobilidade sustentável tem como objetivo final a consciencialização dos visitantes dos centros comerciais, esperando-se vir a alcançar uma redução de 40% nas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) relacionadas com o seu transporte.
Especificamente por detrás da instalação destes postos de carregamento e de painéis solares está um investimento de mais de cinco milhões de euros. Já o programa Boost, que utiliza inteligência artificial no controlo das instalações, utilizando dados para melhorar os algoritmos e atingir maiores poupanças, absorveu mais de dois milhões de euros de investimento ao longo dos últimos anos.

KLEPIERRE

Empresa: **Klépierre**

Nome do projeto: **Act4Good**

Data de início: **01/01/2023**

Data de conclusão: **31/10/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **Populações das zonas do Porto, Guimarães e Portimão e os utilizadores dos centros comerciais da empresa**

As medidas implementadas no âmbito do Boost, proporcionaram a redução da intensidade energética da carteira de ativos da Klépierre em mais de 40%, e uma diminuição em mais de 80% nas emissões diretas e indiretas de GEE. Adicionalmente, o programa permitiu obter uma diminuição de 30% no consumo de energia, o que se traduziu numa poupança de quase 10 Gigawatts por hora (GWh).
Nos painéis solares foram medidos consumo e poupança de energia, não só dos centros comerciais, mas também dos lojistas, e foram alcançados níveis de autoconsumo de 30%. Outro dos objetivos da Klépierre passa ainda por ajudar os lojistas dos centros comerciais a reduzir o seu consumo de energia em 20%, através da medição do seu consumo privado, consciencializando-os sobre as formas de poupança que têm ao seu dispor.

RECONHECIMENTO NACIONAL E INTERNACIONAL

O posicionamento sustentável e a luta da Klépierre por um planeta mais verde não têm passado despercebidos. Em fevereiro de 2023, graças à estratégia Act4Good, a empresa de gestão de centros comerciais passou a integrar o índice de ações CAC 40 ESG da Euronext, que reúne as 40 empresas cotadas mais responsáveis, com base na sua classificação ESG da Moody's. Em território nacional, viu igualmente reconhecido o seu impacto positivo e obteve o selo Carbon Free para os seus escritórios e para os centros comerciais Aqua Portimão, Espaço Guimarães e Parque Nascente.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA





TRANSPORTAR MAIS MERCADORIAS COM MENOR PEGADA AMBIENTAL

Reduzir as emissões de CO_2 causadas pela atividade logística da LEROY MERLIN Portugal é uma prioridade da empresa, que implementou um projeto determinante para este propósito: o projeto "Boosting Fill Rates".

Em 2019, os transportes foram responsáveis por cerca de um quarto do total de emissões de gases com efeito de estufa na União Europeia (UE). Destas emissões, 72% têm origem na rodovia – os automóveis são responsáveis por mais de 60%, os camiões pesados por mais de 27% e os camiões ligeiros por 11%. Estes números mostram a importância de apostar em estratégias de mitigação dos impactos causados pelos transportes e justificam também a iniciativa da LEROY MERLIN Portugal.

A empresa, que se dedica ao comércio de material para construção e bricolage, lançou um projeto para redução das emissões de carbono da distribuição, que se encontra em fase de implementação.

A ambição maior é o contributo líquido para a descarbonização da atividade, em linha com as metas nacionais e europeias para



a sustentabilidade, e para a construção de um futuro mais verde. A cor já faz parte da identidade gráfica da marca, mas é agora reforçada através das medidas em curso, nomeadamente em termos de eficiência.

De acordo com a LEROY MERLIN, no último ano foi possível reduzir mais de 25% as emissões de CO_2 ligadas ao transporte em cada palete transportada, quando comparado com valores de 2022. Para isso contribuiu a incorporação da variável "Fill Rate" (taxa de ocupação) dos camiões em metros cúbicos na consolidação e planeamento das rotas, maximizando o uso do espaço.

Este é um avanço notável que permitiu, não só, reduzir o número de viagens realizadas, mas também a redução das emissões de CO_2 e custos operacionais por palete transportada, o que contribuiu para a redução das emissões





Empresa: **Leroy Merlin Portugal (BCM Bricolage, S.A.)**

Nome do projeto: **Redução das emissões de carbono da supply**

Data de início: **01/01/2022**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **clientes, comunidade, fornecedores, colaboradores e setores do retalho e da logística**

totais brutas num cenário de crescimento de unidades transportadas.
Paralelamente, a LEROY MERLIN lançou um projeto piloto para estudar a viabilidade da utilização de combustíveis alternativos. A empresa está a olhar para o óleo vegetal hidrotratado (HVO), biometano e gás natural (GNL) para minimizar as emissões de CO_2, garantindo economias de longo prazo e reduzindo a dependência de combustíveis fósseis. Desde o início dos testes, o número de quilómetros percorridos com energias alternativas aumentou em 5,47%, mas é na redução de emissões que está o maior ganho: com a frota GNL, em 2023 foram emitidas menos 223 toneladas de CO_2, enquanto os veículos movidos a HVO/biometano contribuíram para diminuir 141 toneladas.

COMPROMISSO COM O AMBIENTE

Ao longo do último ano, a empresa fez cair as suas emissões de CO_2 por palete transportada em mais de 25%. O incremento das taxas de ocupação dos veículos, combinado com o crescimento do recurso a combustíveis menos poluentes, contribuiu para uma queda de 6,65% nas emissões brutas de distribuição da empresa. Mas o melhor está para vir: a longo prazo, o objetivo da empresa é aperfeiçoar estas práticas e explorar o seu potencial para a diminuição da pegada ambiental.
"Com esta iniciativa, a LEROY MERLIN não só avança na descarbonização da sua supply chain, mas também estabelece um padrão de excelência e liderança em sustentabilidade no setor", assegura a empresa. Os impactos positivos desta estratégia são sentidos pelos clientes, que passam a ter produtos transportados de maneira mais sustentável, mas também pelos colaboradores, fornecedores e parceiros logísticos, a comunidade local e, claro, o setor do retalho e da logística. A empresa continuará a desenvolver e a investir em projetos e soluções que concorram para o objetivo de redução de 50% da pegada de carbono até 2035.

25%
de redução em 2023, nas emissões de CO_2 por palete transportada

364
toneladas de CO_2 evitadas pelo uso de energias alternativas na frota da empresa em 2023

5,38%
de redução no número de quilómetros percorridos para transportar a mesma quantidade de mercadorias



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

7 Energias renováveis e acessíveis

13 Ação climática

17 Parcerias para a implementação dos objetivos



MEDIR PEGADA DE CARBONO PERMITIU REDUZIR 11% DAS EMISSÕES EM TRÊS ANOS

O Pestana Hotel Group quer ser pioneiro no setor hoteleiro ao ter uma estratégia clara de redução do impacto da atividade no ambiente. Em nome da sustentabilidade ambiental, económica e social.

Reduzir o impacto das operações no meio ambiente é uma preocupação que no Pestana Hotel Group existe desde a sua origem, sendo que nos últimos anos, o investimento do grupo nestas matérias tem-se intensificado. A crescente importância destes temas para a empresa e para a sociedade impulsionou a necessidade de realizar um diagnóstico, aperfeiçoar a estrutura da informação e desenvolver uma estratégia integrada e assente em cinco pilares – energia, água, resíduos, fornecedores e mobilidade. O primeiro passo foi a medição da pegada carbónica das unidades hoteleiras e das pousadas do grupo em Portugal, em 2022, para perceber o seu impacto nas diferentes vertentes do negócio, e para definir as prioridades de mudança para as categorias que mais contribuem com emissões de carbono. Em 2023, a estratégia de contabilização da pegada de carbono foi alargada aos hotéis da Europa e a outros negócios como golf, imobiliário, casino e ginásio e, para 2024, a meta passará por incluir as unidades de África, Brasil, Argentina e Estados Unidos.

Este trabalho permitiu verificar que desde 2019, os esforços da redução da pegada carbónica no grupo permitiram, nos últimos três anos, diminuir em 11% o impacto da atividade no meio ambiente. Resultados positivos que asseguram um futuro mais sustentável em toda a sua cadeia de valor, através da mudança de comportamentos em todos os cinco pilares estratégicos, mas que não se esgota nesta fase de diagnóstico. Na verdade, para além da monitorização anual das emissões, foi desenvolvido um plano de ação até 2023 que inclui 56 iniciativas distribuídas por 19 objetivos divididos pelos

PESTANA
HOTEL GROUP

Empresa: **Pestana Hotel Group**

Nome do projeto: **Pestana Hotel Group "Carbon Footprint"**

Data de início: **01/06/2022**

Data de conclusão: **01/09/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **colaboradores e clientes**



diferentes âmbitos e categorias. Outro objetivo será submeter os objetivos segundo os "Science Based Targets", um compromisso adicional de redução efetiva da pegada carbónica do grupo.

TECNOLOGIA AJUDA A TOMAR DECISÕES

Num grupo hoteleiro que gere mais de 100 hotéis e um conjunto de outras infraestruturas, uma iniciativa global como o projeto "Carbon Footprint" exige a monitorização permanente das metas definidas, bem como a tomada de decisões, muitas vezes quase em tempo real. Este acompanhamento dificilmente seria bem-sucedido sem a ajuda da tecnologia e da ferramenta de Power BI, com "dashboards" e relatórios específicos desenvolvidos internamente.

Com o apoio desta tecnologia, os responsáveis pelo projeto têm a possibilidade de monitorizar algumas das iniciativas que decorrem ao longo de cada ano. O grupo tem vindo a apostar cada vez mais na disponibilização de mais informação nesta ferramenta, que permita por exemplo, perceber se as compras realizadas estão em linha com as substituições

60%

Diminuição do consumo de plástico não reutilizável em 9 meses em 2019

11%

Redução das emissões entre 2019 e 2022 para as unidades hoteleiras de Portugal e Europa e outros negócios em Portugal (Golf, Construção, Residence, Casino e ginásio)

37%

Objetivo de redução nas emissões de carbono até 2030



conscientes que são necessárias, se os consumos de água e de energia, com vista à redução do desperdício estão de acordo com as metas definidas, ou se o lixo produzido está a ser devidamente reutilizado ou reciclado. Recorde-se que, até 2030, o Pestana Hotel Group definiu como meta a redução de emissões de carbono em 37%, das quais 55% nos âmbitos 1 e 2 (CO_2 proveniente da atividade da empresa e das fontes de energia utilizadas, respetivamente), e 27% no âmbito 3, que corresponde às emissões provenientes da sua cadeia de valor.Objetivos ambiciosos que exigem o compromisso de todos na organização.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

6 Água potável e saneamento

7 Energias renováveis e acessíveis

11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

14 Proteger a vida marinha

15 Proteger a vida terrestre



ENERGIA SOLAR: LUZ VERDE PARA A DESCARBONIZAÇÃO

Os painéis fotovoltaicos não só permitem reduzir a dependência de combustíveis fósseis como também promovem a autossuficiência energética e a consciência ecológica. O exemplo da Porto Business School.

Num país com muitas horas de sol como Portugal, aproveitar a energia inesgotável emanada pelo astro-rei é uma alternativa limpa aos combustíveis fósseis, reduzindo assim a sua dependência em particular e a pegada de carbono no geral.

Nesse caminho de transição energética, o recurso a painéis solares representa um salto tecnológico significativo, uma vez que estes dispositivos providos de tecnologia fotovoltaica utilizam células solares cada vez mais eficientes, capazes de converter a luz diretamente em eletricidade. A sua utilização não só ajuda a diminuir a emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera como impulsiona a autossuficiência energética, contribui para a segurança energética nacional e promove o desenvolvimento económico local através da criação de empregos na indústria das energias renováveis.

Apesar de, inicialmente, o investimento poder parecer substancial, os painéis solares têm uma excelente prestação ao nível da longevidade, com baixa manutenção,



garantindo retorno financeiro por meio da redução contínua dos custos de energia. Por isso, a prazo, a adoção desta tecnologia reflete uma escolha económica e ética alinhada com a responsabilidade ambiental e a preservação do planeta. Além disso, a sua integração em redes inteligentes e a possibilidade de armazenamento de energia amplificam o seu potencial, transformando a maneira como se consomem e se gerem os recursos energéticos para um futuro mais sustentável.

O CASO DA PORTO BUSINESS SCHOOL

Os 300 painéis fotovoltaicos instalados no telhado dos edifícios da Porto Business School, uma escola superior de negócios sediada em Matosinhos, na região do Porto, são disso exemplo. O projeto converteu uma área normalmente não utilizada numa unidade de produção de energia verde com vista ao autoconsumo, que antecipava resultados promissores tanto qualitativos quanto quantitativos. Por um lado, os painéis eram um recurso didático valioso que integrava práticas de sustentabilidade no currículo, além de aumentar a consciência ecológica na comunidade envolvente com a ajuda de debates sobre energia renovável e o seu impacto positivo. Por outro, iriam permitir gerar uma quantidade significativa de energia limpa que resultaria numa economia substancial das despesas energéticas da instituição. Acresce o benefício, caso essa energia não seja consumida na totalidade nas instalações da escola, de o excedente poder ser injetado na Rede Elétrica de Serviço Público, o que permite que habitações, empresas e instituições de ensino se tornem também produtores de energia autossuficientes.

O início do caminho da Porto Business School rumo à descarbonização e à promoção da luta contra as alterações climáticas está tomado, com a escola a ser um exemplo de práticas sustentáveis e a ter um papel ativo não apenas junto da comunidade educativa como da local, incentivando ambas a olhar para o ambiente com uma nova perspetiva e sentido de compromisso com o futuro, enquanto, em conjunto constroem uma sociedade mais consciente e responsável para as próximas gerações.

Porto Business School / University of Porto

Make change happen

Empresa: **Porto Business School**

Nome do projeto: **Instalação de 300 painéis solares**

Data de início: **23/02/2023**

Data de conclusão: **25/05/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **os alunos, o corpo docente da instituição de ensino e a comunidade local**

300

número de painéis fotovoltaicos instalados

30%

menos de consumo de energia elétrica

593

número de árvores plantadas a que equivale a redução das emissões de CO2 alcançada pela Porto Business School



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

3 Saúde de qualidade

7 Energias renováveis e acessíveis

11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

PORTUGAL NA LINHA DA FRENTE DA DESCARBONIZAÇÃO VIA HIDROGÉNIO

Uma solução inovadora de mistura e injeção de hidrogénio está a ser utilizada no Parque Industrial do Seixal, no âmbito do projeto Green Pipeline. Trata-se da primeira instalação deste tipo integralmente concebida em Portugal, e uma prova de conceito que valida este vetor energético como solução fundamental para a descarbonização da rede.

O hidrogénio emerge como um vetor de energia promissor para um futuro mais sustentável. Com base na expertise em tecnologias de gás e aprendizagem obtida do projeto piloto de injeção de hidrogénio, a PRF – Gás, Tecnologia e Construção, SA. desenvolveu a MIXEO, uma solução avançada de mistura e injeção de H_2. A MIXEO não se limita apenas às redes de gás natural, mas estende-se também às redes industriais que utilizam gás de petróleo liquefeito (GPL). Destaca-se como um sistema autónomo, adaptável às necessidades únicas de cada cliente, com um rácio de H_2 escalável de 1% a 100%. Equipada com funcionalidades de segurança como detetores de gás e botoneiras de paragem de emergência, garante os mais altos padrões de segurança operacional.

INOVAÇÃO VERDE MULTIFACETADA

A sua capacidade de operação remota e de recolher dados operacionais é essencial para gerar relatórios automáticos sobre o desempenho do sistema. Além disso, a MIXEO é altamente versátil, permitindo a utilização de hidrogénio proveniente de diversas fontes, como eletrolisadores no local de operação, trailers com armazenamento de H_2 e garrafas pressurizadas.
Para satisfazer necessidades específicas, oferece a opção de integração de um calorímetro, aprimorando as capacidades de gestão do processo. Essa funcionalidade não só melhora a precisão da monitorização, mas também pode ser utilizada para efeitos de faturação, proporcionando transparência financeira.
Além da sua adaptabilidade, a MIXEO destaca-se pela capacidade de operar sem injeção de hidrogénio, evitando interrupções nos processos, especialmente em indústrias que dependem de combustão em alta temperatura, como vidro, cerâmica e siderurgia.
No contexto da descarbonização, a MIXEO desempenha um papel crucial. A adoção de uma mistura de 50% de H_2 e 50% de GN ou GPL resulta numa redução no consumo de gás, levando a economias expressivas nos custos de combustível e uma redução substancial da dependência de fornecedores externos de gás.

PRF Hydrogen Solutions

Empresa: **PRF – Gás, Tecnologia e Construção, SA**

Nome do projeto: **MIXEO – Unidade de mistura e injeção de hidrogénio**

Data de início: **01/08/2022**

Data de conclusão: **01/03/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **Indústrias que operem em setores intensivos em energia, companhias de transporte e distribuição de gás natural, entidades governamentais e reguladoras.**

MIXEO







Por exemplo, uma instalação que utiliza 500 metros cúbicos normais [Nm³/h] de GN diminui o seu consumo em 23%, enquanto uma configuração industrial com 435 kg/h de GPL reduz seu consumo em 10,5%. Pensando neste exemplo, as poupanças anuais podem atingir as 2155 toneladas de CO_2 nas instalações que trabalhem com GN e de 1156 nas que funcionem com GPL. Essas economias representam uma contribuição tangível para a sustentabilidade energética e a redução das emissões de CO_2.
A sua versatilidade possibilita a integração de hidrogénio verde, reduzindo os custos operacionais a longo prazo e tornando as indústrias elegíveis para incentivos financeiros. Isso não apenas promove uma transição energética mais sustentável, mas também fortalece a posição das empresas no mercado.

10,9
toneladas de emissões de CO_2 poupadas

12%
de Hidrogénio verde nos caudais de gás natural

2
anos, período previsto para atingir os 20% de hidrogénio verde nos caudais de gás natural

DESCARBONIZAR A PARTIR DE PORTUGAL

No que diz respeito ao contributo para a descarbonização em curso em terras lusas, a MIXEO instalada no Parque Industrial do Seixal tem dado frutos. Até dezembro de 2023, foram injetados 15079,7 Nm³ de hidrogénio verde, o que equivale a uma poupança de 10,9 toneladas de emissões de CO_2, contribuindo diretamente para a mitigação do aquecimento global. Atualmente, já se observa uma incorporação de 12% de hidrogénio verde nos caudais de gás natural, mas o objetivo final do projeto é chegar aos 20%, o que é previsível que aconteça no prazo de dois anos. A utilização deste gás verde promove um ambiente mais limpo e saudável, considerando que, após a queima, o seu único subproduto é o vapor de água, que também não é nocivo para a saúde ou para o meio ambiente.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

7 Energias renováveis e acessíveis

9 Indústria, inovação e infraestruturas

11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

15 Proteger a vida terrestre

17 Parcerias para a implementação dos objetivos





CIMENTO "VERDE" NO CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE

O clínquer de baixo carbono e a circularidade dos materiais estão a revolucionar a indústria do cimento rumo a um futuro mais verde e sustentável no setor da construção.

A procura por soluções ambientalmente sustentáveis está em crescimento na indústria em geral e também já chegou à do cimento. Uma das inovações neste campo é o Low Carbon Clinker que a cimenteira portuguesa Secil tem vindo a desenvolver desde 2020.

O clínquer é um elemento fundamental na produção de cimento. Constitui o resultado da calcinação de uma mistura de calcário e outras fontes minerais, processo que requer altas temperaturas e consome quantidades significativas de energia, levando à emissão de CO2, que ocorre tanto durante a reação química que forma o clínquer (emissões de processo) quanto durante a queima de combustíveis para fornecer o calor necessário (emissões de combustão).

O processo é, por isso, uma fonte de emissões com efeito estufa que o Low Carbon Clinker quer mitigar. O objetivo é desenvolver um clínquer de baixo carbono, que permite reduzir essa emissões até 15% em comparação com os métodos convencionais. Para ser possível, a chave está na modificação da mineralogia do clínquer e na implementação de tecnologias inovadoras de produção.

Empresa: **Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.**

Nome do projeto: **Low Carbon Clinker**

Data de início: **03/02/2020**

Data de conclusão: **31/08/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **impacto global ao diminuir o número de emissões para a atmosfera**

PROCESSOS MAIS ECOLÓGICOS

Uma das técnicas patenteadas pela Secil, a EP3070064A1, envolve a ativação de materiais siliciosos naturais ou resíduos de outras indústrias, aproveitando o calor excedentário do processo de arrefecimento do clínquer. Essa abordagem não só reduz as emissões de CO2 como ainda aumenta a eficiência energética.

Para implementar essa tecnologia na fábrica do Outão, na região de Setúbal, foi necessário desenvolver um novo tipo de arrefecedor, capaz de otimizar o processo de troca térmica e garantir um arrefecimento eficiente do clínquer. Essa tecnologia



permite a redução das emissões de CO2 na fonte e aumenta a circularidade do produto ao aproveitar materiais siliciosos pré-processados de outras indústrias, reduzindo o consumo de recursos naturais. Estes materiais, ao serem introduzidos nesta fase do processo, vão aproveitar o calor que, de outra forma seria desperdiçado, melhorando a eficiência energética.

O projeto Low Carbon Clinker abre, assim, caminho para o desenvolvimento de uma nova gama de cimentos de baixa pegada ecológica que atende às necessidades do mercado enquanto promove uma abordagem mais verde para a construção civil.

O impacto do projeto extravasa as fronteiras da Secil, que disponibiliza esta tecnologia através de patentes concedidas, possibilitando a sua replicação noutras empresas e unidades fabris de produção de cimento e abrindo novas oportunidades de negócios num mercado cada vez mais orientado para a sustentabilidade.

A Secil visa agora alcançar a neutralidade carbónica até 2050, desenvolvendo um conjunto de projetos direcionados para a minimização dos impactos das suas atividades no ambiente em três vetores: ao nível da operação o foco é o aumento da eficiência energética com a utilização de combustíveis alternativos; ao nível do produto a aposta está no clínquer de baixo carbono, no cimento com menos clínquer, e no betão com menos cimento; e ao nível do transporte das mercadorias e combustíveis, prioridade às vias marítimas e ferroviárias, com a otimização logística a ser feita através de plataformas digitais.

-5 a -15%
de emissões de CO_2 lançadas para a atmosfera

-6.000 t
de CO2 emitidas nos três meses de teste

100.000 t
potencial de redução de CO2 a emitir por ano



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA





TORNAR MAIS VERDES OS EDIFÍCIOS DO FUTURO

A Sonae Sierra que opera verticalmente no setor imobiliário em mais de 35 países, tem como objetivo alcançar a neutralidade carbónica até 2040. Para isso, tem um ambicioso plano de eficiência energética em curso.

O compromisso da Sonae Sierra para com a redução da pegada ambiental da sua atividade não é novo, mas a empresa tem em curso um programa ambicioso para acelerar este percurso rumo à sustentabilidade.
A iniciativa Programa de Descarbonização 2.0 permitirá atingir a neutralidade carbónica até 2040 de diferentes formas, por exemplo através do aumento da eficiência energética do portfólio de centros comerciais detidos com uma redução de 33% do consumo quando comparado com valores de 2019.
"Essa redução do consumo de energia implicará uma redução de 25% das emissões de âmbito 1 e 2 desses ativos", confirma a empresa na candidatura à quarta edição do Prémio Sustentabilidade 20|30.
Este programa tem uma abrangência global, endereçando todas as atividades da empresa, da gestão de investimento, aos projetos em desenvolvimento e expansões, edifícios em operação e prestação de serviços. Será com este programa que a Sonae Sierra pretende alcançar a neutralidade carbónica até 2040 (emissões dos âmbitos 1, 2 e 3).
No entanto, para uma empresa responsável pela gestão de edifícios em múltiplas geografias, o desafio é de grande dimensão. Este esforço implica desde logo a realização de auditorias energéticas especializadas, de estudos de viabilidade, a otimização de sistemas de iluminação e climatização, assim como a adoção de tecnologias para minimizar o consumo energético, entre outros.
Em termos dos resultados já alcançados desde 2005, a empresa reduziu em 88% a intensidade das emissões de gases com

Empresa: **Sonae Sierra**

Nome do projeto: **Programa de Descarbonização 2.0**

Data de início: **01/01/2007**

Data de conclusão: **31/12/2040**

Principais beneficiários da iniciativa: **os proprietários, os lojistas e os colaboradores**

efeito de estufa que, em números absolutos, foi superior a 120 mil toneladas de CO_2 no âmbito 1 e 2.

CAMINHAR NA DIREÇÃO CERTA

Trabalhar a sustentabilidade dentro de portas é essencial não apenas para reduzir a pegada ambiental, mas também para tornar a atividade mais eficiente. Com a maior eficiência energética alcançada e com a produção de energia fotovoltaica, a Sonae Sierra conseguirá diminuir os custos operacionais dos edifícios que gere, com benefício para os seus ocupantes e para os seus proprietários. A longo prazo, esta aposta permite ainda a a valorização dos edifícios por serem mais sustentáveis e resilientes quanto ao impacto das alterações climáticas. O Programa de Descarbonização 2.0 é uma ferramenta crucial para endereçar as emissões de âmbito 1 e 2, ainda que o âmbito 3 seja também um foco da ação da empresa. Para conseguir baixar o impacto dessas emissões, a Sonae Sierra está a trabalhar em dois níveis distintos. Por um lado, a escolha de materiais de construção com componente reciclável e de carbono embutido é uma prioridade, já que permite uma redução até 2030 de 55% da intensidade carbónica de âmbito 3 dos novos projetos e expansões. Por outro lado, há uma aposta na articulação com os lojistas para aumentar a eficiência energética das suas lojas, de forma a contribuir para uma redução das emissões de âmbito 3.





171
oportunidades de melhoria que totalizam 6,5 milhões de euros em poupanças anuais

73%
de redução de emissões (âmbitos 1 e 2) em 2030, comparando com 2019

88%
menos de emissões de gases com efeito de estufa em 2023 comparando com 2005

Entre as formas de lá chegar, a empresa ampliou os critérios ESG (Ambiente, Social e Governo, sigla em inglês) nos contratos com os lojistas para que incluam medidas de monitorização e desempenho ambiental, mas também por via da implementação de sistemas de gestão ambiental para melhoria contínua. A eletrificação da frota automóvel e a plantação de árvores na Floresta Sonae para compensação destas emissões é, também, uma medida em curso.

Apesar dos sucessos alcançados na redução das emissões de CO_2, a Sonae Sierra tem já prevista uma terceira geração deste programa de descarbonização, que deverá ser aplicada entre 2025 e 2030 com novas metas a definir.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

7 Energias renováveis e acessíveis

9 Indústria, inovação e infraestruturas

11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática



REDUZIR O IMPACTO DAS EMBALAGENS ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS DE ORIGEM VEGETAL

Novas embalagens utilizam plástico de origem vegetal e já permitiram evitar a emissão de cinco mil toneladas de carbono para a atmosfera na Península Ibérica.

A redução de emissões de carbono é um dos maiores desígnios da atualidade, sendo também um desafio assumido por toda a sociedade. No sentido de contribuir para a missão de disponibilizar alimentos seguros em qualquer parte do mundo e proteger alimentos, pessoas e planeta, a Tetra Pak tem vindo a implementar medidas para mitigar as alterações climáticas através da descarbonização das suas operações, dos seus produtos e da sua cadeia de valor.
A meta é cumprir o compromisso assumido pela empresa de criar a embalagem mais sustentável do mundo, que seja inteiramente fabricada a partir de matérias-primas renováveis ou recicladas, de origem responsável, neutras em termos de carbono e totalmente recicláveis. Desta forma, será possível reduzir o impacto climático dos materiais dos seus fornecedores,



330

milhões de embalagens com polímeros de origem vegetal vendidas em Portugal

131

quilotoneladas de CO_2 poupadas globalmente

trabalhando em colaboração e substituindo, por exemplo, os plásticos de origem fóssil por plástico de origem vegetal, derivado de cana-de-açúcar, com certificação Bonsucro.

PLÁSTICO RENOVÁVEL

Atualmente, as embalagens para alimentos comercializadas pela Tetra Pak já utilizam cartão proveniente de fontes responsáveis. Tratando-se de uma matéria-prima de origem natural e renovável, tem uma pegada de carbono mais baixa face a outras opções. Além disso o plástico de origem vegetal é renovável quando obtido de forma responsável. O que se pretende substituir com a nova barreira de fibra é o alumínio. No caso específico do alumínio, já está a ser testada uma barreira de fibra alternativa.

Ao longo do ano de 2022, mais de dois mil milhões de embalagens foram comercializadas com plástico de origem vegetal. A maioria, 1,75 mil milhões, foi vendida em Espanha e os restantes 330 milhões em Portugal.

Ao aumentar a percentagem de plásticos de origem vegetal nas soluções de embalagem, tornou-se possível calcular a redução de CO_2, em comparação com o que teria sido emitido no processo de produção se tivessem sido utilizados plásticos de origem fóssil. Na Península Ibérica registou-se uma redução de cinco mil toneladas de CO_2 graças à utilização de plástico de origem vegetal.

Embora o custo do material para as novas embalagens seja um pouco mais elevado, vale a pena pelos benefícios ambientais, razão pela qual a Tetra Pak tem vindo a implementar esta iniciativa nas suas operações por todo o mundo.

Globalmente, o volume de vendas de 11,9 mil milhões de tampas de origem vegetal e mais de 8,8 mil milhões de embalagens de plástico de origem vegetal resultou na redução de 131 quilotoneladas de CO_2.

RUMO AO NET ZERO

Prosseguindo o esforço de evitar e mitigar as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) relacionadas com a sua atividade industrial, a Tetra Pak continua a trabalhar em várias frentes.

Nesse sentido, outra das suas grandes metas, além de criar a embalagem mais sustentável do mundo, é atingir as zero emissões na sua cadeia de valor até 2030, objetivo que vai no bom caminho. Só em 2022 já foi possível reduzir a pegada operacional de emissões de GEE em 39%.

Um exemplo de sucesso instalado em Portugal é a fábrica de palhinhas de papel da empresa, localizada em Carnaxide, que até ao final do ano passado produziu cinco milhões de palhinhas de materiais sustentáveis por dia, número que de acordo com as previsões vai aumentar para os seis milhões em 2024.

Além disso, a Tetra Pak pretende chegar aos 100% de eletricidade renovável nas suas operações também até 2030, sendo que a fábrica de material de embalagem de Arganda del Rey e a fábrica de tampas de Sevilha já são abastecidas com eletricidade de origem 100% renovável.

Tetra Pak
PROTEGE O QUE É BOM

Empresa: **Tetra Pak Portugal Lda**

Nome do projeto: **Embalagens Tetra Pak com polímeros de origem vegetal**

Data de início: **01/01/2019**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **Empresas do setor alimentar que pretendam utilizar embalagens com menor pegada de carbono e a sociedade em geral**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática





A INOVAÇÃO AO SERVIÇO DE UMA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO MAIS SUSTENTÁVEL

Projeto de start-up de Guimarães está a revolucionar a indústria da construção com um processo inovador que reduz a pegada carbónica e promove a durabilidade do varão de construção de ferro.

A indústria da construção enfrenta um momento crucial de transformação impulsionado pela procura de soluções mais eficientes e sustentáveis. Neste contexto, surge uma iniciativa revolucionária que promete redefinir os padrões de produção e impacte ambiental: a introdução de novas tecnologias e inovação no processo de fabrico de varão de construção. O projeto, que abrange desde processos patenteados de rugosidade superficial até equipamentos de produção de conceção própria, tem como objetivo fundamental otimizar a produção e reduzir significativamente a pegada carbónica associada à fabricação e transporte deste elemento de construção.

Ao longo dos anos, o varão de ferro tem sido um elemento vital na construção, graças às suas propriedades de maleabilidade e ductilidade. No entanto, as limitações inerentes

50%
redução máxima da pegada carbónica na produção de varão

80%
redução máxima da pegada carbónica do transporte

8%
emissões mundiais de CO_2 provocadas pela indústria do aço



ao aço, material base do varão, têm sido fonte de desafios significativos para a indústria, desde a sua elevada carga energética de produção até à sua propensão à corrosão.
A logística associada ao transporte do aço também tem sido um obstáculo, devido ao seu peso e baixa taxa de ocupação volumétrica dos meios de transporte disponíveis.
A iniciativa da start-up The Light Rebar Company visa precisamente resolver esses problemas através da introdução de um processo de produção proprietário, que promove a redução da pegada carbónica em toda a cadeia de valor.
Em fase de arranque industrial este ano, após um rigoroso processo de desenvolvimento e consolidação, o projeto representa um marco significativo na indústria da construção.

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS

Estima-se que a implementação destas inovações possa reduzir a pegada carbónica do transporte do produto até cinco vezes, graças à maximização dos meios de transporte e à redução do peso específico do material.
Além disso, a menor necessidade de betão de recobrimento e a possibilidade de utilização de águas salinas para o betão contribuem ainda mais para a redução dos impactos ambientais associados à produção e utilização do varão de construção.
Outro aspeto crucial a considerar é a longevidade e durabilidade do material produzido através deste processo inovador. Com uma estimativa de vida superior a 80 anos e menos ciclos de substituição/manutenção, o varão de construção fabricado de acordo com este método promete não só reduzir os custos operacionais a longo prazo, mas também minimizar o desperdício e os impactes ambientais relacionados com a substituição frequente de materiais.
Além dos benefícios ambientais diretos, a iniciativa também tem o potencial de impulsionar a industrialização em diferentes cenários geográficos, reduzindo os impactos de logística e transporte e promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos.
Com uma baixa condutividade térmica, alta resistência química e compatibilidade eletromagnética, o varão de construção produzido através deste processo proposto pela The Light Rebar Company representa não apenas uma solução mais sustentável, mas também uma contribuição significativa para a eficiência e qualidade das estruturas construídas em todo o mundo.



The Light Rebar Company

Empresa: **The Light Rebar Company**

Nome do projeto: **Descarbonização da indústria de construção**

Data de início: **02/05/2023**

Data de conclusão: **13/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **indústria da construção, indústria dos pré-fabricados de betão, gabinetes de engenharia, gabinetes de arquitetura, Portugal insular, países em desenvolvimento, países tropicais/ilhas**



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



NAVEGAR NO TEJO COM ENERGIA TOTALMENTE RENOVÁVEL

A Transtejo tem em curso um ambicioso programa de renovação da sua frota que permitirá reduzir o consumo energético e contribuir para uma melhor saúde do rio que banha Lisboa.



Assegurar o transporte diário entre as margens Sul e Norte do rio Tejo é a missão da Transtejo, que reserva para si a responsabilidade de responder às necessidades de mais de nove milhões de passageiros todos os anos. Porém, num mundo em transformação e em processo de adaptação às alterações climáticas, a empresa assumiu como sua a função de contribuir para o crescimento da mobilidade sustentável, a redução da pegada ambiental da operação e mitigar os impactos da atividade na biodiversidade local.

Mas esta não é uma tarefa fácil. Para levar estas ambições a bom porto, a Transtejo criou, em 2018, o que seriam as fundações para o seu plano de renovação da frota com um investimento de mais de 64,2 milhões de euros para a aquisição dos 10 novos navios. Trata-se de um conjunto de veículos com propulsão elétrica construídos num estaleiro das Astúrias, em Espanha, capazes de garantir carga elétrica suficiente para a operação diária.

E essa não é uma questão menor, já que a substituição de navios movidos a diesel permite eliminar o consumo anual de combustível em mais de 4,7 milhões de litros por ano. Isto é equivalente à emissão de 11.574 toneladas de CO_2.

9

milhões de passageiros servidos todos os anos nas ligações fluviais de Cacilhas, Montijo e Seixal

100%

menos emissões com a nova frota totalmente eletrificada

11.574

toneladas de CO_2 que resultavam da operação anual da antiga frota movida a gasóleo e que serão, agora, anuladas

VANTAGENS FINANCEIRAS E AMBIENTAIS

As mais-valias deste projeto de substituição da frota da Transtejo refletem-se na redução do custo da operação, com a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, bem como na diminuição da pegada carbónica dos transportes, proporcionando, ainda, ao passageiro, uma experiência mais confortável e silenciosa. Com os novos navios, a redução de emissões de CO_2 será de 100%, assegura a empresa.

As embarcações movidas a energia elétrica contam com um conjunto de baterias com capacidade de 1860 Kwh, ou seja, o equivalente a 1860 baterias de veículos ligeiros. A propulsão dos navios é baseada em acumuladores e motores elétricos, que são alimentados com um Sistema de Armazenamento de Energia formado por módulos de baterias marítimas e que permitem, em modo de serviço, uma velocidade de 16 nós e uma autonomia de 70 minutos em utilização contínua.



Os primeiros navios já foram entregues à Transtejo, estando prevista a chegada de mais quatro embarcações até ao final deste ano e das restantes três até ao fim de 2025. Já estão em Portugal o Cegonha-Branca, cuja viagem inaugural aconteceu a 28 de novembro de 2023, o Garça-Vermelha e o Flamingo-Rosa.
Em simultâneo, continuam os trabalhos de construção e instalação de estações de carregamento de energia nos vários terminais fluviais, que no final do projeto deverão incluir os terminais do Seixal, do Montijo, do Cais do Sodré e de Cacilhas. Ao longo deste ano, os trabalhadores continuam a participar em ações de formação para operação dos novos navios e das novas infraestruturas.
A Transtejo investiu 64,2 milhões de euros na construção de uma dezena de navios e mais 15,9 milhões de euros na aquisição dos nove conjuntos modelares de baterias que constituem o Sistema de Armazenamento de Energia. No total, o projeto terá um custo global de 96,6 milhões de euros, divididos entre os

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Empresa: **Transtejo – Transportes Tejo, S.A.**

Nome do projeto: **Plano de Renovação da Frota Transtejo**

Data de início: **29/01/2021**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **mais de 9 milhões de passageiros/ano nas ligações fluviais de Cacilhas, Montijo e Seixal**



navios e as respetivas baterias (80,1 milhões), as estações de carregamento (14,5 milhões) e outras despesas relacionadas (2 milhões).
A iniciativa com vista à descarbonização do transporte fluvial no rio Tejo conta com apoio de 73 milhões de euros do Fundo Ambiental e 18 milhões pelo Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. À Transtejo cabe o restante financiamento.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

3 Saúde de qualidade

7 Energias renováveis e acessíveis

9 Indústria, inovação e infraestruturas

11 Cidades e comunidades sustentáveis

13 Ação climática

14 Proteger a vida marinha

15 Proteger a vida terrestre

HÁBITOS ALIMENTARES CONSCIENTES IMPACTAM DESCARBONIZAÇÃO

Alimentação é um dos fatores que mais pode influenciar a redução ou aumento de emissões de gases com efeito de estufa. Conhecer a pegada de carbono das refeições já é possível e pode alterar comportamentos para impactar positivamente o planeta.

Com o planeta a dar sinais claros de que a consciência ambiental coletiva é um desígnio urgente, a Trivalor, holding cujas participadas são especialistas nas atividades de Business and Facility Services, atuando em 4 áreas de negócio, das quais se destaca o Food Service, criou um projeto ambicioso que pretende revolucionar a forma como se encara a alimentação. O TriFootFood visa integrar a sustentabilidade ambiental no centro de cada escolha alimentar que os indivíduos fazem no seu dia-a-dia.

Mais que uma iniciativa empresarial, é um compromisso perante a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) através da consciencialização e mudança dos comportamentos alimentares.

A meta definida pela Trivalor é clara: fornecer aos consumidores informações transparentes e detalhadas sobre a Pegada de Carbono das refeições prontas para consumo, permitindo-lhes tomar decisões mais sustentáveis e ambientalmente conscientes.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

Desde que foi criado, o projeto TriFootFood tem sido um exemplo de colaboração entre diferentes áreas, incluindo científica, tecnológica e comunicação. Com o apoio da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), a Trivalor validou a pegada de carbono de mais de 370 matérias-primas, utilizando uma abordagem científica rigorosa e consultando diversas fontes de informação.

Foi criada uma página específica no programa de gestão de ementas, onde está integrada a informação, para que seja incluída a pegada carbónica na gestão das refeições em teste. Neste sentido, realizaram-se dois testes piloto em clientes distintos, verificando-se que a opção mais responsável ao nível ambiental é em 96,4% o prato vegetariano e em 3,6% o prato de peixe. No total da ementa, a pegada de carbono varia entre 142 gramas de CO2 no prato vegetariano e as 10 292 gramas no prato de carne, sendo a média de 312g. Verificou-se, ainda, que o prato vegetariano apresenta, em média, menos 85% de pegada carbónica face ao prato de carne e menos 79% em relação ao prato de peixe.

30%
De redução de emissões prevista

2
Testes piloto realizados

370
Matérias-primas com pegada de carbono validada

MÉTRICAS DE IMPACTO

Para avaliar o impacto da disponibilização de informação sobre a pegada de carbono em cada prato, a empresa aplicou questionários antes e depois do piloto. No inquérito inicial, chegou-se à conclusão de que a maioria dos consumidores desconhecia a pegada de carbono causada pelos seus hábitos alimentares, não considerando que saber essa informação fosse influenciar as suas escolhas.





No entanto, quando questionados sobre se preferiam consumir refeições com baixa pegada carbónica se fossem a um restaurante, a maioria afirmou que sim. No que diz respeito ao interesse em aceder à informação relativa à pegada de carbono, a grande maioria dos consumidores respondeu que tinha interesse. Ao aplicar o questionário final, a empresa constatou que a maior parte dos inquiridos afirmou que a indicação sobre qual era o prato com menor pegada de carbono influenciou positivamente a sua escolha, tendo também sido confirmado que o projeto ajudou a clarificar os temas e a compreender que escolhas alimentares fazer para reduzir o impacto ambiental.

Além disso, o projeto não se limita à comunicação de dados, uma vez que a empresa está a investir na sensibilização e formação das suas equipas internas, capacitando-as para a criação de ementas mais sustentáveis e conscientes.

Embora ainda não seja possível quantificar totalmente o impacto da redução das emissões das ementas, a Trivalor estima uma redução esperada na ordem dos 30%, impulsionada pela sensibilização contínua do seu universo de 5000 clientes das participadas Gertal, Itau, Serdial, Sinal Mais e Sogenave, e dos seus consumidores finais, que só no ano de 2023, contribuíram para mais de 70 milhões de refeições produzidas.

TRIVALOR

Empresa: **Trivalor SGPS, SA**

Nome do projeto: **TriFootFood**

Data de início: **01/01/2023**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **Consumidores, clientes, colaboradores e cadeia de abastecimento da empresa**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática



GettyImages



CIRCULARIDADE EXIGE (RE)PENSAR PAPEL DAS EMPRESAS NO MUNDO

Peças fundamentais no xadrez da economia circular, as empresas têm feito progressos, mas ainda há um longo caminho a percorrer. A circularidade exige repensar modelos económicos, uma decisão que, por vezes, pode partir de uma simples (mas não necessariamente fácil) escolha moral.

Diana do Mar

«Sem planeta não há negócios." Este seria o argumento de fundo que Elizabeth Soubelet puxaria se desafiada a persuadir uma grande empresa a aderir à economia circular ou, por outras palavras, a incorporar na atividade os seus princípios-chave como redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e de energia. Mas, como a própria empresária reconhece, muito provavelmente seria pouco convincente, por ser algo "demasiado distante" que "não faz sentido para alguém preocupado com os resultados trimestrais". A solução? "Apelar ao básico, ao senso de responsabilidade, ou seja, a uma escolha quase moral de que é a coisa certa a fazer", diz a empresária que fundou, em 2014, com o marido, a Ma Bonne Etoile, uma das primeiras em França a obter o certificado B Corp, um "selo" atribuído a empresas que cumprem elevados padrões de desempenho social e ambiental, transparência e responsabilidade pela organização sem fins lucrativos B Lab.

Para a diretora executiva da Plataforma para Acelerar a Economia Circular (PACE, na sigla em inglês), Ramona Liberoff, antes de tentar convencer uma empresa afigura-se "importante analisar se pode trabalhar com outras e em parceria com o setor público para impulsionar uma mudança". "Diferentes empresas têm diferentes capacidades de influenciar a sua própria cadeia de valor, seja pela escala ou pela especialização", sinaliza, reconhecendo, no entanto, que "a circularidade exige repensar o papel das empresas no mundo, sendo a relação com a alocação e utilização de recursos um movimento altamente estratégico, altamente colaborativo e de longo prazo".

EXEMPLOS DE MUDANÇA

Para Elizabeth Soubelet querer deve significar poder. E prova disso – aponta – é o caso da Laboratoires Expanscience, dona da Mustela, marca descrita como líder europeia para cuidados de bebés e crianças, que anunciou recentemente que vai deixar de produzir toalhitas para bebés em 2027 (atualmente a aposta recai numa gama compostável) com o propósito de "ser mais respeitadora do ambiente". "É um bestseller, mas representa um enorme desperdício, portanto, é uma decisão e tanto", realça. "Definitivamente há empresas que estão a ir na direção correta", avalia a empresária natural dos Estados Unidos, pegando noutro exemplo, também em França, onde está radicada: "A Danone foi alvo de vários processos judiciais, nos últimos anos, designadamente pelo uso excessivo de plástico. Contudo, se olharmos para os dados da Fundação Ellen MacArthur, eles são 400% melhores do que os seus pares em reutilização. E se têm cerca de 4% de embalagens plásticas reutilizáveis quer dizer que os outros têm 1%. A verdade é que a Danone tem trabalhado no topo da pirâmide da economia circular – a redução de resíduos – e vindo a fazer realmente um grande esforço onde ninguém mais fez."

Em termos gerais, Ramona Liberoff diz que "existem empresas líderes na maioria dos setores" no que toca à adoção da economia circular, mas nota que "muitas vezes são empresas ou independentes do mercado financeiro ou que têm um balanço extremamente forte".

Para ilustrar o primeiro caso, a especialista refere o grupo Ingka – o maior franchisado da Ikea, com 90% das vendas em todo o mundo – e para o segundo menciona a Apple, dois "gigantes" que, como deixa claro, fazem parte do "board" da PACE. A marca sueca de mobiliário tem em marcha um plano para chegar a 2030 com produtos feitos apenas de materiais reciclados e renováveis, enquanto a marca norte-americana da maçã acabou de lançar o seu primeiro produto (um MacBook Air) fabricado com 50% de materiais reciclados. Mas há outros exemplos mundo fora. A alemã Continental publicita estar a "reinventar a roda com sustentabilidade", com a aposta no uso de materiais renováveis, reciclados e certificados no fabrico de pneus, tais como resinas provenientes de resíduos das indústrias do papel e da madeira, silicato proveniente das cinzas das cascas de arroz ou garrafas PET recicladas. O UltraContact NXT, o pneu mais sustentável da marca até à data, tem "uma quota de até 65% de materiais renováveis, reciclados e certificados pelo método de balanço de massa". Já a espanhola Inditex chama a si, como afirmou o CEO, Óscar García Maceiras, a missão de "liderar a transformação no setor têxtil". E, nessa linha, a maior retalhista de vestuário do mundo tem andado às compras a pensar no objetivo que traçou de utilizar 25% das chamadas fibras da "nova geração" até 2030. Em outubro, a proprietária da Inditex, grupo que inclui marcas como Zara, Bershka, Stradivarius ou Massimo Dutti, fechou um acordo com a Ambercycle para a compra, por mais de 70 milhões de euros, de um tipo de poliéster reciclado feito a partir de resíduos têxteis que a startup norte-americana patenteou. Um investimento de uma série de outros, como o de 100 milhões, também por um período de três anos, que anunciou, em 2022, na aquisição de 30% da fibra reciclada produzida pela Infinited Fiber. O grupo galego viria, porém, a ir além desse compromisso, tornando-se mesmo num dos principais investidores após uma ronda de financiamento em que a firma finlandesa levantou 40 milhões de euros. A tecnologia para transformar materiais ricos em celulose, como vestuário usado, numa nova fibra semelhante ao algodão passível de ser reciclada através do mesmo processo foi, de resto, cobiçada por outros gigantes da indústria da moda. Tanto que, após esta ronda, terminada em março, a Infinited Fiber passou a ter como principais acionistas, além da Inditex, a TTY Management – detida por Tadashi Yanai, presidente e CEO da japonesa Fast Retailing, dona da Uniqlo – e a sueca H&M.

A pensar em dar corpo a uma economia circular forjam-se também parcerias quase improváveis. Foi o caso da norte-americana Timberland, que se aliou com a compatriota Omni United para criar os primeiros pneus concebidos propositadamente para serem reciclados para solas de calçado uma vez terminada a sua vida útil na estrada.

Ramona Liberoff assinala que as startups emergem também como interessantes pontas de lança no campo da circularidade "vendo recursos onde outros não veem". E pega na recente campanha da PACE – denominada "Além do grão" – em que estiveram em destaque os múltiplos usos que podem servir os 75% da planta do cacau que não são utilizados no fabrico de chocolate. "Empresas inovadoras transformaram subprodutos agrícolas em energia ou em produtos de valor acrescentado", aponta.

Ainda assim, em termos globais, a especialista considera que o maior impacto do ponto de vista transformacional tem outra origem: "Os exemplos mais relevantes e inovadores são frequentemente aqueles que têm lugar a nível setorial, como é o caso da iniciativa dos carros circulares do Fórum Económico Mundial, que olha para todos os níveis" da ambicionada transição na indústria automóvel.

Apesar de a PACE não se debruçar sobre os plásticos, por se tratar de "uma área em que muito deveria ser eliminado e/ou regulado em vez de apenas reciclado", a diretora executiva da organização assinala que "há uma série de alternativas ao plástico de uso único disponíveis, mas para que sejam norma afigura-se necessário um impulso regulatório muito mais forte e regras muito mais apertadas em torno do plástico em geral que afastem o desperdício".



Getty Images

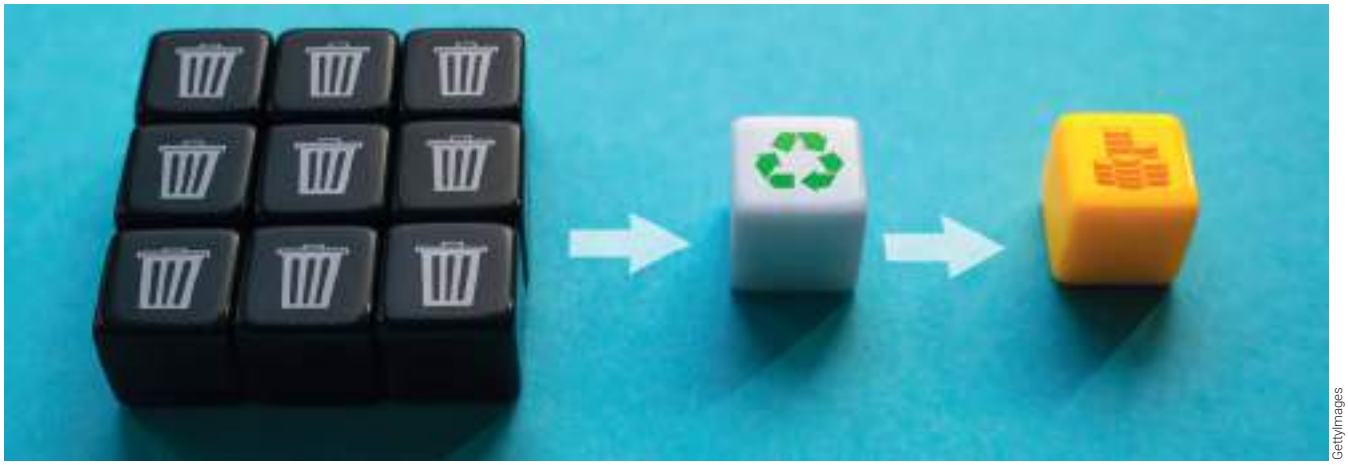
DAR COM UMA MÃO E TIRAR COM OUTRA

Elizabeth Soubelet é particularmente sensível aos plásticos e mais ainda quando é passível de mexer com a justiça social. "Temos empresas como a Unilever [dona de marcas como a Dove] que inundam o Sudeste Asiático com 'sachets', em que vendem tudo em pequenos pacotes sem valor nenhum para reciclar. Entre os mais variados problemas de lixo que lá têm esse é, sem dúvida, o pior. É um pesadelo", lamenta, criticando os que alegam que "servem quem não tem recursos para comprar mais de 50 mililitros de champô por semana". "Além de todos sabermos que acaba por ficar mais caro, a pergunta que se impõe é: Como é que faziam antes? O argumento é muito triste e leva-nos à questão da justiça social, porque as comunidades com rendimentos mais baixos acabam por ser desproporcionalmente mais afetadas pela crise do lixo e, depois, ainda são responsabilizadas por isso", lamenta. A empresária critica também o que diz ser toda uma indústria criada em torno da recolha de plástico em praias no Sudeste Asiático, publicitada como "salva do oceano". "Há uma empresa norte-americana, a Grove Collaborative, que diz ser 'neutra em plástico', mas não se compensa o lixo que se faz na América com o que se paga para apanhar na Tailândia. É uma distração da importante mensagem de que precisamos de reduzir resíduos e não de tentar reciclá-los ou compensá-los. Realmente, o que precisamos é de parar", sustenta a proprietária da Ma Bonne Etoile, cujo produto de estreia foi o "Squiz", uma bolsa reutilizável para alimentos em alternativa à prática do "usa e deita fora" que pode ser utilizada até 50 vezes, disponível nas maiores cadeias de produtos orgânicos em França, mas também em mercados como Alemanha, Países Baixos, Bélgica, Suíça e até um pouco em Espanha ou Portugal, que se encontra em fase de "teste" nos Estados Unidos.

> **As práticas circulares são complexas, os materiais reciclados podem ser difíceis de obter de uma forma consistente e, normalmente, são mais dispendiosos.**
>
> **Diretora executiva da Plataforma para Acelerar a Economia Circular (PACE), Ramona Liberoff**

MUDAR O SISTEMA

Mas quais são os principais obstáculos que as empresas se deparam na hora de aderir à economia circular? "O facto de o conceito ir, na verdade, contra a forma como o mundo está concebido: para cadeias de abastecimento lineares, altamente otimizadas e eficientes que assumem que os produtores são os únicos responsáveis pelos produtos até serem vendidos", responde Ramona Liberoff, apontando que "as práticas circulares são complexas, os materiais reciclados podem ser difíceis de obter de uma forma consistente e, normalmente, são mais dispendiosos". Além disso – complementa –, "encomendar 'apenas



Gettyimages

o suficiente' é regra geral mais caro do que encomendar 'demasiado', particularmente em setores em rápida evolução como a moda". Neste sentido, a diretora executiva da PACE defende "um sistema económico que premeie a eficiência dos recursos e de políticas públicas que não lidem simplesmente com a poluição no final da vida de um produto, mas antes que a incentivem em cada fase".

Mas que tipo de políticas públicas podem ser postas em marcha para impulsionar o interesse das empresas? "Existem tanto 'cenouras' como 'paus' que podem ser eficazes. As empresas querem condições de concorrência equitativas e políticas consistentes que não se alterem cada vez que muda um governo", resume Ramona Liberoff, apontando que certas medidas que promovem a circularidade – como sejam a imposição de elevadas taxas para deposição em aterro ou mesmo a proibição de o fazer no caso de materiais de construção, por exemplo – e ao nível da responsabilidade alargada do produtor ou dos direitos de reparação têm sido eficazes. Não obstante, "realmente precisamos de maior investimento em infraestruturas partilhadas para a recolha e até rastreio, o que começa a acontecer em alguns casos, como nas baterias dos carros elétricos", reforça.

Para Elizabeth Soubelet, é essencial também que as empresas sejam coerentes com os princípios pelos quais supostamente se regem: "Quando criei o meu negócio pensei: 'Como posso oferecer um produto dito ecológico se é feito em condições sociais inaceitáveis e percorre 10 mil quilómetros? Pareceu-me triste. Por isso, somos provavelmente a única empresa que fabrica este tipo de produto na Europa – e não na China."

MUNDO MENOS CIRCULAR APESAR DA "MODA"

Considerando que "infelizmente hoje estamos a produzir mais plástico do que alguma vez produzimos e a deitar fora mais do que alguma vez deitamos", a empresária entende que "objetivamente podemos dizer que a economia circular – tal como a definimos hoje em dia – está a falhar". Essa opinião encontra sustento, aliás, nos resultados do "Circularity Gap Report" que demonstram que a taxa de circularidade global está em declínio. À luz do relatório do ano passado, a economia global era apenas 7,2% circular – contra 9,1% face a 2018, quando a Circular Economy fez esse cálculo pela primeira vez –, o que significa que do marco histórico de 100 mil milhões de toneladas de recursos virgens extraídos de todo o planeta (casa de 8 mil milhões de pessoas), apenas 7,2% conseguiram reentrar no circuito económico sob a forma de materiais reciclados, com a agravante de o consumo continuar a aumentar, a ponto de ter atingido mais de 500 mil milhões de toneladas em seis anos, o que corresponde a 28% de todos os materiais que a humanidade consumiu desde 1900. Isto tudo num cenário em que a economia circular até está mais na moda do que nunca, já que alcançou o "estatuto de megatendência", atendendo a que, no intervalo de cinco anos, o volume de discussões, debates e artigos sobre o tema quase triplicou, segundo o mesmo relatório.

> **Quando criei o meu negócio pensei: 'Como posso oferecer um produto dito ecológico se é feito em condições sociais inaceitáveis e percorre 10 mil quilómetros?**
>
> **Elizabeth Soubelet, empresária**

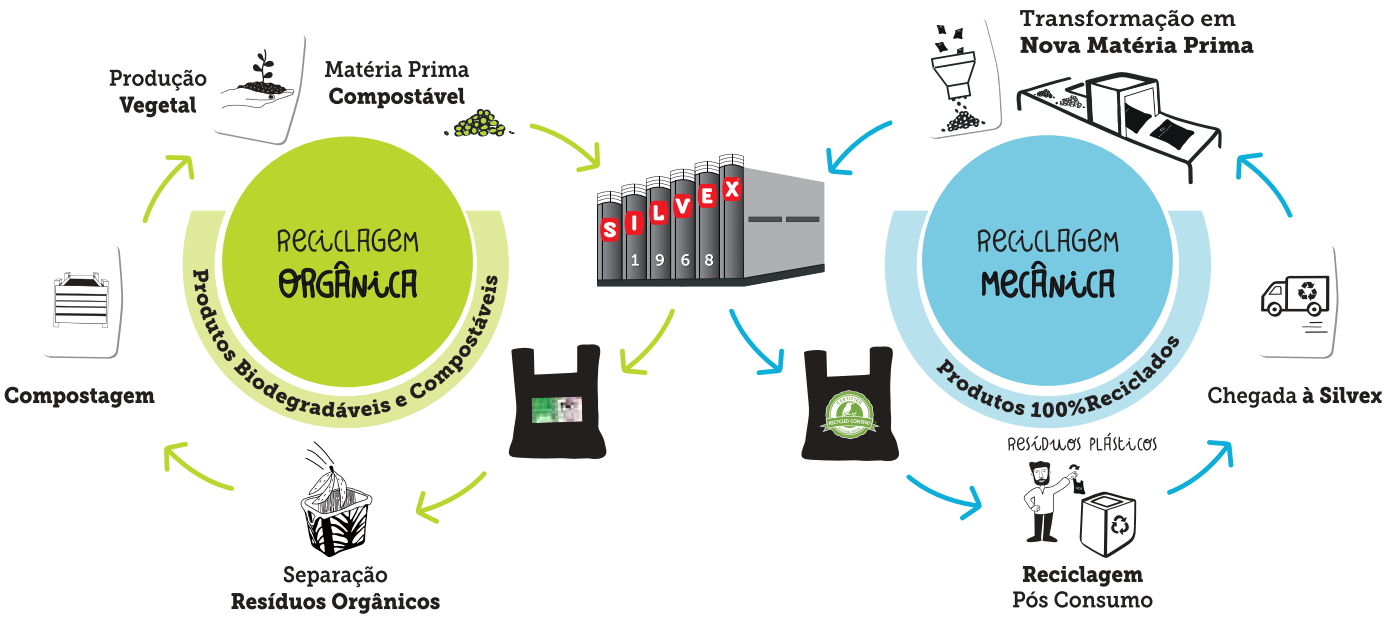
Para Elizabeth Soubelet, a "chave" talvez esteja em mexer na definição de economia circular: "É minha crença honesta que seria mais produtivo porque não se adequa ao propósito hoje. O conceito original foi criado por um arquiteto suíço nos anos 1970 [Walter Stahel] em reação à cultura de desperdício do pós-guerra. De uma forma muito ponderada ele pensou que poderíamos tentar aplicar princípios da natureza. Só que uma banana precisa da casca, mas o café não tem necessidade de uma chávena descartável. Precisamos é de uma economia menos perdulária – esse é realmente o objetivo –, mas passamos a vida a falar em círculos, de reciclagem, de compostagem, de reutilização e, às tantas, ninguém entende as diferenças. O que temos de fazer é usar menos recursos – é simples."

SILVEX®

SEMPRE A INVENTAR

Uma vida mais FÁCIL

ECONOMIA CIRCULAR NA SILVEX!



Conheça todos os projetos de Economia Circular da Silvex em www.silvex.pt.
Onde o fim dos resíduos orgânicos é só o início.

www.silvex.pt



D.R.

MATTHEW FRASER

“A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL TEM UM LONGO HISTORIAL DE NÃO SER BEM-SUCEDIDA”

Todos os anos, a Circle Economy Foundation publica o “Circularity Gap Report”, o mais importante relatório global sobre economia circular. Matthew Fraser, diretor da fundação, sublinha que 2024 marca o início de uma mudança de estratégia: passar da teoria à prática. Tiago Sousa

Com a taxa global de circularidade a sofrer um novo revés em 2023, importa perceber o que está na origem da dificuldade crescente em trazer a economia para as questões ambientais. Matthew Fraser, diretor da Circle Economy Foundation, aponta para os desafios que o atual modelo económico, baseado num consumo vertiginoso, levanta e traça as principais diferenças geográficas e respetivos esforços legislativos na construção de uma economia mais sustentável e circular.

Em 2023, novamente, a taxa de circularidade a nível mundial voltou a cair. Como se explica esta descida?
Tem muito a ver com a forma como a economia funciona. Do lado da produção, extraímos e transformamos matérias-primas em materiais úteis. Depois, há duas coisas que acontecem: ou esses materiais são mantidos em stock, ou seja, são transformados em estradas, edifícios ou mesmo automóveis que podem durar vários anos, ou são consumidos e transformados novamente em resíduos. Normalmente, o rácio entre a entrada e a saída é de cerca de um para cinco. Ou seja, de cada cinco produtos apenas se consegue produzir um. E, desse total, apenas uma pequena fração pode ser reutilizada. Esta é a matemática básica. E o que tem acontecido nos últimos cinco anos é que a quantidade de material que entra é muito maior. Nos últimos cinco anos, consumimos a mesma quantidade de materiais que, grosso modo, consumimos durante todo o século XX. E temos também toda a quantidade de material que sai e ainda não está a ser reciclada a um volume elevado. A taxa de reciclagem global é de cerca de 30%. E, ao mesmo tempo, estão a ser acrescentadas mais coisas como stock. A China e os países em desenvolvimento estão a adicionar muito mais do seu consumo de materiais a bens duradouros e esta interação significa basicamente uma diminuição lenta da taxa de circularidade.

Fala da China e de países em desenvolvimento. Quais são as grandes diferenças geográficas quando falamos de circularidade?
Penso que, em geral, os princípios da economia circular podem ser aplicados ao longo daquilo a que chamamos o ciclo de vida dos materiais. Assim, antes mesmo de um material existir, é possível conceber algo para ser circular. E depois, claro, fabricamo-lo. Existem estratégias para manter esse objeto em utilização durante o máximo de tempo possível. E, claro, no fim da vida, a reciclagem, a reparação. E todos os países podem aplicar todas estas estratégias, mas quando olhamos para o tipo de curva de desenvolvimento comum que se verifica, temos países, países de baixo rendimento que não têm muitas reservas de materiais nas suas economias. Há países com rendimentos elevados, como a Europa ou os Estados Unidos, que já têm muitas das suas estradas, muitas das suas cidades já estão construídas. E a natureza do consumo nesses países está normalmente mais virada para os bens de consumo. Portanto, temos estilos de vida de elevado consumo, mas os stocks já estão construídos. E há países de rendimento

Nos últimos cinco anos, consumimos a mesma quantidade de materiais que, grosso modo, consumimos durante todo o século XX.

médio que estão a passar por essa transição. Por isso, o que tentamos dizer no relatório é que, nos países de baixo rendimento, é realmente importante tomar medidas para incluir os princípios da economia circular na legislação, em coisas como códigos de construção ou até mesmo em subsídios, ou estruturas fiscais que incentivem a utilização inteligente. Nos países com rendimentos elevados, procuramos formas de reduzir o nível de consumo, o consumo pessoal, de modo a respeitar os limites ambientais. E há diferentes formas de o fazer, diferentes tipos de abordagens em que cada país poderia assumir uma liderança mais dominante.

E têm sido feitos progressos na legislação?
Eu acho que não. Penso que a legislação ambiental tem um longo historial de não ser bem-sucedida. E o progresso é muito lento. No entanto, penso que o benefício que a economia circular traz - isso também se relaciona com a sua pergunta anterior sobre países de baixo rendimento ou países diferentes - tem muito a ver com o aspeto económico, pois se olharmos para o que a economia circular está realmente a tentar fazer, trata-se de maximizar o valor dos materiais e produtos que já existem. Por isso, quando pensamos em reparar um iPhone, grande parte da complexidade desse produto já foi feita. Ou seja, seria uma pena perder esse valor simplesmente eliminando-o. E se olharmos para o efeito que isso poderia ter a nível macroeconómico, poderia ser bastante grande, especialmente quando pensamos aqui na Europa, por exemplo, em alguns bairros que estão a ser demolidos ou reaproveitados e esses materiais já lá estão. Assim, quanto mais se conseguir manter esse valor, maior será a poupança de custos.

Onde é mais difícil aplicar mudanças?
Penso que se revelou mais difícil nos países com rendimentos elevados, porque o desafio está realmente centrado na redução do consumo. Mesmo que as coisas se tornem mais eficientes, por exemplo, há 20 anos, tínhamos lâmpadas muito pouco eficientes, agora todos nós temos LED. É uma ordem de grandeza mais eficiente, mas consumimos mais. E há um comportamento complicado chamado paradoxo de Jevons, ou seja, quanto mais eficientes as coisas se tornam, mais as usamos. Por isso, penso que é aí que reside o desafio. E, em muitos aspetos, é relativamente fácil pôr em prática os princípios da economia circular na legislação, como na conceção de novos edifícios ou estradas, por exemplo.

Para lá do impacto ambiental, a circularidade da economia contribui para o crescimento dos países?
Adoraria ter algumas estatísticas sobre a importância económica da economia circular. Penso que, historicamente, esta tem surgido do movimento da eficiência, mais ou menos no âmbito da vertente ambiental mais ampla de coisas como a eficiência dos recursos, do "cradle to cradle" (berço ao berço). A ideia surgiu efetivamente do lado da sustentabilidade e do ambiente. Penso que a outra dimensão que a economia circular traz é a dos modelos de negócio. Assim, as empresas podem pensar de maneira diferente sobre a forma como gerem os seus negócios, aceitam esquemas ou modelos de serviços. Penso que há um bom número de exemplos bem-sucedidos que podem ser apontados, em que as empresas talvez não tenham transformado toda a sua empresa, mas fizeram definitivamente muitas melhorias desse ponto de vista. Mas sim, em suma, ainda não é vista como uma estratégia económica.

O vosso trabalho concentra-se mais nas empresas e organizações, ou procuram influenciar mais o lado político da questão?
Isso relaciona-se um pouco com a história de quando começámos e estávamos realmente a tentar medir a circularidade e inspirar as pessoas. Sim, a circularidade é baixa, mas há alguns exemplos inspiradores de como as empresas podem implementar algumas políticas, etc., mas o que vimos com este último relatório é que a tendência está a diminuir. Portanto, como é que criamos a mudança? De um ponto de vista de pensamento sistémico, é necessário analisar as regras do jogo. Como são os incentivos? Como é que os regulamentos são estabelecidos? E foi esse o tema do relatório deste ano. Como é que podemos começar a mexer nas alavancas certas para produzir resultados mais circulares? E analisámos uma variedade de ferramentas políticas e de trabalho político.

E também por isso é que referem que querem passar da "teoria para a prática" em 2024?
Sim, é isso. Nós fazemos uma variedade de coisas. Trabalhamos diretamente com empresas. Temos uma pequena divisão de consultoria. Continuamos a fazer muita investigação, especialmente em diferentes cadeias de valor ou grupos de materiais, mas também relatórios de lacunas de circularidade e tudo o que tem a ver com a medição em torno da circularidade e penso que estas três coisas continuam a incomodar as pessoas certas.

A economia circular sai afetada por este contexto que vivemos de policrises?
Sim, voltando à ideia de que os princípios da economia circular têm a ver com a maximização do valor, especialmente quando pensamos nos riscos geopolíticos emergentes da cadeia de abastecimento e quando passamos para uma tendência energética na transição energética, temos certos materiais que são valiosos para as nossas regiões. Penso que a economia circular também pode dizer algo sobre isso. E penso que, em termos gerais, os princípios da eficiência dos recursos são úteis para o crescimento económico. É aí que se encontra uma grande parte da inovação, pelo que penso que existe um argumento em torno da competitividade. Mas sim, em última análise, também vejo que a tendência continua a ir na direção errada, pelo que, tal como o risco em tempos de dificuldades económicas, voltamos às coisas básicas e penso que a economia circular é vista como


D.R.

Matthew Fraser, diretor da Circle Economy Foundation

uma coisa boa de se ter, mas ainda não está no centro de muitas políticas. A Europa é um exemplo um pouco peculiar.

Um exemplo peculiar?
Bem, no sentido em que a Europa tem uma política de economia circular bastante arrojada, o plano de ação para a economia circular é uma parte importante do Green New Deal.

E que maus exemplos há?
Em muitos sítios, infelizmente, no Sul global, não existe qualquer regulamentação sobre a forma de tratar os materiais ou os resíduos. Muitos materiais continuam a ser despejados ilegalmente ou, certamente, em termos de baixo valor. Não vejo as coisas em termos de quem está a ir bem ou mal, mas sim como uma visão sistémica da forma como gerimos um fluxo global de materiais. Existem pontos fracos nessa estrutura de gestão e cada país tem o seu próprio papel, certo? Por exemplo, na Europa, exportamos uma grande quantidade de resíduos de valor muito baixo para países que os compram. E a culpa não é deles, mas faz parte de uma fraqueza sistémica do sistema.

O que está por trás dessa distância do Sul global?
Digo que as políticas são mais fracas no Sul global porque, em muitos aspetos, nem existem. No Norte global, temos políticas bastante ativas e progressivas em matéria de gestão de resíduos. E o passo para avançar para uma espécie de gestão circular de materiais não é assim tão grande, mas fazê-lo num local onde não existe qualquer legislação é difícil. Mas acho que também é preciso ter em conta os fluxos comerciais globais. É por isso que digo que o mundo rico exporta muitos resíduos para países de baixo rendimento, porque consideram economicamente vantajoso processá-los, mas muitos resíduos são produzidos nesses países.

E, nessas regiões, a vossa ação concentra-se mais nas organizações ou nos governos?
Se olharmos para os últimos 10 anos, houve bastantes bons exemplos de negócios. Houve empresas inovadoras que tentaram realmente algo de novo. Mas penso que também estamos a assistir a um momento em que, se as regras económicas gerais não mudarem, não haverá uma adoção em massa deste tipo de práticas. Penso que, mesmo no Sul global, podemos ver empresas fantásticas a fazer coisas interessantes em matéria de eficiência e reutilização de materiais. Mas, com o passar do tempo, se não forem apoiadas por incentivos ou regulamentos de outras empresas, pergunto-me também se isso vai ganhar escala. Será que isso vai permitir o tipo de transformação alargada de que necessitamos?

Que bons exemplos de empresas há?
Penso que há muitas. Há empresas fantásticas que abordam toda a ideia da economia circular de frente, como a Ikea, que é uma delas, e é obviamente uma jornada de longo prazo para ver resultados substanciais, mas penso que têm uma missão muito forte. Existem também atos legislativos como o direito à reparação, que é bastante ousado. No relatório, chegámos a afirmar que, ao longo de 15 anos, serão poupados 175 milhões de euros e 18 milhões de toneladas de CO2. E isso é bastante considerável, por isso há muitas coisas no relatório que destacamos.

Querem dobrar a circularidade da economia global até 2032. Com os números a cair, esse objetivo tornou-se demasiado ambicioso?
Penso que se trata de um objetivo extremamente ambicioso. Por isso, uma das coisas que fazemos no nosso relatório não é apenas medir o estado de circularidade, ou seja, 7,2%, mas também executar modelos que analisam se utilizamos os materiais de forma diferente de acordo com estes princípios. Quais são as ações que teriam mais impacto e a que tipo de impacto conduziriam? E o que constatamos é que, através de uma redução do consumo, de uma utilização alargada e da utilização cíclica, poderíamos atingir uma taxa global de cerca de 17% de circularidade e cerca de 30% de redução total do consumo. Isto dá-nos uma ideia de onde poderíamos estar. E também abordamos muitos dos impactos para os quais isso criaria benefícios, sendo um deles as alterações climáticas. Se conseguíssemos chegar a esse estado, as temperaturas globais baixariam ou manter-se-iam em cerca de dois graus, de acordo com o último cenário do IPCC.

E faz sentido almejar uma taxa de circularidade de 100%?
Essa é uma boa pergunta. Penso que cerca de 15%, 16% de economia circular é, de facto, uma boa ambição, no sentido em que esse número surge como consequência de uma reciclagem global extremamente elevada que atualmente é de cerca de 30%. Se conseguíssemos aumentar esse valor para cerca de 90%, que é onde estão atualmente as melhores nações. Bem, se conseguíssemos captar essa quantidade de materiais e se reduzíssemos o consumo em cerca de 30%, isso conduziria a esse número. Mas 100% não faz sentido, no âmbito em que estaríamos a consumir tudo o que desperdiçamos ou reciclamos. Penso que a dura realidade é que precisaremos sempre de uma parte de materiais virgens, por exemplo, se fizermos betão, não podemos fazê-lo apenas com material reciclado, temos de fazer algum material novo ou mesmo roupas, por exemplo.

CIRCULARIDADE: ESTADO PODE DAR O SINAL NECESSÁRIO PARA TIRAR PORTUGAL DA CAUDA DA EUROPA

Números em Portugal têm subido nos últimos anos, mas o país mantém-se na cauda da Europa em matéria de sustentabilidade e circularidade da economia. Especialistas defendem que Estado e políticas públicas podem ser o impulso que falta ao país para descolar do fundo da tabela. Tiago Sousa



GettyImages

A falta de sensibilização, insuficiência do lado da oferta, dificuldade em reintroduzir materiais usados na economia e falta de vontade política justificam a permanente presença de Portugal entre os que registam menor taxa de circularidade na União Europeia (UE). Especialistas defendem que decisores políticos têm capacidade para dar o sinal necessário para estimular o tecido empresarial português a seguir uma rota mais sustentável, mas a questão tem sido secundarizada.

Os dados do Eurostat em relação à circularidade no Velho Continente posicionam Portugal como o quarto país com o pior desempenho da UE, com uma taxa de circularidade de 2,6% em 2022. Significa isto que apenas 2,6% dos materiais utilizados na economia são reciclados ou reutilizados, inserindo-se novamente no ciclo produtivo em vez de serem descartados como resíduos.

A tendência é de uma subida muito gradual, tendo mesmo, em 2022, o valor estagnado em comparação com 2021 e reflete a dificuldade de Portugal em pôr-se a par com os registos dos parceiros europeus em matéria de sustentabilidade. A média europeia está no 11,5% e atrás dos portugueses estão apenas, por pouco, Finlândia (0,6%), Roménia (1,4%) e Irlanda (1,6%).

O segundo plano nacional de ação para a economia circular está perto de ser publicado, a sensibilização para o tema é cada vez maior e são cada vez mais consensuais os benefícios económicos a médio e longo prazo destas medidas, mas Portugal parece ter muitas dificuldades em descolar do fundo da tabela. O que está, afinal, a falhar?

FALTA DE COLABORAÇÃO É OBSTÁCULO

As especificidades da economia portuguesa justificam parte destes números, explica Marta Frazão, presidente da Circle Economy Portugal. O país tem uma grande dependência de matérias-primas importadas do exterior aliada a uma grande dificuldade de as reintroduzir na economia depois de utilizadas.

Além disso, aponta a líder da organização, falta, muitas vezes do lado dos produtores, uma maior transparência dos produtores relativamente aos resíduos gerados do lado da produção. "Temos o problema da alta taxa de descarte que tem muito a ver com a falta, por exemplo, de transparência e de comunicação entre empresas e produtoras. Para fazermos o que chamamos de simbioses industriais é preciso partilhar informação, é preciso partilhar aquilo que estamos a fazer, os problemas que temos, os resíduos que geramos e muitas vezes isso não é superfácil de partilhar e de comunicar", lamenta.

A falta de comunicação e de colaboração é também apontada por Susana Fonseca, vice-presidente da ZERO, como uma característica que afeta o desenvolvimento da circularidade em Portugal. Lembra a dificuldade, em Portugal, de fazer avançar modelos baseados na indispensável partilha de recursos e infraestruturas entre as empresas. "A economia circular implica que as empresas trabalhem muito mais em conjunto entre si, aproveitem muito mais recursos umas das outras, partilhem infraestruturas (...), as empresas não têm essa cultura, ainda por cima estamos a falar de empresas do mesmo ramo, competidoras que continuam 'orgulhosamente sós' a fazer o seu trabalho", defende.

A cultura portuguesa para as questões ambientais resulta da falta de sensibilização na sociedade portuguesa para as questões da sustentabilidade, concordam as especialistas. Isto leva quer a resistência na adoção de medidas de economia circular do lado das empresas, quer a uma secundarização do assunto nas prioridades dos decisores políticos.

Marta Frazão atribui à "falta de conhecimento para se mudar os processos produtivos e os modelos de negócio das empresas" parte das responsabilidades pela má posição de Portugal no ranking europeu.

Susana Fonseca acredita que, na maioria dos casos, não se pode apontar o dedo às empresas porque elas "estão a trabalhar com base num sistema que está a funcionar e ao qual respondemos de forma positiva" e que é baseado em princípios contrários aos da circularidade. "Não podemos ficar à espera, pensar 'eles são os maus e têm de mudar'", argumenta.

"As pessoas são cada vez mais conscientes, preocupadas com os temas ambientais, mas o facto é que, às vezes, o relato que recebemos de algumas empresas que até investem em linhas, por exemplo, de produtos mais ecológicos é que a procura é baixa", explica.

Ainda assim, Susana lembra o setor "extremamente reativo" da agricultura em Portugal como um exemplo de resistência do tecido empresarial às medidas ambientais. São, relembra, "um dos setores mais expostos às alterações climáticas" e, portanto, "deveria ser o primeiro setor a compreender que as coisas não podem continuar como até agora", mas isso não acontece.

"É um setor que é extremamente reativo a algumas medidas ambientais que são fundamentais, por exemplo, para manter a qualidade do solo, como é a redução do uso de pesticidas", relembra.

Para inverter tendências culturais é preciso sensibilizar para o tema e educar para a sustentabilidade. Tendo isso em mente, o novo Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC) para 2023-2027 (que esteve em consulta pública no final de 2023 e aguarda agora a publicação da versão final) prevê o reforço de uma educação virada para a sustentabilidade que pode ajudar a colmatar a falta de adesão da sociedade às questões ambientalistas apontada pelas investigadoras.

AÇÃO DO ESTADO É IMPULSO QUE FALTA

Não só da educação ou da vontade das empresas se faz a mudança e, no mercado, o Estado é um peão que deve dar mais incentivos do que até agora, concordam Marta Frazão e Susana Fonseca.

A vice-presidente da ZERO acredita que falta um incentivo político que não está a surgir. A sustentabilidade parece cair cada vez mais na lista de prioridades da agenda política, um reflexo de uma sociedade que não está a ser suficientemente exigente com os decisores.

"Os políticos espelham a sociedade de onde vêm, ao fim e ao cabo, porque eles estão altamente dependentes de resultados eleitorais, ciclos curtos, e, portanto, eles espelham aquilo que está na sociedade. Se nós tivermos uma sociedade mais ativa, mais exigente, que, digamos assim, levanta a voz a dizer o que quer, os políticos ouvirão mais, só que não é isso que acontece."

A líder da Circle Economy Portugal lembra o papel de grande comprador que o Estado exerce no mercado e que pode estar aí um caminho que estimule o mercado a produzir cada vez mais em moldes sustentáveis. Lembra o existente critério ambiental para a decisão de compras públicas (as "Compras Públicas Ecológicas") como exemplo de políticas públicas amigas do ambiente, mas defende que este não está a ser suficiente. Este critério torna-se difícil de aplicar em grande parte dos casos por falta de produtos sustentáveis no mercado para responder à procura e também porque continua a predominar, defende, o "critério do preço em



GettyImages

detrimento dos outros critérios, nomeadamente o ambiental".
Para contrariar a falta de oferta, argumenta Marta Frazão, o Estado deve deixar de ter, nesta fase, o critério financeiro como topo das prioridades e passar a dar um sinal ao mercado, como "enorme comprador", de que privilegia a sustentabilidade, fomentando assim a produção do que hoje falta.
"Não estou a dizer que o critério ambiental tem de ser sempre o prevalente, mas tem de estar taco a taco com o critério do preço, e depois da qualidade, obviamente, do produto e etc. Eu acho que daria um ótimo sinal ao mercado de que há interesse e há comprador até a bastante médio e longo prazo. São necessidades que se mantêm ao longo do tempo", argumenta.
O PAEC apresentado a consulta pública para os próximos cinco anos parece reconhecer as críticas feitas pela organização e propõe que haja um maior peso dos critérios de circularidade nas compras da administração pública e do setor empresarial do Estado. Além deste incentivo, o novo PAEC propõe a criação de uma plataforma de apoio ao tecido empresarial que sirva de acelerador da circularidade de modo a pôr fim a barreiras como, conforme identifica a APA e DGAE, a pouca colaboração entre empresas e à legislação assente em processos burocráticos.

CETICISMO SOBRE VIABILIDADE FINANCEIRA

Por trás da falta de adesão das empresas nacionais a processos mais sustentáveis e circulares está também a falta de crença na viabilidade financeira deste tipo de soluções. Na realidade, defende Marta Frazão, há mais do que retorno ambiental com a aplicação de medidas sustentáveis, e está já provado que "existe potencial tanto ambiental como económico". O que tem afastado os investidores de enveredar por este caminho é a falta de imediatismo dos retornos



GettyImages

Temos o problema da alta taxa de descarte que tem muito a ver com a falta, por exemplo, de transparência e de comunicação entre empresas e produtoras.

Marta Frazão, presidente da Circle Economy Portugal

financeiros: é preciso um investimento inicial em investigação e desenvolvimento, que muitos não estão dispostos a fazer para, a médio e longo prazo, ver resultados nas contas.

"Às vezes também não há mercado para escoar, também há um problema de oferta e procura", acrescenta a líder da Circle Economy Portugal.

Matthew Fraser, diretor da Circle Economy Foundation, em entrevista que pode ler nesta edição da Sustentabilidade, reconhece que este é também um problema transversal a outras geografias e que urge dar a conhecer aos empresários, e principalmente aos decisores políticos, o impacto económico que e ste tipo de soluções pode ter. A economia circular "ainda não é vista como uma estratégia económica", defende.

O Circularity Gap Report de 2024, o principal relatório sobre circularidade a nível mundial, aponta para o potencial da economia circular na criação de novos modelos de negócios e de inovação com benefícios para as empresas através do uso mais eficiente dos recursos e da criação de novos mercados para a venda de produtos e serviços resultantes de métodos circulares como uma das principais vantagens.

De acordo com dados revelados pela Ellen MacArthur Foundation, os modelos de circularidade resultam em crescimento económico dos países e na redução dos custos dos materiais (com uma estimativa de poupança líquida anual de até 630 mil milhões de euros a nível europeu).

O maior estudo comparativo já feito sobre os impactos para uma transição económica (da autoria dos alemães Jens Horbach, Klaus Rennings e Katrin Sommerfeld) aponta também para um significativo aumento dos empregos nas "atividade de reciclagem de alta qualidade e com grande intensidade de mão de obra". "Serão criados novos empregos em todos os setores industriais, nas pequenas e médias empresas, através do aumento da inovação e do empreendedorismo e de uma nova economia baseada nos serviços", argumentam.

Em 2021, em Portugal, a economia verde representava 2,7% dos empregos da economia portuguesa, de acordo com dados revelados pelo INE no início deste ano. Este valor representa já mais de 130 mil trabalhadores nos setor dos bens e serviços ambientais, um máximo nos registos disponibilizados pelo instituto de estatística.

UMA NOVA GERAÇÃO DE INSTRUMENTOS LEGISLATIVOS PARA PROMOVER A ECONOMIA CIRCULAR

A implementação do Green Deal constitui um desafio para as empresas, mas também uma oportunidade para se tornarem mais resilientes e competitivas.



PAULO LEMOS, head for ESG da Nobre Guedes e Associados e presidente do júri na categoria Economia Circular do Prémio Nacional de Sustentabilidade.

O Green Deal foi, em 2019, um dos primeiros documentos apresentados pela Comissão Von der Leyen. As posteriores crises (covid-19, Ucrânia, inflação) não alteraram a respetiva ambição tendo a presidente da Comissão considerado que estamos perante o momento Homem na Lua da UE. No que concerne a economia circular, este documento constitui uma alteração de paradigma com uma clara aposta na prevenção da produção de resíduos, e instrumentos que ajudam a manter o valor dos produtos na economia como a reparação, o recondicionamento a reutilização e a remanufatura. Estes instrumentos, além de enfrentarem barreiras regulamentares, não têm recebido a atenção e os incentivos que deveriam tendo em conta o respetivo lugar na hierarquia de gestão de resíduos. Apesar de a Diretiva-Quadro dos Resíduos obrigar a Comissão (art.º 9º) a desenvolver um plano de ação, a nível europeu, com medidas destinadas a alterar os atuais padrões de consumo e os Estados-membros (art.º 29º) a desenvolverem programas de prevenção de resíduos, o foco da política de resíduos na UE tem sido, sobretudo, a reciclagem. A reciclagem é importante, mas não é a forma mais eficiente de promover uma economia mais circular. A reciclagem constitui uma solução de fim de linha que apenas limita os impactos do modelo linear (extração, produção, consumo e eliminação). Daí que a reciclagem ocupe apenas o terceiro lugar na hierarquia de gestão de resíduos, que, segundo a referida diretiva, é a seguinte: prevenção e redução, preparação para a reutilização, reciclagem, outros tipos de valorização, por exemplo, a valorização energética e a eliminação. Assim, quer os dois planos de ação da União Europeia para a economia circular (2015, 2020) quer o Green Deal (2019) promoveram uma nova geração de instrumentos legislativos que procuram promover níveis mais elevados da hierarquia de resíduos. Alguns desses instrumentos estão já em vigor, como as Diretivas Sacos Plásticos (2015), Plásticos de Uso Único (2019) e o Regulamento Baterias (2023). Dois instrumentos, em processo de publicação, destacam-se como peças centrais desta nova abordagem: Regulamento sobre Ecodesign dos produtos sustentáveis. Esta iniciativa vai estabelecer um conjunto de princípios para a sustentabilidade dos produtos, combater a obsolescência prematura e promover maior durabilidade, eficiência e manutenção dos produtos através do reuso, remanufactura, reparação, upgrade e maior reciclagem e incorporação de materiais reciclados; proposta de novo Regulamento sobre Embalagens. Em consonância com a hierarquia dos resíduos, a proposta visa reduzir significativamente a produção de resíduos de embalagens, estabelecendo metas vinculativas de reutilização, restringindo certos tipos de embalagens de utilização única e exigindo que os operadores económicos minimizem as embalagens utilizadas. Esta nova geração de políticas inclui ainda uma maior exigência de transparência não só para com os consumidores, mas ao longo da cadeia de valor. O passaporte do produto, previsto no Regulamento Baterias e Ecodesign, é um instrumento importante, assim como a proposta de Green Claims Directive, que estabelece normas mínimas para fundamentar e comunicar as alegações ecológicas relativas a bens e serviços de uma empresa. Recentemente foi também apresentada uma proposta de diretiva que visa promover o consumo sustentável através da capacitação dos consumidores para a tomada de decisões mais informadas e da eliminação de práticas desleais.

A implementação do Green Deal constitui assim um desafio para as empresas, mas também uma oportunidade para se tornarem mais resilientes e competitivas.

sociedade pontoverde

Juntos a Reciclar++

Programa de Financiamento a Ações de Comunicação e Sensibilização para parceiros

TRANSFORME O FUTURO DO PLANETA COM CADA EMBALAGEM DE VIDRO RECICLADA

SOBRE O PROGRAMA:

"Juntos a Reciclar++" é uma iniciativa promovida pela Sociedade Ponto Verde, projetada para reforçar a reciclagem de embalagens de vidro em Portugal. Com foco na comunicação, sensibilização e educação, este programa tem o objetivo de promover a Economia Circular na reciclagem de resíduos de embalagens e prosseguir o trabalho em conjunto com parceiros do SIGRE.

QUEM PODE PARTICIPAR?

- Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) com contrato celebrado com a Sociedade Ponto Verde;
- Câmaras Municipais;
- Empresas Municipais.



CANDIDATURAS ABERTAS ATÉ DIA 28 DE JUNHO!

Junte-se a nós e ajude a transformar a reciclagem do vidro em Portugal!

Visite-nos para mais informações.

www.juntosareciclarmais.pontoverde.pt



JÚRI

PRESIDENTE DO JÚRI



PAULO LEMOS
Head for ESG da Nobre Guedes e Associados



ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE
Professor Catedrático, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa



ANTÓNIO MIGUEL FERREIRA
CEO, Claranet Portugal



EMÍDIO PINHEIRO
Presidente do Conselho de Administração e CEO, EGF



HELENA PEREIRA
Professora catedrática emérita, Universidade de Lisboa

ECONOMIA CIRCULAR

Nesta categoria foram aceites iniciativas, serviços, projetos ou produtos que resultam em inovação nas áreas de conceção, design, produção, distribuição e consumo, através da aplicação de princípios de economia circular ao longo do ciclo de vida de um produto, promovendo a recolha, reutilização, tratamento/reparação, upgrade, renovação, reciclagem e reaproveitamento.São valorizadas iniciativas que promovem uma maior eficiência ambiental da cadeia logística (através ou não da introdução de princípios de economia circular), promovendo a redução de consumo ou reutilização de matéria-prima virgem e a reciclagem de resíduos. Novos modelos de negócio que promovem a extensão da vida útil do produto, a partilha e o produto como serviço (privilegiando o uso em vez da propriedade) serão também elegíveis.



JOÃO CASTELLO BRANCO
Investidor, Senior Adviser



JOSÉ SOARES DE PINA
CEO, Altri



A REUTILIZAÇÃO QUE MUDA VIDAS, UM EQUIPAMENTO DE CADA VEZ

Desde 2018, milhares de famílias viram a sua vida mudar com a ajuda do Banco de Equipamentos, no âmbito da parceria do BPI com a ENTREAJUDA, que reutiliza e doa aparelhos informáticos, mobiliário e material de escritório impactando positivamente o ambiente e a sociedade.

Proteção ambiental, equidade social e viabilidade económica, três pedras basilares da sustentabilidade que o BPI abraçou com vista a impactar a vida de milhares de famílias portuguesas. Desde junho de 2018, o Banco de Equipamentos, área que recebe bens em fim de vida para doar a instituições de solidariedade ou para encaminhar para valorização, já recebeu milhares de produtos. Nos últimos anos, o número de doações esteve sempre em crescimento, tendo superado os quatro mil artigos prontos a reutilizar só no ano passado.
Não só a iniciativa promove a economia circular, essencial para o desenvolvimento sustentável do planeta, através da reutilização, reparação e reciclagem de bens e equipamentos, como contribui para melhorar as condições de vida, educação e empregabilidade de muitas famílias.

350
Instituições apoiadas desde 2018

157 mil
artigos retomados até 2023

200%
de aumento de doações de equipamentos informáticos desde 2018

AMBIENTAL E SOCIAL, DOIS LADOS DA MESMA MOEDA

O desafio era claro: reduzir os impactos ambientais e ajudar quem mais precisava. De facto, os números não mentem e a iniciativa tem sido um sucesso, somando, até ao momento, 350 instituições de solidariedade apoiadas, beneficiando mais de 150 mil pessoas. Desde 2018, foram doados mais de 157 mil artigos informáticos, mobiliário e material de escritório, entre outros bens.
As doações de equipamentos informáticos, que aumentaram quase 200% desde 2018, têm particular impacto nas famílias de baixos recursos, especialmente pela sua utilidade no



circular. Foi definido um processo certificado para tratar a informação confidencial dos discos, e o BPI ainda comparticipa em 5,50 euros mais IVA a formatação final realizada por voluntários da ENTREAJUDA.
No final do ciclo, quando os equipamentos chegam às instituições, a ENTREAJUDA cobra um valor simbólico de 15 euros mais IVA para dotar os aparelhos de licenças Office e Windows, além de mais 50 euros por equipamento para apoiar testes de verificação, reparação e recondicionamento. Trata-se de um valor simbólico que permite garantir o bom funcionamento do Banco de Equipamentos, e a continuação de uma iniciativa que aposta na economia circular como resposta aos problemas ambientais provocados pela globalização dos mercados e pelo consumo desenfreado de recursos.

âmbito da educação e do trabalho, o que já permitiu cortar ciclos de pobreza. Além disso, os computadores doados às instituições podem ser utilizados na sua própria gestão ou colocados ao serviço das pessoas, evitando também a exclusão social de quem de outra forma não teria acesso a este tipo de equipamentos.
Além do impacto positivo nas famílias, o planeta também agradece. A segunda vida dada aos bens e equipamentos traduz-se na diminuição de resíduos presentes em aterros e na consequente redução de impactos ambientais causados pela incorreta destruição dos mesmos.

MUDANÇA QUE PRECIPITA INOVAÇÃO

A vontade de transformar o planeta e a vida das pessoas precipitou também a mudança da política de renovação de equipamentos informáticos do BPI. As regras ditam que a cada seis anos se renovem os portáteis e desktops, e a cada quatro os híbridos, mas a parceria com a ENTREAJUDA veio promover a reutilização de equipamentos que, sendo considerados em fim de vida pelos seus utilizadores, ainda possuem as caraterísticas necessárias para serem usados por outros. Neste sentido, a grande inovação acontece quando em 2023 o BPI assina um protocolo que passa a permitir a doação de equipamentos informáticos completos, incluindo os discos, algo que antes não era possível por razões de segurança, maximizando, assim, o conceito de economia

BPI
Grupo CaixaBank

Empresa: **Banco BPI**

Nome do projeto: **BPI – Doar é circular**

Data de início: **01/06/2018**

Data de conclusão: 3**1/12/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **Instituições de Solidariedade Social parceiras da ENTREAJUDA**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



AVANÇO SUSTENTÁVEL NA INDÚSTRIA DE PNEUS FABRICADOS EM PORTUGAL



Um novo padrão, à base de tecnologias inovadoras, está a emergir na indústria de pneus, promovendo a transição para uma mobilidade mais saudável para as pessoas e sustentável para o ambiente.

Os pneus deitados fora de forma inadequada podem representar uma fonte significativa de poluição ambiental. Quando em fim de vida são muitas vezes depositados em aterros sanitários, queimados ou, até, largados ao mar, onde libertam produtos químicos nocivos que contribuem para a poluição do solo e da água. Além disso, durante a condução, também deixam um rasto de pequenas partículas de borracha e poluentes atmosféricos, conhecidos como microplásticos, que podem ter efeitos adversos na saúde humana e atmosfera. Foi a pensar nestas questões que a Continental, marca alemã fabricada em Famalicão, desenvolveu o UltraContact NXT, um pneu "verde" com o objetivo de reduzir o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida do produto.

ABORDAGEM ECO-FRIENDLY

Este novo pneu, não só atende às exigências de segurança e desempenho como se destaca pela sua composição inovadora. Inclui até 65% de materiais sustentáveis e certificados, 32% dos quais renováveis, com destaque para a sílica de base biológica derivada de resíduos agrícolas como a casca de arroz e as resinas provenientes de materiais residuais das indústrias de papel e madeira. Esses materiais não apenas reduzem a pegada de carbono, como ainda melhoram as propriedades de aderência e resistência do pneu.

Por outro lado, até 5% dos materiais são provenientes de fontes recicladas, incluindo borracha de pneus em fim de vida e aço





Empresa: **Continental**

Nome do projeto: **UltraContact NXT**

Data de início: **14/06/2023**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **consumidores finais, particulares e empresas (frotas), de veículos ligeiros e a sociedade no seu todo**

reciclado. A tecnologia ContiRe.Tex, que utiliza fibras de poliéster recicladas de garrafas PET, foi igualmente incorporada neste produto, permitindo uma produção mais eficiente e ecológica, permitindo reciclar entre nove e quinze garrafas de plástico por cada pneu, dependendo do seu tamanho.
A certificação do balanço de massa ISCC PLUS garante um acréscimo, no máximo, de 28% de materiais originários de matérias-primas biológicas, bio circulares e/ou circulares, como a borracha sintética sustentável e negro de fumo, usado em compostos de borracha para otimizar a estabilidade, a resistência e a durabilidade. Esta certificação assegura transparência e rastreabilidade em toda a cadeia de abastecimento, rastreando a origem e as caraterísticas das matérias-primas, verificando o cumprimento de critérios sustentáveis e certificando os produtos resultantes.
Em termos de impacto ambiental, o UltraContact NXT oferece outros benefícios significativos. Além de reduzir o consumo de matérias-primas e de energia durante a produção, os pneus desta linha também têm uma vida útil mais longa, máxima eficiência energética e produzem menos ruído nas estradas. Isso não só contribui para a redução da poluição do ar e sonora, como para a melhoria da qualidade de vida nas áreas urbanas.
Com este pneumático, a Continental não só está a redefinir os padrões de sustentabilidade na produção de pneus, como a estabelecer metas ambiciosas para o futuro. Até 2030, a marca pretende alcançar mais de 40% de conteúdo renovável e reciclado em todos os seus pneus, com o objetivo final de utilizar materiais 100% sustentáveis até 2050.

65%

de participação máxima (conforme o tamanho) de materiais renováveis, reciclados, na composição do UltraContact NXT

+45 000

unidades vendidas em 2023

18

número de mercados internacionais para os quais o pneu foi exportado

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 6 Água potável e saneamento
- 7 Energias renováveis e acessíveis
- 8 Trabalho digno e crescimento económico
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática
- 14 Proteger a vida marinha
- 15 Proteger a vida terrestre
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos



AMORIM SPORTS REVOLUCIONA INDÚSTRIA DESPORTIVA COM SOLUÇÕES DE ECONOMIA CIRCULAR

Ao incorporar cortiça proveniente da indústria de rolhas, a empresa está a dar uma nova vida às matérias-primas, enquanto promove práticas ambientalmente conscientes.

A Amorim Sports, uma empresa detida pela Amorim Cork Composites, desenvolveu uma abordagem inovadora e sustentável para soluções de infills para recintos desportivos. Esta iniciativa permite utilizar subprodutos da indústria das rolhas, proporcionando uma nova vida a esses materiais.

Em vez de recorrer a materiais sintéticos prejudiciais ao meio ambiente, a empresa está a tirar partido dos benefícios da cortiça, um recurso natural renovável, para criar produtos que oferecem um desempenho superior e menor impacto ambiental. Esta alternativa, mais ecológica, evita a utilização de infills tradicionais, compostos principalmente por borracha de pneus reciclados.

Uma das principais vantagens da cortiça é a sua capacidade de absorver o impacto e de reduzir a temperatura superficial, proporcionando uma experiência de jogo melhorada para os atletas e reduzindo o risco de lesões. Além disso, a cortiça não é tóxica e possui um odor neutro, garantindo um ambiente seguro e saudável para os utilizadores dos campos desportivos.

Ao adotar uma abordagem baseada na Economia Circular, a Amorim Sports materializa o seu compromisso com a redução de resíduos e a regeneração.Além disso, os infills da linha Nature apresentam um balanço de carbono negativo*, contribuindo para a mitigação das alterações climáticas, promovendo níveis de sequestro de CO_2 superiores àqueles que emite. Esta abordagem beneficia o meio ambiente e promove a valorização do ecossistema do montado de sobro, que desempenha um papel crucial na regulação do clima e na proteção da biodiversidade.

Este projeto também se destaca pelo uso do pó de cortiça (biomassa) como fonte de energia no processo de produção, reforçando o compromisso da empresa com a Economia Circular e a sustentabilidade.

+10 000

toneladas de infills de cortiça usadas em campos desportivos em todo o mundo

-72,5kg

CO_2e/kg de balanço de carbono dos infills da gama Nature, se for considerado o sequestro de carbono do montado

CIRCULARIDADE E REDUÇÃO ENERGÉTICA

Inovação e compromisso com a qualidade são prioridades na Amorim Sports, pelo que todas as suas soluções de infills são concebidas para se adaptarem às caraterísticas específicas de



cada sistema de relva artificial, garantindo um desempenho excecional em qualquer contexto. Além disso, a cortiça possui propriedades de isolamento térmico, o que ajuda a reduzir o consumo de água e de energia necessários para manter os campos desportivos em condições ideais.

O aumento na procura pelos seus produtos e a crescente adoção de materiais orgânicos e sustentáveis na indústria desportiva reflete o sucesso desta iniciativa. Com a implementação de legislação restritiva sobre microplásticos, a empresa acredita que a procura por soluções sustentáveis continuará a crescer.

Embora os principais beneficiários diretos deste projeto sejam as entidades desportivas e os atletas, toda a sociedade beneficia destas soluções pois contribuem para a preservação do meio ambiente, a criação de empregos locais e o desenvolvimento sustentável de áreas rurais.

* As alegações relativas ao potencial de sequestro de carbono têm por base um Estudo realizado pela Amorim Cork Composites com base numa ferramenta especificamente desenvolvida pela PriceWaterhouse que permite calcular a Pegada/Balanço de Carbono para o produto, disponível em www.amorimcorkcomposites.com/pt/estudos/ ("Estudo"). Por favor, verifique ainda a informação existente em https://amorimcorkcomposites.com/pt/disclaimers/

AMORIM SPORTS

Empresa: **Corticeira Amorim SGPS, SA**

Nome do projeto: **Cork Infills – Amorim Sports**

Data de início: **01/07/2018**

Data de conclusão: **Não aplicável**

Principais beneficiários da iniciativa: **entidades desportivas, atletas e sociedade em geral**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 6 Água potável e saneamento
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática



BETÃO ECOLÓGICO REUTILIZA DESPERDÍCIOS DA CONSTRUÇÃO

Reduzir, em cerca de 75%, a utilização de recursos naturais e de produtos energeticamente intensivos nas suas construções do futuro é a meta deste projeto, desenvolvido pela dst, em parceria com o Instituto Superior Técnico, a Universidade do Minho e a Norwegian University of Science and Technology.

Num cenário global onde a preocupação com a sustentabilidade está cada vez mais no topo das prioridades dos gestores e das empresas, o setor da construção civil enfrenta o desafio de repensar as suas práticas e de adotar abordagens mais ecoeficientes. Neste contexto, o projeto CirMat (CIRcular aggregates for sustainable road and building MATerials) surge como uma iniciativa inovadora, cuja meta passa por acelerar o passo em direção a uma construção mais sustentável e circular.
Desenvolvido pela construtora dst em parceria com instituições académicas como o Instituto Superior Técnico (IST), Universidade do Minho (UM) e Norwegian University of Science and Technology, o CirMat tem como principal objetivo promover o desenvolvimento industrial e a promoção de produtos com alto grau de incorporação de resíduos do setor da construção e subprodutos da indústria siderúrgica.

75%

redução do consumo de matérias-primas em betões e betuminosos com a incorporação de resíduos da construção e de outros subprodutos na sua produção

80%

dos constituintes do betão são agregados e areias e representam 90% do seu peso total

O foco do CirMat está em reduzir drasticamente o consumo de recursos naturais e de produtos energicamente intensivos na construção civil, enquanto estimula a reintrodução de resíduos e subprodutos na cadeia de valor, seguindo os princípios da economia circular. Através da incorporação desses resíduos na produção de materiais como betões e betuminosos, o projeto não apenas contribui para a redução da pegada de carbono, mas também evita a deposição desses materiais em aterros, promovendo uma gestão mais responsável dos resíduos.
Uma das grandes vantagens do CirMat é sua capacidade de reduzir até 75% do consumo de matérias-primas em betões e betuminosos, tornando-os mais sustentáveis e







economicamente viáveis. Além disso, o projeto também promove uma forte componente científica, com estudos de avaliação de ciclo de vida, desenvolvimento de declarações ambientais de produto pioneiras em Portugal, e criação de passaportes de circularidade e ficheiros de eco design.
Feito o balanço, a construtora admite que os resultados do projeto são muito positivos e acredita que abrem caminho a um novo paradigma no setor da construção civil. Na candidatura a este prémio, a dst destaca a abordagem diferenciadora, holística e integrada, como um dos fatores críticos de sucesso do projeto, uma metodologia que contribui para promover uma construção mais sustentável e circular. Ao reunir especialistas de diferentes áreas e ao adotar uma abordagem colaborativa, o CirMat está a construir não apenas edifícios e infraestruturas, mas também um futuro mais sustentável e resiliente para todos.

dst domingos da silva teixeira

Empresa: **domingos da silva teixeira**

Nome do projeto: **CirMat - CIRcular aggregates for sustainable road and building MATerials**

Data de início: **15/09/2020**

Data de conclusão: **31/05/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **empresas de construção**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

15 Proteger a vida terrestre

17 Parcerias para a implementação dos objetivos



ARTE COMO APELO À SUSTENTABILIDADE

D.R.

A EDP criou a primeira exposição artística submersa em território nacional, numa iniciativa que aliou a sensibilização do público ao contributo para a biodiversidade marinha.

Dar uma nova vida a velhos materiais e objetos é um dos objetivos daquela que é a primeira exposição subaquática em território nacional, aliando a reutilização ao espírito artístico de Alexandre Farto aka Vhils. O reconhecido artista contemporâneo, com um vasto portefólio de obras em vários locais do mundo, aceitou o desafio para criar o EDP Art Reef, uma expressão artística que junta o respeito pela biodiversidade e tem como objetivo sensibilizar o público para a importância do respeito pelo meio ambiente.
Mas, afinal, de que se trata? Alinhada com o compromisso assumido pela EDP de se tornar 100% verde até 2030, esta iniciativa utilizou peças de centrais a carvão e fuelóleo que a empresa desativou nos últimos anos para reduzir a sua pegada carbónica e dar lugar a projetos renováveis. Essas peças foram transformadas por Vhils para, em conjunto com biólogos e outros especialistas, criar um ecossistema marinho a cerca de 1,6 quilómetros da costa de Albufeira, na região do Algarve, e alertar para as mais-valias da economia circular e da preservação do planeta – valores essenciais para a elétrica nacional.

13
obras de arte foram colocadas a cerca de 12 metros de profundidade

190
é o número aproximado de notícias publicadas sobre o projeto

200
equipas de diferentes áreas de conhecimento estiveram envolvidas

As 13 obras de arte, pensadas de forma a gerar um novo recifel, estão a cerca de 12 metros de profundidade, numa área de 1.250 m2, e estão submersas a uma milha náutica da costa. O percurso construído pretende estimular nos visitantes uma reflexão acerca da ligação da Humanidade com o mar e a sua evolução ao longo dos tempos. Por recomendação de biólogos marinhos que dão apoio técnico ao projeto, todas as peças foram pensadas de forma a permitir a passagem da fauna local e foram implantados corais vivos resgatados e conservados em cativeiro na base dessas peças.
Este trabalho envolveu mais de duas centenas de pessoas de várias áreas de conhecimento, sem esquecer o apoio da Câmara Municipal de Albufeira, que ficará responsável pela



D.R.

manutenção e promoção da exposição, e do Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve (CCMar), que irá monitorizar ao longo dos anos o impacto biológico e ambiental, produzindo até conteúdo científico.
Ao longo dos últimos três anos, a EDP, juntamente com Vhils Studio e Solid Dogma, envolveram-se na visita às centrais desativadas, na criação do conceito criativo do EDP Art Reef, na escolha dos materiais e na sua intervenção.
O resultado é uma exposição subaquática, que já pode ser visitada, com peças únicas e de grande envergadura, que se transformarão ao longo do tempo pela influência dos elementos da natureza.

SENSIBILIZAR PARA TRANSFORMAR

Desde o início que este projeto desenvolvido pela EDP com Vhils tinha como objetivo reutilizar peças e outros materiais que, em tempos, foram cruciais para produzir energia que aquecia e iluminava o país. À medida que os tempos foram evoluindo e que a tecnologia se foi desenvolvendo, as centrais foram sendo descomissionadas ou desativadas para dar lugar à produção de energia a partir de fontes renováveis, um elemento essencial para alimentar a jornada de sustentabilidade nacional e europeia.
Este projeto impulsiona a descarbonização e a economia circular, mas sensibiliza também a população para a necessidade de proteção do planeta e dos oceanos. Gera ainda uma reflexão profunda sobre o papel que cada um tem na manutenção de um planeta vivo e saudável, bem como os impactos da ação humana.
Desde que se tornou pública, a exposição tem sido diariamente visitada, quer individualmente, quer por grupos, através do apoio das empresas marítimo-turísticas.

Entidade: **EDP**

Nome do projeto: **EDP Art Reef by Vhils**

Data de início: **01/05/2021**

Data de conclusão: **19/09/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **sociedade, academia e ciência**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 8 Trabalho digno e crescimento económico
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática
- 14 Proteger a vida marinha
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos



DOAÇÕES COM IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL POSITIVO

Prevenir a produção de resíduos, fazendo o cruzamento entre oferta e procura para dar vida nova a equipamentos em perfeitas condições, mas que já não poderiam integrar o circuito comercial e teriam de ser destruídos é o principal objetivo do Ondedoar.pt

Empresas que tenham equipamentos elétricos e eletrónicos, pilhas e baterias ou mesmo têxteis e móveis para doar têm no Ondedoar.pt uma plataforma segura para anunciarem os seus produtos junto de instituições pré-selecionadas e validadas que manifestem interesse em recebê-los, ajudando-as a desenvolver os seus projetos e a melhorar a vida das pessoas que apoiam.
A iniciativa, desenvolvida e dinamizada pelo Electrão, entidade criada em 2005 para assumir a gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), e que mais tarde começou a gerir fluxos de resíduos de pilhas e acumuladores (RPA) e de resíduos de embalagem (RE) gerados em Portugal, permite cruzar esses produtos, desde que novos em excedente de stock ou usados em boas condições, com as necessidades de instituições com atividade nas áreas social, ambiental e educacional, de que são exemplos as de reinserção social, as de apoio à maternidade, à infância e à terceira idade, as de apoio animal e de conservação da natureza, escolas profissionais e outras.
Todo o processo de doação é acompanhado de forma a garantir que os equipamentos oferecidos têm o fim a que se destinam e não integram circuitos comerciais paralelos.
O projecto incentiva o prolongamento da vida dos equipamentos, previne a produção de resíduos, evita o desperdício e garante uma maior eficiência no uso de recursos, já que os equipamentos a doar não poderiam ser comercializados, privilegiando ao mesmo tempo a prevenção e a reutilização, e contribuindo para um melhor aproveitamento

1500
produtos doados até dezembro 2023

10 t
de equipamentos que podem ser reutilizados

72
total de empresas e instituições inscritas entre doar e receber



das matérias-primas, de acordo com os princípios da economia circular.
A plataforma constitui ainda uma ferramenta de sensibilização para a necessidade de prevenção da produção de resíduos nas empresas, instituições e particulares que podem obter mais informação sobre formas de encaminhar os bens que já não usam.

VANTAGENS ACRESCIDAS

Além de ser uma oportunidade para escoar stock de forma solidária e sustentável, tem benefícios fiscais associados, as empresas aderentes têm direito a uma dedução e majoração do custo dos donativos entre 20 e 50% no IRC, ao abrigo do artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, possibilitando ainda a antecipação face a novas diretrizes europeias que irão proibir a destruição de produtos duradouros não vendidos, tal como previsto no Regulamento para a Concepção Ecológica de Produtos Sustentáveis (Ecodesign for Sustainable Products Regulation).

electrão

Empresa: **Electrão – Associação de gestão de Resíduos**

Nome do projeto: **Ondedoar.pt**

Data de início: **03/10/2023**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **empresas e instituições**



Outras vantagens verificam-se, sobretudo, ao nível da eficiência de recursos e da redução de resíduos, uma vez que os produtos doados são reaproveitados, o que permite valorizar os materiais, retardar a produção de novos resíduos e evitar a aquisição de aparelhos equivalentes com o consequente consumo de mais matérias-primas.
De acordo com o Electrão, os benefícios gerados compensam largamente os custos associados, que se prendem sobretudo com a utilização da plataforma digital e são independentes da quantidade de produtos doados, o que confere escalabilidade ao projeto.



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



LIVROS GANHAM NOVA VIDA E CHEGAM A QUEM MAIS PRECISA

Foram mais de 390 mil os livros de diversas categorias que ajudaram a iluminar o Natal de milhares de pessoas que, de outra forma, não teriam acesso à leitura. O desafio foi lançado pela FNAC Portugal e aceite em larga escala pelos seus clientes.

Dar uma segunda vida aos livros, promovendo a economia circular, a reutilização e a reciclagem foi o mote para o projeto 'Dá um livro usado e muda um Natal para sempre', promovido pela FNAC Portugal, entre novembro e dezembro de 2023. O sucesso da iniciativa, que deveria durar um mês e que acabou por prolongar-se por duas semanas adicionais, materializou-se, segundo dados provisórios do final de janeiro, na entrega de cerca de 390 mil livros de categorias diversas - infantis, escolares, adulto e enciclopédias -, que viajaram em mais de 160 paletes, com um peso total de quase 66 toneladas. Segundo a FNAC Portugal, 65% do total de livros doados, por não estarem em boas condições de reutilização, foram enviados para reciclagem financiando assim a campanha do Banco Alimentar "Papel por alimentos". É de salientar ainda que mais de 6 toneladas de papel contribuíram para fazer chegar cerca de 12.000 litros de leite à mesa de mais de 45.000 pessoas carenciadas.

Para operacionalizar o projeto foram criados pontos de recolha em todas as lojas e realizada uma parceria logística e de entrega com a ENTRAJUDA, instituição de solidariedade social que atua no combate à pobreza, através do seu departamento BANCO DE BENS DOADOS, onde foi feita a triagem inicial de todos os livros.

Após uma primeira seleção, os livros seguiam uma de duas vias: os que se encontravam em perfeitas condições de doação foram separados por géneros e tipos de livros, de forma a serem direcionados para as instituições impactadas de acordo com as necessidades de cada uma; e os que não se encontravam em condições de ser doados foram separados para reciclagem para a campanha "Papel por alimentos". Nestes últimos, o valor obtido pela venda do papel a operadores de resíduos certificados, foi convertido pela Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome em produtos alimentares básicos para distribuir localmente pelos mais carenciados.

Empresa: **FNAC Portugal**

Nome do projeto: **Recolha Solidária FNAC | Dá um livro usado e muda um Natal para sempre**

Data de início: **15/11/2023**

Data de conclusão: **31/12/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **população desfavorecida e instituições de solidariedade social**





MENOS RESÍDUOS, MAIS SUSTENTABILIDADE

Esta recolha solidária de livros em segunda mão desempenhou um papel significativo na economia circular, contribuindo para a redução de resíduos, a promoção da reutilização e a criação de uma comunidade mais sustentável. Ao recolher livros usados foram evitados milhares de resíduos sólidos que provavelmente acabariam num aterro sanitário e incentivada uma gestão mais sustentável destes recursos. Por outro lado, a reutilização permitiu prolongar a vida útil dos livros, mantendo-os em circulação pelo maior tempo possível.

Já na perspetiva do impacto social, o projeto permitiu estimular a leitura sustentável, disponibilizando livros usados a quem não tem acesso a eles, e incentivando a leitura. Desta forma, as pessoas e instituições podem desfrutar de livros sem a necessidade de comprar novas cópias, economizando recursos. Adicionalmente, ao destacar os benefícios da reutilização e reciclagem de livros, as pessoas tornam-se mais conscientes sobre suas escolhas de consumo.

Através da ENTRAJUDA, os livros chegaram a mais de 5000 instituições e aos seus utentes, relembrando que há presentes que duram para sempre e que os livros são mágicos e podem ter várias vidas, assim como dar mais vida a quem os recebe.

+5000
Instituições de cariz social impactadas

+390.000
Livros entregues

65%
das doações enviadas para reciclagem para a campanha Papel por Alimentos



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

10 Reduzir as desigualdades

11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

PNEUS RECICLADOS TORNAM FERROVIA MAIS SILENCIOSA E INOVADORA

Projeto de economia circular da Infraestruturas de Portugal deu origem à primeira barreira acústica construída com inclusão de materiais reciclados provenientes de pneus em fim de vida, e promoveu a colaboração entre empresas de diversos setores de atividade.

A economia circular é uma importante base sobre a qual se constrói o caminho para um mundo mais verde e a aposta nesta área consta da estratégia de sustentabilidade da Infraestruturas de Portugal, SA., (IP) empresa responsável pela gestão das redes ferroviária e rodoviária nacional.
Foi precisamente na ferrovia, no novo troço entre Évora e Évora Norte, que foi instalada a primeira barreira acústica constituída por painéis de betão e borracha reciclada, proveniente de pneus em fim de vida.
A alternativa inovadora às tradicionais barreiras acústicas construídas apenas com betão surgiu no âmbito do programa Next Lap 2.0 – Nextlap Accelerator, em 2022 – programa de aceleração de inovação na área da economia circular –, e deu origem à instalação de uma barreira acústica "circular" com uma extensão total de 123 metros e três metros de altura.

COLABORAR PARA A INOVAÇÃO

O objetivo a que a empresa se propôs era claro: encontrar novas soluções para os subprodutos do processo de reciclagem de pneus em fim de vida, que incluem aço, granulado de borracha e fibras têxteis, dando-lhes um novo propósito.
Abraçando o verdadeiro espírito da economia circular, a IP aliou-se às empresas Genan, SA., o maior reciclador de pneus em fim de vida do mundo e à Valorpneu, SA., uma entidade nacional gestora do mesmo produto. Assim, estas duas empresas do ecossistema da gestão dos pneus em fim de vida, encontraram uma nova forma de valorizar um dos seus principais subprodutos - granulado de borracha - e de transformá-lo em matéria-prima que, por sua vez, foi incorporada na construção da barreira acústica.

Empresa:
Infraestruturas de Portugal, SA

Nome do projeto:
Barreiras acústicas inovadoras com incorporação de borracha reciclada (end of life tyres – ELT)

Data de início:
09/03/2022

Data de conclusão:
27/02/2023

Principais beneficiários da iniciativa: **As empresas Valorpneu e Genan, as Infraestruturas de Portugal, SA e, no futuro, os habitantes localizados na imediata proximidade da linha ferroviária**



No desenvolvimento desta barreira acústica inovadora foram utilizados painéis de betão-borracha reciclada com 22 centímetros de espessura, compostos por uma camada estrutural de betão e uma outra de aglomerado do mesmo produto, mas com granulado de borracha. Apesar de se tratar de uma solução nova, que pela sua reduzida dimensão pode parecer diminuta face às atuais 84 mil toneladas/ano de pneus que a Valorpneu recolhe, foi possível incorporar apenas nesta barreira 28 toneladas de granulado de borracha.
Os ensaios laboratoriais pedidos pela IP ao fabricante da estrutura, a Farcimar, SA., revelaram uma capacidade de proteção acústica equivalente à de uma barreira tradicional em betão, indicando também a possibilidade desta solução ser escalável para



outras barreiras com a mesma componente de materiais reciclados e com possibilidade de aplicação quer no setor ferroviário quer no setor rodoviário.

UM CICLO ECONÓMICO MAIS VERDE

Para além desta iniciativa ter o mérito de juntar na mesma causa várias empresas de diversos setores de atividade, que naturalmente vão beneficiar de uma nova solução e de novo conhecimento que contribui para uma cadeia económica verdadeiramente circular, os cidadãos vão também usufruir da nova estrutura.

Embora a nova linha ferroviária que liga Évora a Évora norte ainda não esteja em funcionamento, as evidências apontam para o bom desempenho desta barreira acústica inovadora, pelo que quando se verificarem condições reais de operação nesse troço, todos os que habitem na proximidade do troço onde esta barreira está instalada, beneficiarão da estrutura.

Ao longo deste ano, e aquando da abertura do tráfego ferroviário naquela zona, o desempenho acústico real da barreira de betão-borracha será monitorizado pela IP.

28
toneladas de granulado de borracha resultante da reciclagem de pneus em fim de vida

123
metros é a extensão da barreira acústica

563
quilogramas de borracha reciclada utilizada por metro cúbico de betão



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

9 Indústria, inovação e infraestruturas

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL DO IC2 MARCA NOVA ERA NO SETOR DA CONSTRUÇÃO

Troço de uma das principais estradas portuguesas é o primeiro a ser reabilitado com materiais reciclados provenientes de resíduos de construção e demolição, abrindo portas a repensar visão tradicional da construção de infraestruturas.

Uma iniciativa pioneira levada a cabo pela Infraestruturas de Portugal está a revolucionar a forma como se reabilitam estradas em Portugal. No IC2 (EN1), uma das principais vias do país, uma solução inovadora e sustentável foi implementada para transformar um pavimento rodoviário rígido muito degradado numa estrutura mais resiliente e ecológica.
O desafio era enorme: o pavimento apresentava fissuras e fragmentação significativa, indicando a necessidade de uma reabilitação estrutural extensa. No entanto, em vez da reconstrução tradicional, foi adotada uma alternativa com base nos princípios da economia circular.
Em vez de descartar completamente as camadas existentes, a Infraestruturas de Portugal, reaproveitou duas das três camadas da estrada, adicionando resíduos de construção e demolição (RCD), provenientes das lajes de betão retiradas.

ESTRADAS MAIS VERDES

O setor da construção é responsável por 36,4% do total de resíduos gerados na União Europeia, de acordo com dados do Eurostat relativos ao ano de 2022, sendo estes gerados em obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação, e demolição de vias de comunicação e de edifícios.
Por forma a tornar a reabilitação rodoviária mais sustentável, a abordagem utilizada pela Infraestruturas de Portugal não só reduziu a necessidade de novos agregados, como evitou a produção adicional de resíduos provenientes da demolição das lajes originais. Em todo o processo foram reutilizadas cerca de 1107 toneladas de RCD por quilómetro, totalizando aproximadamente 13 300 toneladas em todo o troço de via reabilitado, com uma extensão de 12 quilómetros.
Neste contexto, foi possível economizar recursos naturais e reduzir custos em diferentes níveis, desde a aquisição de novos agregados até às despesas com a deposição de resíduos que teriam sido produzidos, não tivesse sido utilizado um método sustentável. Adicionalmente, os resíduos que não foram incorporados na obra foram processados e certificados para uso enquanto agregados reciclados noutras obras, completando o ciclo de economia circular. Além de contribuir para a sustentabilidade ambiental, a nova abordagem

Empresa:
Infraestruturas de Portugal, SA

Nome do projeto:
IC2 (EN1) - Solução inovadora sustentável de reabilitação estrutural do pavimento rodoviário com incorporação de resíduos de construção e demolição provenientes das lajes de betão existentes

Data de início:
21/06/2022

Data de conclusão:
17/11/2023

Principais beneficiários da iniciativa: **gestores de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, portos, aeroportos, donos de obra, projetistas e empreiteiros e a própria Infraestruturas de Portugal**





promove a confiança na utilização de RCD em infraestruturas de alto tráfego, indo além das aplicações convencionais.

REABILITAÇÃO INOVADORA

Não obstante a importância de se basear nos princípios da economia circular e da promoção da sustentabilidade ambiental, o principal fator de inovação da iniciativa reside na utilização dos agregados reciclados, materiais nunca antes utilizados em rodovias de elevado tráfego de pesados, tal como o IC2, uma importante estrada do nosso país.

A solução criada pela Infraestruturas de Portugal representa, assim, uma mudança sobre a visão tradicional da reabilitação de estradas, mas também sinaliza o início de uma nova era de sustentabilidade na indústria da construção.

Os resultados do projeto têm sido monitorizados ao longo do tempo, e continuarão em análise, para garantir que o pavimento reabilitado apresenta os níveis de desempenho adequados. Serão realizados ensaios não destrutivos para medir as deflexões ao longo do troço, por forma a assegurar a durabilidade e a segurança de toda a estrutura.

1107
toneladas de resíduos de construção e demolição utilizados por quilómetro

12
quilómetros de estrada reabilitados

13 300
toneladas de resíduos de construção e demolição utilizados no total



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



Indústria, inovação e infraestruturas



Produção e consumo sustentáveis

OS MAIS REVOLUCIONÁRIOS DETERGENTES SUSTENTÁVEIS DA EUROPA

Há uma empresa portuguesa que se está a destacar com os seus detergentes 100% biodegradáveis, ultraconcentrados e reutilizáveis que poupam o ambiente e a carteira.



Os detergentes domésticos são apontados como grandes poluidores do solo e das águas, não apenas pelos produtos químicos que contêm como também pelo volume de resíduos de embalagens de plástico que geram. Nos últimos anos, têm surgido, neste âmbito, várias soluções inovadoras, com as empresas a apostarem em produtos de limpeza mais amigos do ambiente. A Inokem é uma das que está a destacar-se no mercado com os seus detergentes 100% biodegradáveis, eco e pet-friendly, formulados com base em ingredientes naturais e que apresentam uma ultra concentração.

É precisamente o facto de serem ultra concentrados que permite uma redução do uso do plástico nas embalagens em até 90%, sendo estas concebidas para reutilização, ou seja, podem ser reabastecidas nos pontos de venda autorizados à medida das necessidades, o que ao mesmo tempo incentiva os consumidores a reduzirem os seus resíduos e a trilharem um caminho mais sustentável para o futuro.

De acordo com a empresa, esta é uma grande mudança de mentalidade, já que ao adquirir-

se um litro destes detergentes, na prática está-se a evitar, em média, a aquisição de 40 a 50 embalagens quando comparado com os produtos de limpeza tradicionais. A meta da Inokem será atingir o "plástico zero".
O projeto já registou grandes conquistas, podemos destacar o facto de ter entrado no maior retalhista Europeu, o Lidl, com os primeiros detergentes bio ultra concentrados disponíveis em supermercado a nível europeu. Para além das lojas Lidl que dispõem de uma linha exclusiva, Gama LIM, a Inokem também já conta com cerca de 40 pontos de refill no país, na sua maioria mercearias a granel, no entanto, o objetivo será atingir mais de 200 pontos de reabastecimento até ao final de 2024, com abrangência nacional. Mas as vantagens não se ficam por aqui. O uso destes detergentes também permite poupanças ao nível do preço, pois ao serem diluídos em água chegam a custar 0,17 euros por cada litro. De referir que os ultraconcentrados bio da marca permitem diluições máximas de 1% para se obter a formulação certa para o objetivo pretendido, podendo ser diluídos em água reutilizada, água doce e, até, em água salgada (no caso do desengordurante Power). Cada embalagem tem um doseador e a quantidade a diluir vem recomendada no rótulo.
Desde o final de 2020, esta organização deu um passo inovador ao lançar o projeto Inokem Biotech Shop, uma plataforma virtual que visa alcançar diretamente os consumidores domésticos, que aqui encontram a vasta oferta de produtos da marca, desde desengordurantes, multiusos, lavagem da loiça e da roupa, limpeza da casa de banho, tira-nódoas, amaciador de roupa, entre outros.

Empresa: **Inokem, S.A.**

Nome do projeto: **Inokem Biotech Shop**

Data de início: **05/11/2020**

Principais beneficiários da iniciativa: **consumidores finais, entre empresas, instituições e particulares**





90%
de redução da pegada carbónica e ambiental

100%
de redução do uso de plástico se embalagens forem reabastecidas

40
pontos de reabastecimento (refill) das embalagens

TECNOLOGIA 100% PORTUGUESA

Localizada na região de Vila Franca de Xira, a empresa tem a sustentabilidade como pilar essencial no desenvolvimento de todas as suas soluções. Aposta nas mais recentes técnicas de engenharia e na utilização de matérias-primas biodegradáveis, cada vez mais naturais, que permitam chegar a soluções mais eficientes e ecológicas, com impacto zero no ambiente. Este compromisso com a sustentabilidade já valeu à Inokem uma Menção Honrosa em Tecnologia Verde nos Prémios Verdes 2022, um reconhecimento da Revista Visão e da AdP (Águas de Portugal).

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

3 Saúde de qualidade
4 Educação de qualidade
6 Água potável e saneamento
11 Cidades e comunidades sustentáveis
12 Produção e consumo sustentáveis
13 Ação climática
14 Proteger a vida marinha

ONDE ESTÁ O WALLIE? O ECOPONTO DOMÉSTICO QUE PARECE UMA PEÇA DE DECORAÇÃO

Um ecoponto "fora da caixa" que combina funcionalidade e design. É uma solução inovadora da LIPOR que nasceu para promover a reciclagem de resíduos com estilo.





A LIPOR, a Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto, comprometida com os princípios da Economia Circular e a promoção de um estilo de vida sustentável, desenvolveu o Wallie, um ecoponto doméstico de parede, fabricado em Portugal, em material reciclado (com 89% de polipropileno, um dos plásticos com menor taxa de reciclagem e ele próprio totalmente reciclável).

No entanto, não se trata de um ecoponto qualquer. O Wallie enquadra-se em qualquer zona da casa como se de uma peça de decoração se tratasse. Com design moderno e funcional — que foi alvo de um estudo de ecodesign, assemelha-se a um quadro, cuja parte frontal é personalizável e pode ser preenchida com fotos ou imagens, adaptando-se às preferências individuais de cada utilizador. Sendo fixável na parede com ganchos adesivos, responde ao problema da falta de espaço nas habitações, e o facto de ser plano permite reduzir o volume da embalagem em 40%. Na sua conceção foram tidos em conta requisitos como funcionalidade, qualidade e estética, com o objetivo de criar uma solução diferenciadora no segmento dos ecopontos domésticos.

O Wallie é comercializado à unidade, permitindo aos consumidores decidir de quantos recipientes necessitam para o clássico trio papel-plástico-vidro, em função

89%
de polipropileno reciclado

100%
reciclável

1
prémio internacional



da sua produção de resíduos e espaço físico disponível. Cada ecoponto suporta até 10 quilos de peso e 22 litros de volume, o que, para se ter uma ideia, corresponde a 32 embalagens de cartão complexo (como as de pacotes de leite) espalmadas ou 12 por espalmar. Um saco interno, fornecido juntamente, permite o transporte dos resíduos até ao ecoponto respetivo da via pública.
São conhecidas as vantagens da reciclagem, desde, entre outras, a conservação de recursos, à poupança energética e à redução da quantidade de resíduos depositados em aterro. Assim, promovemos a reciclagem com Estilo!

PROJETO PREMIADO

O design inovador deste ecoponto já foi reconhecido internacionalmente. Em 2018, no evento Viva Technology, em Paris, venceu o concurso internacional FAMAE, na categoria "Design Prize: take up the challenge of sorting and composting in an urban environment", cujo objetivo foi premiar a reinvenção de dois objetos de extrema importância para a reciclagem: o ecoponto doméstico e o compostor.

Empresa: **LIPOR - Associação de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto**

Nome do projeto: **WALLIE — Ecoponto doméstico de parede**

Data de início: **22/06/2018**

Data de conclusão: **em curso**

Principais beneficiários da iniciativa: **todos os utilizadores, incluindo famílias e cidadãos individuais**

De referir que a LIPOR valoriza atualmente cerca de 500 mil toneladas/ano de resíduos urbanos produzidos por um milhão de habitantes na região do Porto. A missão da organização inclui empreender soluções inovadoras na gestão de recursos para promover uma abordagem circular e um estilo de vida que contribua para a sustentabilidade, ao mesmo tempo que cria valor partilhado. O Wallie é um meio diferenciador para chegar a esse fim.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

12

Produção e consumo sustentáveis



D.R.

TÊXTIL RECICLADO TRANSFORMADO EM RESPONSABILIDADE SOCIAL

Metropolitano de Lisboa uniu-se à start-up minhota ToBeGreen para reciclar têxteis inutilizados, tendo já evitado a deposição em aterro de mais de três toneladas de roupa. Projeto apoia a população mais necessitada e tem inspirado outras empresas a rumarem à economia circular.

Assegurar a mobilidade diária de milhares de pessoas é um papel relevante, mas não o suficiente quando se trata de responsabilidade social. Foi precisamente neste sentido que, em 2022, quando procedeu à renovação do uniforme para cerca de 800 trabalhadores operacionais, o Metropolitano de Lisboa lançou o projeto 'Vamos dar Afetos', com a missão de não só dar uma nova vida ao velho fardamento, como também convertê-lo em calor humano para os mais necessitados.

Em parceria com a start-up minhota ToBeGreen, a empresa deu início a um processo de transformação dos resíduos têxteis em fibras recicladas, que posteriormente serviram de matéria-prima para a confeção de 300 kits compostos por mantas, gorros e totebags. Essas "cestas básicas" tiveram como principal destinatário a população em situação de sem-abrigo da cidade de Lisboa, e foram distribuídas durante o almoço de Natal oferecido anualmente pelo Metropolitano em parceria com o Centro de Apoio ao Sem Abrigo (CASA), numa ação de rua e nas estações, durante períodos de vagas de frio.

Ressalve-se que, ainda que não estivessem em mau estado, as fardas antigas não poderiam ser usadas noutros contextos, dado que continham a identificação do Metropolitano de Lisboa.

3
Toneladas de roupa reciclada

1900
Peças têxteis novas

300
Kits distribuídos aos sem abrigo de Lisboa



D.R.



D.R.

ALARGAR PARA PRODUZIR MAIS RESULTADOS

O impacto gerado pelo projeto 'Vamos dar Afetos' motivou o Metropolitano de Lisboa a expandir a iniciativa de reciclagem de têxteis, em 2023, com o 'Faça o Mundo Circular' envolvendo, desta vez, a recolha de roupa também junto dos clientes e prestadores de serviço da empresa.

Esta abrangência permitiu que fossem doadas, adicionalmente, 50 mantas ao Banco do Bebé e 47 à Associação Assistência Social Evangélica - Lar de Idosos. Nos próximos meses, a empresa prevê ainda a distribuição de 200 cobertores reciclados na Ucrânia, através do Ministério da Defesa Nacional, e de 250 kits de cultivo para projetos de responsabilidade social da empresa.

Ao todo, três toneladas de roupa foram recicladas e transformadas em mais de 1900 peças têxteis novas, evitando o seu encaminhamento para deposição em aterro. Ao mesmo tempo, proporcionou-se conforto e dignidade a diversos segmentos da população em situação de vulnerabilidade, de que são exemplo os sem-abrigo, recém-nascidos carenciados e idosos.

Quanto aos custos totais das iniciativas, ao longo dos anos de 2022 e 2023, foram de aproximadamente 28 900 euros.

Metropolitano de Lisboa

Empresa: **Metropolitano de Lisboa**

Nome do Projeto: **Vamos dar afetos/ Faça o mundo circular**

Data de início: **01/07/2022**

Data de conclusão: **31/03/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **população mais necessitada, nomeadamente pessoas em situação de sem abrigo, Metropolitano de Lisboa e outras empresas**

UMA MENSAGEM QUE SE ESPALHA

Estas ações produziram ainda benefícios que não são possíveis de quantificar e vão além da entrega de produtos têxteis novos e de qualidade, fabricados com a atenção e cuidado que todos merecem, independentemente das suas condições socioeconómicas.

O sucesso e a escalabilidade da iniciativa, que representa acima de tudo uma mensagem de solidariedade para com os mais necessitados, tem despertado interesse de outras empresas e organismos públicos, que contactaram o Metropolitano de Lisboa no ano passado - alguns, inclusive, já se encontram a implementar práticas similares.

A start-up originária da Universidade do Minho assumiu um papel fundamental para o sucesso dos projetos, uma vez que teve a seu cargo a transformação de todas as peças inutilizadas. Salienta-se, assim, o papel crucial da inovação e colaboração para enfrentar desafios sociais e ambientais cada vez mais prementes.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA




D.R.


D.R.

ALUMÍNIO RECICLADO PROMOVE EFICIÊNCIA NO FABRICO DE BICICLETAS

A trabalhar com as mais conceituadas marcas de bicicletas do mundo, a Miranda & Irmão produz componentes sustentáveis. Reaproveitar matérias-primas, como o alumínio, e reduzir o desperdício no seu processo de fabrico faz desta empresa de Águeda pioneira no setor que endereça.

Na Miranda & Irmão, a busca por soluções inovadoras que se traduzam em benefícios económicos, ambientais e sociais para a empresa e para a sua cadeia de fornecedores faz parte do seu ADN.
Desta abordagem, surgiu um acordo com o seu principal fornecedor de alumínio que pode ser enquadrado numa perspetiva de economia circular, uma vez que por cada deslocação que este faz às instalações da Miranda & Irmão, não só entrega as barras de alumínio necessárias ao processo produtivo dos componentes para bicicletas, mas efetua também a recolha de aparas de alumínio resultantes do processo de fabrico. Desta forma, esta entidade acaba por ter o duplo papel de fornecedor e de Operador de Gestão de Resíduos (OGR), rentabilizando a viagem de ida e volta com ambos os serviços.
Após o transporte para as suas instalações, os resíduos de alumínio entram num processo de reciclagem e são incorporados em novo alumínio que será entregue como matéria-prima para um novo processo produtivo na Miranda. O ciclo repete-se.
Em média, no ano de 2021, as barras, varões e chapas de alumínio utilizados pela Miranda & Irmão para fabricar grande parte dos seus produtos tinham na sua composição 80% de material reciclado. Em 2022 houve um aumento de 6% na quantidade de material reciclado, perfazendo 86% de material reciclado incorporado. Para esta análise foram considerados os dois maiores fornecedores de alumínio da empresa que, juntos, representam 82% do fornecimento total de alumínio.
Na sua candidatura ao Prémio Nacional da Sustentabilidade, a empresa destaca igualmente a importância da aposta numa cadeia de abastecimento local, na qual

Miranda
The European Bike Fundamentals.

Empresa: **Miranda & Irmão Lda.**

Nome do projeto: **Miranda Sustainability Initiative**

Data de início: **01/01/2021**

Data de conclusão: **31/12/2022**

Principais beneficiários da iniciativa: **ambiente, sociedade em geral**



D.R.

os principais fornecedores se encontram a uma distância inferior a 70 Km. Este posicionamento facilita esta iniciativa, contribui para a economia local, e assegura uma pegada de carbono reduzida no transporte das matérias-primas. Saliente-se que o sucesso deste projeto de transformação foi muito positivo e que, apesar de concluído em 2022, tornou-se uma prática comum adotada no dia-a-dia da empresa.

NÍVEIS DE EXIGÊNCIA ELEVADOS

O crescimento e a afirmação da Miranda & irmão como um dos maiores fabricantes de componentes de bicicletas da Europa exige que os níveis de produção sejam sempre muito elevados. Cumprir os objetivos relacionados com ganhos de eficiência é, por isso, uma prioridade. Embora a empresa não tenha influência direta na forma como os recursos que utiliza são produzidos a montante, tem um papel ativo e rigoroso na decisão no que diz respeito à escolha de parceiros com maior compromisso e conformidade a nível ambiental, social e económico.

Para a organização, um fator essencial no momento de decisão está relacionado com a capacidade de material reciclado incorporado em novas matérias-primas que vão ser utilizadas no processo produtivo da sua vasta gama de produtos. Na perspetiva da empresa, este é também um fator que traduz altos níveis de eficiência e eficácia. Ao fabricar produtos que apresentam uma elevada incorporação de material reciclado, a Miranda & Irmão está, em simultâneo, a contribuir significativamente para a redução dos resíduos encaminhados para aterro. Em 2021 e 2022, foram realizadas análises aos níveis de material reciclado incorporado na principal matéria-prima – o alumínio - utilizada no processo de produção dos componentes da Miranda. Para o futuro, o objetivo será alargar esta análise a outros materiais.

86%

Percentagem de material reciclado incluído na composição dos seus produtos, em 2022

70 Km

Distância máxima para o principal fornecedor da cadeia de abastecimento da Miranda

82%

Percentagem do fornecimento total de alumínio pelos dois maiores fornecedores da empresa

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

O CENTRO COMERCIAL QUE REAPROVEITA 95% DOS RESÍDUOS QUE PRODUZ



Projeto pioneiro redefine a gestão de resíduos, destacando-se pela inovação na transformação de plásticos em produtos úteis e, ainda, pela promoção de mudanças sociais.

O conceito de economia circular está cada vez mais enraizado na sociedade. À medida que as preocupações relacionadas com a escassez de recursos e com as mudanças climáticas se intensificam, pessoas e organizações vão-se tornando mais conscientes da necessidade de adotar práticas mais sustentáveis no seu dia a dia.

No Alegro Sintra, um dos centros comerciais da região da Grande Lisboa, está a ser desenvolvido o projeto Circularity All Around Us pela mão da Nhood — plataforma de soluções imobiliárias para projetos mistos, que atua na regeneração imobiliária urbana com triplo impacto positivo: social, ambiental, económico. Este projeto inovador redefine não apenas a gestão de resíduos como também os padrões de sustentabilidade e de responsabilidade social corporativa.

Uma das principais estratégias está nas parcerias, nomeadamente com a Saica, especializada na gestão de resíduos e serviços

97%
dos resíduos produzidos são valorizados

-13%
de redução da produção de resíduos

560 t
de resíduos das 1000 produzidas em 2023, corresponderam a resíduos orgânicos ou reciclados, indo as restantes para valorização energética









ambientais. Esta colaboração tem sido fundamental para garantir que mais de 95% dos resíduos produzidos sejam reaproveitados, num esforço coletivo que envolve desde a correta separação dos resíduos até à identificação dos melhores destinos a dar a cada fluxo.

INOVAÇÃO DÁ NOVA VIDA AO PLÁSTICO

O projeto também se destaca pela abordagem inovadora na transformação de resíduos plásticos em objetos úteis, utilizando tecnologia de impressão 3D para criar peças que respondem a necessidades específicas do centro, de que são exemplo adaptadores para lâmpadas LED, caixotes de reciclagem, suportes de comunicação e abrigos para aves.
Esta iniciativa permite diminuir custos e ainda contribui significativamente para a redução do desperdício e para a promoção da sustentabilidade em todo o ecossistema do centro comercial, dos lojistas aos fornecedores.
Para se ter uma ideia do impacto económico, o filamento que alimenta as máquinas com as quais se imprimem as peças é feito a partir do aproveitamento do plástico das garrafas, a impressão de 6000 adaptadores corresponde a cerca de 30 mil euros poupados, enquanto os caixotes para reciclagem substituem os sacos do lixo de plástico, permitindo cortar também nesse custo. No que respeita aos resíduos indiferenciados são encaminhados para triagem e posteriormente transformados em combustível (CDR – Combustível Derivado de Resíduos).

Empresa: **Nhood Services Portugal, S.A.**

Nome do projeto: **Circularity All Around Us at Alegro Sintra Shopping Centre**

Data de início: **01/01/2023**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **todo o ecossistema do centro comercial Alegro Sintra, como fornecedores, parceiros, lojistas, equipas internas, e comunidade local**

Outra vantagem do Circularity All Around Us prende-se pelo facto de não se limitar apenas ao impacto ambiental direto, estendendo-se ao domínio social. Através de ações de sensibilização e de formação sobre práticas circulares e gestão eficaz de resíduos dirigidas a todos os stakeholders, visa, por essa via, criar uma mudança duradoura na mentalidade das pessoas, transformando os cidadãos em defensores da sustentabilidade e contribuindo para um futuro mais verde e socialmente responsável.
Refira-se que este projeto da Nhood foi premiado, o ano passado, no Distribution Masters na categoria Circularity, prémio que reconhece empresas com serviços ou iniciativas que aplicam os princípios da economia circular, promovendo a redução, a reciclagem, a recuperação e a reutilização de resíduos.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



Indústria, inovação e infraestruturas

Produção e consumo sustentáveis

Parcerias para a implementação dos objetivos

PORCELANA COM ECODESIGN POUPA EM EMISSÕES E RECURSOS NATURAIS

Uma coleção de design único e com apenas quatro peças nasce de um projeto pioneiro que transforma lamas industriais em peças de porcelana sustentáveis. Apesar de ser um produto de nicho, volume de vendas já soma oito mil euros.

Assumindo a missão de impor práticas mais sustentáveis na indústria da porcelana, a Costa Verde tornou-se pioneira na produção mais verde com o projeto Endless. A iniciativa, resultado de anos de pesquisa e desenvolvimento, tem como objetivo principal a recuperação de lamas industriais e a sua reintrodução no processo produtivo, constituindo uma abordagem inovadora e disruptiva num setor tradicionalmente exigente em recursos naturais e energia.
As matérias-primas utilizadas para a produção de porcelana são recursos extraídos da natureza, como caulinos, areias, feldspatos e água, sendo posteriormente todo o efluente resultante dos processos canalizados para uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI), que pertence à empresa. Daí resultam resíduos, ou lamas, e também água, que voltam a ser introduzidos na cadeia de valor.
Visando reduzir o consumo de recursos naturais e, portanto, minimizar os impactos ambientais da sua operação, a empresa passou a utilizar 100% das lamas industriais e a reciclar 20% da água tratada, criando um exemplo concreto de como a indústria pode contribuir na luta pela sustentabilidade.

IMPACTO AMBIENTAL E ECONÓMICO

O Endless é um exemplo claro do abraçar dos princípios da economia circular, uma vez que os resíduos produzidos na produção de peças de porcelana, são reintroduzidos na cadeia de valor e utilizados para criar outras totalmente únicas.



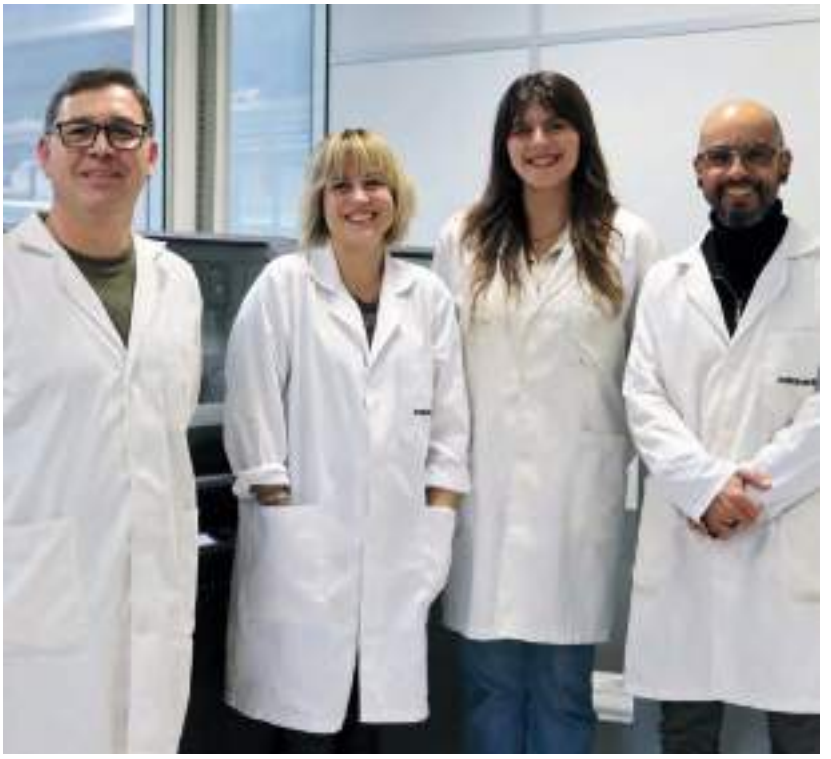
100%
de redução de consumos de recursos naturais

20%
de água poupad

35%
de redução de emissões de carbono

Tendo a iniciativa sido concebida com base no conceito de ecodesign, com cozedura única em vez das habituais duas levas de cozedura no processo de produção normal de porcelana. O processo resulta em peças diferenciadas, nenhuma igual à próxima, o que aumenta a perceção de valor do produto, particularmente junto dos compradores ambientalmente conscientes. Além disso, a cozedura única do Endless consome menos 35% de energia e emite 35% menos de dióxido de carbono, contribuindo para a descarbonização da indústria.
No entanto, e apesar de se tratar de uma coleção de nicho e recente, os valores alcançados com vendas já refletem a





importância da recuperação e reintegração de resíduos na ótica do consumidor. Lançada em 2022, o volume de vendas cifra-se, neste momento, próximo dos oito mil euros, numa coleção com apenas quatro peças.
De referir, ainda, os impactos positivos na vertente económica, que beneficia de poupanças significativas na fatura energética da Costa Verde, mas também evita custos adicionais com transporte e manuseamento de matérias-primas convencionais.

RECONHECIMENTO SUSTENTÁVEL

Embora o projeto Endless esteja em fase inicial, a Costa Verde já está a explorar oportunidades de escalabilidade. A empresa está a trabalhar em soluções para integrar mais resíduos no processo produtivo e está aberta a parcerias que possam potenciar ainda mais este conhecimento.
A incorporação de lamas industriais na produção de porcelana é considerada um marco na indústria, não só pelo seu impacto positivo no ambiente, mas também pela criação de produtos únicos e diferenciados.
O Endless não só promove práticas sustentáveis, mas também atrai consumidores conscientes, saindo reforçado o compromisso da Costa Verde para com o ambiente.

costaverde

Empresa: **Porcelanas da Costa Verde SA**

Nome do projeto: **Endless**

Data de início: **02/01/2021**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **consumidores ambientalmente conscientes, gerações millennial e Z, grupos étnicos minoritários e consumidores da classe média-alta e alta**

No entanto, o contributo da organização para a sustentabilidade vai muito além do Endless, estando já certificada pela ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental, comprometendo-se a promover práticas ambientais responsáveis em todas as suas áreas de atuação.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



REDUZIR EMISSÕES NO MERCADO DA CONSTRUÇÃO

Este é um dos grandes objetivos da Saint-Gobain, que desenvolveu um novo tipo de vidro base que permite diminuir a pegada ambiental no setor.

A habitação é não apenas uma necessidade, mas também um direito fundamental de qualquer cidadão. A importância do setor da construção é, por isso, central na vida das sociedades, mas isso não significa que, tal como outras áreas de atividade, não enfrente desafios nesta jornada rumo à sustentabilidade e neutralidade carbónica. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o setor é responsável por cerca de 40% de todas as emissões de CO_2 associadas à energia em todo o mundo. Na Europa, esta atividade representa aproximadamente um terço de todas as emissões de gases com efeito de estufa. Consciente desta realidade, a União Europeia (UE) definiu a redução da pegada carbónica dos edifícios já construídos e da nova construção como uma das prioridades neste processo de descarbonização da Europa: a partir de 2030, as novas construções devem ter emissões nulas. E é aqui que a Saint-Gobain, comprometida em atingir a neutralidade carbónica até 2050, tem uma solução inovadora, assente na economia circular, para oferecer ao mercado.

Trata-se do vidro ORAÉ®, um novo vidro base com baixas emissões de CO_2 e que apresenta uma expressiva redução da pegada em relação à produção de vidro base das linhas da empresa na Europa. Para isso, a empresa apostou na incorporação de material reciclado e na utilização de energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis na sua produção. Com isto, este vidro confirma o papel fundamental que as organizações desempenham na promoção de uma indústria sustentável e na aceleração do desenvolvimento de uma economia circular de baixo carbono.

40%
redução da pegada carbónica face à média europeia na produção de vidro base

70%
dos materiais incorporados para a produção destes vidros são reciclados

55%
dos materiais reciclados são de origem externa

Em simultâneo, esta inovação da Saint-Gobain – que assume o produto como sendo "o primeiro vidro no mundo com emissões de carbono mais reduzidas" que incorpora uma elevada percentagem de materiais reciclados.

REAPROVEITAR PARA CONSTRUIR O FUTURO

A empresa tornou-se, assim, no primeiro fabricante do mundo a desenvolver uma solução com baixas emissões, sem colocar em causa a qualidade, a eficiência e durabilidade do produto. Segundo os dados oficiais, o vidro base ORAÉ® incorpora cerca de 70% de teor de vidro reciclado (conhecido como casco), dos quais 55% de origem externa, o que permite alcançar uma redução de 40% na pegada ambiental, quando comparado com a média europeia na produção deste tipo de soluções. Um vidro com espessura de quatro milímetros tem uma pegada estimada de apenas sete quilos de CO_2 eq. por cada metro quadrado.



D.R.

Este vidro é um material 100% reciclável quando chegar ao fim de vida e apresenta o mesmo desempenho técnico quando combinado com capas (como isolamento térmico, acústico e visual), a mesma qualidade e estética final. Todas estas valências contribuem para a preservação do planeta, eficiência energética, bem-estar do utilizador e conforto acústico. Estas soluções de vidro duplo com capas, cujo vidro base é o ORAÉ® são comercializadas sob a marca Climalit® Oraé®.
Para a Saint-Gobain, o ORAÉ® marca um ponto de viragem do vidro em relação à sustentabilidade, uma vez que contribui para o avanço da descarbonização do setor da construção. Desta forma é possível que este produto contribua positivamente para a redução do impacto de emissões de CO_2 dos edifícios.

SAINT-GOBAIN

Entidade:
Saint-Gobain Portugal S.A.

Nome do projeto:
Vidro ORAÉ ®

Data de início:
26/10/2022

Data de conclusão:
em comercialização

Principais beneficiários da iniciativa: **promotores, transformadores de vidro, arquitetos e utilizadores finais**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 7 Energias renováveis e acessíveis
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática



O PROGRAMA QUE ESTÁ A TRANSFORMAR O SETOR DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS

O Re-Source da Sociedade Ponto Verde é muito mais do que um programa de inovação. É uma iniciativa abrangente e colaborativa que visa transformar o setor de resíduos de embalagens e criar um impacto positivo duradouro no ambiente e na sociedade.

Impulsionar o setor de embalagens e resíduos de embalagens através da introdução de novas perspectivas, tecnologias e soluções inovadoras é o objetivo geral do Re-Source, um programa de inovação colaborativa liderado pela Sociedade Ponto Verde (SPV), entidade portuguesa com a missão de promover a recolha seletiva de resíduos de embalagens em todo o país e a sua reciclagem, com o apoio da consultora para a inovação Beta-i.



Uma das principais caraterísticas diferenciadoras deste programa, que já vai na sua terceira edição, é o apoio financeiro disponibilizado pela SPV para a implementação dos projetos-piloto, que reúnem parceiros da cadeia de valor, partes interessadas-chave, start-ups e inovadores à escala mundial, o que demonstra o compromisso em não só gerar ideias, mas também em implementar soluções práticas e eficazes, capazes de resolver alguns dos desafios mais urgentes no âmbito das embalagens e respetivos resíduos.



Empresa: **Sociedade Ponto Verde**

Nome do projeto: **Re-Source**

Data de início: **16/03/2021**

Data de conclusão: **20/02/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **empresas e indústrias, Governo e autoridades reguladoras, consumidores, comunidades locais**

impacto ambiental, abre igualmente novas oportunidades de negócios e diferenciação para as empresas participantes, uma vez que as soluções desenvolvidas podem gerar valor adicional, seja através da criação de novos produtos e serviços, da melhoria da reputação da marca ou do acesso a novos mercados.
O programa de inovação destaca-se, ainda, pelo seu papel na educação ambiental e na sensibilização para estas temáticas tão importantes para tornar o mundo mais habitável. Ao promover a consciência ambiental entre consumidores e intervenientes do setor, a iniciativa procura aumentar o entendimento e a adoção de práticas sustentáveis de gestão de resíduos de embalagens, construindo assim uma sociedade mais consciente e responsável.
De salientar que o Re-Source promove a integração de conhecimentos e experiências de diferentes áreas, incluindo tecnologia, inovação, sustentabilidade, gestão de resíduos, economia circular e outras, permitindo uma abordagem multidisciplinar para a resolução de problemas complexos no setor de resíduos.
No decorrer do programa, são estabelecidas parcerias estratégicas e várias entidades fazem networking, ao facilitar-se o estabelecimento de redes entre as empresas, start-ups e inovadores. Todo o ambiente criado à volta do Re-Source é propício ao surgimento de novas ideias, novas tecnologias e novos modelos de negócios, numa lógica de ecossistema colaborativo, com sentido de comunidade.

INICIATIVA COM IMPACTOS ABRANGENTES

Com o foco na economia circular, o Re-Source impacta em várias áreas, como a redução do desperdício, onde soluções são desenvolvidas para minimizar o uso excessivo de embalagens e promover a reutilização de materiais.
Além disso, o programa visa também melhorar a eficiência na gestão de recursos, implementando práticas e tecnologias que reduzam a necessidade de matéria-prima virgem. Outros pontos cruciais são o desenvolvimento de sistemas e processos que aumentem as taxas de reciclagem, a recuperação de materiais e o estímulo à inovação para a criação de embalagens sustentáveis, o que envolve investigação e exploração de novos materiais e designs de embalagens mais sustentáveis.
Esta abordagem, além de permitir reduzir o

403
candidaturas apresentadas provenientes de 49 países, em três edições

21
projetos-piloto desenvolvidos

713 000
euros investidos

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

9 Indústria, inovação e infraestruturas

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

17 Parcerias para a implementação dos objetivos

RECICLAR PARA COMBATER DESPERDÍCIO E POBREZA ALIMENTAR

As taxas de reciclagem em Portugal continuam abaixo da média europeia, mas a Tetra Pak tem investido no sentido de inverter a situação. Com a ajuda dos consumidores, o projeto Reciclar Alimenta está a apoiar famílias carenciadas.

A reciclagem é uma componente essencial para garantir o futuro sustentável do planeta, nomeadamente porque promove a circularidade. Mas e se ao colocar embalagens de cartão para bebidas no ecoponto amarelo estivesse a ajudar famílias carenciadas? A ação da Tetra Pak, que se aliou à Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome e com a Refood garantiu, precisamente, que a ação coletiva de reciclar se traduzisse em garantir a segurança alimentar de muitas famílias portuguesas em situações de vulnerabilidade. A iniciativa assenta na ideia de que a embalagem vazia de hoje, pode ser a que alimenta alguém amanhã, criando uma cadeia de ações positivas que já permitiu, durante os meses da campanha, recolher no ecoponto amarelo 1452,1 toneladas de embalagens de cartão para alimentos e bebidas (ECAL).



Tetra Pak
PROTEGE O QUE É BOM

Empresa: **Tetra Pak Portugal Lda**

Nome do projeto: **Reciclar Alimenta**

Data de início: **01/10/2022**

Data de conclusão: **31/10/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **Grupos mais vulneráveis da sociedade, nomeadamente as famílias que recorrem à Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome e o movimento social Refood.**

ALIMENTAR PORTUGAL

Nos últimos dois anos, a iniciativa "Reciclar Alimenta", promovida pela Tetra Pak, contribuiu para aumentar a taxa de embalagens de cartão para bebidas recicladas no ecoponto amarelo em Portugal, enquanto, em simultâneo, promovia uma importante mobilização social para garantir o acesso generalizado a alimentos e bebidas nutritivas.
Em 2022, em conjunto com a Federação





das comunidades, designadamente as mais vulneráveis. A Tetra Pak colocou-se, assim, na linha da frente ao aliar o aumento da taxa de reciclagem à prevenção do desperdício alimentar e à luta contra a pobreza alimentar. Além do ato de reciclar se traduzir na doação de alimentos, o que por si só já implica circularidade, a campanha envolve entidades como a Federação Portuguesa de Bancos Alimentares Contra a Fome, a Refood, mas também os cidadãos. Aliás, precisamente para potenciar ao máximo os resultados da ação, a campanha é suportada por uma comunicação em diversos formatos e plataformas, nomeadamente na rede de metropolitano, autocarros, centros comerciais, comunicação social e redes sociais.
Ao unir esforços com o terceiro setor, a par com a mobilização dos cidadãos, tem vindo a cumprir-se a meta de reciclar para alimentar, que engloba dois objetivos de redobrada importância considerando as baixas taxas de reciclagem em Portugal e os crescentes pedidos de apoio por parte das famílias face ao atual contexto socioeconómico.

Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome, foi feito um desafio aos portugueses: por cada 100 toneladas de embalagens de cartão recicladas no ecoponto amarelo, a empresa doaria cinco mil litros de leite aos bancos alimentares. Ao fim de um mês, período em que a iniciativa decorreu, foi possível doar 35 mil litros de leite graças às 702 toneladas de embalagens recolhidas nos ecopontos amarelos. No ano seguinte, em parceria com a Refood, o objetivo era, por cada 100 toneladas de embalagens de cartão para alimentos e bebidas recicladas, a Tetra Pak doaria 15 mil refeições.
De acordo com os dados do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens, foram recicladas 750,1 toneladas de cartão ao longo de um mês, mais 7,2% face a outubro do ano anterior. Não só os portugueses responderam positivamente ao repto e reciclaram mais, como a iniciativa permitiu doar 112 515 refeições, o que evitou o desperdício de 56 258 quilogramas de alimentos.

35
mil litros de leite doados aos bancos alimentares

112 515
refeições doadas à Refood

56 258
quilogramas de desperdício alimentar evitados



RECICLAR PELA COMUNIDADE

Promover a economia circular é uma responsabilidade transversal a toda a sociedade, não apenas pelos impactos que essas ações têm na luta por um planeta mais verde, como pelo seu peso na vida quotidiana

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

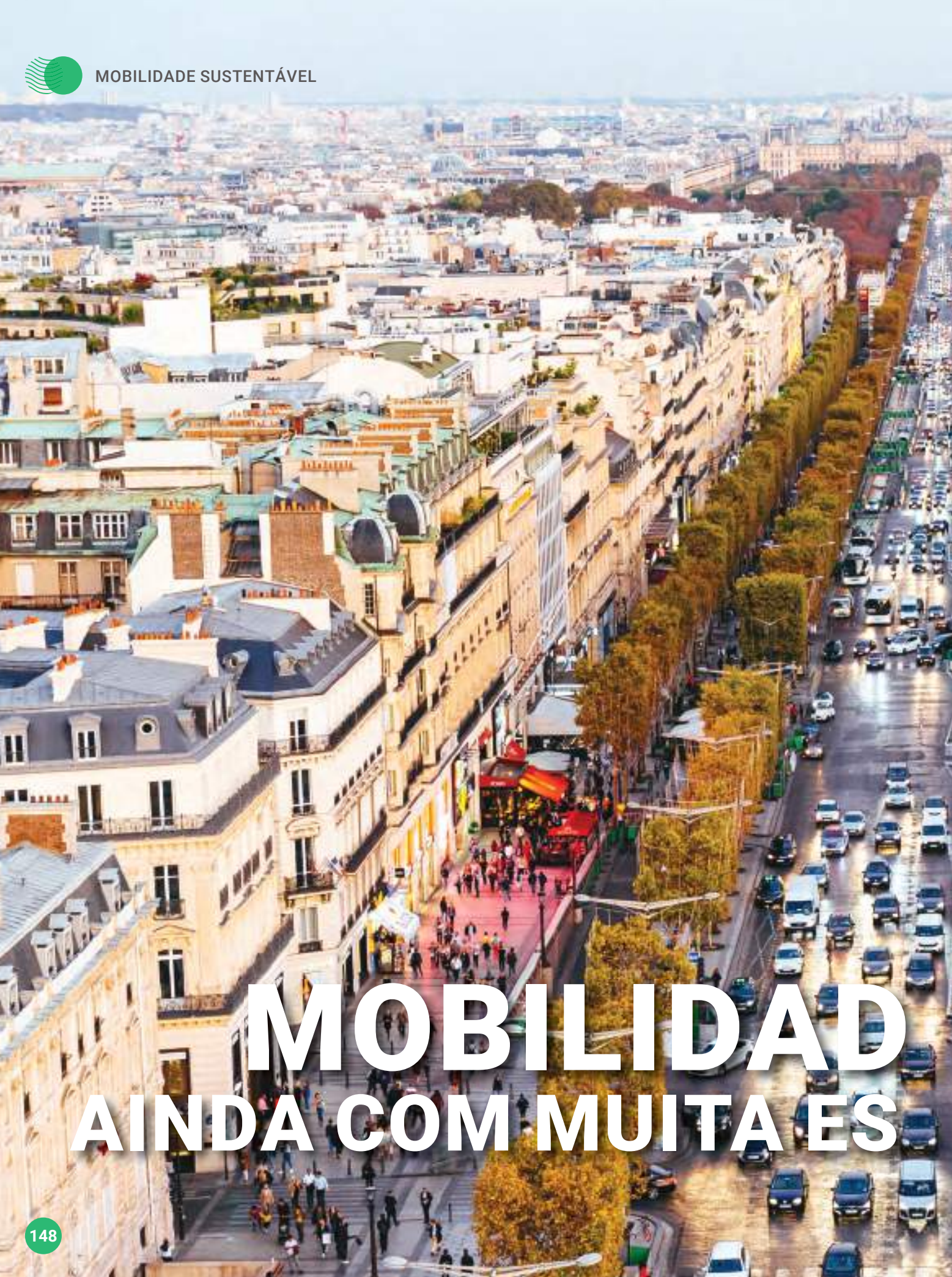
2 Erradicar a fome

10 Reduzir as desigualdades

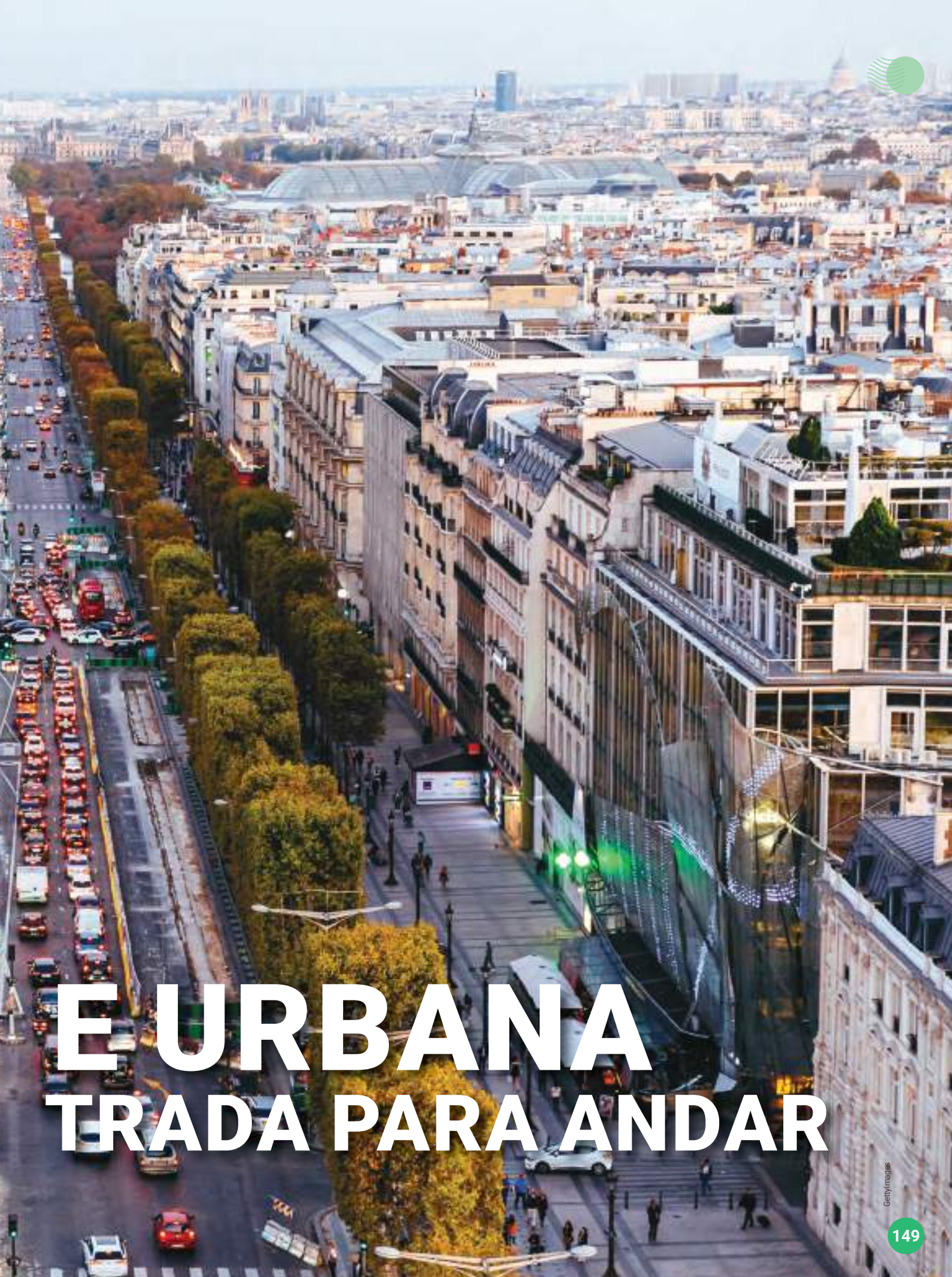
11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

17 Parcerias para a implementação dos objetivos



MOBILIDAD
AINDA COM MUITA ES



E URBANA
TRADA PARA ANDAR

GettyImages

Com mais de 70% dos cidadãos da União Europeia a viverem em grandes centros urbanos, são muitas as tarefas titânicas que se impõem para conseguir alcançar a tão desejada neutralidade carbónica em 2050. Na Europa, o caminho para alcançar a meta da mobilidade sustentável tem sido feito a vários ritmos. Que cidades estão na linha da frente? As medidas em curso são suficientes e abrangem todas as classes sociais? As opiniões dividem-se. Sara Ribeiro

A adoção de novos modelos de mobilidade urbana é imperativa para incentivar os cidadãos a trocar o automóvel particular por meios de transporte mais sustentáveis. Um pouco por toda a Europa, grandes centros urbanos têm enfrentado este desafio e tentado promover alternativas para uma mobilidade mais "verde". Mas o caminho não tem sido trilhado no mesmo ritmo pelos países do Velho Continente. E há quem alerte para a necessidade de uma estratégia limpa, segura, mas também acessível para a classe média. A mobilidade sustentável é, realmente, para todos? Que países estão à frente nesta marcha pela naturalidade carbónica?

Copenhaga, Oslo e Paris encabeçam o ranking das cidades menos saturadas da Clean Cities, uma coligação de mais de 80 organizações europeias que está a levar a cabo a Campanha Cidades Limpas para acelerar a descarbonização. Mas a análise mostra que ainda existem obstáculos à mudança.

O estudo mediu o desempenho de 42 cidades numa escala de 0 a 100% em quatro indicadores que refletem o estado atual da mobilidade partilhada e de emissões zero, nomeadamente as redes de bicicletas e trotinetes elétricas partilhadas, dos automóveis elétricos partilhados, dos transportes públicos e das infraestruturas para carregamento de veículos elétricos. O ranking de 2023 analisa apenas a oferta das cidades para tentar mitigar a poluição do tráfego rodoviário, não tendo em conta outras fontes de poluição. Em Lisboa, que se encontra no décimo lugar, os navios de cruzeiro são dos principais poluidores, por exemplo.

Barbara Stoll, diretora da Clean Cities, explica que os quatro critérios do ranking são importantes, mas não representam a totalidade do panorama. "São complementos às medidas que as cidades têm de implementar, como a limitação do tráfego, as políticas de estacionamento, a introdução de zonas de baixas emissões ou o pagamento de taxas de congestionamento. Há uma variedade de medidas que as cidades podem tomar para promover a passagem a meios de locomoção mais amigos do ambiente, tirar as pessoas dos carros que poluem e fazer com que passem a usar um meio de transporte mais limpo", acrescenta.

Amesterdão e Hamburgo fecham o top 5 do ranking, enquanto Granada, Dublin e a Grande Manchester estão no fim da tabela.

O FUTURO DAS TROTINETES

A oferta de pontos de carregamento para carros elétricos e bicicletas e trotinetes é um dos critérios em que mais cidades conseguem uma melhor pontuação. Mas as trotinetes não reúnem consenso. Em Paris, por exemplo, um referendo em abril de 2023 ditou que este meio fosse banido a partir de setembro desse ano, daí que a cidade ainda tenha tido boa classificação neste critério neste ranking. Desde então, houve mais países a querer seguir o exemplo, levando mesmo Bruxelas a preparar um plano para limitar o número de trotinetes partilhadas devido às queixas e aumentos de acidentes por desrespeito dos condutores às regras de segurança rodoviária.

Já as classificações da oferta de veículos elétricos partilhados e de autocarros de transporte público com emissões zero mostram que ainda há muito por fazer neste campo. E geram dúvidas sobre se os planos em curso estão no caminho certo.

Carlos Tavares tem sido uma das vozes críticas da regulamentação europeia para a transição elétrica. O líder da Stellantis, grupo automóvel que detém marcas como a Peugeot, Citroën, Opel ou Fiat, tem alertado para os perigos da "pobreza da mobilidade".

O gestor português considera que a "demagogia e o dogmatismo" são dois dos principais problemas na Europa por olharem para a eletrificação sem ter em conta os custos no desenvolvimento da tecnologia e na comercialização e, consequentemente, da acessibilidade por parte das classes média e baixa.

Uma das medidas da União Europeia para alcançar a neutralidade carbónica em 2025 passa por banir os carros com motores a combustão, isto é, movidos a combustíveis fósseis. Inicialmente, a proposta previa o fim da venda de todos os carros poluentes a partir de 2035, de modo a saírem do mercado até 2050 e serem substituídos por alternativas mais amigas do ambiente, como os elétricos. Porém, no âmbito de negociações com a Alemanha, a Comissão Europeia cedeu em um dos pontos pedidos pelos alemães: a continuidade dos carros com motor de combustão movidos a eletrocombustíveis, um tipo de combustível sintético neutro em carbono, a partir de 2035.

Para Carlos Tavares, este tipo de medidas que Bruxelas aprovou para retirar os carros poluentes do mercado não são aceitáveis "numa União Europeia que é uma união de países democráticos. Não se pode dizer 'amanhã de manhã, já não pode utilizar o seu automóvel. Porquê? Porque eu lhe disse!'. Não se pode decidir que as

As cidades geram 23% de todas as emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos transportes.



GettyImages

Paisagem urbana com estrada e estação de Schuman com o edifício Berlaymont à direita, Bruxelas, Bélgica.

Não há mobilidade sustentável exclusiva a determinados níveis de riqueza.

Luísa Schmidt, socióloga e investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde coordena o OBSERVA – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade



pessoas vão perder a sua liberdade de movimento, simplesmente porque se decidiu que não está alinhado com a estratégia de acabar com o veículo térmico", considerou.

MOBILIDADE PARA TODOS?

O debate em torno da pobreza de mobilidade e de que maneira está a travar o caminho para a sustentabilidade tem estado na agenda. Mas não reúne consenso.

Paula Teles, presidente executiva da Mobilidade PT, é uma das defensoras de que as medidas em curso comprometem a liberdade de movimentos para todos. "Quando as políticas ainda imprimem desigualdades ao direito à mobilidade, significa que a "pobreza de mobilidade" continua a estruturar travões à mobilidade sustentável", disse ao Negócios. "Sou do entendimento que, depois de a habitação ser entendida como o primeiro direito, a mobilidade deve ser entendida como o segundo", acrescentou a responsável da empresa de planeamento e gestão da mobilidade.

Luísa Schmidt também não tem dúvidas de que a mobilidade só é sustentável se for para todos. "Não há mobilidade sustentável exclusiva a determinados níveis de riqueza", comentou a socióloga e investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-Lisboa), onde coordena o OBSERVA – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade.

Este tema tem ganho relevância à medida que as grandes cidades recebem, cada vez mais, população. Mais de 70% dos cidadãos da União Europeia vivem em cidades, e nem sempre pode ser fácil chegar de determinado ponto a outro num grande centro urbano sem recorrer a um meio de transporte alternativo ao automóvel a gasolina ou gasóleo, uma vez que os ainda elevados preços dos elétricos não permitem uma oferta massificada e a rede de transportes públicos não cobre toda a procura.

Por estes motivos, "é absolutamente necessário a aposta nos transportes públicos para a promoção da descarbonização e da humanização", aponta Paula Teles. Até porque, "quem não tem mobilidade não tem liberdade, pelo que o acesso à cidade está completamente condicionado, não conseguindo ter acesso ao trabalho, à cultura, à educação", alerta.

Já Jorge Vasconcelos, que liderou a comissão para a reforma da fiscalidade verde, rejeita a expressão "pobreza de mobilidade". "Desconheço a origem geocultural desta moda, deste modo de pluralizar a pobreza, adjetivando-a (energética, de mobilidade, etc.), insinuando assim que a raiz do problema está nas políticas setoriais e não na política pura e dura", disse ao Negócios.

Para o antigo presidente da Entidade Reguladora dos Serviços



Getty Images

Energéticos (ERSE), o problema fundamental "é o aumento das desigualdades económicas dentro dos países, enquanto as desigualdades económicas entre países diminuíram significativamente na época da globalização". Como explicou o especialista, hoje o rendimento disponível de um número crescente de famílias, nos países desenvolvidos, não é suficiente para fazer face aos custos dos serviços essenciais. E para Jorge Vasconcelos este é o problema que precisa de ser resolvido urgentemente. Como? "Revendo a política fiscal, restabelecendo uma dinâmica redistributiva que garanta a coesão e a justiça social. Não há políticas setoriais, por muito voluntaristas que sejam, capazes de colmatar a injustiça social", reforçou.

A BASE DO PROBLEMA

A ausência de infraestruturas seguras de mobilidade mais sustentáveis e a preços acessíveis continua a promover o aumento da taxa de motorização de forma generalizada no espaço europeu. E como observa Luísa Schmidt, "a diferença entre cidadãos resi-

dentes e cidadãos utilizadores da cidade acentuou-se muito negativamente com a gentrificação que nos últimos anos tem vindo a afetar as nossas cidades". Esta situação aliada ao crescimento do turismo está a destruir "as bases participativas democráticas e sustentáveis para uma transição sustentável".

Todos os especialistas concordam que a solução para este problema tem de passar pela aposta numa rede musculada de transportes públicos urbanos com nós de intermodalidade e estações/paragens seguras, confortáveis e inclusivas. Porém, como adverte Paula Teles, é preciso não esquecer o desenho da cidade. "Deve ser redesenhada transformando as estradas em ruas, aplicando sistemas de acalmia de tráfego e elementos urbanos e paisagísticos diferenciadores", sugere.

O peso do papel das cidades no caminho para a mobilidade sustentável tem aumentado e ninguém parece ter dúvidas de que é fundamental e estratégico por concentrar mais de metade da população. Porém, como lembra Luísa Schmidt, por essas mesmas razões, são também lugares de concentração de emissões. Segundo dados da Comissão Europeia, as cidades geram 23% de todas as emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos transportes.

Muitos centros urbanos, sobretudo os que assinaram o Pacto dos Autarcas, têm tomado medidas relevantes para reduzir emissões, como a implementação de Zonas de Emissões Reduzidas (ZER), as quais ficam limitadas ao tráfego de carros com baixas emissões de carbono. Um modelo seguido por Londres e por Lisboa, por exemplo. Este pacto, que resultou de um movimento europeu de autarquias locais e regionais, foi subscrito em praticamente todos os países da União Europeia que seguiram as diretrizes do Green Deal, que tem justamente um capítulo totalmente dedicado à mobilidade.

A implementação de ZER tem sido uma medida pedida por vários organismos, entre os quais a Clean Air, por ajudar não só o clima, como a saúde dos cidadãos. "As zonas de baixas emissões levam a uma redução do número de internamentos hospitalares, ataques cardíacos e AVC. Por isso, continuar este caminho representa um ganho importante em termos de saúde", sublinha Simon Bickett, responsável da Clean Air de Londres.

PRÓXIMO PASSOS

Apesar de nos últimos anos o tema da mobilidade sustentável ter estado na agenda, tendo também entrado na lista de prioridades da Comissão Europeia, os níveis de poluição atmosférica ainda não são seguros, sobretudo para crianças, de acordo com as recentes avaliações de qualidade de ar da Agência Europeia do Ambiente.

Há dois anos, a União Europeia avançou com um Quadro de Mobilidade Urbana que pretende beneficiar os utilizadores dos transportes e todas as pessoas que os rodeiam. A proposta define orientações sobre a forma como as cidades podem reduzir as emissões e melhorar a mobilidade, nomeadamente através de planos de mobilidade urbana sustentável, com a tónica a ser feita nos transportes públicos e nas deslocações a pé e de bicicleta. Para tal, possibilita alguns apoios financeiros.

O novo Quadro de Mobilidade Urbana dá igualmente prioridade a soluções sem emissões para as frotas urbanas, incluindo os táxis e os serviços de veículos de aluguer com condutor, bem como à construção e modernização de plataformas multimodais e de novas soluções e serviços digitais.

> **O número de automóveis por mil habitantes, em Portugal, passou de 256, em 1990, para 552, em 2022, praticamente na média da UE (563), enquanto, no mesmo período, a extensão da rede ferroviária diminuiu de 3.126 km para 2.527 km e o número de passageiros por ano diminuiu de 225 mil para 171 mil.**
>
> **Jorge Vasconcelos, antigo presidente da ERSE e responsável pela comissão para a reforma da fiscalidade verde**

Estas linhas orientadoras têm sido seguidas por algumas cidades, mas a ritmos distintos. Embora haja políticas comuns face às tendências e preocupações globais, Paula Teles esclarece que na União Europeia "não estão a ser implementadas ao mesmo tempo pelo que as suas repercussões têm tido ritmos diferentes". Além disso, explica que nem todos têm a mesma cultura de mobilidade sustentável, em particular os países do Sul, pelo que considera que ainda há muito a fazer. Contudo, acredita que "os desafios no âmbito da mitigação do aquecimento global associado à necessidade de humanização das cidades são fortes vetores que irão 'empurrar' com maior velocidade estes territórios nos próximos anos, pois há cada vez mais uma consciencialização que ou é agora, ou temos mesmo em risco a vida na Terra".

Já Luísa Schmidt não tem dúvidas de que os "países que dotaram as suas cidades com extensas redes de metropolitanos e comboios serão os que estão em melhores condições. Não é claramente o caso do nosso país", lamentou a especialista.

Mas olhando para o atual panorama, qual o melhor caminho para a mobilidade sustentável? Jorge Vasconcelos começa por destacar que a mobilidade sustentável começa pela suficiência, isto é, por apenas realizar as deslocações necessárias de pessoas e mercadorias, valorizando ambiental e socialmente a proximidade. Ora, o que se verificou nos últimos 20 anos, não contabilizando os anos anómalos da pandemia covid-19, foi que o número de quilómetros por passageiro, por ano, aumentou em linha com o produto interno bruto, tanto em Portugal como na União Europeia.



Getty Images

As zonas de baixas emissões levam a uma redução do número de internamentos hospitalares, ataques cardíacos e AVC. Por isso, continuar este caminho representa um ganho importante em termos de saúde.

Simon Bickett, responsável da Clean Air de Londres

Dois terços das deslocações dos portugueses de e para o emprego são em automóvel, um valor que tem vindo a aumentar e põe Portugal no topo da tabela europeia. "O número de automóveis por mil habitantes, em Portugal, passou de 256, em 1990, para 552, em 2022, praticamente na média da UE (563), enquanto, no mesmo período, a extensão da rede ferroviária diminuiu de 3.126 km para 2.527 km e o número de passageiros por ano diminuiu de 225 mil para 171 mil", detalhou.

Para tentar inverter a tendência e acelerar na mobilidade sustentável, sugere uma lista com três linhas de atuação: alterar os modos de habitar (urbanismo e gestão do território) e de trabalhar, reduzindo as necessidades de transporte privado; criar redes de transporte público adequadas a esses novos modos, substituindo o transporte individual; e desviar transporte da rodovia para a ferrovia, reduzindo assim as emissões de gases com efeito de estufa.

Por sua vez, Luísa Schmidt acrescenta que em termos de sustentabilidade os desafios são inúmeros, mas podem ser resumidos à questão energética: sair dos combustíveis fósseis. Para tal, admite que são muitas as tarefas titânicas que se impõem, apontando que uma delas passa pelas mudanças coordenadas de políticas públicas e que contribuam para a alteração de hábitos cívicos. "Uma mobilidade sustentável tem de ser coletiva, tem de ser elétrica, tem de assentar numa grande flexibilidade, intermodalidade, usos e partilhados, e incentivar modos suaves como o uso de bicicletas", conclui.

KAREN VANCLUYSEN

CIDADES ESTÃO A SER REORGANIZADAS PARA A MULTIMOBILIDADE

A pandemia deu força a pequenas mudanças no espaço urbano por toda a Europa que acabaram por se materializar de forma permanente, mas é preciso continuar e arriscar mais. A prioridade é começar a pensar as cidades para os vários tipos de mobilidade e não apenas para o carro, que tem dominado. Aí o transporte público é a espinha dorsal de um ecossistema de mobilidade urbana.

Diogo Mendo Fernandes

Desde 1998 que Karen Vancluysen está ligada à mobilidade urbana e à rede de transportes de várias cidades europeias, participando em projetos de investigação. A sua abordagem é maioritariamente através da perspetiva das cidades e da governação da mobilidade e da inovação. Faz parte da POLIS – uma organização europeia que junta cidades e regiões para pensar políticas de mobilidade – desde 2004, primeiro como diretora de investigação, durante 10 anos, e desde setembro de 2014 como secretária-geral.

Quais foram as principais conquistas no domínio da mobilidade sustentável nos últimos anos?

A pandemia, enquanto durou, foi muito disruptiva. A maior parte dos transportes públicos foi afetada e foi necessário algum tempo para recuperar. Mas houve algumas coisas positivas em termos de cidades que usaram a crise como uma oportunidade para dar mais espaço às deslocações ativas. As pessoas estavam mais na rua para andar a pé e de bicicleta e várias cidades aproveitaram de forma inteligente essa oportunidade para redistribuir o espaço a favor destes modos. Esta era uma tendência que já tinha começado antes da pandemia: devolver a rua às pessoas, reequilibrar a utilização muito injusta do espaço urbano nas cidades – com uma proporção demasiado grande a ser utilizada pelo automóvel – e tentou-se corrigir a situação e reorientar o uso do automóvel para fora do centro das cidades, o que implicou uma reorganização do espaço. Algumas destas intervenções foram inicialmente temporárias, mas várias cidades conseguiram torná-las permanentes.

Por alguma razão específica?

As cidades que foram mais bem-sucedidas tinham, muitas vezes, em curso planos de mobilidade urbana sustentáveis, uma ferramenta promovida pela Comissão Europeia para adotar uma visão política a longo prazo para a mobilidade sustentável, que vai além dos ciclos eleitorais. O que as cidades fizeram foi adotar medidas que faziam parte desse plano e acelerar o seu desenvolvimento. No fundo, puseram-nas numa via rápida. A pandemia mostrou que as cidades podem ser ágeis e rápidas quando estão sob pressão. Hoje, a maioria dos transportes públicos recuperou, apesar de ter demorado algum tempo e muito mudou no que diz respeito ao trabalho, portanto, há uma mudança permanente, o teletrabalho, que tem impacto na mobilidade. Embora possa ser uma desvantagem para os transportes públicos, enquanto fenómeno é positivo porque reduz a necessidade de viajar.

E estas mudanças vieram para ficar?

Acredito que esta redistribuição do espaço vai ser o grande fator de mudança. Até porque há vários fatores externos nos transportes com os quais as cidades têm de lidar, quer queiram quer não. Por exemplo, há limites europeus a cumprir relativamente à poluição atmosférica e sonora, há a visão zero em matéria de segurança – numa altura em que continuamos a ter demasiadas vítimas nas

Se queremos reduzir as emissões poluentes, temos de adotar medidas: regulamentar os acessos de veículos urbanos, através da criação de zonas de emissões reduzidas ou nulas, incluindo reduzir o congestionamento, ou os preços dos parques de estacionamento automóveis.



D.R.

estradas e, em especial, utilizadores de transportes ativos – e há o desafio global das alterações climáticas. Tudo isto exige que as cidades tomem medidas drásticas, dado que têm de reduzir o congestionamento e proteger a qualidade de vida, isso exige liderança.

E temos tido bons líderes?
Vemos que, por vezes, é fácil criar incentivos, mas as medidas menos populares são muitas vezes politicamente sensíveis. Se queremos reduzir as emissões poluentes, temos de adotar medidas: regulamentar os acessos de veículos urbanos, através da criação de zonas de emissões reduzidas ou nulas, incluindo reduzir o congestionamento, ou os preços dos parques de estacionamento automóveis. É uma tendência que tem crescido nos últimos anos, com mais cidades a adotarem esta regulamentação, embora com um custo político. E aí vemos uma tendência preocupante, o crescente populismo, que torna muito difícil a ação dos políticos. Por exemplo, o conceito da cidade de 15 minutos, que pretende melhorar a vida nas cidades e aumentar a qualidade de vida dos cidadãos, enquanto aborda os diferentes fatores negativos, tem sido vítima de tendências populistas.

A cidade dos 15 minutos é uma opção viável?
É viável no sentido em que há várias cidades que já são cidades de 15 minutos. Mas, nesses casos, é o resultado de décadas de planeamento inteligente e de escolhas conscientes e, por vezes, ousadas. Não acontece de um dia para o outro, por isso, temos de ser realistas. Ao mesmo tempo, por vezes, as intervenções não têm de ser grandes – as mudanças nas infraestruturas levam tempo, e é por isso que também temos de nos certificar de que elas resistem ao tempo. O que foi feito durante a pandemia foram intervenções urbanísticas táticas, que podem ser muito pequenas, mas ter um impacto tremendo.

Considera que as políticas de mobilidade devem ser tomadas a nível europeu, nacional ou local?
Existe um princípio de subsidiariedade, segundo o qual as decisões corretas devem ser tomadas ao nível correto e penso que devemos manter esse poder de decisão ao nível local e regional. Dito isto, encontramos um aliado na União Europeia (UE) e a UE e o nível local tendem a estar alinhados. Há objetivos ambiciosos a serem definidos, por exemplo – e esta é uma área em que a UE tem de intervir –, quando se trata de normas e limites de emissões de gases com efeito de estufa. Onde muitas vezes corre mal é ao nível nacional e com a entrada em cena de outros fatores, como a indústria automóvel e as razões económicas.

Como é que se pode criar nas cidades uma coexistência justa entre o automóvel, os meios de mobilidade sustentável e as pessoas?
Temos de ser realistas, haverá sempre um papel para os automóveis, mas não será o mesmo das últimas décadas, até porque vemos os impactos negativos e não podemos ignorá-los. Devemos também deixar de considerar as pessoas que morrem nas nossas estradas como danos colaterais, não é aceitável. Os veículos devem deixar de ser poluentes no futuro e, tanto quanto possível, devem ser partilhados. Isto significa que se abre espaço para aqueles que precisam realmente do carro e não têm oportunidade ou possibilidade de recorrer a alternativas, para o utilizarem mais facilmente e não ficarem presos no trânsito, por exemplo. É uma questão de conseguir um equilíbrio mais justo, porque o que fizemos durante décadas foi dar prioridade a um único modo de transporte e remodelar as nossas cidades para o servir.

E que impacto terão as novas formas de mobilidade?
Outra coisa que precisamos é passar da monomobilidade para a multimobilidade. Temos de combinar os modos e utilizar o modo

Os transportes públicos são a espinha dorsal de um ecossistema de mobilidade urbana, juntamente com as deslocações ativas. Os serviços de mobilidade partilhada, quer seja micromobilidade, partilha de automóveis ou transporte de passageiros, devem complementar os transportes públicos, porque temos de estar conscientes de que existem necessidades de mobilidade que o transporte público nunca conseguirá satisfazer.

certo para o objetivo certo no momento certo. É muito mais fácil ser monomodal do que ser multimodal, por isso, precisamos de garantir que essa combinação de modos é simples e fácil através da sua integração. Não só por meio de centros de mobilidade nas interfaces de transportes onde os diferentes modos se juntam e podem ser combinados, mas também pela integração digital, com a mobilidade como um serviço onde se pode reservar, pagar e planear a viagem utilizando vários modos num ambiente urbano.

Os novos meios de mobilidade, como a micromobilidade, podem substituir os transportes públicos?
Os transportes públicos são a espinha dorsal de um ecossistema de mobilidade urbana, juntamente com as deslocações ativas. Os serviços de mobilidade partilhada, quer seja micromobilidade, partilha de automóveis ou transporte de passageiros [como a Uber ou a Bolt], devem complementar os transportes públicos, porque temos de estar conscientes de que existem necessidades de mobilidade que o transporte público nunca conseguirá satisfazer. Seja em períodos fora das horas de maior afluência, ou de grupos-alvo com necessidades específicas, ou áreas mais remotas onde é ineficaz implementar de forma generalizada os transportes coletivos.

E como se complementa a oferta privada com a pública?
O setor público tem de intervir ativamente para regular e garantir que cada modo desempenha o papel que pode desempenhar, porque não queremos que prejudiquem os transportes públicos, dado não há outro meio mais eficiente de transporte de grandes grupos de pessoas.

É claro que com o "boom" da micromobilidade existem fatores negativos, sobretudo quando falamos das trotinetes elétricas, cujo uso precisa de ser regulamentado. Estamos a passar por um período de tentativa e erro em termos do que funciona ou não. É algo novo, as cidades têm de encontrar o seu caminho e decidir se desempenham um papel positivo e dialogam com o setor privado. O que costumava ser reservado para o setor público em termos de oferta de transportes está cada vez mais a ser assumido pelo setor privado.

Os passes gratuitos são uma boa forma de difundir a utilização dos transportes públicos?
Se queremos que as pessoas mudem de modo de transporte, temos de garantir que as alternativas estão disponíveis e são de boa qualidade. O que não acredito é na gratuitidade dos transportes públicos em geral. Para grupos específicos podem ser muito úteis, quer sejam pessoas idosas, com dificuldades financeiras, ou jovens. Temos exemplos de locais onde foram implementados transportes públicos gratuitos e não é o caminho a seguir. Primeiro, porque precisamos de dinheiro para investir em transportes públicos de boa qualidade e, segundo, porque muitas vezes não gerou a transferência modal que as cidades estavam à procura. As pessoas reduziram o número de deslocações a pé e de bicicleta e usaram os transportes públicos para distâncias mais curtas, mas isso não fez com que se abandonasse o automóvel. Acredito também que é justo pedir um preço honesto por transportes públicos de boa qualidade. Dito isto, teremos sempre de proteger os transportes públicos como um serviço público, o que exige subsídios. Os novos serviços de mobilidade do setor privado estão a ter dificuldades com o negócio, não há dinheiro fácil a ganhar com a mobilidade sustentável. Se considerarmos que são positivos para as cidades atingirem os seus objetivos políticos, temos de explorar a possibilidade de subsídios, ou formas de cooperação público-privada.

O que compõe uma boa governação urbana?
O grande desafio para os líderes locais é conciliar o que o utilizador individual quer ou pensa que quer e o que a cidade precisa, e essas duas coisas não estão alinhadas, pelo contrário. É um desafio político permanente encontrar um compromisso para atingir o equilíbrio correto. E há depois a inovação da governação: uma cidade inteligente não se atira a toda e qualquer tecnologia para ter o máximo de digitalização possível. É antes uma cidade que analisa as soluções e quais podem

Se queremos que as pessoas mudem de modo de transporte, temos de garantir que as alternativas estão disponíveis e são de boa qualidade.



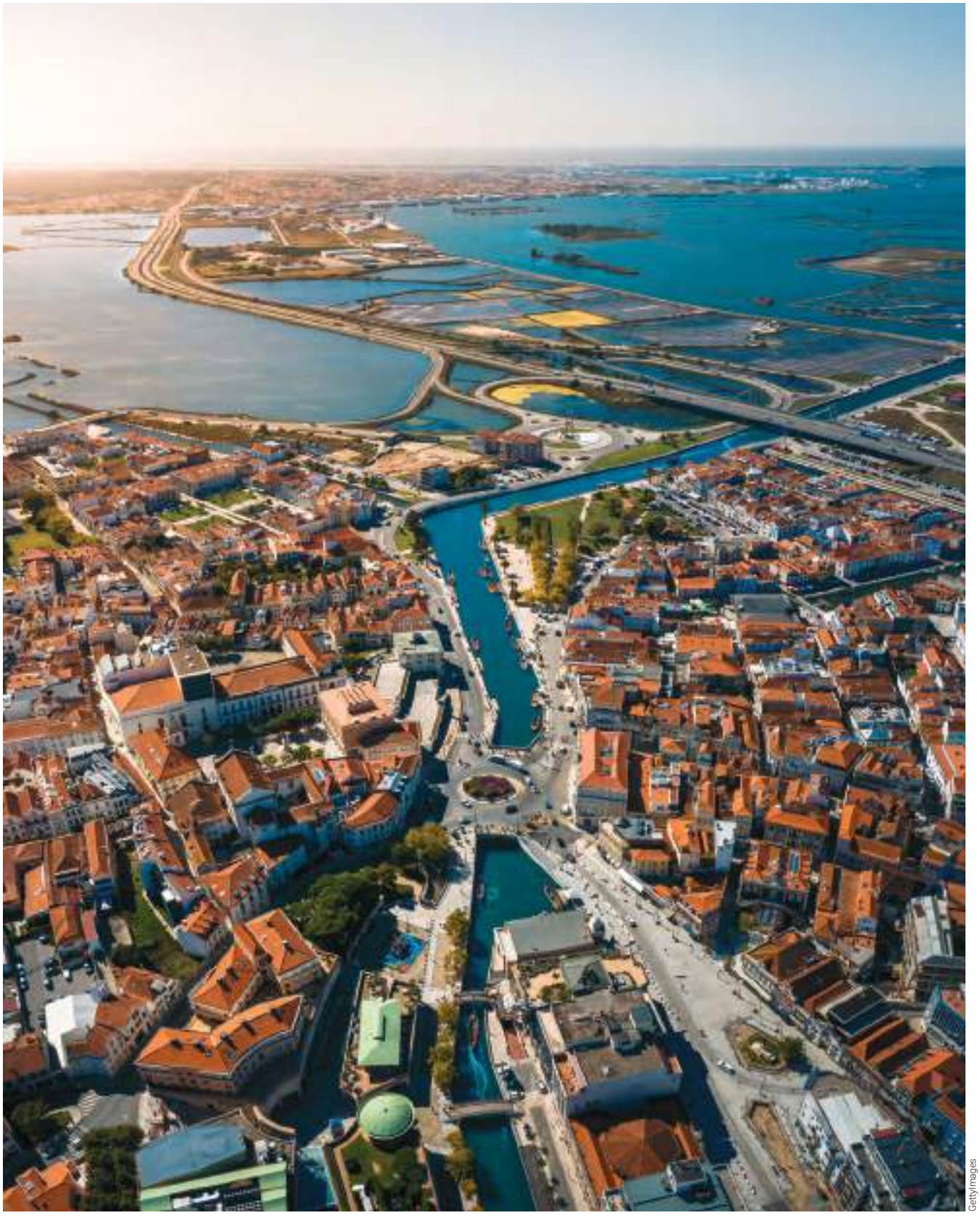
D.R.

Karen Vancluysen, secretária-geral da POLIS

ajudar a resolver os problemas ou a alcançar os objetivos. E algumas soluções podem não ser úteis. Quando olhamos para as inovações que estão a chegar às cidades: automação, digitalização, eletrificação, mobilidade partilhada, mobilidade como um serviço, para cada uma delas, as cidades têm de pensar de forma inteligente.

O veículo autónomo é uma dessas decisões?

Temos de estar conscientes de que o ambiente urbano é inerentemente mais complexo do que o rodoviário, há tantas regras não escritas, impulsos que um automóvel automatizado terá dificuldade em interpretar. Mas tentamos também sensibilizar as cidades de que precisam de definir hoje as regras para o que pode chegar amanhã. A substituição de carros poluentes por carros limpos não resolve o congestionamento. É preciso uma abordagem multimodal e integrada. Se deixarmos a questão exclusivamente nas mãos do setor privado, não creio que este priorize aos modos sustentáveis. Vão levar o utilizador a recorrer aos modos que geram receitas: andar a pé não gera receitas, mas é valioso para o setor público.



GettyImages

PLANEAR É NECESSÁRIO PARA ACELERAR

Falta planeamento a Portugal para integrar os vários meios e infraestruturas de mobilidade sustentável. É também necessário investir no espaço urbano e retirar o carro do centro da equação, uma vez que a urbanidade foi aumentando e pouco mudou. Muitas estradas têm de passar a ser ruas. Diogo Mendo Fernandes

Os mais recentes Censos realizados em Portugal, em 2021, mostram que os números de deslocações com recurso a veículo automóvel aumentaram de 62% para 66% na última década. Deste número, 47,9% usam o carro como condutores, o que significa que quase metade da população se desloca conduzindo um automóvel. Paralelamente, a deslocação a pé baixou de 16,4% para 15,7% e os transportes coletivos ou públicos reduziram-se de 20% para 16,2%.

Um outro estudo, mais recente, sobre a mobilidade no ensino superior português, mostra também que grande parte dos estudantes e trabalhadores do ensino superior realiza as deslocações de casa para a universidade, na sua grande maioria, de carro: 47% usam o automóvel como condutor, enquanto 5% usam como passageiro. Do total, apenas 30% recorrem ao uso de autocarro, comboio ou metro.

Os anos de pandemia vieram agravar ainda mais o fosso entre os utilizadores do transporte público, de meios de micromobilidade e pedonais face ao automóvel. E os números ainda não regrediram. Esta é uma das preocupações prementes que levantam também dúvidas relativamente à implementação e respetivo cumprimento das metas do Plano Nacional de Energia e Clima, estabelecido em 2021, e que define "metas nacionais, ambiciosas, mas exequíveis, para o horizonte 2030, em termos de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), incorporação de energias renováveis, eficiência energética e interligações, e concretiza as políticas e medidas para as alcançar". Um dos principais objetivos é o de ter 40% de todas as viagens urbanas realizadas a pé, de bicicleta ou de transportes públicos, com o objetivo último de reduzir em 55% as emissões de gases com efeito de estufa também até ao final da década.

O recurso ao automóvel, além da evolução ascendente da última década, ganhou outra força com a pandemia de covid-19. Prova disso é a evolução das emissões de GEE no setor dos transportes, em particular dos rodoviários. "Se em 2020 os transportes representavam 25,8% das emissões de GEE em Portugal, em 2021 (o último ano com dados finais oficiais) representaram 28,2% das emissões de GEE", o que revela uma subida de 7,3% destas emissões no espaço de apenas um ano, mostra um relatório da associação ambientalista ZERO.

> **Há apenas 10% dos municípios que fazem atualmente um planeamento da mobilidade.**
>
> **Paula Teles, CEO da MPT – Mobilidade e Planeamento do Território**

APESAR DO INVESTIMENTO, POUCO MUDOU NA MOBILIDADE NA ÚLTIMA DÉCADA

Os últimos 10 anos coincidiram com o período de maior investimento público em mobilidade sustentável, seja através de ciclovias, sistemas partilhados de bicicletas e trotinetes públicos e privados, e consequente regulação destes, maior ativismo por um novo tipo de mobilidade mais sustentável, ou seja, sem emissões de gases com efeito de estufa, e maior importância deste tema na agenda política nacional e internacional. No entanto, em termos práticos, pouco mudou.

De acordo com os dados dos Censos 2021, o número de utilizadores regulares de bicicleta aumentou de 168 pessoas para 31.347 pessoas, sendo que o seu peso relativo no global dos modos de transporte cresceu de forma muito ligeira, de 0,53% para 0,68%. Este valor fica ainda longe dos 7,5% que a Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável ambiciona para 2030. Segundo as metas intercalares, este valor deveria estar em 3,75% em 2025.

Antes de andarmos de carro ou de transportes públicos, somos peões. E a infraestrutura que menos trabalhamos é a pedonal.

Paula Teles, CEO da MPT – Mobilidade e Planeamento do Território

BICICLETAS E TROTINETES INVADEM OS CENTROS URBANOS

Com base numa análise dos territórios onde pedalar tem mais tradição, denominadas como cidades mais amigas da bicicleta, concluiu-se que em tais regiões se registou um declínio do recurso a este meio de transporte, revela uma análise que consta de um artigo do Público, datado de janeiro de 2023. Do lado oposto, nas áreas metropolitanas houve um aumento significativo, também devido a uma maior e melhor infraestrutura e um nível de investimento mais elevado. Lisboa, por exemplo, viu o número de utilizadores de bicicleta aumentar em 539% em termos relativos no espaço de 10 anos, revelam ainda os Censos 2021.

A capital portuguesa tem, desde 2018, assistido à entrada de várias companhias de micromobilidade privadas e "tem sido bem-sucedida em atrair este tipo de serviços": num período de dois anos entraram mais de 10 marcas de trotinetes e bicicletas elétricas na cidade, mostra um estudo da Deloitte.

"A micromobilidade partilhada pode constituir uma alternativa útil para cerca de 50% de todas as deslocações de automóvel na União Europeia que sejam inferiores a cinco quilómetros" é a leitura que fazem os especialistas da POLIS – uma organização que junta cidades e regiões para pensar políticas de mobilidade – num relatório sobre a micromobilidade a nível europeu, no qual analisam o desempenho das várias cidades-membro. "A mobilidade ativa é saudável e tem uma pegada de carbono muito baixa, e as deslocações a pé e de bicicleta devem ter precedência sobre uma alternativa elétrica", acrescentam.

Apesar destas vantagens, defendem que a mudança nos meios de deslocação não é apenas para um veículo específico, mas antes para "um conjunto de opções de mobilidade que, juntas, oferecem aos utilizadores uma alternativa mais atrativa a deterem individualmente um carro". Aqui também a capital portuguesa, membro da POLIS, tem feito um caminho de maior diálogo com o setor privado.

"Foi assinado um memorando de entendimento com os operadores de micromobilidade, estabelecendo limites de dimensão da frota, uma velocidade máxima de 20 km/h e um protocolo de estacionamento obrigatório, com a cidade a criar agora um conjunto de centros de estacionamento que irão aumentar de forma substancial a capacidade de estacionamento. Além disso, foram tomadas medidas para que a cidade e os operadores mantenham um diálogo regular", destacam os especialistas da organização europeia, sobre as medidas tomadas pela autarquia lisboeta.

Na visão estratégica para a mobilidade 2030, desenhada pelo anterior executivo camarário, são estabelecidas metas que pretendem reduzir o uso do automóvel próprio dos 46% registados em 2017 para 34% no final da década. Nos modos alternativos, o objetivo é um aumento de 22% para 66%. "Temos visto decisões a andar para a frente e para trás em Lisboa e sei que há controvérsia sobre novas ciclovias, com a mudança de executivo na Câmara Municipal de Lisboa", afirma Karen Vancluysen, secretária-geral da POLIS. No entanto, defende que, como membro da organização, o executivo lisboeta "tem-se empenhado e acredita na mobilidade sustentável".

Sinal disso poderá ser o novo Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, sucessor do anterior documento que vigorou entre 2016 e 2020, e que foi apresentado em dezembro de 2023. O novo documento deverá estar concluído em agosto de 2025. O objetivo, explicou a Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), é materializar o investimento de 390 mil euros "num complexo e completo exercício de planeamento para uma mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa alinhada com as necessidades da população".

PLANEAMENTO É A CHAVE PARA AUMENTAR O RECURSO A MEIOS DE TRANSPORTE SUSTENTÁVEL

A Área Metropolitana de Lisboa é uma das poucas regiões portuguesas que têm um plano para a mobilidade sustentável. "Enquanto toda a Europa planeia a mobilidade sustentável há muito tempo, Portugal sempre foi muito negligente com a atitude de planear e sempre se deu mal com esse papel",

Os números de deslocações com recurso a veículo automóvel aumentaram de 62% para 66% na última década.



GettyImages



Pedro Catarino

Obras de construção de estações do Metropolitano de Lisboa. Demolição do tímpano do túnel que irá fazer ligação entre a futura estação de Metro de Santos e o ISEG.

começa por explicar Paula Teles, CEO da MPT – Mobilidade e Planeamento do Território. Aliás, acrescenta, "há apenas 10% dos municípios que fazem atualmente um planeamento da mobilidade". Na opinião da especialista, um maior planeamento poderia fazer uma diferença significativa, uma vez que poderia gerar mudanças no espaço urbano que "permitissem que mais de 50% das movimentações fossem feitas a pé". E justifica: "Mais de 65% da população que anda de carro percorre menos de três quilómetros e mais de 50% percorrem menos de um quilómetro". A conclusão é que "grande parte dessas pessoas podiam andar a pé se tivéssemos passeios, que são o veículo para a mobilidade pedonal".

O planeamento urbano ganha também uma nova relevância num período de maior instabilidade política, uma vez que com recurso a metodologias de planeamento "independentemente de os governos mudarem ou não, há sempre uma estratégia que orienta e que permanece junto das instituições públicas e privadas". No entanto, e não obstante o aumento do uso do carro na última década, para Paula Teles o balanço da mobilidade é genericamente positivo: "Temos feito um trabalho muito grande face àquilo que é o atraso de Portugal na mobilidade", particularmente em áreas setoriais específicas e em projetos-piloto pontuais, maioritariamente promovidos pelos municípios, como é o exemplo do autocarro escolar. Uma iniciativa que pretende que a última fase de deslocação das crianças para a escola seja feita de bicicleta e que tem sido replicada em vários distritos.

Onde o país fica mais aquém é na integração das evoluções que têm sido feitas em várias áreas setoriais com os restantes meios de transporte e da própria infraestrutura existente. O que falta é a "governação da mobilidade", defende a especialista, alertando que "para quem usa mobilidade sustentável as barreiras e fronteiras de nada servem". E exemplifica: "Por um lado há infraestrutura ciclável, mas continua a não haver um sistema de bicicletas públicas, à exceção de Lisboa. Os municípios vão criando sistemas de bicicletas partilhadas, mas depois mudamos de município e a bicicleta é outra, nada está relacionado ou interligado."

O primeiro passo no desenho de medidas de redução do recurso ao carro, de fomento dos novos meios de mobilidade



GettyImages

> **As pessoas não se sentem seguras nas circunstâncias em que se encontra a maior parte das cidades, com um forte domínio do automóvel.**
>
> **Rosa Félix, investigadora**

sustentável e o seu funcionamento integrado tem de ser feito ao nível local, isto é, pelos municípios. "Mas depois tem de haver um trabalho superior, que pode ser feito por uma autoridade metropolitana, que tem de juntar os vários municípios para criar, por exemplo, uma rede ciclável uniforme, que use o mesmo passe, que se possa conectar com outras interfaces", realça a CEO da MPT.

Mas a par do investimento em mobilidade sustentável é também necessário requalificar o espaço público, "uma mudança que praticamente não tem acontecido", salienta a especialista. "Não temos transformado as estradas e continuamos a ter as nossas vias para carros, quando muitas delas, cerca de 80%, já não são estradas e passaram a ter uma função de rua, porque têm comércio, restaurantes, empresas de serviços, pequenas distribuições de retalho espalhadas ao longo da rua" e que foram gerando mais fluxos pedonais. "A urbanidade foi aumentando cada vez mais, mas as infraestruturas ficaram iguais", sumariza, alertando que, "antes de andarmos de carro ou de transportes públicos, somos peões. E a infraestrutura que menos trabalhamos é a pedonal."

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL: DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA UM FUTURO MAIS VERDE

Portugal atravessa uma era de mudança, na qual a mobilidade sustentável se desenha no horizonte como uma meta urgente e inadiável. A transição para a descarbonização no setor automóvel revela-se tanto promissora quanto desafiante.



HELDER PEDRO
secretário-geral da Associação Automóvel de Portugal (ACAP) e presidente do júri na categoria Mobilidade Sustentável do Prémio Nacional de Sustentabilidade.

O impulso rumo à sustentabilidade tem sido evidenciado pelo notável crescimento na adoção de veículos elétricos em Portugal. De janeiro a fevereiro de 2024 as matrículas de veículos ligeiros de passageiros deste tipo totalizaram 15.633 unidades, o que se traduziu numa variação positiva de 16,4% relativamente a 2023.

Apesar do entusiasmo, o rumo a um Portugal mais verde revela desafios complexos. A idade média de abate dos veículos, ultrapassando os 24 anos, sublinha a urgência em revitalizar o parque automóvel com opções ambientalmente responsáveis. Da mesma forma, a necessidade de expandir a rede de carregamento elétrico torna-se cada vez mais evidente, sendo necessárias políticas que não apenas incentivem essa expansão, mas que também facilitem o acesso a veículos menos poluentes.

O Orçamento do Estado para 2024 claramente introduziu um plano de incentivos ao abate de veículos em fim de vida, reforçando o apoio à aquisição de veículos elétricos. Contudo, o adiar na regulamentação dessas medidas — decisão deixada ao encargo do Executivo formado pós-eleições de 10 de março — gerou um sentimento de descontentamento no setor automóvel. Tal hesitação é percebida como um obstáculo adicional não só à necessária renovação do parque automóvel, mas também à tão desejada massificação da mobilidade elétrica.

A importância do setor automóvel na economia portuguesa não pode ser subestimada, representando uma parcela significativa do volume de negócios, da geração de riqueza, das exportações e do emprego do país. Este setor é um pilar não só para a receita fiscal, mas também para a coesão social, reiterando a necessidade de um suporte contínuo à sua evolução sustentável.

O Prémio Nacional de Sustentabilidade surge não apenas como uma iniciativa louvável, mas como um catalisador essencial para a aceleração da transição para a mobilidade sustentável em Portugal. Este prémio destaca-se por reconhecer e valorizar os esforços individuais e coletivos que contribuem de forma significativa para o avanço das soluções de mobilidade sustentável.

Os benefícios da mobilidade sustentável estendem-se desde a redução das emissões de gases de efeito estufa até à melhoria da qualidade do ar urbano, contribuindo para uma sociedade mais saudável e amiga do ambiente. Essa transição não só alinha Portugal às metas globais de sustentabilidade, mas também oferece uma oportunidade para tornar as nossas cidades como espaços em que a necessária mobilidade se torna mais sustentável, mas sem impedir as pessoas de se deslocarem livremente no seu dia a dia.

Perante este cenário, torna-se evidente que, apesar dos progressos, ainda há um longo caminho a percorrer. É fundamental que o Governo, a indústria e a sociedade colaborem na adoção de soluções inovadoras e sustentáveis que possam acelerar a transição para uma mobilidade mais verde. A implementação de medidas mais ambiciosas, juntamente com o investimento em tecnologias mais amigas do ambiente, a inovação e o desenvolvimento e a sensibilização para a importância da sustentabilidade serão chave para ultrapassar os desafios e aproveitar as oportunidades que a sustentabilidade oferece.

PODE CONFIAR.

Certificação, Avaliação da Conformidade, Advisory e Formação

- ESG
- Relato de Sustentabilidade
- Descarbonização
- Pegada de Carbono
- Pegada Hídrica
- Avaliação do Ciclo de Vida
- Compras Sustentáveis



www.apcergroup.com



JÚRI

PRESIDENTE DO JÚRI



HELDER PEDRO
Secretário-Geral, ACAP



JOÃO JESUS CAETANO
Presidente CD, IMT



JOSÉ CARLOS BAPTISTA DA MOTA
Docente Responsável pela Disciplina de Planeamento da Mobilidade, Universidade de Aveiro



JOSÉ RUI FELIZARDO
Presidente, CEIIA



LUÍS BARROSO
Presidente, MOBI.E

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Nesta categoria foram aceites iniciativas, serviços, projetos ou produtos que contribuem para promover o aumento das opções de transporte sustentável e colaborativas, melhoram a qualidade de vida da população através da redução do tempo de transporte, o acesso em igualdade e equidade e o impacto na vida das pessoas.São valorizadas iniciativas que promovem um espaço e infraestruturas organizados, seguros e acessíveis a todos, bem como redes de transporte intermodais.



PAULA TELES
CEO, Mobilidade PT



PAULO JOSÉ DE MATOS MARTINS
Presidente Centro de Estudos de Engenharia Civil, ISEL



ROSÁRIO MACÁRIO
Coordenadora do EIT Urban Mobility, Universidade de Lisboa



SUSANA CASTELO
Administradora Delegada e CEO, TIS

FROTA DE AUTOCARROS MOVIDA A HIDROGÉNIO VERDE INCREMENTA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Cascais Próxima é pioneira na utilização de viaturas movidas a hidrogénio no seu serviço de transporte público em Portugal, e será o primeiro município do país a produzir, armazenar e abastecer H2 verde, numa estação própria, no primeiro semestre de 2024.

O transporte público é uma peça num sistema de mobilidade que deve funcionar em equilíbrio. A preocupação com a integração dos vários modos tem presidido às práticas da autarquia, como demonstra o projeto MobiCascais, que aposta na descarbonização da frota de autocarros locais. Com melhor desempenho ambiental, Cascais, através do seu operador interno, Cascais Próxima, contribui para a redução das emissões de carbono, enquadrando-se nos objetivos europeus e nacionais para a atingir a neutralidade carbónica até 2050, em linha com o Acordo de Paris.

A empresa municipal que gere a mobilidade, os espaços urbanos e as energias, adquiriu em 2021 os primeiros veículos, seguidos de mais dois em maio de 2023, de um total de dez autocarros de transporte público movidos a hidrogénio (H2) verde, tornando-se o primeiro operador de transporte público a utilizar este tipo de viaturas na sua operação diária, em Portugal.

A posição pioneira na mobilidade sustentável evidencia-se ainda mais no concelho uma vez que, desde agosto 2021, está disponível o primeiro posto de abastecimento de H2 em Portugal, assegurando a logística de abastecimento dos Autocarros Limpos. Adicionalmente, está a decorrer a construção de uma estação de produção, armazenamento e reabastecimento de H2, que se estima entrar em operação até ao final do 1º semestre de 2024, alavancando assim a utilização deste combustível de origem 100% renovável. A operacionalização desta estação de produção irá alavancar a procura por este combustível renovável, disponibilizando cerca de 400 kg de H2 por dia, dos quais metade será para garantir o abastecimento dos 10 autocarros a fuel Cell, e o restante será disponibilizado para o abastecimento de viaturas afetas a outras atividades, como a recolha de lixo urbano.

8.700

Toneladas de CO_2 que deixarão de ser emitidas pela operação da Cascais Próxima até 2030

225

Toneladas de Gases com Efeito de Estufa evitados num total de 232.000 Km pelos quatro autocarros em circulação

15.109

Quilogramas de Hidrogénio consumidos permitiram evitar emissão de 249 toneladas de CO_2 para a atmosfera







MILHARES DE QUILÓMETROS RODADOS POUPAM AMBIENTE

De acordo com a Cascais Próxima, esta operação conta atualmente com mais de 240.000 quilómetros percorridos pela sua frota verde, sem nenhuma ocorrência disruptora da operação, e tendo poupado a emissão de mais de 225 toneladas de CO_2 para a atmosfera. Dentro da sua estratégia de médio/longo prazo, a estação de produção de H2 representa uma peça chave para a promoção da descarbonização gradual dos meios de transporte coletivos e individuais do Município de Cascais, assim como para promover o consumo de energias alternativas menos poluentes, de novas soluções e meios de mobilidade zero emissões, incluindo frotas de autocarros urbanos, veículos pesados de recolha de lixo e táxis, seguindo diretivas europeias recentemente transpostas para o ordenamento jurídico nacional.

CASCAIS PRÓXIMA

Empresa: **Cascais Próxima - Gestão de Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias, E.M., S.A.**

Nome do projeto: **Cascais Próxima**

Data de início: **13/08/2021**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **ambiente e público em geral**



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA







"PEDALA COM A COFIDIS" PROMOVE MOBILIDADE E SAÚDE

Entre 2022 e 2023, mais de 3000 pessoas aprenderam a andar de bicicleta através desta iniciativa. De norte a sul do país, crianças e adultos ganharam novos hábitos de mobilidade que contribuem para o ambiente, mas também para a saúde e bem-estar.

Afirmar a bicicleta como alternativa de mobilidade, sobretudo nos centros urbanos, foi o mote para a iniciativa "Pedala com a Cofidis", uma parceria daquela instituição financeira com a Federação Portuguesa de Ciclismo (FPC). Entre março e outubro de 2023 realizaram-se 43 ações em 39 localidades, envolvendo 1636 participantes, entre os 3 e os 85 anos.

A importância desta iniciativa assenta,

essencialmente, no impacto que aporta à sociedade, nomeadamente às muitas crianças e adultos que nunca aprenderam a andar de bicicleta, especialmente nos centros urbanos. Considerando que cerca de 80% das crianças do 1.º ciclo não sabe pedalar e que apenas 1% usa a bicicleta nas deslocações entre casa e escola (dados da Federação Portuguesa de Ciclismo), este projeto teve um impacto significativo na promoção da mobilidade sustentável, mas também na resposta aos desafios da sociedade ao nível do ambiente, saúde e mobilidade ativa.

Com 40 vagas em cada dia, as aulas foram dadas por técnicos qualificados, que proporcionaram uma aprendizagem acompanhada e eficaz. No local, os participantes contaram com bicicletas e restante equipamento, e insufláveis de iniciação, que permitiram criar um ambiente descontraído, favorável à aprendizagem e ao aperfeiçoamento das técnicas básicas de domínio da bicicleta, num perímetro delimitado, seguro e sem tráfego. Os participantes beneficiaram ainda de Seguro de Acidentes Pessoais e de Responsabilidade Civil.

Esta foi já a quarta edição do programa que sensibiliza para a mobilidade em bicicleta, como forma de se manter ativo e de se deslocar utilizando opções de transporte com impacto positivo no planeta. No somatório das ações de 2022 e 2023, foram mais de três mil as pessoas que tiveram oportunidade de dar as primeiras pedaladas, constituindo um forte incentivo para a prática de estilos de vida saudáveis e sustentáveis, eliminando entraves à utilização da bicicleta como modo de transporte e equipamento de lazer para o quotidiano.

BALANÇO MUITO POSITIVO

Ao percorrer todo o país, esta iniciativa democratizou o contacto com a bicicleta, aproximando as pessoas desta possibilidade, e dando-lhes as ferramentas para se tornarem participantes ativos no tema da sustentabilidade, através da adoção de novos hábitos de mobilidade. Paralelamente, envolveu a comunidade local, através das escolas e municípios.

Tendo em conta o feedback do público abrangido pela iniciativa, o balanço é muito positivo. Em 2022, 1568 pessoas aprenderam a andar de bicicleta, em 34 ações, que aconteceram em 29 localidades, com uma média de satisfação de 4,9 (escala 1 a 5).

Empresa: **Cofidis Portugal**

Nome do projeto: **Pedala com a Cofidis**

Data de início: **26/03/2023**

Data de conclusão: **22/10/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **crianças e adultos que não sabiam andar de bicicleta**

Já em 2023, foram 1636 as pessoas que aprenderam a andar de bicicleta em 43 ações, que aconteceram em 39 localidades, com uma média de satisfação de 4,6 (escala 1 a 5). Ainda no ano passado, 82,4% dos inquiridos que responderam ao questionário de satisfação, considera que conseguiu aprender a andar de bicicleta e a grande maioria tenciona continuar a fazê-lo no futuro (98,8%).

Apesar dos custos associados à iniciativa (tempo e recursos para formação), a Cofidis acredita que os benefícios a longo prazo compensam, especialmente quando considerados os efeitos positivos na saúde, no meio ambiente e na comunidade.

Ao longo dos dois últimos anos, o projeto "Pedala com a Cofidis" gerou um total de 114 notícias nos órgãos de comunicação social nacionais, que alcançaram mais de três milhões de pessoas, contribuindo para a divulgação do tema da mobilidade sustentável junto do público.





43
Ações realizadas em 39 localidades

1636
Participantes, entre os 3 e os 85 anos

80%
Das crianças do 1º Ciclo não sabe pedalar

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 4 Educação de qualidade
- 10 Reduzir as desigualdades
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos



PLATAFORMA DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL REDUZ EMISSÕES AO QUILÓMETRO

Até 2028, serão fornecidos mais de 616 mil Megawatts por hora de energia, o que equivale a 3625 milhões de quilómetros percorridos e a menos 383 mil toneladas de CO_2 emitidas. Esta é uma das metas da EVIO, uma start-up determinada em descarbonizar Portugal através da mobilidade sustentável.

Inovar através de investigação e desenvolvimento é a fórmula da EVIO para fomentar a transição para a mobilidade elétrica e promover a descarbonização. A start-up fundada em 2019 criou uma plataforma SaaS, agnóstica e integrada para o ecossistema de carregamento de veículos elétricos, fornecendo serviços a vários tipos de intervenientes.

Do condutor ao gestor da infraestrutura de carregamento e de frotas, a plataforma EVIO está comercialmente disponível e é utilizada amplamente, designadamente por municípios, empresas, condomínios, estacionamentos, retalho, entre outros.

Através da sua atividade, a empresa promove o uso de energia renovável, com carregamentos de veículos elétricos com energia 100% limpa, mas também uma maior eficiência da mobilidade elétrica, o que permite ao país substituir petróleo e refinados, as principais fontes de energia importadas, por energia renovável local eólica, solar e hídrica.



1094

toneladas de CO_2 evitadas em 2023

10 610

toneladas de CO_2 que se prevê evitar em 2024

SOLUÇÕES PARA TODOS

A EVIO - Electrical Mobility S.A. apresenta um portfólio diversificado de serviços, concebidos para responder às necessidades do ecossistema de mobilidade elétrica. A oferta abrange desde soluções para condutores de veículos elétricos (VEs) até à gestão e monetização de postos de carregamento, incluindo ainda a gestão de frotas de VEs e a otimização do consumo de energia. Estes serviços são delineados para segmentos variados, abrangendo B2B, B2C e B2B2C, refletindo a adaptabilidade e abrangência das soluções da EVIO no mercado da mobilidade elétrica e da gestão de energia. Assim, podemos

considerar que a EVIO disponibiliza, através da sua plataforma SaaS e agnóstica, serviços para toda a cadeia de valor do ecossistema por meio de um conjunto de produtos que são as aplicações web e móveis. Os produtos e serviços da EVIO têm todos eles um elevadissimo potencial de internacionalização, alinhado com as tendências globais de sustentabilidade e transição energética.
- eMSP (e-Mobility Service Provider) ou CEME (Comercializador de Eletricidade para a Mobilidade Elétrica): Disponibiliza serviços de carregamento dos VEs aos condutores, incluindo a ativação de postos de carregamento privados, nacionais e internacionais, pesquisa, localização e caracterização de postos de carregamento, identificação das tarifários mais baixos, faturação e opções de pagamento, estatísticas, histórico de utilização, comparador de custo entre postos de carregamento, entre outros. Este serviço destina-se a segmentos B2B e B2C, facilitando o acesso a uma rede ampla de postos de carregamento e melhorando a experiência de carregamento para os utilizadores finais.
- Gestão do consumo de Frotas de VEs: Permite às empresas a gestão automatizada das suas frotas de VEs, utilizadores, grupos e cartões de carregamento, monitorizando consumos, gerindo plafond, kms, faturação e pagamentos, assim como integrando com sistemas empresariais (ERPs, etc.). Este serviço é direcionado ao segmento B2B, otimizando a operacionalização de frotas elétricas corporativas.
- Gestão de Pontos de Carregamento: Uma plataforma destinada à gestão de postos de carregamento, fornecendo serviços a operadores de pontos de carregamento (CPOs), empresas, parques de estacionamento, hotéis, restaurantes, centros comerciais, postos de gasolina, condomínios residenciais e outros proprietários de infraestruturas de carregamento. Este serviço é focado no segmento B2B, visando uma gestão eficaz e centralizada de infraestruturas de carregamento.
- Monetização de Pontos de Carregamento: Extensão do serviço anterior, sob o qual a EVIO oferece serviços completos de CPO ao proprietário do ativo, sem possuir os. Este modelo permite aos proprietários de postos de carregamento gerar receita, sem a necessidade de gestão direta, e é voltado para o segmento B2B.
- Gestão de Energia: Visa, gerir a potência disponível e/ou reduzir o custo da energia para o utilizador, utilizando algoritmos para ajustar as cargas de consumo aos períodos de produção de energia mais barata e reduzir o uso de energia no pico. Este serviço, é totalmente automatizado e fácil de usar, destina-se aos segmentos B2B e B2C, promovendo um carregamento mais sustentável e eficiente.
- Licenciamento de Software como WhiteLabel e Uso de API: A EVIO pode licenciar soluções de marca branca para sua aplicação móvel e web. Este serviço é direcionado ao segmento B2B2C, permitindo a parceiros oferecerem soluções personalizadas aos seus clientes.



Empresa: **EVIO**

Nome do projeto: **Plataforma SaaS EVIO**

Principais beneficiários da iniciativa: condutores de **veículos elétricos, empresas com frotas de veículos elétricos e entidades gestoras de infraestruturas de carregamento**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



INOVAÇÃO AO SERVIÇO DO PLANETA

A EVIO inova em várias frentes, fornecendo aos utilizadores múltiplas funções que lhes permitem a melhor gestão da sua mobilidade. Através de uma única conta, os utilizadores têm acesso a soluções de carregamento independentemente do local onde se encontram, em território nacional ou internacional, combinando dados e informações para particulares e empresas.
Apenas recorrendo à plataforma, é possível saber a percentagem de energia verde utilizada em cada carregamento, permitindo que os utilizadores conheçam e compreendam o impacto ambiental das suas escolhas.
A EVIO fornece informações em tempo real, o que contribui para minimizar a ansiedade na procura por um ponto de carregamento, e permite até a melhor gestão da rede, na medida em que ajuda a minimizar os tempos de espera. Além disso, a plataforma inova também no que diz respeito aos sistemas de gestão de energia, o que permite que os condutores de veículos elétricos participem em programas de resposta à procura, carregando os seus carros em momentos com menos procura de energia, ou quando a energia de origem renovável está disponível em abundância, contribuindo para a estabilidade da rede elétrica.





MOBILIDADE SOLAR PARA EMPRESAS - DESCARBONIZAR FROTAS ATRAVÉS DAS COMUNIDADES DE ENERGIA

Solução inovadora de mobilidade elétrica integrada com energia solar permite às empresas carregar os seus veículos elétricos com energia proveniente do sol, poupando em custos e no ambiente.

As comunidades de energia surgem como uma resposta colaborativa e eficaz para os desafios energéticos da atualidade. Este conceito, fundamentado na produção e na partilha descentralizada de energia renovável, está a ganhar cada vez mais relevância na transição para um modelo energético mais sustentável e descentralizado.

Mobilidade Solar

De uma forma geral, estas comunidades não são mais do que uma estrutura que une produtores e consumidores de energia numa rede local, permitindo a sua produção, consumo e partilha de forma eficiente e sustentável. Através de tecnologias como

painéis solares fotovoltaicos, os membros da comunidade têm, assim, a capacidade de gerar a sua própria energia, reduzindo a dependência de fontes não renováveis e contribuindo para a descarbonização do setor energético e das suas atividades em particular.
O seu funcionamento assenta numa dinâmica de colaboração e interação entre os seus membros. Inicialmente, um produtor de energia solar instala painéis fotovoltaicos nas suas instalações, gerando energia para autoconsumo e eventual partilha com os consumidores locais a um preço mais competitivo, beneficiando todos os envolvidos com acesso a energia limpa e mais barata.

MENOS EMISSÕES DE CO_2 E ACESSO A ENERGIA LIMPA E MAIS BARATA

Neste contexto, o Grupo Greenvolt destaca-se ao integrar esta abordagem inovadora nas soluções de mobilidade elétrica para empresas, que assim têm a oportunidade de se tornarem verdadeiras comunidades de energia solar, utilizando esta fonte renovável para carregar as suas frotas de veículos elétricos e também alimentar os seus edifícios.
Este modelo representa um passo importante na transição para uma mobilidade mais sustentável e verde, ao mesmo tempo que oferece vantagens económicas significativas. Através desta solução, o custo dos carregamentos pode mesmo chegar a 0€/kWh durante determinados períodos do dia, dependendo do consumo do edifício e do nível de produção. Por outro lado, a gestão centralizada de toda a informação relacionada com os gastos e consumos é feita numa única plataforma que facilita o controlo e a monitorização por parte das empresas.
Para os colaboradores utilizadores de veículos elétricos, esta solução oferece igualmente uma variedade de opções de carregamento, adaptadas às suas necessidades individuais. Esta flexibilidade no carregamento aumenta a conveniência e a acessibilidade para os utilizadores, que podem carregar os seus veículos não só nas instalações da empresa, mas também em qualquer outro local público, contribuindo assim para a transição de uma mobilidade mais sustentável e economicamente vantajosa.
O projeto diferenciador já está a ser testado desde o ano passado na comunidade de energia da AstraZeneca, onde a frota elétrica da multinacional francesa já pode ser carregada nas suas instalações.

Greenvolt

Empresa: **Grupo Greenvolt/ Greenvolt Comunidades**

Nome do projeto: **Mobilidade solar**

Principais beneficiários da iniciativa: **empresas e respetivos colaboradores utilizadores de carros elétricos**



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 7 Energias renováveis e acessíveis
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 13 Ação climática

CARREGAMENTO ELÉTRICO MAIS ACESSÍVEL E PRÓXIMO DOS UTILIZADORES

O serviço Continente Plug&Charge está a crescer em todo o país e não só facilita o carregamento de veículos elétricos como também recompensa os clientes por adotarem práticas mais sustentáveis.

Se há uns anos um utilizador de veículo elétrico desesperava para fazer um carregamento do carro durante as suas viagens, hoje essa barreira está muito mais atenuada com o contínuo reforço da infraestrutura da mobilidade elétrica. Com o aumento da consciencialização sobre a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, e a adoção de políticas favoráveis ao ambiente, têm sido feitos investimentos significativos em pontos de carregamento públicos e privados para satisfazer um parque automóvel eletrificado em ascensão.

Lançado em 2020 em apenas duas lojas, o serviço de carregamento elétrico Continente Plug&Charge tem refletido esse crescimento, expandindo-se desde então para 70 lojas da cadeia de supermercados em todo o país e com previsões de, em breve, alcançar as 100. O objetivo final do projeto é marcar presença nas 300 lojas da marca.

Esta solução, integrada no ecossistema Cartão Continente, representa um marco significativo na promoção da mobilidade elétrica e na procura pela neutralidade carbónica.

A adesão ao serviço é simples: os clientes com veículos elétricos fazem download das apps Continente Plug&Charge e do Cartão Continente e em apenas uma hora já é possível carregar até 200 quilómetros de autonomia a partir de 0,01€/minuto.

UMA SOLUÇÃO PRÁTICA 100% DIGITAL

Os aderentes têm acesso a uma série de benefícios. Entre estes, destacam-se os descontos no tempo de carregamento, que são atribuídos com base nas compras realizadas nas lojas. Por exemplo, uma compra superior a 30 euros pode garantir até 30 minutos de desconto em cartão, valor que pode depois ser utilizado em futuras compras.

Este modelo de negócio não só incentiva o uso de veículos elétricos, mas também recompensa os clientes que adotam práticas mais sustentáveis.

A experiência proporcionada é totalmente digital e focada na conveniência do cliente. Através da aplicação móvel, os utilizadores podem monitorizar e controlar o processo de carregamento em tempo real. Por outro lado, o serviço dispõe de lugares de



+122 000
utilizações em 2023

465 000
quilómetros carregados em média, por dia

3220 t
de emissões de CO_2 evitadas em cerca de 31 milhões de quilómetros em carregamentos





estacionamento privativos e cobertos de uso exclusivo dos aderentes, permitindo-lhes que realizem as suas compras enquanto o veículo carrega.
A rede de pontos de carregamento Plug&Charge já conta com cerca de 340 lugares em Portugal continental, o que garante uma cobertura geográfica abrangente, dando a possibilidade ao cliente de circular confortavelmente por todo o país com preços sempre iguais.
A visão integrada da MCretail em relação à gestão energética dos edifícios é evidente neste serviço, que se destaca pela sustentabilidade e eficiência. Com o aumento da consciência ambiental e a necessidade de reduzir as emissões de carbono, iniciativas como o Continente Plug&Charge desempenham um papel crucial na transição para um futuro mais sustentável. Ao fornecer uma infraestrutura de carregamento acessível, conveniente e ecologicamente consciente, este serviço está na vanguarda da revolução da mobilidade elétrica em Portugal.

MC Sonae

Empresa: **MCretail, SGPS, S.A.**

Nome do projeto: **Continente Plug&Charge**

Data de início: **16/09/2020**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **utilizadores de carros elétricos, com destaque para os que fazem compras nos supermercados Continente**

CONTINENTE Plug&Charge

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 7 Energias renováveis e acessíveis
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas
- 10 Reduzir as desigualdades
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 13 Ação climática

A APP QUE ESTÁ A TORNAR A MOBILIDADE ELÉTRICA MAIS INTELIGENTE

Democratizar a mobilidade elétrica, tornando-a mais simples, personalizada e acessível a um público cada vez mais amplo, e oferecer aos clientes o melhor serviço é o objetivo da miio



Em tempos de transição energética para combater as alterações climáticas, a mobilidade elétrica está na ordem do dia para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Empresas e marcas esforçam-se por desenvolver soluções que contribuam para a sua expansão, numa altura em que se registam vendas recorde de veículos elétricos em todas as categorias.

A miio, start-up fundada em 2019 em Portugal e posteriormente expandida para Espanha e França em 2022, tem-se destacado na promoção da mobilidade elétrica na Europa. Com foco exclusivo nesse setor em crescimento, a marca desenvolveu uma aplicação móvel que transforma a experiência dos utilizadores desse tipo de veículos, ao fornecer informações em tempo real sobre a localização e a disponibilidade de postos de carregamento elétrico. No entanto, a inovação não se fica por aí, já que a app também calcula o preço final de uma sessão de carregamento, oferecendo aos utilizadores o controlo financeiro dos mesmo. Além disso, permite criar uma comunidade dentro da sua plataforma onde é possível partilhar dicas, relatar anomalias e esclarecer dúvidas, promovendo assim a colaboração e o apoio mútuo entre os adeptos da mobilidade elétrica.

Desde sua fundação, a miio tem desempenhado um papel crucial na promoção de práticas mais sustentáveis na mobilidade. Mais de 15 milhões de kWh foram já carregados através da app, provenientes de fontes 100% "verdes", resultando numa economia aproximada de 20.000 toneladas de CO_2, um impacto ambiental considerável.

TAMBÉM PARA O MERCADO B2B

Recentemente, a marca expandiu os seus serviços para o mercado empresarial, oferecendo uma solução de gestão de frotas que faz as operações de forma automática, nomeadamente as contabilísticas, e que está a ajudar mais de 20.000 empresas portuguesas a fazer a transição de veículos a combustão para veículos híbridos e elétricos e assim promover uma mobilidade mais sustentável em larga escala.

Outro aspeto inovador da plataforma, suportada por algoritmos inteligentes, é a sua capacidade de fornecer sugestões personalizadas aos utilizadores com base nas suas caraterísticas individuais, seja sugerindo que tipo de tomada utilizar ou qual o carregador a escolher, o que a torna mais intuitiva e eficiente. Os colaboradores podem usar a mesma app tanto para o carregamento empresarial como pessoal.

Com a sustentabilidade no ADN, a miio planta árvores em nome dos clientes com maior consumo, vende energia 100% renovável proveniente de um Comercializador do Setor Energético (CSE) através da app, e aloja os seus serviços em servidores com políticas de sustentabilidade rigorosas.

Em 2021, o algoritmo que faz a avaliação "imparcial e fundamentada" de cada posto de carregamento para veículos elétricos chamou a atenção do júri dos prémios Os Melhores & As Maiores do Portugal Tecnológico atribuídos pelas revistas Exame Informática e pela VISÃO, que galardoou a app com o Prémio Volt.



+280 000
número de utilizadores registados na plataforma entre os três países

+180 000
pontos de carregamento

15
milhões kWh – quantidade de energia carregada através da app desde 2019

miio

Empresa: **Muvext, S.A.**

Nome do projeto: **miio**

Data de início: **02/04/2019**

Data de conclusão: **01/01/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **utilizadores de veículos elétricos, sejam eles proprietários de automóveis elétricos ou híbridos plug-in, individuais ou empresariais**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 4 Educação de qualidade
- 10 Reduzir as desigualdades
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos

COMBUSTÍVEIS 100% RENOVÁVEIS: UMA SOLUÇÃO PARA A DESCARBONIZAÇÃO

À medida que a sociedade avança em direção à neutralidade carbónica, a introdução de soluções inovadoras nos combustíveis torna-se cada vez mais relevante. Face à urgência do esforço de redução de emissões, a Repsol passou a disponibilizar combustível 100% renovável e com menos impacto ambiental.

A Repsol colocou-se na linha da frente para efetuar mudanças substanciais no setor da energia, introduzindo no mercado um novo combustível mais sustentável. Trata-se de Diesel 100% renovável, uma solução inovadora que pretende revolucionar a mobilidade e reduzir significativamente as emissões de gases com efeito de estufa (GEE).
O biocombustível avançado, produzido a partir de matérias-primas provenientes de resíduos, representa um importante passo em direção à sustentabilidade e à descarbonização dos transportes de forma geral.
A utilização do Diesel 100% Renovável garante a redução de emissões de GEE entre 75% e 92% no ciclo de vida do produto, em comparação com os combustíveis tradicionais. Além disso, cumpre todas as especificações técnicas e normativas para veículos homologados, garantindo qualidade e segurança aos utilizadores.

COMBUSTÍVEL 100% RENOVÁVEL

Além da componente sustentável, por se tratar de um combustível 100% renovável, tem ainda a capacidade de ser produzido e distribuído em instalações industriais já existentes, não obrigando à construção de novos espaços especificamente para esse efeito.
Desta forma, não só o processo de transição para uma economia mais circular se torna mais simples, como também abre novas oportunidades de crescimento económico e geração de postos de trabalho de qualidade.
Atualmente, são já 26 Estações de Serviço em Portugal que têm disponível o Diesel 100% renovável, mas a empresa pretende que passem a 600 até ao final de 2024 em toda a Península Ibérica.
Além de trabalhar ativamente para minimizar os impactos ambientais provocados pela utilização de combustíveis tradicionais, oferecendo uma alternativa sustentável, o compromisso reflete a visão da Repsol sobre qual o caminho a seguir para impulsionar a descarbonização e atingir a meta das zero emissões líquidas até 2050.

REPSOL

Empresa: **Repsol Portuguesa**

Nome do projeto: **Diesel 100% Renovável**

Data de início: **01/04/2023**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **sociedade no geral e setores em que a eletrificação é mais difícil, tais como aviação, marítimo e transporte de mercadorias e passageiros**



REDUZIR EMISSÕES

Não obstante a importância de reduzir as emissões de dióxido de carbono para a atmosfera, os benefícios do Diesel 100% Renovável não se



limitam apenas à redução dos GEE.
O biocombustível desempenha um papel crucial na descarbonização, especialmente em setores onde a eletrificação é ainda mais desafiadora, como é o caso da aviação, dos transportes marítimos e transportes de mercadoria e passageiros. Ao colocar no mercado uma alternativa imediata e eficaz, a Repsol dá mais um passo no sentido de ajudar os seus clientes a alcançarem os objetivos de sustentabilidade e neutralidade carbónica.
Os testes piloto, aliás, demonstram essa realidade. Em 2023, o Diesel 100% renovável foi posto à prova e a sua eficácia ficou comprovada depois de ter sido utilizado em 50 frotas de clientes da empresa, provocando a redução de 1,63 milhões de toneladas de CO2 equivalentes em emissões. Tais resultados estão alinhados com as metas da União Europeia para promover o uso de energias renováveis e reduzir a dependência de combustíveis fósseis.
À medida que a sociedade avança em direção à neutralidade carbónica até 2050, a introdução de soluções inovadoras, tais como o Diesel 100% Renovável, torna-se cada vez mais relevante. Permite descarbonizar sem alterar hábitos e rotinas na atividade profissionais e particulares dos utilizadores. Pode ser utilizado em grande parte das viaturas atualmente em circulação, sem comprometer desempenho e autonomia habitual. Face à urgência do esforço de redução de emissões, particularmente no setor dos transportes, disponibilizar um combustível mais sustentável significa oferecer uma solução viável e imediata para fazer face aos desafios climáticos e promover uma mobilidade mais sustentável.

1,63
Milhões de toneladas de emissões de CO_2 evitadas durante os testes piloto

26
Estações de serviço disponibilizam esta solução de combustível

50
Frotas de clientes acolheram testes piloto

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

3 Saúde de qualidade

7 Energias renováveis e acessíveis

8 Trabalho digno e crescimento económico

9 Indústria, inovação e infraestruturas

11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática



NAVEGAR EM LISBOA É MAIS SIMPLES E SUSTENTÁVEL DESDE 2019

Passes navegante® foram introduzidos há cinco anos e representam 78% do total de passageiros que frequentam os transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa. Para os mais novos, a mobilidade sustentável é gratuita desde o início do ano.

Nos últimos cinco anos, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) testemunhou uma verdadeira revolução na sua mobilidade, graças à desmaterialização de processos e à criação do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) que deram origem ao passe navegante®. Esta iniciativa pioneira simplificou e agilizou o acesso ao transporte público, promovendo uma mobilidade mais sustentável e acessível para todos.

Antes do navegante, a paisagem dos transportes públicos na AML era complexa e fragmentada. Com 18 operadores e 7746 tipos de passes, nenhum dos títulos disponíveis cobria mais de 30% do território e apenas 70% da população tinha acesso ao passe intermodal. A repartição modal apresentava 60% das deslocações feitas em automóvel e apenas 16% em transporte público.

DESCOMPLICAR A MOBILIDADE

No entanto, desde a introdução do navegante®, em 2019, tudo mudou. Com um passe metropolitano e um passe municipal, o número de tarifas foi reduzido em 90%, promovendo equidade e facilitando o acesso ao transporte para todos os residentes. Mas a simplificação tarifária não se deu apenas nos passes destinados à utilização frequente do transporte. Também o tarifário ocasional foi abrangido, já que em 2022 com o lançamento da Carris Metropolitana, os mais de 900 títulos de transporte destinados a uma utilização mais esporádica do transporte público foram substituídos pelo navegante® pré-pago que inclui atualmente apenas 3 tarifas principais, simplificando drasticamente e, uma vez mais, o acesso ao transporte público e possibilitando pela primeira vez o acesso a informação antecipada sobre o preço de cada viagem. Iniciada a padronização de imagem e procedimentos, o navegante® evoluiu integrando funcionalidades para uma comunicação mais eficiente entre operadores e passageiros reduzindo a complexidade e também os preços.

7746
Títulos de transporte substituídos pelo navegante®

+95%
Dos passes carregados na Área Metropolitana de Lisboa são navegante®

140
Milhões de euros por ano de investimento médio no sistema tarifário

Um sistema, um cartão, um título para tudo e para todos



O aumento significativo do número de passes carregados e passageiros transportados foi notório. Só em 2019, registaram-se mais 25% de passes carregados e mais 18% de pessoas transportadas.
Atualmente, o navegante® representa mais de 95% dos passes carregados na AML, sendo o passe metropolitano o mais utilizado e representando 61% do total de carregamentos mensais. Em média, os passageiros com passe navegante representam 78% do total de passageiros que utilizam o transporte público na região.
Para os mais novos, o passe navegante é ainda mais impactante, uma vez que desde janeiro de 2024 se tornou totalmente gratuito para todos os estudantes dos 04 aos 23 anos, promovendo a mobilidade sustentável desde a infância. Além disso, foi criado o navegante® empresas, com o objetivo de incentivar à utilização dos transportes públicos mesmo na vertente corporativa.

INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL

Incorporando todos estes benefícios, o sistema tarifário navegante exige, naturalmente, investimentos de grande escala em prol do desenvolvimento sustentável das soluções de mobilidade, do aumento do rendimento disponível das famílias e, consequentemente, do foco na poupança do planeta em matéria ambiental. Com um investimento médio anual de cerca de 140 milhões de euros, a que acrescem a gratuitidade jovem estudante, a gratuitidade para antigos combatentes e todos os descontos atualmente concedidos e o investimento em novas tecnologias e sistemas integrados. O sistema navegante® continua a inovar e a apoiar-se na tecnologia para conduzir a missão da mobilidade sustentável, especialmente através de iniciativas como o lançamento de uma aplicação móvel que está para sair em breve e lutando pela desmaterialização dos cartões, passando-os para o plano virtual.
Muito mais do que um sistema tarifário, trata-se de uma iniciativa que está a pavimentar o caminho para a mobilidade verde, equitativa, inclusiva e acessível na AML, transformando a forma como os 2.8 milhões de cidadãos navegam por Lisboa no seu dia-a-dia, seja para o trabalho, para a escola ou simplesmente em passeio pela área metropolitana de Lisboa.

navegante

Empresa: **Transportes Metropolitanos de Lisboa**

Nome do projeto: **navegante®**

Data de início: **01/04/2019**

Data de conclusão: **01/04/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **todas as pessoas que vivem na área metropolitana de Lisboa**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA





PLANETA APROXIMA-SE DE VÁRIOS PONTOS DE RUTURA



GettyImages

A Europa lidera na vontade de restaurar a natureza, mas algumas desvantagens competitivas de vários setores estão a emergir num mercado global e a travar políticas ambiciosas de valorização do capital natural.

Sónia Santos Dias

A elevada degradação a que levámos o planeta desde a Revolução Industrial tem de ser revertida, sob pena de pormos em causa a nossa própria sobrevivência. Uma missão urgente que levou a ONU a declarar a presente década como a Década para a Recuperação dos Ecossistemas.

Só com a combinação da redução dos gases com efeito de estufa (GEE) e do restauro da natureza se conseguirá travar o aquecimento global, que se pretende que não ultrapasse o aumento de 1,5° de temperatura no final do século, em comparação com a época pré-industrial.

Mas não estamos a ser bem-sucedidos. Na realidade, o aquecimento global do planeta está a aproximar-se rapidamente do teto máximo de 1,5 °C definido pelo Acordo de Paris. Segundo o Relatório Global dos Pontos de Rutura, divulgado no final de 2023, a atingir-se este valor, é provável que se desencadeiem pelo menos cinco pontos de rutura do sistema terrestre, incluindo o colapso de grandes camadas de gelo e a mortalidade generalizada dos recifes de coral de águas quentes, com consequências catastróficas para o capital natural.

Com dados de mais de 200 pesquisadores de 90 organizações em 26 países, o Relatório Global dos Pontos de Rutura faz uma avaliação de 26 pontos de viragem negativos do sistema terrestre. Os cientistas apresentam estes pontos de viragem com base em provas de registos paleoclimáticos, observações, teoria e modelos computacionais complexos. Nomeadamente, na criosfera, já existem provas de pontos de viragem em grande escala nos mantos de gelo da Gronelândia e da Antártida e de viragens localizadas nos glaciares e no permafrost. Na biosfera, os pontos de rutura estão presentes numa série de ecossistemas, incluindo a extinção da floresta amazónica, a degradação das savanas e das terras secas, a eutrofização dos lagos, a extinção dos recifes de coral e dos mangais e o colapso de algumas pescarias. No que respeita às circulações oceano-atmosfera, há indícios de pontos de viragem no revolvimento dos oceanos Atlântico e Austral, bem como na monção da África Ocidental, concluem os investigadores.

"Os pontos de viragem no sistema terrestre representam ameaças de uma magnitude nunca enfrentada pela humanidade", afirma Tim Lenton, autor principal e presidente do departamento de Alterações Climáticas e Ciência do Sistema Terrestre no Instituto de Sistemas Globais da Universidade de Exeter, no Reino Unido. "Podem desencadear efeitos de dominó devastadores, incluindo a perda de ecossistemas inteiros e da capacidade de produção de culturas de base, com impactos sociais que incluem deslocações em massa, instabilidade política e colapso financeiro", acrescenta.

O relatório conclui que a manutenção do status quo já não é possível – com mudanças rápidas na natureza e nas sociedades já em curso e outras a caminho. À medida que os pontos de rutura do sistema terrestre se multiplicam, existe o risco de uma perda catastrófica, à escala global, da capacidade de produção de culturas de base. Sem uma ação urgente para travar a crise climática e ecológica, as sociedades serão esmagadas à medida que o mundo natural se desmorona, profetiza o relatório.

Em alternativa, uma ação global de emergência pode aproveitar os pontos de inflexão positivos e conduzir-nos a um futuro próspero e sustentável, defendem os cientistas. A velocidade da eliminação progressiva dos combustíveis fósseis e o crescimento das soluções de carbono zero determinarão o futuro de milhares de milhões de pessoas.

O relatório apresenta um plano para o fazer e afirma que políticas corajosas e coordenadas podem desencadear pontos de viragem positivos em vários setores, incluindo a energia, os transportes e a alimentação.

Assim, o relatório inclui seis recomendações fundamentais: eliminar gradualmente os combustíveis fósseis e as emissões provenientes do uso do solo, parando-as muito antes de 2050; reforçar a adaptação e a governação das "perdas e danos", reconhecendo a desigualdade entre e dentro das nações; incluir os pontos de viragem no Global Stocktake e nas Contribuições Nacionalmente Determinadas; coordenar os esforços políticos para espoletar pontos de viragem positivos; convocar uma cimeira mundial urgente sobre os pontos de viragem; e aprofundar o conhecimento sobre os pontos de viragem.

UMA LEI PARA RESTAURAR A NATUREZA

Vamos focar-nos agora na Europa. O panorama da natureza na União Europeia (UE) é também alarmante, em especial dos habitats que albergam os mais variados tipos de animais e plantas. A saber, 80% dos habitats estão em mau estado, 10% das abelhas e das espécies de borboletas estão em risco de extinção e 70% dos solos estão em estado de insalubridade, só para citar alguns dados do Conselho da Europa.

Neste sentido, a UE está a elaborar novas regras destinadas a restaurar a biodiversidade e os ecossistemas, em consonância com os objetivos da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030. Os países da UE estão empenhados em restaurar a natureza e em preservar a sua diversidade biológica. A Europa tem estado no pelotão da frente nesta missão global, reconhecendo que as alterações climáticas e a degradação do ambiente representam uma ameaça existencial para todo o planeta. O Pacto Ecológico Europeu coloca a preservação e a recuperação do capital natural no centro da agenda política europeia e destaca a urgência da transição para um novo paradigma de desenvolvimento. E todas as medidas que daí decorrem visam a descarbonização da sociedade, a redução dos impactos negativos da natureza provocados pela



Gettylmages

80% dos habitats estão em mau estado, 10% das abelhas e das espécies de borboletas estão em risco de extinção e 70% dos solos estão em estado de insalubridade.

ação humana e o restauro do capital natural nas suas inúmeras variantes. E existem diversos instrumentos com objetivos verdes. A chamada Lei do Restauro da Natureza, aprovada em fevereiro de 2024, é o mais recente pacote legislativo e visa estabelecer medidas de restauração que abrangerão, pelo menos, 20% das zonas terrestres e marítimas da UE até 2030 e todos os ecossistemas que necessitam de restauração até 2050. Trata-se da primeira regulamentação centrada especificamente na restauração da natureza nos Estados-membros da UE.

As regras relativas à restauração da natureza estabelecem metas vinculativas em matéria de medidas de restauração de habitats terrestres e marinhos degradados, polinizadores, ecossistemas agrícolas, zonas urbanas, rios e planícies aluviais, e florestas.

Para alcançar os objetivos, os Estados-membros devem restaurar, pelo menos, 30% dos habitats abrangidos pela nova legislação (desde florestas, prados e zonas húmidas a rios, lagos e leitos de corais) em mau estado, para estarem em boas condições até 2030, aumentando para 60% até 2040 e 90% até 2050. Em consonância com a posição do Parlamento, os Estados-membros devem dar prioridade às zonas Natura 2000 até 2030. Uma vez em boas condições, os Estados-membros devem assegurar que uma zona não se deteriore significativamente, bem como adotar planos nacionais de restauro que especifiquem a forma como tencionam alcançar essas metas.



GettyImages

Protestos de agricultores alemães perto das Portas de Brandemburgo, em Berlim, contra os cortes planeados pelo governo nos subsídios do setor agrícola.

A velocidade da eliminação progressiva dos combustíveis fósseis e o crescimento das soluções de carbono zero determinarão o futuro de milhares de milhões de pessoas.

REALIDADE ATRASA RECUPERAÇÃO

Porém, tendo em conta o desagrado manifestado nos últimos meses por toda a Europa pelo setor agrícola, o novo regulamento restabelecerá ecossistemas degradados, respeitando simultaneamente o setor agrícola, ao permitir flexibilidade aos Estados-membros.

Para melhorar a biodiversidade nos ecossistemas agrícolas, os Estados-membros têm de fazer progressos em dois dos três indicadores seguintes: o Índice de Borboletas dos Prados; a percentagem de terras agrícolas com elementos paisagísticos de grande diversidade; as reservas de carbono orgânico em solos agrícolas minerais. Devem também ser tomadas medidas para aumentar o índice de aves comuns de terras agrícolas, uma vez que "as aves são bons indicadores do estado global da biodiversidade", segundo o Parlamento Europeu.

A lei prevê um travão de emergência, conforme solicitado pelo Parlamento, para que as metas para os ecossistemas agrícolas possam ser suspensas em circunstâncias excecionais, como a redução drástica das terras necessárias para uma produção alimentar suficiente para o consumo da União Europeia.

Este é um exemplo de medidas tomadas em prol da natureza, mas que esbarram em interesses de determinados setores. A greve dos agricultores um pouco por toda a Europa, no início de 2024, é disso exemplo. Os agricultores revoltaram-se contra medidas de proteção ambiental que os deixa em desvantagem competitiva com outros pontos do planeta menos ambiciosos, num mercado aberto e global. Na sequência destes protestos, a União Europeia abandonou a proposta de reduzir em 50% o uso de pesticidas agrícolas até 2030. Reconhecendo este descontentamento, foi lançado o Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura na UE, em que participarão representantes do setor agrícola, das comunidades rurais, da indústria de sementes e fertilizantes, do setor alimentar, mas também do setor financeiro, do consumidor e grupos ambientalistas e de ciência.

Porém, a liderança europeia insiste que a agricultura deve evoluir para um modelo de produção mais sustentável de forma que as operações continuem lucrativas, mas com menor impacto ambiental. As recomendações, esperadas neste verão, serão debatidas no Parlamento Europeu e também com os Estados-membros da UE, sendo que depois servirão de base da futura Política Agrícola dos 27.

Outro risco está a pairar sobre o mar profundo. Encontrar metais para servir as tecnologias que suportem as transições verde e digital está a levar à procura de novas fontes. O mar é uma delas, mas esbarra com a urgência de proteger os oceanos.

A Noruega poderá vir a ser o primeiro país do mundo a avançar com a exploração mineira em mar profundo, depois de ter aprovado, no início de 2024, a abertura das suas águas à prospeção, provocando o protesto de grupos ambientalistas.

O Parlamento do país concordou em permitir a prospeção em cerca de 108.000 milhas quadradas do fundo marinho do Ártico, uma área maior do que o Reino Unido, entre a Noruega e a Gronelândia. Mais concretamente, o Parlamento norueguês votou pela prospeção, e não pela exploração, das profundezas do mar no Ártico. "Conseguiu-se evitar que a exploração começasse agora, considerando que a proposta do Governo era avançar com prospeção mais a exploração, sem que o Parlamento voltasse a pronunciar-se. A proposta inicial do Governo não foi aprovada, foi antes alterada para que o Parlamento vote novamente antes de permitir o início da atividade mineira", explica Ana Matias, coordenadora de Clima e Poluição da Sciaena.

A decisão na Noruega foi tomada apesar da crescente preocupação de cientistas, políticos e grupos ambientalistas sobre os potenciais danos que a exploração mineira em mar profundo pode infligir à vida marinha e não só.

A Lei do Restauro da Natureza, aprovada em fevereiro de 2024, é o mais recente pacote legislativo e visa estabelecer medidas de restauração que abrangerão, pelo menos, 20% das zonas terrestres e marítimas da UE até 2030 e todos os ecossistemas que necessitam de restauração até 2050.



GettyImages

Manifestação em frente ao Parlamento Norueguês em Oslo, Noruega, contra a contra a lei que permite a mineração no mar do Norte.

Existe uma grande necessidade de encontrar metais como cobalto, cobre, níquel, ferro, manganês, entre outros, para possibilitar o desenvolvimento de novos equipamentos e tecnologias que sirvam as transições digital e energética. E os olhos da procura estão agora a virar-se para o mar profundo, na medida em que este é rico nestes metais, sobretudo em três ecossistemas específicos: nos habitats de nódulos polimetálicos, depositados entre 4 e 6 mil metros de profundidade; em crostas ricas em cobalto em montes submarinos; e em fontes hidrotermais, localizadas sobretudo na junção de placas tectónicas.

"Quando levantamos estes sedimentos, forma-se uma pluma de sedimentos que pode atingir 800 metros de dispersão na vertical. Estes metais que estiveram acumulados vão ser libertados e suspendidos na coluna de água, e são metais bastante tóxicos. Todos os organismos que habitam nesta zona vão filtrar estes metais. Estamos a falar de impactar também cadeias tróficas a vários níveis", esclarece Ana Matias. Ou seja, por bioacumulação, quando os organismos servirem de alimento para níveis superiores da cadeia alimentar, levarão essa toxicidade com eles até nós. Além disso, a biodiversidade da zona será afetada, não só pelos sedimentos dispersos, mas também pela poluição sonora, impactando sobretudo cetáceos "numa coluna cilíndrica que pode atingir os 500 km", e pela poluição luminosa, uma vez que o fundo do mar é escuro e é nessas condições que a biodiversidade se desenvolve.

O tema da mineração no mar é polémico, porque contrapõe estes dois grandes interesses atuais: proteção do planeta e recolha de metais essenciais às revoluções verde e digital. De salientar que, a favor do oceano, foram aprovados dois instrumentos globais. No final de 2022, com o Tratado de Biodiversidade de Kunming-Montreal, e em 2023, com o Tratado da Biodiversidade Marinha de Áreas fora da Jurisdição Nacional (BBNJ), ficou assegurada a proteção de 30% do oceano até 2030, sendo consensual que o planeta, e os oceanos em particular, precisa de proteção urgente para fazer face às alterações climáticas.

Também a Agenda da UE para a Governação dos Oceanos, de 2022, é clara em "proibir a mineração em alto-mar até que as lacunas científicas sejam devidamente colmatadas, não surjam efeitos nocivos da mineração e o ambiente marinho seja efetivamente protegido".

A nível global, as negociações no seio da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA, sigla em inglês) para regular a mineração em mar profundo continuam sem ter luz verde para dar início à atividade. A expectativa é que nas reuniões da assembleia, em meados deste ano, seja discutida formalmente a moratória de exploração em mar profundo. Neste âmbito, recorde-se que Portugal votou contra a mineração em mar profundo, em julho de 2023, exigindo a clarificação do quadro regulamentar e mais investigação científica.

Relatório de Gestão Integrado

www.altri.pt

altri

planting seeds for tomorrow



Diego Noguera

MATTHEW GIANNI

HÁ METAIS SUFICIENTES EM TERRA PARA ASSEGURAR A TRANSIÇÃO VERDE

Abrir a exploração mineira no mar profundo está a suscitar controvérsia a nível mundial, opondo interesses comerciais à necessidade de proteção dos oceanos. Matthew Gianni, cofundador da Coligação para a Conservação do Mar Profundo, defende que a necessidade de minerar o mar para servir as transições energética e digital é uma "afirmação enganosa" que está a ser propagandeada. E elogia Portugal na defesa que faz dos oceanos.

Sónia Santos Dias

A mineração do mar profundo ainda não é permitida em nenhuma parte do globo, mas no último ano aceleraram as movimentações junto da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA, sigla em inglês) para abrir esta atividade à exploração comercial.
Uma pretensão que tem levantado a oposição de diversos agentes, entre ambientalistas, organizações, empresas e mesmo países, que já pediram uma moratória até que a ciência clarifique os impactos que a mineração no mar poderá ter no planeta e na preservação dos oceanos. Portugal é um dos países que subscreveram a moratória a nível internacional e aprovou uma a nível nacional que impede a mineração nas águas portuguesas até 2050.
Matheus Gianni, cofundador da Deep Sea Conservation Coalition (DSCC), a Coligação para a Conservação do Mar Profundo que agrega 120 organizações ambientalistas a nível mundial, explica o ponto em que estamos e para onde o mundo pode ou deverá rumar.

A mineração do mar profundo tem estado na ribalta nos últimos meses. Pode efetivamente avançar em algum ponto do planeta?
A maior parte do interesse comercial na mineração em alto-mar concentra-se nas áreas internacionais do oceano, principalmente em nódulos polimetálicos – pequenas rochas encontradas no fundo do mar a vários milhares de metros de profundidade contendo manganês, cobalto, níquel e cobre. Neste momento, ainda não é permitida qualquer mineração em alto-mar na área dos fundos marinhos internacionais, mas há várias empresas e países que estão a pressionar para abrir a área onde veem potencial de lucro na mineração destes metais.
Atualmente, uma empresa em particular, a The Metals Company (TMC), com sede no Canadá, utilizou uma parceria com Nauru e duas outras nações insulares do Pacífico para obter três das 30 licenças de exploração emitidas pela ISA para ter acesso aos depósitos minerais do fundo do mar mantidos em reserva para os países em desenvolvimento. A TMC declarou também que pretende solicitar uma licença de mineração no segundo semestre de 2024, sob a lacuna de dois anos, se a ISA não tiver adotado regulamentos para a mineração até então.
No que diz respeito à mineração em áreas nacionais de fundos marinhos, dois países, as Ilhas Cook no Pacífico Sul e a Noruega, manifestaram interesse na mineração em águas profundas nas suas próprias águas. Até à data, ambos estão apenas a licenciar a exploração.

Qual o papel da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos nesta situação? Há quem diga que tem duas caras, pois deveria proteger os oceanos, mas ao mesmo tempo cria condições para licenciar a atividade.
A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos foi criada em 1994 e tem um claro conflito de interesses, nas palavras da Comissão de Auditoria Ambiental do Parlamento do Reino Unido, porque vai gerar receitas com a concessão de licenças de exploração mineira e, ao mesmo tempo, ser responsável pela regulamentação da indústria mineira dos fundos marinhos e pela proteção do ambiente. Uma das questões mais problemáticas com a ISA são os estatutos de tomada de decisões da organização, que permitem, em algumas circunstâncias, que uma minoria de dois países no conselho de 36 membros, em casos extremos, garanta que um país ou uma empresa que se candidata a uma licença de exploração mineira a obtenha, mesmo que a maioria dos outros países-membros votem contra ou desaprovem. Trata-se de um processo de tomada de decisões profundamente antidemocrático que é totalmente contrário à obrigação prevista na UNCLOS de que a ISA atue "em nome" e "em benefício" da humanidade como um todo.

O que diz atualmente a ciência sobre a mineração em mar profundo? Quais as consequências para a vida nos oceanos, a região e as comunidades circundantes?
Os cientistas estão a alertar para o facto de a exploração mineira em águas profundas poder conduzir à perda de biodiversidade no oceano profundo, que seria provavelmente permanente e irreversível, incluindo a perda de espécies antes mesmo de estas serem descobertas. Além disso, existem preocupações quanto ao impacto sobre as espécies que vivem na água entre a superfície e o fundo do mar – baleias, tartarugas-marinhas, raias de mergulho profundo, atuns, medusas e muitas outras –, que poderiam ser afetadas pelo ruído, pelas toxinas introduzidas no ambiente marinho pela exploração mineira e pelas plumas de sedimentos que poderiam viajar 100 km ou mais através da água antes de finalmente se depositarem no fundo.
Alguns dos melhores trabalhos de investigação sobre os potenciais impactos da extração mineira no fundo do mar estão a ser realizados por cientistas, como Marina Carreiro Silva, Telmo Morato e os seus colegas da Universidade dos Açores, envolvidos num projeto de investigação do fundo do mar no qual também estou envolvido, denominado Projeto iAtlantic. Mostraram, por exemplo, que as nuvens de sedimentos e pequenas partículas de minério geradas pela exploração mineira ao longo da Crista Média Atlântica podem viajar centenas de quilómetros ou mais para fora do local e ser altamente tóxicas para os corais de profundidade que vivem ao longo da crista nas proximidades das ilhas dos Açores.
Há também preocupações quanto ao potencial impacto na bomba biológica de carbono, o processo pelo qual o CO2 é retirado da atmosfera para as profundezas do oceano e mantido durante séculos ou mais. Não nos devemos arriscar a interferir num serviço natural do ecossistema que o oceano fornece e que é vital para a nossa sobrevivência futura.

Em março de 2023, o Tratado para a Biodiversidade Marinha de Áreas Fora da Jurisdição Nacional (BBNJ, sigla em inglês) foi aprovado em sede das Nações Unidas, ao fim de 19 anos de negociações. O acordo prevê proteger 30% dos oceanos até 2030 e a necessidade de regulação de atividades existentes e emergentes, tais como a pesca, a exploração mineira, a poluição marinha e a bioprospeção no mar profundo. Isto não é suficiente para proteger os oceanos da mineração?
Uma resposta curta é que, embora proteger 30% dos oceanos seja um grande passo em frente, o que acontece aos outros 70%? O BBNJ pode impor restrições ao que a ISA pode eventualmente permitir, no entanto, não impedirá a ocorrência de atividades mineiras prejudiciais em águas profundas. Assegurar a proteção efetiva do ambiente marinho contra os efeitos nocivos das atividades

A pressão pública é fundamental para impedir a extração mineira em águas profundas, tanto nas águas nacionais como nas zonas internacionais do oceano.

des de extração mineira no fundo do mar e a prevenção de danos à flora e à fauna do ambiente marinho são obrigações claras da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Contudo, a aplicação destas obrigações tem de ser efetuada através da ISA. O Acordo BBNJ não pode obrigar a ISA a fazê-lo.

A extração de metais necessários às transições verde e digital é apontada como a razão para se dar início à extração no mar, uma vez que as reservas em terra já estão reduzidas. Como se conjugam estes dois interesses, evolução digital e proteção dos oceanos?
Esta é uma afirmação enganosa propagada pelos proponentes da extração mineira em águas profundas. Não somos os únicos a dizer isto. Em junho do ano passado, o Painel Consultivo Científico das Academias Europeias chegou à mesma conclusão. Em primeiro lugar, existem reservas suficientes dos chamados metais críticos em terra para assegurar a transição para as tecnologias verdes. Em segundo lugar, a extração mineira em águas profundas só poderia, na melhor das hipóteses, fornecer uma pequena fração das centenas de milhões de toneladas adicionais de cobalto, cobre e níquel, que alguns afirmam ser necessárias para a transição ecológica. Mas o mais importante é o investimento maciço no desenvolvimento de baterias e outras tecnologias renováveis que substituem metais caros e difíceis de obter, como o cobalto e o níquel, por metais e materiais mais baratos e abundantes. Os fabricantes de veículos elétricos, por exemplo, estão cada vez mais a substituir as baterias de lítio-níquel-manganês-cobalto (LNMC) por baterias de lítio-ião-fosfato (LFP). Sem níquel, sem cobalto, sem necessidade de extrair estes metais em terra ou nas profundezas do mar, sendo o ferro e o fosfato muito mais abundantes e disponíveis. E a reciclagem, uma melhor utilização dos metais já em circulação, melhores sistemas de transportes públicos e uma melhor conceção dos produtos para que durem mais tempo contribuiriam muito para diminuir a nossa dependência da extração de metais. A União Internacional das Telecomunicações calcula que são produzidos anualmente mais de 50 milhões de toneladas de resíduos eletrónicos, dos quais menos de 20% são reciclados.

Ainda apenas 24 países, incluindo Portugal, votaram a favor de uma moratória da mineração, para se perceber melhor o impacto da mineração em mar profundo. Qual a força desta moratória? É suficiente para travar o início da atividade?
Ainda não, mas vale a pena notar que os primeiros países a apelar a uma moratória foram Palau e Fiji na Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, em Lisboa, em junho de 2022. O Chile também fez mais ou menos o mesmo na sede da ONU nesse mesmo mês. No espaço de pouco mais de um ano e meio, já são 24 países. E cada vez mais países estão a reconhecer a ameaça que representa a exploração mineira em águas profundas.

Quais as regiões do globo em que a mineração está em risco de começar?
Em águas internacionais, o oceano Pacífico oriental é onde o interesse comercial na exploração mineira em águas profundas é maior, neste caso para a exploração de nódulos polimetálicos numa área de aproximadamente 4,5 milhões de quilómetros quadrados denominada Zona de Fratura Clarion Clipperton (CCZ). Além disso, o Ártico está em risco devido à recente decisão do governo norueguês de abrir uma vasta área da sua plataforma continental alargada à exploração comercial.

Relativamente à Noruega ter aprovado recentemente a prospeção do mar profundo do Ártico, que impacto poderá ter no Ártico e no próprio planeta, já que a região representa um importante estabilizador global do clima?
A decisão da Noruega foi a de abrir a sua zona do fundo marinho no Ártico à exploração de recursos minerais por empresas privadas, mas ainda não à exploração mineira. No entanto, a Noruega está a jogar um jogo perigoso. Se conseguir atrair o interesse e o investimento do setor privado, as empresas vão querer uma contrapartida sob a forma de licenças de exploração mineira. Tem havido muita oposição à decisão da Noruega. No final, ela representará o início de uma corrida entre as nações para reclamar a exploração mineira do fundo marinho do Ártico ou levará outros países da região a empenharem-se seriamente em evitá-la.

O que é necessário que aconteça para a mineração ser proibida em todo o planeta? Acredita que isso acontecerá?
É necessário que uma grande maioria dos 168 países-membros da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos vote para estabelecer uma moratória sobre a extração mineira em águas profundas. A pressão pública é fundamental para impedir a extração mineira em águas profundas, tanto nas águas nacionais como nas zonas internacionais do oceano. Os governos estão a começar a ouvir e a responder às preocupações dos cientistas, das ONG, das populações indígenas e da pressão pública. Portugal tem desempenhado frequentemente um papel importante nas negociações internacionais sobre a governação e a conservação dos oceanos. Juntamente com o Brasil, em particular com o seu apelo a uma moratória mínima de 10 anos até que haja muito melhor informação científica e conhecimento do mar profundo e que a biodiversidade e os serviços de sequestro de carbono no mar profundo possam ser protegidos. Pode envidar esforços diplomáticos para convencer outros países a juntarem-se ao apelo a uma moratória na ISA. A liderança de Portugal e de outros países pode virar a maré.



Gettyimages



GettyImages

PATRIMÓNIO NATURAL DE PORTUGAL ESTÁ A DEGRADAR-SE

Água poluída, biodiversidade ameaçada e florestas degradadas. O país que acolhe quase um quarto das espécies descritas na Europa está (há muito) a sofrer com a intensa ação humana.

Sónia Santos Dias

Portugal continental e os arquipélagos da Madeira e dos Açores situam o país em três regiões biogeográficas: o Atlântico, o Mediterrâneo e a Macaronésia. Esta localização alargada confere a Portugal uma grande riqueza natural, elevando o país ao topo dos que têm maior biodiversidade da Europa. Tanto terrestre como aquática, uma vez que Portugal tem uma extensão marinha 18 vezes superior à terrestre. Segundo dados da União Internacional da Conservação da Natureza (IUCN, sigla em inglês), vivem no território nacional cerca de 35 mil espécies de animais e plantas, ou seja, 22% da totalidade de espécies descritas na Europa e 2% das espécies identificadas no mundo.

Mas toda esta riqueza natural está a degradar-se rapidamente, devido à pressão das alterações climáticas, mas sobretudo por causa da prolongada ação humana. "A situação é preocupante", refere Francisco Ferreira, presidente da ZERO.

Segundo dados do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), relativos a 2013-2018, no caso da região biogeográfica macaronésica (Açores e Madeira), apenas o habitat prioritário de laurissilvas macaronésicas se encontra em estado de conservação favorável, enquanto as florestas endémicas de zimbros e as florestas de zambujeiros e de alfarrobeiras estão em estado desfavorável-inadequado e o habitat prioritário de turfeiras arborizadas se encontra em mau estado de conservação.

No que respeita à região biogeográfica atlântica (noroeste de Portugal continental), "a situação também não é melhor", refere o presidente da associação ambientalista, uma vez que, dos cinco habitats representados, dois se encontram em estado desfavorável-inadequado e três em estado desfavorável-mau. Destaque para o mau estado de conservação dos carvalhais de carvalho-alvarinho ou de carvalho-negral e dos bosquetes de teixo.

Quanto à região biogeográfica mediterrânica, dez habitats estão em estado de conservação desfavorável-inadequado e seis em desfavorável-mau, sendo que os carvalhais de carvalho-alvarinho ou de carvalho-negral e os bosquetes de teixo repetem a má condição e juntam-se a estes os freixiais de freixo-de-folhas-estreitas, os carvalhais de carvalho-português e os bosques de sobreiro. Ou seja, "volvidos quase 25 anos sobre a transposição da Diretiva Habitats para a legislação nacional, fomos incapazes de garantir um bom estado de conservação dos habitats florestais presentes no território nacional", refere Francisco Ferreira.

Outro exemplo é a água. Portugal continental possui um total de 62 aquíferos, que representam uma reserva estratégica de água estimada em 7.900 hectómetros cúbicos (hm3). De acordo com o relatório anual da ERSAR, 30,75% da água destinada ao consumo humano tem origem subterrânea. Porém, "a presença de azoto amoniacal e de nitratos nas águas subterrâneas, entre os anos 2018 e 2020, com base na informação disponibilizada pela Agência Portuguesa do Ambiente, por meio do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, denota uma situação preocupante, com registo de poluição em 49 dos 54 sistemas aquíferos com dados disponíveis", assinala o ambientalista, que aponta a agricultura e a pecuária intensivas como os poluidores intensivos dos aquíferos. "A poluição da água subterrânea por nitratos está fortemente relacionada com os métodos de produção agrícola intensivos, como consequência da excessiva utilização de fertilizantes químicos. A poluição por azoto amoniacal está, sobretudo, relacionada com a atividade pecuária, ocorrendo por contaminação dos solos através de estrume e/ou efluentes líquidos sem tratamento", explica Francisco Ferreira.

Podemos continuar também pela fauna. A captura ilegal, a invasão de espécies exóticas e as alterações climáticas são alguns dos fatores que ameaçam a sobrevivência de todo o tipo de espécies. Segundo o "Livro Vermelho dos Mamíferos de Portugal Continental", muitos carnívoros são ameaçados pela fragmentação dos seus habitats, reduzida abundância de presas,
atropelamentos e abate ilegal. Mas há ameaças mais específicas. Por exemplo, os mamíferos insetívoros e roedores semiaquáticos sofrem com as mudanças nos cursos de água, como a construção de barragens, e com a fraca qualidade da água.



GettyImages

Levada do Risco, Madeira.

Já alguns pequenos cetáceos apresentam um nível elevado de mortalidade devido a capturas acidentais em artes de pesca. Além disso, as suas populações estão a ser afetadas por diversos tipos de poluição, incluindo o lixo marinho. O boto pode mesmo ficar extinto dentro de 20 anos, alerta este livro vermelho.

É HORA DE REVERTER E PROTEGER

Perante este alerta geral, Portugal mostra-se empenhado e tem assinado acordos internacionais e europeus de proteção ambiental. Desde o acordo para um Quadro Global para Biodiversidade, equiparado ao Acordo de Paris, que postula que é preciso proteger 30% do mar e da terra até 2030, passando pelo Pacto Ecológico Europeu, que dita as diretrizes europeias, e culminando na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 30), a matriz nacional para gerir o capital natural até 2030.

A ENCNB 30 tem por objetivos melhorar o estado de conservação do património natural e promover o reconhecimento do seu valor pela economia e pela sociedade para o desenvolvimento do país. Para isso, baseia-se em três pilares: melhorar o estado de conservação do património natural; promover o reconhecimento do valor do património natural; e fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade. Os objetivos desdobram-se depois num conjunto de medidas de concretização.

Portugal também promulgou a Lei de Bases do Clima, em fevereiro de 2022, sendo que, apesar de se entrelaçar com a causa ambiental, tem um foco mais virado para o combate às alterações climáticas.

Contudo, apesar dos instrumentos já criados, há um conjunto de "necessidades urgentes" para se alcançar os objetivos de proteção a que Portugal se propõe. Inclui-se aqui, por exemplo, "a elaboração do Atlas dos Habitats Naturais e Seminaturais de Portugal continental, a conceção de planos de ação para a conservação de espécies e habitats com estatuto de conservação desfavorável, designadamente flora em perigo, peixes migradores, invertebrados, bem como turfeiras, habitats litorais, bosques de azevinho, de teixo, e zimbrais e louriçais", destaca Francisco Ferreira. Outras medidas relevantes, prossegue, são "o cumprimento integral de estratégias e planos de ação para conservação de espécies ameaçadas, em particular no que respeita ao controlo de espécies exóticas invasoras de animas e vegetais, preservação do lobo-ibérico, das aves necrófagas ou das aves estepárias, a conceção de um programa de renaturalização de áreas para a vida selvagem



GettyImages

Serra da Estrela

A preservação e a gestão sustentável dos ecossistemas são cruciais não apenas para a conservação da biodiversidade e para o combate às mudanças climáticas, mas também para garantir o bem-estar humano e o desenvolvimento económico sustentável em todo o mundo.

com presença humana reduzida ou em processo acelerado de despovoamento (potencial de rewilding)".

O último Relatório do Estado do Ambiente (REA), publicado anualmente pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), salienta que promover a adoção de modelos económicos mais sustentáveis é essencial num contexto de recursos e ecossistemas limitados. Destaca, contudo, no domínio "Economia e Ambiente", que o consumo interno de materiais (CIM) cresceu 11,6% entre 2013 e 2021, cifrando-se nos 163,9 milhões de toneladas. A evolução do CIM é fortemente influenciada, em Portugal, pela evolução da atividade do setor da construção, na medida em que os materiais que mais pesam no total deste indicador são os minerais não metálicos, intensamente utilizados naquele setor, apura a APA. Comparando os níveis de produtividade dos recursos e do CIM por habitante entre Portugal e a UE-27, verifica-se que, em ambos os casos, Portugal apresenta valores menos favoráveis do que a média europeia. Em 2020, Portugal apresentou uma produtividade dos recursos de 1,10 euros de PIB a preços de 2015 por kg de CIM, enquanto a média da UE-27 é consideravelmente superior (2,06 euros). Portanto, o país tem descapitalizado a natureza sem tirar o máximo proveito desta.

Desta feita, procura-se agora fazer a dissociação entre desenvolvimento económico e impactos ambientais, entre produção de bens e utilização de recursos. Assim, criados para promover a utilização racional dos recursos naturais e combater as pressões sobre o ambiente, "os impostos com relevância ambiental pretendem incorporar cada vez mais os custos dos serviços e

O Sistema de Contabilidade Económico-Ambiental reconhece desde 2021 o capital natural, como florestas, rios, oceanos, desertos, pantanais e outros ecossistemas e os seus serviços, como valor económico de um país, um forma de medir a riqueza de um país diferente ao PIB, que é o modelo que tem servido para medir a riqueza nas últimas décadas.

dos danos ambientais diretamente nos preços dos bens, serviços e atividades que estão na sua origem, contribuindo assim para a integração das políticas ambientais nas políticas económicas, aplicando o princípio do utilizador-pagador", salienta a APA no REA.

DAR VALOR ECONÓMICO À NATUREZA

A extração de recursos para alimentar economias em desenvolvimento mais do que triplicou desde 1970. Mas a verdade é que não damos valor àquilo que não tem um preço, apesar de a natureza estar na base da economia. Estima-se que o valor do património natural corresponda a 50% do valor do PIB mundial. Essa ligação acontece mediante uma série de processos e atividades económicas que dependem diretamente dos recursos naturais ou são impactadas por eles. Por exemplo, a agricultura depende da fertilidade do solo, da polinização e do ciclo da água; a indústria pesqueira depende da saúde dos ecossistemas marinhos; o turismo depende da beleza e da biodiversidade dos destinos naturais, entre muitos outros exemplos. Mas nada disto é contabilizado.

Na perspetiva de Francisco Ferreira, "a atribuição de um valor é fundamental". Existem vários estudos em curso, mas "estamos ainda longe de um base de conceção e implementação de um modelo de pagamento de serviços de ecossistema para os proprietários detentores de parcelas e atividades promotoras de conservação ativa de espécies e habitats protegidos, bem como de serviços ambientais à sociedade".

Em março de 2021, a Organização das Nações Unidas (ONU) deu um passo decisivo neste sentido e adotou uma nova forma de medir índices sobre economia e ambiente. Com este parâmetro, denominado Sistema de Contabilidade Económico-Ambiental (SEEA, sigla em inglês), pretende-se assegurar o reconhecimento do capital natural, como florestas, rios, oceanos, desertos, pantanais e outros ecossistemas e os seus serviços, como valor económico de um país, fazendo assim "concorrência" ao tradicional PIB, que tem servido para medir a riqueza nas últimas décadas. Com isto, já não será possível contabilizar uma determinada destruição ambiental como progresso económico, além de que o novo quadro ajudará a reformular decisões e políticas para o desenvolvimento sustentável dos países.

O sistema contém os conceitos e as regras de contabilidade e tabelas padronizadas internacionalmente acordadas para a produção de estatísticas e contas comparáveis a nível internacional. Portugal é um dos 90 países das Nações Unidas que aderiram ao SEEA, contudo, a informação existente é ainda muito incipiente.

Além de valorizar a natureza, será também crucial favorecer atividades e negócios compatíveis com a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, reduzindo a apetência por atividades menos favoráveis ou mesmo prejudiciais a esta. No caso de Portugal, onde o turismo é um dos setores-chave da economia, a aposta numa oferta sustentável "é um caminho incontornável", assumido pelo próprio Turismo de Portugal. Favorecer o turismo de natureza, os alojamentos sustentáveis ou o turismo de observação de vida selvagem pode capitalizar economia e natureza em simultâneo.

Na visão da ZERO, é necessária intervenção no setor da agricultura, de forma a deixar de contribuir para a degradação do capital natural e consolidar-se um modelo produtivo agroecológico. Para tal é necessário "adotar os princípios fundamentais da agroecologia e organizar os processos de desenvolvimento em torno de estratégias locais de alimentação; fomentar a organização de produtores e consumidores (por exemplo, em AMAP – Associação pela Manutenção da Agricultura de Proximidade e Sistemas Participados de Garantia) para o desenvolvimento de cadeias curtas agroalimentares; e aderir a metodologias de avaliação e indicadores adequados para aferir a sustentabilidade dos sistemas agrícolas e da cadeia alimentar (medição dos serviços de ecossistema, análise de ciclo de vida, eficiência energética do sistema, atividade enzimática do solo, etc.), ligando estes aos programas de incentivos e apoios ao investimento", defende o presidente da ZERO.

Outras medidas apontadas são assegurar o desenvolvimento ordenado das paisagens agrícolas respeitando o direito de participação das populações locais na definição e implementação das políticas de paisagem, conforme a Convenção Europeia da Paisagem, subscrita por Portugal; assegurar o bom funcionamento das estruturas biofísicas fundamentais; ou um regime de licenciamento para a agricultura do tipo industrial para acautelar os seus impactos expectáveis e respetiva fiscalização.

"A valorização do capital natural precisa da canalização de apoios financeiros significativos para assegurar a preservação da Rede Natura 2000 em Portugal, por meio do apoio adequado aos detentores de proprietários com sistemas agrícolas de alto valor natural, configurando a sua atribuição em função das especificidades de cada território e gerindo o processo com a criação de estruturas locais profissionalizadas", defende Francisco Ferreira.

Segundo o REA, a adoção de práticas agrícolas ou florestais sustentáveis tem aumentado a área agrícola em modo de produção biológico. Em 2020, atingiu os 319.540 hectares, o que corresponde a 8,1% do valor da superfície agrícola utilizada.

A preservação e a gestão sustentável dos ecossistemas são cruciais não apenas para a conservação da biodiversidade e para o combate às mudanças climáticas, mas também para garantir o bem-estar humano e o desenvolvimento económico sustentável em todo o mundo.

PRESERVAR O CAPITAL NATURAL, UM IMPERATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

O aquecimento global e as consequências das mudanças climáticas podem ser devastadores num espaço de tempo bastante curto à escala humana, ameaçando de forma direta a capacidade de sobrevivência da nossa espécie. Enfrentamos paralelamente uma crise de perda de biodiversidade, sem precedentes à escala humana, que ameaça também a nossa sobrevivência.



MARIA DE JESUS FERNANDES
Bastonária da Ordem dos Biólogos e presidente do júri na categoria Preservação do Capital Natural do Prémio Nacional de Sustentabilidade.

Usamos com frequência a expressão "ativo estratégico" quando queremos quantificar e qualificar o património natural e a biodiversidade no território nacional, realçando desse modo o seu elevado valor intrínseco e a sua importância identitária. Somos, de facto, um país muito biodiverso.

Mas, se alargarmos um pouco mais o conceito e falarmos de capital natural – abarcando a totalidade de recursos naturais, vivos ou não, que o ambiente nos propicia – e dos serviços que nos presta, a expressão ganha ainda mais sentido. É que, para além da imensa riqueza e diversidade biológica, Portugal exibe uma enorme variedade de paisagens e disponibilidade de recursos naturais endógenos. Aqui incluímos todos os recursos que a natureza nos oferece e que são fundamentais para a nossa sobrevivência biológica, social e cultural: a água, o oxigénio, o solo, os recursos geológicos e minerais, o mar, a floresta, as serras e as planícies, e, claro, todos os recursos vivos que usamos e de que dependemos para comer, vestir, respirar, fruir.

Uma referência breve à diversidade ecossistémica que o país nos oferece, com uma infinda abundância e variedade de sistemas ecológicos e paisagísticos de norte a sul, de este a oeste, entre o continente e as ilhas, a que estão associados grande riqueza e diversidade de habitats e espécies, algumas das quais atualmente em risco elevado de extinção. Entre os ativos mais relevantes contabilizam-se as áreas protegidas e classificadas, que desempenham um papel fundamental na conservação da natureza e da biodiversidade, na preservação dos habitats mais frágeis e como redutos de resiliência e desenvolvimento sustentável.

Estes territórios fornecem-nos uma gama diversa de serviços dos ecossistemas, na sua maioria não quantificados e dos quais não temos real consciência, mas que urge calcular e encontrar os mecanismos para ressarcir corretamente as comunidades que neles residem e os mantêm vivos, assegurando a sua preservação e prestando um serviço concreto à sociedade. Acresce que a maioria dos terrenos classificados em Portugal são privados e não existem mecanismos de compensação financeira que ressarçam o proprietário.

De facto, temos menosprezado a gama de serviços que os ecossistemas nos propiciam, dentro e fora de áreas protegidas, mas se ponderarmos um pouco perceberemos que é tão vasta a lista que nenhuma sociedade pode viver sem eles: do turismo à investigação e inovação, da segurança alimentar aos recursos medicinais, do sequestro de carbono à resiliência e adaptação climática.

Como sociedade assumimos um conjunto vasto de compromissos e acordos, a nível europeu e mundial, no sentido de travar e minimizar estas duas grandes crises planetárias.

Como país, temos de atingir as metas traçadas para 2030!

Como país, temos de conseguir superar os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (e falta-nos ainda um longo caminho na "proteção da vida terrestre"); temos de cumprir as metas do Pacto Ecológico Europeu (Green Deal); e temos de iniciar o plano de ação do restauro da natureza.

Como cidadãos, temos de dar o nosso melhor contributo e fazer a nossa parte. Todos somos chamados! Sem desculpas e procrastinações.

O prémio de Preservação do Capital Natural elege os bons exemplos e as melhores práticas do uso sustentável do capital natural. Com ele procuramos demonstrar que é possível compaginar desenvolvimento económico e sustentabilidade, que é possível haver economia com uso adequado dos recursos naturais, sem lhes provocar esgotamento e falência. Acima de tudo, que é possível e há um caminho!

É do nosso futuro que falamos e é o nosso futuro que temos de assegurar hoje.



JÚRI

PRESIDENTE DO JÚRI



MARIA DE JESUS FERNANDES
Bastonária, Ordem dos Biólogos



ANA PEGO
Autora do livro 'Plasticus maritimus'



FRANCISCO FERREIRA
Presidente, ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável



HUMBERTO DELGADO ROSA
Diretor para o Capital Natural D-G Ambiente, Comissão Europeia



JOÃO CANÁRIO
Professor Associado Convidado e Investigador, Instituto Superior Técnico e Ciclos Biogeoquímicos de Elementos no Ambiente

PRESERVAÇÃO DO CAPITAL NATURAL

Nesta categoria foram aceites iniciativas, serviços, projetos ou produtos que promovam a biodiversidade e proteção / integração do capital natural (e.g. água, solo, ar, oceanos, florestas, etc.) como fator no processo de decisão das organizações.
Foram valorizadas as iniciativas que tenham como princípio a preservação do capital natural e que promovam benefícios e impactos positivos para a sociedade em geral através das diferentes formas de integrar o capital natural na organização.



NUNO LACASTA
Especialista em ambiente e sustentabilidade



NUNO MIGUEL BANZA
Presidente do Conselho Diretivo, ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA NA LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO

No norte do país, sete entidades reflorestaram quase 60 hectares de território com elevado risco de desertificação, pavimentando o caminho para um futuro mais sustentável em que a colaboração e as soluções inovadoras são a chave.

ÁGUAS DO NORTE
Grupo Águas de Portugal

O concelho de Alfândega da Fé acolheu o projeto GREENValue, que visa restaurar ecossistemas semiáridos e sub-húmidos secos, com o objetivo de combater a desertificação.
A iniciativa surgiu para redefinir os padrões de conservação ambiental e a gestão de recursos naturais, utilizando métodos baseados na economia circular e na valorização de subdprodutos, nomeadamente lamas de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) que são reutilizadas com o propósito de enriquecer os solos.
Para tornar a ação possível, formou-se um consórcio composto por diferentes entidades designadamente a Águas do Norte, a Resíduos do Nordeste, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Câmara Municipal de Alfândega da Fé, e três juntas de freguesia (União de Freguesias de Pombal e Vales, União de Freguesias Gebelim e Soeima, União de Freguesias Ferradosa e Sendim da Serra), criando sinergias para o restauro ecológico.
Ao reunir o conhecimento técnico e científico para a implementação bem-sucedida do projeto, o GREENValue destaca-se, também, pela abordagem inovadora, colaborativa e sustentável.

58,89
Hectares de área intervencionada

7
Entidades em consórcio

57,23%
Das parcelas intervencionadas classificadas como áreas de risco de erosão na reserva ecológica

IMPACTO POSITIVO

No concelho de Alfândega da Fé a área intervencionada foi de 58,89 hectares de um território que apresenta uma quantidade significativa de solos suscetíveis à desertificação. De facto, 90% da sua área de 321,95 quilómetros quadrados está classificada como semiárida ou sub-húmida seca, com temperaturas médias nos meses de verão que rondam os 33 graus e apenas 3% de precipitação no período mais quente.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

13 Ação climática

15 Proteger a vida terrestre

17 Parcerias para a implementação dos objetivos

Empresa: **Águas do Norte, S.A**

Nome do projeto: **GREENValue – Valorização da Geração de Recursos em Espaço Natural**

Data de início: **01/07/2022**

Data de conclusão: **31/12/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **cursos de água, florestas e sociedade em geral**

GREENValue

No sentido de reflorestar e criar vida nesse espaço, introduziram-se quatro espécies arbóreas – pinheiro manso, pinheiro-bravo, sobreiro e azinheira –, para combater a desertificação utilizando árvores adaptadas ao ecossistema que contribuem para a preservação do solo, da fauna e da flora locais. As práticas de utilização sustentável do solo em combinação e a escolha de espécies resinosas e folhosas têm efeito benéfico na qualidade da terra, visando também a preservação dos recursos hídricos fundamentais para os ecossistemas semiáridos.A curto-prazo, espera-se a valorização agrícola direta por via da aplicação de lamas da ETAR nos solos florestais e o reunir de conhecimentos técnico científicos suficientes para suportar estudos futuros. No médio prazo, a intenção é criar a base para replicar a metodologia noutros processos de reflorestação. Mais à frente, numa linha temporal mais prolongada, é previsível a maior absorção e incorporação de carbono na biomassa das árvores e do solo, contribuindo para a redução dos níveis de CO_2 na atmosfera.

METAS A CUMPRIR

Para medir o impacto do GREENValue, um dos aspetos a estudar será a regulação climática proporcionada pelo incremento da fixação de carbono e tendo como indicador uma estimativa a 20 anos para o armazenamento de 122 toneladas de CO_2 ao ano, representando um valor de 7212 euros. Importa avaliar, ainda, o aumento da evapotranspiração promovido pelo restauro das áreas e, nesse sentido, a plantação de árvores é um dos indicadores a considerar. Estima-se que os níveis de evapotranspiração sejam cerca de dois milímetros (mm) por dia, equivalentes a 730 mm por ano. Serão 730 litros de água por metro quadrado, correspondentes a 547,5 mil litros de água na área intervencionada. Trata-se apenas de alguns dos objetivos do GREENValue que, mais que um projeto de restauração ecológica, está a pavimentar o caminho para um futuro mais sustentável, inspirando a colaboração e a criação de soluções inovadoras que ajudam a salvar o ambiente.

SALVAGUARDAR FAUNA E FLORAATRAVÉSDEESTAÇÕES DE BIODIVERSIDADE

A seleção e monitorização dos principais grupos de fauna e flora permite conhecer as interações com as atividades florestais, a sensibilidade das espécies às mudanças das práticas silvícolas e a sua capacidade de resposta.



As Estações de Biodiversidade (EBIO) criadas pelo Grupo Altri, grupo europeu de produção renovável de fibras celulósicas que gere mais de 90 mil hectares de floresta totalmente certificada, através da sua subsidiária Altri Florestal, pretendem promover a observação e a monitorização da biodiversidade para, desta forma, contribuir para o reconhecimento e o respeito pelos valores naturais presentes nas florestas sob a sua gestão. As EBIO são percursos pedestres curtos (máximo de três quilómetros), sinalizados no terreno através de painéis informativos sobre a diversidade biológica a observar pelos visitantes.
Os painéis funcionam como um guia de campo e fazem referência a espécies emblemáticas e facilmente observáveis. É dado particular destaque aos insetos e às plantas que são a base para a conservação dos ecossistemas terrestres, nomeadamente das florestas.
Estas Estações visam envolver as comunidades locais, especialmente a população escolar e as instituições de investigação, no estudo e monitorização da biodiversidade. O objetivo é chamar a
atenção, junto dos diversos setores da sociedade, para a importância da gestão florestal sustentável na preservação das espécies de fauna e flora.
Até 2030, o Grupo Altri compromete-se a implementar um total 15 estações de biodiversidade. Em 2023, já havia sete (incluindo biospots) a promover a conservação do capital natural em território nacional (Ribeira da Foz, Furadouro, Cabeço Santo, Palmeiro, Biotek, o Biospot Centro Ciência Viva em Constância e o Centro de Interpretação de Biodiversidade do Galisteu)

3KM
extensão máxima das Estações de Biodiversidade

7
número de Estações geridas pela Altri em funcionamento no final de 2023

116
espécies de insetos identificados na EBIO Ribeira da Foz

UM OÁSIS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Em concreto, a Estação de Biodiversidade da Ribeira da Foz identificou áreas de conservação e biodiversidade, além de locais com potencial para o restauro ecológico. Foi realizada uma avaliação da fauna e flora presentes, visando o desenvolvimento de modelos de gestão florestal que priorizem a proteção dos valores naturais. A implementação deste corredor ecológico de oito quilómetros, na fronteira entre o concelho de Constância e da Chamusca, possibilitou a divulgação de métodos para melhorar o sistema de gestão florestal da empresa e acompanhar a evolução da biodiversidade. Devido à sua natureza contínua, proporciona uma avaliação ambiental consistente do impacto da gestão florestal nos recursos naturais.

Nesta atividade foram envolvidas as comunidades locais e outras partes interessadas na identificação, divulgação e proteção do património natural.

Nesta EBIO destaca-se a presença das borboletas *Aporia crataegi* e *Argynnis pandora*, da abelha *Xylocopa cantabrita*, entre outras espécies polinizadoras em que a Ribeira da Foz é particularmente rica. Quanto aos mamíferos identificados, foram registadas nove espécies, entre elas a lebre, o texugo e a gineta. No que respeita à flora, foram mapeadas 142 espécies de plantas. Pela sua singularidade, a Galeria Ripícola da Ribeira da Foz já serviu como base de estudo de vários trabalhos científicos, nomeadamente na monitorização de anfíbios e répteis, peixes e mamíferos.

Empresa: **Altri, S.G.P.S., S.A.**

Nome do projeto: **Estação de Biodiversidade da Ribeira da Foz.**

Data de início: **01/07/2019**

Data de conclusão: **31/12/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **ecossistemas e a sociedade em geral.**









QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 14 Proteger a vida marinha
- 15 Proteger a vida terrestre

FUTURO DA ÁGUA PASSARÁ POR GESTÃO EFICIENTE

Além do consumo elevado de água por habitante, Portugal enfrenta um desafio ao nível da distribuição deste importante recurso natural: um terço da produção não é faturada pelas entidades gestoras. Com a ajuda da tecnologia, a Aquapor está comprometida em combater o desperdício.



Todos os anos, cerca de 237 milhões de metros cúbicos de água não são faturados pelas entidades gestoras em Portugal. Para que se tenha uma ideia da dimensão, uma piscina olímpica suporta cerca de 2500 metros cúbicos de água. Assim, todos os anos a quantidade de água que não é cobrada, daria para encher pelo menos de 95 mil piscinas. Estando o país particularmente exposto aos efeitos das alterações climáticas, a questão assume importância inegável. Consciente desta realidade, a Aquapor, empresa que se dedica desde 1987 à gestão de concessões municipais para fornecimento de água, implementou há mais de 20 anos o projeto Gestão da Água Não Faturada. O objetivo é claro: reduzir o desperdício, aumentar a eficiência das operações e contribuir para a preservação dos recursos naturais.

A organização, que integra o grupo francês SAUR, é responsável por 11 concessões que cobrem 27 municípios em todo o território nacional e conta com *know-how* acumulado no setor. Para a empresa, combater o desperdício é essencial.

"Além da perda financeira que representa para as entidades gestoras - uma vez que houve investimento na sua captação, tratamento, transporte e distribuição -, a água não faturada representa um verdadeiro atentado ambiental", explica a empresa na candidatura a este prémio.

Por isso mesmo, a Aquapor tem procurado melhorar a eficiência das operações em todas as concessões pelas quais é responsável, assim como noutros locais através do aconselhamento técnico a várias entidades gestoras.

Na sede da Aquapor, foi possível alcançar, em 2023, um valor médio de 15% de água não faturada – são menos 15 pontos percentuais do que a média nacional (30%). Além disso, numa das suas concessões, conseguiu registar um resultado de 12,5%, o que representa uma redução de cerca de 20 pontos percentuais nos últimos 15 anos.

aquapor

Empresa: **Aquapor Serviços, S.A.**

Nome do projeto: **Gestão da Água Não Faturada**

Data de início: **01/01/2002**

Data de conclusão:**em curso**

Principais beneficiários da iniciativa: **sociedade e entidades gestoras de concessões para abastecimento de água**



30%

de toda a água distribuída em Portugal e que não é faturada

134 milhões

de metros cúbicos de água seriam poupados, todos os anos, com desperdício abaixo dos 15%

12,5%

de água não faturada foi o melhor resultado alcançado por uma das concessões da Aquapor em 2023

UM CAMINHO A PERCORRER

À primeira vista, os números alcançados pela Aquapor podem parecer pouco expressivos, mas ganham uma nova dimensão quando comparados com a realidade nacional. Como já vimos, a média de água não faturada em Portugal é de 30%, embora existam algumas entidades gestoras que apresentam perdas de 79%. Significa isto que, nestes casos, apenas 21% da água é efetivamente faturada.

Mas como se inverte a tendência? Para a Aquapor, atingir um bom desempenho nesta matéria implica acima de tudo fazer o diagnóstico, recolher dados, conhecer as zonas mais críticas e desenhar um plano detalhado de execução. Neste campo, a tecnologia pode ser um importante aliado, já que foi a massificação da telemetria que conduziu a empresa a um novo patamar de eficiência. Através de sensores distribuídos pela rede de abastecimento, é possível monitorizar em tempo real o caudal, a pressão e a temperatura da água, mas também receber alertas de roturas que permitem uma atuação mais rápida e eficaz.

Para as próximas duas décadas, a Aquapor promete, a Aquapor promete manter o foco na redução do desperdício de água em território nacional, onde os períodos de seca e seca severa são cada vez mais comuns e mais prolongados no tempo.



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

6 Água potável e saneamento

9 Indústria, inovação e infraestruturas

13 Ação climática



EMPRESAS PORTUGUESAS UNIDAS PELA BIODIVERSIDADE

Proteger o meio ambiente é uma responsabilidade coletiva, que não deve recair apenas sobre o Estado ou cidadãos. Em Portugal, o setor privado uniu forças, demonstrando a sua importância para a preservação do capital natural do país.

Na era em que a preservação ambiental atinge um novo auge, o act4nature Portugal, promovido pelo BCSD Portugal, destaca-se como uma iniciativa pioneira, mobilizando empresas para a proteção e promoção da biodiversidade e restauração dos ecossistemas. Com foco objetivo e cientificamente apoiado, a iniciativa visa responder às necessidades da gestão do capital natural, enquanto promove a qualidade de vida das comunidades e a sustentabilidade das economias locais.
O projeto está aberto a todas as empresas, que ao aderirem subscrevem 10 compromissos comuns que pretendem integrar a biodiversidade na sua estratégia e ao longo da cadeia de valor, promovendo o diálogo com stakeholders na avaliação e criando parcerias. Além disso, as organizações são incentivadas a desenvolver compromissos individuais SMART, alinhados com as suas atividades com uma perspetiva de melhoria contínua. A cada ciclo de três anos, os signatários têm de reportar a execução dos seus compromissos e atualizá-los ambicionando sempre mais.

46
Empresas signatárias do act4nature Portugal

324
Compromissos pela natureza assumidos

66%
De compromissos cumpridos

RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Desde o seu lançamento, em 2020, o act4nature Portugal tem beneficiado do crescente interesse das empresas. No primeiro ano de projeto, foram 15 as empresas que aderiram e foram assumidos 165 compromissos, representando uma média de 11

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

17 Parcerias para a implementação dos objetivos

14 Proteger a vida marinha

15 Proteger a vida terrestre

por cada organização. Atualmente, já conta com 46 signatárias que, em conjunto, já assumiram 324 compromissos pela natureza. São 40% os compromissos que se preveem vir a terminar dentro do ciclo de execução esperado, endereçando os mais variados temas, mas destaca-se a mobilização de recursos e parcerias para apoiar as ações das empresas no terreno. Entre 2020 e 2022, verificou-se, ainda, que 66% dos compromissos estabelecidos foram cumpridos. Atualmente, 21% dos compromissos encontram-se em progresso e apenas 13% ainda não iniciaram. Para aferir resultados, a transparência e o impacto são pilares fundamentais da iniciativa, refletidos no ciclo de relatórios trianuais que as empresas signatárias devem apresentar, atualizando os seus compromissos. Esta prestação de contas não só incentiva a responsabilidade empresarial, mas também permite avaliar o impacto positivo das ações implementadas.

SETOR PRIVADO MAIS VERDE

O act4nature Portugal está alinhado com as metas globais de sustentabilidade, como a Estratégia de Biodiversidade da União Europeia para 2030, buscando a manutenção das atividades económicas, mas também a transição para as finanças sustentáveis e modelos de produção e consumo que preservem o capital natural. Para fortalecer ainda mais o seu impacto, a iniciativa promove o envolvimento direto das empresas membros do BCSD Portugal, facilitando a troca de recursos, experiências e melhores práticas. Eventos como visitas técnicas e encontros presenciais entre signatários constituem oportunidades valiosas para partilhar conhecimento e reforçar o compromisso assumido para com a natureza. Trata-se de um projeto que exemplifica como o setor privado pode desempenhar um papel fundamental na construção de um futuro mais sustentável, especialmente quando aposta na colaboração.

act4nature Empresas pela Biodiversidade



act4nature Portugal

Empresa: **BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável**

Nome do projeto: **act4nature Portugal**

Data de início: **01/02/2020**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **biodiversidade, sociedade em geral**

VACAS FELIZES, NEGÓCIO SUSTENTÁVEL

Programa da BEL Portugal revolucionou o setor do leite na última década e criou valor para toda a cadeia de valor. Do prado ao prato impera a sustentabilidade que começa na qualidade da pastagem, passa pelo reforço do bem-estar animal, e termina num alimento nutricionalmente mais rico para o consumidor.



O Programa Leite de Vacas Felizes (PLVF) nasce de um problema e, dez anos depois, apresenta-se como a solução que transformou o setor leiteiro, não apenas nos Açores, onde teve origem, em 2015, mas em todo o país.
À época, o contexto da produção de leite nos Açores era complicado, com o fim das quotas leiteiras, alguma contração nas compras por parte da China, e a diminuição da procura generalizada. Uma soma de fatores que levou à desvalorização do produto, com os consequentes impactos no trabalho e na vida dos produtores. Por outro lado, o consumidor começava a mostrar-se mais exigente, preocupado com a naturalidade do produto e a transparência do negócio, o que obrigou a BEL Portugal a repensar o negócio, acreditando que para se manter competitiva, deveria enveredar pelo caminho da diferenciação e da criação de valor para toda a cadeia: a marca Terra Nostra, os seus produtores, os Açores e o consumidor.

+60%
Riqueza do leite de pastagem em ácidos gordos e mais 20% em ómega 3

32%
Redução da pegada de carbono nas explorações aderentes ao programa Leite de Vacas Felizes

160
Famílias de produtores impactadas pelo projeto

O PLVF nasce, por isso, com o propósito de fazer o bem para todos, promovendo o desenvolvimento e a valorização do setor leiteiro, assente na pastagem com as melhores práticas mundiais de bem-estar animal e sustentabilidade, e elegendo-a como motor do esenvolvimento do negócio e da visão da marca.
A ambição de transformar o modelo de produção, apostando num leite valorizado, integrando qualidade e sabor, com impacto na agricultura, ambiente, produtores e bem-estar animal traduz-se hoje na Preservação do Capital Natural nos Açores.

CINCO PILARES PARA A SUSTENTABILIDADE

Valorizar e reforçar toda a cadeia de valor foi, desde a primeira hora, o objetivo primordial do PLVF, que assenta em cinco pilares, do prado ao prato: Pastagem, Bem-Estar Animal, Qualidade e Segurança alimentar, Produção Sustentável e Produtores Recompensados.
Desde logo, a montante, o programa garante





que é na pastagem que se assegura a defesa das propriedades nutricionais do leite, garantindo uma alimentação saudável às vacas, à base de erva fresca 365 dias por ano. Esta alimentação, a par com a vida no seu habitat natural – ao ar livre e em comunidade -, com acompanhamento veterinário exclusivo e dedicado, assegura a produção de um leite mais rico nutricionalmente.

Por outro lado, a certificação dos produtores pela SGS Portugal, com elevados critérios de qualidade e de rastreabilidade, é confirmada com mais de 25 testes de qualidade realizados, e comprova a qualidade e segurança alimentar do produto. Recorde-se que, até à data, a Terra Nostra permanece como a única marca em Portugal com um Programa de Certificação de produtores, com um plano de desenvolvimento associado, um apoio técnico dedicado e uma recompensa adicional. Todos os produtores certificados recebem também uma remuneração extra pela aplicação das melhores práticas, apoiando a economia local e a sustentabilidade económica das explorações.

Já no que se refere ao impacto do projeto na sustentabilidade da produção, a correta utilização dos solos e a proteção dos recursos hídricos, bem como o incentivo à utilização de fontes de energia renováveis, contribuem para a salvaguarda dos recursos naturais dos Açores. Segundo a BEL Portugal, para a concretização dos objetivos do PLVF nos cinco pilares definidos, as parcerias com diferentes especialistas, nomeadamente da academia e da vertente científica, foram essenciais para o sucesso do projeto.

Feito o balanço do projeto, o Programa Leite de Vacas Felizes e o seu processo diferenciado de produção de leite deu lugar a um produto premium – o primeiro leite de pastagem em Portugal – cujo conceito assentou na naturalidade (leite proveniente de vacas que pastam ao ar livre 365 dias/ano, que comem erva fresca nos Açores), e na elevada qualidade (leite exclusivo de produtores certificados, com as melhores práticas de qualidade, sustentabilidade e bem-estar animal). Pela primeira vez, a pastagem foi usada em Portugal como um fator de diferenciação e o conceito "vacas felizes" enraizou a estratégia e as práticas da marca de preocupação com o bem-estar animal, permitindo criar uma forte visibilidade deste tema, ainda bastante ausente da comunicação das marcas de grande consumo.

Empresa: **BEL Portugal, S.A.**

Nome do projeto: **Programa Leite de Vacas Felizes – Terra Nostra**

Data de início: **01/01/2015**

Data de conclusão: **01/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **produtores de leite e consumidores**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 2 – Erradicar a fome
- 8 – Trabalho digno e crescimento económico
- 12 – Produção e consumo sustentáveis
- 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos



COMUNIDADE UNIDA PELA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA EM CASCAIS

Da preservação das florestas para manter a biodiversidade e contribuir para o sequestro de carbono, até aos esforços pela regulação climática do ciclo da água, escolas, empresas e associações de Cascais juntam-se para criar um futuro mais verde.

No cenário pitoresco que se estende da costa atlântica ocidental do Guincho até às portas de Cascais, o Projeto Oxigénio surge para abraçar a causa da conservação da natureza. Trata-se de um programa de voluntariado ambiental que tem como objetivo principal envolver a comunidade local em ações práticas de preservação dos ecossistemas, com foco especial nas áreas abrangidas pelo Parque Natural de Sintra-Cascais.

Desde o seu início em 2008, o Projeto Oxigénio tem reunido milhares de voluntários em diversas ações que sensibilizam para os valores naturais, para a cidadania ativa e para a capacitação da sociedade como agente de mudança.

33.816
Voluntários desde 2008

730
Ações de conservação da natureza realizadas

58.881
Espécies nativas plantadas

A iniciativa visa recuperar áreas para a reconversão de eucaliptal e acacial em floresta autóctone, bosques de extrema importância para o sequestro de carbono, conservação do solo, regulação climática do ciclo de água e dos nutrientes e criação de refúgios que promovam e preservem a biodiversidade.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Projeto Oxigénio, com a sua componente educativa, vai muito além da plantação de árvores. Ao envolver escolas, associações, empresas e a população em geral, a iniciativa já conseguiu mobilizar





33 816 voluntários, em mais de 730 ações de conservação da natureza.
A comunidade escolar é o grupo interveniente mais ativo, representando 34% das pessoas, seguida dos cidadãos que participam de forma autónoma, que chegam aos 28%. Só em 2022, a iniciativa envolveu 16 empresas, 20 escolas e sete associações, chegando aos 2960 participantes no total de 82 ações realizadas.
Graças à ação coletiva dos últimos anos, foram plantadas 58 881 espécies nativas que apresentaram uma taxa de sobrevivência de 70%, afirmando os bons resultados do projeto. Entre as atividades, destaca-se o controlo de flora invasora, a plantação de espécies autóctones, limpeza da orla costeira, propagação de espécies de flora nativa e construção de caixas-ninho para aves, o que representou 4,6 hectares de área intervencionada.

MISSÃO SUSTENTÁVEL

À medida que o Projeto Oxigénio continua a expandir o seu alcance e impacto, torna-se também um exemplo do poder da colaboração comunitária na proteção do meio ambiente. Não se trata apenas de plantar árvores, mas sim de plantar esperança para as gerações vindouras. Apesar de a comunidade escolar, onde se inserem as crianças e jovens que vão herdar a missão da sustentabilidade, ser a mais representativa no projeto, as empresas têm colhido frutos da iniciativa. As organizações podem aderir ao projeto para compensar as emissões de carbono, cumprindo os seus compromissos estratégicos de responsabilidade social ou ambiental, .

enquanto envolvem os seus colaboradores O Projeto Oxigénio tem-se revelado positivo na sensibilização dos trabalhadores para atitudes e comportamentos ecologicamente responsáveis dentro e fora do local de trabalho. Além disso, tendo uma componente de colaboração muito forte que promove o espírito de equipa, a iniciativa acaba por se tornar, também, numa ação de team building.
Em Cascais, não só se restauram ecossistemas vitais, como se proporciona a aproximação da comunidade à natureza, transformando cada cidadão num agente ativo na conservação do ambiente.





AMBIENTE CASCAIS

Empresa: **Cascais Ambiente/EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais**

Nome do projeto: **Projeto Oxigénio**

Data de início: **07/03/2008**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **escolas, empresas, associações e sociedade em geral**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

13 Ação climática

15 Proteger a vida terrestre

MENOS DESPERDÍCIO DE ÁGUA NA CADEIA DE PRODUÇÃO ALTERA PARADIGMA DA RESTAURAÇÃO

Através do programa WATER - We Act Toward Environmental Responsibility, a Eurest Portugal está a transformar o setor, enquanto contribui para uma melhor gestão da água e da biodiversidade, e promove práticas sustentáveis em todo o seu ecossistema.



A água possui um papel crucial nos ecossistemas, está envolvida em processos elementares como a regulação do clima, formação de habitats aquáticos e promoção da biodiversidade. O planeta é coberto por 70% de água, 96% da qual são oceanos e apenas 2,5% corresponde a água doce. A água disponível para consumo humano (atividades domésticas e agricultura) corresponde a menos de 1% da água da Terra. Segundo a FAO (Food and Agriculture Organization), o setor alimentar possui uma pegada hídrica cada vez maior, motivada pelo aumento da população e consequente aumento na produção de alimentos.

A compreensão da interconexão entre a água e o capital natural, aliada à vontade de garantir um ambiente saudável e sustentável para as gerações presentes e futuras foram a força motriz para o desenvolvimento do programa WATER - We Act Toward Environmental Responsibility, lançado pela Eurest Portugal em janeiro de 2023, e concluído um ano depois.

Ao longo dos doze meses do projeto, e através de uma abordagem holística, foi validado e implementado um conjunto de medidas, que impulsionaram mudanças em toda a cadeia de produção da empresa que atua no setor da restauração. No início de 2024, a Eurest assume que o objetivo foi totalmente atingido e que a transformação implementada veio para ficar. A empresa reconhece igualmente que o programa WATER está totalmente alinhado com o seu compromisso global e mundial – Planet Promise -, que tem como objetivo alcançar NET zero em 2050, bem como com a meta nacional Act4Nature.

O trabalho realizado com vista à redução do desperdício de água na cadeia de produção da Eurest começou na seleção da matéria-prima (proteína vegetal, detergentes biodegradáveis), passando pela alteração de métodos na produção de refeições (supressão de etapas dispensáveis, monitorização e redução do desperdício alimentar) até à regeneração de habitats através da plantação de áreas ardidas. Uma alteração de paradigma no setor da restauração que influencia positivamente todos os stakeholders.

IMPACTOS EM TODA A LINHA

A iniciativa WATER tem impactos substanciais e transversais na preservação do capital natural, mais especificamente no que respeita à água, um bem cada vez mais essencial. Trata-se de uma iniciativa integral que abrange 360° de toda a atuação da Eurest, no serviço de produção e distribuição de refeições, que se tornou capaz de influenciar ativamente as partes interessadas, promovendo sensibilização e alterando paradigmas para impulsionar mudanças positivas e sustentáveis, desde logo na seleção das matérias-primas Neste pilar do projeto, a empresa assumiu o compromisso com uma alimentação mais equilibrada e de menor custo ambiental, ao promover ativamente o consumo de proteínas vegetais em detrimento de opções de origem animal. Este é o conceito do projeto Green Vibes, cuja meta passa por introduzir alimentos cuja produção exige menor consumo de água, como é o caso dos vegetais e das leguminosas. Assim, ao integrar, diariamente, a opção de um prato vegetariano (em substituição do prato de carne ou de pescado) em todas os restaurantes, a Eurest está a contribuir ativamente para a mobilização dos seus mais de 110 mil consumidores. A "migração" de 38% de consumidores para o prato Green Vibes traduz-se numa redução de 21% da pegada hídrica da empresa a montante.Em paralelo, a Eurest seleciona produtos vegetais e frutas nacionais, com certificado de produção integrada tendo, em 2023, adquirido mais de 5000 toneladas de legumes, leguminosas e frutas, que integraram a oferta Green Vibes. Simultaneamente, os colaboradores da empresa são sensibilizados e incentivados para a promoção e incorporação no seu estilo de vida de uma alimentação mais sustentável através da dinamização de concursos de receitas preferencialmente vegetarianas e que contribuam para a redução do desperdício alimentar. Até à data, já foram publicados dois volumes do livro "Grandes Sabores sem Desperdício", que incluem mais de 100 receitas publicadas e partilhadas com toda a comunidade, em www.eurest.pt.

WE ACT TOWARDS ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY

Empresa: **Eurest Portugal**

Nome do projeto: **WATER - We Act Toward Environmental Responsibility**

Data de início: **26/01/2023**

Data de conclusão: **26/01/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **colaboradores, cadeia de valor, clientes, consumidores, sociedade em geral**

15.500
Litros de água necessários para a produção de um quilo de carne bovina

38%
Consumidores do prato Green Vibes permitem reduzir 21% da pegada hídrica da produção

5.000
toneladas de legumes, leguminosas e frutas, que integraram a oferta Green Vibes em 2023





QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

2 Erradicar a fome
3 Saúde de qualidade
6 Água potável e saneamento
12 Produção e consumo sustentáveis
13 Ação climática
14 Proteger a vida marinha
17 Parcerias para a implementação dos objetivos

MICROFLORESTA CRIA OÁSIS VERDE EM ESTALEIRO DE PORTO ALTO

Projeto de restauro ecológico e de valorização do capital natural da Fundação Manuel António da Mota pretende criar uma nova visão de natureza e biodiversidade inseridas em meio urbano.



Da estratégia de sustentabilidade da Fundação Manuel António da Mota (FMAM) e em cooperação com a Mota-Engil, nasceu uma microfloresta inspirada no método Miyawaki e o no restauro ecológico assente em Nature-based Solutions.

O oásis verde nasceu no coração do estaleiro principal da Mota-Engil, no Porto Alto, e foi criado com a ajuda da Natural Business Intelligence e da ATIV, que facilitou a execução apoiando-se também nas ações de voluntariado promovidas pela FNAM, que mobilizaram os colaboradores do Grupo Mota-Engil em ações de voluntariado. O projeto pretende responder a dois grandes desafios da gestão de capital natural: revitalizar um espaço construído, com o compromisso de valorizar a integridade e identidade natural do local, e valorizar um espaço adjacente a um estaleiro de grande dimensão. A iniciativa comprova que as realidades natural e urbana podem e devem coexistir, especialmente no que à preservação da biodiversidade diz respeito.

10
Mil euros investidos em planeamento e execução

1800
Espécies plantadas

75%
De taxa de sobrevivência das espécies plantadas

NATUREZA SOBRE CIMENTO

Embora a zona intervencionada seja de pequena dimensão, com apenas 0,3 hectares, o seu potencial de impacto positivo é crescente e simultaneamente direto e indireto. Por um lado, permite o aumento da biodiversidade e das funções dos ecossistemas e, para isso, foram plantadas 1800 plantas, das quais 75% sobreviveram. Os principais impactos ambientais e ecológicos são diretos, dado o restauro de uma zona degradada que agora se transforma num local de alto valor de conservação, associado ao sequestro de carbono e a recuperação de zonas húmidas. Por outro lado, os impactos indiretos dizem



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

13 Ação climática

15 Proteger a vida terrestre

17 Parcerias para a implementação dos objetivos

respeito, sobretudo, à sensibilização das equipas de engenharia e de construção que frequentam o local, designadamente através do envolvimento de voluntários das diferentes sucursais da Mota-Engil.
A médio e longo prazo, este aspeto será fundamental para promover a comunicação entre colaboradores e contribuir para alcançar os objetivos estratégicos de sustentabilidade da FMAM e da Mota-Engil.
O facto de a microfloresta estar afeta à casa do Estaleiro do Porto Alto, onde vivem colaboradores da Mota-Engil, permite melhorar a saúde e bem-estar dos mesmos, mas também beneficiar as comunidades mais próximas, nomeadamente através da promoção de visitas escolares ao espaço verde.

INOVAÇÃO VERDE

Um estaleiro que no seu interior alberga uma pequena floresta podia já parecer suficientemente inesperado, mas a verdadeira inovação está na forma como nasceu. Habitualmente, a metodologia Miyawaki pretende criar florestas densas e biodiversas em áreas urbanas degradadas num curto período, mas, neste caso, o foco é o restauro ecológico de alta intensidade, com foco em espécies e habitats locais que podem evoluir ao longo do tempo.
Os benefícios são múltiplos, passando pela valorização do espaço, a polinização, o controlo de espécies invasoras e a melhoria da paisagem, culminando na preservação de espécies raras, endémicas, e em perigo de extinção.
Apesar de a iniciativa ter custado cerca de 10 mil euros, o investimento será largamente compensado pelos benefícios de um projeto que, entretanto, já se provou rapidamente escalável, dando origem a uma nova iniciativa em preparação para o Bairro da Flamenga, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa.

FUNDAÇÃO MANUEL ANTÓNIO DA MOTA

Empresa: **Fundação Manuel António da Mota**

Nome do projeto: **Microfloresta**

Data de início: **13/01/2023**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **Colaboradores da Mota-Engil e comunidades locais**



MANGUALDE ACOLHE PROJETO DE REFLORESTAÇÃO E SEQUESTRO DE CARBONO

Portugal verá renascer 90 hectares de floresta num espaço que outrora era verde, mas que esteve sob ataque de uma espécie invasora. A Mota-Engil ATIV, promotora do projeto, compromete-se a manter o oásis por 40 anos, possibilitando o sequestro de carbono.



No coração de Portugal, na área dos Baldios da Corvaceira, um projeto visionário está a tomar forma. O ATIV Carbon Corvaceira é uma colaboração entre a Mota-Engil ATIV e os Baldios da Corvaceira, destinado a revitalizar uma paisagem de 90 hectares que foi afetada pelo nemátodo do pinheiro, um verme que destrói as árvores, e que deixou a área em estado avançado de degradação.

A iniciativa visa a recuperação do ecossistema, através da reflorestação com espécies autóctones e promoção da biodiversidade, mas também pretende criar um espaço natural que ofereça habitats adequados à vida selvagem. Adicionalmente, como grande fator de inovação, integra um projeto de carbono agrupado.

424
Espécies identificadas

72.583
Árvores plantadas

90
Hectares de área reabilitada

RESILIÊNCIA AMBIENTAL

O projeto ATIV Carbon Corvaceira não é apenas sobre reflorestação, trata-se de uma abordagem abrangente para criar uma floresta resiliente e promover modelos socioeconómicos sustentáveis.

Na nova área verde estão já identificadas mais de 424 espécies que contribuem para um ecossistema integral, composto por fungos, insetos, aves, mamíferos, aracnídeos, flores, árvores e arbustos. Ao promover o equilíbrio, a regeneração natural é potenciada, conseguindo manter à distância ou até erradicar pragas, como a que causou a destruição do espaço em primeira instância.

O ATIV Carbon permite ainda contribuir para o aumento da floresta biodiversa assente em modelos socioeconómicos sustentáveis e que substituem a exploração monocultural

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

3 Saúde de qualidade

4 Educação de qualidade

11 Cidades e comunidades sustentáveis

13 Ação climática

15 Proteger a vida terrestre

tradicional com abates periódicos, combatendo também o risco de incêndio, um flagelo que acomete o país todos os anos.
Alinhando-se com o Roteiro para a Descarbonização RNC 2050, o projeto protege o meio ambiente, mas também contribui para os esforços globais de redução de carbono em diversas vertentes.
Por um lado, disponibiliza aos agentes económicos ferramentas para compensar os impactos ambientais, designadamente a emissão de gases com efeito de estufa, através da emissão de Créditos de Carbono VERRA, uma entidade altamente reconhecida na área. Por outro, atrai as comunidades locais através de atividades lúdicas, de informação e formação, comprometendo-se também a manter a nova floresta por 40 anos, o que contribuirá significativamente para o sequestro de carbono.
Embora os custos de desenvolvimento do projeto sejam altos, os seus benefícios são igualmente elevados. Na totalidade da área, com 90 hectares, espera-se uma captura de CO_2 de 68,09 mil toneladas com um total de 72 583 árvores plantadas.

ESCALABILIDADE E INOVAÇÃO

O ATIV Carbon Corvaceira já foi validado como projeto de sequestro de carbono pela VERRA, atestando a credibilidade do impacto ambiental positivo e da inovação. Mas além de inovador, a iniciativa é também escalável e replicável em terrenos florestais degradados e em necessidade de recuperação, desde que feito o devido enquadramento face às espécies autóctones de fauna e flora de cada zona.
A escalabilidade, aliás, está prevista desde logo no âmbito do projeto de carbono agrupado ATIV Carbon, que abrange uma área total de cinco mil hectares no centro do país.
Adicionalmente, destaca-se a importância de poder monitorizar os resultados à distância por meio de uma plataforma digital capaz de acompanhar o crescimento das árvores plantadas.
No fundo, o projeto une os princípios de proteção e preservação da biodiversidade, das paisagens naturais e da criação de novos espaços que acrescentem valor ao planeta e às comunidades envolventes, promovendo a sustentabilidade ambiental dos cidadãos, mas também da cadeia de valor empresarial da Mota-Engil ATIV.

MOTA-ENGIL ATIV

Empresa: **Mota-Engil ATIV – Gestão e Manutenção de Ativos, S.A.**

Nome do projeto: **ATIV Carbon Corvaceira**

Data de início: **01/06/2023**

Data de conclusão: **31/10/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **florestas, sociedade em geral**



PEDREIRAS DA ARRÁBIDA GANHAM NOVA VIDA

Uma das novidades de conceção do Projeto de Recuperação Paisagística do Outão foi permitir que, pela primeira vez, se procedesse à recuperação da paisagem durante a exploração das pedreiras e não só no seu final de vida.

O projeto dos Viveiros Secil teve início em 1983, sete anos após a criação do Parque Natural da Arrábida. Surgiu da necessidade identificada pela empresa em promover a recuperação paisagística e em minimizar os impactos da exploração das suas pedreiras que servem a fábrica do Outão, iniciando, assim, um estudo abrangente da flora local. Ao longo dos últimos 41 anos, os viveiros localizados naquela localidade do distrito de Setúbal, junto ao estuário do Sado, têm desempenhado um papel fundamental no processo de recuperação das pedreiras. As espécies nativas utilizadas na revegetação são produzidas no viveiro, onde atualmente são multiplicadas 17 espécies nativas. Todas as sementes utilizadas no processo de germinação são colhidas nas áreas naturais envolvente às pedreiras, que assegura os recursos genéticos, bem como a biodiversidade local, especialmente em áreas de elevado valor de biodiversidade. Esta iniciativa tem sido complementada por estudos em cooperação com institutos de investigação, visando otimizar os esforços de recuperação da flora local.

36ha
área da pedreira de Outão a recuperar

47ha
recuperados em 2022 na envolvente de todas as pedreiras Secil

Em paralelo, a Secil grupo empresarial fundado em Portugal que assenta a sua atividade na produção e comercialização de cimento, betão, agregados, argamassas e cal hidráulica, além de integrar empresas que operam em áreas complementares na economia circular e na utilização de resíduos como fonte de energia tem estabelecido diversas parcerias com instituições de ensino, desde o ensino básico até ao superior, bem como com entidades de investigação, com o intuito de promover a educação ambiental e de sensibilizar para a importância de preservar a biodiversidade na região.

A iniciativa pioneira que deu origem aos





Viveiros Secil representou um marco na responsabilização privada pela minimização dos impactes da exploração extrativa. O trabalho realizado contribuiu significativamente para o conhecimento científico no domínio da recuperação ecológica de pedreiras, pelo que importa salientar a componente de responsabilidade social do projeto, que procura partilhar as melhores práticas de paisagística e manutenção da biodiversidade com escolas, universidades e autoridades competentes. No entanto, a área impactada pelo projeto não se resume à zona de exploração das pedreiras propriamente ditas, uma vez que muitas das espécies produzidas nos viveiros são cedidas às escolas, universidades e entidades publicas locais.

RECUPERAR PARA SALVAGUARDAR

A SECIL adotou uma abordagem ecológica utilizando espécies nativas na revegetação das pedreiras, que contribuem para acelerar a colonização dessas áreas, melhorando a autossustentabilidade do ecossistema e a resiliência, promovendo a colonização espontânea de espécies vegetais e animais. A Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa têm vindo a realizar o acompanhamento científico das áreas recuperadas. O objetivo deste projeto passa pelo revegetação das áreas já exploradas, através recuperação da estrutura e funcionamento das comunidades vegetais e faunísticas e dos ecossistemas originais, que não ambicionem apenas um objetivo meramente estético de recuperação da paisagem.





Empresa: **Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento SA**

Nome do projeto: **Viveiros Secil Outão**

Data de início: **01/01/1983**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **ecossistemas e a sociedade em geral**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

11 Cidades e comunidades sustentáveis

13 Ação climática

15 Proteger a vida terrestre

17 Parcerias para a implementação dos objetivos





MATA DO BUSSACO É CADA VEZ MAIS UM OÁSIS DE BIODIVERSIDADE

No coração da Serra do Bussaco, onde nasce a água mineral natural de Luso, há lugar para preservar trilhos de água, replantar árvores e promover a comunhão entre comunidades locais e natureza sem perturbar os seus recursos preciosos.



A água é um dos recursos mais preciosos e mais escassos do planeta e a sua preservação deve ser uma prioridade coletiva. A Água faz parte do nosso património natural e cultural. A Fundação Luso e a Água de Luso, como utilizadoras responsáveis deste recurso mineral natural, estão fortemente empenhadas em contribuir para a preservação do aquífero e proteção do ecossistema da Serra do Bussaco, origem da Água Mineral Natural de Luso.
Em parceria com a Fundação Mata do Bussaco, a Água de Luso trabalha para conservar e valorizar o património hídrico e natural do ecossistema. Fruto da colaboração, a marca tem vindo a desenvolver vários projetos ao longo dos anos que visam a preservação e valorização do elemento água e também a florestação e adensamento do perímetro que rodeia o aquífero através da plantação de várias espécies arbóreas. O compromisso da Água de Luso com a sustentabilidade manifesta-se também com iniciativas desenvolvidas pela Fundação Luso, que atua principalmente em três pilares: ambiental, comunidade e bem-estar.

+65.000
Árvores e arbustos autóctones plantados na Serra do Bussaco

3.295
metros de trilho de água na Mata do Bussaco recuperados

5
Percursos de água identificados e cartografados

RESPEITO PELA NATUREZA, PELO ECOSSISTEMA E PELAS ORIGENS

A Fundação Luso e a Fundação Mata do Bussaco desenvolveram o projeto de Recuperação do Trilho da Água, que tem 3295 metros e integrou o conjunto de cinco percursos hídricos já identificados e cartografados. Visando a preservação do bem precioso, efetuou-se a limpeza dos lagos e plantações na envolvente de Eucalipto e no Vale dos Fetos. Adicionalmente, foram limpas duas linhas de água que se unem na Fonte Fria e recuperada a mina de água e da Fonte do Carregal. Ainda com o intuito de proteger o aquífero, as fundações realizam

ações de plantação de árvores e reflorestações anuais com espécies autóctones, como Pinheiros Mansos ou Carvalhos, sempre com a indicação das áreas a intervencionar e o acompanhamento da Fundação da Mata do Bussaco. Num projeto específico em parceria com a Quercus. Entre 2013 e 2016 plantaram-se 29 215 árvores e arbustos autóctones na Serra do Bussaco, concretamente no perímetro que rodeia o aquífero da Água de Luso. Além das ações de plantação voltadas mais concretamente para a promoção da biodiversidade e proteção hídrica, foram ainda plantadas mais 35 mil árvores no âmbito do apoio da marca ao Maratona Clube de Portugal, na 29ª edição da meia maratona, sob o mote "Corre pela Serra do Bussaco". No total, ao longo dos últimos anos, a serra ganhou mais 64 215 árvores e arbustos.







COMPROMISSO COM A COMUNIDADE

A parceria da Fundação Luso, da Água de Luso e da Mata do Bussaco estende-se também à recuperação de espaços públicos, tais como o Viveiro da Mata do Bussaco, que tem como principal objetivo a produção de ervas aromáticas, e à construção de infraestruturas educativas. O Espaço Educativo da Mata do Bussaco funciona como um centro de interpretação com especial foco na comunidade infantil, juvenil e escolar. Está equipado com elementos expositivos e interativos que permitem aos visitantes mais novos conhecer a beleza dos jardins e a biodiversidade do oásis integrado na serra. Além disso, para que as comunidades envolventes possam desfrutar ainda mais do espaço, a Água de Luso ofereceu à Mata do Bussaco 28 bancos de jardim, três ecopontos, uma casinha de brincar e um jogo de galo, produzidos através de materiais reciclados. A iniciativa visa contribuir para estilos de vida mais saudáveis da população, estando em perfeita comunhão com a natureza.

Empresa: **Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, S.A.**

Nome do projeto: **Preservação do património hídrico e do capital natural da Serra do Bussaco**

Data de início: **01/01/2010**

Data de conclusão: **01/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **linhas de água, florestas, espaços públicos e sociedade em geral**



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática
- 15 Proteger a vida terrestre
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos

OS DESAFIOS AGIGAN
MAS A MISS
NÃO É



TAM-SE NAS CIDADES ÃO IMPOSSÍVEL



GettyImages

As guerras, a instabilidade internacional e a inflação têm perturbado as sociedades, tornando mais difícil aos países, às instituições e às organizações da sociedade civil adotarem as políticas que assegurem a sustentabilidade das cidades, aumentando a exigência no que diz respeito ao ambiente, ao transporte ou ao desempenho dos serviços básicos. Ao mesmo tempo, a pressão sobre as cidades, e as suas áreas de influência, continua a não dar as tréguas necessárias para as intervenções necessárias, reparadoras ou inovadoras.

Raquel Oliveira

As dificuldades estão refletidas, mais do que nunca, nas avaliações realizadas pelas organizações que avaliam a implementação de medidas em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Na sua essência, o ODS 11 – Cidades Sustentáveis estabelece parâmetros de referência de desenvolvimento que garantam às comunidades o acesso aos serviços básicos, energia, habitação, serviços públicos de transporte e espaços verdes. Mas o cenário atual não é animador: os últimos relatórios divulgados mostram que muitos países "estão a ficar para trás".

Apesar dos obstáculos, indivíduos, comunidades, organizações não governamentais, Estados e organizações transnacionais mantêm os esforços e os compromissos da Agenda 2030, no geral, e para as cidades em particular, têm sido renovados.

Com mais da metade da população mundial a residir em áreas urbanas, a pressão sobre os centros urbanos está longe de diminuir. No futuro, as pequenas e médias cidades transformar-se-ão em megapólis. Aproximadamente 55% da população global vive atualmente em áreas urbanas, uma proporção que se espera que aumente para 70% até 2050, segundo as contas da Organização das Nações Unidas.

As projeções da ONU indicam uma mudança gradual na distribuição populacional, com mais pessoas migrando das zonas rurais para as urbanas. Isto, combinado com o crescimento populacional global, poderá resultar num acréscimo de cerca de 2,5 mil milhões de pessoas nas áreas urbanas até 2050, com quase 90% desse aumento previsto para ocorrer na Ásia e em África.

O número de habitantes nas cidades continua a aumentar, mesmo em locais que já alcançaram altos níveis de densidade populacional. Em 2023, o número de cidades com mais de cinco milhões de habitantes aumentou novamente, agora totalizando cem cidades, três a mais do que no ano anterior, incluindo Luanda.

Atualmente, existem 44 megacidades com mais de 10 milhões de habitantes, segundo o levantamento feito pela Demographia World Urban Area. A liderança é ocupada pela região de Tokyo-Yokohama, com 37,7 milhões de habitantes, seguida por Jacarta, com 33,7 milhões, e Deli, com 32,2 milhões.

A primeira cidade fora da Ásia a aparecer na lista das dez maiores é São Paulo, com 23 milhões de habitantes, seguida pela Cidade do México, em décimo lugar, com 21,8 milhões. Lisboa ocupa o 135.º lugar na lista das maiores áreas urbanas, com uma população de 2,8 milhões de habitantes, enquanto o Porto está em 393.º lugar, com 1,3 milhões de habitantes, numa lista que abrange as 986 maiores cidades.

É neste difícil contexto que se destaca o esforço das Nações Unidas para promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Um desígnio que enfrenta sérios desafios, como recordou António Guterres, secretário-geral da ONU, no último relatório intercalar sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2023, que mostra que metade do mundo "está a ficar para trás".

O progresso em mais de 50% das metas dos ODS é fraco e insuficiente, e em 30% estagnou ou inverteu, afirma Guterres, fazendo parte desta lista áreas tão importantes como a pobreza, a fome e o clima. "A menos que atuemos agora, a meta de 2030 poderá tornar-se um epitáfio para um mundo que poderia ter existido", afirma o secretário-geral.

No que toca às cidades, a orientação é clara: "Os esforços devem concentrar-se na implementação de medidas inclusivas e resilientes e políticas e práticas de desenvolvimento urbano sustentável que priorizem acesso a serviços básicos, habitação a preços acessíveis, transporte eficiente e espaços verdes para todos."

Os problemas terão de ser resolvidos nas grandes cidades mas é nas mais pequenas e nas de média dimensão que o planeamento e a orientação para a sustentabilidade são mais prementes.

O acesso à habitação tornou-se uma preocupação central, com realidades bem distintas nas várias regiões do mundo, mas com o mesmo desafio, conseguir dar condições de habitabilidade dignas a milhões de pessoas. Para isso, é necessária uma panóplia de soluções que passam pelo financiamento público, por parcerias público-privadas, empréstimos e microfinanciamento comunitário e cooperativas de habitação, entre outras.

Até 2030, cerca de 40% da população mundial – três mil milhões de pessoas – necessitará de acesso a uma habitação adequada,



GettyImages

Vista panorâmica do skyline de Shangai, China



GettyImages

Avenida Paulista, São Paulo, Brasil.

estima a ONU Habitat. A necessidade prevista é de 96 mil novas casas acessíveis todos os dias. O mesmo organismo calcula que, em todo o mundo, 100 milhões de pessoas vivem sem abrigo e uma em cada quatro vive em condições tão precárias que põem em risco a própria saúde e a segurança.

Apenas a Austrália e a Nova Zelândia alcançaram os indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 sobre o acesso universal à habitação adequada, segura e acessível.

Os bairros de lata representam uma das manifestações mais graves do problema da habitação, e as previsões indicam um aumento ainda maior dessas áreas nas próximas décadas, principalmente em países em desenvolvimento. De acordo com as estimativas da ONU, mais de dois mil milhões de pessoas poderão viver em bairros degradados nas próximas três décadas. Atualmente, a maioria dos moradores dessas áreas está concentrada em regiões específicas, como Ásia Central e Meridional (359 milhões), Ásia Oriental e Sudeste Asiático (306 milhões), e África Subsariana (230 milhões).

Esta é apenas a ponta do icebergue do crescimento populacional e da pressão criada pela migração para as áreas urbanas. Mas milhares de milhões de pessoas em todo o mundo enfrentam dificuldades para manter ou aceder a habitações seguras e adequadas a preços acessíveis, como preconiza o 11.º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Ou seja, o problema agravou-se mesmo em zonas do mundo menos marcadas pela pobreza extrema.

O aumento dos preços no mercado imobiliário, tanto para arrendamento quanto para compra, veio agravar a crise habitacional que já se fazia sentir em muitas regiões do mundo. Com os preços a aumentarem mais rapidamente do que os rendimentos das populações, milhões de cidadãos, nomeadamente dos EUA, Reino Unido e União Europeia, enfrentam dificuldades para manter a suas casas, quer arrendadas quer as que se encontram a pagar aos bancos.

No extremo, muitos passaram à condição de sem-abrigo, tornando-se mesmo num problema nacional. Uma intervenção do governo escocês limitou a subida dos preços do arrendamento, mas ainda assim continua a aumentar o número de pessoas a viver em alojamentos temporários, com cerca de 30 mil pessoas a não terem um lugar permanente para viver. Na União Europeia, estima-se que haja 900 mil pessoas a viver nas ruas.

EFEITOS DA GUERRA E DA INFLAÇÃO

À guerra na Ucrânia e ao aumento dos custos da energia e da inflação em geral vieram juntar-se os custos de financiamento mais elevados, consequência da subida das taxas de juro decretadas pelo Banco Central Europeu (BCE). O BCE concretizou este aumento, pela primeira vez em 11 anos, em julho de 2022. Desde



Gettyimages

Vista área de Barcelona

A Europa está numa crise imobiliária. Precisamos de agir agora e precisamos de agir com ousadia.

Oliver Röpke, presidente do Comité Económico e Social Europeu

então, voltou a fazê-lo por 10 vezes consecutivas, não sendo ainda certo que começará a baixar este ano.

Na União Europeia (UE), as rendas médias terão subido mais de 19% e os preços da habitação 47%, com estes crescimentos sempre superiores à valorização dos rendimentos.

Em 2022, quase uma em cada dez pessoas na UE enfrentava custos de habitação excessivos, o que significa que viviam em agregados familiares em que os custos totais de habitação representavam mais de 40% do rendimento total disponível, com um aumento significativo registado desde 2020.Entre as pessoas em risco de pobreza, a proporção é muito maior, com três em cada dez.

Os dados são citados pela presidência belga da UE, na comunicação sobre a Declaração de Liège, que defende um Novo Acordo Europeu para habitação social e acessível com um duplo objetivo: melhorar o acesso a uma habitação digna e acessível para todos na União Europeia por meio de uma plataforma de habitação da União e promover o acesso das organizações de habitação social ao financiamento europeu de longo prazo do Banco Europeu de Investimento e da Comissão da UE.

"A Europa está numa crise imobiliária. Precisamos de agir agora e precisamos de agir com ousadia", sublinhou o presidente do Comité Económico e Social Europeu, Oliver Röpke.

Nesse sentido, o caminho coletivo deverá passar por desenhar políticas e fazer intervenções que promovam o acesso à habitação, garantindo que as comunidades tenham acesso a infraestrutura básica, serviços públicos e oportunidades de emprego e educação, contribuindo para combater as desigualdades no seio das comunidades.

Para lidar com esta complexa interdependência de problemas, os governos têm, e estão a fazê-lo, de criar respostas, que podem ir desde medidas para controlar a inflação à alteração das regras no mercado de arrendamento ou até a financiar habitação a preços acessíveis. Apesar de os próprios custos de construção e renovação terem aumentado significativamente, mais uma consequência da inflação.

"O investimento de capital é uma medida única com benefícios a longo prazo, enquanto os apoios ao rendimento muitas vezes perpetuam a inacessibilidade e aumentam a procura de habitação sem impactar a oferta e mudar para melhor os locais onde vivemos", alerta Bent Madsen, presidente da federação Europeia de Habitação Pública, Cooperativa e Social (Housing Europe).

No âmbito de políticas municipais, muitos procuram inspiração em Viena de Áustria, que se destaca, no conjunto da União Europeia, pela sua aposta na habitação social, desde que construiu o primeiro bairro em 1919.

Atualmente, cerca de 50% dos vienenses vivem em habitações subsidiadas, quer numa das 220 mil casas municipais, quer num dos 200 mil apartamentos de cooperativas construídos com subsídios municipais. Os 1.800 conjuntos habitacionais municipais de Viena albergam perto de meio milhão de cidadãos.

"Viena está empenhada na habitação municipal e, ao contrário de muitas outras metrópoles, nunca considerou vender este stock pertencente à cidade", afirma Karin Ramser, da autarquia vianense, considerando que "o grande número de habitações subsidiadas exerce um efeito de redução dos preços em todo o mercado imobiliário da capital austríaca".

No âmbito de planos a longo prazo, destaca-se também o programa irlandês de "Housing for All": um ambicioso programa lançado em 2021 de resposta às várias necessidades habitacionais, com soluções ao nível da habitação social, do arrendamento e da compra, apoiada pelo Estado. Para isso, conta 20 mil milhões de euros, o maior orçamento algum dia atribuído à habitação na história do país. Até final de 2023, tinham sido entregues cerca de 70 mil habitações, mas o ritmo deve aumentar: o objetivo é enriquecer o parque habitacional com 33 mil casas por ano até 2030.

O governo atribui subsídios para ajudar as famílias com baixos rendimentos a pagar renda ou mesmo a adquirir as suas próprias casas, tornando a habitação mais acessível para aqueles que têm dificuldades económicas. Por outro lado, foram apoiadas mais de três mil famílias na compra e na reabilitação de casas devolutas ou abandonadas.

Paralelamente, foram introduzidas medidas para regulamentar o mercado de arrendamento, incluindo limites nos aumentos e maior proteção aos inquilinos contra despejos.

Esta foi uma das soluções adotadas na Alemanha e em Espanha. No caso espanhol, os governos regionais podem declarar "zonas de tensão", que ficam sujeitas a, por exemplo, congelamento de preços de arrendamento durante três anos. Os novos contratos estarão igualmente sujeitos a atualizações máximas em função dos valores praticados anteriormente, embora esses limites possam ser revistos mediante os anos de duração, favorecendo o arrendamento de longa duração, à semelhança do que se passa em Portugal.

A crise habitacional afeta sobretudo os grupos mais vulneráveis das sociedades, como os pobres, os idosos, as minorias étnicas ou as famílias monoparentais. A prazo, acentua-se a segregação

GettyImages



Imagem área de Viena, Áustria

espacial e aumentam as dificuldades de acesso aos serviços essenciais, nomeadamente de educação e de saúde. As desigualdades sociais crescem e comprometem a coesão das sociedades para enfrentarem os desafios comuns.

Para a diretora executiva da ONU Habitat, a política da habitação falhou à escala global. "Está na hora de ir ao cerne da questão", defendeu Maimunah Mohd Sharif num artigo recente, considerando que para fazer é preciso uma mudança universal de perspetiva, a de que a habitação não deve ser vista apenas como uma mercadoria.

O caminho exige soluções adaptadas e localizadas, mas há três áreas principais em que todos os governos se deverão concentrar, defende aquela responsável: ter informação detalhada sobre a situação, definir metas e envolver os vários agentes nas respostas e atuar, de forma coordenada a todos os níveis, ou seja, municipal, regional e nacional.

É que a tarefa "que temos pela frente é assustadora, mas não impossível", parafraseando Li Junhua, o subsecretário-geral para os Assuntos Económicos e Sociais da ONU.

Apesar de tudo, as cidades sustentáveis, tal como as Nações Unidas as preconiza – com habitação acessível, serviços públicos para todos, redes de transportes eficientes e limpas, energias alternativas e edifícios verdes –, continuam a ser o ideário dos 193 países subscritores.



José Gageiro

AITOR VAREA ORO

“É IMPERATIVO QUE NEM VOLTEMOS PARA TRÁS, NEM NOS CONFORMEMOS COM O QUE TEMOS”

Portugal criou instrumentos e tem em curso mecanismos, como o Plano de Recuperação e Resiliência, que visam contribuir para dar resposta à crise habitacional que se vinha a aprofundar no país. Nem sempre é fácil, na prática, conciliar as forças em presença, mas até por isso a academia tem de estar envolvida na construção das soluções. Raquel Oliveira

Aitor Varea Oro é investigador do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, mas o seu trabalho não se encerra na academia: fora de portas, tem “arregaçado as mangas” e ajudado a criar respostas para as comunidades. É que para este valenciano rendido ao Porto, desde que fez Erasmus na Invicta em 2005/2006, não se trata tanto de produzir habitação, mas provocar uma transformação social a partir da habitação.

Tem trabalhado sobre as chamadas “ilhas do Porto”. O que são e o que representam no tecido urbano do Porto?
Podemos definir as ilhas a partir de uma tripla aproximação: são estruturas habitacionais originárias da Revolução Industrial, que ocupam o interior dos quarteirões em localizações tendencialmente centrais, e que persistem ainda em grande número, com 957 ilhas a alojar, ainda, cerca de 5% dos residentes na cidade do Porto; representam, também, um testemunho das precárias condições de vida que se prolongam até os nossos dias, e que Manuel Teixeira ilustrou muito bem definindo-as como o cruzamento entre as casas mais baratas que os promotores podiam construir e as casas mais caras que as populações sem recursos se podiam permitir; e em terceiro são um lembrete quotidiano da enorme importância e responsabilidade do poder público, central e local, na nivelação das desigualdades sociais, porque é o contexto de privação o que leva as pessoas a não ter alternativa a viver em casas de apenas 20 m2, em muitas ocasiões sem casa de banho. Entre a erradicação e a perpetuação, os dois grandes polos da intervenção nas ilhas, há uma terceira via: a transformação destes núcleos em manifestações plenas do direito à cidade. Não é uma situação que o mercado, por si só, consiga resolver.

Num artigo, diz que encontrou “dificuldades de operacionalização da Agenda 2030 das Nações Unidas, comprometida com a redução das desigualdades e a promoção de um desenvolvimento sustentável”. Quer concretizar?
A concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não pode ser um exercício voluntarista ou reduzido às situações onde existe mais facilidade para reunir todos os meios necessários. O poder público deve criar as condições para que os agentes sociais e económicos, na sua ação quotidiana, possam conduzir de forma natural e quase que inevitavelmente a um desenvolvimento sustentável. Mas estas condições não se cingem à definição de princípios de intervenção, à atribuição de financiamento para os materializar, e ao reconhecimento avulso de uma ou outra ação que possamos considerar uma boa prática. O grande problema é que dispomos de uma boa agenda para os objetivos, mas falta-nos uma agenda para o caminho que nos leva até eles. As “ilhas do Porto”, tanto por tudo o que lhes falta como pelas limitações e os interesses antagónicos de inquilinos, técnicos e proprietários, ilustram muito bem esta situação. A partir do processo de reabilitação destes núcleos, percebe-se claramente que a concretização

do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 não é uma ação por si só: envolve um conjunto de intervenções que invoca uma enorme nebulosa de intervenientes públicos e privados, que agem a diferentes escalas e em diferentes momentos temporais e, se não se entendem entre si, inviabilizam a mudança ou a tornam inacessível para certos públicos ou em certas áreas. O trabalho que temos realizado com o município do Porto sintetiza os três grandes princípios que daqui decorrem. Primeiro é preciso colmatar os espaços em branco entre os diferentes intervenientes, para assegurar que a mudança acontece a todos os níveis necessários. Em segundo, o poder público deve ser o grande aglutinador, e isto exige atrair estas situações para uma formalidade administrativa que é essencial, mas que está pensada para outros pressupostos e objetivos. Torna-se essencial apoiar os proprietários em benefício dos inquilinos, mas para isso é preciso acompanhá-los num labirinto burocrático e institucional que, por vezes, nem o próprio poder público domina na sua globalidade. Em terceiro, a implementação dos instrumentos deve ser flexível, para viabilizar válvulas de escape e acomodar as diferenças que inevitavelmente existirão de caso para caso. Os regulamentos e procedimentos administrativos são uma garantia de segurança para os destinatários, mas devemos evitar a implementação cega, sob pena de tornar o rigor em rigor mortis.

As "ilhas do Porto" têm um contexto específico, mas o acesso a uma casa condigna tornou-se numa dificuldade para milhões de famílias, em muitas cidades do mundo, nomeadamente por se ter transformado num negócio. É o que acontece em Portugal?
Grande parte do que está a acontecer na habitação em Portugal não pode ser percebido sem assumir que o mercado mudou de escala, e que isto deu toda outra dimensão a uma dinâmica que já estava em curso desde os anos 1980, quando Margaret Thatcher, com o seu "right to buy", promoveu uma mudança radical na posição do Estado, que deixou de investir em habitação pública. A contextualização não é minha: foi uma das sete lições de vida que a arquiteta Helena Roseta partilhou há uns meses com os meus estudantes e que nos ajudam a perceber porque a Lei de Bases da Habitação inclui medidas como a regulamentação do mercado. A partir da ótica da Agenda 2030, percebe-se a lógica deste instrumento em específico da política de habitação: é muito difícil fomentar um desenvolvimento sustentável que abranja várias áreas de intervenção e públicos-alvo quando o único critério dos interlocutores, que concentram cada vez mais ativos e têm por isso mais peso específico na equação, é o retorno económico. A Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto está, neste momento, a acompanhar a submissão de candidaturas ao 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, com o intuito de financiar os proprietários em benefício dos inquilinos. Este programa, inserido no Plano de Recuperação e Resiliência, financia 100% a fundo perdido a elaboração de projetos, o realojamento temporário dos moradores, e a reabilitação do edificado. Em contrapartida, pede-se apenas a melhoria das condições de vida (aumento das áreas, ventilação natural de todos os espaços, aumento da permeabilidade do solo, introdução de casas de banho em todas as habitações), manutenção da renda dos inquilinos, e a imposição de um teto de renda razoável, de cerca de 250€ por um T1, para os inquilinos sinalizados na Estratégia Local de Habitação do Município. O número de proprietários que preferem não aceder ao financiamento ou, pior, pretendem aceder a financiamento público sem contrapartidas deveria fazer-nos refletir sobre o quanto as perspetivas de lucro estão a condicionar a possibilidade de viver numa sociedade minimamente coesa e com sentido de justiça.

Já se identifica o fenómeno da gentrificação como noutras cidades, nomeadamente europeias?
Confesso que a conversa da gentrificação é um pouco frustrante, porque cria um marco a partir do qual é impossível resolver os problemas que descreve, que existem e têm um grande impacto na nossa sociedade. A observação da realidade poderia estar a conduzir-nos a um debate produtivo acerca das dificuldades em aceder aos recursos e das disfuncionalidades que, a todos os níveis, decorrem da criação de habitats segregados. Não é por acaso que três das cinco condicionantes da saúde identificadas pela Organização Mundial da Saúde cruzam de forma razoável com o espaço habitado e construído. Segundo esta perspetiva, as condições de trabalho ou os cuidados de saúde teriam menos peso que a segurança nos rendimentos e na segurança social (para a qual contribui, por exemplo, as despesas com a habitação), as condições de vida (casas precárias põem as pessoas doentes), ou o capital social e humano (sublinhando a importância da diversidade social e económica no nosso habitat). Em vez disso, assistimos a um debate que divide a amostra em dois, em função do quadrante ideológico, o que, na minha ótica, não ajuda a mobilizar os recursos de que dispomos para avaliar e mudar a situação, e serve apenas para reforçar as limitações da lente que uns e outros usamos para descrever a realidade. Quem a denuncia costuma ficar na denúncia da situação e na impugnação ao sistema económico vigente. Quem a nega utiliza indicadores que medem apenas parte da realidade, cingindo-se à questão económica e deixando de fora parte dos grupos sociais que não estão no radar. Entre os dois polos fica 80% da realidade.

O aumento das taxas de juro e a subida das rendas, sobretudo nos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto, vieram acentuar as dificuldades. Têm sido suficientes os apoios públicos neste domínio?
Fazem parte de um caminho em curso, que deveria ser aprofundado nos próximos anos. Convém reforçar que foi só em 2017 que foi criada uma Secretaria de Estado de Habitação, posteriormente integrada num ministério. Antes desse momento, praticamente não existiam respostas públicas nem financiamento adequado para a resolução de um problema que já se sentia, mas acerca do qual não havia reconhecimento explícito. Com o lançamento, em 2018, da Nova Geração de Políticas de Habitação, foi possível definir princípios, alocar recursos e começar a obter diagnósticos. Não é uma questão menor que, segundo dados do IHRU, 281 dos 308 municípios estejam com uma Estratégia Local de Habitação em execução. Dito isto, é imperativo que nem voltemos para trás nem nos conformemos com o que temos. É difícil dizer isto atendendo à situação de urgência que vivemos, mas devemos deixar de olhar para medidas avulsas e perceber como estabelecer uma relação entre as partes. Não nos serve nem a estratégia de "pão para hoje, fome para amanhã", que aposta por soluções reativas e rápidas, e que na maior parte das vezes não funciona, nem uma abordagem puramente quantitativa, baseada nos preços em certas localizações. Até porque, quando se trabalha com os instrumentos de política de habitação existentes e analisamos a forma como estão a chegar ao terreno, sentimos que foram desenhados para a realidade das áreas metropolitanas (características das casas, dos inquilinos, dos proprietários, dos problemas percecionados por uns e outros) e que a sua implementação fica aquém do razoável em 80% do território nacional, o que, por sua vez, apenas serve para aumentar a pressão sobre os grandes centros, criando



José Gageiro

uma espiral que consome tempo e recursos, que mina a confiança nas políticas públicas, e à qual se torna difícil escapar.

Qual a importância de um mecanismo como o PRR?
Destacaria três. Por um lado, ajuda-nos a avançar na consolidação do projeto europeu, uma vez que constitui uma mudança de paradigma na resposta às crises, neste caso à da covid-19: basta comparar com as medidas adotadas na crise do euro, que iam na direção oposta e que em nada contribuíram para a construção de uma sociedade mais justa e coesa. Por outro, não importa apenas o facto de o poder público não se ter retraído da sua responsabilidade e capacidade: na sua ação, é importante sublinhar tanto o reconhecimento de desigualdades estruturantes que importa resolver como a promoção de princípios de intervenção que, teoricamente, permitiriam dar uma resposta integrada às suas causas. É importante referir que os investimentos na habitação procuram atingir objetivos que referi previamente, como a transição verde e a coesão territorial. Finalmente, a possibilidade de, pela concretização das operações, criar um efeito demonstrativo da viabilidade de resolução de situações graves, que não teriam resposta por outras vias, o que poderá inspirar futuras intervenções já fora do marco do PRR. Esta última dimensão exige uma reflexão. No país vizinho, chamam-lhe "Plano de Recuperación, Transformación y Resiliencia". Seria paradoxal, de facto, que chegássemos ao fim do PRR sem termos transformado a grande engrenagem pública que o concretiza, mas que irá sobrevivê-lo. Na área da habitação, o PRR traz grandes esperanças, mas, apesar da sua relevância, também permite antecipar alguma frustração, não apenas pelo desfasamento entre a narrativa e as práticas como também pela sua concretização no terreno, em que se verifica uma maior dificuldade dos municípios com menos recursos em aceder ao financiamento disponível.

De que forma, a academia pode contribuir para as cidades sustentáveis?
A academia tem de estimular o pensamento crítico e livre, mas para isso tem de se libertar, ela própria, de algumas das práticas que a impedem de utilizar todo o capital de conhecimento que possui. Dentro da pluralidade de visões que convivem dentro da academia, defendo, pessoalmente, uma maior permeabilidade à sociedade em que esta se insere, a partir da cooperação com outras entidades públicas que procurem não só transformar o seu território como, também, qualificar os vários intervenientes que o produzem. Costumo dizer que o nosso trabalho não é tanto produzir habitação como provocar uma transformação social a partir da habitação e isso envolve, com frequência, apostar em processos orientados para produzir coletivamente um conhecimento mais útil para um maior número de pessoas. Se conseguimos clarificar o para que e o para quem do nosso trabalho, metade dos objetivos estarão cumpridos. Restará apenas o como, e, aqui, arrisco a dizer que, para construir um conhecimento científico à altura da sociedade a que deve servir, é imprescindível criar condições para aprender e investigar de forma saudável, para atrair e fixar jovens investigadores que possam acumular conhecimento e pensar com perspetiva sobre um mundo que lhes diz respeito e que, neste momento, está a falhar as suas expectativas.

A experiência de terreno e o lamento de António Guterres, de que a Agenda 2030 poderá converter-se no epitáfio do que poderia ter sido o mundo, deixam-no apreensivo quanto ao rumo da Agenda 2030?
Infelizmente, não lhe falta razão. Contudo, o trabalho que temos pela frente é tanto e de tanta importância que prefiro guiar-me por aquela máxima do "deixemos o pessimismo para tempos melhores".



Getty Images

A RESILIÊNCIA NACIONAL, EM NOME DA HABITAÇÃO

A habitação acessível está inscrita no farol que orienta os povos para cidades sustentáveis. A distância, contudo, parece estar sempre a aumentar. Um quadro legislativo e o empenho dos autarcas portugueses em reverter a crise instalada tornam evidente a resiliência nacional.

Raquel Oliveira

O desígnio das Nações Unidas para as cidades sustentáveis passa pela definição de um conjunto de parâmetros urbanos que vão desde sistemas de transporte eficientes que sirvam as populações, passando pela redução do impacto ambiental, até ao acesso de todos a uma habitação segura, adequada e a preço acessível, para além de serviços básicos, entre outros.

Portugal está bem posicionado nas avaliações internacionais globais. Mais de metade dos objetivos estão a progredir favoravelmente, mas, tal como no resto do mundo, a inflação, a escalada de preços na habitação e a estagnação de rendimentos dificultam o percurso.

A habitação transformou-se numa preocupação central para famílias e foram criadas medidas para um alívio imediato, enquanto se alteravam as regras no arrendamento ou no licenciamento, com efeitos a mais longo prazo. Com o envolvimento dos municípios, dezenas de projetos estão em marcha por todo o país.

A concentração populacional nas cidades é uma marca dos tempos e tudo aponta para que vá continuar. Portugal não foge à regra e tem a maior parte da população a viver em cidades e no litoral, ou seja, com uma distribuição muito diferenciada pelo território. O país conta com 159 cidades, mas quase metade da população reside nas duas grandes áreas metropolitanas.

As Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto têm 17 cidades cada uma, concentrando, respetivamente, 2,8 milhões e 1,7 milhões de pessoas, num país com cerca de 10,4 milhões de residentes. Na lista das 986 maiores áreas urbanas, a Grande Lisboa ocupa o 135.º lugar e o Porto o 393.º lugar, segundo a Demographia World Urban.

No último balanço europeu sobre o Desenvolvimento Sustentável da Europa, Portugal regista uma avaliação globalmente positiva, com 62,4% dos objetivos "a progredir favoravelmente", estando 20,4% em "progresso limitado" e 17,2% a piorar.

Quando a análise se detém nas cidades, dá conta de melhorias, mas que se revelam insuficientes para atingir a meta. Um dos capítulos menos favoráveis diz respeito às condições de habitabilidade, que estão a piorar no país. Embora este indicador se refira sobretudo a questões físicas da habitação, como a existência de humidade ou de chuva dentro de casas, a verdade é que a questão do acesso à habitação tornou-se central em Portugal nos últimos anos.

É sobretudo nas grandes concentrações urbanas que os problemas habitacionais se têm vindo a agravar, como o revelam as manifestações e os protestos em várias cidades do país, com maior expressão nas de maior dimensão. E não é de estranhar, já que, por exemplo, é nas áreas predominantemente urbanas que se registam mais problemas de sobrelotação. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a proporção de pessoas que vivem em condição de sobrelotação aumentou para 12,9% em 2023.

E já não são só as comunidades mais fragilizadas da população que são atingidas, a própria classe média enfrenta dificuldades em conseguir, com os seus rendimentos, pagar uma habitação condigna.

A criação de uma Secretaria de Estado da Habitação em 2017, primeiro, e depois de um Ministério da Habitação, em 2022, é já um sinal das dimensões do problema. Há menos pessoas a viver em condições desfavoráveis, como mostra o último balanço do Instituto Nacional de Estatística(INE) sobre os Indicadores para Portugal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas em contrapartida o esforço das famílias com a habitação tem vindo a aumentar. Cerca de ⅔ da despesa média das famílias concentrou-se, no ano passado, em encargos associados à habitação (39,1%), seguidos dos relacionados com alimentação (12,9%) e com transportes (12,4%). Segundo o Instituto Nacional de Estatística, há um ganho de "importância na estrutura da despesa média das famílias portuguesas dos encargos com a habitação que, entre 2000 e 2022/2023, praticamente duplicou".

PROBLEMAS DE ACESSO À HABITAÇÃO

A crise habitacional em Portugal é sobretudo sentida nas grandes cidades, como Lisboa e Porto, já que em termos globais o país até tem um dos parques habitacionais europeus mais generosos: 585 casas por mil habitantes, segundo o Property Index – Overview of European Residential Markets, publicado pela Deloitte. A Bulgária tem o maior parque habitacional per capita, com 624 domicílios por mil habitantes. Portugal e França vêm a seguir com 585 e 552 respetivamente.

A diferença entre a oferta e a procura "gerou um aumento generalizado dos preços e mais uma vez, em 2022, em média os preços de compra registaram níveis sem precedentes em Portugal" calculando a Deloitte a média em pouco mais de 240 mil euros. O Algarve regista a média de preço de compra mais elevada – 310.920 euros

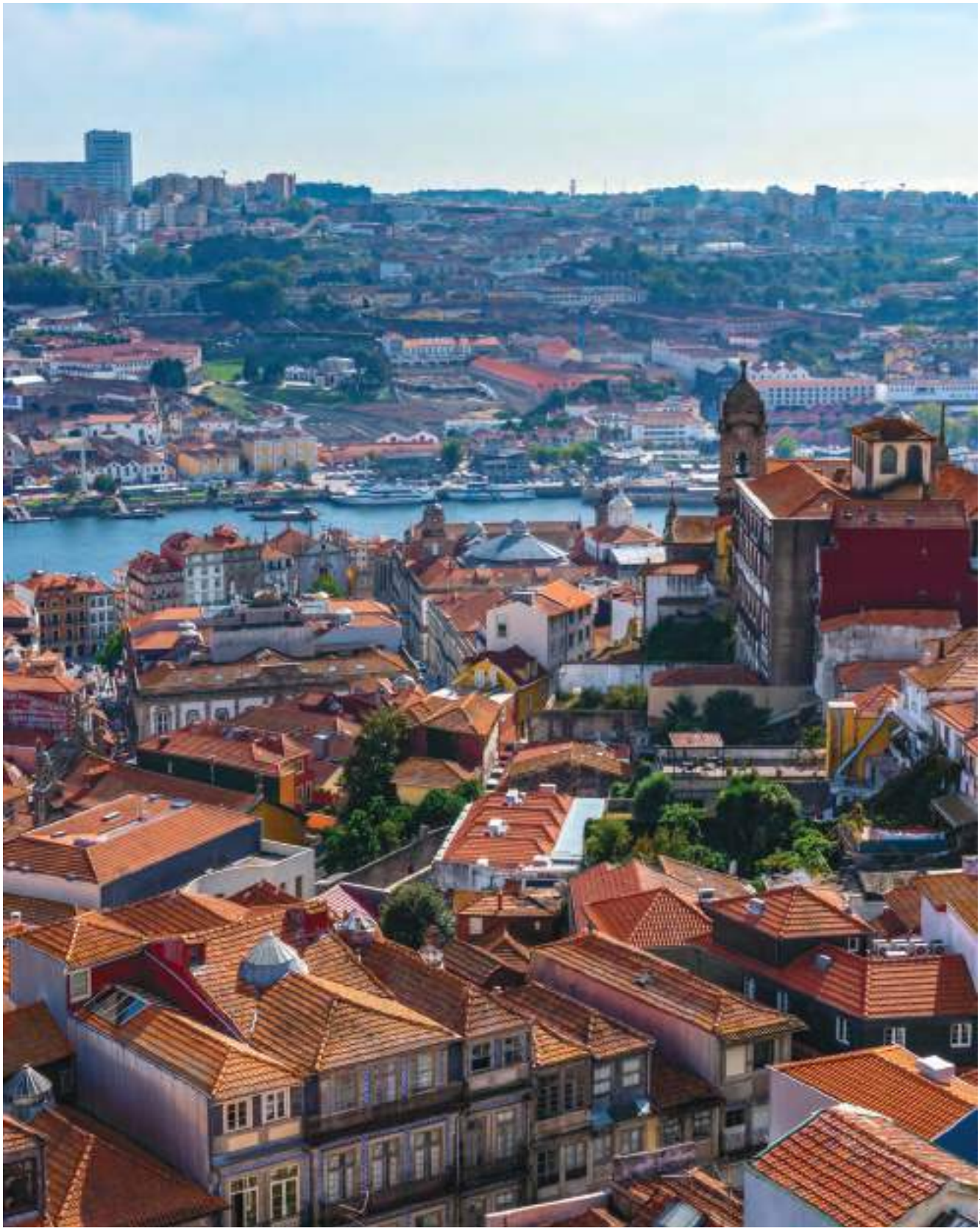
Em 2022 foram vendidas cerca de 159 mil habitações num montante de aproximadamente 38 mil milhões de euros.

– seguida de Lisboa, cerca de 300 mil euros e o Porto, quase de 230 mil euros.
Também o mercado de arrendamento regista aumentos de preços com as rendas mensais em Lisboa e Porto de 13,7€/m2 e 10,4€/m2 em 2022, respetivamente.
Apesar deste quadro, agravado pela inflação e pelas elevadas taxas de juro, o mercado residencial nacional superou todos os recordes em número de frações vendidas em 2022 (cerca de 159 mil habitações) num montante de aproximadamente 38 mil milhões de euros.
Para estas dificuldades no acesso à habitação a preços acessíveis, contribui também o fenómeno do arrendamento de curta duração, facilitado por plataformas internacionais.
Em Lisboa e no Porto, tal como em Nova Iorque ou Paris, a transferência de casas para o turismo retirou habitação do arrendamento tradicional, pressionando os preços para os residentes.
Muitos estudos mostram a escalada de preços provocada por esta alteração no tipo de arrendamento nos bairros habitacionais, para além do impacto que têm na dinâmica das comunidades dessas cidades. Os próprios eurodeputados alertavam já em 2021 para este fenómeno que se traduz num aumento da dificuldade em viver nos centros urbanos e turísticos.
Num estudo da Nova SBE, sobre o impacto da plataforma Airbnb nas rendas em Portugal, Sofia Branco e Carlos Daniel Santos concluíram que em média um aumento de um ponto percentual na participação do Airbnb num município resulta numa subida de 3,7% nos preços das casas, encontrando-se os aumentos mais acentuados nos centros históricos e nas zonas atrativas para turistas.
Por outro lado, e noutra escala, também o regime de vistos gold poderá ter contribuído para a alteração do tecido urbano das cidades. Num trabalho sobre habitação, a Housing Europe – que reúne 42 entidades de habitação pública, social e cooperativa em 31 países – dá o exemplo do programa de vistos gold em Portugal concluindo que levou à "gentrificação de algumas zonas e enfraqueceu a coesão das comunidades locais". Para esta entidade, uma forma de limitar o impacto é exigir que o investimento seja feito em prol de habitação para pessoas com baixos rendimentos.
De acordo com um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos, a compra de habitação por estrangeiros é menos marcada pelos cidadãos com vistos gold do que por cidadãos europeus "que têm direitos estabelecidos e inalienáveis a nível nacional para aceder ao mercado", apontando para um universo de 52 mil beneficiários que, entre 2009 e 2020, beneficiaram de redução de IRS através do estatuto de residente não habitual.
O executivo de António Costa Governo criou um pacote de medidas designado "Mais habitação", e está a usar verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para dar resposta. O programa prevê 3,2 mil milhões de euros para a construção de 32 mil fogos até 2026, para famílias que vivem em condições habitacionais indignas, mas também, segundo o anterior Governo, para a classe média. O projeto é aumentar em quase 25% o parque público de habitação, atualmente constituído por cerca de 123 mil fogos.

AUTARQUIAS APROVAM REABILITAÇÃO

O combate à crise da habitação está também a ser travado pelos municípios, uma competência reforçada desde 2018, com a transferência de poder da Administração Central. E em diversas frentes: por meio da reabilitação urbana, da construção de habitação social ou até da disponibilização de terrenos para cooperativas de habitação.
A Câmara de Ponte da Barca aprovou a reabilitação dos 24 fogos habitacionais distribuídos pelos três blocos que compõem o bairro social de Agrelos, por 2,2 milhões de euros. O bairro social, com mais de duas décadas, vai ser alvo de obras no exterior, com intervenções nas fachadas e cobertura e, no interior das habitações, para impermeabilização, isolamento e ventilação dos espaços.
Mondim de Bastos, por exemplo, vai reabilitar um edifício inacabado para a construção de 18 casas destinadas a arrendamento acessível. O projeto promove a "inclusão social e territorial de pessoas e agregados familiares" e vai resolver, também, "um problema urbanístico já antigo, localizado no centro da vila", segundo a autarquia. Ou seja, de uma assentada o município resolve dois problemas: um imóvel devoluto conhecido como "Hotel das Rãs" no centro da vila e a falta de habitação acessível.
A mesma filosofia foi adotada pela Mealhada, com a recuperação das casas do Bairro Ferroviário da Pampilhosa, com posterior colocação no mercado habitacional. Trata-se de um conjunto de 12 casas desabitadas, em domínio público ferroviário, agora alvo de um acordo entre a Câmara Municipal da Mealhada e a Infraestruturas de Portugal.
Já com outra dimensão, a Câmara de Matosinhos, através da sua empresa municipal dedicada à habitação, tem em curso uma vasta intervenção (MatosinhosHabitat) que prevê investir cerca de 85 milhões de euros na construção e requalificação de habitação social, no arrendamento apoiado e no programa municipal de apoio ao arrendamento. Para além de um programa de reabilitação de cerca de 400 habitações sociais devolutas, bem como a construção de 384 novas casas.
Já Lisboa recuperou o conceito das cooperativas de habitação dirigido aos jovens e a famílias de classe média. "A produção de habitação acessível por via da cedência de património municipal ao abrigo da figura jurídica do direito de superfície a cooperativas de habitação é uma solução que permite prosseguir o objetivo de alargar e acelerar a oferta habitacional acessível com base em património e apoio público", justifica a Câmara Municipal de Lisboa. Neste momento, a câmara tem identificadas 500 habitações, espalhadas um pouco por toda a cidade, para construir em terrenos municipais mediante o modelo de cooperativas, havendo já cinco projetos em preparação, nomeadamente para 18 habitações no Lumiar, 12 em Benfica, 15 em Arroios, 21 em São Vicente e 23 em Santa Clara.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a proporção de pessoas que vivem em condição de sobrelotação aumentou para 12,9% em 2023.



Getty Images

INSPIRAR A MUDANÇA PARA UM FUTURO MAIS VERDE E SUSTENTÁVEL

O Prémio Nacional de Sustentabilidade 2030 destaca iniciativas transformadoras em áreas como o "Bem-Estar e Cidades Sustentáveis", reconhecendo os esforços que promovem a habitação acessível, o bem-estar da comunidade e um ambiente urbano mais sustentável.



NELSON LAGE
presidente da ADENE
e presidente do júri na
categoria Bem-Estar
e Cidades Sustentáveis
do Prémio Nacional
de Sustentabilidade

A sustentabilidade não é um conceito abstrato, mas antes uma necessidade urgente do nosso tempo. Numa altura em que enfrentamos desafios cada vez mais urgentes provocados pelas alterações climáticas, são de louvar as iniciativas que premeiam a inovação e que contribuem para uma sociedade mais sustentável.

Para impulsionar a mudança para um futuro mais verde, é fundamental reconhecer e premiar os esforços de indivíduos, empresas e organizações que se dedicam a práticas sustentáveis, e o Prémio Nacional de Sustentabilidade 2030, promovido pelo Jornal de Negócios, é já uma referência que distingue projetos que estão na vanguarda da transição para um futuro mais sustentável e reforçam o nosso compromisso com as gerações atuais e futuras.

Em nome da ADENE, é uma honra presidir ao júri da categoria Bem-Estar e Cidades Sustentáveis do Prémio Nacional de Sustentabilidade 2030, que destacam iniciativas, serviços, projetos e produtos que promovem a habitação acessível e sustentável, assim como o bem-estar da comunidade.

A ADENE, enquanto agência agregadora do setor da energia e parceira da sustentabilidade, desempenha um papel fundamental na promoção da eficiência energética, utilização racional da energia e adoção de energias renováveis em Portugal. Enquanto parceiro estratégico deste prémio, queremos reforçar o nosso compromisso em ações que contribuam para a transição energética e climática.

Ao longo dos anos, a ADENE tem vindo a destacar-se na promoção das políticas para os edifícios que visam fomentar uma habitação acessível e sustentável, assim como o bem-estar da comunidade, constituindo-se como uma mais-valia indispensável na transição energética e climática.

Por meio do Sistema de Certificação Energética de Edifícios, a ADENE permite aos cidadãos e às empresas identificar oportunidades de melhoria e adotar medidas para reduzir o consumo de energia e reduzir os custos com a energia. Além disso, fornecemos informação sobre os programas de apoio financeiro disponíveis e, por intermédio da Academia ADENE, possibilitamos o acesso a cursos e programas de formação para capacitar técnicos e empresas sobre as vantagens da eficiência energética nos edifícios.

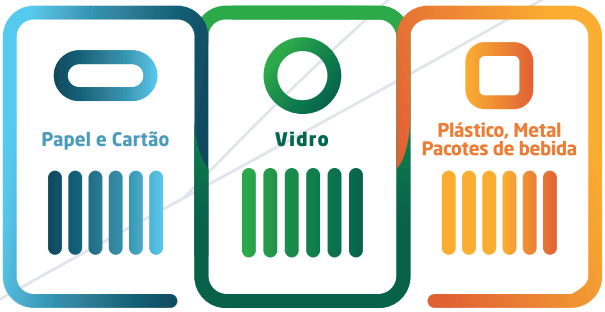
A promoção da sustentabilidade nos edifícios, fundamental para o bem-estar das pessoas, é um dos pilares do Prémio Nacional de Sustentabilidade, e inclui vários desafios a concretizar, tais como a utilização de materiais eficientes, o aumento da eficiência energética e o apoio à instalação de sistemas de produção de energia renovável.

Frequentemente negligenciamos a importância da água como um recurso vital, e só recentemente começámos a pensar numa gestão eficiente deste recurso finito nos edifícios. A ADENE tem vindo a desenvolver várias iniciativas com vista à promoção da eficiência hídrica nos edifícios, com destaque para o AQUA+, o sistema que classifica a performance hídrica dos edifícios, desde a fase de projeto até à sua utilização.

Se queremos maior bem-estar nas cidades, é essencial promover a adoção de práticas de economia circular, e que passam pela redução do uso de materiais descartáveis, pela reutilização de materiais e pela reciclagem.

Ao destacar e premiar iniciativas sustentáveis pelo Prémio Nacional de Sustentabilidade 2030, a ADENE reforça o seu compromisso em promover uma cultura de sustentabilidade e contribuir para a construção de um futuro mais verde e próspero para todos.

EGF
ENVIRONMENT
GLOBAL FACILITIES



Tudo o que for reciclável

DEITA CÁ PARA DENTRO

800 911 400

Chamada gratuita

linhadareciclagem.pt

Dúvidas, sugestões ou reclamações

DEITA CÁ PARA FORA

Chegou a **Linha da Reciclagem** - o serviço disponível ao cidadão do Grupo **EGF**. Este é o serviço de atendimento, onde pode fazer os seus pedidos de serviço e de informação, dar sugestões e tirar todas as suas dúvidas.

Pode ainda reclamar ou deixar um elogio sobre os serviços prestados. O número **800 911 400** é **GRATUITO**, **PÚBLICO** e **NACIONAL** e vai ajudá-lo a saber mais sobre a Reciclagem.

Quem liga ao ambiente, liga.

LINHA da reciclagem
800 911 400
Chamada gratuita

Email: **atendimento@linhadareciclagem.pt** | **Website: www.linhadareciclagem.pt**



JÚRI

PRESIDENTE DO JÚRI



NELSON LAGE
Presidente da ADENE



LUÍS ALVES FERNANDES
Vice-presidente da ATIC



LUÍSA SALGUEIRO
Presidente, Associação Nacional de Municípios Portugueses



LUÍSA SCHMIDT
Socióloga e Investigadora, ICS



MÁRIO LACERDA
Více-Presidente, Associação Nacional dos Industriais de Prefabricação em Betão

BEM-ESTAR E CIDADES SUSTENTÁVEIS

Nesta categoria foram aceites iniciativas, serviços, projetos ou produtos que promovem a habitação acessível e sustentável e o bem-estar da comunidade. Estes projetos devem gerar impacte positivo nas comunidades através da integração, comunicação e interação com o cidadão, melhoria das infraestruturas (e.g. de transporte, gestão de resíduos, espaços verdes), melhoria dos serviços públicos, dos edifícios e condições de habitação.



MIGUEL DE CASTRO NETO
Subdiretor, NOVA Information Management School e coordenador, NOVA Cidade – Urban Analytics Lab



MIGUEL EIRAS ANTUNES
Global Smart Cities and Urban Transformation Leader, Deloitte



RICARDO PEDROSA GOMES
Presidente da AECOPS

AGRICULTURA URBANA TRANSFORMA TECIDO DE CASCAIS E INSPIRA OUTRAS CIDADES

Criado há 15 anos, o projeto Terras de Cascais dedica-se a promover a agricultura urbana no concelho. A adesão da população e as parcerias locais têm permitido crescer exponencialmente a iniciativa, contabilizando-se já mais de 17 hectares de cultivo.



Desde a sua implementação, em 2009, o Terras de Cascais tem revolucionado a paisagem do concelho, tornando-a num verdadeiro modelo de sustentabilidade e inovação para o resto da Europa. Com o objetivo de promover a agricultura urbana, o projeto levado a cabo pela Empresa Municipal de Ambiente de Cascais (EMAC), tem incentivado a produção local de alimentos biológicos ao longo destes quinze anos, gerando um impacto significativo em diversas esferas da comunidade.

A ideia de cultivar a terra foi cativando cada vez mais adeptos e, o que começou com uma mão-cheia de hortas comunitárias, acabou por se expandir. Hoje, Cascais conta com uma área total de cultivo de 17,6 hectares, distribuídos por 32 hortas comunitárias, a partir das quais foram atribuídos 732 talhões; 48 hortas escolares e duas hortas de produção, uma integrada no estabelecimento prisional de Tires, com mão-de-obra reclusa, e outra aberta ao público em sistema "colha você mesmo".Adicionalmente, a iniciativa criou, também ao nível comunitário, cinco pomares, com 37 parcelas destinadas aos munícipes, e quatro vinhas, que resultaram na atribuição de 26 parcelas. Do terreno cultivável, 2,7 hectares são dedicados ao vinho de Carcavelos e 8,5 hectares à produção de variedades antigas de cereais. Um ponto a destacar é que, além de permitirem o cultivo, estes espaços ganham forma de pontos de encontro que combatem o sedentarismo, isolamento, depressão ou ansiedade, fomentando um sentimento de pertença. A estratégia Terra de Cascais prevê uma abordagem holística e colaborativa, incluindo, assim, toda a comunidade local, desde a população idosa à mais vulnerável, e das escolas ao setor privado, com parcerias estabelecidas com restaurantes, produtores de alimentos e chefs de renome, que permitem escoar a produção.

17,6
Hectares de área cultivada

32
Hortas comunitárias e 2 hortas associativas

5
Pomares partilhados

CINCO MIL FORMADOS E DOIS MIL EM LISTA DE ESPERA

Mais do que incentivar a agricultura urbana, o Terras de Cascais tornou-se uma referência na identidade do concelho e um dos planos estratégicos mais bem-sucedidos, na medida em que não só promove a biodiversidade e fornece o acesso a alimentos orgânicos, contribuindo para o desenvolvimento de

hábitos de consumo mais sustentáveis, como também incentiva o empreendedorismo, reforça a inclusão social e oferece uma educação virada para a sustentabilidade. Desde o início da iniciativa, cerca de cinco mil pessoas já receberam formação e participaram em workshops oferecidos pelo município.
O sucesso do projeto - que tem sido fundamental na criação de uma comunidade mais conectada e consciente, mostrando como a agricultura urbana pode ser uma solução viável para os desafios enfrentados pelas cidades moderna -, torna-se também evidente quando contabilizadas as pessoas que anseiam por conseguir uma parcela de terra: atualmente, há mais de duas mil em lista de espera.
Do ponto de vista qualitativo, a integração da agricultura urbana no tecido de Cascais, a promoção de práticas agroecológicas, a redução da degradação ambiental e a contribuição para o bem-estar mental e físico da população são aspetos a realçar, ainda que um dos mais relevantes seja o facto de a iniciativa já servir de inspiração para outras cidades, revelando, assim, o seu potencial de replicação.Três anos após ser lançado, o município reconheceu a importância de estabelecer uma divisão dedicada exclusivamente à agricultura urbana, que foi integrada no Departamento de Espaços Públicos Verdes, com recursos humanos e financeiros alocados para esse fim. Ao longo de uma década, o orçamento e as iniciativas lideradas pela equipa do Terras de Cascais aumentaram progressivamente.



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 2 Erradicar a fome
- 3 Saúde de qualidade
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis



AMBIENTE CASCAIS

Empresa: **Cascais Ambiente / EMAC - Empresa Municipal de Ambiente de Cascais**

Nome do projeto: **Terras de Cascais**

Data de início: **13/09/2009**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **Comunidade local, população idosa, comunidade escolar, comunidades vulneráveis, população marginalizada, setor privado**









SOLAR SOLIDÁRIO LEVA ENERGIA LIMPA E INCLUSÃO A COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

Iniciativa da EDP que promove uma transição energética inclusiva e sustentável, através da instalação gratuita de painéis solares, já chegou a famílias carenciadas em Portugal e deverá alargar-se a mais geografias.



Na luta contra a exclusão energética e empenhada em promover uma transição para fontes renováveis, a EDP lançou, no final de 2022, o Solar Solidário, um projeto que está a transformar vidas em comunidades desfavorecidas, não só em Portugal, mas também noutras partes do mundo, através da instalação gratuita de painéis solares de autoconsumo individual ou coletivo.

"Não deixar ninguém para trás" é o mote desta iniciativa que, além de ter como prioridade contribuir para um planeta mais saudável, visa ainda assegurar prosperidade em todos os níveis da sociedade, independentemente do estatuto social e económico. A par das melhorias financeiras, o Solar Solidário tem tido um impacto emocional e social profundo nas comunidades beneficiárias.

300
Painéis fotovoltaicos instalados

150
Casas beneficiadas

Até 250
Euros poupados na fatura anual de energia

COVA DA MOURA TEM NOVA LUZ

O futuro mais verde e inclusivo arrancou no ano passado, com a implementação de 300 painéis solares em 150 casas no Alto da Cova da Moura, uma das maiores e mais antigas comunidades de população migrante na Área Metropolitana de Lisboa. Através desta intervenção, que implicou a instalação de dois painéis por habitação e a oferta de um frigorífico eficiente, até agora as famílias tiveram uma redução média de 24% no consumo de energia face ao mesmo período antes de terem painéis solares, o que é muito relevante não só ao nivel da poupança financeira mas, também para o ambiente.

Por outro lado, existe um benefício emocional relacionado com a implementação dos painéis solares, ao promover um sentimento agregador e de pertença (muito importante em comunidades marginalizadas), pois as famílias em causa não conseguiriam beneficiar sem o projeto Solar Solidário, pelos custos que lhe estão associados.
Oficialmente classificado como bairro degradado de origem ilegal, estima-se que a Cova da Moura tenha cerca de 1459 casas, segundo os Censos 2011. Apesar de ser um bairro associado a violência e a atividades como o narcotráfico, há pessoas e iniciativas que merecem ser apoiadas na transição energética - Vitalina Varela, cuja vida inspirou um filme, é um dos exemplos e ilustra o impacto tangível que a instalação de painéis solares gerou.

EXPANDIR DENTRO E ALÉM-FRONTEIRAS

Com base no sucesso inicial no bairro da Cova da Moura, a iniciativa da energética está agora a expandir-se para outras localizações de Portugal, incluindo a região Norte, e para outros países como Espanha, Grécia e Brasil - o último ao qual o Solar Solidário já chegou, com a implementação recente de uma comunidade solar na Favela dos Sonhos, em São Paulo, que vai beneficiar 200 famílias carenciadas.
Contribuir para uma sociedade sustentável e inclusiva é um dos compromissos da EDP. E esse objetivo tem vindo a ser cumprido através de várias iniciativas do EDP YES - You Empower Society, o programa de impacto social do grupo EDP. O Solar Solidário é apenas uma dessas ações com as quais a EDP tem vindo a promover a transição energética das comunidades, sem deixar ninguém para trás.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA







Empresa: **EDP**

Nome do projeto: **Solar Solidário**

Data de início: **01/10/2022**

Data de conclusão: **30/06/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **Famílias em bairros carenciados**





UM MODELO PARA FUTUROS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO

Junto ao campus de Azurém da Universidade do Minho, em Guimarães, ergue-se o *The First*, uma estrutura híbrida de madeira e betão, pioneira, que nasceu para revolucionar o setor da construção, tornando-o mais sustentável

O projeto, com assinatura do Grupo Casais, é composto por dois edifícios – uma unidade hoteleira e outra com 44 apartamentos e 95 quartos direcionados para a população estudantil vimaranense - que inclui, ainda, um espaço de coworking. Os edifícios contemplam várias soluções off-site, com módulos pré-fabricados atendendo a preocupações de sustentabilidade ambiental, de saúde ocupacional dos seus utilizadores e de vida útil do próprio edifício.
Quando comparada com a construção tradicional, esta abordagem reduz os impactos ambientais, otimiza o ciclo de vida do edifício e aumenta a produtividade, caraterísticas essenciais para o desenvolvimento sustentável das cidades e das comunidades.
Pioneira na Península Ibérica, a construção híbrida do The First - que une a madeira ao betão - responde às necessidades de habitação e de bem-estar, e lidera o caminho para um futuro de construção e vivência mais amigo do ambiente e das pessoas.

CASAIS

Empresa: **Grupo Casais**

Nome do projeto: **The First**

Data de início: **01/03/2022**

Data de conclusão: **01/05/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **estudantes e funcionários da Universidade de Minho e visitantes de Guimarães**

ABORDAGEM HOLÍSTICA À CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

Os impactos desta iniciativa são vários e abrangentes. É um método construtivo com maior atratividade, que promove, na fase de construção, uma maior inclusão etária e de género, e mais segurança. Em simultâneo, a técnica aumenta a especialização do trabalho e, consequentemente, da qualificação profissional.
Do ponto de vista ambiental, o projeto é relevante por utilizar recursos biomateriais, mais eficientes e por dinamizar de forma sustentável a fileira da madeira. De acordo com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica, existe uma necessidade de incremento de 50% do sumidouro florestal e de uma melhor gestão do





mesmo para potenciar a diminuição de fogos, sendo um objetivo estratégico para o país.
A nova solução permite, também, uma redução significativa no uso de betão (até cerca de 40%) e de aço (até cerca de 41%), além de incorporar aproximadamente 20% (em massa) de materiais reciclados. Por outro lado, a pré-fabricação fora do local também contribui para uma redução de 60% nos resíduos de construção e de demolição, quando comparado com práticas de construção convencionais. Por ser mais leve, requer menos escavação, minimizando a degradação dos solos. No total, esta tecnologia de construção resulta numa redução de 60% nas emissões de CO_2 equivalente devido ao menor uso de betão e de aço, além de uma taxa de circularidade dos produtos aplicáveis muito superior à tradicional demolição em fim de vida.
Quanto ao facto de potenciar a produtividade, a pré-fabricação de elementos de construção e a digitalização, especialmente através de metodologias BIM (Building Information Modeling), reduziram o tempo de construção no estaleiro em quatro a cinco meses. O impacto positivo desta tecnologia incide igualmente na redução das deslocações de colaboradores e de materiais, com estas eficiências a traduzirem-se em competitividade, demonstrada pela adjudicação de projetos de, por exemplo, residências para estudantes e de habitação a custos controlados.
Todas estas vantagens não só melhoram os prazos de construção, como a qualidade de vida da comunidade envolvente, ao diminuir a exposição a ruído, a poluição e problemas de acesso durante a construção. Além disso, a construção modular permite adaptações simples às mudanças nas necessidades do cliente ao longo do tempo, e a existência de um gémeo digital facilita interações na manutenção, otimizando a vida útil dos equipamentos e do edifício.

41 t
de CO_2/ano evitadas com a eletrificação, desde 2022, de parte da frota

7
centrais fotovoltaicas a instalar para autoconsumo até ao final de 2024

2030
Net Zero emissões (no âmbito 1 e 2 do GHG Protocol)

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 5 Igualdade de género
- 8 Trabalho digno e crescimento económico
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas
- 10 Reduzir as desigualdades
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos

TRANSFORMAR CASAS E VIDAS ATRAVÉS DA REABILITAÇÃO HABITACIONAL

A LEROY MERLIN Portugal ambiciona ser a principal plataforma de Habitat Positivo no país, e aposta na reabilitação de casas com foco na dignidade, sustentabilidade e inclusão.

Combater a pobreza habitacional em Portugal é o objetivo do projeto da LEROY MERLIN que visa transformar as casas de todos os portugueses e contribuir para que sejam mais positivas. Em parceria com a associação Just a Change (JAC), especializada em ações de reabilitação de casas e de instituições sociais, a iniciativa tem vindo a ser desenvolvida através de voluntariado colaborativo, aproximando, assim, o universo dos 6000 colaboradores da LEROY MERLIN, que realizam pelo menos um dia de voluntariado anual em horário laboral, da sua comunidade local.

As reabilitações feitas no âmbito deste projeto estão alicerçadas em três pilares: dignidade, sustentabilidade e inclusão, com o fim último de contribuir para um impacto ambiental positivo e para o aumento da qualidade de vida do público-alvo.

Desde 2021, a abrangência, dispersão geográfica e, consequentemente, o impacto da iniciativa tem aumentado, com mais dias dedicados ao voluntariado corporativo para o habitat digno e com um número crescente de intervenções, principalmente em instituições sociais. O seu alcance holístico também permite impactar, em termos económicos, os beneficiários que usufruem do aumento do conforto e da segurança gerado com as reabilitações, por via da poupança energética dos edifícios e da saúde de todos.

BENEFÍCIOS SUPERAM OS CUSTOS

De acordo com a LEROY MERLIN Portugal, os benefícios esperados e comprovados superam os custos envolvidos, na medida em que o retorno social do investimento (que inclui o custo da mão de obra dos voluntários bem como dos materiais utilizados) é superior e de longo prazo, com a criação de valor para as casas, para o público-alvo e para o ambiente.

A empresa prevê prolongar o projeto no tempo, continuando a apostar em ações em

Empresa: **LEROY MERLIN Portugal**

Nome do projeto: **Voluntariado para o habitat digno: fazemos da casa um lugar mais positivo para viver**

Data de início: **01/01/2021**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **pessoas e instituições em Portugal com elevado grau de pobreza habitacional e energética**







parceria com a Just a Change, impactando cada vez mais pessoas e comunidades com o propósito de tornar todas as casas em Portugal um habitat positivo.
Desde o seu início, em 2021, mais de 1500 colaboradores participaram ativamente no terreno, reconstruindo 27 casas e 32 instituições. O ano passado, a empresa promoveu a "Semana da Casa Digna", com voluntários de todo o país a recuperar casas em situação de emergência habitacional.
A LEROY MERLIN faz parte da ADEO - grupo de empresas dedicadas à melhoria da Casa - e está presente em Portugal desde 2003, com mais de 50 lojas por todo o país.
Comprometida com a sustentabilidade, a LEROY MERLIN partilha um forte propósito de melhoria do habitat, procurando gerar impacto positivo, seja através de valor humano, ambiental ou económico, em todas as ações ligadas à sua atividade.
Com mais de 6.000 colaboradores, a empresa tem uma visão centrada nas pessoas, na qualidade das suas casas e também na circularidade do seu próprio negócio, para melhor responder aos desafios sociais, económicos e ambientais do mundo e fazer da Casa um lugar mais positivo para viver.

1609,5
dias de voluntariado em parceria com a Just a Change

1625
voluntários envolvidos

59
edifícios recuperados, entre casas e instituições



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 1 — Erradicar a pobreza
- 3 — Saúde de qualidade
- 10 — Reduzir as desigualdades
- 11 — Cidades e comunidades sustentáveis
- 17 — Parcerias para a implementação dos objetivos

QUINTA DA FONTE BUSINESS ECOSYSTEM RENOVA-SE E TORNA-SE EXEMPLO DE INOVAÇÃO EM PARQUES EMPRESARIAIS

Investimento milionário permitiu reabilitar o parque empresarial de Oeiras, sob o conceito de business ecosystem, e impactar o dia a dia de mais de cinco mil profissionais que ali trabalham. Sustentabilidade foi a palavra de ordem deste projeto.



Após um ambicioso programa de reabilitação iniciado em setembro de 2018, a Quinta da Fonte Business Ecosystem, sob a gestão da Acacia Point Capital Advisors Portugal e em conjunto com os restantes proprietários, está prestes a dar por concluída a sua transição para um parque de escritórios renovado e sustentável, sob o conceito de business ecosystem.
Um marco considerado significativo não só pelos seus detentores, mas também pelos mais de cinco mil profissionais que ali trabalham e que desfrutam agora de um ambiente revitalizado. O projeto, assente em cinco pilares fundamentais - estacionamento, mobilidade, serviços, agenda ambiental e comunidade - implicou um investimento de largos milhões de euros, que foram dedicados à implementação de várias melhorias, de pequena e grande dimensão, tendo em vista uma maior qualidade ambiental. Desde a revisão de sistemas de gestão técnica centralizada até à substituição de equipamentos obsoletos alimentados com combustíveis fósseis por alternativas mais eficientes e sustentáveis, como bombas de calor elétrico.

2.600
Painéis fotovoltaicos instalados

800
Toneladas de carbono por ano poupadas

3.2
milhões de litros de águas subterrâneas /ano

SUSTENTABILIDADE NA ENERGIA, MOBILIDADE E TRABALHO

Entre as principais intervenções realizadas na Quinta da Fonte Business Ecosystem,

destacam-se a instalação de 2600 painéis fotovoltaicos, que resultarão na poupança de cerca de 800 toneladas de carbono por ano, e a criação de postos de carregamento para veículos elétricos de acesso público, a par da construção de uma infraestrutura que permite aos inquilinos instalarem carregadores próprios, perfazendo no total a instalação de mais de 150 carregadores elétricos no parque empresarial. Adicionalmente, renovaram-se mais 20 espaços verdes. A iniciativa levada a cabo pelo parque empresarial de Oeiras produziu também impactos expressivos em termos de sustentabilidade ambiental, entre os quais se incluem a poupança de água de rega, a reciclagem de águas subterrâneas, a plantação de espécies locais e a promoção da biodiversidade, com a criação de habitats para insetos e aves. Na sequência da criação de novas ciclovias empresariais pelo município, que incentivou o uso de meios de transporte mais sustentáveis, foram ainda criados estacionamentos seguros para bicicletas.

POUPANÇA NOS CUSTOS E NO AMBIENTE

No que respeita à relação entre benefícios gerados e custos, o projeto não só demonstrou uma poupança substancial em custos operacionais, nomeadamente os relacionados com a rega e a energia, como também se revelou determinante para a redução da pressão do tráfego e para a melhoria na reciclagem quer por via da separação dos resíduos, quer através do reaproveitamento de 3.2 milhões de litros de água subterrâneas /ano. O programa de reabilitação do parque estimulou ainda o envolvimento da comunidade em eventos sociais e lúdicos. Equipas técnicas e prestadores de serviços foram convidados a ser parte ativa do processo de renovação - desde arquitetos, engenheiros, jardineiros, seguranças, funcionários da limpeza, inquilinos a outros stakeholders. É na sua abordagem integrada, centrada nas pessoas e no meio ambiente, que reside o fator de inovação deste projeto, que implementou melhores prática sem todas as áreas, reforçando o compromisso firmado pela Quinta da Fonte Business Ecosystem com a sustentabilidade.





Empresa: **QDF, SA**

Nome do projeto: **Certificação Ambiental**

Data de início: **15/05/2022**

Data de conclusão: **30/06/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **Empresas e pessoas que trabalhem ou visitem o parque de escritórios da Quinta da Fonte Business Ecosystem**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 6 Água potável e saneamento
- 7 Energias renováveis e acessíveis
- 8 Trabalho digno e crescimento económico
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática
- 14 Proteger a vida marinha
- 15 Proteger a vida terrestre
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos



O DESPERTAR PARA A DIVERSIDADE



GettyImages

A crescente preocupação com a discriminação põe em evidência a necessidade urgente de ações concretas. As entidades internacionais, destacando-se as Nações Unidas, enfatizam a importância vital de promover a inclusão e a equidade como pilares para o desenvolvimento sustentável, num momento em que a igualdade se torna um imperativo global incontornável.

Susana Marvão

Uma em cada seis pessoas em todo o mundo sofre de alguma forma de discriminação, sendo as mulheres e as pessoas com deficiência desproporcionadamente afetadas, proclama as Nações Unidas. Organização intergovernamental sustenta que a desigualdade ameaça o desenvolvimento social e económico a longo prazo, compromete a coesão social, prejudica a redução da pobreza e causa disparidades nas oportunidades e nos resultados, impedindo a eficiência económica. Promover a diversidade, a equidade e a inclusão em todas as atividades empresariais é, assim, um passo importante para combater a desigualdade e eliminar a discriminação em todo o mundo.

A não discriminação está enraizada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na qual se baseiam os princípios internacionais dos direitos humanos. O artigo 1.º enuncia os direitos inalienáveis e inerentes ao facto de "todos os seres humanos nascerem livres e iguais em dignidade e direitos". O artigo 2.º estabelece que "ninguém pode ser discriminado no gozo dos direitos enunciados na declaração por motivos de raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra situação".

Os 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas reiteram estes direitos universais e, em consonância com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, impulsionam a contribuição que as empresas podem dar para o cumprimento dos direitos humanos, incluindo o direito à igualdade e à não discriminação. O Princípio 1 diz que as empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos proclamados internacionalmente enquanto o Princípio 6 aborda o facto de as empresas deverem defender a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

INCLUSÃO OU IGUALDADE?

Mas voltemos ao início: à definição de diversidade, equidade e inclusão. Nomeadamente a definição de inclusão, conceito que nos últimos anos tem vindo a ganhar tanto ou mais protagonismo do que a própria igualdade. Vejamos as diferenças. Segundo o Fórum Económico Mundial (FEM), igualdade significa tratarmos toda a gente de igual forma. Ou seja, cada pessoa ou grupo de pessoas recebe os mesmos recursos e oportunidades. Equidade significa que fornecemos recursos e oportunidades que se adaptam às necessidades ou circunstâncias específicas dessa pessoa ou grupo que, dessa forma, podem alcançar um resultado igual. "Embora muitas vezes procuremos 'igualdade de oportunidades', isso pode, de facto, levar à exclusão em vez de à inclusão. A mesma bicicleta não serve a toda a gente. Para que cada pessoa possa andar de bicicleta, é necessário dar-lhes uma bicicleta que se adapte às suas necessidades", exemplifica o FEM. Por outras palavras, a igualdade tem a ver com a igualdade de estatuto, de direitos e de oportunidades, ao passo que a equidade tem a ver com a forma como lá chegamos através da justiça e da imparcialidade. "A igualdade estabelece as regras básicas para a criação de um campo de jogo justo, mas precisa de equidade para garantir que todos possam competir nesse campo."

NÍVEL DE MATURIDADE NA INCLUSÃO É BAIXO

No verão de 2020, impulsionadas pelo movimento Black Lives Matter e pelas desigualdades que a pandemia veio (ainda mais) acentuar, organizações um pouco por todo o mundo comprometeram-se a melhorar o conceito de diversidade, equidade e inclusão, o afamado DEI – Diversidade, Equidade e Inclusão. Um conceito que sendo um "produto" de décadas de lutas sociais, evolução teórica e mudanças práticas, tem, nos últimos anos, sido amplamente reconhecido e integrado, especialmente em contextos organizacionais, educacionais e políticos. As instituições começaram, agora, a adotar abordagens holísticas que abrangem os três aspetos, reconhecendo serem interdependentes e cruciais para o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

As necessidades latentes de um mundo pós-pandemia demonstram que, cada vez mais, as empresas devem empregar

São necessários mais 360 mil milhões de dólares por ano para alcançar a igualdade de género.



GettyImages

A UE retira força e unidade da sua diversidade – temos de continuar a esforçar--nos por criar locais de trabalho e sociedades mais diversificados, inclusivos e iguais.

Helena Dalli,
comissária Europeia para a Igualdade

esforços de forma contínua em direção à criação de uma cultura organizacional inclusiva. Para isso, as estruturas empresariais ainda precisam de fazer melhorias consideráveis, equilibrando as diversidades e promovendo a equidade de oportunidades, refere uma análise da Deloitte. Pesquisas recentes desta consultora mostram que 71% das organizações almejam ter uma cultura inclusiva. O nível de maturidade no tema, porém, ainda é baixo. Os mesmos levantamentos apontam que as empresas ainda encaram alguns obstáculos no entendimento a respeito de DEI como fator estratégico de negócios. "É comum que as lideranças de organizações pensem que apenas diversificar a força de trabalho seja suficiente para tornar uma empresa mais inclusiva. Porém, é fundamental entender que diversidade, equidade e inclusão têm objetivos e estratégias diferentes: uma organização pode ter uma força de trabalho altamente diversificada, mas se os profissionais não se sentirem incluídos, a organização não será beneficiada por essa diversidade", lê-se na análise.

Neste documento, algumas organizações, apesar de investirem em indicadores numéricos para entenderem a composição das suas equipas, podem não conseguir dizer se estão a avançar neste conceito ou a extrair o real valor da diversidade. Uma pesquisa publicada em 2021, também pela Deloitte, aponta que é baixa a percentagem de empresas que entendem que as iniciativas de DEI realizadas internamente contribuem para as mudanças organizacionais ou são, efetivamente, uma prioridade de negócios. "É preciso considerar, ainda, que as métricas de diversidade não demonstram necessariamente qual é o nível de maturidade de uma organização no assunto. A verdadeira inclusão é uma jornada que não acontece da noite para o dia: é um esforço contínuo, que requer foco organizacional."

PROGRESSO É LENTO

A reflexão da McKinsey assemelha-se à da Deloitte ao mencionar que a diversidade, a equidade e a inclusão (DEI) se encontram num ponto de inflexão: as empresas e as instituições demonstraram intenções positivas e aumentaram o debate e a atividade, mas os dados mostram que o progresso é lento. Em 2020, o mercado global para a DEI – ou seja, os dólares gastos pelas empresas em esforços relacionados com a DEI, tais como grupos de recursos de funcionários (ERG) – foi estimado em 7,5 mil milhões de dólares e prevê-se que mais do que duplique para 15,4 mil milhões de dólares até 2026. No entanto, como apenas um exemplo, ao ritmo atual, serão necessários mais 151 anos para colmatar a diferença económica global entre homens e mulheres a todos os níveis.

Numa altura em que as empresas se encontram sob uma tremenda pressão para manter o desempenho financeiro e, ao mesmo tempo, navegar num panorama empresarial em rápida mudança, criar uma cultura interna de transparência e inclusão e transformar as operações para satisfazer as expectativas de impacto social, surge a boa notícia de que estes objetivos não são mutuamente exclusivos. Pelo contrário, a investigação da McKinsey "Diversity Matters Even More", sugere uma relação forte e positiva entre eles. "E, num cenário competitivo, cada vez mais complexo e incerto, a diversidade é ainda mais importante."

Embora o estado dos esforços de DEI varie consoante a empresa, a indústria e a geografia, um número crescente de equipas de gestão reconheceu a importância e a urgência de se unirem a este debate e tomarem medidas para progredir nos três pressupostos que compõem o conceito.

A EUROPA E A IGUALDADE

A igualdade e a inclusão ocupam um lugar de destaque na agenda política da atual Comissão Europeia. Em 2020, pela primeira vez,

A eliminação das disparidades entre homens e mulheres no emprego poderia aumentar o PIB per capita em 20%.



GettyImages

Helena Dalli, comissária Europeia para a Igualdade

foi criada uma comissária para a Igualdade, Helena Dalli, com o mandato de reforçar o empenho da Europa na igualdade para todos, assegurando a plena aplicação da legislação comunitária antidiscriminação e propondo nova legislação e políticas. A comissária passou a coordenar também um novo grupo de trabalho interno, destinado a assegurar uma abordagem coerente da igualdade em todos os serviços da comissão e a integração da igualdade em todas as políticas da UE. No seu discurso sobre o estado da União de 2020, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, comprometeu-se a construir uma união em que a luta contra o racismo e a discriminação nunca seja opcional, propondo um plano de ação plurianual. Na sua comunicação "Uma União da igualdade: Plano de ação da UE contra o racismo 2020-2025, de 18 de setembro de 2020, a Comissão anunciou uma série de medidas legislativas e não legislativas.

A igualdade, a diversidade e a inclusão têm, assim, sido proclamadas como prioridade máxima para a Comissão Europeia, que, para combater a discriminação e promover sociedades mais igualitárias, adotou uma abordagem proativa, com planos de ação e medidas específicas. Entre essas, destacam-se a Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025, a Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030, e a Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027.

A Estratégia para a Igualdade de Género visa promover uma união da igualdade, estabelecendo objetivos políticos e ações para progressos significativos até 2025, focando-se na igualdade de género em vários aspetos da vida social e económica. "A UE retira força e unidade da sua diversidade – temos de continuar a esforçar-nos por criar locais de trabalho e sociedades mais diversificados, inclusivos e iguais", afirmou Helena Dalli, comissária Europeia para a Igualdade.

A Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tem como objetivo principal a melhoria significativa da vida das pessoas com deficiência até 2030, tanto dentro como fora da UE. Basicamente, procura a implementação efetiva da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promovendo a acessibilidade, a não discriminação, a participação na sociedade e a autonomia.

Por fim, a Estratégia da União Europeia para a Juventude está focada em responder aos desafios enfrentados pelos jovens, promovendo a sua participação ativa na sociedade, o desenvolvimento pessoal, e o reforço da sua resiliência. Este programa encoraja a inclusão social, a igualdade, e a participação democrática, além de visar a melhoria de políticas que afetam diretamente os jovens, como emprego, educação, saúde e inclusão social.

FINLÂNDIA COM O MELHOR EXEMPLO EUROPEU

Em fevereiro deste ano, os especialistas em finanças pessoais da Finansvalp analisaram os dados do Eurostat sobre os lugares ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais, as mulheres em cargos de direção e o rendimento líquido médio por género em 2022 nos 27 países-membros da UE. Cada país recebeu uma pontuação de 50 em termos de igualdade de género e foi classificado do pior para o melhor.

A Finlândia liderou o estudo como o melhor país para a igualdade de género no local de trabalho. O país ficou acima de todos os outros destinos devido à elevada percentagem de mulheres em cargos superiores a nível nacional. As mulheres representam 72,4% dos lugares no governo nacional, a percentagem mais elevada de qualquer país da UE. A Finlândia ficou igualmente em segundo lugar no que respeita à percentagem de mulheres com assento no parlamento nacional, com 46%. Apesar do elevado número do género feminino que assume cargos superiores no país, as disparidades salariais entre homens e mulheres continuam a ser um problema na Finlândia. O rendimento líquido mediano dos homens em 2022 foi de 27.353 euros, enquanto as mulheres ganharam 6,04% menos em média, com 25.719 euros. "Nos últimos 20 anos, o número de mulheres com assento nos governos e parlamentos nacionais da UE aumentou mais de 50%, enquanto a percentagem de mulheres nos conselhos de administração das maiores empresas cotadas na bolsa aumentou 312%", comentou Olle Pettersson, especialista em finanças e diretor executivo da Finansvalp.

Parece agora interiorizado que o compromisso com a igualdade, diversidade e inclusão não é apenas um ideal a aspirar, mas uma urgência palpável que molda o futuro da sociedade global.

> **Nos últimos 20 anos, o número de mulheres com assento nos governos e parlamentos nacionais da UE aumentou mais de 50%, enquanto a percentagem de mulheres nos conselhos de administração das maiores empresas cotadas na bolsa aumentou 312%.**
>
> Olle Pettersson,
> especialista em finanças
> e diretor executivo da Finansvalp



Prioridades para um Futuro Sustentável
Indústria Cimenteira subscreve a Declaração de Antuérpia para um Pacto Industrial Europeu

A Indústria Cimenteira salienta a importância de complementar o Pacto Ecológico Europeu com um Pacto Industrial Europeu que permita manter empregos de elevada qualidade na Europa. Defende políticas ambientais e industriais integradas que combinem, entre outras dimensões:

Aceleração da transição energética
através do recurso à utilização de combustíveis alternativos e ao coprocessamento

Financiamento à transição climática
em particular no que respeita a Investigação, Desenvolvimento e Inovação e a tecnologias disruptivas de captura, armazenamento e utilização de CO_2

Promoção da avaliação de ciclo de vida e da eficiência energética dos edifícios
numa perspetiva de dupla transição, verde e digital, do ecossistema da construção



Associação Técnica da Indústria de Cimento
Rua Central Park, Edifício 3, N.º 6, 4º C – 2795-242 Linda-a-Velha
Tel: + 351 21 351 08 30 - Fax: +351 21 351 08 38 - E-mail: cimento.atic@atic.pt
www.atic.pt



Miguel Baltazar

JOANA MOREIRA

"TODAS AS PESSOAS TÊM TALENTOS PARA PARTILHAR"

Há três anos, Joana Moreira chegou ao "Top 100 Women In Social Enterprise". Diretora executiva do Movimento Transformers e fundadora dos Reformers, a empreendedora social dinamiza talentos em nome da participação cívica e da inclusão. Junta "B-boys", "skaters", poetas, gestores, chefes de cozinha e muito mais. Há dons para todos os gostos.

Lúcia Crespo

Joana Moreira nasceu há 34 anos e já chegou à lista das melhores empreendedoras sociais do mundo – em 2021, integrou o "Top 100 Women In Social Enterprise" da Euclid Network. É diretora executiva do Movimento Transformers, que apoia jovens em risco de exclusão social, e fundou o Movimento Reformers, que tenta combater o chamado idadismo. Voluntários, participantes e empresas partilham dons e saberes – do "kickboxing" ao macramé, do surf à costura, do "skate" ao "ballet". Os talentos estão ali ao serviço da participação cívica e da inclusão social. Psicóloga clínica de formação, Joana Moreira é também consultora na Cruz Vermelha, embaixadora do programa de empreendedorismo Bora Mulheres e voluntária na MAD Panda.

Como começou este périplo no mundo da inclusão social?
Eu sou filha única e sempre fui uma miúda introvertida, ao contrário do que toda a gente pensa, as minhas atividades eram muito solitárias e sentia que tinha demasiado tempo livre no verão. Aos 16 anos, comecei a fazer voluntariado numa colónia de férias e depois num bairro social em Vila Nova de Gaia, onde dinamizava atividades artísticas. Estudei pintura e também piano e partilhava aquilo que sabia. Nas primeiras vezes que entrei no bairro, até pedras atiraram ao meu carro, afinal ninguém sabia quem eu era, foi preciso tempo para conquistar a confiança dos miúdos e dos pais. É sempre assim.

Foi também por isso que depois decidiu estudar Psicologia?
Sim, estudei na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, e inscrevi-me também como voluntária no Grupo de Ação Social do Porto, no qual apoiava jovens com deficiência. Gosto sobretudo de trabalhar com miúdos em risco de exclusão social e acho que o atual modelo terapêutico não funciona. Nós é que nos devemos adaptar aos miúdos para eles sentirem que estão em pé de igualdade connosco. Se estão no chão, nós temos de estar no chão, se estão a desenhar, nós temos de desenhar.

Como se envolveu depois no Movimento Transformers, projeto que nasceu a partir de um grupo de "breakdance" de Palmela e que trabalha com jovens em risco de exclusão social?
Foi um dos meus melhores amigos, o João Brites, que fundou os Transformers. Ele era campeão nacional de natação e queria muito aprender a dançar "breakdance". Chegou à conclusão de que

Ajudamos a construir política pública na área da juventude, trabalhamos em vários centros de acolhimento no Porto, colaboramos com a Casa Pia, com a Santa Casa da Misericórdia, e apoiamos turmas com maiores índices de insucesso escolar. E hoje já temos mentores que foram nossos aprendizes! Todos têm talentos para partilhar.

a melhor forma de aprender era na rua, com as pessoas da rua, e percebeu que quando os miúdos se juntavam para dançar, não estavam a fazer asneiras, e que uns podiam ensinar os outros. Em 2010, foi com esta ideia representar a juventude portuguesa ao Fórum Económico Mundial em Davos. Fundou o projeto em Lisboa, a seguir abriu uma delegação no Porto, eu juntei-me ao movimento e nunca mais saí.

Neste projeto, cada voluntário partilha os seus talentos. Há "B-boys", "skaters", poetas, gestores, chefes de cozinha…
Há de tudo um pouco. Já mobilizámos mais de 600 voluntários e oito mil jovens. Dentro do Movimento Transformers, temos, por exemplo, as Escolas de Superpoderes, em que os voluntários partilham os seus talentos: da poesia à culinária; do "skate" ao "parkour". Também ajudamos a construir política pública na área da juventude, trabalhamos em vários centros de acolhimento no Porto, colaboramos com a Casa Pia, com a Santa Casa da Misericórdia, e apoiamos turmas com maiores índices de insucesso escolar. E hoje já temos mentores que foram nossos aprendizes! Todos têm talentos para partilhar.

Têm também parcerias com empresas?
Sim. Este ano, as Escolas de Superpoderes contam com o apoio da Allianz e da Missão Continente. Foram várias as empresas e instituições que investiram no projeto ao longo dos anos, a primeira delas foi a Fundação EDP, logo em 2010. A Coca-Cola também vai colaborar e promover a empregabilidade de jovens em risco. Estamos a desenhar um programa de capacitação para jovens "nem-nem" (nem trabalham, nem estudam) e vamos ajudá-los, por exemplo, a fazer um currículo e uma carta de motivação, a preparar-se para uma entrevista. Terminámos também um projeto com a Fundação Ageas para incentivar os agentes de seguros a fazer voluntariado e a participar na comunidade. Criámos então o programa Ageas Community Champions, é muito giro.

Os líderes empresariais estão mais envolvidos com as comunidades à sua volta?
Até há pouco tempo, achava que as empresas faziam muito pouco nesta área, mas no ano passado comecei um MBA na Católica do Porto, onde tenho muitos colegas que ocupam cargos executivos em empresas, e percebi que algumas organizações não apresentam planos de responsabilidade social porque, por vezes, não sabem exatamente como fazê-lo. E também é importante furar bolhas, pois ainda existem muitas divisões entre a malta das empresas e a malta do empreendedorismo social. Estas pessoas não se cruzam muito, e é preciso que o façam, para aprenderem umas com as outras.

Outro dos vossos projetos é o Reformers, que tenta combater o idadismo.
E tem por trás uma história muito gira. Um belo dia, uma senhora, a dona Luísa, bateu à porta do nosso escritório em Paranhos e disse-nos que tinha o sonho de aprender a andar de bicicleta. Ela já tinha ido à junta de freguesia, a vários sítios, até mesmo a lojas de bicicletas, e não encontrou lugar algum que disponibilizasse aulas de ciclismo a seniores. Sabia que nós ajudávamos as pessoas

Vamos internacionalizar os Transformers, estamos agora a fazer um programa de aceleração com a Ashoka (rede mundial de empreendedorismo social), e queremos escalar o projeto para Espanha.



Miguel Baltazar

Ainda existem muitas divisões entre a malta das empresas e a malta do empreendedorismo social. Estas pessoas não se cruzam muito, e é preciso que o façam, para aprenderem umas com as outras.

a descobrirem os seus talentos e decidiu então ir ter connosco. Nessa altura, começámos a pensar que se realmente queremos aumentar a participação cívica, não podemos trabalhar apenas com jovens, devemos trabalhar com todos. Iniciámos assim um projeto-piloto com a população de Paranhos: a junta de freguesia sinaliza pessoas que moram sozinhas, nós ligamos a essas mesmas pessoas e perguntamos o que gostariam de aprender ou o que é que as faria sair de casa.

E o que é que as pessoas costumam responder?
Poesia, ciclismo, "ballet", natação, "kickboxing" – as mais variadas coisas. Tal como o Transformers, o Movimento Reformers funciona com voluntários que partilham os seus talentos. Este ano, o projeto cresceu muito graças à Fundação Ageas, e seremos também financiados pela Fundação Belmiro de Azevedo. Vamos envolver cerca de 500 seniores. Já temos o projeto em centros de dia e em lares. Em geral, as respostas destas instituições tendem a ser muito idadistas, resumindo-se à hidroginástica, à ginástica adaptada e aos passeios à igreja. É preciso quebrar o idadismo. Parte-se do pressuposto de que as pessoas não querem fazer mais nada, mas não é assim. No ano passado, até patinagem tivemos! Cinco senhoras do Centro Social da Paróquia da Areosa costumavam patinar quando eram miúdas e nunca mais tinham calçado uns patins. E foi o que voltaram a fazer – com joalheiras, cotoveleiras e outras medidas de segurança, claro.

Promovem encontros entre jovens e menos jovens?
Organizamos anualmente o Festival TNT (Todos Nós Transformamos). É um dia de celebração intergeracional, que este ano vai ser na Alfândega do Porto a 25 de maio, em que juntamos jovens e menos jovens, artistas, investidores e empresas. Durante a manhã temos demonstrações e à tarde organizamos "workshops" de poesia e de música, por exemplo. Miúdos e seniores vão rodando e experimentando as várias atividades. No ano passado, aconteceu uma coisa muito gira: tínhamos insufláveis no recinto do festival, e quem é que passou a tarde nesses insufláveis? Os velhotes! Até me emocionei, percebi que eu própria era idadista, porque tinha pensado nos insufláveis só para os miúdos.

Têm outras iniciativas intergeracionais?
Vamos tendo, sim. As nossas turmas das Escolas de Superpoderes costumam organizar ações de retorno à comunidade, muitas vezes, em conjunto com seniores. Por exemplo, na Amadora, uma turma de hip-hop identificou um problema: há pouquíssimos dadores de medula óssea entre a comunidade negra. O tio de um dos nossos miúdos precisava de um dador compatível, mas não conseguia mobilizar as pessoas à sua volta. Essa turma de hip-hop decidiu então criar um espetáculo, em que o "preço do bilhete" era a inscrição no Registo Português de Dadores de Medula Óssea. Conseguiram angariar 232 pessoas. Portanto, todas as nossas turmas fazem ações de "payback", incluindo pessoas de diversas idades. E tentamos sempre promover estas interações em diversas atividades – por exemplo, há uns tempos, organizámos uma aula de surf em conjunto. E é curioso, em janeiro, fizemos um evento só com seniores, o Ref Fest, e no final alguns deles vieram ter comigo e disseram: ó menina Joana, foi bonito, mas eu gostei mais do TNT – aquele festival que é sempre uma confusão, com muitos jovens à mistura!

Quais são os próximos projetos?
Vamos internacionalizar os Transformers, estamos agora a fazer um programa de aceleração com a Ashoka (rede mundial de empreendedorismo social), e queremos escalar o projeto para Espanha. Temos também colaborado com outras organizações internacionais e damos formação com a nossa metodologia. Este ano vamos igualmente abrir a Academia dos Transformers no Porto, um espaço físico que incluirá uma sala de dança e um estúdio de música, para que os miúdos possam ensaiar depois das aulas. Também temos sido solicitados para trabalhar com jovens com deficiência. Queremos respostas menos assistencialistas e menos tipificadas, queremos fazer algo diferente.

A Joana é também mentora no programa de empreendedorismo Bora Mulheres, consultora da Cruz Vermelha e cofundadora da MAD Panda. Como concilia tudo?
Faço realmente muitas coisas, até porque tenho flexibilidade de horários e vou tentando gerir tudo. Durmo menos horas e trabalho também aos fins de semana! Mas sobra-me sempre algum tempo livre. Vou conciliando. Por exemplo, costumo viajar sempre com o computador, é algo que já faz parte de mim. Em janeiro, estive uma semana em Punta Cana: acordava, trabalhava três horas, dava uns mergulhos e voltava a trabalhar. Porque gosto mesmo daquilo que faço. Tento ter um impacto positivo em todas as ações, e acho também que as pessoas precisam de ser um pouco espevitadas. Portugal é altamente solidário, mas continua a ser um dos países da União Europeia (UE) com índices mais baixos de voluntariado: apenas 7% da população portuguesa, segundo os últimos dados. É mesmo importante estarmos atentos ao que se passa à nossa volta.



Miguel Baltazar

PORTUGAL E A DIVERSIDADE: UM LONGO CAMINHO A PERCORRER

O tecido empresarial português revela um domínio masculino e uma faixa etária predominantemente madura entre os colaboradores, destacando a necessidade crítica de avançar para uma maior diversidade, equidade e inclusão no ambiente de trabalho.

Susana Marvão

O tecido empresarial português é maioritariamente masculino (53,9%), com 64,2% dos colaboradores com mais de 20 anos na mesma organização a serem homens. Mais de 80% da força de trabalho é representada por colaboradores com idades compreendidas entre os 27 e os 58 anos e 60% da totalidade dos trabalhadores tem acima dos 43 anos. Esta é a caracterização das empresas nacionais no estudo sobre "Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) no meio empresarial português".

Num universo de 73 empresas – de setores como serviços, atividades de consultoria, indústrias transformadoras e atividades ligadas à construção e engenharia – e 96.757 colaboradores, 60% da força de trabalho é composta por colaboradores acima dos 43 anos e, à medida que a progressão para cargos de liderança avança, apenas 27,3% das mulheres ocupam cargos de direção executiva. O género masculino é o que apresenta maior progressão dentro das organizações. Por outro lado, o género feminino é o que possui mais contratos a tempo parcial e o masculino contratos de trabalho temporário. "Os resultados deste estudo vão permitir às empresas identificar as áreas de melhoria e preparar o reforço de algumas das políticas e práticas, com o intuito de as tornar mais equitativas e inclusivas. Já são notáveis alguns esforços realizados nesse sentido, mas ainda há um longo caminho a percorrer", refere António Pires de Lima, presidente do BCSD Portugal.

O documento, que enfatiza o facto de departamentos e equipas de trabalho especializadas, desenvolvimento de competências nas lideranças, medição e monitorização do estado atual e das práticas DEI desenvolvidas serem recursos fundamentais para a progressão da área DEI nas empresas, menciona que quando questionados sobre como é que a sua empresa desenvolve e implementa a DEI, 42,4% dos colaboradores assinala a opção "Não sei". No que concerne à organização e gestão do tema, 30,7% apontam o departamento de Recursos Humanos como principal dinamizador de DEI na empresa. Do estudo resulta também que, globalmente, os líderes apresentam perceções mais positivas que os colaboradores em relação à liderança, cultura e processos & políticas de DEI. "O progresso de DEI requer um esforço contínuo e, de acordo com a informação recolhida, as empresas dizem estar comprometidas em aumentar a sua ação sobre os diferentes grupos de diversidade, desenvolvendo, por exemplo, parcerias com associações estratégicas que lhes permitam ganhar conhecimento sobre as necessidades dos grupos diversos", menciona a consultora. "Nesta jornada, as empresas demonstram uma clara ambição de futuro, em que a consolidação da DEI e a abrangência e expansão dos objetivos, metas e iniciativas a implementar são uma prioridade."

HOMENS COM MAIS TRABALHO TEMPORÁRIO

Vejamos os dados: em Portugal, os contratos a tempo parcial são detidos por 71,3% indivíduos do sexo feminino, face a 28,7% no sexo masculino. Já os contratos sem termo são detidos por 57% dos colaboradores do sexo masculino face aos 43% do sexo feminino e os contratos a termo incerto detidos por 60,7% do sexo masculino, face aos 39,3% do sexo feminino. São também os indivíduos do sexo masculino que exercem mais trabalho temporário, numa percentagem de 75,5% face a 24,5% no sexo feminino. Os contratos a termo certo são assinados por 55,8% por indivíduos do sexo feminino, face a 44,2% do sexo masculino.

"Ao nível da categoria funcional, verifica-se uma diferença significativa entre géneros, que aumenta ao longo da hierarquia, e que se acentua em especial nos cargos de liderança", sustenta o BCSD Portugal. As funções enquadráveis nas categorias de direção executiva e gestão e coordenação são representadas, maiori-



GettyImages

As funções enquadráveis nas categorias de direção executiva e gestão e coordenação são representadas, maioritariamente, pelo género masculino, com 72,7% de homens na direção executiva e 66,1% na gestão e coordenação.

tariamente, pelo género masculino, com 72,7% de homens na direção executiva e 66,1% na gestão e coordenação. Nesta análise, a representatividade do género feminino diminui à medida que o grau de responsabilidade e complexidade do cargo aumenta, com uma representação que se inicia em 49,3% nas funções de administrativos e operacionais e diminui para uma representação de 27,3% na direção executiva. O género masculino tende a receber um vencimento mais alto do que o género feminino, em particular nos cargos de direção executiva, em que, dentro da mesma organização, por cada euro auferido pelos homens, as mulheres ganham, em média, apenas 89 cêntimos.

POUCAS MULHERES EXECUTIVAS

Esta análise do BCSD Portugal afasta-se ligeiramente da visão da Finansvalp, que, em fevereiro deste ano, analisou os dados do Eurostat sobre os lugares ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais, as mulheres em cargos de direção e o rendimento líquido médio por género em 2022 nos 27 países-membros da UE. Cada país recebeu uma pontuação de 50 em termos de igualdade de género e foi classificado do pior para o melhor. Num ranking liderado pela Finlândia, considerado o melhor país para a igualdade de género no local de trabalho, Portugal ocupou o segundo lugar. Em 2022, o rendimento líquido mediano em Portugal era mais elevado para as mulheres do que para os homens, posicionando o país como a única nação da UE onde as trabalhadoras ganham mais em média. As mulheres levaram para casa um rendimento líquido mediano de 11.038 euros, mais 0,53% do que o salário mediano de 10.979 euros dos homens. Embora os rendimentos anuais tenham colocado Portugal no topo do estudo, o país apresenta a sexta percentagem mais baixa de mulheres executivas, com apenas 16,9% dos executivos das maiores empresas portuguesas cotadas na bolsa, corroborando a análise do BCSD Portugal.

Segundo o estudo do BCSD Portugal, as organizações têm vindo a recrutar um maior número de colaboradores do género masculino, uma vez que, em 100 contratações realizadas, cerca de 57 são homens. No que se refere à retenção e progressão de talento na organização, verifica-se uma maior aposta no género masculino, uma vez que apenas 33,7% das promoções internas foram de colaboradores do género feminino.

ÚLTIMOS DOIS ANOS SEM GRANDES ALTERAÇÕES

A McKinsey "alinha" na ideia de que as mulheres estão bem representadas na força de trabalho de Portugal, mas são relativamente escassas no topo – "e isso não vai mudar tão cedo, dadas as atuais tendências de promoção", dizem estes especialistas. "As mulheres representam metade da população ativa em Portugal, mas o país está aquém da média europeia no que respeita às mulheres em cargos de topo. Nos últimos dois anos, quase não se registou qualquer crescimento na representação das mulheres em cargos de topo. Apesar dos esforços das empresas no sentido de desenvolverem políticas que promovam a igualdade de oportunidades", Portugal parece não se conseguir libertar tão cedo desta tendência.

Obviamente, o conceito de DEI extravasa a "luta" entre os géneros e a saúde organizacional está cada vez mais dependente da incorporação de medidas de diversidade, equidade e inclusão (DEI) transversais a todo o negócio, sustenta a consultora Mercer. Acelerado por apelos globais por justiça racial e equidade, o foco organizacional nestes três princípios evoluiu de um bónus para um imperativo empresarial. "Consumidores, investidores, comunidades e talentos estão agora à procura de empresas que estejam a investir em medidas de sustentabilidade social, com a DEI no seu centro."

O relatório "Global Talent Trends 2023", da mesma consultora, realça precisamente que a diversidade, equidade e inclusão constituem três das principais prioridades para os profissionais de Recursos Humanos (RH) nos próximos anos. No entanto, a aplicação efetiva destes princípios ainda encontra obstáculos significativos. Apenas 24% dos inquiridos revelam estar a promover uma responsabilidade partilhada ao nível individual e de equipa, com a intenção de aliviar o peso que recai sobre a organização. De forma surpreendente, dizem os analistas, somente 39% admitem que estão a formar os seus gestores para desenvolver equipas mais inclusivas, e menos de 40% estão a ponderar reformular ou expandir os seus pacotes de benefícios para apoiar melhor uma força laboral diversificada.

Ou seja, os especialistas advogam que embora a DEI seja reconhecida como uma prioridade, persiste uma incerteza generalizada sobre os caminhos a seguir, nomeadamente em Portugal, com as organizações a demonstrarem vontade de intervir, mas frequentemente a limitarem-se a discutir abordagens superficiais. Para a Mercer, a situação deve-se, em parte, ao desejo de agir, mas também ao receio de explorar demasiado os temas, evitando assim ofender suscetibilidades. É neste momento que se evidencia a necessidade de uma mudança conjunta, na qual todos os intervenientes devem colaborar para implementar as transformações necessárias, visando um ambiente de trabalho verdadeiramente inclusivo e diversificado.

A preservação e a gestão sustentável dos ecossistemas são cruciais não apenas para a conservação da biodiversidade e para o combate às mudanças climáticas, mas também para garantir o bem-estar humano e o desenvolvimento económico sustentável em todo o mundo.



GettyImages

IDADE EM PORTUGAL NÃO É PROBLEMA

Apesar da crescente atenção dada pelas empresas à diversidade e inclusão, um em cada três colaboradores europeus indica sofrer discriminação em função da idade no local de trabalho, revela um estudo levado a cabo pela Michael Page. O estudo sobre sustentabilidade, com foco na diversidade e inclusão no ambiente de trabalho, revela que, na Europa, a discriminação em função da idade ocorre com mais frequência, seguindo-se a discriminação de género. Dos 4.755 participantes a nível europeu, um terço afirmou sentir-se tratado de forma desigual devido à idade neste último ano. Entre os maiores de 50 anos, mais de 40% referiram que se sentiam regularmente discriminados pela idade. E, num quarto dos casos, os colaboradores sentiram-se discriminados com base no género.

Extrapolando os dados em Portugal, a discriminação devido à idade não parece ser um problema para 65,8% dos entrevistados, e apenas 3,4% afirmam sentir a discriminação de forma permanente no seu local de trabalho. Diz o estudo que cerca de 82% dos trabalhadores portugueses atribuem "grande importância" à diversidade e inclusão no local de trabalho.

O documento cita que, em Portugal, apenas 16,4% dos colaboradores consideram que as políticas de sustentabilidade da empresa em que estão inseridos são suficientes e quase metade (49,1%) opta pela neutralidade na resposta relativamente a esta questão. Mas, quando questionados se aceitariam trabalhar numa empresa sem uma política de sustentabilidade, 63% dos entrevistados portugueses consideram que é um fator muito importante para a tomada de decisão.

"Para ser fiel a si próprio no trabalho, é importante que empregador e colaborador partilhem os mesmos valores. Na procura de um novo emprego, é importante definir valores pessoais essenciais, e estabelecer prioridades no que é mais importante e menos importante na vida pessoal e profissional, definindo a distinção para si próprio entre o que é 'negociável' e 'não negociável'", sublinha João Bernardo Gonçalves, sénior manager da Michael Page.

Em Portugal, por cada 100 contratações realizadas, cerca de 57 são homens.

Por exemplo, acrescenta, "se o valor central é a flexibilidade, e este é um valor não negociável, é preferível procurar um empregador que tenha os mesmos valores fundamentais, pois se estiverem alinhados as probabilidades de permanecer nessa empresa por um período mais longo de trabalho são maiores, o que traz habitualmente benefícios para ambas as partes".

Diz ainda o relatório que mais de dois terços dos trabalhadores europeus sentem que não podem ser completamente fiéis a si próprios no ambiente de trabalho. Em Portugal, apenas 32,4% referiram que se sentem totalmente à vontade no local de trabalho. Quando analisadas as causas que motivam esta situação, mais de metade (53,5%) dos portugueses defendem que preferem separar a sua vida profissional da vida pessoal, motivo pelo qual não são tão "abertos".

Embora haja esforços em curso, parece notório haver muito trabalho a fazer para promover a diversidade, equidade e inclusão no ambiente de trabalho. O caminho é longo, mas essencial para construir organizações mais justas e representativas.

SUSTENTABILIDADE SOCIAL



MARIA DE BELÉM ROSEIRA, ex-ministra para a Igualdade, ex-ministra da Saúde, presidente da Assembleia Mundial de Saúde da Organização Mundial da Saúde, presidente do júri na categoria Igualdade, Diversidade e Equidade do Prémio Nacional de Sustentabilidade.

Estávamos no início dos anos 1980 e Gro Brundtland hesitou quando foi convidada pelo então secretário-geral das Nações Unidas para presidir a uma Comissão Independente que, depois dos Programas Brandt para a Sobrevivência e Crises Comuns e Palme sobre Segurança Comum, produzisse um terceiro relatório que servisse de base à ação política sobre o Nosso Futuro Comum. Deixou-se convencer quando o secretário-geral lhe sublinhou que não havia mais ninguém no mundo que tivesse tanto conhecimento e tanta experiência em questões ambientais depois de todos os anos em que foi titular da respetiva pasta no governo norueguês – antes de ser primeira-ministra deste – e da urgência de que se revestia a matéria ambiental de acordo com as investigações que os especialistas iam aprofundando, conduzindo a previsões assustadoras sobre as consequências desastrosas que se podiam esperar do modelo de desenvolvimento económico praticado.

Mas, como afirmou Gro Brundtland, "o ambiente é onde todos nós vivemos e o desenvolvimento é o que nós todos fazemos na tentativa de melhorar a nossa situação no sítio onde vivemos. Os dois são inseparáveis." Mas seguir os modelos de desenvolvimento insustentáveis dos países mais industrializados impostos pelo seu poder económico e político não permitiria o progresso humano das gerações futuras.

Neste sentido, o mandato da Comissão, conforme se descreve no relatório respetivo, centrou-se em três objetivos: reexaminar as questões críticas do ambiente e do desenvolvimento e formular propostas realistas para lidar com elas; propor novas formas de cooperação internacional sobre essas matérias que influenciassem políticas e eventos na direção das mudanças necessárias; e elevar os níveis de compreensão e compromisso para a ação individual, das organizações de voluntários, empresariais ,de instituições e dos governos.

E assim surge o relatório "O nosso Futuro Comum, de Uma Só Terra para um Só Mundo" fundante, em termos conceptuais, ao definir desenvolvimento sustentável como o que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Esta conceção obriga a que passem a estar interligados conceitos antes considerados incompatíveis, como o lucro, a proteção ambiental e o bem estar social, satisfazendo as cominações da Declaração Universal dos Direitos Humanos no sentido de que os direitos fundamentais só se realizam se o desenvolvimento sustentável e a justiça social estiverem de mãos dadas, sendo imprescindível uma atenção especial aos grupos mais vulneráveis e o investimento da sociedade na educação, no desenvolvimento das instituições e no respeito pela lei.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem, assim, uma tríplice composição: ambiental, social e económica que mais não é do que uma inter-relação e uma interdependência que faz apelo à colaboração. É interessante sublinhar que a Encíclica Laudato Si, do Papa Francisco, que se debruça sobre o cuidado da Casa Comum – o planeta Terra –, discorre sobre a ecologia integral precisamente reconhecendo como tudo está interligado e é interdependente e que as dimensões humana, social, cultural, económica e ambiental da vida e das crises que vivemos estão também relacionadas entre si.

Este conceito do desenvolvimento sustentável está também consagrado como princípio estruturante no Tratado da União Europeia constituindo um objetivo prioritário nas ações internas e externas da União. Esta reconhece-se também como um parceiro natural da ONU nos esforços para criar um mundo melhor e mais seguro para todos.

Daí comungar da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, desenvolvida em 2015 numa reconfiguração da agenda anterior dos objetivos de desenvolvimento do milénio, em que se reconhece que "são essenciais para o desenvolvimento sustentável a democracia, a boa governação, o Estado de Direito e um ambiente propício nos níveis nacional e internacional, que incluam crescimento económico inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção ambiental e erradicação da pobreza e da fome".

Nesta Agenda 2030, são definidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 17 ao todo, sob o lema "não deixar ninguém para trás". Os Estados estão obrigados ao seu cumprimento e aqueles que integram a União Europeia, como é o caso de Portugal, têm ainda uma mais forte obrigação o respeitar.

A avaliação intercalar que foi feita em setembro do ano passado, contudo, veio mostrar o atraso no seu cumprimento e as razões causais foram a pandemia, as guerras em curso e as reconfigurações geopolíticas. Mas o atraso é tão grande que Guterres afirmou: "Em vez de não deixar ninguém para trás, corremos o risco de deixar os ODS para trás. Portanto, Excelências, os ODS precisam de um Plano de Resgate Global."

Na verdade, a continuarmos assim e a encontrar desculpas sistemáticas para os atrasos no caminho que tem de ser trilhado não teremos salvação, porque a questão é mesma essa: ou nos salvamos todos ou não se salvará ninguém, porque estamos a chegar a pontos de não retorno!

FAZER O BEM COM UMA EMBALAGEM MAIS ECOLÓGICA.



ECO DESIGN
-35% MATERIAIS DE EMBALAGEM*

Terra Nostra. O Bem, bem feito.

*estudo comparativo entre as embalagens Terra Nostra Original 200g e 2x200g atuais e as embalagens utilizadas durante o ano de 2022.
Mais informações em www.terranostra.pt



JÚRI

PRESIDENTE DO JÚRI



MARIA DE BELÉM ROSEIRA
Ex-Ministra para a Igualdade



ARMINDO MONTEIRO
presidente da Confederação Empresarial de Portugal



FILIPE ALMEIDA
Presidente, Portugal Inovação Social



FILIPE SANTOS
Dean, Católica Lisbon School of Business and Economics e Presidente, EVPA



GRAÇA FONSECA
CEO e co-fundadora, Because Impacts

IGUALDADE, DIVERSIDADE E EQUIDADE

Nesta categoria foram aceites iniciativas, serviços, projetos ou produtos que contribuem para a inclusão e equilíbrios geracionais, desenvolvimento e fortalecimento social e visem a igualdade e redução de desigualdades.
Foram valorizadas candidaturas que combatam o isolamento social e visem eliminar qualquer tipo de discriminação no acesso. Entre estes incluem-se: ascendência, deficiência, idade, identidade de género, nacionalidade, orientação sexual, origem étnica ou raça, religião ou situação familiar e económica.



ISABEL BARROS
Administradora Executiva, Sonae MC



MARGARIDA COUTO
Presidente, GRACE – Empresas Responsáveis



SANDRA RIBEIRO
Presidente, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

MODELO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL COMBATE POBREZA ENERGÉTICA

As Comunidades de Energia Inclusiva representam uma abordagem inovadora e eficaz para promover a transição energética também junto da população mais vulnerável.



A transição para uma matriz energética mais sustentável e inclusiva tem sido uma prioridade global, e iniciativas como as Comunidades de Energia Inclusiva estão na vanguarda dessa mudança. O seu funcionamento é simples, mas relevante. Os produtores-membros são organizações sem fins lucrativos, que disponibilizam espaços para a instalação de painéis solares, consumindo parte da energia gerada para as suas próprias necessidades. Os membros-consumidores são famílias vulneráveis que residem nas proximidades e têm acesso à energia excedente a preços reduzidos ou mesmo gratuitamente. Esta abordagem não só promove a produção e consumo de energia renovável, mas também reduz a dependência de fontes não renováveis e contribui para a mitigação das alterações climáticas. É o que está a acontecer no Infantário de Bicesse, em Alcabideche (Cascais) ao beneficiar diretamente a vida das famílias vulneráveis ao redor, fornecendo energia a preços acessíveis, ajudando a reduzir a pobreza energética e aliviando a pressão sobre os orçamentos familiares já apertados. Aqui, o Grupo Greenvolt, através da sua empresa Greenvolt Comunidades, uniu esforços com a Santa Casa da Misericórdia de Cascais (SCMC) para lançar uma iniciativa pioneira, na qual assumiu o investimento total da instalação dos painéis, além da gestão do processo de licenciamento e dos custos associados à infraestrutura. Além disso, ao libertar recursos que antes eram destinados ao pagamento de contas de eletricidade, a SCMC pode direcionar mais fundos para as suas missões de contribuir para uma sociedade mais inclusiva e apoiar as famílias necessitadas do concelho.

75kW
capacidade instalada em Bicesse com os painéis fotovoltaicos

50%
do consumo diário foi coberto pela energia fornecida pelos painéis

57%
de redução na conta mensal da luz

RELEVÂNCIA RECONHECIDA

O cariz solidário deste projeto, suportado por um modelo de negócio inovador e financeiramente



sustentável que lhe permite ser replicado noutras regiões, despertou não só o interesse local e nacional, mas também internacional. O reconhecimento da Comissão Europeia e a presença da então ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na inauguração demonstram o impacto e a relevância do projeto. A replicabilidade e a escalabilidade desta iniciativa, que conjuga fatores ecológicos, económicos e sociais, resulta numa solução viável, suportável e equitativa, e que representa o verdadeiro significado da inovação sustentável.

O Grupo Greenvolt pretende beneficiar através das Comunidades de Energia Inclusivas um total de 250 mil pessoas até 2030, ajudando instituições particulares de solidariedade social, misericórdias, cooperativas culturais, institutos, fundações e associações que prossigam atividades culturais, museus, bibliotecas, arquivos históricos e organizações não governamentais a reduzirem os encargos com eletricidade, partilhando poupanças com a comunidade local, para ajudar no combate à pobreza energética.



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



greenvolt

Empresa: **Grupo Greenvolt/Greenvolt Comunidades**

Nome do projeto: **Comunidade de Energia Inclusiva do Infantário de Bicesse**

Principais beneficiários da iniciativa: **Infantário de Bicesse e a Santa Casa da Misericórdia de Cascais, bem como os consumidores da Comunidade de Energia Inclusiva**

CULTURA PARA TODOS PROJETO INOVADOR IMPULSIONAACESSIBILIDADE

A iniciativa RFM Sem Olhar a Quem sensibilizou a sociedade para o direito ao acesso à Cultura de todos os cidadãos. Independentemente das suas capacidades e caraterísticas, ninguém pode ficar para trás.



Num país onde, de acordo com os dados dos Censos de 2021, 11% da população vivencia algum tipo de deficiência ou incapacidade, e onde a democratização e a inclusão no acesso à Cultura ainda não foram plenamente alcançadas, urge a necessidade de políticas e iniciativas que promovam a acessibilidade cultural para todos os cidadãos, independentemente das suas caraterísticas e capacidades.

Perante este cenário, aceder a eventos culturais é um imperativo social para garantir a igualdade, a equidade e a não discriminação, sem deixar ninguém ficar para trás.

O Grupo Ageas Portugal tem desempenhado um papel crucial ao liderar iniciativas que promovem a inclusão e a acessibilidade no mundo da Cultura. Em junho do ano passado, em colaboração com a Fundação Ageas e a estação de rádio RFM, a empresa organizou um festival inclusivo que se destacou pela sua abordagem inovadora e impactante, à semelhança das duas edições realizadas anteriormente com a Rádio Renascença: Três Por Todos (apoio a artistas) e Três Por Todo o Lado (sensibilização para o isolamento sénior).

28
horas de emissão "Sem Olhar a Quem" na RFM

2M
de pessoas impactadas durante a emissão

3,5M
de pessoas impactadas através das redes sociais Instagram, Facebook e Tik Tok da RFM e do Grupo Ageas Portugal

MILHÕES À VOLTA DE UMA CAUSA

A emissão especial RFM Sem Olhar a Quem decorreu ao longo de 28 horas seguidas, a partir dos jardins do Campo Pequeno, Lisboa, com o objetivo de despertar consciências para as

questões da acessibilidade à Cultura - festivais, salas de espetáculos, etc. - em Portugal, em parceria com a Access Lab, empresa dedicada a esta temática. Foram vários os artistas nacionais que se uniram ao debate sobre a necessidade do bilhete de acompanhante para a comunidade surda e com deficiência, e sobre a aplicação de taxa de IVA zero nesses mesmos casos, uma medida aparentemente simbólica que representa um avanço significativo na promoção da inclusão. Além disso, o evento levou ao desenvolvimento de projetos concretos, como o do Teatro do Bairro Alto para espetáculos acessíveis a pessoas surdas e a introdução de recursos de acessibilidade em acontecimentos futuros. Destaca-se também a implementação de tradução em Língua Gestual Portuguesa (LGP) no Circo do Coliseu Porto Ageas, bem como no projeto "Gesto do Fado" que, como o nome indica, consiste em descobrir o fado em LGP pelo Arquivo Visual de Fados, em parceria com a Access Lab. Destaque ainda para o programa de acessibilidade em curso no Teatro Nacional D. Maria II, que visa melhorar os espaços físicos e introduzir recursos acessíveis, apoiado também pelo Grupo Ageas Portugal.
No âmbito da sensibilização, a emissão especial alcançou milhões de pessoas através da rádio e das redes sociais. Este projeto, que já vai na sua terceira edição, estando prevista uma quarta este ano, reflete o compromisso contínuo do Grupo económico em combater as desigualdades sociais. Em consequência deste debate, e pela primeira vez, o tema da acessibilidade na Cultura foi incluído no Orçamento do Estado com impacto direto na população com deficiência, o que também demonstra progresso.
Refira-se que, em 2022 o Grupo Ageas Portugal lançou o mote "Por um Mundo Sem Rótulos", fazendo das diferenças um motivo de união de modo a promover o diálogo e a partilha, debatendo o papel das organizações na inclusão social, num evento na sede de Lisboa, com várias figuras públicas.



Empresa: **Grupo Ageas Portugal**

Nome do projeto: **RFM Sem Olhar a Quem**

Data de início: **05/06/2023**

Data de conclusão: **31/12/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **pessoas com deficiência**







QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

10 Reduzir as desigualdades

17 Parcerias para a implementação dos objetivos

RESTAURAÇÃO INCLUSIVA EMPREGA JOVENS COM DIFICULDADES INTELECTUAIS

É a primeira família de cafés-restaurantes solidários e inclusivos em Portugal e no mundo, um espaço como nenhum outro onde diariamente se serve felicidade, tanto a clientes como a colaboradores.



Contribuir para a inclusão social e abraçar a diferença é a missão dos Cafés O café Joyeux permite empregar e formar jovens com Dificuldades Intelectuais e do Desenvolvimento (DID), em que se incluem a Trissomia 21 e o Autismo. Com o objetivo de serem totalmente financiados pelos próprios lucros, os quatro espaços funcionam diariamente com comida confecionada ao momento, com produtos da época e uma dose de felicidade, mas também já é possível apoiar o projeto através da loja online, encomendando produtos de qualidade e impacto positivo, nomeadamente o café de marca própria, torrado e embalado em Portugal.

LUTA PELA IGUALDADE

O Café Joyeux é permite o emprego e a formação de pessoas com (DID) e entre os seus quatro espaços localizados emLisboa e Cascais, já emprega 30 pessoas. Além de estarem abertos ao público e disponíveis para servir refeições no local, também funcionam com take-away e catering para eventos, dando oportunidade a jovens que, de outra forma, teriam mais dificuldades em aceder ao mercado de trabalho. Trata-se de uma empresa detida integralmente pela Associação VilacomVida, que assume a missão de aproximar a sociedade que assume a missão de aproximar a sociedade da diferença, para que esta deixe de o ser. A Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) foi fundada em 2016 por um grupo de pais de crianças com DID, com o objetivo de criar oportunidades e acompanhar os jovens, e conta atualmente com o apoio de marcas parceiras como L'Oréal, Logoplaste, Santander, Cofidis, BNP Paribas, JTI, Auchan, Cap Gemini, Axians, Ageas Seguros Portugal, Nespresso, Gr8 Events, MEO ou El Corte Inglês. Mesmo perante as dificuldades, são pessoas com sonhos, talentos e competências a desenvolver que lhes permitem, tal como é seu direito, estar

4
Cafés-restaurantes abertos

200
Euros mensais em vendas da loja online

30
Jovens adultos com dificuldades intelectuais e do desenvolvimento empregados



plenamente incluídos na sociedade. Para tal, a VilacomVida aposta na revelação dos talentos de pessoas com DID, usando um modelo inovador, sustentável e inclusivo de formação, que potencia a empregabilidade das futuras gerações, que se querem mais autónomas e integradas numa sociedade plural que lhes permita uma vida feliz e completa. De acordo com a associação, cerca de 31 milhões de euros são gastos todos os anos na ocupação das pessoas com DID, em vez de serem investidos na sua autonomia, formação e capacitação profissional.

OBJETIVOS CUMPRIDOS

De forma a suportar e expandir o projeto Joyeux de norte a sul do país, foi criada uma loja online com o objetivo de difundir a missão e os produtos que contribuem para a sua sustentabilidade financeira, visitada por cada vez mais pessoas. O objetivo primordial, neste momento, é divulgar a iniciativa de maneira a assegurar o pagamento da formação de dois jovens Joyeux ao longo do ano de 2024, mas também trabalhar para aumentar significativamente as vendas e a fidelização da sociedade no apoio à missão da igualdade, diversidade e equidade**.** Atualmente, e ainda sem divulgação, as vendas médias da loja online rondam os 200 euros mensais, as vendas médias da loja online rondam os 200 euros mensais, tendo sido comercializadas 91 embalagens de café em cápsula e 26 produtos de merchandising entre julho de 2023 e Abril de 2024. É essencial manter os esforços para criar maior visibilidade e consciencialização sobre a marca e a missão, por forma a continuar a gerar impacto positivo, nomeadamente no aumento de vendas na plataforma online. Por cada 6480 euros em vendas, o Café Joyeux consegue assegurar o pagamento da formação de mais um jovem colaborador ao longo de um ano.



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

10

Reduzir as desigualdades

Empresa:
Café Joyeux

Nome do projeto:
Um café como nenhum outro

Data de início:
15/03/2024

Data de conclusão:
30/09/2024

Principais beneficiários da iniciativa:
jovens adultos com dificuldade intelectual e do desenvolvimento, nomeadamente Trissomia 21 e Autismo, que trabalham no Café Joyeux

INTEGRAÇÃOÉMEIOCAMINHO PARA UM MUNDO MELHOR

Assegurar equidade de oportunidades é uma responsabilidade de todos, mas em particular das empresas. A MC está comprometida com a diversidade e inclusão de pessoas com incapacidade.



De acordo com o Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH/ISCSP-ULisboa), 62,3% das pessoas com deficiência em Portugal enfrentavam, em 2022, risco de pobreza, sendo que este valor é quase o dobro da restante população (35,5%). Para a MC, a inclusão é palavra-chave que faz parte dos seus valores fundamentais. Por isso mesmo, tem procurado reforçar a diversidade das suas equipas através de uma estratégia que endereça cinco dimensões: género, incapacidades, LGBTQIA+, nacionalidades & etnias, e gerações. Em 2021, o projeto "Recrutamento Inclusivo" focou-se nas incapacidades, tendo desenhado um projeto diferenciador de recrutamento que garante que todas as pessoas têm condições de sucesso e acesso ao mercado de trabalho.

Uma das medidas foi a revisão dos processos, procedimentos e indicadores de recursos humanos para garantir que a estrutura é cada vez mais equitativa. Outra medida foi a implementação de projeto-piloto nas lojas de Norte a Sul do país, através do qual a MC tem integrado novos trabalhadores com diferentes incapacidades ou deficiência, nomeadamente cognitiva ou do desenvolvimento intelectual. O novo modelo de recrutamento e integração inclui uma parceria estreita com entidades especializadas, entrevistas situacionais (em contexto real de trabalho), preparação do onboarding, nomeadamente do primeiro dia, com muito cuidado, escolha de um tutor interno, revisão e simplificação dos processos de comunicação e formação específica para lideranças e equipas naturais, com vertente experiencial e de empatia, assim como um manual de comunicação inclusiva.

Empresa: **MC**

Nome do projeto: **Recrutamento Inclusivo**

Data de início: **01/01/2021**

Data de conclusão: **31/01/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **pessoas com incapacidade ou deficiência, colaboradores e clientes**

PROJETO INTERNO, EFEITOS EXTERNOS

A parceria com instituições como a Valor T, Vila Com Vida, DVK Fundación Integralia ou Associação Salvador tem sido fundamental para apoiar a execução da estratégia de diversidade, equidade e inclusão na MC. Estas iniciativas têm externalidades positivas nas pessoas integradas, nas equipas naturais, nas famílias e na sociedade. Enquanto um dos maiores empregadores privados em Portugal, com mais de 1000 lojas espalhadas pelo território, assumimos a responsabilidade de contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa.

A par do recrutamento inclusivo, a empresa tem vindo a desenvolver muitas iniciativas



nesta dimensão das incapacidades, de que são exemplo: entregas gratuitas de compras online a clientes com incapacidade; ou a etiquetagem individual dos produtos para clientes com incapacidade visual.

MAIS DO QUE NÚMEROS, OS ROSTOS

As pessoas integradas no mercado de trabalho ganham mais autonomia, sentem-se mais integradas na sociedade, o que tem um impacto na sua auto-estima e crescimento. Nas palavras dos próprios e das suas famílias trouxe muitos benefícios, sendo que feedback como "está muito mais sociável", "cresceu muito" e "ficou muito mais responsável" são frequentes.

Um colaborador do Continente da Amadora mostra-se feliz com a função que desempenha. "Alguém deu-me esta oportunidade de fazer algo útil e de trabalhar que outras pessoas não me deram", sendo que esteve desempregado 4 anos antes de ter esta oportunidade.

Já este ano, a MC continua a apostar no projeto de inclusão. Em abril, o Continente Modelo Leça do Balio, em Matosinhos, assinalou o Dia Mundial da Consciencialização do Autismo com a tertúlia "Café com Inclusão" para sensibilizar a população para esta temática.

A loja está preparada para receber clientes com diferentes incapacidades, nomeadamente com espectro Autista, tendo como objetivo garantir que todas as pessoas possam fazer as suas compras de forma autónoma e com maior tranquilidade.

A loja disponibiliza abafadores de som de adulto e criança, uma planta sensorial à entrada, sala de conforto, caixas de checkout adaptadas, carrinhos de compras específicos e compra assistida.

A MC foi distinguida com a menção honrosa na categoria de recrutamento inclusivo pela APPDI – Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão.

80%

foi a taxa de integração de pessoas com incapacidade cognitiva nas lojas da marca durante a fase piloto

1 em 7

adultos tem algum tipo de incapacidade

85%

mais pessoas com incapacidade fazem hoje parte das equipas da empresa, quando comparado com os últimos dois anos



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

1 Erradicar a pobreza

8 Trabalho digno e crescimento económico

10 Reduzir as desigualdades

17 Parcerias para a implementação dos objetivos



MISSÃO CONTINENTE ESPALHA SORRISOS HÁ DUAS DÉCADAS

Promover a igualdade, diversidade e equidade, é um dos desígnios dos tempos modernos. A diferença faz-se em sociedade e deve incluir o tecido empresarial a par do setor social, criando novos padrões de excelência no que diz respeito a ajudar o próximo.

Criada em 2003 como a plataforma de responsabilidade social do Continente, a Missão Continente completou 20 anos de compromisso com a comunidade. Nesse período, a sua atuação evoluiu para além da filantropia tradicional, abraçando uma abordagem de investimento social estratégico, que permite contribuir de forma eficiente e duradoura para a melhoria das condições sociais e ambientais do país. Para celebrar o seu vigésimo aniversário e o seu papel como agente de transformação social, a Missão Continente lançou o Relatório de Impacto 2022, uma iniciativa pioneira no setor do retalho alimentar, que detalha o envolvimento na comunidade medindo o impacto das suas ações.

12.492
Pessoas impactadas na área da inclusão social

25.676
Visitas ao domicílio para promover acesso à saúde

655
Escolas receberam ações de educação e sensibilização

NÚMEROS QUE ANIMAM

O relatório apresenta os resultados alvançados em três áreas-chave: Inclusão Social, Saúde e Educação, através de parcerias com instituições que combatem a solidão, promovem a saúde mental e apoiam a educação. Um exemplo a destacar é o apoio ao SOS Voz Amiga, que resultou no aumento significativo da capacidade de atuação do serviço de apoio telefónico, beneficiando milhares de pessoas em situações de sofrimento emocional. Graças ao apoio prestado pela Missão Continente, foi possível reforçar a equipa e adquirir uma central telefónica, o que se traduziu no aumento em 25% da capacidade de resposta do SOS Voz Amiga, revelando também a crescente importância dos recursos humanos e tecnológicos na concretização do propósito da associação. Além disso, também o investimento em iniciativas como a Câmara de Lobos Viva – Associação de



Desenvolvimento Comunitário, que assume a missão de combater o isolamento da população idosa, mostrou resultados significativos. Através dos donativos da Missão Continente, a associação madeirense adquiriu uma viatura com nove lugares, que permitiu aumentar em 10% o número de visitas a idosos em situação de isolamento. A avaliação geral proporcionada pelo Relatório de Impacto quantificou a importância do envolvimento da Missão Continente com as diversas instituições em 2022. Na área da inclusão social, foram impactados 12 492 beneficiários através de 4020 consultas, 2499 visitas ao domicílio e da ação de 26 voluntários. No campo da saúde, 6210 pessoas foram apoiadas com 25 676 visitas a casa e por 700 voluntários. Quanto à ação em educação e sensibilização, através da Escola Missão Continente, foi possível chegar a 70 704 alunos e 5110 professores em 655 escolas por todo o país.

IMPACTO TRANSPARENTE

Os resultados do Relatório de Impacto revelam a magnitude do envolvimento da Missão Continente, impactando dezenas de milhares de beneficiários em áreas cruciais para o bem-estar da sociedade.
A medição de impacto realiza-se de forma meticulosa, o que não só fortalece a gestão de recursos, como estabelece um padrão.
O Relatório de Impacto 2022 serve como farol de boas práticas para outras organizações interessadas em maximizar seu impacto positivo na sociedade, lutando por um setor social mais transparente, eficaz e orientado para resultados de excelência para o setor social como um todo.
A iniciativa foi também alvo de um plano e comunicação que fez uso dos meios do universo Continente, para garantir maior alcance do projeto. Desta forma, foi possível chegar a mais de 40 mil pessoas dentro da empresa e conquistar mais de um milhão de impressões nas redes sociais. Importa também destacar que a Missão Continente venceu o prémio European Excellence Awards (EEA) 2023, na categoria 'Annual Report & CSR Report'.

MISSÃO CONTINENTE

Empresa:
MCMKT Brands, Lda.

Nome do projeto:
Relatório de Impacto

Data de início:
01/06/2023

Data de conclusão:
01/04/2024

Principais beneficiários da iniciativa: **setor social como um todo, a Missão Continente e a MC**



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

10 Reduzir as desigualdades

17 Parcerias para a implementação dos objetivos



PARTILHAR A CASA E ABRIR O CORAÇÃO

No âmbito da responsabilidade social, o MEO criou uma iniciativa que pretende resolver dois problemas de uma só vez: diminuir a solidão dos idosos e dar teto aos estudantes universitários.

Como muitas outras sociedades desenvolvidas e envelhecidas, Portugal enfrenta hoje um desafio demográfico que empurra muitos seniores para a solidão. O país é o Estado-membro da União Europeia (UE) que regista uma taxa de envelhecimento mais alta e estima-se que, em território nacional, cerca de 1,7 milhões de idosos vivam sozinhos. Destes, aproximadamente 500 mil vivem na Área Metropolitana de Lisboa.

Mas há um outro problema de difícil e demorada resolução: a pouca oferta de quartos e alojamento para jovens universitários deslocados, em particular na região do Porto e de Lisboa. Aliás, os números apontam para que só nestes dois centros urbanos faltem cerca de 20 mil camas, mas mostram ainda que, entre 2021 e 2022, a oferta caiu 80% em todo o país. No entanto, todas as dificuldades têm uma resolução e o MEO encontrou uma forma de endereçar estes dois desafios – solidão dos mais seniores e falta de habitação para os mais novos – com o projeto "Partilha Casa".

80%

dimensão da queda na oferta de quartos para estudantes em Portugal, entre 2021 e 2022

1,7

milhões de idosos vivem sozinhos em Portugal, 500 mil na Área Metropolitana de Lisboa

88,9%

percentagem de compreensão da mensagem da campanha de Natal da empresa

Trata-se de uma iniciativa nacional, projetada para durar cerca de três anos, que tem por objetivo a divulgação de programas que fomentam a partilha de alojamento entre seniores e jovens estudantes universitários, sem qualquer intuito comercial. O conceito é juntar jovens universitários que procuram alojamento e seniores que vivem sozinhos e apreciam a companhia. Esta atuação do MEO assenta em duas dimensões concretas: o estabelecimento e acompanhamento de parcerias com os programas em operação e a criação de um site nacional agregador (partilhacasa.pt).

É neste site que todos os interessados – seniores, jovens ou instituições – se podem registar e, assim, fazer parte deste programa. O MEO assume-se como promotor e facilitador da iniciativa, juntando associações e instituições que promovem esta causa, bem como entidades oficiais que apoiam esta iniciativa que promove

Partilha Casa

a equidade de acesso de todos os estudantes ao ensino superior, independentemente da sua condição social ou financeira.
Para divulgar o projeto e incentivar à adesão, a marca desenvolveu uma campanha de Natal sobre o tema, que conquistou grande aceitação junto do público. Os números mostram que o anúncio do MEO destacou-se da concorrência direta com uma percentagem mais elevada na compreensão da mensagem (88,9% contra 85,4% e 76,3% nas outras marcas).

ENCONTRAR O COMPANHEIRO CERTO

Para os universitários, os benefícios da adesão a um dos muitos programas de alojamento que integram o "Partilha Casa" são evidentes, a começar pela possibilidade de ter um alojamento. Mas as vantagens incluem o acesso a um ambiente familiar, tranquilo e repleto de partilha de experiências com os seniores, assim como apoio emocional mútuo. Já para os idosos que vivem sozinhos, esta é uma forma segura de envelhecer no seu ambiente doméstico por mais tempo, contar com apoio dos companheiros de casa nas tarefas diárias, permite poupar custos pela divisão de despesas e ainda contribui com vitalidade para o dia-a-dia dos mais velhos.
É uma forma de retardar a progressão da demência e contribuir para o bem-estar desta população cada vez maior em Portugal.
O processo de participação é muito simples. A plataforma partilhacasa.pt lista os programas parceiros que fomentam a partilha de casa intergeracional. Neste site podem registar-se todos os interessados – seniores, jovens ou instituições -, sendo possível ao utilizador escolher a localidade pretendida e o respetivo programa. É então dado início ao processo de triagem, identificação de compatibilidade entre perfis e de enquadramento entre a disponibilidade de alojamento e a procura por jovens.

MEO
HUMANIZA-TE

Empresa: **MEO**

Nome do projeto: **Partilha Casa**

Data de início: **28/11/2023**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **jovens estudantes universitários e pessoas com mais de 50 anos**





QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

10 Reduzir as desigualdades

11 Cidades e comunidades sustentáveis

17 Parcerias para a implementação dos objetivos



INCENTIVAR JOVENS TALENTOS COM FUTURO PROMISSOR

Esta tem sido a missão desempenhada pela Sabseg, líder no setor da corretagem de seguros em Portugal, ao longo dos últimos anos, que atribui bolsas em várias áreas.

Todas as pessoas têm algo que as motiva particularmente e, de forma mais ou menos consciente, um passatempo ou uma atividade pela qual nutrem interesse, mas nem sempre é fácil ter a oportunidade de aprofundar essa paixão. Há três anos que passou a ser mais simples, para as crianças e jovens, poderem dedicar-se à arte, ao desporto ou a qualquer outra área que os mova e isso deve-se ao projeto "Agarra-te", que pode conhecer em https://sabseg.com/sabseg/agarra-te/

A iniciativa é da Sabseg Seguros, líder no setor da corretagem de seguros em Portugal, para prestar apoio a estes jovens, mas também para proporcionar atividades lúdicas e até fornecer bens essenciais a instituições de solidariedade social. É, portanto, um projeto integrado para promover a diversidade, a inclusão, a inovação e o compromisso, valores que norteiam o negócio e que, acredita a empresa, são importantes para o crescimento e desenvolvimento dos mais novos.

"De mãos dadas com a inclusão. Só assim podemos ser inovadores e chegar ao nosso compromisso de criar uma geração de valor. Queremos promover a aceitação de todos com transparência e coerência. Abrimos, por isso, um caminho com o objetivo de fortalecer a cultura da diversidade onde integramos e incluímos todos os indivíduos", escreve a Sabseg na sua candidatura.

O principal público-alvo são os jovens das mais variadas idades, que sonham e lutam pelo sucesso na sua área de talento, seja ela qual for. E aqui, o "Agarra-te" é também inclusivo: alberga desde a canoagem à natação, passando pelo karaté, karting, surf, artes plásticas, caligrafia e tantas outras disciplinas.

SABSEG SEGUROS

Empresa:**Sabseg Seguros**

Nome do projeto: **Agarra-te Powered by Sabseg**

Data de início: **01/02/2022**

Principais beneficiários da iniciativa: **jovens**











Os jovens podem inscrever-se e selecionar a área do seu talento, entre um conjunto de opções definidas para cada edição.
Foram já realizadas duas edições do programa e está em curso a terceira, desta vez focada em quatro áreas específicas: futebol feminino, ilustração, fotografia e arte urbana. Para chegar com eficácia aos novos talentos, a Sabseg montou um programa de embaixadores que divulgam a iniciativa e promovem as candidaturas das crianças e dos jovens.

286
número de colaboradores da corretora de seguros

3
edições do Agarra-te realizadas, garantindo apoio a jovens talentos em várias áreas

4
áreas em que o projeto vai apoiar novos talentos na sua terceira edição

CUIDAR É UMA TRADIÇÃO

A responsabilidade social não é uma tendência que a Sabseg decidiu incorporar na sua atividade à boleia das novas exigências ESG, mas antes um compromisso que está enraizado no seu ADN. Esta empresa líder no seu mercado, foi destacada como sendo uma das marcas nacionais mais sustentáveis no ranking "Merco Responsabilidade ESG Portugal 2023", que atesta o trabalho que tem vindo a desenvolver nesta área.
"A Sabseg reafirma o seu compromisso contínuo em promover práticas empresariais responsáveis e sustentáveis, contribuindo para um futuro mais consciente e positivo, comprometendo-se a dar continuidade a estas práticas no presente e futuros anos", disse, na altura, a empresa.
A reputação da organização foi ainda reconhecida pelo estudo "Merco Empresas e Líderes Portugal 2023" entre as 100 maiores empresas nacionais. Mais do que prémios, a Sabseg está empenhada em dar seguimento aos projetos de intervenção social, seja através do apoio direto a jovens talentos, seja pelo contributo a instituições de solidariedade social.

Agarra-te
SABSEG SEGUROS

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 4 Educação de qualidade
- 5 Igualdade de género
- 10 Reduzir as desigualdades
- 16 Paz, justiça e instituições eficazes
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos



TRABALHO DO FUTURO ASSENTA EM DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Criar uma cultura empresarial baseada nos princípios de igualdade, diversidade e equidade é um desígnio da Worten, que aliou esforços aos colaboradores e lideranças para construir locais de trabalho seguros e inclusivos.

Há cinco anos que a Worten assume um papel de destaque na luta pela diversidade e inclusão, assumindo o compromisso de tornar o ambiente de trabalho dos seus mais de 4600 trabalhadores num espaço seguro e que abraça e incentiva as diferenças. Sob o mote "Celebramos a Igualdade e a Diferença", a empresa do setor do retalho lançou, em 2019, na Península Ibérica, o seu plano de inclusão, marcando o início da sua jornada de transformação cultural.

Com foco em criar um ambiente que promova iguais oportunidades para todos, o plano desenvolvido concentrou-se em quatro pilares: a igualdade de género, a inclusão de pessoas com deficiência, o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, e a proteção da parentalidade.

4.600

Colaboradores impactados diretamente pela iniciativa

33%

Mais colaboradores com deficiência

5%

de aumento do número de mulheres em cargos de liderança e de 10,2% nos níveis superiores de gestão

A iniciativa foi sempre desenvolvida em grande proximidade com os colaboradores, que através de questionários identificaram os principais vetores a abordar, refletindo as necessidades reais daquela que é uma força de trabalho diversificada.

ABRAÇAR A DIFERENÇA

Uma das pedras basilares do plano passa pela consciencialização e formação de todos os funcionários. A empresa acredita firmemente que a mudança só pode ocorrer com o envolvimento de todos e tem investido significativamente em esforços de comunicação, formação e envolvimento para garantir que todos os colaboradores sentem que fazem a diferença ao longo do processo.

Os resultados da iniciativa já estão à vista e a

adesão dos trabalhadores à iniciativa tem sido significativa, com mais de 4200 colaboradores impactados diretamente, nomeadamente através da participação nas diversas ações promovidas pela Worten. Além disso, a análise anual da cultura inclusiva revelou um interesse crescente e um sentimento de orgulho entre os colaboradores em relação aos esforços da empresa para promover a diversidade e inclusão. Não obstante a clara evolução do compromisso e interesse dos funcionários pelas temáticas de igualdade, diversidade e equidade, há também números concretos que demonstram os impactos do projeto. Desde 2019, a percentagem total de mulheres em cargos de liderança apresentou um crescimento de 5% e nos níveis superiores de gestão da empresa, onde aliás se encontra o maior desafio de representatividade feminina, o crescimento foi ainda mais expressivo, 10,2%. Já o número de colaboradores com diferentes nacionalidades cresceu 47%. Adicionalmente, nos últimos cinco anos, verificou-se um aumento de 33% no número de colaboradores com deficiência.

ESPALHAR IGUALDADE

Outro dos aspetos cruciais da estratégia é o envolvimento de todo o universo Worten, incluindo das lideranças, que acabam por atuar como embaixadores da diversidade e inclusão nas suas equipas.

Através de workshops, formações e dinâmicas de grupo, os líderes foram sensibilizados e capacitados para liderar pelo exemplo, com proximidade e promovendo sempre a cultura empresarial inclusiva.

Embora os colaboradores sejam o público-alvo primordial da iniciativa, a empresa promoveu outras ações que visam envolver as comunidades locais.

O objetivo é expandir o impacto positivo sentido pelos colaboradores no ambiente de trabalho também à esfera da sua vida pessoal e dos que os rodeiam. Iniciativas como salas de amamentação, apoio a colaboradores em situação de vulnerabilidade e serviços de apoio a pessoas surdas nas lojas, são algumas das ações levadas a cabo para fortalecer o compromisso da empresa com a responsabilidade social. Por forma a medir o impacto de programa de diversidade e inclusão, a Worten utiliza uma variedade de instrumentos, incluindo questionários de cultura inclusiva, análises de clima social, métricas de acompanhamento e avaliações regulares, que orientam os próximos passos para a contínua melhoria e evolução da iniciativa.



worten

Empresa:**Worten – Equipamentos para o Lar, S.A**

Nome do projeto: **Plano de Diversidade e Inclusão Worten**

Data de início: **01/10/2019**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **universo de colaboradores Worten na esfera profissional e pessoal**





QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

5 Igualdade de género

10 Reduzir as desigualdades

NATIVOS DIGITAIS, ADEPT E MAIS CIENTES



VAI A GERAÇ O MUNDO DO

Getty Images


OS DO TRABALHO REMOTO
DO SEU TEMPO
ÃO Z MUDAR
TRABALHO?

Não se lembram do mundo antes do 11 de setembro, e muito menos antes da internet. Para eles, a China foi sempre uma potência mundial e a informação sempre circulou de forma livre. Dos mais jovens trabalhadores, sabemos que já não querem estar no escritório, mas que mais trouxe a Geração Z ao mundo do trabalho?

Inês Santinhos Gonçalves



Se os "Baby Boomers" ficaram conhecidos como a geração que vivia para trabalhar, a Geração Z, a mais recente a entrar para o mercado de trabalho, é caracterizada pelo esforço que faz para que não seja assim. "Atormentados pela ansiedade e depressão", os jovens nascidos entre 1995 e 2009 (datas variam consoante os estudos) valorizam cada vez mais empresas que cuidem da saúde mental dos seus trabalhadores, ofereçam trabalho remoto e total flexibilidade de horários e tenham comportamentos em linha com os seus princípios éticos.

As comparações com gerações anteriores – não só com os "workaholics" boomers, mas também a "Gen X" e os millennials – são constantes, não fosse este novo grupo de trabalhadores o primeiro a ter crescido na era digital e a ter entrado no mercado de trabalho na sombra da pandemia.

Os estudos variam, mas estima-se que representem 30% da força laboral em 2030 e que, ao longo da vida, venham a mudar de emprego 18 vezes. "Se não se sentirem seguros, valorizados, gostados, ou sentirem que não estão a crescer, vão-se embora", diz Chip Espinoza, diretor de Estratégia e Inovação da Vanguard University of Southern California.

Espinoza, autor de vários livros sobre os millennials, é especialista em diversidade geracional no local de trabalho, dedicando-se também à consultoria na área do recrutamento. Na hora de aconselhar as empresas sobre como reter os seus trabalhadores mais jovens, não hesita: "Oiçam-nos. Vejam as críticas que fazem à vossa organização como um desejo de contribuir para a fazer melhor. Expliquem as coisas ao invés de fazerem decretos. Sejam autênticos com eles. Deem-lhes feedback frequente. Deixem-nos expressarem-se."

São conselhos que vão ao encontro do perfil da Geração Z: são mais avessos à hierarquia e a regras muito rígidas no local de trabalho. Isto acontece, em parte, diz Espinoza, como consequência de serem filhos da era digital. "Não precisam de figuras de autoridade para encontrar informação. Não sentem necessidade de figuras de autoridade, o que cria desafios quando comunicam com as gerações mais velhas. Se não sentimos a necessidade de nos relacionarmos com figuras de autoridade



Getty Images

A escolha de um empregador baseia-se, cada vez mais, na identificação que sentem com os valores e a missão dessa empresa.

> **Não sentem necessidade de figuras de autoridade, o que cria desafios quando comunicam com as gerações mais velhas.**
>
> **Chip Espinoza, diretor de Estratégia e Inovação da Vanguard University of Southern California**

para subir na vida, não desenvolvemos essas competências."
O lado positivo desta faceta é que esta geração "nascida na quarta revolução industrial" vê conectividade "em todo o lado", "conectividade de tecnologias, desafios e ideias aparentemente díspares".
A pandemia também teve um impacto significativo a modelar atitudes. "Ainda mal começámos a avaliar a forma como a pandemia, e a reação a ela, afetou a 'Gen Z'. Muitos eventos marcantes das suas vidas foram cancelados. Os sistemas educativos tiveram de mudar para modalidades para as quais os educadores estavam mal preparados. A desinformação e as constantes mudanças de política deixaram-nos céticos em relação a figuras de autoridade e especialistas. Acho que olham para as organizações através de uma lente semelhante – a do baixo nível de confiança", explica o consultor.

ANSIOSOS E STRESSADOS

Ao contrário de gerações anteriores, a Z coloca o trabalho numa posição menos central em relação a outros aspetos da vida, mas os números não são tão expressivos como se podia pensar. O mais recente inquérito da Deloitte às gerações Z e millennials, de 2023, revela que para 49% dos mais jovens o trabalho é o elemento mais definidor da sua identidade, logo a seguir aos amigos e família, com 64%.
O estudo alerta, no entanto, para um "forte desejo" de atingir um melhor equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal. Entre as características que mais admiram nos seus pares, os inquiridos salientam, em primeiro lugar, a capacidade de melhor equilibrar as prioridades pessoais e profissionais, deixando para o fim da tabela elementos como o cargo que ocupam no trabalho, símbolos de estatuto social e bens materiais como carros ou casa.

Mais de metade dos zoomers (55%) dizem fazer uma pesquisa sobre as políticas e o impacto ambiental da empresa antes de aceitarem uma oferta de emprego.


Getty Images

"Quando não estou a trabalhar, passo muito mais tempo a pensar em trabalho do que num hobby ou noutra coisa. E isso preocupa-me muito, é uma coisa que há algum tempo que ando a tentar mudar", diz uma das inquiridas da Deloitte, que, para este estudo, falou com 14.483 jovens da Geração Z e 8.373 millennials em 44 países.

Mas porque quer esta nova geração escapar tanto ao domínio do trabalho? Em parte devido aos problemas de saúde mental associados. 46% dos zoomers (como também ficaram conhecidos os jovens da Geração Z) dizem sentir stress e ansiedade no trabalho "sempre ou na maior parte do tempo". A pressão laboral está a causar elevados níveis de burnout – a Deloitte usa os critérios da Organização Mundial da Saúde para a definição desta doença mental e conclui que 36% dos jovens da "Gen Z" se sentem sempre, ou quase sempre, exaustos, 35% sentem um distanciamento mental do seu trabalho, e 42% têm dificuldade em ter um bom desempenho.

"Tal como os millennials, são atormentados pela ansiedade e pela depressão. As empresas que estiverem preparadas para criar ambientes de trabalho saudáveis irão prosperar", comenta Chip Espinoza. "Prevejo dias de saúde mental, centros de aconselhamento, salas de relaxamento e estúdios de ioga no futuro local de trabalho. Todas as gerações têm aproveitado a sua influência social para melhorar o local de trabalho", sublinha.

Nesta questão da saúde mental, Espinoza chama a atenção para uma particularidade: "Os estudos sugerem que mais mulheres (3-1) sofrem de ansiedade e depressão no início da carreira do que os homens. Se as mulheres estiverem a sofrer de ansiedade, dúvidas e depressão na fase da carreira que exige assertividade, isso pode atrasá-las profissionalmente." Ainda assim, o investigador considera que a Geração Z goza de maior paridade de género, ao ter sido, ao contrário de gerações anteriores, "criada por mulheres de carreira". "Tanto a nível intergeracional como intrageracional, penso que os estereótipos continuam vivos, mas não tão evidentes como nas gerações anteriores."

ALINHAR TRABALHO E VALORES

Outro fator de stress nesta jovem geração de trabalhadores são as preocupações financeiras – ou não tivessem eles entrado no mercado numa época infestada por inflação, instabilidade política e conflitos, sempre ensombrada pela possibilidade de uma recessão à escala mundial.

Em 2023, o custo de vida era a maior preocupação da Geração Z (35%), seguido do desemprego (22%). Só depois entram questões como as alterações climáticas (21%), saúde mental (19%) e segurança pessoal (17%). Mais de metade (51%) dos inquiridos pela Deloitte disseram viver salário a salário e o rendimento é citado como o principal motivo para terem mudado de emprego. Quase metade (46%) sentiram-se obrigados a ter



Para a Geração Z, já não faz sentido cumprir um horário rígido, num local designado. O trabalho remoto, ou híbrido, é o preferido.

um part-time, ou até um segundo emprego a tempo inteiro, para complementar os rendimentos do seu emprego principal. Ainda assim, e com o salário a constar como principal motivo para a mudança de trabalho, há outros fatores que hoje pesam na balança dos zoomers. "Eles querem poder dar o seu contributo e ter a oportunidade de progredir. Procuram empresas que, de uma forma ou de outra, contribuam para a

> **Prevejo dias de saúde mental, centros de aconselhamento, salas de relaxamento e estúdios de ioga no futuro local de trabalho.**
>
> **Chip Espinoza, diretor de Estratégia e Inovação da Vanguard University of Southern California**

sociedade. Querem autenticidade das suas chefias", aponta Chip Espinoza.

A escolha de um empregador baseia-se, cada vez mais, na identificação que sentem com os valores e a missão dessa empresa. Conta não só a natureza do trabalho que vão ter de executar – e se este contribui para, em termos gerais, melhorar o mundo – como também o desempenho da empresa na promoção da igualdade, diversidade e sustentabilidade, com o ambiente a ocupar um papel de destaque.

As preocupações ambientais pesam na hora de tomar decisões sobre a carreiras. Mais de metade dos zoomers (55%) dizem fazer uma pesquisa sobre as políticas e o impacto ambiental da empresa antes de aceitarem uma oferta de emprego, e 17% revelam ter já deixado um posto de trabalho devido a preocupações climáticas – outros 25% dizem querer fazê-lo em breve. Entre os entrevistados para o estudo da Deloitte, 44% dizem já ter rejeitado cumprir tarefas devido a preocupações éticas, e 39% rejeitaram oportunidades de trabalho por não estarem alinhadas com os seus valores.

"Rejeitei alguns trabalhos porque as empresas apenas estavam interessadas nos teus serviços, ao invés de prestarem atenção a como os funcionários se sentem, de modo que eles possam dar o seu melhor no local de trabalho. Neste caso, refiro-me especificamente a questões de saúde mental, de género e de igualdade", relata uma jovem entrevistada.

REMOTO OU HÍBRIDO, MAS COM CAPACIDADE DE DESLIGAR

Há ainda a questão da flexibilidade: onde e quando trabalhar. Para a Geração Z, já não faz sentido cumprir um horário rígido, num local designado. O trabalho remoto, ou híbrido, é o preferido. Três quartos dos inquiridos nesta situação disseram mesmo que procurariam um novo trabalho se o seu empregador os passasse a obrigar a estar no escritório a tempo inteiro.

"[Para a Geração Z] é uma expetativa básica poderem trabalhar nalgum formato de trabalho flexível à distância", sublinha Espinoza.

O cenário não é de tudo ou nada. Há quem prefira trabalhar de casa e quem ache positivo ir ao escritório – ainda que esporadicamente (alguns aceitam fazê-lo uma vez por semana, outros uma vez por mês e alguns apenas uma vez por ano), mas são menos de 20% os querem um modelo totalmente remoto, em que nunca estão fisicamente no local de trabalho com os colegas. O que é realmente importante é poderem decidir, ou seja, querem ter liberdade de escolha sobre onde trabalhar.

A preferência pelo modelo híbrido é justificada pela poupança de tempo, que pode depois ser usado para estar com família e amigos e a usufruir de hobbies. Destacam também a poupança de dinheiro devido a menos deslocações e até à menor necessidade de comprar "roupa de trabalho". Muitos consideram ainda que trabalhar em casa permite uma maior produtividade, longe das distrações típicas de um ambiente de escritório.

Mas nem tudo são rosas. Apesar desta clara preferência pelo trabalho remoto ou híbrido, a Geração Z admite que muitas vezes este resulta num cenário de permanente disponibilidade. Três quartos dos inquiridos lamentavam que a carga de trabalho, e dificuldade em equilibrá-la com a vida pessoal, esteja a contribuir para elevados níveis de stress – nesses casos, trabalhar de casa acaba por potenciar a incapacidade de desligar. Sete em cada dez entrevistados disseram responder a mensagens e emails de trabalho fora do horário de expediente pelo menos uma vez por semana.

Tudo somado, os estudos apontam para um grau de insatisfação dos mais jovens com o trabalho superior ao das gerações mais velhas. O "2023 Workplace Engagement Survey", do Project Management Institute, diz que relatam emoções negativas em relação ao trabalho "a taxas superiores do que a média dos trabalhadores, incluindo sentimentos de desconexão e não realização".

Este inquérito, que se foca apenas nos Estados Unidos e abrange não só a Geração Z, mas os trabalhadores até aos 30 anos, indica que mais de metade dos jovens profissionais consideram provável deixarem o seu emprego devido a insatisfação por falta de realização (59%), de desenvolvimento profissional (57%) e de capacidade de adicionar valor (53%).

Com este quadro de insatisfação, é importante as empresas aumentarem os esforços para reter estes jovens trabalhadores. Até porque a era do trabalho para a vida acabou – não só os mais novos já não têm essa expectativa, como nem sequer o acham desejável. Chip Espinoza diz ver na Geração Z a mesma tendência de "saltitar de emprego" observada nos millennials. "Uma vez um CEO de um grande banco perguntou-me 'Acha que os jovens são mais ou menos leais à suas empresas do que era a nossa geração?' A minha resposta foi: 'Acha que as empresas são mais ou menos leais aos seus trabalhadores do que eram há 30 anos?'"

BONDALTI
WATER



A sustentabilidade é circular

A água é o elemento central do nosso ciclo produtivo. Na Bondalti Water dedicamos todos os dias ao seu tratamento e reutilização, respeitando o ciclo natural e promovendo um uso sustentável.
Não é por acaso que, no ciclo integral da água, somos a referência ibérica.

BARCELONA LA RIOJA LISBOA MADRID

TOMORROW MATTERS

BONDALTI.COM/WATER



D.R.

SERGE DA MOTTA VEIGA

"O JOVEM TEM MENOS ESSA IDEIA DE EU QUERO O DINHEIRO E MAIS NADA"

Há muitos traços distintivos na Geração Z, a mais jovem no mercado de trabalho, mas Serge da Motta Veiga, especialista em Gestão de Recursos Humanos na Noema Business School, acredita que um se sobrepõe a todos os outros: o seu desejo de transformar o trabalho numa missão de vida.

Inês Santinhos Gonçalves

O escritório já não é o que era. Trabalhadores de todas as idades querem melhores salários e um maior equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, mas os mais jovens têm também outras exigências. Além da tão falada flexibilidade, valorizam empresas com comportamentos éticos (ambientais, sociais, políticos), alinhadas com a sua consciência.

Serge da Motta Veiga, diretor do Departamento de Pesquisa na Noema Business School, em Paris, dedica-se a investigar as relações laborais, em particular a procura por emprego e o recrutamento. Sobre a Geração Z garante uma coisa: para estes jovens, trabalhar só para pagar as contas não faz sentido. O trabalho deve servir para mudar o mundo, de preferência para melhor.

Não é a primeira vez que se fala de como a nova geração vai mudar a maneira como trabalhamos, o mesmo se disse sobre os millennials. Há realmente algo de muito único nesta nova geração de trabalhadores, a chamada "Gen Z"?

Acho que sim, algumas coisas são mais únicas. Mas penso que é mais o mundo que está a mudar, não são tanto as gerações. Damo-nos todos conta de que o ambiente está em perigo, e que ter essa missão de ajudar o mundo faz falta. Cada geração está a evoluir na maneira como entende o trabalho e quer trabalhar. E é nisso que temos de ter muito cuidado: acho que não são as gerações que são diferentes, mas o mundo que está a evoluir muito e as novas gerações estão a evoluir com o mundo.

O salário já não é o mais importante?

O salário talvez continue a ser importante, mas já não é a coisa mais importante. Cada vez que eu tenho aulas com estudantes, pergunto "Vocês querem trabalhar de graça?", e eles dizem "Não, nós queremos o nosso dinheiro, queremos ganhar bem, mas também queremos ter uma missão no trabalho, um sentido". Esta Geração Z – e já começou com os millennials e os Y – quer cada vez mais ter esse sentido de missão. Querem trabalhar, mas querem saber que o trabalho deles, a empresa para a qual vão trabalhar, tem uma missão. E isso é uma grande mudança nesta geração. É que eles querem ganhar bem, mas não querem ganhar a vida para acabar com o mundo ou para fazer com que as coisas não avancem.

Portanto, não se trata apenas de querer ter uma maior equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho, mas de dar prioridade a empresas com determinados valores éticos.

Eles querem mudar o mundo. Vê-se muito, nesta geração, decidirem começar a trabalhar para uma empresa porque essa empresa quer mudar o mundo, quer fazer coisas diferentes. Mas depois dão-se conta de que talvez não seja assim tão fácil. Sim, eles também querem um equilíbrio, mas não é só um equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal, é não trabalhar por nada, não trabalhar só pelo salário. Eles querem um equilíbrio de vida no sentido em que se querem sentir realizados, satisfeitos. Esse sentido de missão é muito importante. A questão do equilíbrio [entre a vida pessoal e profissional] foi muito enfatizada pela covid. Acho que todas as gerações sentiram, naquele momento: "Estamos a trabalhar muito, talvez demasiado." A covid fez-nos perceber que as pessoas podem trabalhar menos e ser mais eficientes, podemos trabalhar em casa e não passar uma hora no comboio para ir para o centro de Lisboa, e outra hora para voltar para casa. Não, ficamos em casa e em oito horas, ou sete horas de trabalho, fazemos a mesma coisa. Isso também criou a cultura da flexibilidade do trabalho. Acho que isso chegou para ficar, mas não é propriamente geracional. Nos Estados Unidos, houve uma vaga de pessoas mais velhas que se deram conta: "Há 30 anos que trabalho para esta empresa, estou a matar-me a trabalhar, quero aproveitar a vida." Foi uma coisa que a covid trouxe, a "Great Resignation", o "Quiet Quitting", gente de todas as gerações começou a sentir: "Eu não quero viver só para trabalhar."

> **[Os jovens] querem saber que o trabalho deles, a empresa para a qual vão trabalhar, tem uma missão.**

É mais circunstancial do que geracional. Mas há, de facto, diferenças geracionais ou diria que não?

Acho que há diferenças, mas as diferenças não são tão grandes como nós pensamos. Tem a ver com o período da nossa vida. Antes tínhamos filhos mais cedo, agora temos mais tarde. Isso quer dizer que temos mais tempo para mudar as coisas, não é? Eles têm 10 anos [no mercado de trabalho] antes de ter filhos, e têm menos filhos também. Então, a Geração Z tem mais tempo para mudar o mundo e tem mais imediatamente essa ideia de "Eu quero fazer alguma coisa com sentido".

As empresas já percebem isso?

Acho que há hoje um problema na relação entre as empresas e os trabalhadores. As empresas já não podem comportar-se como se comportavam dantes. Têm de perceber que há pessoas jovens que, sim, ganham um pouco mais do que antes, mas que o custo de vida aumentou muito. Se não lhes podem pagar mais, então o que é que podem fazer melhor? Muitas empresas não vão fazer essa pergunta aos funcionários e é aí que temos um problema de entendimento. As empresas que vão conseguir reter as boas pessoas são aquelas que têm essa conversa, que perguntam "O que é que vocês precisam? Como é que podemos ajudar? Qual é a coisa mais importante para vocês?". Acho que estamos a perder esta comunicação entre as empresas e os trabalhadores. As empresas pensam que toda a gente quer mais salário, os funcionários pensam que as empresas só querem ganhar mais dinheiro. Para mim, a sustentabilidade das empresas depende da comunicação com os trabalhadores, de perceberem o que eles querem, qual é

> **Tenho a impressão de que empresas e jovens não falam a mesma língua.**

a motivação deles. Nalguns casos vai ser dinheiro, noutros vai ser passar mais tempo em casa, outros vão querer viver em Espanha e trabalhar em Portugal, por exemplo.

São precisas políticas mais personalizadas?
De vez em quando tenho a impressão de que empresas e jovens não falam a mesma língua. Muitas empresas têm um plano para toda a gente, que é o mesmo. Mas o problema é que o trabalhador é cada vez mais complexo. Numa mesma empresa, vamos ter pessoas que querem ter uma carreira, outras pessoas que querem passar mais tempo com a família, outras pessoas que querem viver noutro lugar. A flexibilidade é perceber o que as pessoas querem do trabalho, e o jovem quer mais dessa variedade de coisas. O jovem tem menos essa ideia de "Eu quero o dinheiro e mais nada".

Esta geração nova põe maior ênfase na proteção da saúde mental. Isso acontece devido ao elevado número de burnouts e outras doenças mentais ligadas ao trabalho?
Acho que sim. A razão principal é o burnout, mas eu acho que antes do burnout vai ser o que eu lhe disse, vai ser a falta de comunicação. Algumas empresas estão a fazer um melhor trabalho em relação a isso. Dizem: "Você tem de me dizer se está a chegar ao burnout." Há muitas pessoas que estão stressadas, que estão com muito trabalho, demasiado trabalho, e ao invés de dizerem à empresa, ao chefe, não dizem porque acham que o chefe se vai zangar com elas. Falta essa comunicação, e a liderança tem de ouvir os trabalhadores, tem de dizer "Você não está bem, estamos aqui para ajudar". Não pode ser aquela ideia de "Ou você trabalha, ou morre no trabalho". O problema do burnout é que não há ninguém para ouvir o trabalhador. Ele dá os sinais, diz "Tenho muito trabalho, estou cansado, estou a trabalhar ao sábado, estou a trabalhar até às 22h", mas talvez o chefe diga "Isso é normal", ao invés de dizer "Ok, temos de nos sentar e falar disso". A saúde mental agora está a ser mais importante nas empresas porque elas começam a estar a par dos custos – custo em termos de dinheiro, de vidas e de reputação.

Diria que esta geração mais nova valoriza mais – ou exige mesmo – trabalhar em empresas que tenham esse cuidado?
Sim. Quando falamos de sustentabilidade, é a sustentabilidade do mundo, mas das pessoas também. Nós vamos trabalhar muito mais anos do que os nossos pais. A sustentabilidade das empresas passa pela saúde mental, pelo perceber que nós temos mais anos de vida e que o ritmo do trabalho não pode ser como era dantes. Há uma cultura, cada vez mais, de "Is it always profit? Can companies keep making more and more profit?" ["O objetivo é sempre o lucro? Podem as empresas continuar sempre a fazer mais dinheiro?"], e eu acho que não. Há muitas pessoas que já não querem trabalhar para uma empresa que só quer fazer mais dinheiro, ganhar mais dinheiro.

E pensam nisso na hora de escolher onde vão trabalhar?
Sim, estes jovens já estão mais atentos a essas coisas. Vão pensar "Ok, o salário é bom, mas como é que funciona o resto? Posso chegar às 11 da manhã? Como é que as pessoas trabalham? Trabalham bem juntas? Ajudam-se?" Há mais esse coletivismo, gostam de estar num ambiente que os vai ajudar a crescer. Querem estar numa família, onde as pessoas prestam atenção, onde dizem "Tu hoje estás mal". Eu vejo isso na minha equipa, quando alguém não está bem, vai para casa. E essa é que vai ser a liderança do futuro. A inteligência emocional da empresa, a empatia da empresa, é que vai ser o futuro. Esta geração quer ver uma empresa que tem uma empatia em relação ao mundo, aos recursos do mundo, e aos recursos dos seus trabalhadores.

Agora a "Gen Z" ainda é minoritária no mercado de trabalho, mas daqui a dez anos já terão substituído uma grande fatia dos trabalhadores. As empresas vão mudar por causa disso ou vão-se repetir os padrões do passado?
Acho que se vão repetir os padrões do passado e o avanço vai ser muito pequeno. Mas é melhor um avanço pequeno do que não ter avanço nenhum. Acho que você e eu já não vamos estar cá, mas penso que o panorama vai melhorar. Só que as coisas não mudam assim tão rápido.

O que é que diria que esta Geração Z vai conseguir assegurar, em termos de mudanças no local de trabalho?
A flexibilidade no trabalho já é uma coisa que mudou. Já estamos

> **Esta geração quer ver uma empresa que tem uma empatia em relação ao mundo, aos recursos do mundo, e aos recursos dos seus trabalhadores.**


D.R.

> **A flexibilidade no trabalho já é uma coisa que mudou. Já não há perguntas se alguém não chega às 9 da manhã ou se trabalha de casa.**

a falar da semana de quatro dias. Já não há perguntas se alguém não chega às 9 da manhã, se alguém chega às 10 da manhã ou se trabalha de casa. Há menos dessas perguntas. Quando você e eu começámos as nossas carreiras, perguntava-se "Mas porque é que chegaste às 10 da manhã? Tiveste algum problema?" As empresas que vão sobreviver, que vão trabalhar num ecossistema mais positivo, são aquelas que avançarem mais rápido nesse aspeto. São as que vão dizer "Queremos falar com vocês: como é que podemos fazer melhor?". Já vemos isso. A Google era a companhia mais atrativa, agora já ninguém quer trabalhar na Google. Porque o lema é "Trabalhas na Google, mas vives na Google". Eles estão a ter muita dificuldade em reter trabalhadores porque não têm essa cultura que os jovens querem.

Vê diferenças entre este movimento nos Estados Unidos e na Europa?
Sim. Em Portugal, se alguém quer ter um bom trabalho tem de estar em Lisboa ou no Porto, não vai encontrar um bom trabalho em Faro. A mesma coisa em França, em Paris. Mas acho que nós estamos num nível, agora, na Europa, em que podemos dizer, "Eu vivo em Paris, mas trabalho em Portugal". Nos Estados Unidos, as distâncias são muito maiores, e o que se passou com a "Great Resignation" é que as pessoas começaram a dizer "Eu já não quero viver em Los Angeles. Mas quero continuar a trabalhar na empresa. Se a empresa diz que não, então vou-me embora". Nós não temos essa flexibilidade de distância, os nossos países são mais pequenos, até França, que é um grande país, não é tão grande como os Estados Unidos. Não temos um mercado de trabalho tão dinâmico – nos Estados Unidos você deixa um trabalho e encontra outro no dia seguinte. Isso em Portugal, França ou Espanha é quase impossível. A dinâmica do que se está a passar nos Estados Unidos é muito maior, muito mais acelerada. O que nós estamos a ver aqui na Europa é uma versão mais pequena, mais controlada. Mas a ideia da flexibilidade que eles têm lá está a chegar cá. E a grande diferença que temos em relação aos Estados Unidos é que – não podemos esquecer – nós tivemos sempre um equilíbrio de vida melhor.

Hoje em dia, os jovens começam a trabalhar já com esta ideia de que o trabalho é sempre temporário, já quase não existem empregos para a vida. Mas, ao mesmo tempo, exigem às empresas grandes compromissos éticos, mudanças, tomadas de posição em questões políticas ou ambientais. Não é contraditória essa exigência em relação a instituições onde não vão ficar muito tempo?
É contraditório, mas também não é contraditório. Trabalhamos num ecossistema e as empresas têm de perceber que estão juntas nesse ecossistema. Eu falo com os jovens, falo com as empresas, e digo "Vocês têm de pensar no conceito de bumerangue". Há sempre um momento em que o jovem quer outras coisas que a empresas já não pode dar. Mas quando o jovem vai embora, continua a discussão, e talvez aquele jovem volte para a empresa daqui dez anos.

Acha, então, que estes trabalhadores mais jovens conseguem pressionar as empresas a adotar determinados valores?
Acho que sim. Por exemplo, viu o que se passou nos Estados Unidos com o aborto? As empresas estão a pagar [as deslocações para estados onde é possível interromper a gravidez]. Isto aplica-se a tudo: à sustentabilidade, à diversidade, à igualdade. Acho que as empresas podem fazer a diferença. Não vão ser todas as empresas, vão ser algumas, e não vai ser toda a gente, porque alguns jovens não querem essas coisas. É o ecossistema de que estava a falar. Acho que é o dever das empresas começar a fazer as coisas de forma diferente.



GettyImages

BEM-ESTAR (FÍSICO, MENTAL E NÃO SÓ) CENTRA CADA VEZ MAIS ATENÇÕES NAS EMPRESAS NACIONAIS

Além das preocupações com a saúde física e mental dos trabalhadores, o tecido empresarial português está cada vez mais atento aos problemas financeiros e sociais com que as suas equipas lidam. Uma integração mais inclusiva, programas de apoio financeiro e formação são algumas das iniciativas dinamizadas para promover o bem-estar ocupacional.

Joana Almeida

Falar de locais saudáveis para trabalhar em Portugal significa cada vez mais encarar o bem-estar laboral não só em termos de saúde física e mental, mas também social e financeira. Com o aumento do custo de vida, as empresas que operam em Portugal têm procurado reforçar a resposta aos desafios sociais e financeiros que os trabalhadores enfrentam. Mas, apesar dos sucessivos esforços, há ainda um longo caminho a percorrer, especialmente no que toca à igualdade de género.

Esse é um dos temas que têm estado no centro do debate há vários anos e já motivou inúmeros estudos. Porém, a realidade nacional continua a espelhar um retrato pouco encorajador sobre as disparidades salariais motivadas por género. O fosso salarial entre homens e mulheres é superior a 10%, o que corresponde a uma perda de mais de 50 dias de trabalho remunerado para as mulheres. Esse fosso acentuou-se com a pandemia da covid-19 e é visível sobretudo quando se olha para quem está em cargos de topo nas empresas.

O Fórum Económico Mundial considera que será preciso mais de um século para que a disparidade salarial com base no género seja resolvida. No Global Gender Gap Report 2021, a entidade conhecida por realizar anualmente o Fórum de Davos estima que só em 2157 é que homens e mulheres vão passar a ganhar o mesmo, o que significa que "mais uma geração de mulheres terá de esperar pela paridade de género".

No caso de Portugal, um estudo feito em 2021 pelo think tank "Women on Boards", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), revela que, em média, pouco mais de 30% dos cargos de topo nas empresas em Portugal são ocupados por

O fosso salarial entre homens e mulheres é superior a 10%, o que corresponde a uma perda de mais de 50 dias de trabalho remunerado para as mulheres.

mulheres. Entre as 50 maiores empresas a operar no país, as mulheres ocupam apenas 12,7% dos cargos de administração. Por outro lado, a sub-representação das mulheres em órgãos de gestão das empresas tende a aumentar consoante a dimensão das empresas – quanto maiores são as empresas, maior é a sub-representação de mulheres em altos cargos de gestão.

Desde 2018, as empresas públicas e as cotadas em bolsa têm obrigatoriamente de ter uma quota mínima de mulheres em cargos de topo. No caso das empresas públicas, o limiar mínimo é de 40%. Já nas empresas cotadas em bolsa é de 33%. Porém, nem todas as empresas cumprem com o estipulado e o aumento da representação feminina tem sido conseguido à custa de salários mais reduzidos e menor poder de decisão.

Portugal ocupa a 29.ª posição no Índice Global de Desigualdade de Género à escala mundial, apesar de as mulheres representarem "mais de metade da população portuguesa e mais de metade da população com qualificação académica de nível superior". Mas vários estudos têm apontado vantagens em ter cargos de topo mais inclusivos. Um estudo da consultora McKinsey revela que a quota de satisfação dos funcionários com as chefias aumenta quando há uma maior representação das mulheres no processo de tomada de decisão.

PARIDADE: UM DESAFIO A QUE AS EMPRESAS ESTÃO ATENTAS

Tendo isso em conta, o "Women on Boards" lançou um livro branco sobre "equilíbrio entre mulheres e homens e planos para a igualdade nos órgãos de gestão das empresas", o "primeiro estudo compreensivo sobre mulheres nos órgãos de gestão das empresas". Aí, foi incluído um conjunto de recomendações feitas por várias entidades, entre as quais o alargamento das quotas a mais empresas, a clarificação das sanções decorrentes do incumprimento dos limiares mínimos impostos, uma maior monitorização e garantia de "consistência do quadro normativo", e um limiar de paridade "mais ambicioso".

A Confederação Empresarial de Portugal (CIP) organiza, desde 2019, um programa de formação executiva dirigida a mulheres, para promover a igualdade de género nas empresas privadas. O programa chamado "Promova" já vai na quinta edição e contou com mais de 120 participantes de 72 empresas, entre as quais se destacam a Galp, a EDP, a Ikea, a Jerónimo Martins, a Microsoft, a Sonae, a ANA e a L'Oréal. Os resultados dessa formação têm sido positivos e 49% das mulheres participantes foram promovidas.

Além disso, há outras empresas a atuar em Portugal que se têm destacado na promoção de boas práticas para assegurar a igualdade de género, como é o caso do Montepio. O banco lançou, em 2018, um programa de mentoring que consiste em apoiar e desenvolver a liderança no feminino por meio de formações direcionadas que apoiam o crescimento dentro da empresa. A par do Montepio, também o escritório de advogados Vieira de Almeida & Associados criou um programa semelhante focado nas soft e hard skills e a consultora McKinsey & Company tem, desde 2012, o "Next Generation Women Leaders".

Essa promoção de cargos executivos mais paritários tem contribuído para que todos os trabalhadores, independentemente do género, se sintam mais bem representados nas empresas para as quais trabalham, o que gera um maior bem-estar geral. Isso interfere na motivação dos trabalhadores e aumenta a produtividade.

A Ordem dos Psicólogos, num estudo publicado no ano passado, incluiu, entre as sugestões para as empresas evitarem situações de stress e de problemas de saúde psicológica no trabalho, "garantir a inclusão, a diversidade e a igualdade dos trabalhadores/as". Em Portugal, estima-se que a perda de produtividade gerada pela falta de bem-estar pode custar "até 1,4%" do volume de negócios das empresas nacionais. Já a prevenção e a promoção da saúde psicológica e do bem-estar nas empresas portuguesas podem resultar numa "poupança de cerca de 1,6 mil milhões de euros por ano".

MAIS APOSTA NA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHADORES

A par das preocupações com a paridade em cargos de topo, as empresas que operam em Portugal têm também posto em marcha novas formas de captar e reter talentos, num mercado de trabalho que é cada vez mais dinâmico. Uma estratégia que tem vindo a ser muito adotada no contexto nacional é a aposta na formação e na progressão interna dos trabalhadores, não só para permitir a subida de mais mulheres a cargos de topo, mas para dar competências a todos os trabalhadores que aspirem a subir na carreira.

É o caso da Sonae. Em 2016, a empresa foi pioneira a implementar um programa de Reconhecimento e Validação de Competências, na área da Logística, para colmatar "o gap de competências e ausência de ofertas formativas" existentes na altura ao nível do ensino. A iniciativa permitiu aos colaboradores concluírem níveis de qualificação profissional equivalentes ao 9.º ou 12.º ano, contando com centenas de inscrições. Desde então, outras empresas têm apostado em programas com vista à progressão interna na empresa e de apoio à conclusão de estudos, como a Jerónimo Martins, a EDP, a Nestlé e o Grupo Nabeiro.

Há ainda empresas a dar aos trabalhadores a possibilidade de melhorarem o seu currículo com a aprendizagem de uma nova língua, que poderá ser relevante para o contexto laboral em



GettyImages

Em Portugal, estima-se que a perda de produtividade gerada pela falta de bem-estar pode custar "até 1,4%" do volume de negócios das empresas nacionais.

que estão inseridos. É o caso, por exemplo, da TAP, NOS, Cisco, Continental e da Inditex, dona da Zara, Stardivarius e Bershka. A simples perspetiva de evolução na carreira gera motivação e satisfação dos funcionários com a empresa para a qual trabalham.

Os prémios por mérito ou produtividade e a revisão salarial são também outras formas de motivar os trabalhadores, evitando o chamado "quiet quitting", que designa uma nova filosofia de vida que tem ganho cada vez mais adeptos no mundo do trabalho e que consiste em "fazer o mínimo possível". Com a subida generalizada dos preços e os custos do crédito a apertarem no orçamento familiar, são de destacar os casos de empresas nacionais que decidiram estabelecer um salário mínimo acima do nacional. Foi o caso, por exemplo, da Navigator, Ikea e da construtora Garcia Garcia.

Para assegurar o bem-estar financeiro das empresas, há também organizações que prestam aconselhamento sobre a forma como deve ser gasto e investido o dinheiro que ganha cada trabalhador. Essa é uma estratégia ainda pouco explorada pelas empresas para aumentar a sensação de pertença e confiança dos trabalhadores, mas há organizações que já o fazem. Por exemplo, a SAP, a Airbus, a Siemens e a Auchan incentivam os trabalhadores a ter ações da empresa. Outras, como o BNP Paribas e a Navigator, oferecem soluções financeiras a pensar no pós-reforma dos colaboradores.

A pensar nos jovens que estão ainda a concluir a sua formação profissional, as empresas têm também procurado contribuir para o emprego jovem, mediante escolas internas ou estágios destinados a novos talentos, de forma a dotá-los de capacidades técnicas adequadas ao mercado de trabalho. O número de empresas em Portugal a adotar esta estratégia é crescente e tem-se pautado por taxas de empregabilidade notórias, com destaque para a Sonae, a Jerónimo Martins, a EDP, a REN, a Iberdrola e a farmacêutica Janssen Portugal. Grande parte das vezes, essa "caça ao talento" é feita dentro das próprias faculdades, com uma articulação significativa entre o setor académico e empresarial.

BEM-ESTAR PASSA TAMBÉM PELA PROMOÇÃO DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Uma componente que se revelou essencial, sobretudo durante a pandemia da covid-19, é a promoção da saúde física e mental dos trabalhadores. Quase um terço dos trabalhadores (33%) sofreram problemas de saúde psicológica durante o primeiro ano da pandemia, segundo os dados de um Eurobarómetro divulgado em 2022. O stress, a depressão e a ansiedade foram os sintomas mais reportados, tendo sido a sua prevalência superior à média registada na União Europeia (27%).

Cientes disso, várias empresas vieram reconhecer os benefícios da implementação de um regime de trabalho mais flexível, que permita aos trabalhadores optar pelo teletrabalho ou modelo presencial. Entre as razões que motivaram as empresas a fazê-lo está o facto de essa possibilidade resultar numa maior satisfação pessoal e profissional dos trabalhadores, sem qualquer perda de produtividade. Já os colaboradores das empresas relatam uma maior facilidade na conciliação da vida profissional e pessoal e uma menor intenção em deixar a empresa para ir ganhar mais noutra que não tenha esse modelo.

Entre as empresas que adotaram um modelo híbrido destacam-se a EDP e a Deloitte, em que os funcionários estão a trabalhar alguns dias em casa e outros no escritório, nos casos em que as funções desempenhadas assim o permitem. Além dessas, também a Sonae, a TAP, a NOS, a Vodafone, a Brisa, a Bosch, a Continental, a KPMG e a Galp passaram a permitir formas de trabalho mais flexíveis, reconhecendo que a flexibilidade laboral é agora um dos fatores que os trabalhadores mais procuram nas empresas.

A semana de quatro dias ganhou também um novo fôlego com o projeto-piloto realizado em Portugal no ano passado. As conclusões iniciais desse projeto-piloto revelam que a implementação deste modelo de trabalho reduziu os níveis de exaustão em 19% bem como a frequência de outros sintomas relacionados com a saúde mental. Houve ainda um aumento da satisfação geral dos trabalhadores com a vida e o próprio trabalho. Além da Feedzai, Hitachi, Doutor Finanças e a 360imprimir.pt – que foram das primeiras empresas a implementar a semana de quatro dias de trabalho em Portugal –, a Onya Health já decidiu que vai manter este modelo de trabalho.

Dar folga no dia de anos dos trabalhadores e incentivos extras à natalidade são outras formas de motivar os trabalhadores, assim como o incentivo à prática de exercício físico e relaxamento. A Martifer, a Siemens, a EDP e a Cofidis são algumas das empresas que têm ginásio dentro da própria empresa. Outras como a Sonae e a Jerónimo Martins têm protocolos com ginásios em todo o país para promover um estilo de vida mais saudável entre os trabalhadores, bem como descontos em viagens e lazer.

A disponibilização de snacks, bebidas naturais e frutos, para promover bons hábitos alimentares, tem sido também uma estratégia em empresas como a Altice, a Airbus, a Brisa, a Deloitte, a Natixis e a Accenture para aumentar o sentimento de pertença dos trabalhadores. Há ainda empresas que adotaram "salas de relaxamento", como a Vodafone, a Sodexo, a Nestlé, a Macro e a CUF, promovendo pausas para conversar, ler ou jogar durante o trabalho.

loja, site e app

O CONTINENTE É DE TODA A GENTE



O QUE RENDE É IR AO

CONTINENTE

A IMPORTÂNCIA DE DAR PRIORIDADE AO BEM-ESTAR SOCIAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Fatores como ventilação, saúde térmica, humidade, ruído, qualidade do ar interior ou políticas corporativas estão ligados a indicadores de sucesso como aumento da criatividade, produtividade e redução do absentismo.



ANA RITA MARTINS, diretora de Sustentabilidade e arquiteta na MCM Architecture, Interior Design & Workplace Strategy Experts e presidente do júri na categoria Saúde e Bem-Estar nas Organizações.

Nos últimos anos, tive o privilégio de participar ativamente na vanguarda do setor imobiliário comercial do Reino Unido, no âmbito da sustentabilidade e bem-estar.

O meu trabalho envolve a ligação entre os designs de escritório e as estruturas de ESG (governação, ambiental e social), com destaque para as estratégias ambientais de net zero e o foco imperativo em políticas conscientes de bem-estar, como as adotadas pela empresa de arquitetura MCM, em Londres, onde ocupo o cargo de diretora de Sustentabilidade.

A MCM está na vanguarda da sustentabilidade, demonstrando o seu compromisso com o aspeto "S" (do ESG), através da sua certificação B Corp e do nosso ambicioso plano de descarbonização, incluindo metas rigorosas de Net Zero (Scope 1 e 2) para 2030, (Scope 3) para 2040.

Como arquiteta de formação, acredito no Design Baseado em Evidências (Evidence Based Design), uma abordagem que transformou permanentemente a minha perceção da estética arquitetónica, e defendo que as considerações espaciais têm impactos profundos na nossa saúde e recursos naturais. O Design Baseado em Evidências envolve a criação de conceitos fundamentados em investigação científica. Diversos estudos confirmam a profunda influência de fatores como formas, níveis de iluminação, texturas, zonas funcionais, qualidade do ar e políticas corporativas, no nosso bem-estar físico e mental. Dado que uma parte significativa do nosso tempo é passada nos espaços interiores, a qualidade dos espaços físicos tem uma influência profunda na nossa saúde, produtividade e criatividade.

O fenómeno conhecido como Síndrome do Edifício Doente (Sick Building Syndrome) ilustra as reações físicas contrárias que os indivíduos podem sofrer por fatores espaciais internos adversos dentro dos edifícios, prejudicando o bem-estar dos colaboradores e o sucesso organizacional.

Depender unicamente de certificações como BREEAM ou WELL é insuficiente, sendo muitas vezes vistas como complexas ou simples formalidades (embora existam categorias detalhadas que requerem uma avaliação que promove o bem-estar). A atração de talentos vai além de benefícios superficiais como designs modernos ou café e frutos gratuitos; requer um compromisso profundo com o bem-estar holístico do utilizador. Embora Londres lidere neste sentido, devido à procura de mercado, os princípios estão rapidamente a disseminar-se por toda a Europa, incluindo Portugal.

Com base no meu trabalho, um ambiente saudável engloba três elementos cruciais: métricas, elementos sensoriais e valor social.

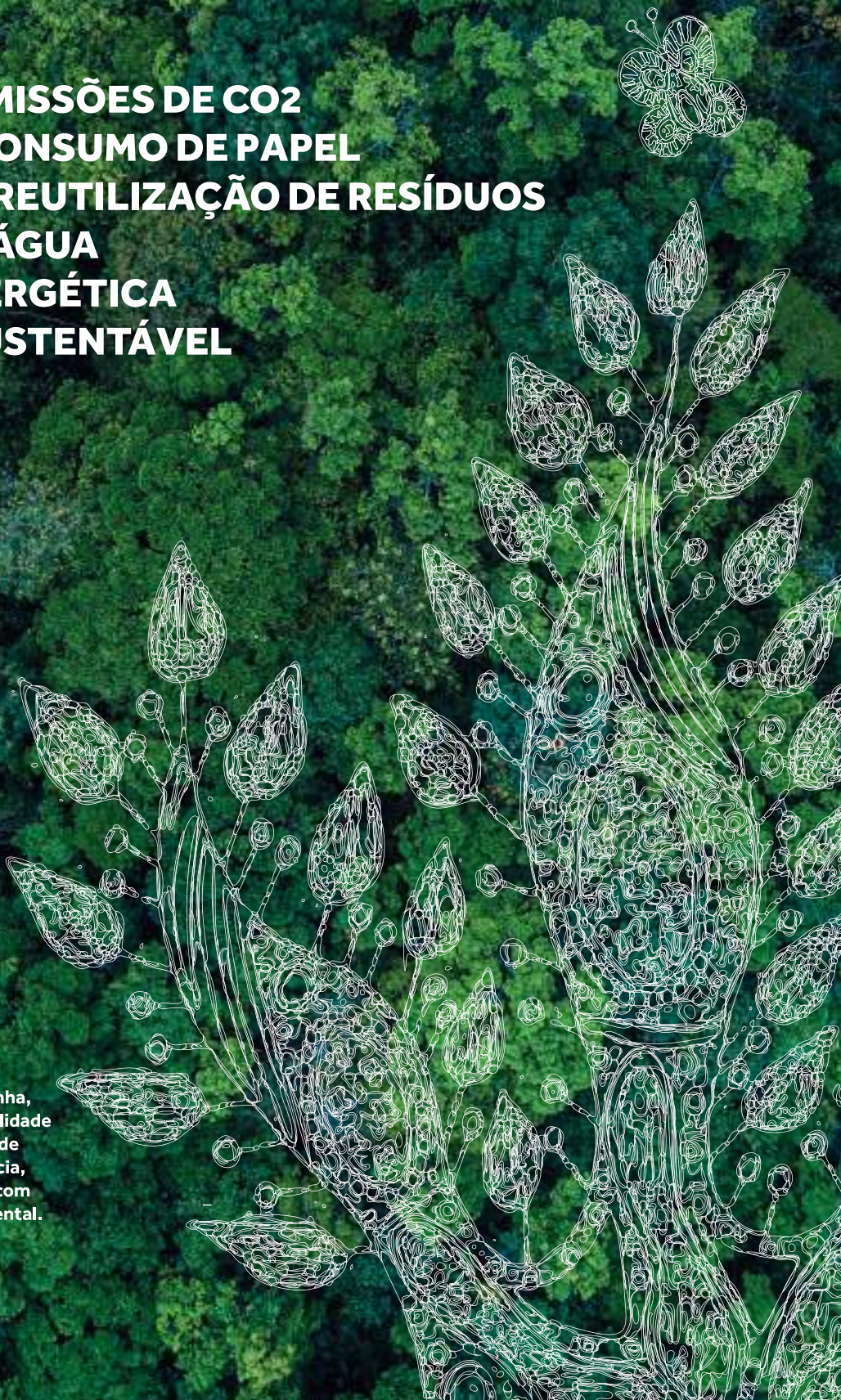
As métricas são ferramentas críticas para avaliar e quantificar a saúde do espaço, fornecendo evidências tangíveis para apoiar iniciativas de saúde. Estruturas como a certificação WELL fornecem diretrizes robustas focadas em condições ambientais essenciais para promover ambientes saudáveis. Ou trabalhos como os de Joseph Allen, diretor do Programa dos Edifícios Saudáveis de Harvard, que destaca que fatores como ventilação, saúde térmica, humidade, ruído ou qualidade do ar interior estão ligados a indicadores de sucesso como aumento da criatividade, produtividade e redução do absentismo.

O aspeto sensorial aborda o bem-estar mental através de estratégias espaciais inclusivas, reconhecendo o impacto profundo de fatores como cores, formas, texturas, zonas funcionais ou níveis de iluminação na experiência dos colaboradores, incluindo utilizadores com aptidões neurodiversas. Certificações como a Living Building Challenge enfatizam não apenas a saúde, mas também a equidade, beleza e resposta sensorial, com orientações que ilustram estes princípios.

O valor social é fundamental, promovendo um sentido de pertença e alinhamento entre os princípios empresariais e os colaboradores. Na MCM, como empresa B Corp, este caráter permeia as decisões, incluindo o design do nosso espaço de escritório. O nosso escritório Great Suffolk Studio exemplifica esta vertente, apresentando um espaço de trabalho de qualidade superior, mas projetado globalmente com todos os detalhes para ser circular (materiais sustentáveis, paredes de madeira desmontáveis e sem gesso e toda a mobília de segunda mão). Em conclusão, a incorporação de princípios de bem-estar social e ambiental no local de trabalho não apenas fomenta a saúde e a produtividade dos colaboradores, mas também demonstra um compromisso genuíno com a sustentabilidade e a responsabilidade social corporativa, elementos essenciais para o sucesso e a contribuição positiva das organizações no mercado contemporâneo.

A saúde do ambiente também passa por nós.

- REDUÇÃO DE EMISSÕES DE CO2
- REDUÇÃO DO CONSUMO DE PAPEL
- RECICLAGEM E REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS
- POUPANÇA DE ÁGUA
- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- MOBILIDADE SUSTENTÁVEL



Para o desenvolvimento desta campanha, que apela à importância da sustentabilidade ambiental, a CUF recorreu à criatividade e à disrupção da Manicómio The Agência, a primeira agência criativa no mundo com criativos que experienciam doença mental.

CUF



JÚRI

PRESIDENTE DO JÚRI



ANA RITA MARTINS
Arquiteta, Senior Associate Sustainability Woodalls



ADALBERTO CAMPOS FERNANDES
Professor, NOVA ENSP



CLÁUDIO VICENTE
Diretor de Recursos Humanos, IKEA



CRISTINA VAZ DE ALMEIDA
Presidente da Sociedade Portuguesa de Literacia de Saúde



GABRIEL LEITE MOTA
Professor Auxiliar de Economia no Instituto Superior de Serviço Social do Porto

SAÚDE E BEM-ESTAR NAS EMPRESAS / ORGANIZAÇÕES

Nesta categoria foram aceites nesta categoria iniciativas, serviços, projetos ou produtos que tenham como objetivo contribuir para o bem-estar dos colaboradores, internos e externos.São valorizadas iniciativas ou projetos que promovam o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, a saúde ocupacional, o bem-estar psíquico, o suporte em situação de doença ou carência familiar, oportunidades de crescimento na carreira, a promoção de espírito de equipa e entreajuda e a melhoria dos espaços de trabalho.



MARISIA GIRGI
Diretora de Recursos Humanos, Pingo Doce



MAURÍCIO FERNANDES
Director da AlertaMente, Associação Nacional para a Saúde Mental



SANDRA MAXIMIANO
Presidente da ANACOM



INICIATIVA DE APOIO PSICOSSOCIAL CORPORATIVO DO ONBOARDING À REFORMA

No contexto empresarial atual, de que o Grupo Ageas Portugal é exemplo, as organizações estão cada vez mais empenhadas em fortalecer os laços organizacionais através de uma abordagem que privilegia a proximidade, a democratização e a humanização.

As empresas estão cada vez mais envolvidas na vertente social da sustentabilidade, implementando iniciativas que visam o bem-estar e a felicidade dos seus colaboradores, respetivas famílias e comunidades locais. Saúde e qualidade de vida, diversidade e inclusão, e educação e desenvolvimento são algumas das temáticas que fazem parte deste eixo estratégico que cria valor para as pessoas e para o negócio.

O Grupo Ageas Portugal acredita que colaboradores felizes fazem clientes felizes, e é com este mote que procura marcar a vida das pessoas através de uma experiência positiva no local de trabalho.

Numa perspetiva holística, a seguradora estruturou os seus programas de apoio e benefícios em sete eixos, que refletem diferentes dimensões e etapas da vida, como situações planeadas (parentalidade e reforma, por exemplo), circunstâncias de vulnerabilidade inesperadas (doença ou morte), apoio a dinâmicas do dia-a-dia (como apoio à família e assessoria jurídica), ou celebração de momentos marcantes (onde se incluem, entre outros, aniversários e o nascimento de filhos).

Empresa: **Grupo Ageas Portugal**

Nome do projeto: **Saúde e Bem-Estar**

Data de início: **01/01/2019**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **colaboradores e famílias**

ESPAÇO DE BEM-ESTAR PARA TODOS

Com o intuito de proporcionar um ambiente de trabalho mais acolhedor e saudável, foi criado um espaço de apoio social destinado a oferecer suporte psicossocial à família Ageas, tendo sido concebido como ponto de referência fundamental para promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos colaboradores. Entre as suas várias missões, destaca-se a orientação e o acompanhamento em situações que exigem suporte específico, como consultas de psicologia para promoção do bem-estar psíquico; auxílio durante o período de reonboarding e em caso de baixas prolongadas; assistência em situações delicadas envolvendo

1.335
número de colaboradores da organização

51%
dos colaboradores recorreram ao gabinete

3
média de consultas por colaborador

filhos com doenças crónicas ou deficiências; apoio em processos de admissão de migrantes; e aconselhamento em situações de endividamento familiar.
Além disso, são promovidas iniciativas para fortalecer o espírito de equipa e a entreajuda entre colegas, destacando-se o programa "Porta Aberta", que proporciona aos gestores a oportunidade de partilhar boas práticas na gestão de equipas, fomentando assim um ambiente de trabalho mais colaborativo e solidário. Este apoio estende-se também a situações de crise, como luto, burnout e gestão emocionalmente exigente de sinistros e reclamações. É também oferecido suporte na preparação para a reforma, auxiliando na construção de projetos de vida e na elaboração de cenários financeiros para uma transição tranquila para essa nova fase, mas também de cidadania ativa antes e depois da saída.
Refira-se que em 2022 a seguradora tornou-se membro fundador da MindAlliance Portugal, fazendo parte do grupo de 26 empresas que assinaram o Pacto para a Saúde Mental em Ambientes de Trabalho. Os impactos positivos desta iniciativa são percetíveis não apenas nos trabalhadores que usufruem desses serviços, mas também na empresa como um todo. A melhoria do ambiente de trabalho resulta em colaboradores mais motivados, produtivos e felizes, contribuindo assim para o sucesso e a sustentabilidade do negócio.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

1 Erradicar a pobreza

3 Saúde de qualidade

10 Reduzir as desigualdades









INCENTIVAR OS COLABORADORES A SEREM MAIS SAUDÁVEIS

Assegurar o empoderamento dos trabalhadores através da aposta em literacia de saúde tem sido um dos focos da Altri, que conseguiu aliar a prática de exercício físico a causas sociais.





De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), Portugal é um dos países que regista baixos níveis de literacia em saúde, um desafio comum a várias sociedades que importa endereçar para alcançar o bem-estar comum. A par das instituições públicas com responsabilidade sobre este tema, também as empresas assumem cada vez mais um papel relevante na saúde e no bem-estar dos seus colaboradores. É o caso da Altri, que entre 2022 e 2023 implementou o Programa de Literacia em Saúde de forma a trazer temas de saúde aplicados à realidade das equipas Altri. O objetivo é, explica a empresa, fazer com que os trabalhadores sejam "parte integrante da gestão ativa da sua saúde", mas também ajudar a que tomem "decisões conscientes sobre a prevenção de doenças". No fundo, tal como explica a definição da OMS sobre literacia, é fundamental que os indivíduos sejam capazes de aceder, compreender e utilizar informação sobre o seu estado físico e psicológico.

Na Altri, Grupo de empresas de produção de fbras celulósicas, a importância da saúde é crucial – em especial, depois de um período pandémico longo. Para potenciar a saúde das equipas, a organização definiu temas mensais que foram trabalhados em dois momentos: semanalmente, via rede social interna, e no final do mês, quando um elemento da equipa de saúde ocupacional visita os postos de trabalho para sensibilização *in loco* e entrega de um de flyer ou tríptico.

Para a administração, esta é uma aposta fundamental. Desde logo porque uma melhor compreensão das questões de saúde permite prevenir doenças, facilita um aumento da produtividade e melhora o ambiente de trabalho. Por outro lado, é um projeto de simples planeamento e execução, com baixos custos para a estrutura. O sucesso é avaliado pela taxa de participação nos eventos relacionados com este projeto, nomeadamente iniciativas desportivas, workshops ou palestras, assim como pela interação dos colaboradores na rede social interna da Altri.

Empresa: **Altri, S.G.P.S., S.A.**

Nome do projeto: **Programa Literacia em Saúde**

Data de início: **01/11/2022**

Data de conclusão: **31/12/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **colaboradores e respetivas famílias**



"MOEDAS DO CORAÇÃO" PARA QUEM MAIS PRECISA

Ao longo do projeto, a empresa abordou temas importantes como o cancro da mama, a incontinência urinária feminina, a menopausa, a hiperplasia benigna da próstata, cancro do testículo, sistema respiratório e saúde mental. Em maio do ano passado, a Altri instituiu "O Mês do Coração" e incentivou toda a organização a praticar algum tipo de atividade física com duração superior a 30 minutos. Por cada atividade concluída, cada colaborador recebeu uma "moeda do coração" que depois foi convertida em valor monetário para doação a instituições de solidariedade social à escolha dos participantes. O sucesso foi evidente. O desafio culminou com uma caminhada na natureza para os trabalhadores e as suas famílias, que puderam participar em rastreios gratuitos e fortalecer o espírito de equipa. Ao todo, foram 108 os atletas que marcaram presença e que percorreram, em conjunto, mais de 13 mil quilómetros em 1290 atividades realizadas. Foram angariadas 1495 moedas que resultaram num apoio individual de 2.500 euros para três instituições: a Liga dos Amigos do Hospital Distrital da Figueira da Foz, a Santa Casa da Misericórdia de Constância e a Fundação Dr. João Almiro – Campo de Besteiros , localizadas nas comunidades circundantes das unidades industriais do Grupo Altri.

1.290

atividades físicas com pelo menos 30 minutos de duração, junto dos colaboradores, em maio de 2023

2.500 euros

foi o montante distribuído pela Altri a cada uma das três instituições de solidariedade social apoiadas no âmbito da iniciativa

816

é o atual número de trabalhadores da empresa

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 – Saúde de qualidade
- 4 – Educação de qualidade
- 8 – Trabalho digno e crescimento económico
- 10 – Reduzir as desigualdades
- 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos





INVESTIR NA FELICIDADE NO TRABALHO PARA MELHORAR PRODUTIVIDADE

Imagens de grupo Gonçalo Borges Dias e retrato Pau Storch

Promover uma cultura de bem-estar no trabalho e de equilíbrio entre vida profissional e pessoal é o objetivo do projeto da Cascais Ambiente que está a apostar em ambientes saudáveis também na sua própria casa.

A EMAC-Cascais Ambiente, empresa que faz a gestão do ambiente terrestre e marítimo da cidade de Cascais, tem como objetivo promover a conciliação entre a vida profissional e pessoal e familiar dos seus colaboradores, adotando medidas e benefícios para minimizar conflitos e promover o bem-estar.

A adesão ao Pacto para a Conciliação em 2018 e a certificação do sistema em 2019 refletem esse compromisso. A empresa procura assim contribuir, numa perspetiva macro, para o desenvolvimento sustentável do concelho de Cascais, melhorando a qualidade de vida dos residentes e visitantes, enquanto fomenta uma cultura de responsabilidade social, inclusão e de igualdade de oportunidades.

A Cascais Ambiente acredita que investir na felicidade das suas pessoas resulta em ambientes de trabalho saudáveis, numa maior produtividade e num melhor desempenho, sendo essa a chave do sucesso.

2%
menos em absentismo

58%
menos de reclamações

96%
de satisfação

CRIAR UM AMBIENTE POSITIVO

Para aumentar a felicidade da sua equipa através de um ambiente de trabalho positivo e estimulante, a Cascais Ambiente está a implementar um conjunto de iniciativas que tocam, de forma holística, em várias dimensões. Da formação à saúde, da proximidade ao colaborador à motivação, da inclusão e equidade a medidas concretas de bem-estar, não faltam exemplos. A valorização da formação comportamental, com ênfase em qualidade de serviço, comunicação e gestão de conflitos, sensibilização em saúde e bem-estar, cultura de segurança ativa e teambuilding são algumas das ações de formação levadas a cabo pela EMAC. Já no campo da saúde, consultas de psicologia, nutrição, osteopatia, e exames médicos, acordos com farmácias para entrega de medicamentos, ou a promoção de refeições equilibradas no refeitório são exemplo do cuidado com os colaboradores.



Imagens de grupo Gonçalo Borges Dias e retrato Pau Storch

De destacar igualmente os projetos de transparência e de abertura de diálogo, o fornecimento de um manual de funções orientado pelo sentido de missão e de competências, regulamentos mais cuidados de avaliação mensal e anual de desempenho (cujo projeto valeu uma menção honrosa por parte da Associação Portuguesa de Ética Empresarial), planos de progressão na carreira mais transparentes, reconhecimento com diplomas e elogios, plano de igualdade e de recrutamento inclusivo (a empresa foi distinguida como Entidade Empregadora Inclusiva) representam fatores de motivação e de orgulho para as equipas internas.
Outros benefícios como a distribuição de fruta, dispensas de serviço especiais, kits para recém-nascidos, atividades culturais e desportivas, protocolos com parceiros com condições especiais, transportes públicos e estacionamento gratuitos, e dias extra de férias materializam a preocupação da empresa com a felicidade e o bem-estar dos seus colaboradores.
Estudos vários indicam que colaboradores felizes são 31% mais produtivos, 85% mais eficientes e 300% mais inovadores. De facto, e de acordo com a empresa, estas ações geram benefícios tanto para o colaborador com impactos ao nível da sua realização profissional, pessoal e familiar, da sua saúde física e mental e qualidade de vida como para a própria organização com impactos na motivação, na produtividade, na retenção do talento e no absentismo, verificando-se mais presenças efetivas.

AMBIENTE CASCAIS

Empresa: **EMAC – EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DE CASCAIS, E.M., S.A.**

Nome do projeto: **Equilíbrio entre vida pessoal e profissional/saúde ocupacional**

Data de início: **07/02/2019**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **colaboradores da Cascais Ambiente**



Imagens de grupo Gonçalo Borges Dias e retrato Pau Storch



Imagens de grupo Gonçalo Borges Dias e retrato Pau Storch

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



LIDERANÇAS CAPACITADAS GERAM AMBIENTES DE TRABALHO MAIS SAUDÁVEIS

A CUF implementou uma estratégia para potenciar o bem-estar dos seus colaboradores, em particular na área da saúde mental, e um ambiente de trabalho seguro.



É no local de trabalho que passamos uma grande parte dos nossos dias, pelo que construir um ambiente seguro para todos os colaboradores é essencial. Foi isto que procurou fazer a CUF, instituição de referência na prestação de cuidados de saúde, com a implementação de uma estratégia para garantir a saúde e o bem-estar dos seus colaboradores. Para além das remunerações, é preciso assegurar condições que preservem a segurança e a conciliação entre a vida pessoal e profissional. A iniciativa "Todo o Cuidado é CUF", iniciada em janeiro de 2022, foi desenhada com foco em três pilares essenciais: promover maior literacia e acesso para os colaboradores, criar lideranças mais capacitadas para promover um ambiente de trabalho saudável e tornar a organização ainda mais responsável, com o reforço de medidas estruturantes como a renovação da certificação de Empresa Familiarmente Responsável. Neste âmbito, foram adotadas diversas medidas na área da saúde, da formação e do coaching, sempre com o propósito de aumentar a felicidade das equipas. E, como apontam os especialistas, equipas mais felizes são mais produtivas, mais comprometidas com a empresa e mais motivadas. Entre as decisões tomadas pela CUF, destaca-se o aumento do número de consultas de psicologia e de coaching gratuitas e confidenciais para os colaboradores e seus familiares, ou ainda uma ação de sensibilização sobre a importância da saúde mental no local de trabalho para administradores e diretores. Só em 2023, foram realizadas 2.669 consultas de psicologia e coaching, representando um aumento muito expressivo face ao ano anterior, quando tinham sido concretizadas apenas 611. De acordo com a empresa, o aumento deveu-se sobretudo

Empresa: **CUF, S.A.**

Nome do projeto: **Todo o Cuidado é CUF**

Data de início: **01/01/2022**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **colaboradores**

ao reforço da comunicação junto das equipas e à constante sensibilização das chefias. Ainda neste campo, a CUF promoveu uma formação para 80 colaboradores da área de oncologia sobre saúde mental em contexto laboral e abrangendo áreas com maior exposição a riscos psicossociais. Aliás, na avaliação de riscos referente ao período 2022/2023, observaram-se melhorias de uma forma transversal, incluindo o sentido de pertença a uma comunidade de trabalho, transparência do papel laboral; significado do trabalho e autoavaliação da qualidade do desempenho. Quanto ao plano de ação resultante desta avaliação, está prevista a realização de grupos focais em duas unidades hospitalares, através dos quais será conduzido um estudo dedicado aos temas do stress e do burnout para aprofundar algumas respostas obtidas em outros hospitais. A CUF também reforçou ações que contribuem para a capacitação, desenvolvimento pessoal e académico, com projetos de upskilling e reskilling, tal como o recrutamento inclusivo e a empregabilidade que também estiveram no topo das prioridades.



DE DENTRO PARA FORA

A responsabilidade de uma empresa não se limita aos seus colaboradores, estende-se igualmente às suas famílias e à sociedade como um todo. A CUF tem procurado cumprir essa missão fora de portas, em especial junto de outras empresas e também entre a população mais jovem.
Como sócia da associação Grace – Empresas Responsáveis, que junta 300 organizações nacionais e promove a responsabilidade corporativa, a CUF desenvolveu quatro workshops para 66 instituições que envolveram mais de uma centena de colaboradores.
Entre os jovens, a prioridade foi desenvolver conteúdos de saúde gamificados para escolas, em particular turmas dos 2º e 3º ciclos. Em 2022, foi lançado um jogo especial "S'cola - Saúde Mental", com o objetivo de quebrar preconceitos e promover uma relação saudável com a saúde mental.
Em dois anos letivos, participaram mais de 3200 alunos, incluindo filhos de colaboradores CUF, representando cerca de 150 turmas de 2.º e 3º ciclos de 30 agrupamentos.
Os conteúdos do jogo, validados cientificamente por profissionais de saúde da CUF, estão alinhados com o currículo da disciplina de Cidadania e promovem uma competição saudável entre turmas, transformando as salas de aula em espaços ou "spots" mais saudáveis e promotores do bem-estar.

2.669
consultas de psicologia e coaching realizadas

1.000
colaboradores participaram nos webinars promovidos

200
chefias receberam formação sobre promoção da saúde mental dos colaboradores



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



Saúde de qualidade

Trabalho digno e crescimento económico





CUIDAR DOS COLABORADORES COMO FAMÍLIA

Promover o bem-estar no local de trabalho é central para a Gres Panaria Portugal, que atualmente presta apoio em sete áreas da saúde física e psicológica às suas equipas.

Melhorar a qualidade de vida, a saúde ocupacional, o bem-estar psíquico e assegurar suporte em situação de doença ou carência familiar são algumas das principais prioridades da Gres Panaria Portugal na relação com os seus colaboradores. Desde 2019, esta empresa industrial dedicada a pavimentos e revestimentos cerâmicos, integrada num grupo internacional, tem em funcionamento o programa Saúde +, uma iniciativa para promover o bem-estar das equipas em várias áreas.

Mais do que uma série de serviços, o Saúde + não apenas aborda as necessidades físicas, mas também investe no desenvolvimento pessoal e no equilíbrio emocional dos colaboradores. Com cuidados que vão desde a medicina curativa ou fisioterapia até à nutrição e apoio psicológico, a empresa demonstra um compromisso inabalável com o cuidado integral da sua equipa. A estas, junta-se ainda a possibilidade de recorrer a sessões de ergonomia, pilates ou nutrição, por exemplo.

A implementação desta estratégia global de saúde ajudou a encontrar motivação extra nos colaboradores, assim como a conquistar um maior equilíbrio saudável entre a vida profissional e pessoal. Trabalhadores com ambiente de trabalho mais saudável são também mais produtivos e isso tem sido visível nos resultados da organização, explica a empresa.

Tendo em conta que a Gres Panaria Portugal atua no setor industrial, a prevenção dos riscos profissionais é particularmente importante. Por isso, os trabalhadores têm hoje acesso a uma vasta panóplia de serviços de saúde e bem-estar totalmente gratuitos e acessíveis a todos de igual forma. Os resultados são positivos: só em 2023, foram realizadas mais de 540 consultas de medicina curativa, a que se juntaram 2372 pessoas tratadas em intervenções de fisioterapia e 283 no atendimento dedicado à nutrição.

GRES PANARIA Portugal S.A.

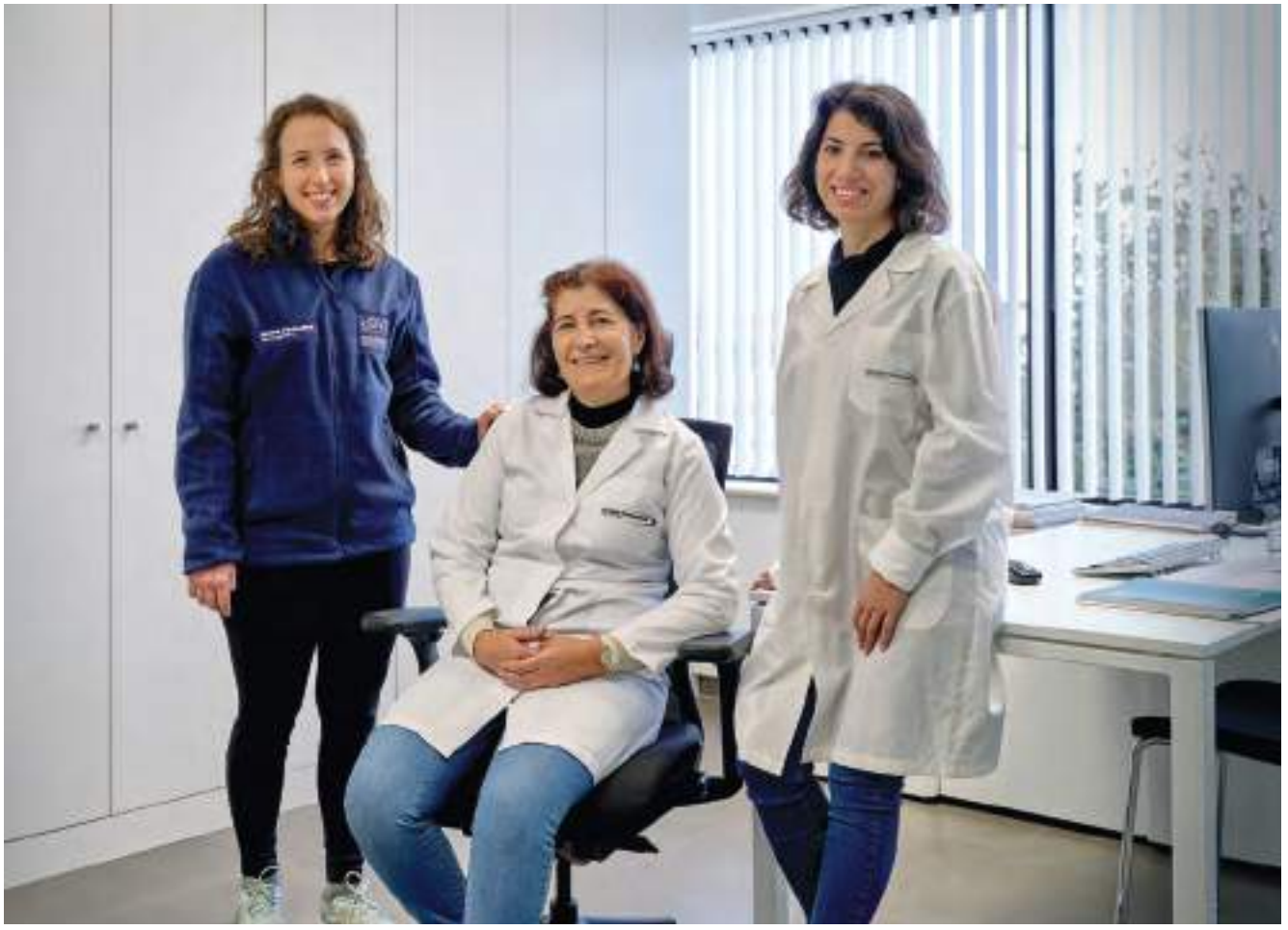
Empresa: **Gres Panaria Portugal**

Nome do projeto: **Saúde +**

Data de início: **01/03/2019**

Data de conclusão: **01/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **colaboradores**



A próxima fase do projeto irá abranger uma avaliação a um universo de 500 colaboradores para aferir o seu grau de satisfação e o impacto destas iniciativas, com particular incidência nas funções que implicam o contacto com o cliente, gestão e áreas onde a carga física seja maior – o manuseamento de peças de grandes formatos, o trabalho com fornos ou as atividades de logística são disso exemplo.

EQUIPAS MAIS COESAS E FELIZES

Criar um ambiente de trabalho seguro, inclusivo e saudável não é apenas uma obrigação ética e legal para os empregadores, mas também um investimento importante no sucesso e na sustentabilidade de uma organização. Para lá dos efeitos que equipas saudáveis e felizes têm nos resultados operacionais do negócio, a Gres Panaria Portugal diz que se verificou também uma melhoria da cultura organizacional.
Ao nível das pessoas, a companhia afirma que se verifica uma melhoria da autoestima dos colaboradores à boleia da participação em sessões de nutrição e desporto, bem como o fortalecimento das relações interpessoais e do espírito de equipa. A filosofia que prioriza o cuidado com os colaboradores é uma responsabilidade que a empresa pretende manter e aprofundar, porque só trabalhadores saudáveis, satisfeitos e motivados permitem alavancar o negócio e aumentar a competitividade.

530
consultas realizadas com os colaboradores em medicina curativa

500
colaboradores serão avaliados para se aferir o seu grau de satisfação

2372
pessoas na empresa foram tratadas em fisioterapia

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

3

Saúde de qualidade

MELHOR SAÚDE MENTAL PARA TODOS OS COLABORADORES

O acesso a cuidados de saúde precoces e gratuitos impacta na evolução das doenças do foro mental, reduzindo as consequências no funcionamento geral do indivíduo, desde o âmbito profissional ao pessoal e social.



No Grupo Jerónimo Martins, a saúde e bem-estar dos colaboradores e respetivas famílias faz parte da sua filosofia e valores, o que motiva o desenvolvimento de apoios de responsabilidade social interna e *Wellbeing* numa visão holística e integrada, direcionados às cerca de 35.000 pessoas que fazem parte desta companhia de distribuição e retalho alimentar em Portugal.
O investimento na saúde mental é um deles, com diferentes iniciativas em vigor desde 2012, mas foi depois com a pandemia que o apoio se verificou ser crucial devido à escassez de respostas na comunidade face às necessidades sentidas naquele período com consequências desconhecidas. Neste contexto, em 2021, a empresa reforçou o projeto e estabeleceu o Programa de Saúde Mental, tornando-o mais abrangente, quer ao nível da prevenção envolvendo literacia, comunicação, rastreios e formações , como da intervenção com consultas de psicologia (adultos e crianças), apoio em situações de crise e iniciativas psicopedagógicas de grupo.

CRESCIMENTO CONTÍNUO

O acesso ao Programa de Saúde Mental tem vindo a registar um crescimento significativo entre os colaboradores e os seus filhos. Em 2021, usufruíram dele 889 adultos e 502 crianças, passando para 1650 e 690, respetivamente, em 2022, e, pela mesma ordem, para 1683 e 895 até outubro de 2023.
Em relação às consultas de psicologia, os números revelam também um aumento ao longo do mesmo período, passando de 11.240 consultas em 2021 para 17.191 até outubro de 2023.
Quanto a resultados qualitativos, o reconhecimento do programa prende-se pela sua abrangência e duração do acompanhamento prestado, uma vez que ultrapassa largamente as fronteiras das situações relacionadas com o ambiente laboral e adentra-se igualmente nas questões do foro pessoal.
Ansiedade, burnout, depressão, luto, dependências, ou gestão de conflitos no local de trabalho são algumas das questões relatadas por quem procura uma solução para os seus problemas, e encontra na empresa onde trabalha um porto de abrigo e ajuda especializada.
Pessoas saudáveis contribuem para um trabalho mais produtivo e competente, além de promoverem vidas mais equilibradas, com melhor qualidade e, consequentemente, sociedades mais sustentáveis.



A saúde não é inesgotável, devendo por isso ser cuidada e protegida. É também por isso que o Grupo Jerónimo Martins prevê dar continuidade ao Programa de Saúde Mental, mantendo o apoio a todos os colaboradores e respetivos filhos, através de um determinado número de consultas a que têm direito, em cada um dos programas.



Empresa:
Jerónimo Martins

Nome do projeto:
Programa de Saúde Mental em Portugal

Principais beneficiários da iniciativa: **todos os colaboradores (e famílias) do Grupo Jerónimo Martins em Portugal**



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

3 Saúde de qualidade



PROGRAMA DE INOVAÇÃO SOCIAL APOIA COLABORADORES

Ao investir no bem-estar dos colaboradores, as organizações tornam-se mais produtivas, fortalecem a sua reputação, atraem e retêm talentos, e contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equilibrada.

À medida que as empresas reconhecem a importância de investir no cuidado e na proteção das suas pessoas, torna-se evidente que essa é uma estratégia inteligente para promover um ambiente de trabalho saudável e produtivo. Colaboradores felizes tendem a envolver-se mais e a serem mais comprometidos com os objetivos da empresa. As organizações que se preocupam genuinamente com a saúde física, mental e emocional dos seus empregados e adotam essa abordagem nas suas políticas de recursos humanos colhem uma série de benefícios, incluindo a redução do absentismo, o aumento da motivação e do desempenho, e a promoção de um clima organizacional positivo no geral. Programas como o Share & Care, desenvolvido pela L'Oréal há mais de uma década, desempenham um papel fundamental nesse contexto. A oferta de uma ampla gama de medidas destinadas a promover o bem-estar integral de quem ali trabalha contribui também para a construção de uma cultura baseada no respeito e no cuidado mútuo.

L'ORÉAL GROUPE

Empresa: **L'Oréal Portugal**

Nome do projeto: **Share & Care**

Data de início: **01/01/2013**

Data de conclusão: **31/12/2025 (o programa é reavaliado e adaptado anualmente, de forma regular.**

Principais beneficiários da iniciativa: **colaboradores do Grupo**

O QUE ESTÁ A SER IMPLEMENTADO EM PORTUGAL

O Share & Care encontra-se estruturado em torno de quatro pilares: Segurança, Saúde, Equilíbrio e Local de Trabalho.
A multinacional disponibiliza um programa de assistência extensível aos familiares com aconselhamento profissional, ajudando a gerir questões emocionais, práticas ou físicas, bem como medicina online, ambos permanentes, e, em caso de doença, complementa o subsídio. Existem, também, consultas de nutrição e health coaching, um processo individual para melhorar as competências críticas de literacia em saúde que incentiva a melhores hábitos e reforço de competências intra e interindividuais de promoção da qualidade de vida.





Em 2023, os colaboradores foram incentivados a comprometerem-se com o seu bem-estar contínuo através de ações de sensibilização para a saúde mental, incluindo formação especializada sobre temas como a segurança psicológica.
Nos escritórios em Lisboa está a ser desenvolvido um programa complementar, o BeWell, através do qual as pessoas podem usufruir de ginásio, formação e diferentes serviços de beleza no Beauty Corner, como manicura, pedicura e cabeleireiro.
O pilar do Equilíbrio procura proporcionar flexibilidade de horário, programas de trabalho remoto e outras iniciativas que ajudem os empregados a conciliar as suas vidas pessoais e familiares com as profissionais. Já no âmbito do Local de Trabalho, foram criados espaços e oportunidades para o desenvolvimento profissional, o reconhecimento do trabalho dos colaboradores e o estímulo à colaboração, à criatividade e à inovação, sem esquecer a reflexão e a concentração.
Entretanto, o Share & Care cujos parâmetros excedem os definidos ao nível local pela legislação, continua a evoluir, incorporando novas iniciativas sociais em áreas como a violência doméstica e a saúde mental para proteger e apoiar os colaboradores num cenário social em mudança. Trata-se de um programa de continuidade sujeito a revisão regular, de acordo com as tendências, feedback e necessidades identificadas.

300
número de colaboradores da organização

79%
dos colaboradores em Portugal reconhece que a empresa se preocupa com o seu wellbeing

60
número de países onde o Share & Care está implementado, incluindo Portugal

L'ORÉAL Share & Care





QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

3 Saúde de qualidade

8 Trabalho digno e crescimento económico

COLABORADORES SAUDÁVEIS, VOOS SEGUROS

A companhia aérea açoriana investe continuamente, através de políticas de recursos humanos abrangentes, na criação de um ambiente de trabalho saudável com impacto positivo na vida das suas equipas.



Num setor tão exigente como o da aviação, é importante que os colaboradores das companhias aéreas estejam saudáveis e tenham uma boa qualidade de vida. A sua saúde física e mental tem impacto direto na segurança e na eficiência das operações aéreas e também no serviço prestado aos passageiros.
O Grupo SATA, empresa-bandeira do transporte aéreo da Região Autónoma dos Açores, reconhece a importância de cuidar das suas pessoas, alinhando o seu bem-estar com os objetivos da empresa. Neste sentido, tem vindo a desenvolver uma estratégia de recursos humanos abrangente e fundamentada em quatro pilares: mental, social, profissional e físico.

AS QUATRO DIMENSÕES DO BEM-ESTAR

No que diz respeito ao bem-estar mental, a companhia implementou o projeto Mental em Tempos de Mudança, em parceria com a Workwell, empresa dedicada ao bem-estar corporativo. A iniciativa tem por base oferecer suporte psicológico contínuo aos trabalhadores, disponibilizando uma Linha de Apoio Psicológico 24/7, videoconsultas para assistência imediata e acessível frente aos mais variados desafios psicológicos como burnout, stress e ansiedade, e um consultório aberto para apoio presencial, em Ponta Delgada e na Terceira. Além disso, têm vindo a ser desenvolvidas campanhas de comunicação como forma de aumentar a literacia e a consciência psicológica, e de dar visibilidade à saúde mental.
No pilar do bem-estar social, a SATA procura cultivar relações interpessoais positivas e fortalecer os laços dentro da empresa por acreditar que isso contribui para elevar o

sata azores Airlines

Empresa: **SATA Azores Airlines**

Nome do projeto: **SATA saudável Saúde e bem-estar**

Data de início: **01/03/2023**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **colaboradores, aposentados e familiares do Grupo**





sentimento de pertença, de camaradagem e de apoio mútuo entre colegas, com reflexos positivos na comunidade, uma vez que a companhia fomenta o voluntariado. Além de promover a atividade cultural, com a oferta de bilhetes para espetáculos e outras ações, o desporto como atividade social é igualmente alvo de iniciativas que visam não só combater o sedentarismo no local de trabalho como também unir os colaboradores das nove ilhas e do continente. São disso exemplo a participação nos Wellbeing Games, evento multidesportivo interempresas ao nível nacional, e na plataforma digital UPNDO, a qual integra gamificação, competição saudável e responsabilidade social. Com esta ferramenta é possível trocar passos por donativos financeiros a instituições sociais. Quanto ao bem-estar profissional, as políticas desenvolvidas pela companhia visam equilibrar as responsabilidades profissionais e pessoais dos colaboradores, como horários flexíveis e facilidades em viagens. Além disso, aposta continuamente em formação para garantir que as equipas estejam atualizadas e capacitadas para desempenhar suas funções de forma eficiente. Por fim, mas não menos importante, no pilar do bem-estar físico, a SATA investe na saúde e segurança no trabalho, implementando um sistema abrangente de identificação e mitigação de riscos e lesões. Além disso, oferece seguro de saúde para empregados, aposentados e familiares, garantindo cuidados médicos desde o momento da entrada na empresa até à reforma.

1.700

número de colaboradores da organização

70%

dos colaboradores reduziram o seu nível de risco com a ajuda das consultas de Psicologia online

50.000km

percorridos, no último ano, pelos colaboradores através da plataforma UPNDO e que foram convertidos em doações no valor de 3.570€

sata SAUDÁVEL workplace wellness

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

3 Saúde de qualidade

8 Trabalho digno e crescimento económico







EMPOWERING LAB BY SAVILLS: UM PROJETO DEDICADO À SAÚDE FÍSICA, PSICOLÓGICA E EMOCIONAL

A Savills reforça a sua estratégia de atração e desenvolvimento de talento, melhorando o *employee experience* das suas pessoas.



Na Savills Portugal, a saúde e bem-estar são fundamentais na gestão de talentos, refletindo uma visão holística das pessoas e das suas relações. A consultora imobiliária adota múltiplas estratégias para promover ambientes socioprofissionais integrados e a qualidade de vida, priorizando a monitorização do estado emocional das equipas e a importância do apoio psicossocial. Neste contexto, o 'Empowering Lab by Savills' é um projeto inovador que visa promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, consolidando iniciativas para a promoção da saúde mental e do bem-estar dos colaboradores. São quatro os eixos de atuação deste projeto que se baseiam nos valores da empresa - *We listen, we empower, we challenge and we collaborate* -, e que pretendem consolidar o impacto abrangente e multidimensional desta iniciativa, potenciando a satisfação no local de trabalho, o acesso facilitado a apoio psicossocial e uma maior valorização profissional. Desta forma o 'Empowering Lab' tem como propósito reduzir os níveis de stress, aumentar a produtividade, prevenir fenómenos como 'quiet quitting' e 'presentismo', e alavancar o Employee Value Proposition: BE EXTRAORDINARY, TOGETHER da empresa. A atenção à saúde física, psicológica e emocional é um dos fatores de diferenciação desta empresa fundada há mais de 160 anos no Reino Unido e que promove relações de trabalho baseadas em liberdade, autonomia e responsabilidade.

172
Colaboradores abrangidos pela iniciativa

4
Eixos de atuação

2
Vezes reconhecida pelo Prémio Excelência no Trabalho

A gestão de recursos humanos prioriza o desenvolvimento pessoal e profissional, a mobilidade interna e a flexibilidade de horários. Para este ano, uma das metas da Savills Portugal é a obtenção de certificação "Empresa Familiarmente Responsável", da ACEGE em colaboração com a Fundación Más Familia, que é um instrumento de gestão de pessoas amplamente reconhecido a nível nacional e internacional e que reafirma a importância do worklife balance para todos os profissionais.

RESPOSTAS ESTRUTURADAS E ASSERTIVAS

A necessidade de acompanhamento no âmbito da saúde mental e do bem-estar, que decorre da evolução de novas exigências de fatores psicossociais, pede uma consolidação das respostas existentes e uma evolução para



empowering lab BY SAVILLS

Empresa:
Savills Portugal

Nome do projeto:
Empowering Lab

Data de início:
01/09/2023

Data de conclusão:
31/12/2025

Principais beneficiários da iniciativa:
colaboradores

respostas ainda mais estruturadas e assertivas, que promovam os equilíbrios e considerem o dinamismo e volatilidade destes desafios. Nesta fase, foi já realizada uma avaliação dos riscos psicossociais na empresa, em Lisboa e Porto, através de uma parceria com o Observatório Português de Fatores Psicossociais Ocupacionais, com a utilização do Questionário de Riscos Psicossociais de Copenhaga (COPSOQ). Posteriormente, foram realizadas entrevistas individuais a todos os colaboradores. Tiveram também lugar workshops com todas as direções sobre o tema da saúde mental e bem-estar, e partilhadas orientações gerais para a estratégia de abordagem, para disseminação top-down. Realizaram-se igualmente focus group interdepartamentais para esclarecer e promover a comunicação sobre aspetos relacionados com saúde mental e bem-estar. Desde setembro passado, o grupo de trabalho do Empowering Lab reúne semanalmente com o objetivo de definir e implementar a estratégia de comunicação de resultados atodos os participantes e que, em paralelo, permitirá recolher *insights* e estimular a participação na construção de respostas. Está igualmente desenhada uma componente de desenvolvimento de competências e de formação, com ações focadas nos temas da inteligência emocional, gestão de stress, planeamento e gestão de tempo, literacia em saúde mental, comunicação interpessoal, finanças pessoais e nutrição.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 4 Educação de qualidade
- 5 Igualdade de género
- 8 Trabalho digno e crescimento económico
- 10 Reduzir as desigualdades
- 16 Paz, justiça e instituições eficazes
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos

MELHOR SAÚDE E BEM-ESTAR REFORÇA RESILIÊNCIA DO NEGÓCIO

O We4Wellness é um programa inovador que propõe a evolução de um modelo reativo de saúde e bem-estar para um modelo preventivo, através de uma abordagem personalizada, com recurso a uma app móvel e a uma plataforma online.



Se, há uns anos, a importância atribuída à saúde e ao bem-estar no contexto organizacional era a de um mero "fator extra", atualmente, é percecionada como uma força motriz capaz de moldar o dia-a-dia. Com esta mudança de paradigma, as prioridades mudaram e hoje a saúde e o bem-estar são um fator primordial, capaz de influenciar a produtividade, a qualidade e a felicidade profissional.

A saúde mental ganhou igualmente lugar de destaque, com as organizações a perceber o elevado peso que tem nas suas receitas, nomeadamente, no que se refere ao absentismo e presentismo, com consequentes perdas para o colaborador e para a empresa. É por isso que a sociedade de advogados Vieira de Almeida (VdA) procura atuar como agente de mudança social,

89%
Taxa de retenção de colaboradores após licença parental

75%
Colaboradores satisfeitos com a vida profissional

540
Colaboradores abrangidos pela iniciativa

e assume a saúde e o bem-estar como um eixo estratégico para garantir a qualidade de vida dos colaboradores face ao rigor e exigência que estão subjacentes à vida profissional. O We4Wellness é a materialização deste paradigma, e dá resposta à concretização dessa estratégia em linha com os critérios de sustentabilidade ESG (Environment, Social, Governance – Ambiente, Social e Governação). Com um horizonte temporal de três anos, este programa assenta em quatro linhas de ação: Mental, Física, Social/Parental e Financeira, e pretende promover a adoção de um estilo de vida saudável que impacte positivamente a qualidade de vida dos colaboradores. Ao trabalhar em cada um dos eixos do We4Wellness, a VdA está a melhorar a produtividade, a eficiência, o compromisso,

o propósito, a motivação e a dedicação dos colaboradores. Um local de trabalho com colaboradores que se sintam satisfeitos, é um local sustentável. Redução do risco de doenças, redução dos níveis de stress, aumento da taxa de atividade física, bem-estar emocional e físico, aumento do nível de interação, de motivação e de satisfação no trabalho são alguns dos impactos tangíveis, a que se juntam outros como a redução de custos de absentismo e de presentismo, consequente aumento da produtividade, aumento da retenção de talento e redução de rotatividade.





INOVAÇÃO PERMITE APOIO 'À MEDIDA'

A tecnologia que suporta o programa We4Wellness permite uma abordagem personalizada e à medida de cada colaborador, mas materializa igualmente a evolução de um modelo reativo de saúde e bem-estar para um modelo preventivo. Através de uma app móvel e de uma plataforma online, os utilizadores têm a possibilidade de gerir o seu programa de saúde personalizado, tendo igualmente acesso a um conjunto de formações que impulsionam o bem-estar emocional e promovem hábitos saudáveis. Mas porque a aposta no bem-estar tem de ser diária, a VdA promove também rotinas de autocuidado (aposta na alimentação saudável, atividades físicas em diversos horários e modalidades e, ainda, apoio psicológico para todos os colaboradores). Feito o balanço, a VdA conclui que o investimento realizado foi uma aposta vencedora.

VIEIRA DE ALMEIDA

Empresa:
Vieira de Almeida

Nome do projeto:
We4Wellness

Data de início:
01/01/2021

Data de conclusão:
Não há uma data de conclusão prevista

Principais beneficiários da iniciativa:
colaboradores

Exemplo disso é o processo de reintegração após um período de ausência prolongada por casos de burnout (apesar da baixa taxa de incidência), ou de outras situações de stress e de desgaste mental, que tem sido muito positivo. A empresa destaca ainda a retenção de colaboradores após licença parental, com uma taxa na ordem dos 89%, considerando um período de até 18 meses do fim da licença, o que é superior face ao contexto mundial de acordo com os últimos dados revelados pelo estudo Child Penalty Atlas. Adicionalmente, através do estudo do clima organizacional aplicado aos colaboradores, a VdA conseguiu caraterizar indicadores relacionados com o bem-estar no trabalho, nomeadamente satisfação, felicidade, conciliação trabalho-família, diversidade & inclusão, e flexibilidade. Este estudo é realizado em conjunto com uma entidade externa, através de um survey, ao qual todos os colaboradores são convidados a participar. Já as informações relativas à segurança, e à saúde física e psicológica, são obtidas através das avaliações da segurança e saúde no trabalho, que está sob a responsabilidade de uma organização externa, e nas quais são avaliados indicadores como acidentes, doenças ocupacionais, riscos ambientes, problemas ergonómicos.



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



Saúde de qualidade

Igualdade de género

Trabalho digno e crescimento económico



DEFINIR A SUSTENTABIL



IDADE

GettyImages

Regras e obrigações iguais em toda a Europa. Evitar o greenwashing e definir diretrizes que permitam que o consumidor não seja enganado. Este é o grande objetivo da nova diretiva, recentemente adotada pelo Parlamento Europeu.

Alexandra Costa

A palavra sustentabilidade já não é nova no léxico da sociedade. A questão é que ainda há muita indefinição sobre este tema. O que é exatamente sustentabilidade? E o que estão, exatamente, as empresas a fazer sobre isso? O uso desmesurado do termo pode levar à sua desvalorização. Para evitar isso e para clarificar um tema cada vez mais importante, o Parlamento Europeu tem emitido alguns pareceres e elaborado algumas diretivas. A última, emitida a 12 de março deste ano, denominada de Diretiva Alegações Ecológicas, obriga as empresas a apresentar provas antes de anunciarem os produtos como "biodegradável" ou como tendo conteúdo "biobaseado", entre outras alegações. O objetivo passa por melhorar a proteção dos consumidores contra alegações enganosas.

A medida adotada pelo Parlamento Europeu tem por base, explica Andrus Ansip, relator da Comissão do Mercado Interno, o facto de estudos mostrarem "que mais de 50% das alegações ambientais são vagas, enganosas ou infundadas. Não podemos falar de consumidores felizes se todas as outras alegações ecológicas forem falsas. Não podemos falar de condições de concorrência equitativas para os nossos empresários enquanto alguns comerciantes estão a fazer batota. Penso que a Diretiva Alegações Ambientais, hoje adotada, é equilibrada, trará clareza aos nossos consumidores e é menos onerosa para os profissionais do que a verificação caso a caso."

Agora as empresas terão de pedir a verificação de alegações ambientais antes de as poderem utilizar. Na prática, que as alegações e os elementos de prova sejam avaliados no prazo de 30 dias. No entanto, o Parlamento assegura que os produtos mais simples podem beneficiar de uma verificação mais rápida ou mais fácil. A instituição aponta ainda que as microempresas não serão abrangidas pelas novas regras e as pequenas e médias empresas terão mais um ano para cumprir as regras, em comparação com empresas de maior dimensão. Quem não cumprir com as regras pode sofrer penalizações, como ser temporariamente excluídas dos concursos públicos, perder as suas receitas e ficar sujeitas a coimas de, pelo menos, 4% do volume de negócios anual.

Sobre o momento específico da adoção da diretiva, Cyrus Engerer, relator da Comissão do Ambiente, explicou que "chegou o momento de pôr termo ao branqueamento ecológico. A nossa posição põe fim à proliferação de alegações ecológicas que enganaram os consumidores durante demasiado tempo. Garantiremos que as empresas têm as ferramentas certas para adotar práticas genuínas de sustentabilidade. Os consumidores europeus querem fazer escolhas sustentáveis; todos os que oferecem produtos ou serviços devem garantir que as suas alegações ecológicas são cientificamente verificadas."

Susana Fonseca, vice-presidente da ZERO, explica que um estudo realizado pela Comissão Europeia em 2020 sobre as alegações ambientais existentes e a sua fundamentação verificou que, na maioria dos casos, as marcas não fundamentavam as suas alegações nem as comprovavam (53,3% eram vagas, enganadoras e sem base e 40% não tinham mesmo justificação). E acrescenta que foi para responder a isto que a Comissão Europeia propôs legislação que visa capacitar os consumidores para a transição verde através da proteção contra práticas desleais e estipulando regras de comunicação sobre características ambientais. A ambientalista esclarece que, nestas propostas, existe um enfoque grande na limitação das alegações ambientais por parte das marcas. As referências genéricas quanto a ser amigo do ambiente, ou "feito de material reciclado" vão ser proibidas e só será possível alegar uma qualidade ambiental, se houver provas para a apoiar (por exemplo, através de um processo de certificação ou aplicação de um rótulo ecológico). Também se procura restringir a comunicação em torno de benefícios ou características de um produto que sejam irrelevantes para o consumidor ou que não resultem das características do próprio produto. Todos estes aspetos serão muito positivos para os cidadãos. Não mudam completamente o panorama, mas no seu conjunto dão passos no caminho certo, pondo alguma ordem no mercado.

Quanto à aplicação prática da diretiva, Sofia Santos, Sustainability Champion in Chief Anticipating & Engaging na Systemic, afirma que esta "vem ajudar em muito a que se possa compreender os limites da comunicação sobre o nível de sustentabilidade da empresa. Vem aumentar o nível de exigência e de veracidade, o que é ótimo." Já Joana Spencer, Communication manager na BCSD Portugal, considera que a diretiva irá impactar mais empresas do continente europeu (cerca de 55 mil até à última fase de implementação), tornando a sustentabilidade uma obrigação ao invés de uma opção. "Espera-se que mesmo as pequenas empresas que não serão abrangidas comecem a explorar os temas em maior profundidade, impactadas pela pressão incutida pelas grandes empresas no mapeamento dos impactos ao longo de toda a cadeia de valor", acrescenta.

A opinião generalizada é que a nova diretiva é uma medida benéfica para as empresas europeias (em que se incluem as portuguesas).

A Diretiva Alegações Ecológicas obriga as empresas a apresentar provas antes de anunciarem os produtos como "biodegradável.



GettyImages

Norma Franco, partner da área de Climate Change and Sustainability Services da EY, e Sara Rego, manager de Business Consulting, esclarecem que "num primeiro momento (FY24) serão as entidades de interesse público com mais de 500 colaboradores, abrangidas pela diretiva de informação não financeira (NFRD), num segundo momento (FY25) grandes empresas (que cumpram dois de três critérios: vendas > 40M€; ativos > 20M€; > 250 trabalhadores), e no ano seguinte, chegará o momento das PMEs cotadas". Para as executivas, esta diretiva, enquanto novo instrumento legal de reporte de sustentabilidade, irá trazer a obrigatoriedade da divulgação de informação de sustentabilidade e assenta em requisitos técnicos bem definidos e comuns para as empresas, o que permitirá maior transparência e comparabilidade da informação, tão útil para entidades financeiras e investidores, possibilitando também satisfazer a crescente exigência dos stakeholders. Mas há mais "movimentos" a decorrer em simultâneo. Como apontam as duas representantes da EY, a par desta diretiva, convém reforçar a pertinência da existência da taxonomia europeia, regulamento que vem facilitar a comunicação entre empresas e investidores, através da clarificação de como identificar atividades económicas sustentáveis, aumentando a transparência, credibilidade e comparabilidade entre empresas. Isto significa que "as empresas deverão alinhar a sua comunicação com as exigências regulamentares, mas tendo sempre presente a necessidade de adaptar o seu discurso e conteúdo aos diversos stakeholders, de forma a tornar a mensagem mais acessível e inclusiva, levando a uma mudança de atitudes e comportamentos na sociedade".

EXEMPLOS A SEGUIR

É certo que a diretiva veio definir o tema da sustentabilidade e criar obrigações. Mas isto não significa que não haja bons exemplos já em curso. É certo que, nas palavras de Susana Fonseca, não parece que seja possível identificar um ou outro país, mas é um facto que alguns países nórdicos têm muitas marcas com rótulos ambientais – Nordic Swan, mesmo o rótulo Ecológico Europeu –, portanto, são mercados onde os consumidores estão muito mais habituados a exigir e a poder contar com informação credível para fazer as suas opções.

Já Norma Franco e Sara Rego realçam que a questão da comunicação é algo mais visível por tipos de indústria e depende de dois fatores: proximidade que estas têm com os consumidores (por exemplo, a indústria do retalho) e impacto negativo das suas atividades no ambiente (como a indústria de extração/combustíveis fósseis). Para ambas as executivas, é mais fácil medir em quantidade, diga-se quais as empresas/indústrias que comunicam mais, do que em termos de qualidade, ou seja, quais as que comunicam melhor. "Até porque, como a comunicação para a sustentabilidade assenta não só na mensagem, mas na criação de mecanismos de diálogo, é difícil avaliarmos este tipo de comunicação apenas através das ações de comunicação externa tradicionais e requer uma avaliação 360º das práticas de comunicação organizacionais". Apesar das dificuldades, dão como (bons) exemplos a Patagonia, marca de roupa e equipamentos outdoor, que é conhecida por ter um propósito bem definido e pela narrativa que escolheu, optando, por exemplo, por não usar no seu discurso a palavra

O mercado europeu está inundado de alegações ambientais de diferentes tipos e de um conjunto de práticas que procuram induzir no cidadão a perceção de que está perante um produto que tem uma pegada ambiental menor.
Susana Fonseca, vice-presidente da ZERO

sustentabilidade/sustentável pelo elevado grau de ambiguidade e vagueza que esta tem; e a Unilever, que no setor de bens de consumo, é reconhecida pelo caminho que tem percorrido ao longo das últimas décadas, o qual está bem documentado no livro "Net Positive", quer ao nível do envolvimento interno dos seus colaboradores com programas específicos para alteração da cultura organizacional, quer ao nível do apelo à participação externa, nomeadamente dos consumidores, dando a conhecer os seus projetos e criando call-to-actions. As representantes da EY mencionam ainda a banca, cujo papel é crucial para esta transição, tem também apresentado boas-práticas de comunicação, sobretudo ligadas a uma maior transparência em relação aos seus investimentos, como por exemplo o caso da iniciativa "Know where your Money goes" do Triodos Bank. Já no que diz respeito ao envolvimento dos consumidores, Norma Franco e Sara Rego lembram que a Puma convidou, recentemente, um grupo de jovens ambientalistas da Geração Z, numa iniciativa denominada "The Voices", para se reunir, no decurso de um ano, com os líderes da sustentabilidade da empresa para dar feedback honesto sobre a sua estratégia.
Joana Spencer, por seu lado, aponta a Finlândia como exemplo a seguir, referindo que este país foi, no ano passado, considerado, pelo segundo ano consecutivo, e de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (tem políticas fortes contra a pobreza, assegura educação de qualidade inclusiva e equitativa, acesso a fontes de energia fiáveis e sustentáveis a custos acessíveis), como o país mais sustentável do mundo. Já o Environmental Performance Index de 2023, uma iniciativa das universidades de Yale e Columbia, que classifica países relativamente ao seu desempenho ambiental, dá o primeiro lugar à Dinamarca e o Good Country Index 2023 volta a pôr a Suíça como o país que mais contribui para o bem comum da humanidade, acrescenta a executiva.

COMBATER A DESINFORMAÇÃO

"Neste momento, o mercado europeu está inundado de alegações ambientais de diferentes tipos e de um conjunto de práticas que procuram induzir no cidadão a perceção de que está perante um produto que tem uma pegada ambiental menor", afirma Susana Fonseca. E é precisamente por isto que a nova diretiva é tão importante. Mas que tipo de desinformação? A ambientalista aponta:

– Inexistência de informação clara e transparente;

– Referências à performance ambiental vagas (p.e. "amigo do clima");

– Informação confusa (p.e. biodegradável num país onde não há recolha de biorresíduos; ou referir ser biodegradável quando estamos perante um produto durável);

– Focar-se nos impactos que não são os mais importantes para o produto ou para a marca (escritórios; embalagem; lojas);

– Fazer uma alegação sobre a marca baseando-se apenas numa parte dos produtos (por exemplo, focar a embalagem, quando o elemento relevante é o produto que esta contém);

– Estabelecer objetivos ambientais vagos e sem forma de verificação e reporte.

"Há imensa desinformação", concorda Sofia Santos, acrescentando que "apenas quando existe algum logo/label é que podemos ficar mais confiantes de que de facto a empresa/produto/bem é mais sustentável". A responsável da Systemic aponta ainda que certificações corporativas como a B Corp, de produto como a Cradle to Cradle ou as específicas de sustentabilidade para setores são fundamentais para garantir que o que se diz é mesmo o que se faz. "Hoje em dia há muitas empresas que têm anúncios em que transmitem a ideia de terem 'baixo carbono' ou de serem 'Verdes e Sustentáveis', quando, na verdade essas afirmações apenas se aplicam a uma percentagem do negócio e nunca a 100%", afirma, acrescentando que a nova diretiva de combate ao greenwashing vem dizer que estas situações de comunicação não irão cumprir com a diretiva.
A verdade é que "a desinformação nos domínios da sustentabilidade nos últimos anos levou ao tendente aumento de casos de greenwashing – o que as empresas comunicam não corresponde ao que efetivamente fazem, i. e. ao seu desempenho", constatam Norma Franco e Sara Rego, considerando que, nestes casos, ao promoverem práticas enganadoras, propositadamente ou por desconhecimento desta matéria, as empresas estão a disseminar informação pouco credível e rigorosa, e por vezes até falsa, junto dos seus diversos stakeholders. "Tal facto, tem preconizado algum ceticismo relativamente ao tema, e, em alguns casos, prejudicado as empresas que estão a fazer honestamente esse caminho e estão, de facto, a promover a integração de critérios ESG no seu negócio, e que promovem um conjunto de boas-práticas que são fundamentais numa comunicação responsável", alertam.
Domingas Carvalhosa, presidente da presidente da APECOM, afirma que ainda existe alguma desinformação sobre a sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos conceitos, do que é exigido às empresas para que estejam conformes os índices ESG, do que é a verdadeira sustentabilidade e o que é greenwashing ou socialwashing. E dá um exemplo muito prático: é o caso de uma empresa que lança uma campanha para angariar fundos para uma IPSS e gasta significativamente mais em verbas de marketing do que em verbas para o donativo.

NOVO ROSTO, O MESMO GOSTO.



As embalagens Delta Cafés mudaram de rosto.

Embalagens renovadas e vibrantes, com mais detalhes sobre o café, as suas origens e o seu perfil sensorial. O aroma reconfortante do seu café de sempre, feito com a mestria que todos conhecemos, agora com uma nova imagem.

DeltaCafes

@delta_cafes

MARGARIDA COUTO

GREENWASHING: UMA MENTIRA QUE MINA A CONFIANÇA

A especialista acredita que esta prática, quando registada no mercado nacional, normalmente não é intencional. Quando o é, aufere a figura de fraude e, como tal, deve ser combatida.

Alexandra Costa

Comunicar a sustentabilidade, por ser algo ainda relativamente novo, pode levar a estes "enganos", que já mereceram a atenção do Parlamento Europeu, aprovando em janeiro a Diretiva Empowering Consumers for the Green Transition. Quando o tema incide na comunicação e na sua relação com a legislação (nacional e europeia), ninguém melhor para comentar o tema do que Margarida Couto, que acabou em abril de 2024 o seu mandato no GRACE. Isabel Barros, representante da Sonae SGPS, foi eleita para a presidência do GRACE para o mandato 2024-2026.

Nesta entrevista, Margarida Couto fala do estado atual da comunicação corporativa da sustentabilidade, sobre o estágio das empresas portuguesas, mas, também do que se está a fazer em termos de legislação europeia e o seu impacto para as várias organizações.

Qual a sua perceção sobre como as empresas veem a sustentabilidade em termos de comunicação?

Ainda há muito caminho a percorrer nessa matéria, mas é algo que está a mudar, e a um ritmo cada vez mais acelerado. Durante muito tempo, a sustentabilidade foi vista por muitas empresas como um "nice to have", "uma caixinha de coisas bonitas" e, como tal, a respetiva comunicação era um tanto enviesada, no sentido em que as empresas escolhiam comunicar essencialmente os aspetos positivos e desconsiderar os obstáculos, as dificuldades, os desafios, os insucessos.

A recente diretiva da Comissão Europeia pode ajudar na clarificação de como se deve comunicar a sustentabilidade?

Sem dúvida. Tanto mais que não é a única medida legislativa que visa combater o greenwashing. A recente diretiva (Empowering Consumers for the Green Transition, aprovada pelo Parlamento Europeu em janeiro) visa essencialmente assegurar a proteção dos consumidores contra práticas desleais em matéria de transição ecológica. Deste modo, proíbe que, na comunicação com os consumidores, as empresas anunciem os seus produtos ou serviços como sendo "verdes" ou "sustentáveis" ou "amigos do ambiente" de forma genérica, sem informação de base que permita consubstanciar este tipo de "publicidade" (que passa, então, a ser considerada enganosa).

Mas está em fase de aprovação mais legislação europeia sobre o tema, em especial a chamada Green Claims Directive, que irá complementar aquela diretiva, criando uma metodologia obrigatória para que as empresas possam usar "rótulos ambientais" ou fazer outro tipo de alegações ambientais.

A diretiva é suficientemente clara e cobre todos os aspetos? O que, eventualmente, ficou de fora?

A diretiva é bastante clara e completa, mas foca-se sobretudo na defesa dos direitos do consumidor, no contexto da "Nova Agenda Europeia do Consumidor" lançada em 2020.

Aquilo que ficou de fora será, em princípio, coberto pela Green Claims Directive, que está um pouco mais atrasada. Hoje são usados na UE mais de 200 "rótulos ambientais", aos quais não se aplicam regras específicas de fiabilidade. Com a futura diretiva, por exemplo, as alegações ambientais ("green claims") terão de ser objeto de uma verificação, efetuada por um organismo oficialmente acreditado, sob pena de serem proibidas.

Que avaliação faz da diretiva e o seu impacto no mercado nacional?

Todas as iniciativas, de fonte legislativa ou de outra natureza, que contribuam para combater o greenwashing e o socialwashing são, do meu ponto de vista, positivas, pois é fundamental conseguirmos criar confiança no mercado em matéria de sustentabilidade. A diretiva terá necessariamente impacto em Portugal, levando nomeadamente as empresas a publicitarem os seus produtos de forma mais responsável.



Bruno Colaço

Até há não muito tempo, as empresas podiam escolher não comunicar sustentabilidade. Acredito que hoje isso já não seja uma opção (ou, pelo menos, uma boa opção), pois a sustentabilidade é um fator de competitividade.

A implementação da diretiva pode ajudar as empresas na utilização do termo sustentabilidade e evitar a sua desvalorização? Em que medida?
Acredito que vai ajudar, sim. Em especial, vai evitar que as empresas que oferecem produtos verdadeiramente sustentáveis fiquem em desvantagem em comparação com as empresas que não o fazem, mas proclamam que o fazem, induzindo em erro os consumidores em particular e o mercado em geral.

Que meios são mais utilizados e quais são os temas/áreas mais discutidos?
A nova diretiva cobre temas muito vastos em matéria de direitos dos consumidores, que extravasam em muito o tema do greenwashing. Por exemplo, são impostas novas e importantes regras em matéria de durabilidade e de reparabilidade dos produtos, o que é muito relevante em termos de promoção de uma economia mais circular.
Em matéria de greenwashing, o meio utilizado para o combater foi o de o passar a considerar como uma prática comercial desleal e, como tal, proibida. A lista de práticas desleais foi substancialmente alargada, passando a incluir comportamentos que hoje ainda são "correntes". A título de exemplo, vai passar a ser proibido alegar que um produto tem um impacto neutro ou reduzido em termos de emissões de gases com efeito de estufa se isso for conseguido à custa de compensação de emissões/créditos de carbono. Ora, hoje ainda há muitas empresas que o fazem.

Quais são os principais desafios na comunicação da sustentabilidade? As dificuldades têm permanecido inalteradas ao longo do tempo?
Os desafios são de vária ordem e nem todos são fáceis de vencer, mesmo para as empresas determinadas em não embarcar em más práticas. Isto porque, muitas vezes, as empresas acabam por entrar no território do greenwashing de forma não intencional, ou pelo menos, não consciente. Comunicar e fazer publicidade não é a mesma coisa, mas há pontos de interseção. O storytelling inerente às campanhas publicitárias facilmente pode resvalar para greenwashing não intencional, por exemplo. Com as novas regras, todos estes temas terão de merecer mais atenção e análises mais finas, o que também é em si mesmo um desafio para muitas empresas, nomeadamente por falta de recursos.

Qual a sua opinião sobre greenwashing e a sua evolução no mercado nacional?
O greenwashing é uma prática condenável a todos os títulos, desde logo por minar fortemente a confiança. É uma forma de mentira, ou mesmo de fraude, se for intencional – e, como toda a fraude, deve ser combatido.
Não me parece que o mercado nacional se distinga nesta matéria nos demais mercados europeus – acredito que haja muito greenwashing, mas também acredito que nem todo seja intencional. Como se costuma dizer na gíria, há muito "greenwishing", que é, no fundo, um género de "greenwashing bem-intencionado". Mas que, com a nova legislação, deixa de ser tolerável na Europa.

Como avalia a prestação de Portugal e das empresas portuguesas no que concerne à comunicação da sustentabilidade?
Diria que são muitas as empresas que ainda estão a dar os primeiros passos na matéria, mas isso é capaz de ser verdade um pouco por toda a Europa.
O facto de o relato de sustentabilidade passar a ser obrigatório para todas as empresas que não sejam PME (ao abrigo de uma outra diretiva já em vigor, a CSRD/Corporate Sustainability Reporting Directive) espero que ajude a comunicar melhor, pois as empresas não vão poder comunicar fora do relatório de sustentabilidade coisas diferentes das que comunicam no relatório. A obrigatoriedade do relato de sustentabilidade acabará por impor uma boa disciplina nesta matéria.

Quais as maiores dificuldades sentidas pelas empresas ao comunicar sustentabilidade?
Uma das dificuldades decorre de este ser, num certo sentido, um tema novo para a maior parte das empresas. Até há não muito tempo, as empresas podiam escolher não comunicar sustentabilidade. Acredito que hoje isso já não seja uma opção (ou, pelo menos, uma boa opção), pois a sustentabilidade é um fator de competitividade.
Além disso, aquilo que separa relatar de comunicar e de publicitar pode não ser ainda claro para muitas empresas. As próprias agências de publicidade/de marketing têm um caminho de aprendizagem para percorrer nesta matéria.

Quais os passos estratégicos e boas-práticas que as empresas deveriam seguir ao comunicar sustentabilidade?
Diria que devem começar por definir uma estratégia de comunicação de sustentabilidade, que leve em linha de conta as novas regras aplicáveis e que sirva a própria estratégia de sustentabilidade da empresa. E, claro, aumentar o nível de literacia interna sobre estas matérias que, sendo novas, são incontornáveis e vão exercer cada vez mais pressão no futuro.



Bruno Colaço

Que conselhos daria a uma empresa que equaciona começar a comunicar o que está a fazer em termos de sustentabilidade?
Que comece por definir uma estratégia de sustentabilidade. Se a empresa não tiver objetivos claros e não tiver estabelecido medidas para os atingir, dificilmente conseguirá comunicar sustentabilidade não apenas de forma efetiva, como de forma compatível com as crescentes exigências legais na matéria.
Recomendaria também que se prestasse muita atenção ao greenwashing, também numa lógica de prevenção de risco – nos últimos anos assistiu-se a uma explosão de litigância nesta matéria. Mas a resposta não é deixar de comunicar – o greenwashing não se combate com "greenhushing", mas com transparência!

Considera que a área da sustentabilidade (e a sua comunicação) deveria ser gerida pela responsabilidade máxima da entidade ou, pelo menos, estar integrada na estratégia da empresa?
Sim, é fundamental que as empresas definam um governance de sustentabilidade e, no meu entender, a mudança efetiva só acontece se a responsabilidade máxima for atribuída à gestão de topo. Por outro lado, e como referido, a estratégia de comunicação de sustentabilidade deve integrar a própria estratégia de sustentabilidade da empresa, sob pena de ou não ser efetiva, ou até de causar dissabores.

> **Como se costuma dizer na gíria, há muito "greenwishing", que é, no fundo, um género de "greenwashing bem-intencionado". Mas que, com a nova legislação, deixa de ser tolerável na Europa.**

Na comunicação da sustentabilidade, quem deverá dar a cara pelas ações da empresa? Porquê?
No plano mais estrito da comunicação de sustentabilidade propriamente dita, é natural que haja um grande envolvimento de quem lidera os departamentos de comunicação/de marketing. Mas, tendo em atenção que a linha que separa o reporte de sustentabilidade da comunicação de sustentabilidade (e, consequentemente, do marketing) é fina, é muito recomendável que os líderes dos diversos departamentos envolvidos trabalhem em conjunto, idealmente de forma articulada com a gestão de topo e cumprindo as diretrizes que resultarem da estratégia de sustentabilidade que tenha sido definida.

Qual o papel de associações como o GRACE na promoção de boas-práticas na comunicação da sustentabilidade?
O GRACE promove a responsabilidade e a sustentabilidade das organizações e o fortalecimento de um movimento global de empresas responsáveis, comprometidas com os princípios da sustentabilidade nas suas diversas dimensões, apoiando os seus associados na sua jornada de sustentabilidade. E prestamos esse apoio de muitas formas, uma das quais é justamente através da disseminação de conhecimento em todo o tipo de matérias de sustentabilidade incluindo, naturalmente, o da comunicação. Ainda em fevereiro passado, por exemplo, organizámos um webinar sobre a nova diretiva e os seus impactos, justamente para aumentar o nível de literacia na matéria.
Por outro lado, ativamos o trabalho colaborativo em rede entre os nossos associados, partilhando boas-práticas. Ora, não há melhor forma de as empresas aprenderem do que umas com as outras, é muito poderoso!



VERDADE E TRANSPARÊNCIA: ESSENCIAIS NA COMUNICAÇÃO

Numa altura em que, fruto do excesso de uso, o termo sustentabilidade começa a ganhar algum descrédito – derivado do greenwashing –, os especialistas afirmam que o melhor é apostar no genuíno e nas boas-práticas.

Alexandra Costa

Gettyimages

Sempre que há uma utilização desmesurada de um determinado termo, este corre o risco de perder importância. Sustentabilidade ou ser sustentável tornou-se o 'novo normal' nas marcas e produtos que consumimos. "Vemo-los por todo o lado, por isso tornaram-se 'buzzwords' e as palavras usadas em excesso tendem a perder o seu significado. Neste contexto, e vivendo num paradigma em que o consumidor é exposto a várias empresas que estão a comunicar que são sustentáveis, verifica-se que há tendência para não confiar em ações publicitárias focadas na sustentabilidade, considerando-as apenas uma ferramenta de marketing", reflete Joana Spencer, Communication manager da BCSD Portugal, que acrescenta que hoje ainda há muita desinformação sobre o termo. "A desinformação é um efeito direto do excesso de comunicação à volta da sustentabilidade e fazer afirmações demasiado genéricas também contribui para o enviesamento do conceito", aponta, acrescentando que é preferível comunicar o benefício/qualidade específica do produto ou do serviço. O resultado? "Nos últimos anos temos assistido a vários casos de práticas de greenwashing, numa tentativa por parte das empresas de mostrarem que são mais 'verdes', para além da sua contribuição real", refere. E é por isso mesmo que a representante da BCSD Portugal acredita que é importante voltar a credibilizar a palavra "sustentabilidade" – e isso é feito através de métodos, por exemplo, como a "Análise do ciclo de vida", que permite às empresas quantificar os riscos e impactos ambientais e sociais dos seus produtos e serviços, ou por outro lado, diretivas como o "Passaporte de Produto", que irá trazer novas exigências ao nível da informação que os bens e serviços divulgam publicamente.

Sofia Santos, Sustainability Champion in Chief Anticipating & Engaging na Systemic, por seu lado, realça que ainda há muito desconhecimento sobre o que a sustentabilidade quer dizer exatamente. E afirma que as empresas têm a tendência a comunicar a sustentabilidade de forma genérica e os consumidores pensam que isso poderá implicar preços mais caros.

Lúcia Cavaleiro, diretora da APCE – Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa, considera que, nos últimos anos, tem havido uma notável evolução na perceção do termo sustentabilidade, quer por parte das empresas quer dos consumidores. Uma evolução à qual Portugal não tem sido exceção e que "tem sido muito impulsionada não só pela, cada vez maior, consciência ambiental e social das pessoas, mas também pelo reconhecimento das organizações da importância de integrar a sustentabilidade nas suas operações e na sua comunicação". Na opinião da diretora da APCE, estamos perante uma enorme oportunidade para aquilo que hoje é amplamente referido no contexto da sustentabilidade de Shared Value, ou seja, é uma oportunidade para reorientar o negócio para algo que deixa um contributo positivo de longo prazo na sociedade.

"Portugal está, ainda, a despertar para as questões da sustentabilidade e sobretudo da comunicação para a sustentabilidade, contudo prevê-se que o contexto regulatório venha a acelerar a familiaridade com estes temas", esta é a visão de Norma Franco, partner da área de Climate Change and Sustainability Services, e de Sara Rego, manager de Business Consulting da EY, acrescentando que, no âmbito da nova diretiva de sustentabilidade, a CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive) na maioria das empresas em Portugal começa agora a dar os primeiros passos.

> **A desinformação é um efeito direto do excesso de comunicação à volta da sustentabilidade e fazer afirmações demasiado genéricas também contribui para o enviesamento do conceito.**
>
> **Joana Spencer,**
> **Communication manager da BCSD Portugal**

CONSEQUÊNCIAS DE UMA BOA (E MÁ) COMUNICAÇÃO

As regras são importantes porque uma má comunicação (ou a utilização de más práticas) tem consequências. Desde logo, como lembra Susana Fonseca, vice-presidente da ZERO, ao nível da reputação. "Uma má comunicação ou fazer alegações falsas pode ser desastroso, e tanto mais desastroso quanto mais informadas as pessoas/potenciais clientes estiverem sobre o tema", afirma a ambientalista, acrescentando que, com o apertar da legislação, as empresas correm o risco de serem fortemente penalizadas, caso não cumpram os requisitos. "Uma boa comunicação, fundamentação em dados e certificada de forma independente, pode atrair a parte da população que já está mais sensibilizada para o tema", constata.

Já Sofia Santos lembra que, hoje, há várias empresas na Europa e EUA a serem processadas em tribunal por estarem a dizer que são "verdes", quando se consegue comprovar que a afirmação em causa não é verdade. Por outras palavras, há empresas a serem processadas por estarem a mentir quanto à sua efetiva sustentabilidade. Na opinião da executiva da Systemic, as consequências de uma má comunicação são: potencial queda de valor da empresa no mercado, maior risco operacional da empresa, desinteresse dos investidores, aumento da pressão e supervisão das autoridades, diminuição das vendas devido à "fuga" de compradores que não querem comprar produtos/bens de uma empresa que mente. Já "a boa comunicação evita tudo isto e pode captar investidores e clientes".

Domingas Carvalhosa, presidente da APECOM, tem uma visão muito pragmática do tema. Para a executiva, uma boa comuni-

cação proporciona a transparência e a melhoria da reputação, enquanto a ineficiência na comunicação leva a maus resultados e a falta de verdade leva a greenwashing e a problemas de reputação. O importante, realça Joana Spencer, é que empresas têm de basear as comunicações de sustentabilidade em factos e dados credíveis e verificáveis. A que se junta o simplificar os dados. "Há um aspeto importante educativo e de sensibilização na comunicação de sustentabilidade, deve ser acessível e inclusiva. O recurso a infografias de unidades de medida, por exemplo, ajuda as pessoas a compreender métricas e KPI internos", explica, acrescentando que a informação deve estar disponível para ser verificada.

Numa perspetiva diferente para a ZERO, o importante não é tanto a comunicação. Como explica a associação, embora esta seja fundamental, vem no final de um processo em que o mais importante é mesmo analisar o que se faz do ponto dos seus impactos positivos e negativos no ambiente, na sociedade e na economia. A ZERO considera que é importante ter a noção que quando se fala em sustentabilidade o conceito abarca todas as dimensões. "Posso ter um produto socialmente responsável, mas isso nada me diz sobre o seu impacto na componente ambiental e vice-versa. Para comunicar é importante que a informação seja verificada de forma independente. Existem processos de certificação que podem dar clareza à comunicação das empresas que estão mais interessadas em ser sustentáveis", aponta Susana Fonseca.

Já Sofia Santos considera que o importante quando se comunica sustentabilidade é "dizer a verdade". A executiva afirma que se deve "dizer que tem impacto negativo, mas que está a fazer os possíveis para o diminuir e que para isso está a fazer os investimentos x e y e precisa que os seus clientes também ajudem neste processo. Explicar em concreto o que faz daquele produto algo mais sustentável. Explicar de que forma a empresa está a contribuir positivamente para a sociedade e ambiente. Nunca exagerar, pois a maioria dos consumidores dúvida sempre quando uma empresa diz que é sustentável ou 100% verde."

Na mesma linha, Lúcia Cavaleiro aponta que a palavra "genuína" é central nesta matéria em termos de comunicação. Isto porque "os desafios ao comunicar sustentabilidade incluem lidar com uma possível desconfiança do público devido ao greenwashing". Razão pela qual é essencial "garantir a coerência entre as mensagens de sustentabilidade e as práticas reais da empresa, ou seja, 'walk the talk' e medir de forma precisa o impacto das iniciativas sustentáveis, partilhando evidências claras e transparentes a suportá-las, são fortes aliados da comunicação".

Norma Franco e Sara Rego vão mais longe. As executivas da EY afirmam que uma empresa, ao comunicar sustentabilidade, deverá nortear-se por um conjunto de premissas: compreender o conceito de sustentabilidade, e o contexto regulatório que impacta o seu negócio; avaliar o estado de maturidade do seu negócio relativamente ao tema; refletir de que forma a sustentabilidade pode criar valor de longo prazo no seu negócio, definindo estratégias, políticas, metas e objetivos, monitorizados ao longo do tempo e fazendo uso de instrumentos de comunicação – interna e externa – que reflitam uma fotografia realista e verdadeira do seu desempenho e da sua cadeia de valor.

Mas há mais. As executivas alertam para algumas "regras de ouro" que podem ajudar as organizações: evitar o recurso a linguagem/terminologia (uso de jargões) e a imagens sugestivas que induzam em erro; evitar destacar uma boa-prática/ característica das suas operações/produtos, visando por exemplo desviar a atenção para as atividades ambientais nocivas que estão a adotar noutros locais; evitar alegações irrelevantes – assentes em promessas exageradas e afirmações não verdadeiras – não assentes em informação credível (quantitativa ou qualitativa) e que não permitem fazer prova de evidências; e evitar a associação ou criação de rótulos não reconhecidos, e que na prática são entendidos por uma sociedade, cada vez mais informada e bastante crítica quanto ao tema, que geram dúvida e ceticismo.

Na mesma linha, Domingas Carvalhosa afirma que é fundamental comunicar com verdade e coerência e, de acordo com um estudo da Rare, com o apoio da Behavioral Teams e da Potencial Energy, existem alguns princípios que deveriam ser tidos em conta na comunicação da sustentabilidade mais eficaz. Entre eles a executiva destaca:

• Personalizar o tema – tornar o tema da sustentabilidade um tema que diz respeito às pessoas – às nossas casas, às nossas comunidades, às nossas florestas, às nossas praias, aos nossos animais. Falar do planeta, em geral, é uma realidade que se torna distante das pessoas;

• Utilizar uma linguagem acessível, simples com mensagens claras e repetidas várias vezes – utilizar jargões muito técnicos não traz vantagens nem apelo à ação;

• Utilizar as emoções – as emoções como a raiva, a esperança, a diversão e o orgulho, se aproveitadas de forma construtiva, podem capacitar as pessoas a enfrentar a crise climática;

• Seleção de bons porta-vozes – escolha mensageiros confiáveis, relacionáveis para que as pessoas se possam rever. As comunicações climáticas com mais impacto vêm de "pessoas como eu", que são afetadas e se preocupam. Os cientistas climáticos e as crianças são os mais confiáveis;

• Envolver todos os públicos no tema da sustentabilidade – para o efeito devemos concentrarmo-nos nos pontos comuns e não nas diferenças.

A presidente da APECOM acrescenta ainda que as melhores métricas para avaliar a comunicação da sustentabilidade são: AAV – Advertizing Value Equivalence e KPI – Key Performance Indicator. A Tabaqueira, por exemplo, como explica o seu diretor-geral, Marcelo Nico, publica todos os indicadores de desempenho (KPI), quer nos relatórios da PMI (Relatório Integrado, no Relatório relativo aos Direitos Humanos, publicado pela primeira vez em 2023), quer no Relatório de Sustentabilidade da Tabaqueira, que tem monitorizado os progressos feitos para alcançar as metas de sustentabilidade relativas ao processo de transformação da empresa, em matéria de ESG. Relatórios esses que, afirma Marcelo Nico, têm sido construídos com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI) e os resultados auditados por entidades terceiras e credenciadas. Esta é uma boa-prática: seguir as normas internacionais e garantir a auditoria (independente) dos dados.

Uma má comunicação ou fazer alegações falsas pode ser desastroso, e tanto mais desastroso quanto mais informadas as pessoas/ potenciais clientes estiverem sobre o tema.

Susana Fonseca,
vice-presidente da ZERO



Gettyimages

BOAS-PRÁTICAS

Ser verdadeira e baseada em métricas: as empresas atualmente lidam com consumidores cada vez mais munidos de informação e irreverentes, por isso devem certificar-se de que o que comunicam é verdade – e a melhor forma de o fazer é através de métricas e indicadores assentes em dados científicos, comparáveis e credíveis. O relato de informação não financeira deve ser feito pautado por standards como o Global Reporting Initiative (GRI), os Princípios para Investimento Responsável (PRI) ou o Sustainability Accounting Standards Board (SASB), entre outros.

Ser transparente: com a pressão para definir e cumprir metas ambiciosas de sustentabilidade, as empresas tendem a querer comunicar que estão a fazer algo. É tão importante comunicar os seus compromissos, como comunicar que, apesar dos esforços, ainda não os conseguiu atingir. As empresas não se devem focar apenas em passar uma imagem positiva, mas também comunicar as melhorias que procuram fazer relativamente aos pontos fracos da sua atividade. Há cada vez mais soluções digitais, assentes em blockchain e RFID, que permitem revelar os impactos sociais e ambientais das cadeias de valor, tornando-as transparentes para os stakeholders.

Ser relevante: as empresas devem procurar ser relevantes na sua comunicação e não comunicar de forma muito macro, uma vez que o público tem dificuldades em entender termos generalistas. Por exemplo, dizer que uma T-shirt é sustentável é demasiado vago. A melhor prática é dar foco ao atributo que a torna sustentável. Por exemplo, especificar que é feita de 100% algodão biológico, poliéster reciclado ou cânhamo biológico, explicar porque é que estes atributos a tornam sustentável, e acrescentar que a pegada carbónica residual final será devidamente compensada ou que os direitos humanos são respeitados ao longo de toda a cadeia de valor e é pago o preço justo aos diversos fornecedores.

Ser simples e visual: a visualização é uma poderosa ferramenta de comunicação. Por exemplo, o recurso a infografias de unidades de medida pode ajudar as pessoas a compreender métricas e metas alcançadas. Traduzir o gasto de água na produção de um par de jeans em tempo de banho ou as emissões de GEE de um automóvel no número de árvores necessárias para as compensar é uma forma de tornar a informação clara e relevante para o consumidor.

Publicar um relatório integrado: é fundamental que a empresa seja mais exaustiva em algum suporte de comunicação no que toca aos seus riscos, dependências e impactos ESG. A solução mais adequada será publicar um relatório integrado ou um relatório com a informação não financeira. O relatório deve ser o mais claro possível, tanto no que respeita aos impactos positivos, como aos negativos.

Apostar nas certificações certas: a validação por terceiras partes independentes é importante. Assim, associar-se a rótulos e selos confiáveis e certificados por entidades independentes é benéfico para as empresas que querem comunicar os atributos dos seus produtos ou serviços. É importante escolher o melhor selo para a empresa, dado que existem vários, uns mais credíveis do que outros. Há também ratings ESG e outros tipos de validações que poderão ser relevantes.

Publicar a informação: a informação adicional e a justificação das reivindicações devem ser publicadas nas plataformas digitais da empresa como o site e redes sociais, em que o consumidor pode confirmar as informações propagadas e expor dúvidas.

POR UM MUNDO MAIS SUSTENTÁVEL: COMUNIQUE-SE!

A reputação e a sustentabilidade devem, hoje, ser já uma área intrínseca da estratégia de gestão das empresas, uma vez que são estas que garantirão à organização a sua existência ao longo do tempo. Não menos significativo é o facto de estas empresas que praticam sustentabilidade terem menos probabilidades de sofrerem grandes crises corporativas.



MARIA DOMINGAS CARVALHOSA,
Presidente da APECOM
e CEO da WISDOM.
Presidente do júri
na categoria Comunicação
de Sustentabilidade do
Prémio Nacional
de Sustentabilidade.

A sustentabilidade, que podemos resumir como a tomada de decisão para a realização de melhores resultados nos pilares sociais, ambientais e de governação, garante assim um discurso e uma prática coerentes e consistentes com o propósito das organizações. Esta coerência e consistência passou a ser fundamental para a comunicação da sustentabilidade, um fator fundamental para a transparência do processo da sustentabilidade.

Num mundo que enfrenta grandes desafios ambientais e sociais, transmitir o compromisso das empresas para com a sustentabilidade tornou-se crucial. Já não se trata apenas da questão da imagem. Comunicar ESG (ambiental, social, governação) é uma ponte necessária entre os esforços sustentáveis de uma empresa e dos seus stakeholders e envolve a partilha de valores e de iniciativas, o que ajuda a construir confiança e reputação e a atrair investidores.

Para que essa comunicação seja eficaz há que ter em conta alguns princípios fundamentais, como a definição de metas e objetivos sustentáveis claros, comunicação transparente assente em informações reais e partilha de informações sobre práticas sustentáveis de forma clara, envolvente e acessível.

Por outro lado, exige-se a adaptação da comunicação de acordo com o tipo de stakeholders e uma mudança cultural dentro da própria organização. A autenticidade e a verdade, quer de conteúdo, quer visual, são o caminho certo para evitar o greenwashing.

Quer na comunicação, em geral, quer na comunicação da sustentabilidade, o público interno é o primeiro embaixador e influenciador perante a sociedade das ações realizadas pelas empresas. É, por isso, fundamental para fortalecer uma cultura de atuação sustentável e engajar o seu público interno, estabelecer um diálogo aberto e inclusivo com todos os envolvidos. Quando o público interno tem voz, sente-se responsável pelos resultados e esse facto é motivador. Se esclarecermos o propósito, os valores e os objetivos da empresa, podemos surpreender-nos com o conteúdo que os colaboradores podem criar.

Outro princípio que convém não perder de vista é o do alinhamento do discurso com as práticas da empresa. Se não o fizermos, alguém o fará. As causas defendidas e a maneira como as empresas as integram na gestão do negócio têm uma forte influência sobre a perceção e a identidade que os públicos, interno e externo, desenvolvem a seu respeito

A liderança engajar com a estratégia de sustentabilidade é condição essencial para que exista um maior comprometimento das equipas. A relação de confiança é uma conquista diária entre líderes e colaboradores e é essencial para mobilizar as pessoas do discurso à prática.

Quem não comunica é como quem não faz. É mandatório comunicar sustentabilidade. A comunicação em sustentabilidade é uma ferramenta essencial para a promoção das práticas responsáveis e para criar impacto positivo no mundo.

Por um futuro mais sustentável. Comunique-se!



Atuamos para contribuir para a preservação dos recursos do planeta.

O grupo L'Oréal reduziu em 53% o consumo de água nas suas fábricas e centros de distribuição. Porque a água é um recurso precioso, trabalhamos há vários anos na preservação de água de qualidade, consumida de forma responsável, em toda a nossa cadeia de valor.

L'ORÉAL GROUPE | CRIAMOS A BELEZA QUE FAZ AVANÇAR O MUNDO



JÚRI

PRESIDENTE DO JÚRI



MARIA DOMINGAS CARVALHOSA
residente, APECOM



ALEXANDRA LOUREIRO
Partner, Head of Portugal, Brunswick Group



CATARINA VASCONCELOS
Diretora-Geral, LPM



FRANCISCO TEIXEIRA
Get2C, Managing Partner



ISABEL RODRIGUES
Diretora-Geral de Marketing e Desenvolvimento Digital, Cofina Media

COMUNICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

Nesta categoria foram aceites iniciativas, serviços, projetos ou produtos que representam soluções de comunicação eficazes, de caráter educativo, que permitem aumentar a transparência e redução de desinformação e, em simultâneo, promovam a consciencialização e transição para comportamentos sustentáveis em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.
São valorizadas iniciativas e campanhas que, de forma criativa, rigorosa e simples utilizem diferentes suportes de comunicação que aumentem o impacto junto do público-alvo.



JOSÉ FRANCO
CEO, Corpcom



LUÍS MERGULHÃO
Presidente e CEO, Omnicom Media Group



MIGUEL COLETA
Director Sustainability, Activation & Support, Philip Morris

OS NOSSOS EMBAIXADORES

A Altri juntou cerca de três dezenas de crianças e jovens para o Dia da Sustentabilidade, com atividades de sensibilização para a importância de preservar os recursos



O futuro do planeta e da humanidade depende, em grande medida, não apenas das ações coletivas que tomamos hoje, mas sobretudo dos comportamentos que os líderes e cidadãos do futuro vão ter. E, também por isso, a sensibilização das crianças e dos jovens para os desafios da sustentabilidade e a importância de adotar comportamentos que protejam o planeta é fundamental. Esse foi o grande objetivo da Altri, referência europeia na produção de fibras celulósicas e na gestão florestal sustentável, quando decidiu organizar o Dia da Sustentabilidade 2023.
A iniciativa em torno da efeméride, alinhada com o compromisso do Grupo em promover a consciencialização ambiental, juntou mais de 30 crianças e jovens das famílias dos seus colaboradores no Monte do Galisteu, em pleno Parque Natural do Tejo Internacional.

30

crianças e jovens que participaram nas atividades dedicadas à sustentabilidade

50%

redução da água utilizada para a produção de fibras celulósicas até 2030

100%

energia renovável primária usada no processo até ao final desta década

Os jovens participantes, que representam o futuro, participaram ativamente em atividades desenhadas para explorar e compreender sustentabilidade e biodiversidade das áreas florestais, destacando a importância da sua preservação. No local foram instaladas três estações temáticas para potenciar diferentes dinâmicas de grupo, de modo a carimbar um passaporte desenvolvido pela Altri. Os três pontos de paragem incluíam "Voando sobre o Tejo" para a observação de espécies de aves emblemáticas da área protegida, "Tesouros da Floresta Altri" para apresentação das matérias-primas e produtos relacionados com a indústria, e "Miúdos, encolhi a casa!" para a construção de um hotel para insetos. O "Dia da Sustentabilidade Altri" foi concebido para alcançar os colaboradores do Grupo, através da participação das suas famílias, e criar



uma rede de consciencialização
que se estende para além do evento, incentivando a continuidade de práticas sustentáveis e o papel da organização para além da indústria.

COMPROMISSO DE LONGO PRAZO

A sustentabilidade não é uma palavra nova para o Grupo Altri, que há muito se dedica à gestão sustentável da floresta. Este é, aliás, um eixo estratégico para a empresa que estabeleceu, em 2020, objetivos concretos e ambiciosos para contribuir para a jornada rumo a 2030, alinhados com os ODS das Nações Unidas.
Entre eles, a redução do uso de água em 50%, ou seja, chegar ao final desta década com o uso de apenas 10m^3 de água por cada tonelada de pasta produzida, reduzindo ainda a carga orgânica nos seus efluentes industriais em 60%. Ao nível energético, o grupo prevê o aumento significativo da incorporação de energias renováveis para que seja possível alcançar, em 2030, 100% de energia renovável no consumo primário de energia nas suas unidades industriais.
Na floresta, a Altri quer aumentar em 40% a percentagem de consumo de madeira com certificação de gestão florestal e atingir, em 2030, a meta de 80%. O grupo atualmente já conta com sete estações de biodiversidade e biospots na área sob gestão dedicada à conservação, dos 15 previstos até ao final desta década.

Entidade: **Altri S.G.P.S., S.A.**

Nome do projeto: **Dia da Sustentabilidade Altri**

Data de início: **25/09/2023**

Data de conclusão: **25/09/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **Colaboradores e suas famílias**







QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

15 Proteger a vida terrestre



RELATÓRIO QUE ORIENTA A JORNADA DE SUSTENTABILIDADE

Lançado pelo BCSD Portugal no ano passado, o projeto analisa e avalia o caminho que dezenas de empresas em Portugal estão a percorrer rumo a um futuro assente em critérios ESG. Segunda edição será publicada em 2024.

Medir, analisar e agir. Estas são três palavras-chave para a jornada de sustentabilidade de qualquer empresa ou instituição, mas há ainda um longo caminho a percorrer até que todas as organizações percebam a importância de trabalhar a sustentabilidade ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês). Uma das principais missões do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável é precisamente prestar apoio, esclarecer dúvidas e servir de bússola orientadora para os negócios que não sabem por onde começar. O trabalho não é fácil, como de resto mostram os resultados do Retrato Agregado do Estado de Maturidade das Empresas em Sustentabilidade 2022, do BCSD Portugal. Este relatório anual – e cuja segunda edição deverá ser publicada no primeiro semestre de 2024 – sistematiza os dados de 67 empresas atuar em Portugal, em diferentes setores e de dimensões distintas, sobre o seu posicionamento nas etapas da sustentabilidade. A iniciativa recolheu os dados referentes a 2021 via inquérito online, realizado entre junho e outubro de 2022, de onde resultou uma análise profunda e detalhada, assim como uma identificação de possíveis oportunidades de melhoria ou complementaridade. O objetivo, esclarece a organização, é "incentivar as boas práticas de gestão e os princípios de sustentabilidade junto de todas as empresas e as suas cadeias de valor".

Este projeto surge na sequência do lançamento, em 2017, da Carta de Princípios do do BCSD Portugal que reúne empresas portuguesas em torno de compromissos comuns de desenvolvimento sustentável. Através deste documento são estabelecidas as linhas orientadoras para uma boa gestão empresarial, que são depois implementadas por via da Jornada 2030.
Ao subscreverem a Carta, as empresas comprometem-se com a Jornada 2030, que inclui 20 objetivos, 20 metas e 20 indicadores transversais de âmbito ESG, deixando claros os contributos das organizações para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU.
Para o do BCSD Portugal, este projeto "preenche a lacuna de estudos sobre a maturidade de empresas em sustentabilidade", aborda novos parâmetros e explora em detalhe as fases de planeamento estratégico dos negócios.

INCENTIVAR A TRANSFORMAÇÃO

Os resultados do Retrato Agregado 2022 mostraram que a maioria das empresas analisadas (68%) encontra-se nas fases iniciais prioridades estratégicas e os seus planos de ação. Apenas 37% dos inquiridos admite ter definido um plano de ação com boas práticas, enquanto 55% desenvolve, aprova e monitoriza a estratégia de sustentabilidade.
No que respeita à comunicação do que fazem as organizações, o documento indica que 54% faz o relatório de sustentabilidade e, dessas, nove em cada 10 fá-lo em alinhamento com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Porém, só quatro em cada dez empresas promove a avaliação externa dessa informação.
Para apoiar os esforços empresariais, o do BCSD Portugal disponibiliza aos signatários da Carta de Princípios uma ferramenta online de ESG que permite às organizações fazer o seu autodiagnóstico, monitorizar o seu desempenho, consultar uma matriz de prioridades e um plano de ação mapeado especificamente para cada instituição, entre outras funcionalidades.

67
é o número de empresas de diferentes setores e dimensões que participaram

68%
percentagem de organizações em Portugal que estão nas etapas iniciais da jornada da sustentabilidade

37%
das empresas inquiridas define um plano de ação com boas práticas

Entidade: **BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável**

Nome do projeto: **Maturidade das empresas em sustentabilidade – Retrato Agregado 2022**

Data de início: **01/06/2022**

Data de conclusão: **24/01/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **empresas com atividade em Portugal**



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 4 Educação de qualidade
- 5 Igualdade de género
- 8 Trabalho digno e crescimento económico
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas
- 10 Reduzir as desigualdades
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática
- 15 Proteger a vida terrestre
- 16 Paz, justiça e instituições eficazes



PROJETOS DE BIODIVERSIDADE SALVARAM HABITATS DE ESPÉCIES AMEAÇADAS

Campanha de sensibilização para colaboradores, comunidades e público em geral permitiu recuperar habitats em risco na Península Ibérica. Parcerias com instituições de investigação e financiamento de estudos asseguraram concretização das metas.

A biodiversidade é essencial para garantir o equilíbrio do planeta e, consequentemente, assegurar a sobrevivência da humanidade. Nos últimos anos, verificou-se a perda em massa de diversos organismos vivos que permitem a produção de medicamentos, que fornecem fibras para roupas e até alimentação. Estando consciente dos grandes impactos da não proteção da biodiversidade, a Bondalti assumiu a missão de sensibilizar os seus colaboradores através de diversas iniciativas de comunicação, que acabaram por se traduzir na recuperação de alguns habitats de espécies ameaçadas da Península Ibérica e até na consciencialização do público em geral, nomeadamente crianças.

COMUNICAR A BIODIVERSIDADE

Para sensibilizar o universo de 750 colaboradores entre Portugal e Espanha, assim assim como comunidades e público em geral, para a importância da biodiversidade, a Bondalti criou uma campanha com duração de quatro anos que incluiu ações e diversas peças de comunicação com uma forte componente multimédia. Entre as iniciativas que a Bondalti promoveu, em colaboração com diversas entidades oficiais, Organizações não Governamentais (ONG) e equipas de investigadores, destaca-se o restauro dos habitats do Lince Ibérico e da Águia Imperial, no Alentejo, em colaboração com o CIBIO, mas também o projeto ERASE, que promoveu a descontaminação e restauro de habitats em Estarreja. Além disso, a empresa financiou estudos envolvendo aves migratórias em conjunto com investigadores do CESAM e apoiou o Centro de Recuperação de Animais Marinhos da Universidade de Aveiro. Em

BONDALTI

Entidade: **Bondalti Capital, S.A.**

Nome do projeto: **Bonding with Nature**

Data de início: **01/01/2021**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **Todo o universo de colaboradores Bondalti, a comunidade local e o público em geral**

Espanha, colaborou com as autoridades da Cantábria para ajudar à conservação e proteção do Urso Pardo. A partir destas ações foram criadas campanhas de informação que envolveram os colaboradores, comunidades locais e público em geral. No caso dos trabalhadores da Bondalti, foram banidos os plásticos descartáveis na empresa e plantaram-se 700 árvores. Com as comunidades locais, neste caso em Torrelavega, 750 crianças participaram na iniciativa "Um dia no Zoo", contexto em que a Bondalti aderiu também ao Festival ESTAU, onde foi pintado um tanque com flora ameaçada da Ria de Aveiro. Todas as ações promovidas pela empresa foram reforçadas por diversas peças de comunicação nos mais variados suportes, incluindo flyers, brindes, cartazes, newsletters e 14 filmes que se debruçam sobre o tema da biodiversidade. Estes últimos conseguiram superar as 300 mil visualizações.









MENSAGENS SUSTENTÁVEIS

Graças à campanha de comunicação, a Bondalti conseguiu interagir com todos os seus 750 colaboradores, que por terem estado diretamente envolvidos nas iniciativas se elevaram, passando de meros consumidores de informação a agentes da mudança.
A ligação promovida entre as comunidades locais e as ONG, designadamente através das crianças, que no futuro vão herdar a responsabilidade de proteger o planeta, consolida todo o leque de ações da campanha de comunicação, propagando o impacto do universo empresarial até à esfera da sociedade.
Para a Bondalti, os custos principais foram ao nível do investimento à escala ibérica, mas este traduziu-se em projetos reais com potencial de crescimento, e teve como retorno mais um passo dado em direção a um futuro onde a biodiversidade está protegida.

750
Colaboradores envolvidos

14
Filmes produzidos sobre biodiversidade

700
Árvores plantadas

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 4 Educação de qualidade
- 13 Ação climática
- 14 Proteger a vida marinha
- 15 Proteger a vida terrestre



Fotografias Gonçalo Borges Dias

NADA SE DESPERDIÇA EM NOME DO PLANETA

A Câmara Municipal de Cascais investiu numa rede de ecocentros que permitem separar uma dúzia de fluxos de resíduos, desde os fios elétricos às borras de café.

A Câmara Municipal de Cascais tem procurado dar o exemplo através de sucessivos projetos de sustentabilidade que têm como objetivo tornar o município cada vez mais verde.
Em julho de 2020, nasceu o projeto-piloto "Ecocentro Móvel" que permitiu, até fevereiro de 2021, desviar dos resíduos domésticos cerca de 14 toneladas de resíduos para valorização.
O sucesso da iniciativa é comprovado pela quantidade de 'lixo' que não foi entregue a aterros.
Na verdade, os Ecocentros de Cascais não servem para as embalagens, mas sim para retirar de aterro outros materiais que não tinham destino e que, por isso, iam para o lixo comum.
Atualmente, a rede de Ecocentros de Cascais conta com seis contentores fixos e outros dois móveis, de forma a que possam servir o maior número de cidadãos possível.

AMBIENTE CASCAIS

Entidade: **Câmara Municipal de Cascais**

Nome do projeto: **Ecocentros de Cascais**

Data de início: **01/07/2020**

Data de conclusão: **31/12/2022**

Principais beneficiários da iniciativa: **munícipes de Cascais**

Os dois ecocentros móveis circulam entre Alcabideche, Carcavelos, Cascais, Estoril, Parede e S. Domingos de Rana.

QUAIS OS RESÍDUOS SEPARADOS?

Uma das principais motivações para a criação desta rede de ecocentros foi a necessidade de potenciar a reciclagem, cumprindo as metas com que Portugal está comprometido a nível europeu, e evitar a contaminação dos chamados resíduos indiferenciados. Assim, foram estabelecidos 12 novos fluxos de resíduos que os munícipes podem hoje separar na hora de deitar fora aquilo de que já não precisam: Cabos elétricos e pequenos eletrodomésticos, pilhas e baterias, toners e tinteiros, lâmpadas, latas de spray, loiças, espelhos e vidros, cassetes, DVDs e CDs, latas de tintas, livros e revistas, rolhas, caricas e cápsulas de café.



Fotografias Gonçalo Borges Dias



Fotografias Gonçalo Borges Dias



Fotografias Gonçalo Borges Dias

A recolha de cápsulas de café resultou de uma parceria firmada entre a empresa municipal Cascais Ambiente, a Tratolixo e a Associação Industrial e Comercial do Café, que junta diversas produtoras e comercializadoras desta área. Depois de recolhidas, as cápsulas são tratadas para que seja possível separar todos os materiais de que são compostas, nomeadamente o plástico, o alumínio e até as borras de café. Estas últimas são um extraordinário composto orgânico que pode ser aplicado no setor da agricultura, por exemplo.
A consciencialização da população local para a importância de separar todos estes materiais e resíduos foi uma aposta da Câmara Municipal de Cascais, que desenhou uma campanha de comunicação para incentivar a alteração de comportamentos na comunidade.
Com base nas premissas de economia circular estes equipamentos potenciam uma segunda vida para alguns dos fluxos, como é o caso dos livros e revistas que podem voltar para as bibliotecas municipais do concelho, por exemplo
A comunicação de sustentabilidade foi concretizada com recurso a uma abordagem humorística, provocatória e até coloquial, realizada em parceira com diversas marcas de café comercializadas em Portugal. O impacto foi positivo: foram alcançadas mais de 31 mil pessoas nas redes sociais do município entre os meses de junho e agosto de 2022. Desde a apresentação do primeiro ecocentro móvel que tem sido registado o volume de resíduos recolhidos nestes equipamentos.

Ao longo do tempo verificou-se uma relação direta entre a divulgação dos ecocentros e a taxa de recolha de materiais.
De julho de 2020 a julho de 2023 já foi possível recolher mais de 77 toneladas de materiais valorizáveis que não foram para aterro.



Fotografias Gonçalo Borges Dias

12
número de novos fluxos de resíduos que o município começou a reciclar

31.376
pessoas foram alcançadas através da campanha da Câmara Municipal de Cascais nas redes sociais

77
toneladas de materiais valorizáveis que não foram enviados para aterro entre 2020 e 2023

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

17 Parcerias para a implementação dos objetivos

BACKWASH, A LOJA DOS OBJETOS QUE NINGUÉM QUER

A iniciativa, associada a ações de limpeza subaquáticas, quis chamar a atenção para a importância da preservação dos oceanos e dos seus ecossistemas e do combate à poluição marinha.



Os números da UNESCO são claros. Em 2050, os oceanos poderão ter mais plástico do que peixes, ou seja, mais de 80% do lixo marinho é plástico e, na última década, a humanidade produziu mais plástico do que nos séculos anteriores. Sensibilizar para os temas da poluição, do consumo de plásticos e do seu impacto nos oceanos e na biodiversidade marinha é, por isso, essencial para promover ações concretas e urgentes que protejam os ecossistemas marinhos de modo a garantir um futuro sustentável para o planeta. Foi este o mote para a campanha Backwash – a loja dos objetos que ninguém quer, promovida pela EDP a partir de uma limpeza subaquática organizada em 2022, em Sesimbra, em parceria com a Oceanum Liberandum. Esta primeira ação reuniu quase 600 mergulhadores e permitiu remover mais de três toneladas de lixo do oceano em apenas 12 horas. Parte desse lixo eram objetos pessoais e de diferentes tipos, de um computador portátil a um tambor de uma máquina de lavar, que acabou exposto numa loja física em Madrid (Espanha) e digital, bem como em diferentes espaços de exposição em Portugal, tendo cada artigo um custo simbólico não em euros, mas em número de anos que demoraria a decompor-se, ou seja, o custo para o planeta.

Por exemplo, tanto o computador portátil como o tambor de máquina de lavar, um simples sapato ou um par de óculos poderão perdurar mais de 500 anos até se decomporem - e este é o verdadeiro custo para o planeta. Todos os visitantes foram também convidados a fazer uma doação à Ocean Cleanup, uma organização

+3t
de lixo removido do fundo do mar, na 1ª ação de limpeza

27.000
visitas à loja física e online

+13M
de pessoas impactadas pela campanha, globalmente



não governamental internacional focada na remoção de lixo lançado ao mar.

SEGUNDA EDIÇÃO BATE NOVO RECORDE

Em maio de 2023, Sesimbra voltou a ser ponto de encontro para centenas de mergulhadores de todo o mundo que partilham a paixão pelo oceano e que se envolvem na proteção dos seus ecossistemas. Durante 24 horas, 842 mergulhadores certificados mobilizaram-se para uma nova ação de limpeza naquela zona da costa portuguesa, atingindo assim um novo recorde mundial do Guinness em número de participantes. No total, recolheram-se perto de sete toneladas de lixo. Além deste feito, a campanha de limpeza bateu um segundo recorde, ao conseguir formar a maior frase escrita com materiais recicláveis (no Parque de Campismo de Sesimbra) com 5253 peças – o mínimo de peças definido pelo Guinness World of Records era de 5000 peças.

À ação de limpeza em Sesimbra, a energética junta o apoio a uma campanha de limpeza em Espanha promovida pelo Projeto Libera – "1m2 contra o lixo" – dando assim dimensão ibérica ao seu objetivo de mobilizar e de sensibilizar a sociedade para a necessidade de proteger o oceano e os ecossistemas marinhos.

O Backwash, nome inspirado no oceano que representa o movimento contrário das ondas quando recuam da terra para o mar, nasce assim como um projeto de comunicação com caráter educativo e de sensibilização com o objetivo de informar, surpreender e despertar para comportamentos mais sustentáveis.

Empresa: **EDP**

Nome do projeto: **Backwash – a loja dos objetos que ninguém quer**

Data de início: **06/06/2023**

Data de conclusão: **30/06/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **público em geral; ambientalistas; investigadores de ecossistemas marinhos; praticantes de desportos (mergulho, sobretudo)**



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 6 Água potável e saneamento
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática
- 14 Proteger a vida marinha

FUNDAÇÃO SANTANDER INCENTIVA EMPRESÁRIOS A BOAS PRÁTICAS SOCIAIS

Iniciativa 'Falar sobre o S com o Santander' juntou 170 participantes no auditório da sede do banco, para uma manhã de reflexão e partilhas sobre a jornada ESG.



Falar sobre o S
com o Santander

O **Social** no **ESG**

GRACE

Santander

A Fundação Santander Portugal reuniu, em maio do ano passado, cerca de 170 líderes e representantes de organizações para participarem do 'Falar sobre o S com o Santander', um evento presencial que promoveu uma manhã de reflexão e partilhas significativas sobre práticas empresariais sociais.
O encontro foi um marco na jornada ESG (sigla em inglês para meio ambiente, social e governança), na medida em que destacou a importância de uma cultura empresarial sustentável em todos os níveis.
Organizada em parceria com a associação empresarial GRACE - Empresas Responsáveis e o movimento cívico Women in ESG Portugal, a iniciativa, totalmente gratuita para os participantes, teve como objetivo central estimular o pensamento crítico quanto ao comportamento das empresas portuguesas no domínio social ao longo dos últimos anos.
A diversidade, a integração de pessoas com deficiência, o futuro do trabalho, os direitos humanos, o impacto das empresas na sociedade e os desafios enfrentados neste longo caminho foram alguns dos temas em destaque nos debates.
O evento contou com a presença de um live sketcher - o que, em português, pode ser interpretado como ilustrador ao vivo - que teve à sua responsabilidade registar os momentos-chave e as declarações dos participantes num quadro para preservar a memória futura do evento.
Após o término da sessão, os painéis e discussões foram disponibilizados ao público em formato de podcast, em diversas plataformas, sendo que a imagem do encontro foi gerada com recurso à Inteligência Artificial (IA). A conferência 'Falar sobre o S com o Santander' focou, assim, a importância da colaboração e reflexão conjunta sobre os desafios sociais enfrentados pelas empresas nacionais.

Santander Fundação

Entidade: **Fundação Santander Portugal**

Nome do projeto: **Falar sobre o S com o Santander**

Data de início: **31/05/2023**

Data de conclusão: **31/05/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **Empresas e público em geral**





Ao colocar o dedo na ferida, o evento visou catalisar mudanças significativas e impulsionar práticas empresariais mais responsáveis e inclusivas no panorama português, salientando a ideia de que as barreiras só conseguem ser ultrapassadas em parceria.

"AQUI E AGORA" PARA PRESTAR APOIO EM TODAS AS FRENTES

Reconhecendo o papel crucial do 'S' (social) na sua estratégia ESG, o Santander tem dado provas do seu compromisso com a inclusão financeira, a diversidade e a educação, dedicando-se a três grandes áreas de atuação: clientes, colaboradores e sociedade.

Prova disso é que, durante a pandemia, lançou o programa Aqui e Agora para apoiar clientes acima dos 70 anos, garantindo-lhes acesso a serviços financeiros essenciais.

Além disso, o banco promove ativamente a inclusão e a diversidade da sua força de trabalho, incluindo a contratação de pessoas com deficiência e a garantia de 30% de representação feminina em cargos de liderança.

A Fundação Santander Portugal tem como finalidade potenciar o progresso sustentado da sociedade portuguesa, nos domínios da educação, da empregabilidade, da ecologia e do bem-estar social, bem como gerir e valorizar o património histórico e artístico da sociedade fundadora, atuando ao nível nacional, mas também nas comunidades onde opera.



170

pessoas participaram no evento "Falar sobre o S com o Santander"

30%

de representação feminina em cargos de liderança no Santander

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

4 Educação de qualidade

5 Igualdade de género



NATIXIS EM PORTUGAL CONTRIBUI PARA A PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE SUSTENTABILIDADE

A Natixis em Portugal procura contribuir ativamente para a promoção de uma Cultura de Sustentabilidade, ambicionando construir um legado duradouro para as novas gerações

A Natixis em Portugal, um Centro de Excelência que tem como missão transformar a banca tradicional, desenvolvendo soluções inovadoras para o negócio, operações e cultura de trabalho do Groupe BPCE em todo o mundo, tem-se destacado como uma verdadeira líder na promoção da Sustentabilidade e Solidariedade, fomentando iniciativas que impactam de forma positiva o meio ambiente e a sociedade.
Com mais de 2.000 colaboradores de mais de 30 nacionalidades, a empresa destaca-se pela diversidade da sua força de trabalho, o que não só tem contribuído para enriquecer a cultura organizacional, como também para alcançar uma compreensão abrangente para enfrentar os desafios globais de Sustentabilidade.
Alinhada com os valores e compromissos estratégicos do Groupe BPCE, a Natixis tem desenvolvido diversas campanhas de consciencialização e sensibilização para as temáticas de Sustentabilidade e Solidariedade, procurando educar e envolver os seus colaboradores no sentido de transitarem para comportamentos mais conscientes, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Em concreto, entre 2022 e 2023, a empresa implementou projetos com o propósito de fortalecer e tornar visível, de forma contínua, a sua contribuição para a sociedade civil e o meio ambiente, nos quais se incluem ações de comunicação de âmbito interno e externo.
A nível corporativo, o grupo lançou a Climate School, uma formação que capacita os colaboradores no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, e a My Green Footprint, uma plataforma que monitoriza a pegada de CO_2 individual. A nível local, a empresa é subscritora do Pacto para o Clima da Câmara Municipal do Porto e conta com uma Comunidade Green, que desenvolve ações de sensibilização, através da celebração de campanhas internacionais ou da dinamização de workshops sobre economia circular, poluição aquática, redução de resíduos,

17
Mil colaboradores formados pela Climate School

103
Toneladas de CO_2 evitadas por ano com adoção de energia renovável no escritório do Porto

30
Mil horas de formação em Desenvolvimento Sustentável

entre outros temas. A par, promove a mobilidade sustentável, com uma frota 100% elétrica e um orçamento mensal para transportes verdes, opta por energia 100% renovável para alimentar as suas operações e adota práticas de economia circular, de que servem de exemplo a reutilização de desktops em novos postos de trabalho e a doação de equipamentos à comunidade local. No âmbito do ODS 2, referente à fome zero e à agricultura sustentável, a empresa lançou, em parceria com a Noocity, o Natixis Urban Garden, um conceito inovador de horta urbana que promove a agricultura urbana e a biodiversidade - integrando até um hotel para insetos -, enquanto contribui para a comunidade local, através da doação da totalidade dos alimentos produzidos a famílias em situação de carência. Por meios de ações de solidariedade, como a Solidarity Week, a empresa doa bens essenciais, roupa, brinquedos, materiais escolares e produtos para animais a instituições locais e encoraja os seus colaboradores a realizar ações de voluntariado. A comunicação de sustentabilidade da Natixis em Portugal estende-se ainda às redes sociais, Instagram e LinkedIn, através da partilha de conteúdo sobre Sustentabilidade em rubricas dedicadas. As iniciativas, no geral, têm sido bem-sucedidas e o seu impacto é mensurável através de métricas como as horas de formação em Desenvolvimento Sustentável (30 mil), o número de colaboradores formados em todo o grupo (17 mil), as emissões de CO2 evitadas com a adoção de energia renovável no escritório do Porto (103 toneladas por ano) e os vegetais colhidos na horta urbana desde a sua criação em 2018 (560 quilos). As doações, que ultrapassaram os milhares, também servem de indicador.







NATIXIS

Entidade: **Natixis em Portugal**

Nome do projeto: **Cultura de Sustentabilidade na Natixis em Portugal**

Data de início: **01/01/2022**

Data de conclusão: **31/12/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **equipa da Natixis em Portugal, comunidade local e instituições de solidariedade, estudantes e recém-formados, profissionais, universidades e politécnicos, organizações tecnológicas e centros de investigação, autoridades locais e governamentais e meios de comunicação**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

1 Erradicar a pobreza

2 Erradicar a fome

3 Saúde de qualidade

4 Educação de qualidade

7 Energias renováveis e acessíveis

11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

UM MÊS DE COMPROMISSO E AÇÃO PELO PLANETA

De passatempos à participação em eventos e webinars sobre práticas ambientais responsáveis, a Saint-Gobain Portugal promoveu diversas atividades para reforçar o seu compromisso com a sustentabilidade, envolvendo colaboradores e público em geral.



MÊS DA SUSTENTABILIDADE

SAINT-GOBAIN

Focada em contribuir ativamente para um Planeta melhor e mais consciente, em outubro do ano passado, a Saint-Gobain Portugal, multinacional que se dedica ao fabrico e distribuição de materiais e soluções de construção, desafiou os seus stakeholders a juntarem-se ao Mês da Sustentabilidade, uma iniciativa que teve como objetivo reforçar a importância dos vários temas cruciais para o ecossistema da sustentabilidade, através de uma série de desafios e ações semanais.
O programa, dirigido a clientes, equipa, parceiros e público em geral, refletiu o compromisso prioritário da organização com a sustentabilidade e concentrou-se em promover a consciencialização e a ação prática, ganhando a forma de passatempos, webinars, workshops, livestreamings e eventos relacionados com diversos assuntos, dos quais fazem parte a reciclagem, os fundos ambientais e a diversidade e inclusão. Entre as atividades que desenvolveu, a Saint-Gobain Portugal lançou dois desafios por semana com o intuito de incentivar a prática de hábitos que contribuem para o bem-estar do Planeta e a partilha de fotografias nas redes sociais que ilustrem essa dinâmica, tendo sido oferecido ao vencedor um voucher de noites em hotéis ecológicos. A empresa também marcou presença em eventos relevantes, como o Greenfest em Braga e o Shift em Matosinhos, onde destacou as suas soluções inovadoras e contribuição para a sustentabilidade no setor da construção.
Uma impressora 3D, que constrói desde floreiras até casas, com designs ambiciosos e contributos positivos na redução dos consumos de água e eletricidade nas obras, mas também nas taxas de emissão de CO_2, é uma das respostas da multinacional para as "cidades do futuro".

SAINT-GOBAIN

Entidade: **Saint-Gobain Portugal S.A.**

Nome do projeto: **Mês da Sustentabilidade**

Data de início: **25/09/2023**

Data de conclusão: **25/10/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **clientes, parceiros e público em geral**

O Mês da Sustentabilidade incluiu igualmente webinars e talks sobre diversidade, inclusão e eficiência energética. Enquanto numa sessão online, realizada em parceria com a ADENE, foi discutida a eficiência energética em edifícios e a relevância dos eco materiais no âmbito do Fundo Ambiental, noutra, que contou com a colaboração da Sociedade Ponto Verde, a reciclagem de resíduos de embalagens foi o mote central.
E porque o mundo das certificações é complexo, a empresa promoveu outro momento, convidando especialistas que deram a conhecer e ajudaram a interpretar esses reconhecimentos na área de sustentabilidade em produtos e soluções para a construção.No âmbito da aprendizagem, a Saint-Gobain Portugal realizou também workshops e formações internas sobre temas relacionados com a saúde e bem-estar, a neutralidade carbónica e as mudanças climáticas. A título de exemplo, em parceria com o La Fresque du Climat, o grupo francês já formou, até à data, a nível mundial cerca de 40 mil colaboradores no workshop Climate Fresk e, até 2025, tem como meta a participação de 80% de toda a equipa. Externamente, a companhia ofereceu aulas sobre eficiência energética e certificações sustentáveis. Num gesto simbólico, no dia 24 de outubro, a empresa suspendeu temporariamente os serviços nos centros da Saint-Gobain Portugal durante uma hora - a "hora do planeta" -, como parte do compromisso com a redução do consumo elétrico.
Adicionalmente, dedicou-se a ações práticas, como a limpeza de praias, que contou com o apoio da Associação BioLiving, e na qual participaram 40 voluntários de várias sociedades do grupo em território nacional.
Os esforços resultaram na recolha de 14 quilogramas de lixo.
Os resultados produzidos pela iniciativa Mês da Sustentabilidade, que teve como missão não apenas educar e sensibilizar, mas também demonstrar o compromisso real da Saint-Gobain Portugal com a sustentabilidade, foram expressivos, tendo-se verificado uma ampla divulgação nos meios de comunicação.

40
Voluntários na ação de limpeza das praias

14
Quilogramas de lixo retirado

40
Mil colaboradores do Grupo a nível mundial formados no Climate Fresk



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

3 Saúde de qualidade
4 Educação de qualidade
5 Igualdade de género
10 Reduzir as desigualdades
11 Cidades e comunidades sustentáveis
12 Produção e consumo sustentáveis
13 Ação climática
17 Parcerias para a implementação dos objetivos

O Mês da Sustentabilidade incluiu igualmente webinars e talks sobre diversidade, inclusão e eficiência energética. Enquanto numa sessão online, realizada em parceria com a ADENE, foi discutida a eficiência energética em edifícios e a relevância dos eco materiais no âmbito do Fundo Ambiental, noutra, que contou com a colaboração da Sociedade Ponto Verde, a reciclagem de resíduos de embalagens foi o mote central.
E porque o mundo das certificações é complexo, a empresa promoveu outro momento, convidando especialistas que deram a conhecer e ajudaram a interpretar esses reconhecimentos na área de sustentabilidade em produtos e soluções para a construção.No âmbito da aprendizagem, a Saint-Gobain Portugal realizou também workshops e formações internas sobre temas relacionados com a saúde e bem-estar, a neutralidade carbónica e as mudanças climáticas. A título de exemplo, em parceria com o La Fresque du Climat, o grupo francês já formou, até à data, a nível mundial cerca de 40 mil colaboradores no workshop Climate Fresk e, até 2025, tem como meta a participação de 80% de toda a equipa. Externamente, a companhia ofereceu aulas sobre eficiência energética e certificações sustentáveis. Num gesto simbólico, no dia 24 de outubro, a empresa suspendeu temporariamente os serviços nos centros da Saint-Gobain Portugal durante uma hora - a "hora do planeta" -, como parte do compromisso com a redução do consumo elétrico.
Adicionalmente, dedicou-se a ações práticas, como a limpeza de praias, que contou com o apoio da Associação BioLiving, e na qual participaram 40 voluntários de várias sociedades do grupo em território nacional.
Os esforços resultaram na recolha de 14 quilogramas de lixo.
Os resultados produzidos pela iniciativa Mês da Sustentabilidade, que teve como missão não apenas educar e sensibilizar, mas também demonstrar o compromisso real da Saint-Gobain Portugal com a sustentabilidade, foram expressivos, tendo-se verificado uma ampla divulgação nos meios de comunicação.

40
Voluntários na ação de limpeza das praias

14
Quilogramas de lixo retirado

40
Mil colaboradores do Grupo a nível mundial formados no Climate Fresk



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

3 Saúde de qualidade
4 Educação de qualidade
5 Igualdade de género
10 Reduzir as desigualdades
11 Cidades e comunidades sustentáveis
12 Produção e consumo sustentáveis
13 Ação climática
17 Parcerias para a implementação dos objetivos

PENSAMENTO E AÇÃO SUSTENTÁVEL COMEÇAM NA EDUCAÇÃO

Academia Ponto Verde percorre escolas em todo o país para consciencializar a comunidade escolar para a importância da sustentabilidade, tendo passado a mensagem a mais de 150 mil crianças e jovens desde 2019.



A Sociedade Ponto Verde (SPV) tem desempenhado um papel crucial na promoção da educação ambiental em Portugal através da sua iniciativa Academia Ponto Verde (APV). Esta plataforma educativa tem como objetivo sensibilizar e mobilizar a comunidade escolar para as boas práticas de separação e reciclagem de embalagens, contribuindo assim para a construção de um futuro mais sustentável.
A APV oferece uma vasta gama de recursos informativos e educativos, desde guias práticos a jogos interativos e materiais pedagógicos, adaptados para diferentes faixas etárias. Através de jogos, quizzes, desafios e concursos, a Academia torna o processo educativo mais envolvente e dinâmico, incentivando a aprendizagem sobre a importância da reciclagem de uma forma divertida.

PROMOVER O AMBIENTE

Alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12 da ONU, que visa garantir padrões de consumo e produção sustentáveis, a APV promove a reciclagem e a educação ambiental como ferramentas essenciais para reduzir o consumo de recursos naturais, diminuir a geração de resíduos e mitigar as mudanças climáticas.
O sucesso da Academia Ponto Verde reside na sua abordagem holística e na variedade de recursos oferecidos, que se adaptam às diferentes preferências e estilos de aprendizagem. Desde a sua criação, a plataforma já sensibilizou mais de 150 mil crianças e jovens, entre 2019 e o início de 2024, sobre a importância da reciclagem, demonstrando assim o seu impacto positivo e mensurável na sociedade portuguesa.
Além do impacto em milhares de alunos, foram entregues mais de 2500 ecopontos às escolas e criados mais de 1400 trabalhos de sustentabilidade por alunos participantes no

pontoverde

Entidade: **Sociedade Ponto Verde**

Nome do projeto: **Academia Ponto Verde**

Data de início: **20/05/2019**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **toda a comunidade escolar, em que se incluem professores, educadores de infância, crianças e jovens entre os três e os 18 anos**

projeto ambiental. Os adultos também estão incluídos na iniciativa, tendo a APV formado mais de 3000 pessoas desde a sua criação, inclusive professores e educadores de infância, criando uma comunidade de aprendizagem ativa em torno da sustentabilidade.

PROJETOS QUE INOVAM

A iniciativa é inovadora em várias frentes, nomeadamente por ser pioneira na área da educação ambiental. Além de abordar os temas de forma holística, com ações de formação abrangentes que vão muito além do tema da reciclagem de embalagens, os profissionais que ministram as formações têm elevada experiência. Embora a componente educacional e teórica seja de extrema relevância, a iniciativa foca-se em incentivar os participantes a colocarem em prática os conhecimentos adquiridos. Não obstante a importância da componente prática e de proximidade com a comunidade escolar no âmbito da sua ação, a APV apostou também nos conteúdos online para complementar a iniciativa, criando uma plataforma intuitiva e acessível a todos os usuários. As peças de comunicação em vários formatos são também essenciais para destacar os principais benefícios do projeto, através de uma linguagem clara, acessível e visualmente atrativa, convidando toda a comunidade escolar a fazer parte da construção de um futuro mais sustentável. Ao impactar a educação ambiental, as escolas e os jovens, a APV está a contribuir significativamente para a formação de uma sociedade mais consciente e comprometida com a sustentabilidade. Desde a sua criação que tem vindo a promover a mudança de comportamentos para que, com o contributo de todos, o planeta possa tornar-se mais verde e resiliente para as gerações vindouras.

150
Mil alunos impactados desde 2019

2.500
Ecopontos entregues às escolas

1.400
Trabalhos sobre sustentabilidade criados por alunos participantes no projeto







QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

4 Educação de qualidade

12 Produção e consumo sustentáveis

FORMAÇÃO ALERTA PARA COMPORTAMENTOS MAIS SUSTENTÁVEIS

A plataforma online destaca-se pela sua abordagem inovadora e inclusiva, uma experiência imersiva e lúdico-pedagógica sobre questões cruciais de sustentabilidade.



Falar sobre sustentabilidade, CO2 e alterações climáticas, plástico, desenvolvimento inclusivo, apoio à comunidade, e de natureza e biodiversidade é abordar desafi os específi cos que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas e a saúde do planeta, além de se reconhecer as interconexões entre eles e a necessidade de abordagens integradas para enfrentá-los de forma efi caz. A educação e a comunicação são duas dessas abordagens que a Sonae juntou numa só plataforma.

Com a campanha Sustentabilidade: o futuro nas nossas mãos, a multinacional decidiu partilhar o seu conhecimento nesta matéria de forma transparente e clara e assim contribuir para comportamentos mais conscientes hoje, rumo a um amanhã melhor para todos.

A iniciativa destaca-se como sendo uma ferramenta de formação online, que visa abordar questões-chave de sustentabilidade, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Sonae

Entidade: **Sonae SGPS**

Nome do projeto: **Sustentabilidade o futuro nas nossas mãos**

Data de início: **06/06/2023**

Data de conclusão: **30/06/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **colaboradores Sonae e toda a sociedade**

Inicialmente disponibilizada para os colaboradores do grupo, o seu cariz educativo levou à adesão do projeto à iniciativa europeia European Green Week, o que possibilitou o alargamento do público-alvo, de forma gratuita e aberta, a toda a sociedade durante a semana do Dia Mundial do Ambiente, que se celebra em junho. Este programa de formação à distância oferece recursos variados, desde artigos informativos a vídeos interativos, proporcionando uma visão abrangente e profunda sobre questões críticas que a todos preocupam. Baseado em modelos integrados de formação, num formato inovador, os vários episódios disponibilizados na plataforma passam mensagens simples, claras e abrangentes. Cada uma das seis séries temáticas abordadas, que representam áreas estratégicas de atuação para a sustentabilidade na Sonae, encontra-se organizada em quatro episódios que recorrem a animações, vídeos e quizzes, a começar por um enquadramento e um alerta



+20.000
acessos à plataforma desde o seu lançamento

+8.000
dos quais numa só semana, uma manifestação do interesse gerado

+10
países além de Portugal refletem a abrangência geográfica do projeto

para a urgência do tema abordado; um vídeo onde é apresentado o papel e a atuação das empresas Sonae; um quizz que permite ao utilizador refletir sobre os seus comportamentos relativamente a cada temática; e ainda um booklet que visa ser um repositório de informações, recomendações e dicas de autoaprendizagem adicionais.



APELO À PARTICIPAÇÃO DE TODOS

A iniciativa Sustentabilidade: o futuro nas nossas mãos tem vindo a ter um impacto educativo e de consciencialização na sociedade, desempenhando um papel essencial ao oferecer uma plataforma acessível, incluindo escolas e a comunidade em geral, e. convidando à participação de todos, independentemente do seu perfi l ou área de atuação. Por outro lado, constitui um exemplo importante do compromisso do setor privado com a construção de um futuro mais sustentável, estando a empresa a tomar medidas concretas para reduzir o seu impacto ambiental e social, e a inspirar outras organizações a fazerem o mesmo. A sustentabilidade é um tema vasto, mas ao mesmo tempo sensível e de grande relevância, que requer ação urgente por parte das organizações e da sociedade.
A sua importância transcende fronteiras corporativas, tornando-se uma responsabilidade e compromisso de todos.



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 4 Educação de qualidade
- 5 Igualdade de género
- 7 Energias renováveis e acessíveis
- 8 Trabalho digno e crescimento económico
- 10 Reduzir as desigualdades
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática
- 14 Proteger a vida marinha

CAMPANHA PROMOVE USO DOSTRANSPORTESPÚBLICOS NA REGIÃO DE LISBOA

Mensagens provocadoras tendo o carro como alvo visaram reduzir a dependência deste meio de transporte, destacando os benefícios ambientais e sociais de usar o navegante®.



O transporte público desempenha um papel vital na mobilidade urbana, oferecendo uma alternativa mais sustentável ao uso do carro. A dependência excessiva do automóvel contribui para congestionamentos, poluição do ar e outros problemas pelo que urge abordar esses desafios e promover um ambiente urbano mais saudável, eficiente e amigo do ambiente. Portugal tem objetivos claros para alcançar a neutralidade carbónica até 2045 e a cidade de Lisboa tem objetivos claros de redução da presença do automóvel nas suas ruas. De acordo com a meta definida no MOVE 2030, a estratégia para a mobilidade da capital, até ao final da década, a utilização do automóvel na cidade deverá diminuir até um máximo de 34%.

Para se ter uma ideia de que nem sempre o carro esteve no centro das atenções das pessoas e foi o modo de deslocação predominante,em 1991, esse meio de locomoção representava apenas 23,4% das deslocações e o transporte público desempenhava o papel central na mobilidade da cidade, com 46,5% das preferências.

18

número de municípios abrangidos pelo navegante® na Área Metropolitana de Lisboa

46,5%

das pessoas usavam transportes públicos em 1991

25%

das pessoas utilizavam transportes públicos em 2021 (em 2017 eram 16%)

O inquérito à mobilidade feito em 2017 veio evidenciar a repartição modal com um peso de 60% para as deslocações em automóvel e apenas 16% para o transporte público, assinalando uma perda de 32pp face ao último estudo realizado nos Censos em 2011 e invertendo a realidade assinalada em 1991. Para voltar a incentivar a utilização do transporte público, nasceu o navegante® e em torno desta nova realidade que veio alterar o paradigma da mobilidade com simplificação tarifária, alargamento da abrangência geográfica e sustentabilidade económica e ambiental por via da redução do preço e pela integração de todos os modos de transporte.

Com o navegante® têm vindo a ser desenvolvidas várias iniciativas onde se enquadra a campanha Elogio do Carro, lançada pela Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) em 2023. Através de uma

abordagem inovadora, provocadora, irónica e bem-humorada, a ação pretendeu desafiar as perceções arraigadas sobre o uso do carro, mostrando como diferem da realidade, e incentivar a adoção dos transportes públicos.

ABRANGÊNCIA METROPOLITANA

Com o mote 'Queres melhor? Vai de navegante®?' foram apresentadas mensagens de comunicação contraditórias.
Multas, carros bloqueados e filas de trânsito intermináveis foram algumas das imagens da campanha Elogio do Carro, a qual deu muito que falar. Recorrendo a uma estratégia multimeios e multicanal que incluiu spots televisivos, radiofónicos, outdoors, mupis, redes sociais e ações de ativação, a iniciativa, de âmbito metropolitano, alcançou uma ampla audiência, envolvendo diversos públicos e contextos, e conseguiu unificar a sua mensagem central adaptada a cada local onde era exibida. Por exemplo, além de estar na rua e ser vista pelos automobilistas, também foi levada para dentro dos transportes público para recordar aos passageiros que a melhor opção de viagem era a deles, elogiando-os pela decisão tomada e reforçando os benefícios assim obtidos.
Por outro lado, ao desconstruir ideias preconcebidas sobre a conveniência e conforto do carro, desmontando as suas falsas vantagens, o objetivo foi estimular uma potencial mudança de comportamentos com a reflexão crítica sobre as escolhas individuais de mobilidade, enaltecendo os benefícios ambientais e sociais dos transportes públicos, o que contribuiu também para a educação para a sustentabilidade. Esta sensibilização da população para os impactos negativos do excesso de carros nas cidades e para a importância da adoção de opções de mobilidade mais ecológicas e eficientes teve como resultado um crescimento em geral na receita de passes, bem como a de títulos ocasionais durante os meses da campanha. De acordo com a TML, os custos, incluindo produção de conteúdos e investimento em meios, foram equilibrados face ao retorno obtido.

transportes metropolitanos de lisboa

Entidade: **TML Transportes Metropolitanos de Lisboa**

Nome do projeto: **Campanha navegante® Elogio do Carro**

Data de início: **01/04/2023**

Data de conclusão: **30/11/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **automobilistas e passageiros de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

11 Cidades e comunidades sustentáveis

13 Ação climática









SOLUÇÃO PARA EMPRESAS FACILITA ACESSO AO PASSE SOCIAL EM LISBOA

Contribuir para a mobilidade sustentável, apoiar as métricas europeias de descarbonização das cidades, e incentivar o uso dos transportes públicos é o triplo benefício associado ao navegante® Empresas.

A mobilidade e a facilidade de acesso ao local de trabalho são um direito das pessoas. A visão estratégica de promoção de uma mobilidade mais sustentável deve ser parte integrante das políticas de responsabilidade social das empresas, visando a redução de impactos negativos na vida dos cidadãos, da sociedade e do planeta.O navegante® Empresas, uma iniciativa da Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), surge como uma solução inovadora para organizações comprometidas com a sustentabilidade. Como podem as empresas contribuir para a neutralidade em carbono até 2050? Uma resposta está em adotar uma solução para a mobilidade corporativa sustentável. Este produto da TML foi desenvolvido para simplificar o acesso ao passe social e

+100

número de empresas que já utilizam o navegante® empresas

500

pessoas passaram a poder deslocar-se de forma mais sustentável

150%

de dedução do custo dos passes no lucro tributável (benefício fiscal)

representa uma revolução na forma como as empresas encaram a mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa. Os seus impactos para colaboradores abrangem várias dimensões, desde ambiental, social e económica. Alguns dos mais significativos incluem a redução de emissões de carbono; a promoção da mobilidade sustentável, contribuindo para a criação de uma cultura de mobilidade urbana mais ecológica, e da responsabilidade social empresarial que demonstra um compromisso tangível com práticas sustentáveis e preocupações ambientais; o estímulo à economia local; a promoção da saúde pública (menos congestionamento, menos poluição, melhor qualidade do ar); o incentivo à inovação tecnológica, que melhora a experiência do

utilizador e impulsiona a inovação no setor de mobilidade; a consciencialização sobre sustentabilidade corporativa que leva as empresas a refletirem sobre as suas práticas; e a facilitação de deslocações corporativas, visto o acesso ao passe social ficar mais simplificado e conveniente. A campanha de comunicação do navegante® Empresas foi lançada em 2023.
Foram utilizadas estratégias de divulgação nas redes sociais e a criação de um website dedicado ao produto (www.comportamentosustentavel.pt).
A comunicação com as empresas tem sido realizada de forma exclusiva e personalizada.

IMPACTOSTAMBÉMAONÍVELDAEDUCAÇÃO

Além dos impactos ambientais e financeiros, esta solução de mobilidade área metropolitana de Lisboa tem, igualmente, importância educativa significativa, ao promover não apenas a mobilidade sustentável como a responsabilidade social e ambiental.

Adicionalmente, a iniciativa tem impacto na consciencialização sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a integração de práticas sustentáveis nas operações diárias, o posicionamento nas práticas ESG (ambientais, sociais e de governança), educando as empresas sobre a relevância desses critérios na tomada de decisões corporativas, além de poder permitir o acesso ao Ranking de Mobilidade Corporativa que virá proporcionar uma medida tangível do desempenho das empresas no contexto da mobilidade sustentável.
Isso fomenta uma competição saudável, mas também alerta para a importância de as organizações serem reconhecidas por práticas positivas.

transportes metropolitanos de lisboa

Entidade: **TML Transportes Metropolitanos de Lisboa**

Nome do projeto: **navegante® Empresas**

Data de início: **10/10/2023**

Data de conclusão: **10/10/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **todas as empresas da Área Metropolitana de Lisboa**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



11 Cidades e comunidades sustentáveis

13 Ação climática

17 Parcerias para a implementação dos objetivos





QUANDO UMA BOA AÇÃO AJUDA A MUDAR O MUNDO

Durante a realização da Jornada Mundial da Juventude 2023, em Lisboa, a Valorsul promoveu uma campanha de sensibilização para a reciclagem. Os números mostram o sucesso.

Todos os anos são produzidos milhões de toneladas de resíduos urbanos em Portugal e apenas uma parte tem como destino a reciclagem ou a valorização, ainda que, desde o virar do século, a evolução seja positiva no que à separação do lixo diz respeito. Em 2022, cada português produziu, em média, cerca de 1,4 quilos de resíduos por dia ou 507 quilos por ano. Caminhar a jornada da sustentabilidade é uma responsabilidade coletiva, que exige aos cidadãos, às empresas e ao Estado participação ativa. E isso implica, claro, reciclar. A Valorsul, empresa responsável pelo tratamento e valorização de resíduos urbanos na zona de Lisboa e região Oeste, desenhou uma estratégia vencedora para promover uma campanha de sensibilização durante a realização da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) 2023, em cinco concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

22%
aumento na receção de plástico e metal reciclável durante a JMJ 2023

581
mil toneladas de embalagens do contentor amarelo que chegaram à Valorsul nos oito dias do evento

72.659
pessoas foram alcançadas, em média, por dia na conta de Facebook da empresa

"Uma boa ação muda o mundo. Pratica a tua. Recicla!" foi o mote para um plano de comunicação que apelou a comportamentos ambientalmente responsáveis por parte dos peregrinos, na sua maioria jovens. A Valorsul fez uma intervenção na fachada da sua sede, em São João da Talha, uma das entradas principais para o Campo da Graça e Parque Tejo, para ali instalar uma tela de grandes dimensões com apelos a atitudes sustentáveis. Essa sensibilização foi sendo repetida pelos voluntários e monitores junto das centenas de milhares de participantes, que receberam materiais de divulgação bilingue com a indicação sobre que contentor escolher para determinado resíduo.

Mas os grandes protagonistas do projeto foram 12 trabalhadores da empresa, convidados





a dar a cara pela campanha, que consistiu na publicação de múltiplas fotografias nas redes sociais acompanhadas de mensagens sobre como reduzir, reutilizar e reciclar. Só no Facebook, a organização conseguiu conquistar um total superior a 675 mil utilizadores e alcançar uma média de 72 mil pessoas por dia. A Valorsul – que é responsável pelo tratamento de 950 mil toneladas por ano de resíduos em 19 municípios na Grande Lisboa e na Região Oeste – acredita que os principais desafios foram superados: disponibilizar informação, comunicar com eficácia e capacitar os cidadãos para a sustentabilidade.

AUMENTO DA RECOLHA

O sucesso da campanha teve desde logo impacto "sem precedentes" a nível interno no reforço da cultura de unidade e no aumento do orgulho dos trabalhadores, mas também provocou um aumento dos resíduos recolhidos. Entre 1 e 8 de agosto de 2023, a Valorsul recebeu um total de 581 mil toneladas de embalagens de plástico e metal em Lisboa, Loures, Odivelas, Amadora e Vila Franca de Xira. Este número representa um crescimento de 81 toneladas face ao período homólogo, enquanto nos restantes fluxos de material reciclável os valores mantiveram-se praticamente inalterados.
Se analisarmos os dados apenas de Lisboa e Loures, onde estavam localizados os palcos da JMJ com maior afluência de peregrinos, registou-se uma subida de 22% nos resíduos recolhidos do ecoponto amarelo. Foram 91 toneladas a mais do que no ano anterior, para o mesmo período. Para a Valorsul, esta campanha representa também a importância da tarefa executada pelos trabalhadores diariamente na recolha, separação e valorização daquilo que é, aos olhos da sociedade, apenas lixo.

Valorsul

Entidade: **Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A**

Nome do projeto: **"Uma Boa Ação Muda o Mundo. Pratica a tua. Recicla!"**

Data de início: **25/07/2023**

Data de conclusão: **11/08/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **jovens e peregrinos da Jornada Mundial da Juventude 2023**





QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos



CONVERSAS QUE MUDAM O PLANETA

A sensibilização da população, em particular dos mais jovens, é uma prioridade do projeto desenvolvido pela Vitrus Ambiente. Mudança comportamental é o objetivo.

Comunicar é uma forma poderosa de passar uma mensagem, especialmente quando o público-alvo são crianças e jovens ainda em formação de personalidade. Os efeitos podem ser muito positivos quando são promovidas ações de sensibilização em prol da sustentabilidade e da defesa do planeta, uma missão que a Vitrus Ambiente tem procurado desempenhar – e com sucesso, assinale-se.
A empresa dedicada à recolha de resíduos, gestão de espaços verdes, mobilidade e fiscalização, com sede em Guimarães, criou o projeto "Vitrus Talks – Pensar, Inovar, Partilhar". De facto, partilha é palavra-chave desta iniciativa que se afirma como um espaço de debate que aborda temas da atualidade relacionados com ambiente e sustentabilidade, que promove a consciencialização e a adoção de comportamentos sustentáveis em linha com os ODS das Nações Unidas. Uma das preocupações foi garantir o envolvimento de toda a comunidade local de Guimarães, cidade que está a desenvolver uma candidatura para ser eleita Capital Verde Europeia.
A empresa sentiu necessidade de comunicar diretamente com o público sobre estes temas e para isso organizou dezenas de sessões de conversa, gratuitas e em espaços dispersos pelo município, sempre com lotação esgotada. As reflexões são temáticas e dirigidas a um público específico, como sejam os alunos e professores quando o mote é a educação, por exemplo. Além da promoção da partilha de ideias, pontos de vista e experiências, as Vitrus Talks são momentos que promovem a interação entre os participantes e os palestrantes. E já foram muitas as personalidades de várias áreas da sociedade a participar neste projeto, da política à arte, do ambiente à educação. Entre os nomes que compuseram parte do elenco destas conversas, destacam-se pessoas como João Costa (ex-ministro da Educação), Ana Varela (atriz), Assunção Cristas (ex-ministra do Mar)

Entidade: **Vitrus Ambiente S.A.**

Nome do projeto: **Vitrus Talks – Pensar, Inovar, Partilhar**

Data de início: **14/03/2023**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **população em geral, em particular no concelho de Guimarães**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

2 Erradicar a fome
3 Saúde de qualidade
4 Educação de qualidade
5 Igualdade de género
6 Água potável e saneamento
7 Energias renováveis e acessíveis
8 Trabalho digno e crescimento económico
9 Indústria, inovação e infraestruturas
10 Reduzir as desigualdades
11 Cidades e comunidades sustentáveis
12 Produção e consumo sustentáveis
13 Ação climática
14 Proteger a vida marinha
15 Proteger a vida terrestre
16 Paz, justiça e instituições eficazes
17 Parcerias para a implementação dos objetivos

ou Jorge Dias (ICNF), entre tantos outros. João Costa considera que "estas sessões são fundamentais para transmitir a mensagem" e recorda o impacto positivo que a sensibilização para a reciclagem nos anos 90 teve nas crianças daquela geração. "Estamos perante uma mudança de paradigma e é muito bom que haja estes espaços de partilha e diálogo para que as pessoas tenham consciência que este é o caminho a seguir para vivermos num planeta mais saudável e com mais qualidade de vida", considera ainda Assunção Cristas. "A importância da preservação dos recursos hídricos", "Investir no nosso planeta", "Sustentabilidade Ambiental na ligação com o território", "Os caminhos e desafios da Educação Ambiental" ou "Transição para uma economia ambientalmente sustentável" foram apenas alguns dos muitos temas debatidos no decorrer da iniciativa.

248
número de trabalhadores da organização

100
quantidade aproximada de notícias publicadas sobre o projeto no seu primeiro ano

17.410
número de jovens entre os 15 e os 24 anos de idade que vivem no município de Guimarães





PARCERIA COM AS ESCOLAS

Assumindo a importância dos jovens na construção de um futuro melhor, foram várias as escolas que se associaram a esta iniciativa, essencialmente ao nível do ensino secundário. Nestas sessões, a Vitrus Ambiente contou com a presença de centenas de alunos em representação de estabelecimentos de ensino para lá dos limites do município de Guimarães, como a Escola Secundária de Caldas das Taipas, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), a Universidade do Minho, a Escola Secundária Francisco de Holanda, a Escola Profissional CENATEX e a Escola Profissional CISAVE. Algumas destas turmas elaboraram trabalhos no âmbito do planeamento escolar sobre a atividade e os temas abordados nas sessões das Vitrus Talks.





Getty Images



RATING
É A NOVA ARMA CONTRA O GREENWASHING

O sentimento em torno do investimento ESG tem enfrentado um revés relacionado com a politização do tema, desafios macroeconómicos e o desempenho negativo dos fundos especializados. Ainda assim, a expectativa é que o mercado amadureça, nomeadamente no que diz respeito à regulamentação, com a Europa na liderança.

Leonor Mateus Ferreira

O financiamento sustentável – tendo em consideração fatores ambientais, sociais e de governação (ESG) nas decisões de investimento – tem ganho espaço a nível global e forçado a regulação a adaptar-se. A uma onda inicial de capital seguiram-se os desafios da pandemia, crise inflacionista e conflitos geopolíticos. Agora são os avanços regulatórios que tentam amadurecer o mercado.

No contexto político da União Europeia (UE), o financiamento sustentável é entendido como aquele que é destinado a apoiar o crescimento económico, reduzindo simultaneamente as pressões sobre o ambiente, para ajudar a alcançar os objetivos climáticos e ambientais do Pacto Ecológico Europeu, tendo em conta os aspetos sociais e de governação.

Desde 2017 que a Comissão Europeia tem vindo a debruçar-se sobre o tema, nomeadamente em conjunto com investidores institucionais e gestoras de ativos. Seguiu-se um plano de ação, um pacote legislativo, uma estratégia para o financiamento sustentável e ainda um enquadramento prudencial para a banca.

Em fevereiro de 2024, o foco virou-se para as agências de notação financeira – um passo fundamental para dar respostas às dificuldades de categorização de ativos, distinção de investimentos e responsabilização de emitentes. A uniformização é vista como uma peça fundamental no combate ao "greenwashing". "Muitos investidores confiam nos relatórios empresariais, complementados por dados ESG e produtos de 'rating', para avaliar o desempenho da carteira e tomar decisões de voto e adotar práticas de envolvimento de forma informada", explica a iniciativa Principles for Responsible Investment (PRI), uma rede internacional de 5.000 signatários (incluindo fundos de pensões, seguradoras ou gestores) responsáveis pela gestão 121 biliões de dólares em ativos.

Num documento de análise à decisão da Comissão Europeia de avançar com um pacote dedicado ao "rating", o PRI defende que a notação ESG com base em objetivos claros, metodologias transparentes e dados fiáveis pode permitir aos investidores tomar decisões mais bem informadas e incentivar investimentos sustentáveis. "No entanto, o PRI considera que a transparência e a integridade do mercado de produtos de notação ESG devem ser melhoradas."

É esse o objetivo das novas normas. Uma das principais mudanças obriga a que qualquer agência de "rating" ESG sediada na UE tenha de ser autorizada pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA, na sigla em inglês) e cumprir regras de transparência relativas às suas fontes dos dados e à forma como são decididas as notações.

Já as agências estrangeiras que pretendam operar na região enfrentam regras mais rigorosas. Os avaliadores estabelecidos fora do bloco terão de ter as suas classificações aprovadas por um avaliador regulamentado na UE. Também passará a ser necessário distinguir o modo como as operações de uma empresa afetam o ambiente ou fatores sociais de forma independente e não apenas o impacto dos fatores ESG nos resultados da empresa.

Além disso, há proibições. As diretrizes estabelecem regras relativas às estruturas empresariais e aos fluxos de trabalho das agências. A menos que estas criem sistemas específicos

Qualquer agência de "rating" ESG sediada na UE tenha de ser autorizada pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA, na sigla em inglês) e cumprir regras de transparência relativas às suas fontes dos dados e à forma como são decididas as notações.



Getty Images

Mairead McGuinness, comissária europeia para os Serviços Financeiros, a Estabilidade Financeira e a União dos Mercados de Capitais.

para evitar conflitos de interesses com a atividade principal de notação ESG, estão proibidas de exercer atividades como consultoria a investidores ou empresas, serviços de investimento, auditoria de demonstrações financeiras, seguros, resseguros, emissão de notações de crédito ou definição de parâmetros de referência.

Agências de "rating" ESG de menor dimensão só terão de cumprir uma versão mais leve das regras nos primeiros três anos, para as ajudar a crescer num setor dominado por poucas grandes empresas como a MSCI, a S&P Global, o London Stock Exchange Group, a Moody's e a Morningstar's Sustainalytics.

Os Estados-membros da UE e o Parlamento Europeu terão ainda de dar o seu aval formal ao acordo, que deverá entrar em vigor durante o ano de 2025. Ainda assim, a nível político multiplicaram-se os elogios aos desenvolvimentos.

A eurodeputada Aurore Lalucq liderou as negociações do Parlamento Europeu, tendo esclarecido, numa publicação no LinkedIn, que "a principal missão das classificações ESG é fornecer aos investidores informações úteis e transparentes sobre o desempenho extrafinanceiro de uma empresa".

Mairead McGuinness, comissária europeia para os Serviços Financeiros, a Estabilidade Financeira e a União dos Mercados de Capitais, escreveu também no LinkedIn que "este acordo histórico tornará as classificações ESG mais claras e fiáveis", o que irá fomentar o investimento privado em sustentabilidade e apoiar um "mercado em expansão".

Já o ministro das Finanças belga, Vincent Van Peteghem, afirmou que "aumentar a confiança dos investidores por meio de classificações ESG transparentes e regulamentadas pode ter um impacto significativo na nossa transição para um futuro mais socialmente responsável e sustentável".

Mas não só: no setor financeiro houve igualmente elogios aos desenvolvimentos, inéditos a nível global. "Estamos a assistir ao aparecimento de códigos voluntários ou de regimes regulamentares nas principais jurisdições financeiras, como o Japão, Singapura e o Reino Unido. As propostas da UE vão, no entanto, muito mais longe do que qualquer um destes regimes – dado o âmbito muito alargado proposto para as notações ESG", avaliou a sociedade de advogados Linklaters numa nota, descrevendo o acordo como um "marco importante" na supervisão e regulamentação.

EUA ENFRENTAM VENTOS CONTRÁRIOS

A capacidade de distinguir entre práticas que são ou não compatíveis com fatores ESG é, contudo, apenas um dos desafios, especialmente num mundo em mudança: primeiro com a pandemia, com a forte subida nas taxas de juro e, mais tarde, com as crises geopolíticas. A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022 fez disparar os preços dos combustíveis fósseis, deixando o desempenho de fundos ESG para trás e levando a mudanças de posições.

"Quando olhamos para energias limpas, são modelos de negócios bastante novos e sensíveis às taxas de juro", dizia Markus Müller, "chief investment officer" da divisão de ESG da banca privada do Deutsche Bank à Reuters. Sublinhou que o número de "players" de dimensão significativa na energia eólica a nível global caiu de oito, antes da covid-19, para apenas três. "Os investidores procuram empresas [de energia] tradicionais que tenham investimentos em energias renováveis. Preferem a transição às exclusões", acrescentou.

A Diretiva dos Direitos dos Acionistas da UE exige que os gestores de ativos e os investidores institucionais avaliem os impactos ESG nos seus investimentos e considerem estes fatores como parte da sua "due diligence".

De acordo com dados da Morningstar Direct, os fundos de ações sustentáveis dos EUA subiram em média 21,6%, incluindo dividendos, em 2023, ou seja, cinco pontos percentuais abaixo do S&P 500. Em 2022, os ESG desvalorizaram 19,5%, contra uma perda de 18,1% do índice de referência global.

Em simultâneo, o universo global de fundos sustentáveis, ou fundos que utilizam abordagens ambientais, sociais e de governação, registou resgates de perto de 2,5 mil milhões de dólares no último trimestre de 2023, que foi a primeira vez que os fluxos líquidos caíram para terreno negativo.

O mau desempenho e as saídas de dinheiro surgem num contexto de crescente resistência ao ESG. Em junho de 2023, Larry Fink, CEO da BlackRock – a maior gestora de ativos do mundo –, anunciou que não deixaria de usar o termo ESG por considerar que este foi transformado em "arma" tanto à esquerda como à direita.

A politização é, aliás, um dos temas que mais têm influenciado a forma como grandes investidores olham para o ESG. Dave Goodsell, diretor executivo do Natixis Center for Investor Insight, explica que 57% dos investidores institucionais indicam que a politização do ESG alterou a forma como investem na área.

Mas embora a politização esteja a gerar argumentos "anti-woke" – uma expressão progressista que diz respeito a estar desperto para desigualdades, nomeadamente raciais – contra o investimento sustentável nos EUA, as instituições financeiras na Europa (61%) e na Ásia (58%) são mais propensas a dizer que a politização influenciou a forma como investem do que as da América do Norte (52%).

A conclusão é de um estudo do centro da Natixis conduzido junto de investidores institucionais (fundos de pensões públicos e privados, seguradoras, fundações e fundos soberanos), bem como gestores em 27 países.

"Uma das principais razões pode ser que as políticas nessas regiões geralmente incentivam, e em alguns casos exigem, que os investidores institucionais adotem o ESG. Dependendo da



Getty Images

Larry Fink, CEO da BlackRock – o maior gestor de ativos do mundo.



Getty Images

Os temas ESG atuais mais apelativos centram-se no investimento na transição energética. Imagem de campos de energia solar e turbinas eólicas em Muntendam, Países Baixos.

região, os regulamentos podem exigir que os detentores de ativos prossigam objetivos relacionados com o clima, enquanto outros estabelecem padrões para a transparência financeira", considera Dave Goodsell.

As divergências entre regiões, à medida que o mercado temático amadurece, são um desafio conhecido já que os investidores europeus são os mais envolvidos em comparação com a Ásia e os EUA, com a evolução da regulamentação a desempenhar um papel cada vez mais importante nas decisões de investimento.

Por exemplo, a Diretiva dos Direitos dos Acionistas da UE exige que os gestores de ativos e os investidores institucionais avaliem os impactos ESG nos seus investimentos e considerem estes fatores como parte da sua "due diligence". Estas normas juntam-se a um conjunto de regulamentos de divulgação relacionados com a sustentabilidade para os serviços financeiros.

Na Ásia, estão em curso uma série de medidas. As bolsas de Singapura e da Tailândia estão a levar a cabo requisitos relativos à divulgação de relatórios de sustentabilidade por parte das cotadas. O grupo para a standardização do reporte ESG da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China foi criado para alinhar as divulgações ESG com as necessidades e exigências dos investidores.

Na América do Norte, e particularmente nos EUA, os ventos são contrários. Num inquérito realizado pelo "think tank" The Conference Board junto de mais de 100 grandes empresas dos EUA, quase metade afirmou já ter sofrido reações adversas ao ESG e 61% esperam que estas persistam ou se intensifiquem nos próximos dois anos.

Apesar do sentimento polarizado e dos desafios macroeconómicos, os analistas concordam na expectativa de que o mercado ESG venha a amadurecer, nomeadamente no que diz respeito à regulamentação, a nível global até ao final desta década. Atualmente 83% das instituições financeiras em todo o mundo estão a implementar algum tipo de estratégia ESG ou de sustentabilidade nos seus portefólios. Os ativos globais de ESG ultrapassaram os 30 biliões de dólares em 2022 e estão a caminho de ultrapassar 40 biliões até 2030, de acordo com projeções da Bloomberg Intelligence (BI).

"Embora existam divergências no ritmo e na composição atual do investimento temático ESG entre regiões, o impulso significativo que estamos a observar na Europa veio para ficar, uma vez que as análises destacam que os investidores visam tanto gerar alfa (procurar superar o desempenho do 'benchmark') como o impacto", considera Constance Chalchat, "chief sustainability officer" de mercados globais do BNP Paribas.

"Os temas ESG atuais mais apelativos centram-se no investimento na transição energética, incluindo a prossecução de estratégias de investimento direcionadas em energias renováveis, soluções para as alterações climáticas e também em áreas emergentes como a água", acrescenta.

SOLUÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
OBRA NOVA E REABILITAÇÃO



ISOVER SAINT-GOBAIN
Soluções em lã mineral para isolamento.

placo SAINT-GOBAIN
Soluções inovadoras em gesso para a construção.

weber SAINT-GOBAIN
Soluções em argamassas industriais.

climalit Plus® SAINT-GOBAIN
Soluções de vidro duplo de elevado desempenho.

construir.saint-gobain.pt

SAINT-GOBAIN

JENNIFER WU

O ENTUSIASMO EM TORNO DO ESG ACABOU. O TRABALHO DURO COMEÇA AGORA

A "global head of sustainable investing" da JPMorgan Asset Management, Jennifer Wu, considera que o mercado de instrumentos financeiros ligados ao ESG vive um novo capítulo, em que será preciso dedicação, para consolidar, mas também para continuar a inovar. A pequenos emitentes públicos como Portugal deixa um conselho: apostar nas parcerias com privados.

Fábio Carvalho da Silva

O mercado dos instrumentos financeiros ligados aos critérios ambientais, sociais e de governação (ESG) está a entrar numa nova fase de maturidade, defende "a global head of sustainable investing" da JPMorgan Asset Management, Jennifer Wu, em entrevista ao Negócios. Praticante de maratonas, a especialista que também já esteve na BlackRock em funções similares considera que agora – que a corrida acabou – é tempo de consolidar legislação e de aplicar novas ferramentas, como blockchain e inteligência artificial. A Portugal deixa uma recomendação: apostar na parceria com os privados nas renováveis pode não ser má ideia, para haver espaço para "green bonds" da República. Já aos investidores de retalho deixa outro recado: que não se deixem levar pelas famosas pontuações ESG e olhem mais para o "core" de investimento dos fundos em que querem aplicar o seu dinheiro.

Atualmente, qual é o estado da arte? O entusiasmo em torno do ESG deu lugar ao paulatino desaparecimento?

Não acredito que os produtos ESG vão desaparecer. O que está a acontecer é que se está a usar "ESG" como uma sigla para descrever tudo. Mas há uma necessidade. E sabemos que para os investidores e gestores de ativos investirem na transição carbónica tem de ser incentivado pela política dos governos. Também é exigido pelos consumidores que as empresas façam o melhor para preservar a energia, proteger o ambiente e lutar contra as alterações climáticas.

Por isso, há uma necessidade de investimento para a transição para baixas emissões de carbono. Pode-se chamar fundo ESG, fundo climático, o que se quiser, na realidade. E este é o meu ponto: creio que usamos ESG para descrever tantas coisas, mas, na verdade, o que realmente precisa de investimento é o que importa.

Não vão então desaparecer?

Os fundos ESG ou sustentáveis não vão desaparecer. Vai é haver muito mais clareza e transparência sobre quando dizemos que este fundo é um fundo sustentável ou fundo ESG. Não é suficiente ter apenas a sigla "ESG" no rótulo, é necessário ser capaz de descrever o que está a tentar resolver e qual é o resultado que está a tentar gerar.

A taxonomia tem um papel importante ou precisamos é de mais legislação?

A taxonomia é muito importante porque cria uma linguagem comum para diferentes investidores. O que tem de acontecer agora



D.R.

A taxonomia é muito importante porque cria uma linguagem comum para diferentes investidores. O que tem de acontecer agora não é tanto mais regulamentação, mas consolidação.

não é tanto mais regulamentação, mas consolidação. Se pensarmos ao nível da União Europeia (UE), temos o Regulamento de Divulgação de Informação Financeira Sustentável (SFDR), mas também há outros países com o seu próprio regime de classificação de produtos de investimento sustentável. Portanto, para gestores de ativos pan-europeus ou até mesmo globais, penso que precisamos de coordenação e melhor consolidação das diferentes regulações.

Como se combate o "greenwashing" em finanças?
É preciso construir um processo bastante robusto, frente a frente, para garantir que em cada passo do caminho, se um cliente ou regulador vier, seja possível explicar claramente porque se define um instrumento como verde.

As pontuações e os índices de empresas ESG são uma forma?
Se um investidor de retalho quiser recorrer à melhor forma para decidir se um fundo é mais ESG do que outro, não recomendaria que olhasse para a pontuação ESG, porque todos sabemos que existem problemas com essas pontuações de terceiros.

Porquê?
Têm metodologias diferentes. Por exemplo, quem se preocupa com a diversidade de género deve olhar para a percentagem de investimento do fundo que vai para empresas em que mais de metade dos membros são diversos. Essa é uma maneira muito, muito melhor de avaliar se o fundo está realmente a fazer um bom trabalho no ESG. Eu não recomendaria usar pontuações ESG. Infelizmente, a realidade é que muitas pessoas não têm tempo para analisar tudo isso. É por isso que eu acho que não precisamos de mais regulação, porque o SFDR já exige que todos divulguem muito. Mas agora temos demasiada divulgação. É muito difícil para um investidor de retalho ler a ficha técnica do fundo. É longo. O prospeto é muito, muito longo. Penso que tem de haver alguma consolidação.

Houve uma politização do ESG?
Acho que o que foi politizado ou utilizado no debate político foi semelhante ao que vimos no setor financeiro. O ESG é usado para descrever muitas coisas, por isso, cria confusão. Penso que ninguém na Europa discordaria de que é preciso fazer algo em relação a fenómenos meteorológicos extremos, mas precisamos realmente de descobrir uma forma de nos adaptarmos melhor a um clima mais quente. Temos de investir em melhores infraestruturas. Temos de investir na transição para uma economia com baixo carbono.
O que é desafiante – para um investidor, olhando sobretudo para os próximos cinco anos – é saber como. Porque todos concordam que é preciso fazê-lo, mas cada um tem uma maneira diferente de o fazer. Assim, em certa medida, penso que os próximos cinco anos exigem ainda mais colaboração a nível da elaboração de políticas para encontrar uma forma de coordenação. E não podemos negar o facto de que há muita incerteza sobre quando é que [os Estados] vão colaborar, quando e como. E do ponto de vista do investimento, penso que isso cria riscos e oportunidades.

Neste cenário, qual é o maior desafio para os investidores?
O desafio para os investidores é encontrar as melhores empresas quando há políticas em diferentes fases. O final do jogo pode ser o mesmo ano, mas para chegar lá pode demorar anos e diferentes níveis de risco e oportunidades por causa das diferenças nas políticas. Encontrar as melhores empresas vai ser muito, muito complicado, do ponto de vista do investidor.

E qual é o seu segredo para encontrar essas empresas?
Fazer um trabalho árduo. Mesmo. Não há dados históricos que possamos analisar. Tudo o que estamos a viver agora é novo. Não basta olhar para as emissões de uma empresa nos últimos três anos. Isto diz alguma coisa, mas não é muito. Não basta olhar para as políticas executadas por um país, porque isso pode mudar.
Para mim, é preciso conversar com as empresas, tentar entender o máximo possível. É preciso muito trabalho na análise da formulação de políticas, da academia, apenas para tentar entender, por exemplo, como a ciência está em relação à previsão de eventos climáticos extremos, para que possamos potencialmente levar alguns desses de volta aos nossos modelos económicos e ava-

Precisa de haver mais inovação para descobrir algumas formas de canalizar mais capital para projetos sociais, ou onde precisamos de investir em termos sociais.



D.R.

No caso da sustentabilidade, há mais inovação no mercado de carbono, onde se está a tentar descobrir como usamos créditos de carbono ou mesmo inovar e ter alguns outros tipos de derivado.

liar melhor como fazemos a alocação de ativos no horizonte de cinco a 15 anos. Penso que este é o momento. É por isso que eu digo que o entusiasmo em torno do ESG acabou e o trabalho duro começa agora.

Então um investidor que se queira expor ao ESG deve optar mais por uma gestão passiva, que facilite este trabalho?
Sou parcial, porque nós [a JPMorgan AM] temos predominantemente uma gestão ativa, mas acredito que a gestão ativa de investimentos é o caminho a seguir para fazer um bom trabalho. Como disse, estamos a lidar com algo novo.

Fala-se muito em "green products". Onde está o "S" e o "G" nestes instrumentos?
As "social bonds" já existem, mas se comparamos os números de obrigações sociais, estas são muito menos. Acho que é assim porque estamos a tentar descobrir uma maneira de tornar a dívida social tão atraente – do ponto de vista do retorno – como a dívida verde, porque sabemos que as "green bonds" irão para a energia solar ou eólica, e uma vez construídas as centrais solares ou eólicas, haverá o retorno pela tarifa de eletricidade, os consumidores pagam.
Já nas "social bonds", pode-se investir em habitação acessível, por exemplo. Existe algum nível de garantia em termos do rendimento, mas neste caso o retorno do investimento pode não ser tão atrativo para vender aos investidores mais institucionais, por exemplo. Precisa de haver mais inovação para descobrir algumas formas de canalizar mais capital para projetos sociais, ou onde precisamos de investir em termos sociais.

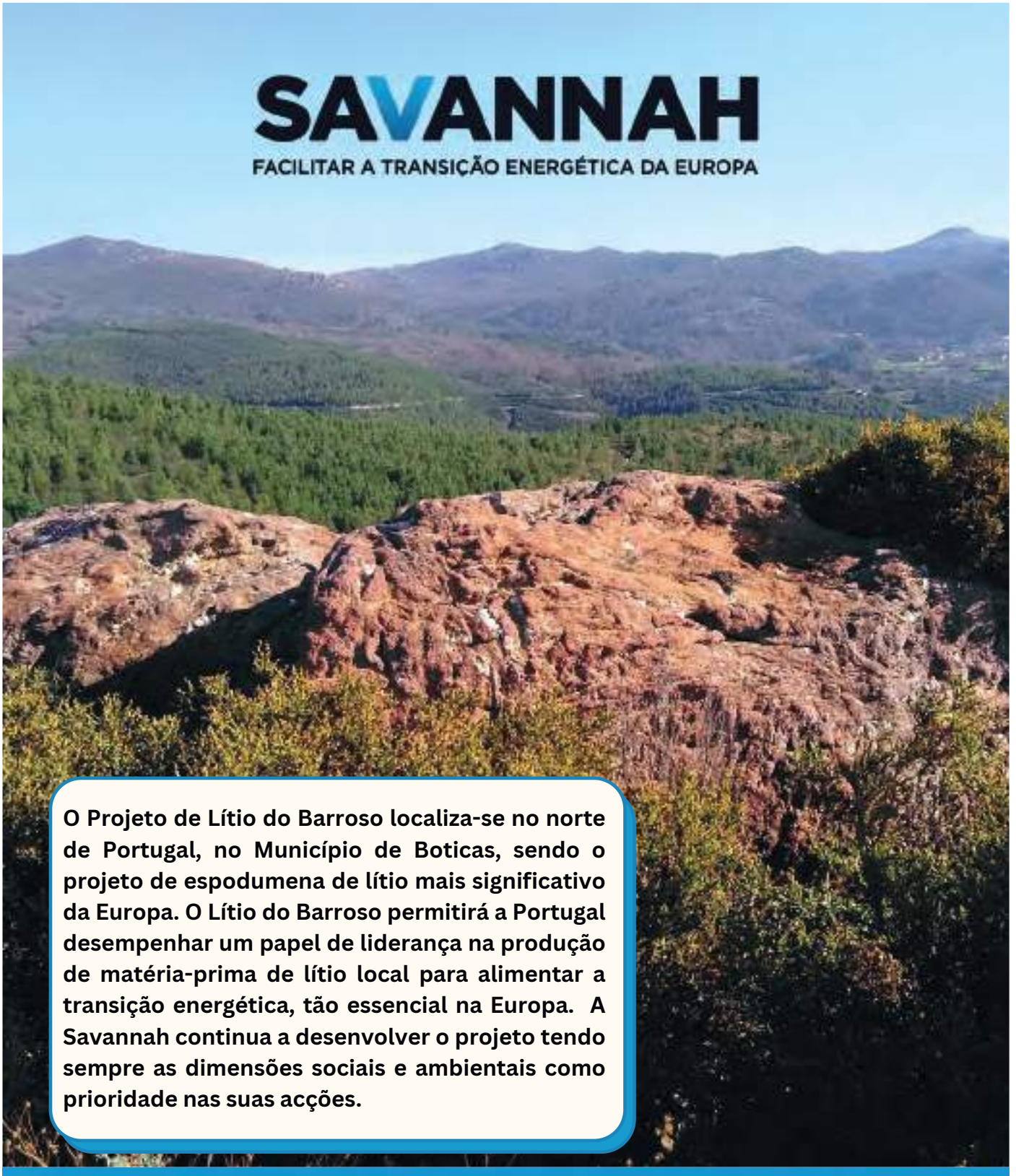
Uma das dificuldades para pequenos emitentes, como Portugal, é a liquidez. Emitir "green bonds" pode passar por parcerias entre os setores público e privado?
Penso que sim. Fazer isto com parcerias entre o setor privado e o setor público vai ser fundamental, porque se pensarmos em "green bonds", no final do dia, as entidades que desenvolvem projetos e emitem dívida verde estão sempre à procura de oportunidades em matéria de projetos. Então, no que diz respeito à corrida energética, acho que a questão é como é que Portugal pode oferecer em termos de fontes de energia renováveis. É solar, é eólica? Faça isso em parceria com o setor público e privado para desenvolver esses projetos. E assim que começar, terá de criar espaço no mercado para emitir dívida verde. Logo, esta parceria vai ser fundamental. É realmente uma questão de descoberta. E é por isso que, como eu digo, não é um tamanho único para todos os países, para chegar à neutralidade carbónica, mas a abordagem será muito, muito diferente.

Na área da inovação, têm nascido muitos fundos ligados à biodiversidade. É uma tendência para se manter?
Está numa fase muito inicial. Penso que qualquer investidor que quer investir num fundo de biodiversidade deve entrar com os olhos abertos e certificar-se de que está realmente focado em preservar a biodiversidade, evitar a perda de biodiversidade ou de aumentar a biodiversidade. São coisas muito diferentes.

Fala-se pouco ou nada de "green finance" em derivados. Porquê?
Estamos, mais uma vez, no ponto de partida, porque ainda faltam projetos subjacentes. Por exemplo, já temos títulos garantidos por hipotecas e sabemos qual é o subjacente: a casa. Está lá, há um mercado e está muito bem estabelecido. Acho que, no caso da sustentabilidade, há mais inovação no mercado de carbono, onde se está a tentar descobrir como usamos créditos de carbono ou mesmo inovar e ter alguns outros tipos de derivado. O que falta aqui é que uma casa é uma casa, já em muitos destes projetos de carbono não há como auditoria de terceiros, por exemplo, e se algo correr mal não há garantias. Assim, a infraestrutura da engenharia financeira ainda não está madura, mas há sinais de inovação.

Qual será o papel da "blockchain" nas finanças verdes?
A blockchain vai desempenhar um papel muito importante. Porque muitos projetos verdes estão localizados em lugares remotos e é difícil rastrear e responsabilizar as entidades. Assim, esperamos que a blockchain crie essa confiabilidade e rastreabilidade. Penso que a blockchain pode desempenhar um papel crítico quando se trata de obter recursos minerais ou matérias-primas. Agora, é muito difícil descobrir as emissões de "scope 3" para algumas indústrias. Assim é possível traçar o ciclo de vida de um barril de petróleo.

E qual pode ser o contributo da inteligência artificial (IA)?
Fico sempre muito animada a falar de IA, porque pode ajudar-nos muito do lado da pesquisa. Vou dar um exemplo: demoramos muito tempo a executar simulações com os modelos climáticos que temos. Se quisermos saber se vai haver um tsunami ou um furação e quando pode acontecer em Portugal, por exemplo, leva meses, porque estes modelos são muitos complexos.
No entanto, a IA pode agora aplicar um conceito, que chamamos de "gémeos digitais", para fazer com que a IA treine a própria IA, para aprender sobre eventos históricos. Basicamente podemos poupar meses de execução dessa simulação para talvez menos de uma semana, o que vai acelerar a nossa compreensão de como os cenários se podem desenvolver. Vai acelerar e melhorar a nossa preparação para riscos, a capacidade de adaptação e muito mais.



O Projeto de Lítio do Barroso localiza-se no norte de Portugal, no Município de Boticas, sendo o projeto de espodumena de lítio mais significativo da Europa. O Lítio do Barroso permitirá a Portugal desempenhar um papel de liderança na produção de matéria-prima de lítio local para alimentar a transição energética, tão essencial na Europa. A Savannah continua a desenvolver o projeto tendo sempre as dimensões sociais e ambientais como prioridade nas suas acções.

Para mais informações, questões ou comentários, por favor visite ou contacte os Centros de Informação do Projeto Lítio do Barroso

Endereço do Centro de Informação:
Boticas: Rua 5 de Outubro, nº28 , 5460-304
Covas do Barroso: Largo do Cruzeiro nº7, 5460-381

T: 276 413 043
E: info@savannahresources.com

Savannah Resources
@SavannahRes

www.savannahresources.com

Savannah - Facilitar a transição energética na Europa



Gettyimages

PRR DEVE MANTER EMISSÃO DE DÍVIDA VERDE DE PORTUGAL NA GAVETA

Sete anos depois de o então ministro das Finanças, Mário Centeno, ter dado o pontapé de saída para a colocação de dívida soberana verde, ainda não deverá ser desta que a República deverá avançar com este tipo de operação. E a culpa é do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), de acordo com os especialistas ouvidos pelo Negócios.

Fábio Carvalho da Silva

2024 tem potencial para ser um bom ano para a emissão de dívida verde a nível global. No entanto, Portugal pode ficar para trás, devido a um instrumento poderoso de financiamento – o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – pelo que ainda não deverá ser este ano que a República avança para a colocação de "green bonds", de acordo com os especialistas ouvidos pelo Negócios.

Do lado do Estado não se vislumbra qualquer emissão de obrigações verdes, tendo em conta que "os grandes projetos que poderiam ser financiados por 'green bonds' são afetados pelo PRR, pelo que não há projetos suficientes para serem financiados por dívida verde", alerta João Moreira Rato, presidente do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

Luís Mateus, responsável pelo departamento de "fixed income" na Golden Wealth Management, concorda com esta visão e vai mais longe, frisando que "o PRR acabou por financiar projetos que não são só sustentáveis", pelo que acaba por desincentivar a oferta de empréstimos obrigacionistas relacionados com critérios ambientais, sociais e de governação (na sigla inglesa ESG). "O PRR tem as costas largas", acrescenta.

Além de ser ofuscado pelo PRR, a estreia da República na emissão de "green bonds" tem ainda pela frente o obstáculo da liquidez, como foi recordado em fevereiro do ano passado pelo presidente da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, Miguel Martín, numa audição parlamentar, na Comissão de Orçamento e Finanças. Ainda assim, este projeto – que já se arrasta há sete anos – continua em estudo.

"As 'green bonds' estão em estudo pelo Estado português, mas temos de ter também uma consciência do enquadramento da dívida verde para um país pequeno como Portugal face a países grandes", sublinhou então o presidente da Agência de Gestão de Tesouraria e Dívida Pública. "Estes programas de emissão têm sempre um volume mínimo para garantir liquidez de mercado de três mil milhões", recordou o sucessor de Cristina Casalinho.

"Um programa de três mil milhões em Portugal compara com um programa de 30 mil milhões em França", acrescentou, em alusão à proporção face ao Produto Interno Bruto (PIB). Para Miguel Martín, Portugal conseguir "alimentar e manter líquido" um instrumento de três mil milhões é "muito mais difícil" do que é para o Estado francês. Além disso, o problema da liquidez pode agudizar-se, numa altura em que o mercado de dívida ESG começa a dar sinais de maturidade, e, portanto, a contabilizar números de emissões mais estáveis, em vez de fenómenos de subidas expressivas, como foi visto em 2021, alerta Luís Mateus. Assim, "ao nível do Estado imagino que a vontade existe, mas não sei se haverá espaço", sublinha o especialista.

Paralelamente, pode haver outros constrangimentos, num ano em que há vários atos eleitorais que podem condicionar a emissão de dívida soberana. "Por exemplo, caso Donald Trump – que não tem grande apetência pelas 'green bonds' – vença a presidência nos EUA, pode passar a haver um 'player' importante a prescindir deste tipo de dívida", o que poderá ter um impacto no mercado, acrescenta o responsável de "fixed income" da Golden Wealth Management.



Gettyimages

As ‘green bonds’ estão em estudo pelo Estado português, mas temos de ter também uma consciência do enquadramento da dívida verde para um país pequeno como Portugal face a países grandes.

Miguel Martín, presidente da Agência de Gestão de Tesouraria e Dívida Pública

Além destes obstáculos, a República tem ainda em mãos o desafio de saber como mitigar a complexidade processual deste tipo de emissões, um problema que foi levantado por Miguel Martín diante dos deputados em fevereiro do ano passado, quando o responsável do IGCP constatou que este tipo de operações acarretam “toda uma carga administrativa”, que “não é fácil praticar”.

“HÁ SEMPRE PRESSÃO DO LADO DOS CLIENTES PARA TER DÍVIDA VERDE”

Acima de tudo – caso Portugal queira avançar para este tipo de colocação de dívida –, “será necessário também um jogo de marketing”.

O responsável de “fixed income” Golden Wealth Management dá como exemplo de estratégia – até para aproveitar o pouco espaço que resta fora do financiamento do PRR – a aposta em obrigações sociais. “O ESG não são só critérios ambientais, mas também sociais e de governação”, diz. “Por exemplo, Portugal pode fazer um esforço para desburocratizar processos [na administração pública] e pode fazer uma emissão [dedicada ao sucesso desta medida] com esta chancela ESG”, admite.

Uma vez adotada uma estratégia de marketing atrativa, será de esperar que haja investidores interessados.

“Há sempre uma pressão do lado dos clientes para ter dívida com chancela verde e há sempre dificuldade no campo da dívida soberana de saber como se classifica no âmbito do SFDR [o regulamento de Divulgação de Informação Financeira Sustentável”, considera Luís Mateus.

Portugal está de fora da corrida à dívida verde há sete anos. É preciso recuar a 2017, o ano em que o ainda então ministro das Finanças, Mário Centeno, avançou com esta possibilidade.

Volvidos seis anos, o então secretário de Estado do Tesouro, João Nuno Mendes, voltou ao tema, durante uma conferência organizada pelo Negócios no início de 2023 e reconheceu que o Governo está “há algum tempo a trabalhar na emissão de obrigações verdes no nosso país”, mas manteve o mantra de que é preciso “ter o processo devidamente estruturado, organizado e a emissão tem de corresponder em substância a projetos verdes”.

É PRECISO “ALARGAR” DÍVIDA VERDE A EMPRESAS MAIS PEQUENAS

Em 2023, a emissão de dívida verde empresarial ganhou força a nível global, apesar do ambiente de elevadas taxas de juro. Portugal acompanhou a tendência mundial, tendo as colocações de “green bonds” por companhias aumentado ligeiramente. Para este ano, o ritmo de emissões deverá subir a nível mundial à medida que os bancos centrais aliviam o ciclo de aperto monetário. No entanto, ainda existe uma certa neblina sobre se os emitentes nacionais vão ou não acompanhar esta tendência. Os especialistas estão pessimistas.

Este sentimento de incerteza é justificado, sobretudo pelo facto de que o fluxo de emissões verdes “depende de um número mais restrito de emitentes”, pelo que “enquanto não se alargarem a empresas mais pequenas que possam fazer emissões privadas” será “difícil que haja emissão de dívida verde”, considera João Moreira Rato.

Já Luís Mateus não está otimista, mas também não se vê como um pessimista. “Estou a ver uma fase de maturidade a nível global e de estabilização em Portugal”, antecipa.

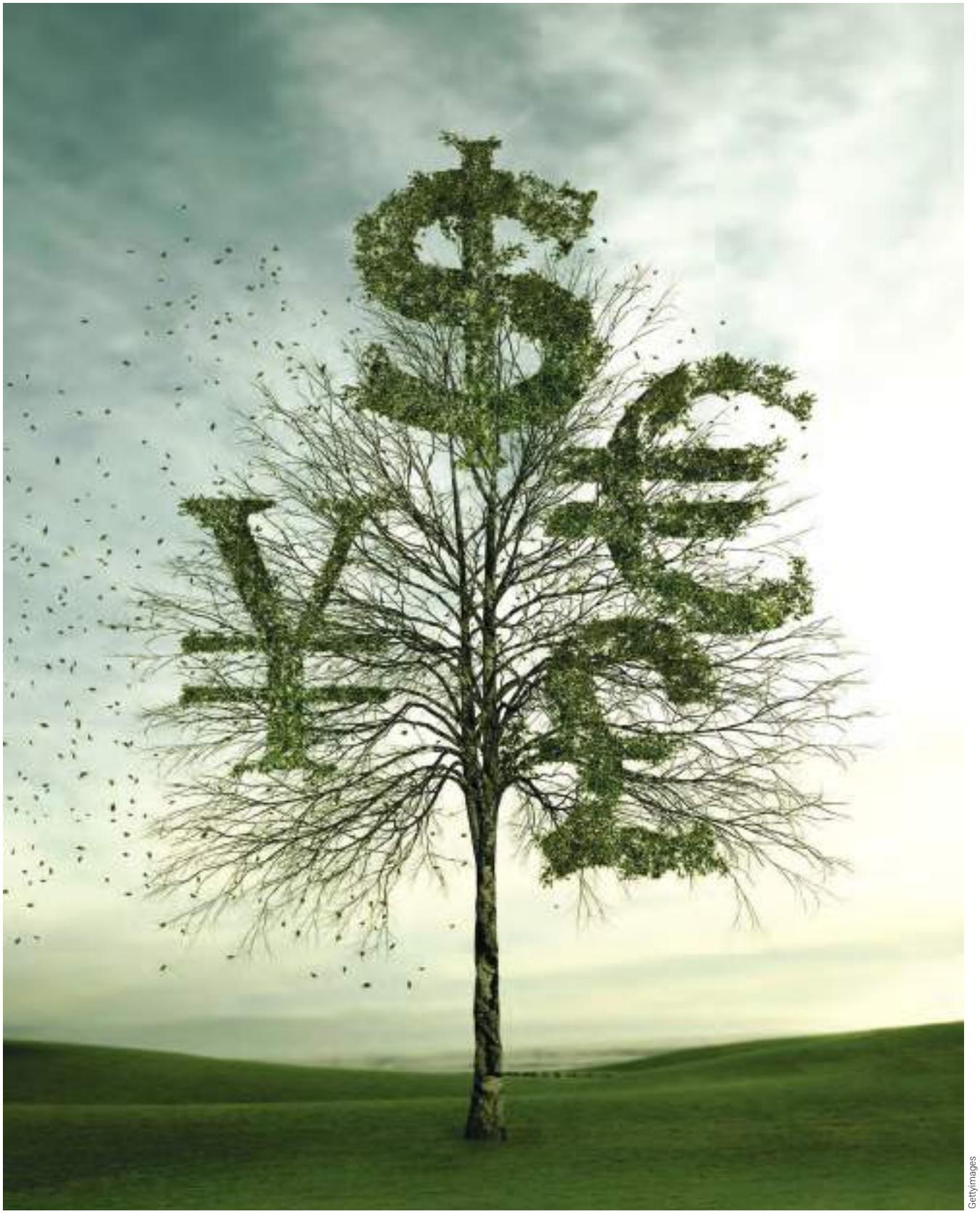
O responsável de “fixed income” concorda com o presidente do IPCG de que é necessário alargar a dívida verde a empresas mais pequenas, mas reconhece que esta é uma tarefa “desafiante e que será muito difícil, porque os ‘asset alocators’ mais rigorosos pedem uma entidade externa que ateste a chancela verde destes instrumentos”, um serviço que pode sair caro a potenciais de emitentes de mais pequena dimensão.

No ano passado, fez-se sentir uma subida ligeira no financiamento verde, com as empresas nacionais a contraírem empréstimos obrigacionistas num total de aproximadamente 3,6 mil milhões de euros, face aos 2,8 mil milhões contabilizados em 2022, de acordo com os dados recolhidos pelos Negócios e que incluem tanto emissões públicas como privadas.

A EDP voltou a ser protagonista, tendo sido responsável pela esmagadora maioria do montante captado com “green bonds”, o qual superou os três mil milhões de euros ao longo do ano.

A energética tem-se destacado no campo das obrigações ESG nos últimos anos, entre outros emitentes nacionais, não só pelo montante angariado, como pelo espectro das maturidades dos instrumentos, que está entre os seis anos e os 60 anos, de acordo com os dados disponibilizados pela Euronext.

Este ano arrancou com novas emissões e os protagonistas repetiram-se. A casa-mãe da EDP manteve a aposta na dívida verde, tendo dado o pontapé de saída de 2024 em matéria de emissões



Gettyimages



Getty Images

deste tipo de títulos, tendo colocado 750 milhões de euros a seis anos, por um juro de 3,5%.

O prémio pedido pelos investidores à cotada portuguesa situou-se em 100 pontos-base face à taxa "midswap" do euro, numa operação que conseguiu uma procura que superou cinco vezes a oferta.

A companhia liderada por Miguel Stilwell de Andrade foi seguida por outras duas emitentes do setor energético. Em fevereiro, a Greenvolt emitiu 100 milhões de euros em obrigações verdes a cinco anos, com uma taxa de cupão de 4,65%. O montante final superou assim o inicial de 75 milhões de euros, devido à elevada procura, que ficou 12% acima da oferta.

Mais tarde, mas no mesmo mês, foi a vez da REN de colocar 300 milhões em dívida verde a oito anos, tendo a forte procura levado o juro a descer dos 4,04% previstos no início da operação para 3,614%.

A nível global, foram colocados, no ano passado 492,3 mil milhões de dólares (o equivalente a 457,9 mil milhões de euros à taxa de câmbio atual), uma subida de 9,36% quando comparado com os 446,18 mil milhões de dólares (414,82 mil milhões de euros) colocados por Estados e empresas em todo o mundo em 2022, de acordo com os dados da Climate Bonds Initiative.

Da dívida para os fundos de investimento, que têm ganho destaque com a regulação europeia, há atualmente 182 fundos a operar em Portugal que se enquadram no regulamento europeu de divulgação de finanças sustentáveis e que apresentam um valor líquido global de 18.100.400.158 euros, de acordo com o mais recente relatório do investidor da CMVM.

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS OU COMO RESPONDER AO DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE



CRISTINA CASALINHO
Administradora executiva da Fundação Calouste Gulbenkian e presidente do júri da categoria Finanças Sustentáveis do Prémio Nacional de Sustentabilidade.

Associado ao tema de Sustentabilidade surge quase instantaneamente o elemento ambiental, quase olvidando os fatores sociais e de governação. Contudo, a mitigação e a transição climáticas apenas poderão acontecer com o surgimento de novos produtos e serviços que não interfiram com o bem-estar social. Oferecem oportunidades de negócio que devem ser dominadas por: mais, melhores, e mais bem remunerados empregos; maior eficiência no uso de recursos; maior produtividade; melhor qualidade de vida. A transição necessita de financiamento, público e privado, impondo a necessidade de inovação: produtos financeiros do lado do ativo e do passivo, com capacidade de resposta às novas exigências de alocação de recursos.

Na presente edição do prémio, observa-se uma grande variedade de propostas, numa busca de soluções para a multiplicidade de necessidades que a Sustentabilidade comporta. Assim, surgiram candidaturas com propostas de mecanismos promotores de conhecimento do grau de maturidade ESG das empresas, de incorporação de fatores ESG na avaliação do risco de crédito num esforço de integração destes três fatores em medidas de risco com reflexo no custo do crédito. Com este mecanismo, pretende-se igualmente fomentar a sensibilização e preparação das empresas (e capacitação das forças comerciais dos bancos) para os requisitos impostos pela regulação e supervisão. Outras candidaturas apresentaram novas linhas de financiamento, que visam propulsionar a adoção de escolhas energéticas mais eficientes.

As finanças sustentáveis introduzem elementos de transparência e compromisso com impacto, que desafiam os tradicionais modelos de financiamento; conduzindo ao surgimento de novos/remodelados instrumentos financeiros, como é o caso das obrigações verdes, sociais ou sustentáveis. Quando se aborda o tema de finanças sustentáveis, existe a tentação de privilegiar o crédito. Porém, a poupança desempenha um papel fundamental quer pelo investimento em produtos fora de balanço, como os fundos de investimento mobiliário, quer através de produtos de retalho tradicionais com consignação dos fundos a determinados propósitos: ambientais, sociais ou de governação.

Finalmente, como as candidaturas nesta categoria revelaram, finanças sustentáveis significa apoiar o terceiro setor, o qual desempenha um papel fundamental na concretização do pilar social, tanto mais que o sucesso de qualquer atividade sustentável depende do seu contributo social. Por conseguinte, este setor exige soluções de financiamento inovadoras desenvolvidas numa lógica de parceria, de partilha de esforço.

Sustentabilidade significa maior exigência ou eficiência na utilização de recursos escassos, contemplando uma perspetiva intertemporal e promovendo a integração de externalidades no modelo de avaliação. Exige poupança e investimento canalizados para instrumentos capazes de responder às mais recentes exigências de: eficiência, transparência, sensibilização, capacitação, existência ou disponibilidade de novos dados, novos indicadores, novos standards, novas metodologias de incorporação de fatores ESG no modelo de decisão. Os candidatos na categoria de Finanças Sustentáveis ofereceram uma encorajadora visão das respostas necessárias para corresponder a este desafio.


savills
AMI 5446
Uma visão única para o
futuro do imobiliário
#SomosSavills
Somos Nuno e Márcia
Somos Sustentabilidade



Nesta categoria foram aceites iniciativas, serviços, projetos ou produtos financeiros que compreendem critérios de sustentabilidade nas suas características e tem como objetivo contribuir para uma maior inovação, transparência, crescimento, desenvolvimento e alinhamento do investimento e financiamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Esta categoria privilegia a inovação do produto, serviço ou mecanismo de financiamento face aos montantes envolvidos. São também valorizadas inovações como os modelos de avaliação de risco ESG e respetiva aplicação à concessão e atribuição de financiamento.

JÚRI

PRESIDENTE DO JÚRI



CRISTINA CASALINHO
Administradora Executiva da Fundação Calouste Gulbenkian



ASSUNÇÃO CRISTAS
Professora na Nova School of Law



ISABEL UCHA
Managing Board Member, Euronext e CEO, Euronext Lisbon



JOSÉ CRESPO DE CARVALHO
Presidente, ISCTE Executive Education



PEDRO OLIVEIRA
Dean da Nova School of Business and Economics



RICARDO NOGUEIRA
Senior Advisor, Pollination



RODRIGO TAVARES
Professor na Nova School of Business and Economics



SOFIA SANTOS
Professor Catedrático Sustainability Champion in Chief Anticipating & Engaging, Systetemic



VICTOR BARROS
Professor no ISEG

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS



SUSTENTABILIDADETAMBÉM SE PROMOVE COM CRÉDITO À HABITAÇÃO

Bankinter Portugal lançou novos produtos de financiamento com condições especiais para impulsionar a transição para habitações mais eficientes do ponto de vista energético e ambiental. Até ao final do ano passado, 1.373 famílias já tinham contratado Crédito Habitação Eficiente.

A procura por soluções sustentáveis tornou-se uma prioridade em diversos setores, à qual a banca e o mercado imobiliário não são imunes. Neste contexto de crescente preocupação com o meio ambiente e necessidade de reduzir as emissões de carbono, o Bankinter Portugal lançou o projeto Crédito Habitação Sustentável, que engloba dois produtos de financiamento distintos que promovem práticas mais "verdes" em termos de eficiência energética e ambiental nas habitações. O primeiro, designado Crédito Habitação Eficiente, está disponível desde 2021 e tem como objetivo impulsionar a transição para uma habitação mais sustentável, através de incentivos para compra de casas com eficiência energética certificada e a transferência de crédito associado a este tipo de imóveis. Oferece condições especiais - como a redução de 0,10% na taxa de juro fixa com prazo igual ou superior a 10 anos e *spread* bonificado de 0,75% - para imóveis novos ou usados que apresentem uma certificação energética igual ou superior a "A" para imóveis novos e igual ou superior a "B-" para imóveis usados. Estas condições visam não apenas tornar a compra de imóveis sustentáveis mais acessível, mas também estimular a procura por essas propriedades no mercado. No final de 2023, em complemento a esta oferta, a instituição

1.373
Contratos de Crédito Habitação Eficiente

238,5
Milhões de euros financiados

0,75%
de spread bonificado

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

7 Energias renováveis e acessíveis

9 Indústria, inovação e infraestruturas

11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

17 Parcerias para a implementação dos objetivos





lançou o Crédito Habitação Renovação Energética - o segundo produto de financiamento contemplado no programa -, que tem como intuito promover a melhoria do nível de classificação energética dos imóveis, proporcionando às famílias empréstimos para obras de renovação que visem esse fim. Neste caso, o Bankinter oferece o serviço de estimativa da classificação energética após a conclusão das obras, beneficiando os clientes cujos imóveis atinjam a classificação energética igual ou superior a B-. Ambas as soluções têm uma abrangência alargada, destinando-se a clientes residentes ou não residentes de nacionalidade portuguesa ou estrangeira, estando disponível também para diversas finalidades, incluindo habitação própria permanente, habitação própria secundária e habitação para arrendamento.

De janeiro de 2022 até dezembro do ano passado, o banco realizou 1.373 contratos de Crédito Habitação Eficiente, num montante de 238,5 milhões de euros- valores que demonstram a adesão positiva dos clientes a este tipo de iniciativa. O Projeto Crédito Habitação Sustentável está alinhado com a crescente procura por práticas sustentáveis na indústria imobiliária e reflete a ênfase na eficiência energética, na redução do impacto ambiental e no desenvolvimento de comunidades mais sustentáveis.

FINANCIAR COM IMPACTO

Mas, o Crédito Habitação Sustentável não é somente um projeto financeiro. Além de promover a mitigação e a adaptação às alterações climáticas, bem como incentivar a práticas mais sustentáveis e eficientes em termos energéticos, considera todos os fatores ESG (meio ambiente, social e governança), estando alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Entre os principais benefícios gerados por esta iniciativa encontram-se a redução nos custos de energia, a valorização dos imóveis, a melhoria do conforto e qualidade de vida dos beneficiários, e a redução do impacto ambiental dos imóveis.

O banco, que tem um Plano de Sustentabilidade estruturado, monitoriza trimestralmente os resultados produzidos por estes produtos, assegurando a transparência e responsabilidade corporativa, através da divulgação do número de contratos, montante de crédito concedido e peso em montante.

bankinter.

Empresa: **BANKINTER, S.A. - SUCURSAL EM PORTUGAL**

Nome do projeto: **Projeto Crédito Habitação Sustentável**

Data de início: **05/07/2021**

Principais beneficiários da iniciativa: **clientes novos ou existentes, residentes ou não residentes de nacionalidade portuguesa ou estrangeira**

INÍCIO DE UMA NOVA ERA "VERDE" NO SETOR FINANCEIRO

Transformação da banca já começou e a Caixa Geral de Depósitos posicionou-se na linha da frente, com a implementação de um modelo de rating ESG pioneiro que possibilita uma gestão de risco mais robusta, beneficiando ainda as empresas mais "verdes" na hora do financiamento.



Num cenário em que a preocupação com a sustentabilidade ambiental, social e de governança (ESG) é cada vez mais evidente, empresas de todos os setores estão a ser chamadas para prestar contas não apenas dos seus resultados financeiros, mas também do impacto que produzem ao nível ambiental, social e de governança (ESG). Diante do desafio, e com a ambição de posicionar-se na linha da frente, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) implementou nas suas plataformas informáticas - incluindo as de atribuição de rating e de análise e atribuição de crédito - um modelo interno de avaliação de risco direcionado para os clientes corporativos, designadamente dos segmentos de Grandes Empresas, PME, Pequenos Negócios e Project Finance. O sistema, desenvolvido pelo banco, tem como objetivo complementar as informações financeiras tradicionais, considerando aspetos não financeiros igualmente cruciais em termos de risco e viabilidade dos negócios. Trata-se de uma ferramenta inovadora que visa fornecer uma visão prospetiva da situação económica e financeira das empresas, abordando as três dimensões ESG, através de 15 indicadores que cobrem uma ampla gama de critérios, que vão desde o risco climático até às práticas de sustentabilidade e políticas de governança.
A missão é só uma: obter uma gestão de risco mais completa e robusta, que permita antecipar as ameaças não financeiras que poderão afetar as companhias a médio prazo.

15
Indicadores ESG incluídos no modelo de rating

400
Mil empresas avaliadas e hierarquizadas

23
Mil milhões de euros de exposição em termos de sustentabilidade

EMPRESAS SUSTENTÁVEIS BENEFICIADAS NO FINANCIAMENTO

Desde a sua implementação, em 2021, o modelo permitiu à CGD avaliar e hierarquizar aproximadamente 400 mil empresas, totalizando uma exposição de 23 mil milhões de euros em termos de sustentabilidade. Além disso, identificou clientes com maior potencial de desenvolvimento e aqueles em risco, possibilitando ao banco fortalecer as relações comerciais e atender melhor às necessidades das empresas.
Mas os seus benefícios não se limitam à instituição. A integração da avaliação de sustentabilidade no processo de concessão de crédito e de tomada de decisão tem contribuído para uma transformação do setor financeiro, na medida em que, ao fazer a diferenciação de pricing, isto é, ao diferenciar o preço do crédito com base no desempenho ESG das empresas, a Caixa incentiva a práticas mais "verdes" e responsáveis em toda a economia.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

5 Igualdade de género

7 Energias renováveis e acessíveis

8 Trabalho digno e crescimento económico

9 Indústria, inovação e infraestruturas

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

14 Proteger a vida marinha

15 Proteger a vida terrestre

17 Parcerias para a implementação dos objetivos



O desenvolvimento do modelo de rating ESG resultou em impactos significativos, de que são exemplo: a capacidade de priorizar ações comerciais com base no risco dos clientes; o fornecimento de dados essenciais para o teste de stress climático; e o apoio ao cumprimento de regulamentações e à implementação de políticas de sustentabilidade e risco climático, abrangendo questões de financiamento sustentável.
A Caixa Geral de Depósitos criou ainda ferramentas complementares, como estratégias de financiamento sustentável e um simulador de risco físico por geolocalização, para apoiar as áreas comerciais e de risco na interação com os clientes e no processo de avaliação. Os relatórios de rating ESG estão disponíveis para os clientes através da plataforma online Caixadirecta desde setembro de 2023, registando cerca de seis mil pedidos por mês.



Empresa: **Caixa Geral de Depósitos**

Nome do projeto: **Modelo de Rating ESG**

Data de início: **26/10/2021**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **instituição, clientes e população em geral**



INVESTIMENTO DE IMPACTO AJUDA SETOR SOCIAL A EXPANDIR PROJETOS

Acordos de partilha de rendimentos da Fundação Ageas já ajudaram três organizações a reforçar equipas em áreas prioritárias e a escalar impacto para milhares de beneficiários em todo o país.

o setor social em Portugal sofre historicamente com falta de financiamento, o que prejudica o crescimento de projetos inovadores e com impacto positivo na sociedade. Para contrariar a falta de liquidez das organizações sem fins lucrativos, maioritariamente dependentes de fundos públicos rígidos e da atividade filantrópica, a Fundação Ageas pôs em prática um instrumento financeiro inovador no terceiro setor, que consiste em acordos de partilha de rendimentos. Desenhados para apoiar as entidades, são ferramentas que permitem financiar a operação das organizações sociais, mas oferecendo condições mais favoráveis face aos empréstimos tradicionais.

500
Mil euros de investimento total

3
Acordos de partilha de receitas

7
Anos é o período máximo de investimento

NÚMEROS SOLIDÁRIOS

Em 2022, a Fundação Ageas lançou uma nova estratégia para endereçar alguns dos principais desafios na área da saúde, do envelhecimento e da exclusão social. O principal objetivo foi dar resposta às necessidades das organizações que diariamente trabalham com estas missões mas que, por falta de fundos, nem sempre conseguem fazer crescer os seus projetos. Com este objetivo em mente, decidiu criar um eixo de investimento de impacto constituído por diferentes ferramentas que permitem financiar associações, empresas sociais e start-ups de impacto, mas com particular foco nas organizações sem fins lucrativos.

O acordo de partilha de rendimentos surge neste contexto e apresenta condições mais favoráveis do que um empréstimo tradicional, alinhando-se com as necessidades e percurso de crescimento de cada entidade, sem necessidade de qualquer garantia pessoal.
Os acordos podem prolongar-se por períodos entre cinco e sete anos e canalizar investimentos entre os 100 e os 300 mil euros.
Até agora, já três organizações beneficiaram do modelo de financiamento inovador que, entretanto, já se traduziu no crescimento das suas operações e também das suas equipas.
Em apenas um ano, a Pedalar Sem Idade duplicou as suas operações, estando agora em oito cidades portuguesas, enquanto a Dioscope aumentou a receita anual e conseguiu ultrapassar pela primeira vez a marca de um milhão de euros.
Ainda a ser impactada, mas também a impactar positivamente, a Reformers, apoiada em meados de 2023, foi identificada pela sua prática de excelência a nível municipal no Porto.
Ao todo, as organizações receberam um investimento de 500 mil euros e graças a este apoio conseguirão, a médio prazo, multiplicar significativamente as suas receitas, escalando o seu impacto a milhares de beneficiários.

INOVAÇÃO FINANCEIRA

Os acordos de partilha de rendimentos não são uma novidade, sendo já bastante utilizados no setor privado.
Contudo, o que torna este instrumento financeiro agora verdadeiramente inovador é a sua aplicação ao setor social, com foco específico no apoio de entidades sem fins lucrativos. A sua utilização associa a obtenção de impacto positivo na sociedade à lógica de retorno financeiro, além de permitir que as organizações acedam a financiamento previsível e com reembolso associado ao sucesso financeiro da organização, contando igualmente com um investidor mais disponível para oferecer apoio técnico.
Através do acordo de partilha de receitas, a Fundação segue com proximidade as dificuldades operacionais das entidades, podendo colaborar na organização de estratégias de mitigação de problemas.
Além disso, este tipo de instrumento pode ainda permitir a contratualização de mecanismos de proteção às organizações, nomeadamente períodos de carência para otimizar processos ou limiares mínimos de receita, abaixo dos quais não existe reembolso ao investidor.



Empresa: **Fundação Ageas**

Nome do projeto: **Acordos de Partilha de Receita**

Data de início: **01/01/2022**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **Organizações sem fins lucrativos, idosos, pessoas com incapacidade física e défice cognitivo**



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



Saúde de qualidade

Reduzir as desigualdades



OBRIGAÇÕES VERDES FINANCIAM PROJETOS DE ENERGIA SUSTENTÁVEL

Impactos positivos da disponibilização de obrigações verdes por parte do Grupo Greenvolt incluem aceleração da descarbonização, criação de empregos e parcerias para cumprir objetivos da economia circular.

O Grupo Greenvolt emitiu, entre janeiro e fevereiro deste ano, um total de 200 mil obrigações verdes, com um valor unitário de 500 euros e valor global de 100 milhões de euros, denominadas Obrigações Verdes Greenvolt 2024-2029. O produto financeiro sustentável foi disponibilizado através de uma oferta pública de subscrição que conseguiu atrair quase três mil pequenos aforradores. Trata-se de um produto verde e sustentável, uma vez que a empresa se compromete a utilizar os fundos obtidos em projetos elegíveis no âmbito do seu Green Bond Framework. Esta estratégia visa reforçar a capacidade de investimento do Grupo em projetos que promovam a produção de energia limpa, reforçando assim o seu compromisso com a sustentabilidade.

200
Mil obrigações disponibilizadas

2.914
Pequenos aforradores aderiram

500
Euros de reembolso por obrigação

FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

Desde 2021, a Greenvolt realizou duas emissões de obrigações verdes, ao abrigo do seu Green Bond Framework, com vista ao financiamento de projetos que melhorem o seu desempenho ambiental, promovam um enquadramento de produção de energia limpa e renovável e fortaleçam a prevenção e redução de CO_2, reforçando, por conseguinte, o seu compromisso com a sustentabilidade. A mais recente emissão



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA



apresentou caraterísticas apelativas ao mercado, tendo um período de duração de cinco anos, com taxa de juro de 4,65% ao ano, Inicialmente foram emitidas 150 mil obrigações verdes, mas a elevada procura rapidamente levou a Greenvolt a rever em alta o montante global da oferta obrigacionista. Os iniciais 75 milhões de euros passaram a 100 e acabaram por ser emitidas 200 mil obrigações.

A procura superou largamente o número de obrigações disponíveis, ascendendo a 112%, o que seria equivalente a um valor global de 111,58 milhões de euros se mais obrigações existissem. A avaliação positiva quanto aos níveis de interesse também ficou patente no número de pessoas que compraram o produto financeiro, tendo atraído um total de 2914 pequenos aforradores.

Nos termos do Green Bond Framework, secundado pela Sustainalytics e face ao montante captado, a empresa avança em direção ao objetivo final: utilizar os fundos obtidos com o produto da emissão de obrigações verdes para financiar ou refinanciar projetos novos ou já em curso que impactem positivamente o ambiente, nomeadamente os que estejam ligados às energias renováveis.

PROJETOS VERDES

O principal foco de investimento será em projetos verdes, designadamente na área das energias renováveis e da eficiência energética que incluem, mas não se limitam, à biomassa, eólica, solar, geração descentralizada e armazenamento de energia numa vertente internacional, nas 20 geografias onde o Grupo Greenvolt se encontra presente. Além disso, o capital angariado será ainda canalizado para a prevenção e redução de CO_2, para transações de fusões e aquisições no setor de energia renovável e outras despesas relacionadas com projetos verdes que pretendam impactar positivamente o ambiente, evitando ou reduzindo emissões de gases com efeitos de estufa. Entre o leque de aspetos positivos gerados pela disponibilização de emissões verdes, destaca-se ainda o impacto na descarbonização, criação de empregos, crescimento económico e parcerias para cumprir os objetivos da economia circular, em alinhamento com a estratégia da Greenvolt. A organização acredita que o financiamento sustentável é essencial para cumprir a meta de criar uma sociedade neutra em carbono, estando empenhada em integrar a sua agenda de sustentabilidade nas suas finanças corporativas.

Greenvolt

Empresa: **Grupo Greenvolt**

Nome do projeto: **Obrigações Verdes Greenvolt 2024-2029**

Data de início: **29/01/2024**

Data de conclusão: **09/02/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **Pequenos aforradores na área do retalho**

EST INTELIGÊNCI A OLHAR PARA



Getty Images

ARÁ A
A ARTIFICIAL



O LADO ERRADO?

O potencial da tecnologia inteligente para resolver os problemas do mundo parece ser unanimemente aceite pelo setor. Contudo, nem sempre a inteligência artificial parece correr na direção certa. O que está a falhar e o que ainda há para fazer?

Marta Velho

As restrições impostas pela pandemia de covid-19 foram o acelerador num processo que há muito se iniciou e deu um forte contributo na evolução da transformação digital a nível global. A necessidade obrigou as empresas a olharem para o "digital first", com muitas a explorarem as vendas online pela primeira vez. O teletrabalho – e tudo o que se lhe sucede – tornou-se prática e o travão às viagens não só revelou a importância de plataformas como o Zoom ou o Teams – que serviram durante meses de salas de reuniões –, como lançou para o centro do debate que no futuro estas poderão decorrer com hologramas. Se a mudança pareceu significativa à data – e foi –, há ainda muito para fazer. Mas tal não será possível sem uma parceria entre governos e empresas, consideram os especialistas.

No final do ano de 2022, a inteligência artificial (IA) entrava de rompante pela porta da frente da ribalta. Em novembro, foi lançado o ChatGPT pela OpenAI, uma organização norte-americana sem fins lucrativos de desenvolvimento de tecnologia inteligente. Foi um sucesso imediato. Com um interface simplista, a aplicação responde a qualquer tipo de comando humano que lhe peça produção de conteúdo. Ensaios, histórias infantis, rimas, anúncios publicitários ou peças de teatro. O céu é o limite. O interesse gerado foi abismal e, no espaço de uma semana, o ChatGPT atingiu um milhão de utilizadores. Por comparação, o Instagram demorou 12 semanas para chegar à mesma marca. O Facebook 40. A Netflix 168. E se até aí o conhecimento sobre automação estava relativamente restrito aos profissionais que lidavam com o setor, a partir desse momento as conversas sobre IA passaram a fazer parte do dia a dia de multidões.

Entre os teóricos, é inegável o potencial da inteligência artificial. Saindo do campo da produção de conteúdo para outros ramos, poderemos no futuro assistir a avanços até ao momento considerados inalcançáveis. "Com o tempo, a IA será a maior mudança tecnológica que vamos ver nas nossas vidas. É maior do que a transição da computação de desktop para móvel, e pode ser maior até do que a própria internet. É uma reestruturação fundamental da tecnologia e um incrível acelerador da engenhosidade humana", escrevia Sundar Pichai, CEO da Google, numa publicação em setembro de 2023. "Aprimorar a IA para ser mais útil para todos e implantá-la de forma responsável é a maneira mais importante pela qual vamos cumprir a nossa missão pelos próximos 10 anos ou mais".

A IA representa um avanço tecnológico que poderia revolucionar diversos aspetos da sociedade, desde a medicina até à educação, passando pela resolução de problemas globais como a fome e as mudanças climáticas. Na verdade, é importante reconhecer que esta tecnologia já é utilizada de maneira promissora em diversas áreas. Por exemplo, na medicina, facilita no diagnóstico de doenças, otimiza tratamentos e até mesmo descobre novos medicamentos mais rapidamente. Na agricultura, tem ajudado a aumentar a eficiência na produção de alimentos, contribuindo para a segurança alimentar global. Além disso, em setores como a logística e a indústria, a IA tem sido usada para melhorar a eficiência operacional e reduzir custos.

O LUCRO À FRENTE DA ÉTICA

No entanto, apesar desses avanços, é inegável que uma parte significativa do desenvolvimento da IA está direcionada para aplicações mais superficiais, como filtros de fotos e assistentes virtuais para tarefas quotidianas. O aparecimento do ChatGPT parece ter direcionado o desenvolvimento de inteligência artificial para outras áreas menos prioritárias, deixando de lado questões cruciais que enfrentamos como sociedade.

Segundo os especialistas, uma das razões para essa tendência é a procura do mercado. Empresas de tecnologia procuram constantemente formas de atrair e reter utilizadores e, muitas vezes, isso significa desenvolver produtos que tenham apelo imediato, como aplicações de redes sociais com recurso a IA. Além disso, há uma pressão por lucro que muitas vezes supera considerações éticas e de impacto social. "O problema não são os programadores. Como todos nós, eles trabalham para patrões, que decidem em que investir... mesmo aqueles que trabalham para o serviço público (como universidades) estão condicionados pelas direções dadas pelos programas de financiamento", explica Virginia Dignum, investigadora portuguesa que integra o grupo de especialistas de IA das Nações Unidas.

O FENÓMENO LENSA

Um exemplo disso é o fenómeno Lensa. A aplicação gera imagens através de fotografias, e a sua popularidade explodiu, com milhões de pessoas a carregarem fotos suas e a simularem vários resultados. Contudo, a utilização massiva da Lensa levantou problemas éticos. Primeiro, foram diversos artistas que reclamaram que a tecnologia estaria a usar trabalhos seus para inspiração sem permissão. Mais tarde, os alarmes soaram relativamente à utilização de fotografias não autorizadas, à criação de "deepfakes" (técnica que combina e sobrepõe imagens e vídeos existentes para criar conteúdo audiovisual falso, muitas vezes realista e convincente) e à partilha de "fake news".



Getty Images

O problema não são os programadores. Como todos nós, eles trabalham para patrões, que decidem em que investir... mesmo aqueles que trabalham para o serviço público (como universidades) estão condicionados pelas direções dadas pelos programas de financiamento.

Virginia Dignum, investigadora portuguesa que integra o grupo de especialistas de IA das Nações Unidas

Surgiram várias aplicações semelhantes num curto espaço de tempo, lançando o debate em torno dos direitos autorais e da proteção da propriedade intelectual no contexto da IA. A capacidade das máquinas de criar conteúdo original levanta questões sobre quem detém os direitos sobre esse conteúdo e como ele deve ser compensado. Além disso, o uso da IA para automatizar tarefas anteriormente realizadas por seres humanos levanta ainda preocupações sobre o futuro do trabalho e o aparecimento de desigualdades económicas.

O fenómeno Lensa acabou por mostrar a forma como uma tecnologia aparentemente inofensiva se poderia tornar perigosa e vários especialistas e agentes do setor intensificaram o apelo aos decisores políticos para começarem a olhar a sério para a questão da legislação da inteligência artificial.

"A IA é a nova fronteira da humanidade. Uma vez ultrapassada esta fronteira, a IA conduzirá a uma nova forma de civilização humana. O princípio orientador da IA não é tornar-se autónoma ou substituir a inteligência humana. Mas devemos garantir que seja desenvolvida através de uma abordagem humanista, baseada em valores e direitos humanos. Somos confrontados com uma questão crucial: que tipo de sociedade queremos para o amanhã? A

revolução da IA abre perspetivas excitantes, mas as convulsões antropológicas e sociais que traz consigo exigem uma ponderação cuidadosa", escrevia, já em 2018, Audrey Azoulay, diretora da UNESCO.

No ano passado, António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), frisava a importância de pôr a tecnologia inteligente a olhar para o sítio certo. "Precisamos de uma corrida para desenvolver a IA para o bem", enfatizava no primeiro Conselho de Segurança da ONU dedicado exclusivamente à inteligência artificial, "uma IA que seja fiável e segura e que possa acabar com a pobreza, banir a fome, curar o cancro, dinamizar a ação climática [e]… impulsionar-nos para" os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O CHATGPT E AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Mas se resolver os problemas da humanidade pode parecer um desafio complexo, a inteligência artificial tem, pelo menos, uma boa resposta na ponta da língua. Perguntámos ao próprio ChatGPT de que forma a tecnologia inteligente pode resolver a crise climática e a resposta foi, no mínimo, esclarecedora.

"A IA pode analisar grandes volumes de dados climáticos em tempo real, ajudando a identificar padrões, tendências e anomalias. Com base nessa análise, os cientistas podem fazer previsões mais precisas sobre as mudanças climáticas, eventos extremos e outros fenómenos climáticos", explica a aplicação no campo do monitoramento e previsão do clima.

Fala ainda de otimização de energia e recursos, com a IA a "ser usada para otimizar o consumo de energia em edifícios, sistemas de transporte e redes elétricas. Algoritmos de IA podem aprender padrões de uso e identificar formas de reduzir o desperdício de energia. Além disso, a IA pode ser usada para otimizar a alocação de recursos, como água e eletricidade, em áreas afetadas por secas ou escassez." Por outro lado, a IA "pode aprimorar os modelos climáticos existentes, permitindo simulações mais precisas e detalhadas das alterações climáticas. Isso ajuda os cientistas a entender melhor os diferentes fatores que contribuem para as mudanças climáticas e a desenvolver estratégias eficazes de mitigação e adaptação".

A resposta do ChatGPT falou ainda de gestão de desastres naturais, agricultura sustentável e sensibilização e educação. Fomos ainda mais longe e pedimos soluções específicas para o degelo no Ártico e, mais uma vez, a aplicação apresentou um rol de opções interessantes para serem exploradas. Contudo, ressalvou "que a IA não é uma solução única, mas pode ser uma ferramenta poderosa quando combinada com esforços globais, políticas adequadas e ação coletiva em prol do meio ambiente".

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA O BEM

O termo "AI for good" passou a ser popularmente associado à utilização de tecnologia inteligente em prol do futuro da humanidade. Se o pesquisarmos num motor de busca, veremos que várias organizações internacionais e até empresas privadas desenvolvem as suas próprias iniciativas de "AI for good", de forma a patrocinar e fomentar boas-práticas neste setor.

Contudo, o maior programa de "AI for Good" foi desenvolvido pela International Telecommunication Union (ITU), uma agência especializada das Nações Unidas responsável por questões de tecnologia da informação e comunicação. A ITU lançou oficialmente a iniciativa "AI for Good" em 2017. O objetivo é trabalhar em parceria com uma ampla gama de partes interessadas, incluindo governos, empresas privadas, organizações sem fins lucrativos, instituições académicas e outras agências da ONU, para promover o uso responsável e benéfico da inteligência artificial em todo o mundo. A iniciativa busca alavancar o poder da IA para enfrentar desafios globais e alcançar os ODS das Nações Unidas.

Com o incentivo ou não deste tipo de programas, são já várias as empresas a trabalhar com inteligência artificial para soluções de impacto que resolvam problemas na sociedade. Alguns exemplos são a Recycleye, uma startup sediada no Reino Unido que utiliza IA e visão computacional para automatizar e melhorar o processo de triagem de resíduos, aumentando a eficiência da reciclagem e reduzindo o desperdício; a Corti, uma empresa dinamarquesa que desenvolveu um sistema de IA para ajudar profissionais de saúde no atendimento de emergência. O sistema analisa chamadas de emergência em tempo real e fornece sugestões para ajudar os operadores a tomarem decisões mais informadas e rápidas; e também a Zipline, uma startup norte-americana que utiliza drones e algoritmos de IA para entregar suprimentos médicos, como sangue e medicamentos, em áreas remotas e de difícil acesso, especialmente em países em desenvolvimento.

Em Portugal, a Unbabel – que a par da DefinedAI é das únicas tecnológicas portuguesas a desenvolver inteligência artificial de raiz – liderou o consórcio que criou, com a ajuda de fundos comunitários, o Centro para a IA Responsável.

> **Precisamos de uma IA que seja fiável e segura e que possa acabar com a pobreza, banir a fome, curar o cancro, dinamizar a ação climática [e]… impulsionar-nos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.**
>
> **António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas**

Getty Images



Getty Images



Getty Images

"O Center for Responsible AI irá ter uma grande importância para Portugal. O impacto da inteligência artificial nas nossas vidas é cada vez maior e o Center for Responsible AI irá desenvolver produtos de IA da próxima geração, baseados nas tecnologias e princípios da inteligência artificial responsável. O centro criará um círculo virtuoso entre startups, centros de investigação e líderes de indústria nesta área a uma escala única em Portugal. Esta missão está confiada a uma equipa de excelência que acredito irá estar à altura deste enorme desafio", indicava em comunicado, em maio do ano passado, José Manuel Fonseca de Moura, chair do conselho geral.

DESAFIOS PARA CONTORNAR

Contudo, criar tecnologia de IA em prol do bem da humanidade apresenta uma série de desafios significativos. É novamente o próprio ChatGPT que nos ajuda a enumerá-los. Alguns dos principais desafios incluem o viés algorítmico, já que "os algoritmos de IA podem refletir preconceitos existentes nos dados de treinamento, o que pode resultar em decisões discriminatórias ou injustas. Superar o viés algorítmico é crucial para garantir que a IA seja justa e equitativa"; questões de privacidade e segurança dos dados, já que "a coleta e o uso de grandes quantidades de dados pessoais para treinar modelos de IA levantam preocupações sobre a privacidade e a segurança dos dados", indica a app, e também de transparência e interpretabilidade, uma vez que é difícil entender como os modelos de IA tomam decisões.

Além destes, há ainda desafios no campo da desigualdade de acesso, uma vez que "o desenvolvimento de tecnologias de IA pode exacerbar as desigualdades existentes, especialmente se não houver acesso igualitário a essas tecnologias", o impacto no emprego e na economia já que "a automação impulsionada pela IA tem o potencial de substituir muitos empregos e reconfigurar setores inteiros da economia"; e por último questões éticas várias. "A IA levanta uma série de questões éticas, incluindo responsabilidade, justiça e autonomia. Desenvolver frameworks éticos e sistemas de governança eficazes é fundamental para garantir que a IA seja utilizada de maneira responsável e benéfica para a humanidade."

Estes são apenas alguns dos desafios enfrentados ao criar tecnologia de IA em prol do bem da humanidade. "Superá-los exigirá esforços colaborativos e multidisciplinares de governos, empresas, sociedade civil e academia", conclui o ChatGPT.

Este artigo foi escrito com a utilização do ChatGPT que está devidamente identificada ao longo do texto.



A trabalhar juntos para um mundo melhor.

Para enfrentar os grandes desafios que vivemos, precisamos de trabalhar em conjunto. As soluções inovadoras da SAP podem ajudar na integração de práticas sustentáveis diretamente nos seus processos de negócio. Para que todos beneficiem: o ambiente, a comunidade, e cada um individualmente.

2024 SAP SE ou uma empresa afiliada SAP. Todos os direitos reservados.



Miguel Baltazar

ARLINDO OLIVEIRA

EMPRESAS QUE FALHEM ADOÇÃO DE IA "VÃO TORNAR-SE MENOS COMPETITIVAS E PODERÃO MESMO FICAR EM RISCO"

A inteligência artificial promete trazer uma maior eficiência e produtividade às empresas, resultando em ganhos de competitividade. Aquelas que não souberem aproveitar esta onda arriscam ver a sustentabilidade do negócio em causa.

Sílvia Abreu

É o grande motor daquela que é apontada como a quarta revolução industrial e acarreta ganhos transversais aos diferentes setores e economia. Para já, apesar de ser uma figura habitual no seio mediático, a tecnologia está ainda numa fase inicial, aponta Arlindo Oliveira, professor do Instituto Superior Técnico e especialista em Inteligência Artificial (IA), e membro do júri do Prémio Nacional de Sustentabilidade na categoria Transformação Digital em Sustentabilidade, acrescentando que a integração de modelos de linguagem com outros sistemas é que vai fazer a diferença. Na corrida à IA, a Europa não sai bem na figura.

Quando neste momento se pensa em transformação digital é impossível não pensar em inteligência artificial. Que impacto terá a IA nas empresas?
Numa primeira fase, vai ter sobretudo impacto na produtividade e na eficiência. Numa segunda fase, ou até ao mesmo tempo se as empresas forem bem-sucedidas nesse aumento de produtividade, poderá causar um aumento do volume de negócios ou da margem se for possível reduzir os recursos humanos.
Penso que essas serão as principais consequências nos próximos anos: uma maior eficiência e valor acrescentado.

Ainda estamos numa fase muito inicial na adoção destas tecnologias?
Estamos numa fase antes da adoção. As pessoas já usam os modelos de linguagem, mas a integração destes modelos com outros sistemas é que vai fazer a diferença. E essa integração é que está ainda muito no princípio.

Os ganhos que a IA trará passam pelo aumento da produtividade, maior eficiência e redução de custos. E os desafios?
Para as empresas, o desafio é o da transformação. Para usarem eficazmente as tecnologias de IA é preciso haver uma transformação, as empresas têm de mudar, e isso é sempre um desafio. Relativamente às pessoas, acho que o maior desafio vai ser

Não estou particularmente preocupado com o impacto negativo na taxa de desemprego porque o nosso maior problema é mesmo a falta de talento.

adaptarem-se e adotarem uma nova tecnologia. Para algumas pessoas isto é difícil porque é preciso formação, para outros – os mais jovens – será mais fácil.

No caso das empresas, o desafio da transformação tem a ver com o investimento?
Não. Também existe a questão do investimento, mas é mais cultural, pelo facto de termos de mudar a maneira como trabalhamos.

Que consequências terão as empresas que não conseguirem fazer esta transformação e integrarem esta nova tecnologia?
Vão tornar-se menos competitivas, com menor rendimento e eventualmente poderão mesmo ficar em risco. Mas acima de tudo vão ter uma competitividade mais baixa e essa é a parte negativa de uma empresa não se conseguir adaptar.

A dimensão das empresas em Portugal torna mais difícil esta transição?
Não tem necessariamente de ser dessa forma, mas é inegável que uma empresa maior tem mais capacidade. As pequenas empresas vão ter um desafio maior.

Qual será o impacto da IA no mercado laboral? É de esperar que as máquinas assumam postos de trabalho ocupados até agora por humanos?
A substituição total do trabalho de uma pessoa por um robô, por um sistema de IA, embora concetualmente seja possível, deverá ser relativamente raro porque teria de ser um sistema muito flexível. O que me parece mais natural é que as pessoas consigam ser mais eficientes e, portanto, em vez de responderem a 10 emails por hora respondem a 30. Claro que se existirem 100 pessoas a fazer isto só serão necessárias 30, é um facto. Mas acho que a tendência é que permitirá fazer crescer a economia sem necessariamente levar a um aumento do desemprego. Até porque neste momento não há uma grande pressão no emprego, a nossa maior preocupação é existirem pessoas e competências para os projetos que são necessários desenvolver.

E nesse ponto a IA até pode ajudar?
Até é positiva, porque as pessoas que existem vão conseguir fazer mais coisas. Não estou particularmente preocupado com o impacto negativo na taxa de desemprego porque o nosso maior problema é mesmo a falta de talento.

Mas será inevitável que o tipo de trabalho mude e que certas funções venham a desaparecer?
É possível que algumas funções muito repetitivas desapareçam completamente, também já não temos datilógrafos. Mas parece-me que acontecerá de maneira gradual e essas pessoas não ficarão sem emprego, irão para outras funções que serão potenciadas pelas tecnologias digitais.

Que tipo de novas funções são essas?
Não temos tido grande sucesso em adivinhar as áreas em que vão aparecer novos empregos. Depende essencialmente da inovação e que novas necessidades cria. Agora, há coisas óbvias, há algumas pessoas que poderão ser usadas como professores para treinar os sistemas de IA.

Ferramentas como o ChatGPT puseram a IA no centro do debate público pelas capacidades que demonstrou. Mas isto é apenas a ponta do icebergue?
Sim, porque estas ferramentas são muito limitadas. Uma pessoa faz perguntas, pode pedir textos, mas não podemos pedir coisas mais complicadas como "diz-me quanto dinheiro tenho na conta bancária". À medida que estes sistemas forem integrados em sistemas que podem ter acesso a bases de dados, fazer reservas de viagens, etc., aí é que vamos ver maiores ganhos.

Que tipo de decisões poderemos ter nas mãos da IA no futuro?
A IA pode ser usada para muita coisa. Na ciência, pode ser usada para ler, sintetizar e obter relações entre artigos científicos e sugerir direções para futuras pesquisas. Na financeira, também vai ajudar bastante em alguns tipos de análise, mas acho que será principalmente na área de interação com o cliente que vamos ver uma transformação mais rápida. Na área legal, também acho que vai ter um impacto significativo em termos de produtividade.

O risco à democracia é um dos principais?
Já há bastante desinformação sem inteligência artificial. O que a IA permite é levar a desinformação para outro patamar, em que é banalizada e mais convincente. Existe de facto um certo risco de as ferramentas de marketing e propaganda se tornarem cada vez mais eficientes e as pessoas ficarem cada vez mais divididas. O lado bom é que também podemos usar a IA para detetar informação falsa. É uma guerra de tecnologia, vamos ver quem ganha.

Estas tecnologias também trazem desafios em termos ambientais, uma vez que têm um consumo energético muito mais elevado. A adoção destas ferramentas pode pôr em causa as metas ambientais definidas para os próximos anos?
Gastam de facto bastante energia, tanto na fase de treino, quando estão a ser projetadas, como também na fase de utilização. Eu pessoalmente estou convencido de que, embora seja um fator de preocupação, a evolução tecnológica vai permitir limitar o crescimento deste consumo e não vamos chegar a uma situação em que 10% da energia seja gasta em IA. Mas depende da



Miguel Baltazar

> **Dificilmente vejo Portugal como um líder na inteligência artificial.**

criação de novas tecnologias. Neste momento já há muita gente a trabalhar nisso.

É sem dúvida um ponto a ter em conta?
É. Mas não vejo que a IA por si tenha de comprometer os objetivos de redução de emissões, por exemplo. Possivelmente até ajudará na outra direção… mas são contas muito difíceis de fazer.

Como é que classifica a evolução da Europa e de Portugal neste campo da IA?
A Europa não está muito bem posicionada. Não está a conseguir ser competitiva, nem com os Estados Unidos nem com a China, no desenvolvimento de tecnologias. Está muito [focada] na regulamentação da IA e possivelmente seremos os campeões em termos de regulação, mas parece-me pouco. A verdade é que as grandes empresas de inteligência artificial estão nos Estados Unidos e na China e a Europa é um distante terceiro destes blocos. Eventualmente poderá até ser ultrapassada por outros, como os países árabes.

Não está muito otimista, portanto?
Não. Temos um conjunto de regras e legislação – que pode ter o seu valor e vir a desempenhar um papel nesta questão –, mas neste momento se olharmos para as 20 maiores companhias de IA desconfio de que apenas uma será europeia.

E Portugal? É demasiado pequeno para ter um papel de destaque?
Não é de esperar que um país que tem 10 milhões de habitantes e não é particularmente rico venha a desempenhar um papel importante. Não estamos mal em alguns aspetos, temos alguns unicórnios, mas não é de esperar que Portugal venha a desempenhar um papel particularmente marcante na IA internacional. O que temos de fazer é estar bem posicionados para poder aplicar a tecnologia, desenvolver aplicações que sejam relevantes e fazer as contribuições que podemos fazer para um país à nossa escala. Embora esteja moderadamente otimista quanto à nossa capacidade de utilizar e adotar a IA, dificilmente vejo Portugal como um líder na área por causa das limitações que referi.

Qual o risco de ficar para trás?
O risco de a Europa ficar para trás é não termos os ganhos de produtividade que podem advir da utilização destas tecnologias. Não tendo esses ganhos, a nossa economia é menos competitiva e, portanto, vamos ter o PIB mais baixo, ser mais pobres e ter menos capacidade de desenvolvimento. Esse é o risco de não acompanharmos esta revolução tecnológica que promete ser rápida.



Gettyimages

AS PME PORTUGUESAS E A CORRIDA À ERA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Trazer a indústria portuguesa para a quarta geração industrial tem sido um dos principais objetivos do Estado para garantir uma alavancagem da economia e assegurar que as empresas do país são competitivas no mercado global. Os gestores responderam ao apelo, mas o caminho tem tido também alguns obstáculos.

Marta Velho

Antigamente eu contratava um funcionário e precisava de um ano para o ensinar a trabalhar o vidro. Agora só preciso de seis meses para lhe mostrar como trabalhar com as máquinas." Henrique Paulo Ferreira mostra com orgulho os diferentes equipamentos que operam na fábrica da Obrividro, uma vidraceira do concelho de Mafra. O barracão alberga máquinas de diferentes formas e feitios, que mostram que esta PME portuguesa está alinhada com os objetivos do governo português, delineados no programa Indústria 4.0.

A iniciativa visa promover a transformação digital no setor industrial, adotando tecnologias avançadas para aumentar a eficiência, a produtividade e a competitividade. Este termo refere-se à quarta revolução industrial, caracterizada pela integração de tecnologias digitais, como inteligência artificial, computação em nuvem, "big data" e automação nos processos de produção e gestão.

O objetivo do programa Indústria 4.0 é modernizar as empresas industriais portuguesas, incentivando a adoção de soluções tecnológicas inovadoras que possam melhorar a sua capacidade de resposta aos desafios do mercado global. Isso inclui a implementação de sistemas de produção inteligentes, a digitalização de processos industriais, a criação de cadeias de valor mais integradas e a formação de recursos humanos qualificados para trabalhar com tecnologias digitais.

A REVOLUÇÃO QUE NÃO DEPENDE DA MATÉRIA-PRIMA

"A transição digital é para nós um desafio, mas é também a primeira grande revolução para a qual Portugal parte sem estar numa posição de desvantagem", indicava António Costa, no Fórum Nacional das Competências Digitais, em outubro de 2022, explicando que nas outras grandes revoluções "tivemos sempre algum fator que nos comprometeu, ou porque assentava em matérias-primas que não tínhamos ou porque a nossa posição geográfica nos desfavorecia ou porque não tínhamos as qualificações necessárias para a podermos aproveitar plenamente".

Para o então primeiro-ministro, esta é, pela primeira vez, "uma revolução industrial que não depende da matéria-prima, em que a localização geográfica não é decisiva, pelo contrário, no nosso caso pode ser uma oportunidade, e que ocorre num momento em que começamos a ter as qualificações necessárias para a aproveitarmos plenamente".

Henrique Paulo Ferreira reconhece que trabalhar o vidro é uma paixão que já vem do pai, que fundou a Obrividro em 1973, numa loja em Benfica, Lisboa. O atual administrador assumiu os comandos da empresa em 1984, tendo mudado de instalações – para Caneças, em Sintra – no final dos anos 90. Dez anos depois, novamente uma mudança, agora para a sede atual. "Isto tem sido uma evolução doida", conta. "No início trabalhávamos tudo à mão. Sempre que mudámos de instalações, fomos adquirindo máquinas, que nos ajudavam no corte e na manufatura do vidro. Ainda assim, neste momento, já só temos uma máquina que veio de Caneças e mesmo essa está a ficar obsoleta."

O responsável reconhece que, para acompanhar a evolução do mercado, é preciso estar em cima das tendências de automação no setor. "Temos de evoluir as máquinas. Só assim o produto sai com mais qualidade e conseguimos ser competitivos." Assume, no entanto, que não está no grupo dos ponta de lança da indús-

tria vidreira. "A dimensão da Obrividro ainda não é compatível com isso. Acredito que haja grandes empresas da área a trabalhar de forma ainda mais avançada, com inteligência artificial e tecnologias desse nível. Os nossos fornecedores de máquinas, por exemplo, já estão a avançar nesse caminho. Mas cada coisa a seu tempo", considera.

OS OBSTÁCULOS NO CAMINHO

Henrique Paulo Ferreira está alinhado com o sentimento dominante na maioria das PME portuguesas. A transição digital é um tema cada vez mais relevante nas pequenas e médias empresas do país. Com a rápida evolução da tecnologia e as mudanças na procura do mercado, as empresas enfrentam pressões crescentes para adotar soluções digitais e integrar a transformação digital nas suas operações.

Numa tese de mestrado do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa sobre a Indústria 4.0 em Portugal, elaborada em setembro de 2021 por António Matos Pereira, de 18 entrevistados, representantes do tecido industrial português, 88,89% assumiram que as suas organizações já contemplam, no seu plano de ações, iniciativas de automação e digitalização.

A transição digital oferece uma série de benefícios para as PME. A automação de processos, por exemplo, pode aumentar a eficiência operacional e reduzir os custos. Já ferramentas de análise de dados podem fornecer "insights" valiosos sobre o comportamento do cliente e as tendências de mercado, permitindo que as empresas tomem decisões mais informadas. Por outro lado, a presença online pode expandir o alcance das PME e ajudá-las a competir num mercado cada vez mais globalizado.

"Relativamente à integração da estratégia digital na estratégia global da empresa, é percetível que o foco de muitas empresas está na tecnologia em si, 'saltando' de imediato para os aspetos técnicos e operacionais da solução, desconsiderando a investigação necessária relativamente ao propósito maior da empresa, os seus objetivos, o impacto nas vantagens competitivas e ganhos na cadeia de valor, falhando assim a visão integrada tida como importante para o sucesso da implementação", indica, contudo, o investigador do Iscte nas suas conclusões.

A verdade é que a transição digital também apresenta desafios significativos para as PME portuguesas. Um dos principais obstáculos é o acesso a recursos e conhecimentos técnicos. Muitas empresas têm orçamentos limitados e não têm capacidade para investir em tecnologia de ponta ou contratar especialistas em TI. Além disso, a falta de habilidades digitais entre os funcionários pode dificultar a implementação eficaz de novas soluções digitais. Por outro lado, outro desafio é a resistência à mudança. Muitas PME estão habituadas a operar de certa forma e podem mostrar relutância em abandonar processos tradicionais em favor de soluções digitais. Além disso, a segurança informática é uma preocupação crescente, especialmente para empresas que lidam com dados sensíveis de clientes. Garantir a proteção adequada contra ameaças digitais pode ser uma tarefa complexa e onerosa.

"Como em qualquer novo processo ou procedimento, existem barreiras que vão surgindo ao longo do trajeto de implementação, sendo que no caso português e no decorrer da introdução do conceito em estudo, foram observados em maior número, fatores de índole humana, em que a resistência à mudança, a necessidade de maior envolvimento pela gestão de topo, a referência à readequação de funções e a aquisição de competências digitais são os mais relatados", indica António Matos Pereira no relatório.

"A análise às entrevistas revela também que a dimensão do investimento inicial necessário, alguma dificuldade de acesso ao financiamento e a incerteza que existe face à viabilidade económica deste processo são também obstáculos à implementação da Indústria 4.0. Outras barreiras foram mencionadas nas entrevistas, ainda que de forma avulsa, e das quais se destacam, por serem considerados relevantes, a falta de conhecimento sobre o tema, a dificuldade de associativismo entre parceiros (sejam eles fornecedores, clientes, a academia ou o próprio estado) e a ausência de uma cultura empresarial vincada", acrescenta ainda.

SEGUIR EM FRENTE COM O APOIO DO ESTADO

Apesar desses desafios, há formas através das quais as PME portuguesas podem enfrentar com sucesso a transição digital. Em primeiro lugar, é crucial desenvolver uma estratégia digital clara e alinhada com os objetivos de negócios da empresa. Isso pode envolver a identificação de áreas-chave para a digitalização e a alocação de recursos adequados para implementar as mudanças necessárias.

A colaboração também desempenha um papel importante na transição digital das PME. Parcerias com outras empresas, instituições académicas e organizações governamentais podem fornecer acesso a recursos adicionais e conhecimentos especializados, acrescentando a isso, ainda, a troca de experiências e melhores práticas com outras empresas que passaram pela transição digital.

Por último, há que aproveitar as muitas ferramentas e recursos disponíveis para apoiar a transição digital. Por exemplo, existem programas de financiamento e subsídios disponíveis para ajudar as empresas a investir em tecnologia. Contudo, nem sempre chegam a toda a gente. "Os incentivos que existem é só para fora da Área Metropolitana de Lisboa. As empresas do Norte, por exemplo, podem contar à vontade com essas coisas. Já eu tinha de estar em Torres Vedras para ter acesso a fundos. Tudo o que aqui está, na Obrividro, temos de ganhar para ter. Não temos ajudas nenhumas", lamenta Henrique Paulo Ferreira.

Ainda assim, o governo português tem desenvolvido várias iniciativas para apoiar a Indústria 4.0, incluindo programas de financiamento, incentivos fiscais, parcerias público-privadas e a promoção de ecossistemas de inovação e empreendedorismo. O objetivo é impulsionar a modernização e a competitividade do setor industrial português, posicionando-o como um líder na adoção de tecnologias avançadas e na criação de valor acrescentado para a economia nacional.

O Estado português tem implementado uma série de apoios e incentivos para ajudar as empresas, incluindo as PME, na sua transição digital. Esses apoios visam facilitar o acesso a recursos e tecnologias digitais, promover a formação e capacitação em competências digitais, e incentivar a inovação e modernização das empresas.

Alguns dos principais apoios do Estado português à transição digital das empresas incluem: o Programa Portugal Digital – que visa promover a digitalização das empresas através do acesso a serviços digitais, formação em competências digitais, e apoio



Henrique Paulo Ferreira, administrador na Obrividro.

David Cabral Santos



David Cabral Santos

financeiro para a adoção de tecnologias digitais; ou o Programa Nacional de Competências Digitais – que tem como objetivo promover a literacia digital e capacitar os trabalhadores portugueses com competências digitais relevantes para o mercado de trabalho. Inclui iniciativas de formação e capacitação em competências digitais para trabalhadores e empresas.

Além disso, o governo português oferece diversos incentivos financeiros para apoiar a transição digital das empresas, incluindo subsídios e linhas de crédito com condições favoráveis para investimentos em tecnologias digitais, como software, hardware e soluções de automação. Existem diversos programas de financiamento e incentivos à inovação que apoiam projetos de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D) com foco na transformação digital das empresas. Estes programas são geridos por entidades como o Portugal 2020 e a Agência Nacional de Inovação (ANI).

Por fim, o Estado português promove também a criação de redes de apoio e parcerias entre empresas, instituições de ensino e investigação, centros de incubação e aceleração de startups, e outras entidades do ecossistema empreendedor. Estas parcerias visam facilitar o acesso a conhecimentos, recursos e oportunidades de colaboração para impulsionar a inovação e a transformação digital das empresas.

"Aquilo que temos verificado, no programa das Agendas Mobilizadoras, é uma fortíssima adesão do tecido empresarial para que o digital não seja só algo 'startups', algo que tenha a ver com as grandes empresas do serviços do setor digital, mas pelo contrário tenha uma tradução prática e multipliquem-se os projetos que têm a ver com a adaptação à fábrica do futuro, no têxtil, no calçado, em vários daqueles setores que nos habituámos a designar por setores tradicionais, mas que compreendem como as ferramentas digitais são uma grande oportunidade para reinventar aquilo que é a sua atividade. E essa reinvenção é essencial", garantia António Costa em outubro de 2022.

O então primeiro-ministro referia ainda que entre 2010 e 2019, a produtividade nacional cresceu 0,8%, nos últimos anos tem crescido 1,5% e no acordo a médio-prazo que o governo assinou com todos os parceiros sociais, foi fixada "uma nova meta muito ambiciosa": que a produtividade cresça 2% por ano. "Para que isso aconteça é fundamental investir nas qualificações, nas novas tecnologias e na capacidade de produzir mais e com um maior valor acrescentado", sublinhou.

BETÃO VERDI ZERO

Vamos dar forma ao futuro

ELEITO PRODUTO DO ANO 2023
INOVAÇÃO PREMIADA POR CONSUMIDORES



O PRIMEIRO BETÃO NEUTRO EM CARBONO DE PORTUGAL

O lançamento do **primeiro betão neutro em carbono de Portugal** – O **BETÃO VERDI ZERO** – é um grande passo na construção de um futuro mais verde, com infraestruturas e edifícios mais duradouros e com menor impacto no meio ambiente.

Teve como base uma **inovação SECIL** ao nível do **desenvolvimento de produto**, complementando medidas internas de eficiência e de utilização de energia renovável, garantindo, logo desde o início, uma importante redução de emissões de CO_2.

Este lançamento foi mais um passo importante no caminho da **Descarbonização no Grupo SECIL**, com o objetivo de alcançarmos a neutralidade carbónica em 2050, em sintonia com os compromissos assumidos para **reduzir as emissões de CO_2** da nossa atividade.

O **BETÃO VERDI ZERO** é certificado como um produto **CarbonNeutral®**, sendo a neutralidade de carbono alcançada através da compensação das emissões remanescentes, nomeadamente em projetos de florestação, energia eólica e solar, garantindo que, por cada tonelada de CO_2 emitida pelo **BETÃO VERDI ZERO**, exista uma tonelada a menos na atmosfera.

- CERTIFICADO COMO **PRODUTO CarbonNeutral®**

CERTIFIED CARBON NEUTRAL product
CarbonNeutral.com

- UTILIZAÇÃO DE **MATÉRIAS-PRIMAS** QUE PROMOVEM A **ECONOMIA CIRCULAR**
- FACILITA A OBTENÇÃO DOS CERTIFICADOS AMBIENTAIS **LEED** E **BREEAM**

secil.pt

SECIL BETÃO



JÚRI

PRESIDENTE DO JÚRI



CARLOS OLIVEIRA
Presidente Executivo,
Fundação José Neves



ARLINDO OLIVEIRA
Professor Catedrático, IST



BRUNO SANTOS
Executive Director,
Capgemini Engineering
Portugal



JOÃO FALCÃO E CUNHA
Diretor, Faculdade
de Engenharia
da Universidade do Porto



LUIS PAULO REIS
Professor Associado do
Departamento de Engenharia
Informática da Faculdade de
Engenharia da Universidade
do Porto

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EM SUSTENTABILIDADE

Nesta categoria fora aceites candidaturas de iniciativas, serviços ou produtos que representem soluções tecnológicas e digitais inovadoras que promovem o acesso a informação e tecnologias que contribuem para o bem-estar social, saúde pública ou ambiente (por exemplo, erradicação da fome e pobreza, promoção da saúde e preservação dos recursos naturais), aumento da produtividade e redução de tempos de espera, otimização de processos e procedimentos manuais.



LUÍSA RIBEIRO LOPES
Presidente, .PT



STEPHAN GODINHO LOPES DE MORAES
Managing General Partner, Indico Capital



VANDA JESUS
Especialista em Transformação Digital

INOVAÇÃO DIGITAL MELHORA GESTÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

Projeto transformador objetiva potenciar a experiência digital dos clientes com a Águas e Energia do Porto.



Atualmente, a digitalização das organizações, nomeadamente as relacionadas com serviços essenciais que lidam diretamente com o cliente, é crucial por permitir uma maior eficiência operacional. Os processos tornam-se mais ágeis e automatizados, resultando numa redução de custos e numa melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes Foi precisamente com o objetivo de otimizar a comunicação que a Águas e Energia do Porto (AEdP), uma das maiores empresas municipais portuguesas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, desenvolveu e implementou o projeto NORBI para redefinir o padrão de interação digital, oferecendo uma experiência mais eficiente e personalizada. A plataforma surge, assim, como uma resposta inovadora aos desafios enfrentados pela organização na era digital, destinando-se não apenas aos clientes da AEdP, mas também aos munícipes e cidadãos interessados, sempre que tenham um contacto digital com a empresa para reportar qualquer assunto, uma vez que gere todo o ciclo urbano da água e ainda a estratégia energética municipal integrada.

Empresa: **Águas e Energia do Porto, E.M.**

Nome do projeto: **NORBI: Transformar a Experiência do Cliente na Águas e Energia do Porto**

Data de início: **01/12/2022**

Data de conclusão: **31/12/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **colaboradores e clientes/cidadãos/ experiência do cliente**

IMPACTOS SIGNIFICATIVOS

A NORBI potencia, ainda, as ferramentas internas de trabalho, simplificando, centralizando e unificando interações e procedimentos de comunicação em todos os canais. Um dos seus principais benefícios reside na capacidade de proporcionar uma resposta ágil e eficiente aos pedidos dos clientes, o que, com a sua implementação, foi conseguido: o tempo médio de resposta reduziu em 96%, permitindo à AEdP atender às necessidades de quem a procura de forma rápida e eficaz. Por outro lado, a eliminação de tempos desnecessários de tratamento manual, encaminhamento e classificação de pedidos, teve resultados positivos na produtividade dos colaboradores, além de os libertar para outras tarefas.Outro aspeto

crucial da NORBI é a sua capacidade de garantir conformidade com regulamentos e de fornecer informações estruturadas quando necessário, sendo especialmente relevante no contexto da regulamentação do setor de água e resíduos onde a AEdP opera. Além dos benefícios operacionais, esta ferramenta também oferece uma oportunidade única para a obtenção de indicadores precisos sobre as interações digitais, fornecendo métricas sobre o volume das mesmas, o tempo de resposta e a qualidade do serviço.

Em particular, os gestores de equipas podem utilizar os dados e indicadores fornecidos pela plataforma para ajustar estratégias, alocar recursos de forma mais eficaz e identificar áreas de melhoria, contribuindo para uma abordagem mais informada e estratégica aos desafios operacionais e ao atendimento ao cliente.

A plataforma transforma significativamente o atendimento ao cliente, promovendo a eficiência, a transparência e a sua satisfação. No âmbito deste projeto foi realizada uma prova de conceito com o objetivo de incorporar inteligência artificial (IA) num futuro próximo visando potenciar a experiência dos colaboradores que utilizam a NORBI, pois a empresa acredita ser esta a melhor estratégia para servir o cliente.





+160.000
clientes gerida pela Águas e Energia do Porto

+20.000
número de interações recebidas através da NORBI em 2023

1,5
número de dias do 'lead time' em final de 2023 (35 dias em final de 2022)

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

8 Trabalho digno e crescimento económico

11 Cidades e comunidades sustentáveis

AS PESSOAS NO CENTRO DAS DECISÕES

A Câmara Municipal de Cascais criou uma plataforma que responde às vulnerabilidades sociais e de saúde da população, de forma rápida e à distância de um clique. Promover a equidade é o principal objetivo.



A pandemia trouxe alterações aos hábitos de trabalho, de transporte e até mudanças na forma como a sociedade encara a saúde. A literacia e a prevenção continuam a ser desafios do país, mas também das comunidades locais. É o caso de Cascais, onde a autarquia procurou criar soluções nas áreas da proteção social e saúde para resolver as vulnerabilidades dos munícipes. Foi assim que nasceu o Sistema Local de Saúde e Solidariedade Social (SL3S), em 2021, para complementar as respostas dadas pelo Estado central.

O SL3S baseia-se numa plataforma digital, a Vida Cascais, através da qual toda a população pode aceder a cuidados de saúde integrados, nomeadamente intervenções de medicina dentária ou atendimento médico telefónico. Existem teleconsultas de medicina geral e familiar, com contacto gratuito no período máximo de 30 minutos, e teleconsultas pediátricas, cujo tempo de espera não ultrapassa as três horas.

Ainda no campo do bem-estar dos cidadãos, uma colaboração entre a Câmara Municipal, União das Misericórdias, Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo e Agrupamentos de Centros de Saúde de Cascais permitiu a criação do "Bata Branca". É um projeto desenvolvido no âmbito do SL3S para garantir o acesso da população à saúde, em particular aqueles que não têm médico de família atribuído. O serviço está disponível para qualquer munícipe com mais de 18 anos.

Para a autarquia, este projeto representa "mais do que uma consulta médica", já que é "um instrumento de inclusão social, de humanidade e de cuidado com os nossos vizinhos". A par do apoio na saúde, a plataforma disponibiliza ainda informação sobre diferentes temas de interesse para os munícipes, nomeadamente sobre acesso ao mercado de trabalho, apoios sociais, mecanismos de integração social, formação e aprendizagem ao longo da vida no âmbito da promoção de uma longevidade com dignidade e qualidade de vida.

A parceria estratégica com atores sociais locais e nacionais desempenha um papel

VIDA CASCAIS

Empresa: **Câmara Municipal de Cascais**

Nome do projeto: **Serviço Local de Saúde e Solidariedade Social - SL3S**

Data de início: **01/04/2021**

Data de conclusão: **A decorrer**

Principais beneficiários da iniciativa: **residentes, trabalhadores e estudantes no município de Cascais**

crucial, até porque permite a identificação das necessidades da comunidade, criando uma rede de suporte social coesa e sustentável.

COMUNIDADE EM PRIMEIRO LUGAR

O projeto SL3S mostra como a tecnologia pode ser importante para a simplificação de processos, para o aumento da produtividade, a redução dos tempos de espera e ainda para melhorar diretamente a forma de cuidar dos utentes. A transversalidade da iniciativa vê-se, também, na disponibilização dos Centros de Atendimento Integrado Vida Cascais, cujo foco é garantir a equidade no acesso aos serviços públicos e promover os direitos dos cidadãos. Através deste serviço, os beneficiários podem receber apoio, orientação e acompanhamento em áreas como a habitação, jurídica, educação, emprego ou prestações sociais, dando resposta às pessoas que possam estar em situação de infoexclusão.
É, assegura a Câmara Municipal de Cascais, uma resposta com "carácter individualizado, mas que considera uma intervenção sistémica e colaborativa". As previsões apontam para que dois terços da população mundial vivam em centros urbanos até 2050, uma pressão adicional para as cidades, mas também um incentivo para que, como Cascais, procurem adaptar-se ao futuro tomando decisões que coloquem as pessoas em primeiro lugar.



24

é o número de horas diárias em que o serviço de teleconsultas está disponível

30

minutos é o tempo máximo de espera para conseguir uma consulta de clínica geral na plataforma Vida Cascais

212.000

pessoas residiam no município de Cascais em 2021



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 1 Erradicar a pobreza
- 2 Erradicar a fome
- 3 Saúde de qualidade
- 4 Educação de qualidade
- 5 Igualdade de género
- 8 Trabalho digno e crescimento económico
- 10 Reduzir as desigualdades
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 16 Paz, justiça e instituições eficazes

REDUZIR A PEGADA CARBÓNICA TAMBÉM NO DIGITAL

A EDP assinalou a realização da COP28, no Dubai, com uma campanha para descarbonizar a internet e sensibilizar a sociedade para o tema da sustentabilidade.



Não é fácil medir a dimensão da internet e detalhar o número de sites que alberga ou a quantidade de páginas que são carregadas a cada segundo, mas os dados apontam que 63% da população mundial tenha acesso ao mundo digital. Porém, se a internet é assegurada por redes de computadores interligadas, isso significa que cada ação que tomamos online deixa uma pegada carbónica - estimativas apontam para 3,7% das emissões globais de CO_2.

Aproveitando a realização da COP28, que juntou no Dubai, no final de 2023, os líderes mundiais em torno do futuro do planeta, a EDP quis levar a cabo uma campanha de sensibilização para a sustentabilidade. Para isso, decidiu desenhar uma página no seu site com informação sobre o ambiente e alguns dos projetos que desenvolve nessa área, mas com uma particularidade: a página tinha de ter o melhor desempenho energético possível. E assim foi. A energética nacional conseguiu reduzir as emissões em 45% em relação às restantes páginas em www.edp.pt.

Esta foi a "forma criativa, rigorosa e simples" que a organização encontrou para alertar para a importância da consciência ambiental e para o peso que a internet tem nas emissões que acabam na atmosfera. Os dados mostram que um site médio produz 1,76g de CO_2 por cada visualização de página, mais de 2,1 toneladas se tiver 100 mil visualizações por mês.

Empresa: **EDP**

Nome do projeto: **Página descarbonizada COP28**

Data de início: **30/11/2023**

Data de conclusão: **14/12/2023**

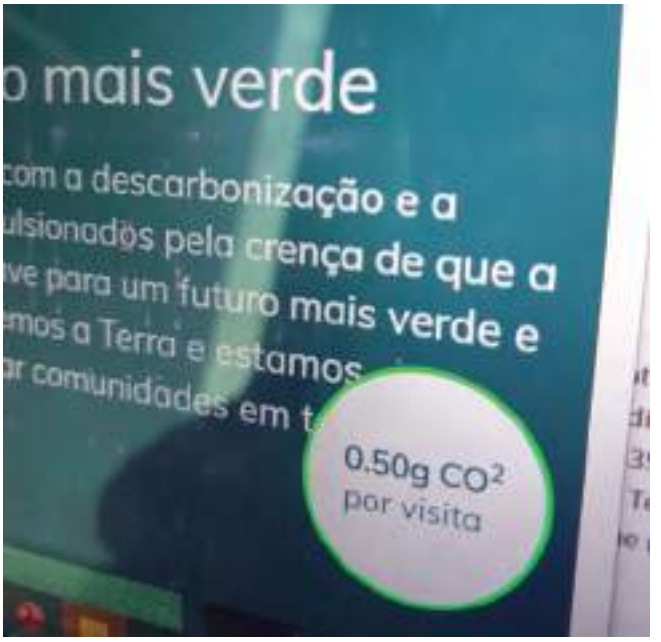
Principais beneficiários da iniciativa: **público em geral**

COMO REDUZIR A PEGADA DIGITAL

De acordo com a candidatura da EDP, o processo de construção da página web que dedicou à COP28 é, em si mesmo, inovador por aquilo que prioriza: imagens desenhadas em bitmap e não imagens fotográficas, pouca utilização de vídeo, menor variedade de cores, bem como menor necessidade de cliques ou interação por parte do utilizador. No fundo, o objetivo é tornar as páginas mais leves e energeticamente mais eficientes sem, no entanto, deixarem de cumprir a sua função.

O projeto "Página descarbonizada COP28"





é, na verdade, a segunda vez que a EDP promove esta iniciativa associada à cimeira do clima, sendo que este ano conseguiu alcançar um resultado ainda melhor. Na COP27, a página web da empresa tinha uma pegada carbónica de 0,63g, mais 0,13g do que a versão deste ano. "Iniciativas como esta são pequenos passos rumo a uma utilização mais consciente e regrada da internet", acredita a empresa.

RUMO À DESCARBONIZAÇÃO

Consciente da sua responsabilidade social e ambiental, a EDP acredita que compete a quem se quer posicionar como líder da transição energética ajudar a promover as boas práticas que permitirão a mudança de paradigma que o mundo hoje exige. Isso reflete-se de forma transversal em toda a companhia, na sua estrutura, nas suas opções e na forma de fazer negócio. A preocupação de reduzir as emissões associadas à presença digital da marca faziam já parte da sua agenda para a sustentabilidade, nomeadamente com o objetivo de, até 2027, transitar 85% da sua presença digital para a cloud. Contudo, estas metas fazem parte de uma estratégia de descarbonização mais alargada, que inclui marcos concretos para a redução das emissões globais da EDP. A empresa assumiu como intenção tornar toda a sua operação 100% verde até 2030 e atingir a neutralidade carbónica em 2040, cinco anos antes do prazo nacional e dez anos antes da meta europeia.

2,1

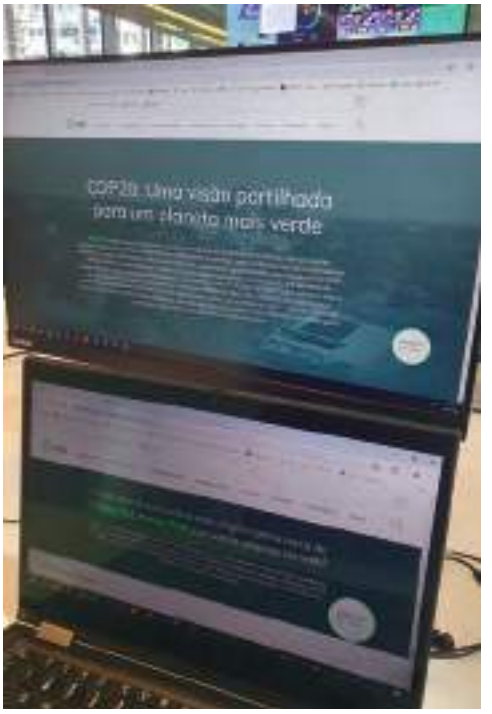
toneladas de CO_2 é a pegada carbónica de um site com 100 mil visualizações por mês

45%

menos emissões de CO_2 foi o resultado alcançado pela página descarbonizada em relação às restantes do site EDP

3,7%

das emissões globais de carbono resultam da existência da internet



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

9 Indústria, inovação e infraestruturas

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

PLATAFORMA DIGITALIZA PROCESSOS PARA TORNAR EMPRESAS MAIS VERDES

Através da monitorização de dados em tempo real e da medição da pegada carbónica, a tecnologia Nextbitt permite que as organizações acelerem estratégias de descarbonização e comuniquem o seu desempenho de forma rigorosa e transparente.

Nextbitt
Sustainable Asset Management

A entrada em vigor da nova Diretiva Europeia sobre o Relatório de Sustentabilidade das empresas tem potenciado a procura por soluções tecnológicas flexíveis, versáteis e capazes de dar resposta aos desafios inerentes à luta por um futuro mais verde. A plataforma Nextbitt, criada pela Nextbitteam Business Technologies, permite a gestão integrada e sustentável do ciclo de vida de ativos físicos das organizações, combinando asset e facility management com sistemas de gestão ambiental e de energia. Só em 2022, a tecnologia recebeu um investimento de cinco milhões de euros. Os grandes objetivos são a redução de custos, otimização do consumo de recursos, designadamente materiais, água e energia e minimização dos impactos ambientais, contribuindo de forma positiva para a redução da pegada carbónica das organizações.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL VERDE

A integração da plataforma no dia-a-dia das empresas, permite que organizações operacionalmente complexas, de qualquer setor de atividade e em qualquer localização geográfica, possam realizar as suas atividades de gestão de ativos físicos de forma integrada, transversal e sustentável. Essa gestão é feita com base na digitalização de processos operacionais e na sensorização (IoT) de instalações e equipamentos, o que permite recolher dados com fina granularidade (Big Data), e identificar melhorias de eficiência com base em algoritmos de inteligência artificial generativa.Através da monitorização dos dados em tempo real e da medição da pegada carbónica, a plataforma possibilita às organizações acelerar a sua estratégia de descarbonização e comunicar o seu desempenho de forma rigorosa, transparente e auditável. Mais do que um repositório de informação recolhida em processos de base manual, a tecnologia Nextbitt permite acompanhar em tempo real todos os elementos necessários para a monitorização da pegada carbónica, combinando os indicadores de sustentabilidade com a gestão de ativos físicos.

Nextbitt

Empresa:
Nextbitteam Business Technologies SA

Nome do projeto:
Plataforma Nextbitt – Sustainable Asset Management

Data de início:
14/07/2022

Data de conclusão:
31/12/2024

Principais beneficiários da iniciativa:
Organizações de todas as dimensões e setores de atividade que estejam comprometidas com a sustentabilidade

APLICAÇÃO E ESCALABILIDADE

As organizações de grandes dimensões foram as primeiras a utilizar a plataforma, embora a mesma esteja pensada para se adaptar também à realidade das Pequenas e Médias Empresas (PME). Ainda assim, a sua utilização por parte de grandes empresas possibilitou constatar a escalabilidade da plataforma, garantindo a adequação a todo o espectro empresarial.

Atualmente, existem organizações dos mais variados setores de atividade – instituições financeiras, saúde, retalho, entre outras – que ao adotarem a solução Nextbitt conseguiram resultados comprovados na redução dos seus consumos. São expectáveis reduções significativas nos primeiros 12 meses de adoção da tecnologia, entre os 5% e os 15%, dependendo do grau de maturidade da organização em estratégias de redução de consumo e também do tipo de indústria.

Apesar de os resultados positivos serem visíveis desde muito cedo, não se esgotam ao final do primeiro ano, uma vez que a utilização continuada da plataforma garante ganhos adicionais nos períodos seguintes.

Entre as empresas que já adotaram a Nextbitt constam nomes como EDP e BPI, em que a utilização da ferramenta decorre já em velocidade cruzeiro, e Sonae MO, Worten, CUF, Diaverum, DHM - Discovery Hotel Management, Altice Arena, CTT ou Portway, em que decorrem projetos piloto e provas de conceito.

5

Milhões de euros de investimento na tecnologia em 2022

10%

ganhos gerados pela redução de consumos nas primeiras empresas a adotar a solução

12

Meses é o suficiente para observar ganhos significativos



André Calixto - CEO



Susana Ribeiro - Directora de Sustentabilidade



Pedro Morais - CTO

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

9 Indústria, inovação e infraestruturas

11 Cidades e comunidades sustentáveis

13 Ação climática

17 Parcerias para a implementação dos objetivos

DESMATERIALIZAR PARA POUPAR O AMBIENTE

A Ordem dos Engenheiros continua a investir na transformação digital dos seus serviços e das suas operações, reduzindo os recursos utilizados e aumentando a eficiência da sua atividade.



O desígnio da transformação digital não tem apenas como objetivo tornar a vida das pessoas mais fácil, simplificar processos ou aumentar a produtividade dos trabalhadores. Um dos seus propósitos, particularmente no contexto em que a humanidade se encontra, é também ser uma ferramenta facilitadora do hercúleo desafio da neutralidade carbónica. Este foi precisamente o caminho seguido pela Ordem dos Engenheiros (OE), que desde 2017 tem vindo a apostar na digitalização da sua atividade para beneficiar os colaboradores, os membros e, claro, o planeta.
Este trabalho, que tem vindo a ser concretizado por etapas, inclui a implementação de um novo portal digital que permitirá a automatização e digitalização de grande parte dos processos que ainda careciam de intervenção por parte dos recursos humanos da OE e que utilizavam recursos físicos, como o papel.
As estimativas apontam para que a produção de um quilo de papel exija cerca de 540 litros de água, o que torna a redução da utilização deste recurso ainda mais importante. Entre os serviços totalmente digitalizados, encontram-se os pedidos de registo na Ordem, a emissão de declarações, a alteração de dados pessoais, os pedidos de outorga de nível de qualificação (progressão na Ordem) ou até pedidos de estágio. O novo portal está totalmente integrado com as plataformas SIGOE e VALORe, essenciais para o dia-a-dia dos engenheiros. O projeto de transformação digital da OE prevê ainda a criação de uma aplicação móvel para dar acesso a todas as funcionalidades do site, que deverá ser lançada no primeiro semestre deste ano. A par da digitalização dos processos, a Ordem investiu na segurança das plataformas, no design centrado no utente e nas melhores práticas de experiência do utilizador. Todo este investimento vai permitir garantir a uniformização da informação, a otimização de tempo e recursos, a segurança online, a certificação de currículos, bem como a disponibilidade permanente para processar pedidos e emitir documentos. É mais um passo para a Ordem dos Engenheiros 5.0

2.500
resmas de papel já foram poupadas com a desmaterialização de processos

2,5
milhões de faturas digitais que já foram disponibilizadas com este projeto

16.747
alterações de dados pessoas realizadas diretamente online pelos membros da ordem

RESULTADOS PROMISSORES

A OE assume-se como "future ready" [pronta para o futuro, em português] e isso passa por simplificar a vida dos seus colaboradores, membros e parceiros. Para lá das vantagens da desburocratização e do aumento da eficiência, as mais-valias deste projeto digital são evidentes.

.

Se até aqui os membros eram obrigados a deslocar-se à Ordem para tratar de assuntos diversos, hoje podem fazê-lo em qualquer lugar, a qual momento e de forma imediata.
Menos deslocações significa menor pegada carbónica e o ambiente agradece.
As conquistas estão à vista: desde o início do projeto, a OE conseguiu tornar 100% digitais mais de 20 mil pedidos de inscrição, mais de 170 mil declarações emitidas, cerca de 2,5 milhões de faturas, mais de 16 mil alterações de dados pessoais, 3500 pedidos de outorga de nível de qualificação e quase 4500 pedidos de estágio.
"Esta iniciativa representa um marco na evolução da engenharia digital, proporcionando uma experiência digital segura, eficiente e preparada para o futuro", assegura a Ordem.
Em breve, estará disponível a aplicação móvel com todos os serviços já mencionados.

ORDEM DOS ENGENHEIROS

Empresa: **Ordem dos Engenheiros**

Nome do projeto: **Transição 5.0. Ordem dos Engenheiros | Somos "Future Ready"**

Data de início: **16/02/2022**

Data de conclusão: **28/02/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **membros, colaboradores e parceiros da Ordem dos Engenheiros, órgãos do Estado e população em geral**

SiGOE Balcão Único

ORDEM DOS ENGENHEIROS

VALORe

ORDEM DOS ENGENHEIROS

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

8 Trabalho digno e crescimento económico

9 Indústria, inovação e infraestruturas

13 Ação climática

16 Paz, justiça e instituições eficazes

17 Parcerias para a implementação dos objetivos



TECNOLOGIA AJUDA A MELHORAR EXPERIÊNCIA DE VISITA

Sistema de bilhética desenvolvido pela Parques de Sintra possibilitou, em 2022, a implementação da compra de entradas com reserva de data e hora no Palácio da Pena, o primeiro monumento em Portugal com um sistema de controle de fluxo de visitantes.

Gestora de um vasto conjunto de parques e monumentos, a Parques de Sintra tem a seu cargo o Parque e Palácio Nacional da Pena, um dos monumentos mais visitados do país que, em 2019, registou mais de dois milhões de visitas. Preocupações com a sustentabilidade da visita, no que respeita à qualidade da experiência do visitante e ao risco de acentuação da taxa de degradação do património devido à elevada pressão turística, levaram à elaboração de estratégias para aumentar a eficiência da operação, evitando filas de espera e assegurando, simultaneamente, a melhoria da qualidade da jornada do visitante e a salvaguarda do património.

Lançado em 2022, o novo sistema de bilhética desenvolvido pela Parques de Sintra é um dos exemplos deste trabalho de melhoria contínua da eficiência e da sustentabilidade nos monumentos que gere. Instalado no Palácio da Pena, o sistema (pioneiro em Portugal) permite comprar entradas com reserva de data e hora no Palácio da Pena, e garante um maior controlo no fluxo de visitantes.

As slots horárias permitem limitar o número máximo diário de visitantes a 5.100 entradas, em 2024, o que representa uma redução de cerca de 50% relativamente aos dias com maior procura em 2019. Este sistema de controle de entradas possibilita igualmente a dispersão temporal dos visitantes, prevenindo picos diários e semanais. Em janeiro de 2024, a compra de entradas com reserva de data foi alargada aos restantes monumentos sob gestão da Parques de Sintra.

Este sistema de bilhética permite, ainda, a aquisição antecipada de bilhetes aplicável a todos os equipamentos culturais geridos pela empresa, incentivada por um desconto de 15% na compra online com mais de três dias de antecedência. A compra antecipada de bilhetes cria condições mais favoráveis ao acolhimento do visitante, gerando previsibilidade e possibilitando uma operação mais sustentável, adaptada à procura. Tal aumenta, não só, o grau de satisfação do visitante com a experiência de visita, como o incentiva a preparar antecipadamente a sua visita, informandose sobre as condições de acesso ao monumento e as ofertas complementares de experiência disponíveis para tirar o melhor partido da sua estadia. Com vista a aumentar o nível de confiança do visitante na compra antecipada de bilhetes, o sistema

Parques de Sintra

Empresa: **Parques de Sintra, Montes da Lua – S.A.**

Nome do projeto: **Parques e Monumentos de Sintra – recursos digitais para uma visita sustentável**

Data de início: **01/01/2020**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **visitantes dos parques e monumentos geridos pela Parques de Sintra, nacionais e estrangeiros, e os profissionais de turismo**

.
permite, ainda, o reagendamento online da data de visita, de forma autónoma e sem qualquer penalização. Associada ao sistema de bilhética da Parques de Sintra, foi, igualmente, implementada uma plataforma B2B para operadores turísticos, que permite a agilização do processo de compra para profissionais, de forma autónoma e sem interação humana. A empresa disponibiliza também uma API que automatiza a compra de bilhetes através de agência.

'GAMIFICAÇÃO' DAS VISITAS

A par da implementação do controle de fluxos de visitantes, a Parques de Sintra disponibiliza outras ferramentas digitais que incentivam a fruição dos monumentos. A aplicação Pena Quest 'gamifica' a exploração do Parque da Pena e é de utilização gratuita. Com duas propostas de percursos de diferente duração, o visitante é convidado a responder a sucessivos desafios para desbloquear a informação que o conduz ao ponto de interesse seguinte. Ao completar todos os desafios, o visitante obtém um prémio, a recolher nas lojas do Palácio ou do Chalet da Condessa d'Edla. Outra ferramenta, o Pena Maps, permite funcionar através de tecnologias de geolocalização e realidade aumentada no apoio à orientação e foi também alargada ao Parque de Monserrate e aos Jardins do Palácio Nacional de Queluz. As aplicações Treasure Hunt desenvolvidas para os Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz proporcionam formas igualmente inovadoras para descobrir estes monumentos. São jogos gratuitos, pensados para o público juvenil, baseados no conceito da uma caça ao tesouro virtual que recorre à realidade aumentada, aliando ao entretenimento a componente pedagógica. No Palácio Nacional de Sintra, foi também desenvolvido o Zoomguide, uma aplicação web gratuita que usa inteligência artificial para dar a conhecer com maior detalhe os objetos no percurso museológico, apresentando conteúdos integralmente desenvolvidos pelos investigadores e conservadores da Parques de Sintra. Para além dos custos de desenvolvimento, implementação e monitorização das ferramentas tecnológicas em questão, a limitação de visitas no Palácio da Pena reflete-se na redução da receita. No entanto, para a Parques de Sintra, a implementação destas medidas representa um conjunto de benefícios para a sua operação (previsibilidade dos fluxos de visitantes, menor pressão sobre os serviços e dispersão temporal e espacial dos visitantes), prevenindo os impactos da pressão turística na integridade física dos monumentos e favorecendo a conservação destes equipamentos culturais. Para o visitante, são criadas condições mais favoráveis para o seu acolhimento, proporcionando uma estadia mais informada e uma experiência dos monumentos com maior qualidade.
A estratégia implementada nos monumentos sob gestão da Parques de Sintra tem-se revelado bem-sucedida, como o comprovam os resultados dos inquéritos de satisfação do visitante realizados em permanência, e pode ser reproduzida noutros equipamentos culturais com características semelhantes.

+ 2.000.000

Número de visitantes do Palácio Nacional da Pena, em Sintra, em 2019

5.100

Máximo diário de entradas no palácio, em 2024

98%

Visitantes que consideram que a ferramenta digital Monserrate Quest tornou a sua visita mais gratificante. Versões para a Pena e Queluz com níveis de satisfação de 85% e 96%







QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 3 Saúde de qualidade
- 4 Educação de qualidade
- 8 Trabalho digno e crescimento económico
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 16 Paz, justiça e instituições eficazes
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos



PASSAPORTE DIGITAL PARA PRODUTOS DE CONSTRUÇÃO

Objetivo do projeto é facilitar o acesso a informação sobre as janelas, portas e fachadas instaladas, mas também para tornar os edifícios mais sustentáveis.

Não há como evitar: a partir de 2030, todos os novos edifícios da União Europeia (UE) terão de ser obrigatoriamente neutros em carbono. Para lá chegar, as diretrizes da UE estipulam que seja feita uma aposta no consumo energético moderado, que sejam utilizadas fontes de energia com baixo teor de carbono e na eficiência. Os Estados-membros terão de desenhar planos nacionais para garantir o cumprimento das metas definidas, nomeadamente atingir uma redução do consumo de energia primária nos edifícios de 16% até 2030 e de 20% a 22% em 2035. Com o desenvolvimento da tecnologia e o aumento da inovação transversal a todo o setor da construção, existem hoje múltiplas formas de mitigar a pegada ambiental numa casa ou num escritório. A substituição de janelas e portas por outras mais sustentáveis e eficientes é uma dessas opções, e é também aqui que se foca o projeto criado pela Reynaers Aluminium, a empresa que combina design, tecnologia e digitalização em soluções de alumínio. A iniciativa chama-se DigiTrace e assume-se como o elo em falta para integrar o mundo digital com o mundo físico numa visão de longo prazo. Trata-se de um passaporte digital do produto que, através de um QR Code, oferece acesso fácil e imediato a informações sobre os sistemas instalados e possibilita o acompanhamento de todo o percurso de cada produto, desde a produção até ao fim de vida. De acordo com a Reynaers Aluminium, os clientes vão poder, no final do projeto, consultar detalhes sobre substituição ou reparação, as caraterísticas dos materiais utilizados e dados sobre o seu impacto ambiental. Uma das mais promissoras funcionalidades

46,2%

objetivo da Reynaers para a redução de emissões (âmbito 1 e 2) por cada tonelada de produto até 2030

55%

emissões de âmbito 3 que a empresa quer cortar até ao final desta década



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

9 Indústria, inovação e infraestruturas

11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

é contribuir para a conectividade e otimização de processos entre todos os intervenientes no processo construtivo.
"Queremos proporcionar um serviço digital que ajude os intervenientes com os dados corretos e rastreabilidade durante a vida útil do produto."
Em teoria, todos os novos elementos instalados podem ser equipados com o DigiTrace, assegura a empresa na candidatura apresentada à quarta edição deste prémio.
Os responsáveis acreditam que, através desta ferramenta, será possível prestar apoio aos proprietários, arquitetos, construtores e fabricantes para que possam tomar decisões informadas ao longo do ciclo de vida do edifício, na sua renovação ou no desmantelamento.
Os dados do DigiTrace podem ser consultados a qualquer momento e, desta forma, o utilizador ou o profissional do setor pode ter tudo o que precisa num único local. Para a Reynaers Aluminium, esta aplicação também proporcionará no futuro a oportunidade de utilizar big data e inteligência artificial para analisar o comportamento dos sistemas a longo prazo e fazer melhorias com base nesses dados.

TESTAR, TESTAR, TESTAR

Uma vez que o projeto da Reynaers ainda está numa fase inicial, mas já operacional, a equipa promoveu um ano de testes à escala global durante 2023, envolvendo clientes selecionados que foram contribuindo com sugestões que servem para melhorar a solução.
O piloto foi realizado com cinco parceiros da empresa e cerca de 2000 elementos fabricados foram equipados e ligados ao DigiTrace.
No futuro, também poderemos acompanhar o número de intervenções enviadas através da aplicação.
Isso fornecerá uma visão mais detalhada do comportamento dos nossos produtos a longo prazo e possibilitará melhorias contínuas, esclarece a organização.

Empresa: **Reynaers Aluminium Portugal**

Nome do projeto: **DigiTrace**

Data de início: **01/01/2024**

Data de conclusão: **31/12/2024**

Principais beneficiários da iniciativa: **fabricantes, instaladores, arquitetos, promotores e utilizadores finais**





PEGADA CARBÓNICA DE CLIENTES DA BANCA JÁ PODE SER COMPENSADA

De forma simples e 100% digital, através da aplicação do banco, os clientes Santander já podem seguir e compensar o carbono associado às operações financeiras que realizam no dia-a-dia.



Todas as operações que o cliente faz junto do seu banco geram emissões de dióxido de carbono para o ambiente. Assumindo um papel ativo para tornar o setor bancário mais sustentável, o Santander tornou-se o primeiro banco em Portugal a apresentar a pegada de carbono dos seus clientes, permitindo que estes a possam compensar. Trata-se de um serviço de informação mensal sobre o rasto carbónico decorrente das transações e débitos diretos gerados por clientes com cartões Santander, apresentada por categorias e com sugestões para compensar as emissões de carbono. Através da aplicação do banco.
O Santander trabalhou com a entidade Factor CO_2, consultora especializada em alterações climáticas, para desenvolver uma metodologia de cálculo das emissões associadas a cada uma das transações realizadas pelos clientes através de cartões bancários e débitos diretos que tenham ativos nas suas contas. O processo de cálculo é feito internamente, em conformidade com os regulamentos em vigor sobre proteção de dados e com as políticas de privacidade do banco, tendo sido a metodologia auditada pela consultora Deloitte.

32.167
Utilizadores desde o lançamento da funcionalidade Pegada de Carbono

3.588
Quilogramas de CO_2 compensados pelos clientes

82%
Dos clientes estão interessados em seguir a sua própria pegada de carbono

REDUZIR A PEGADA FINANCEIRA

Partindo da informação de que todas as transações efetuadas geram impacto negativo no planeta, torna-se ainda mais importante controlar a pegada carbónica que, neste caso, é calculada de acordo com o montante em euros e o setor de atividade associado a cada pagamento ou compra.
O cliente pode consultar a sua pegada de forma simples e 100% digital. Bastando aceder à aplicação do Santander, onde pode ver quantos quilogramas de carbono emitiu, assim como o seu equivalente em número de árvores.
Também é possível ver dados mais detalhados, como a pegada carbónica por categoria de atividade, percebendo qual o impacto de cada uma das suas transações no ambiente, e ainda receber conselhos e sugestões para a reduzir.



A informação fornecida não tem qualquer custo para o cliente e se desejar compensar o equivalente em euros da sua pegada de carbono, a quantia ficará ao seu critério. Desde que a iniciativa foi posta em prática os clientes do Santander já compensaram 3588 quilogramas de CO_2 e a funcionalidade já conta com 32.167 utilizadores.

APOIAR INICIATIVAS VERDES

Tratando-se naturalmente de um projeto com uma componente de consciencialização muito significativa, nomeadamente por mostrar claramente aos clientes o impacto das suas operações financeiras, o Santander vai além da disseminação de informação, ajudando também o cliente a compensar a sua própria pegada carbónica. Desta forma, o utilizador está a apoiar projetos que se dedicam à compensação das emissões de carbono, incluindo o Reflorestamento Vichada, na Colômbia, junto do rio Orinoco, o projeto de Energia Eólica Oaxaca III, no México, localizado no Istmo de Tehuantepec, ou a iniciativa VTRM Energia Renovável 2, no Brasil, que consiste na implementação e exploração de centrais de energia renovável.

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

De acordo com dados reunidos pelo Santander, 82% dos seus clientes afirmam estar interessados em ter um serviço que lhes permita seguir a pegada carbónica, o que também ficou patente nos resultados obtidos desde que a funcionalidade foi lançada. Precisamente devido ao retorno positivo, o banco está a alargar a iniciativa a várias outras geografias em que opera, estando já disponível, além de Portugal, em Espanha e na Polónia.



Santander

Empresa: **Banco Santander Totta, SA**

Nome do projeto: **Pegada de Carbono**

Data de início: **01/03/2023**

Data de conclusão: **Sem data**

Principais beneficiários da iniciativa: **Todos os clientes particulares com cartões Santander e acesso à aplicação do banco**

‘ACERTA & RECICLA’, O JOGO QUE ENSINA E DÁ PRÉMIOS

A App, lançada pela Sociedade Ponto Verde, desafiou os portugueses a aprender sobre reciclagem de embalagens de uma forma divertida e inovadora. Os vencedores ganharam cartões de compras nos supermercados.



Num contexto de crescentes desafios ambientais, a Sociedade Ponto Verde (SPV) assumiu como prioridade a transformação da cultura de reciclagem de embalagens em Portugal com o lançamento da inovadora aplicação móvel ‘Acerta & Recicla ’.Ao desafio de inovar e de se tornar mais digital, juntou-se a vontade de estar mais próxima dos cidadãos - os estudos indicavam que estas eram algumas das alavancas que podiam acelerar a reciclagem de embalagens e a motivação dos cidadãos -, e de os motivar a reciclar mais e melhor para cumprir as metas de reciclagem.
A aplicação móvel Acerta & Recicla foi desenvolvida como resposta aos desafios identificados pela SPV, com o objetivo de educar, motivar e recompensar os cidadãos portugueses por reciclarem mais e melhor. Utilizando estratégias de gamificação, a aplicação transformou o ato de reciclar numa experiência interativa e divertida. Através de uma variedade de jogos, quizzes e desafios diários, os utilizadores da ‘Acerta & Recicla’ foram incentivados a acumular pontos e a aprimorar os seus conhecimentos sobre reciclagem de embalagens. A aplicação incorporou um programa de recompensas dividido em três vagas - a primeira destinada a reforçar a reciclagem de embalagens em Portugal; a segunda focada na reciclagem do vidro e a terceira no Natal (tratando-se de uma altura de grande consumo).
Os utilizadores mais comprometidos e bem-sucedidos tinham a possibilidade de ganhar prémios, como cartões de supermercado entre os 40€ e os 1500€, e cabazes de Natal, sorteados naquela época do ano. As três campanhas de divulgação da App ‘Acerta & Recicla’ geraram mais de 11milhões de contatos, 1 178 387 perguntas respondidas, 41 725 utilizadores trazidos por amigos, mais de 29 524 interações nas redes sociais, e um aumento de seguidores em todas as redes, que juntaram mais de 74mil pessoas a jogar e a aprender mais sobre reciclagem de embalagens. A SPV destaca igualmente as mais de 41 mil pessoas que chegaram à App através da iniciativa

Empresa: **Sociedade Ponto Verde**

Nome do projeto: **Acerta & Recicla**

Data de início: **17/07/2023**

Data de conclusão: **27/12/2023**

Principais beneficiários da iniciativa: **cidadãos com mais de 18 anos, residentes em Portugal**



QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

11 Cidades e comunidades sustentáveis

12 Produção e consumo sustentáveis

13 Ação climática

'member get member' (membros que trazem outros. membros),
o que significa que muitas pessoas se tornaram embaixadoras da reciclagem.

RUMO À TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

A utilização das novas tecnologias é essencial para aumentar a literacia ambiental e para criar um maior envolvimento das pessoas com a causa da reciclagem. Ciente desta necessidade, a SPV continua a investir na sua estratégia de inovação e na aceleração do seu processo de digitalização. O lançamento da App 'Acerta & Recicla' foi mais um passo neste caminho que tem como principal foco estar mais presente no dia a dia dos cidadãos, partilhando conhecimento e boas práticas. Na candidatura ao Prémio Sustentabilidade, a SPV destaca o teor inovador desta aplicação móvel, que considera pioneira no recurso à gamificação para estimular a aprendizagem sobre reciclagem de embalagens, mas também sobre sustentabilidade de forma dinâmica e divertida.Para medir o impacto do projeto, a entidade sem fins lucrativos que tem a missão de promover a recolha seletiva de embalagens, analisou um conjunto de indicadores, entre os quais o número de dowloads da aplicação, de registos ativos (pessoas que se registaram e jogaram), a quantidade de sessões na landing page da campanha, o número de perguntas respondidas, e o número total de member get member, através do backoffice da aplicação, dos dados da Apple store e da Google store, do Google Analytis e de plataformas de meios como Google Ads e business manager, ou de campaign manager que permite gerar relatórios detalhados em data studio.
Com a recolha de dados dos cidadãos, a SPV terá a possibilidade de analisar as respostas dadas e, de futuro, desenvolver ações de melhoria, seja no sistema de recolha de resíduos de uma determinada região, na inovação de algum serviço ou até a ensinar a reciclar um determinado tipo de embalagem onde conclua que há um grande desconhecimento. Já a nível científico, a SPV identificou ainda outro benefício deste tipo de iniciativas, que passa por encontrar insights e dúvidas que conduzam a parcerias com universidades sobre temáticas interessantes e que contribuam para o aumento das metas de reciclagem de embalagens.
A aplicação continuará a ser utilizada com constantes melhorias, seja a nível de novas ferramentas, seja no aumento de conteúdos disponibilizados aos utilizadores.

+ 74.000
Pessoas a jogar e a aprender sobre reciclagem de embalagens

1.178.387
Perguntas respondidas

29.524
Interações nas redes sociais







PROMOVER A MOBILIDADE SUSTENTÁVEL NAS CIDADES

A Transportes Metropolitanos de Lisboa lançou um novo produto destinado a promover a responsabilidade ambiental nas empresas, que assim podem contribuir para a descarbonização do país.



A vida agitada das cidades força a que milhões de pessoas circulem diariamente entre casa e o trabalho, mas muitas ainda optam pelo automóvel como meio primordial de transporte.

Além dos impactos no trânsito rodoviário, optar pelo carro significa contribuir para os níveis de poluição urbana que se sente em várias zonas do país, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa.

De acordo com a Associação ZERO, a qualidade do ar na Avenida da Liberdade, no centro da capital, piorou em 2023 quando comparado com valores do ano anterior.

Por todas estas razões, a Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) apresentou, em outubro de 2023, o novo produto navegante® Empresas.

Trata-se de uma iniciativa para promover a mobilidade corporativa e incentivar a utilização dos transportes públicos em contexto empresarial, com vista à redução de emissões de gases com efeito de estufa. Até então, as organizações que subsidiassem a compra de passes aos seus trabalhadores e familiares estavam sujeitas a um processo burocrático que envolvia o carregamento individual do título de transporte pelo colaborador, que teria depois de ser ressarcido.

Além de ineficiente, este modelo de funcionamento implicava maiores despesas para as empresas, que tinham de dedicar recursos humanos para endereçar estes processos.

A solução encontrada pela TML foi a criação de uma plataforma digital única através da qual os empregadores podem efetuar o carregamento dos títulos de transporte de forma fácil e prática, com total desmaterialização do processo.

O projeto inclui ainda uma aplicação móvel que permite, por aproximação

transportes metropolitanos de lisboa

Empresa:
TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa

Nome do projeto:
Navegante Empresas

Data de início:
10/10/2023

Data de conclusão:
10/10/2024

Principais beneficiários da iniciativa: **todas as empresas da Área Metropolitana de Lisboa**

do cartão ao telemóvel, fazer o carregamento do passe, pelo próprio colaborador de forma autónoma ecom faturação posterior à entidade patronal.

ADESÃO IMEDIATA

Se dúvidas houvesse sobre os benefícios desta nova solução da TML, os números de adesão ao projeto nos primeiros três meses de operação são claros: mais de 100 empresas subiram a bordo.

O navegante® Empresas é dirigido a qualquer organização, independentemente da sua atividade, e é um contributo líquido não apenas para reduzir a pegada ambiental dos aderentes, como também para ajudar à descarbonização da economia nacional.

A vida dos gestores fica também mais facilitada, já que passa a ser possível fazer o pagamento com uma única fatura, a 30 dias, para todos os colaboradores a quem é disponibilizado este produto de mobilidade sustentável. Por outro lado, a juntar às vantagens na poupança de custos, tempo e na redução da pegada ambiental, as organizações têm ainda a possibilidade de deduzir, em sede de IRC, 150% dos gastos suportados com a compra de passes para os seus trabalhadores e familiares."A disponibilização de uma plataforma tecnológica que permite a desmaterialização de um processo altamente burocrático vem facilitar a oferta de um acesso fácil ao transporte e, ao mesmo tempo, permite a recuperação do investimento, o acesso a benefícios fiscais e a medição de métricas ESG", reforça a empresa na candidatura apresentada.

O navegante® Empresas representa o espírito de colaboração entre empresas e instituições públicas para continuar a exigente jornada de descarbonização, uma responsabilidade de todos para com o futuro da humanidade.



100
empresas da Área Metropolitana de Lisboa aderiram à iniciativa nos primeiros três meses

500
é o número aproximado de pessoas que, entre outubro e janeiro, beneficiaram do serviço

150%
dos gastos suportados pelas empresas na compra de passes para os trabalhadores podem ser deduzidos no lucro tributável



navegante

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

11 Cidades e comunidades sustentáveis

13 Ação climática

17 Parcerias para a implementação dos objetivos

TURISMO MAIS SUSTENTÁVEL COM VISÃO 360º DAS MÉTRICAS ESG

Posicionar o setor num nível de desenvolvimento capaz de gerar mais valor agregado sustentável é a missão da FOREST, uma ferramenta de gestão gratuita que combina a ciência de dados e a inteligência artificial para medir, avaliar, gerir e reportar o desempenho em sustentabilidade das empresas.

Empresas Turismo 360°

TURISMO DE PORTUGAL

Lançado pelo Turismo de Portugal em novembro de 2021, o Programa Empresas Turismo 360° visa criar uma linguagem comum em matéria de sustentabilidade que permita às empresas do setor, independentemente da sua dimensão e área de atividade, avaliar e reportar o seu desempenho nos domínios ambiental, social e da governação.

Em parceria com 22 organizações, o programa orienta tecnicamente as empresas do turismo no processo de integração dos critérios ESG (Environment, Social, Governance, sigla em inglês) nas suas estratégias de negócio e referenciais de gestão, através de uma inovadora ferramenta tecnológica de analytics e reporting do desempenho e do progresso.

A FOREST – Ferramenta Organizacional de Reporte da Sustentabilidade no Turismo, disponibilizada gratuitamente a todas as empresas aderentes ao Programa Empresas Turismo 360º, permite fazer uma gestão de dados ESG de ponta-a-ponta, integrando um conjunto de funcionalidades que possibilita a agregação, organização, análise, monitorização e reporte regular das práticas ambientais, sociais e de governação das empresas.

Disponibilizada em janeiro de 2023, a FOREST inclui indicadores setoriais de desempenho ESG alinhados com o framework de reporte de informação não-financeira e produz, de forma automática, um relatório de sustentabilidade adaptado ao setor do turismo, e preparado de acordo com os standards globais de sustentabilidade.

Recorde-se que a Diretiva de Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade

294
empresas no Programa Turismo 360°

270
empresas utilizadoras da FOREST

45
empresas com reporte do ano de 2022 concluído na FOREST

das Empresas (CSRD - Corporate Sustainability Reporting Directive, sigla em inglês), desenhada pela União Europeia, entrou em vigor em janeiro de 2023 e será aplicada progressivamente nos estados-membros. Em Portugal, as grandes empresas já abrangidas pela NFRD estão obrigadas a reportar a partir do ano fiscal de 2024, enquanto que para aquelas que apresentem mais de 250 colaboradores, a obrigatoriedade de reporte incide no ano fiscal de 2025.

TECNOLOGIA UNIFORMIZA RELATÓRIOS

Ao padronizar a recolha e monitorização das métricas do desempenho em sustentabilidade das empresas, automatizar o reporte dos dados ESG, e captar dados de business intelligence do setor, a FOREST mede todas as variáveis associadas às metas para 2030. Estruturada com base num conjunto de 22 temas de reporte divididos pelas áreas ambiental, social e governação, a FOREST facilita o processo de tomada de decisão, permite definir metas claras e mensuráveis, e promove a melhoria contínua, garantindo o alinhamento das estratégias e das operações com os objetivos de sustentabilidade e com a regulação existente em matéria de reporte de informação não financeira.

Enquanto ferramenta de gestão inovadora, a FOREST informa (inclui um banco de recursos associados à regulação existente), conecta (lê informação não estruturada e liga-se a outras plataformas através de API), agrega (recolhe e organiza dados e informação), analisa (expõe o estádio atual e permite mapear cenários de progresso) e monitoriza (apresenta dashboards e painéis de informação com KPIs).

Apesar do nível de granularidade do reporte dos dados, a ferramenta fornece uma visão 360° do desempenho ESG através da produção automática de um relatório de sustentabilidade, que reúne os outputs de um questionário inteligente totalmente customizado para o setor do turismo e baseado em padrões de reporte internacionais (GRI). A FOREST, enquanto SaaS (Software as a Service) está alicerçada no software padrão ESG Maturity da CMore, combinando ciência de dados e inteligência ESG e permitindo medir, avaliar, gerir e reportar o desempenho em sustentabilidade das empresas do turismo.



TURISMO DE PORTUGAL

Empresa: **Turismo de Portugal, I.P.**

Nome do projeto: **FOREST - Ferramenta Organizacional de Reporte da Sustentabilidade no Turismo.**

Data de início: **10/11/2021**

Data de conclusão: **31/12/2025**

Principais beneficiários da iniciativa: **empresas do setor do turismo.**

QUAIS OS ODS QUE A INICIATIVA IMPACTA

- 4 Educação de qualidade
- 5 Igualdade de género
- 6 Água potável e saneamento
- 7 Energias renováveis e acessíveis
- 8 Trabalho digno e crescimento económico
- 9 Indústria, inovação e infraestruturas
- 10 Reduzir as desigualdades
- 11 Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 Produção e consumo sustentáveis
- 13 Ação climática
- 15 Proteger a vida terrestre
- 17 Parcerias para a implementação dos objetivos

FOREST

Medir o desempenho ESG

Ferramenta Organizacional de Reporte da Sustentabilidade no Turismo



Prémio
Nacional de
Sustentabilidade
2030
negocios



CRÉDITO À PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA VERDE

Luz verde para projetos sustentáveis

Tem um projeto imobiliário *eco-friendly*?
Fale com o Millennium e descubra condições de financiamento mais vantajosas para projetos focados na sustentabilidade.

- **Isenção da Comissão de Estudo**
- **Isenção da Comissão de Contratação**
- **Taxas preferenciais para concretização do Projeto**

O Millennium apoia a transição para a sustentabilidade.

TAE de 7,837% calculada com base numa TAN de 5,645% - Euribor 6 Meses (média aritmética simples das cotações diárias do mês anterior ao período de contagem de juros, que para este exemplo foi o mês de março de 2024, correspondente a 3,895%) acrescida de um spread de 6,000%, para um crédito de 1.500.000 Euros a 3 anos, com 20 disponibilizações seguintes mensais de 75.000 Euros, com pagamento mensal de juros e reembolso em 16 prestações mensais constantes de capital a partir do 21º mês.

A Isenção da Comissão de Estudo e da Comissão de Contratação, correspondem a 0,6% do montante financiado, com o mínimo de 350€ e de 0,7% do montante financiado com o mínimo de 750€, respetivamente.

Todas as operações serão objeto de análise e decisão de risco de crédito por parte do Millennium bcp.

Banco Comercial Português, S.A.; Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto; Capital Social: 3.000.000.000 euros; Número único de matrícula e de identificação fiscal: 501525882 (Conservatória do Registo Comercial do Porto).

Saiba mais em **millenniumbcp.pt**
Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp Empresas
aqui consigo

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

edp



A EDP é #1 do mundo das utilities elétricas

We Choose Earth

edp.com